

A REPÚBLICA DE PLATÃO

RECONTADA POR
ALAIN BADIOU

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

a

A presente obra é disponibilizada pela equipe [Le Livros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: lelivros.com ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados [neste link](#).

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."



Alain Badiou

A REPÚBLICA DE PLATÃO RECONTADA POR ALAIN BADIOU

Tradução:
André Telles

Apresentação à edição brasileira:
Danilo Marcondes
Professor titular do Departamento de Filosofia da PUC-Rio



SUMÁRIO

As indicações codificadas em algarismos e letras (por exemplo, “327a”) correspondem ao recorte do texto em seções, em geral um espaço de cerca de dez linhas, recorte regido exclusivamente pelos antigos procedimentos de edição e paginação, mas que se tornou tradicional e permite detectar o ponto em que estamos, tanto no texto grego como nas traduções disponíveis que inserem tal balizamento no texto. O que não fiz.

Apresentação à edição brasileira, por Danilo Marcondes

Prefácio: Como escrevi este livro aventureiro

Personagens

Prólogo: Conversa na mansão do porto (327a-336b)

1. Calando o sofista (336b-357a)
2. Sócrates contra a parede (357a-368d)
3. Gênese da sociedade e do Estado (368d-376c)
4. Disciplinas do espírito: literatura e música (376c-403c)
5. Disciplinas do corpo: dietética, medicina e esporte (403c-412c)
6. A justiça objetiva (412c-434d)
7. A justiça subjetiva (434d-449a)
8. Mulheres e famílias (449a-471c)
9. O que é um filósofo? (471c-484b)

- 10.** Filosofia e política (484b-502c)
 - 11.** O que é uma Ideia? (502c-521c)
 - 12.** Da matemática à dialética (521c-541b)
 - 13.** Crítica das quatro políticas pré-comunistas:
 1. Timocracia e oligarquia (541b-555b)
 - 14.** Crítica das quatro políticas pré-comunistas:
 2. Democracia e tirania (555b-573b)
 - 15.** Justiça e felicidade (573b-592b)
 - 16.** Poesia e pensamento (592b-608b)
- Epílogo: Eternidade móvel dos Sujeitos (608b-fim)

Índice onomástico

APRESENTAÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

DANILO MARCONDES

A *República* é o mais extenso, o mais famoso e o mais influente dos diálogos de Platão. Foram muitos os comentários a esse diálogo na Antiguidade, que serviu também de inspiração para diálogos semelhantes como o *De Re Publica* de Cícero, origem do próprio termo “república”. No Renascimento inspirou igualmente pensadores políticos que o tomaram como ponto de partida para os novos modelos de Estado que surgiam com o declínio do mundo medieval e do feudalismo.

A *República* pode ser vista como uma longa reflexão sobre a decadência da democracia ateniense, mas contém sobretudo a proposta por Platão de um modelo alternativo de Estado, talvez melhor dizendo, um ideal de Estado, um projeto político fundamentado teoricamente. A *República* pode ser considerada assim como nossa primeira “utopia”.

Nesse diálogo Platão mostra que a crítica a Atenas, a cidade real, com todas as suas deficiências, só pode ser feita de modo efetivo com base nesse modelo, que fornece assim os critérios para a crítica. Estão postos aí pela primeira vez a crítica como objetivo da filosofia e as condições em que esta pode ser feita, o que leva à famosa relação teoria-prática.

Platão parte de uma discussão sobre o que seria uma cidade justa, para a discussão sobre a justiça, daí para a necessidade do conhecimento sobre o que é a justiça, e finalmente para uma análise do próprio processo de conhecimento, central para a filosofia na visão platônica. Dessa forma, o diálogo contém alguns dos grandes temas da tradição filosófica e esse é um dos motivos pelos quais se tornou uma referência fundamental. Contém também alguns dos textos mais belos e mais famosos de Platão como a “Alegoria da Caverna”, talvez o texto mais citado de toda a tradição filosófica. É um dos melhores exemplos do estilo platônico em toda a sua grandiosidade, desde o recurso aos mitos – são vários ao longo do texto – até o exercício argumentativo de sua dialética implacável. É na *República* que o personagem Sócrates adquire toda a sua força de guia dos filósofos.

Platão não separa o problema da política do problema do conhecimento, não separa a discussão sobre a verdade da discussão sobre a justiça – isso só ocorrerá na filosofia posteriormente. As questões se remetem umas as outras e essa é uma das características centrais da dialética platônica.

É nada mais nada menos do que essa obra, com toda a sua imensa carga histórica de influências, comentários, interpretações, que Alain Badiou toma como referência e como ponto de partida do que é certamente uma das leituras mais originais e provocadoras desse texto. Não se trata de uma tradução, ou de uma retradução, nem de um comentário, nem de uma introdução ao texto, o que seria uma a mais dentre os muitos que já existem. Pode-se dizer que o que temos mesmo é uma recriação da *República*, com todos os riscos que isso acarreta, tratando-se de Platão e de um de seus textos mais traduzidos e comentados já desde a Antiguidade.

Acompanhando de perto o texto de Platão, a dialética interna do diálogo, os vários estilos que adota, sua retórica mesmo, Badiou vai nos provocando a uma nova leitura, a uma recriação do texto que retoma o contexto da época, as crises da Atenas do século IV a.C., mas ao mesmo tempo trazendo-o até nós, mostrando assim como se constitui ainda, e se constituiu sempre, em um poderoso instrumento para nos fazer pensar.

O diálogo é assim recriado por Badiou, que introduz novos personagens e novos interlocutores, desde leitores historicamente importantes desse texto como Hegel, até personagens criados ou recriados como o interlocutor feminino Amanda, a versão recriada por Badiou do personagem platônico Adamanto. A recriação da trilogia Sol, Linha Dividida e Caverna no capítulo 11 nos permite retomar toda a problemática do real, do conhecimento e da política, envolvidos nesses textos em uma perspectiva que efetivamente revela a atualidade do pensamento platônico, para além da fórmula repetida pelos historiadores da filosofia. Esse exercício pode ser por vezes surpreendente. Deixa claro como Platão, sem deixar de ser Platão, se revela um interlocutor nosso, do tempo presente, de inquietações do pensamento não apenas perenes, mas perenes porque podem ser ressituidas em novos contextos, porque dizem respeito ao que permanece em nossas vidas, em nossa sociedade. Isso justifica sua “atualização” do texto de Platão recorrendo a um vocabulário filosófico inexistente na filosofia grega com termos como “sujeito” e adaptando a terminologia platônica, interpretando-a através de uma temática atual como a questão do Desejo e o problema do Outro.

Um aspecto importante e inovador do trabalho de Badiou sobre o diálogo – e que merece destaque exatamente por isso – é sua redivisão do texto, que deixa de ter os dez “livros” tradicionais, questão que remonta à Antiguidade mas não a Platão, pois são originários dos gramáticos de Alexandria. Propõe uma nova divisão em dezesseis partes que correspondem à sua leitura e que ao mesmo tempo questionam a “sacralidade” dos formatos tradicionais dos textos clássicos que nem sempre, como é o caso, refletem a concepção de seu autor. Por que não redividi-los, se a divisão tradicional retrata apenas a leitura dos alexandrinos?

As referências modernas e contemporâneas a filósofos como Nietzsche, a poetas como Fernando Pessoa, a Freud e a Lacan, a personagens históricos como Hitler, Mussolini e Stálin, ilustram concretamente a atualidade do diálogo e ao mesmo tempo mostram como nossa leitura é inevitavelmente sempre uma recriação a partir de nossa perspectiva histórica, de nossos interesses filosóficos, teóricos, intelectuais. Isso não só é assim, mas deve ser assim, essa é a forma pela qual se lê um grande texto filosófico, o que torna este texto um texto vivo e o que mostra que clássico é aquele que permanece para além de suas fronteiras históricas, de sua motivação inicial.

É claro que, como o próprio Badiou esclarece no Prefácio, isso só é possível porque *A República* o acompanha há longos anos, tem sido para ele uma leitura constante, e é esse exercício de leitura e releitura – do próprio texto no original grego e da consideração de seus grandes comentários – que vai revelando as novas e mais diversas facetas do texto, mostrando como suas questões, mais do que a proposta platônica em si, adquirem novas dimensões a partir dessas leituras recorrentes em momentos diferentes, com base em outras preocupações, por motivos os mais diversos: pelo simples prazer de ler o texto, para servir de inspiração ou de ponto de partida para uma conferência, um curso, um ensaio. Portanto, a leitura erudita se combina com o interesse filosófico e com a liberdade interpretativa, transformando o texto sem descaracterizá-lo, mas revelando sua grandeza, sua pertinência e sobretudo preservando sua dinâmica interna, seu funcionamento como diálogo, sua contribuição para o desenvolvimento da filosofia até nossos dias.

Uma das principais qualidades do texto de Badiou é nos revelar ele próprio, através desse exercício, como um texto filosófico pode nos tocar de tantas diferentes formas, pode ser apropriado, retomado, retrabalhado a partir de nosso olhar, de nossos interesses. É como se Badiou estivesse nos

convidando, talvez até mais, nos desafiando a fazer isso, cada um de nós leitores, por nós mesmos, não só com *A República* – mas por que não? – com todo grande texto filosófico.

PREFÁCIO

Como escrevi este livro aventuroso

Este livro me exigiu seis anos de dedicação.

Mas por quê? Por que esse trabalho quase maníaco a partir de Platão? É porque é dele que necessitamos prioritariamente nos dias de hoje, e isso por uma razão precisa: ele deu impulso à convicção de que nos governar no mundo supõe abrir algum tipo de acesso ao absoluto. Não porque um possível Deus sobreponha-se a nós (Descartes), ou por sermos nós mesmos figuras históricas do devir-sujeito desse Absoluto (Hegel e Heidegger), mas sim porque o sensível que nos entretece participa, para além da corporeidade individual e da retórica coletiva, da construção das verdades eternas.

Esse motivo da participação, a respeito do qual sabemos que ele faz mistério, permite-nos ir além das normas do que chamei de “materialismo democrático”. Ou seja, a afirmação de que não existem senão indivíduos e comunidades, tendo, entre si, a negociação de alguns contratos dos quais tudo que os “filósofos” de hoje pretendem nos fazer esperar é que possam ser equânimes. Como na realidade essa “equanimidade” só oferece ao filósofo o interesse de constatar que ela se realiza no mundo, e, cada vez mais, sob forma de uma intolerável injustiça, cumpre efetivamente ousar afirmar que, para além dos corpos e das linguagens, há verdades eternas. Cumpre do mesmo modo pensar que corpos e linguagem participam, no tempo, da renhida elaboração dessa eternidade. O que Platão não cessou de tentar fazer os surdos escutarem.

Voltei-me então para *A República*, obra central do Mestre, dedicada precisamente ao problema da justiça, para fazer brilhar sua força contemporânea. A partir do texto grego tal como fornecido por Émile Chambry em meu velho exemplar da coleção bilíngue Budé (*Les Belles Lettres*, 1949), no qual eu já trabalhava com ardor há 54 anos e que, por via de consequência, está coberto de consideráveis estratos de anotações

advindas de épocas diversas. Com efeito, inspirei-me em *A República* ao longo de todas as minhas aventuras filosóficas.

Sempre achei aberrante a divisão em dez livros desse texto grego, divisão que não fazia sentido senão para os gramáticos de Alexandria. Divido-o segundo o que julgo ser seu verdadeiro ritmo, num prólogo, alguns capítulos e um epílogo. O número dos capítulos variou durante o trabalho, passou de nove para dezesseis, por razões de coerência interna. Por fim, “trato” dezoito segmentos.

Para começar, não os trato na ordem. Em absoluto. Começo (em 2005) pelo prólogo, continuo no que veio a ser o capítulo 16, em seguida deambulo, ora mais perto do fim, ora mais perto do início, até que, por volta do inverno de 2010-11, não me resta mais senão reduzir uma espécie de centro, composto pelos capítulos 7 e 8, que não são os mais fáceis nem os mais engraçados. Guardei o pão preto para o fim.

O que significa “tratar” o texto?

Começo tentando compreendê-lo, totalmente, em sua língua. Vou armado de meus queridos estudos clássicos, incluindo minhas leituras anteriores de diversas passagens, do dicionário Bailly (Hachette, 16^a edição, 1950), da gramática de Allard e Feuillâtre (Hachette, 1972) e das três traduções em francês amplamente disponíveis: a de Émile Chambry mencionada acima, a de Léon Robin (*La Pléiade*, 1950) e a de Robert Baccou, pela Garnier-Flammarion (1966). Obstino-me, não deixo passar nada, quero que cada frase (e Platão às vezes escreve frases com uma extensão e complicação memoráveis) faça sentido para mim. Esse primeiro esforço é um cara a cara entre mim e o texto. Não escrevo nada, quero apenas que o texto me fale sem guardar algum irônico segredo em suas reentrâncias.

Em seguida, escrevo o que a compreensão adquirida do trecho grego que estimo consumada fornece para mim em pensamentos e frases. O resultado, embora nunca seja um esquecimento do texto original, sequer de seus detalhes, quase nunca é, contudo, uma “tradução” no sentido usual. Platão, portanto, está onipresente, embora talvez nem uma única de suas frases seja exatamente reproduzida. Escrevo essa primeiríssima versão na página da direita de um grande caderno de desenho da Canson (utilizarei 57 cadernos desse tipo). É um rascunho terrivelmente rasurado. Em seguida, em geral no dia seguinte, reviso a primeira versão, tão calmamente quanto possível, e transcrevo essa revisão na página da esquerda do caderno que faz face ao

rascunho. Frequentemente, afasto-me mais um nível da literalidade do texto original, mas sustento que esse afastamento deriva de uma fidelidade filosófica superior. Essa segunda versão manuscrita é passada para Isabelle Vodoz, que a transforma num arquivo de computador. Ela marca em vermelho no corpo do texto o que lhe parece permanecer obscuro ou canhestro. Quando o arquivo vem para mim, corrijo-o, levando em conta tanto as marcações de Isabelle Vodoz como as minhas próprias observações. O que gera uma terceira versão, que podemos declarar final, excetuando-se a inevitável revisão final visando unificar o conjunto.

Raramente aconteceu-me capitular. Aqui e ali, algumas frases gregas não me inspiraram. Os eruditos as repetirão, alimentando assim as peças de meu julgamento como apóstata. É no capítulo 8 que se encontra a mais grave dessas capitulações: uma passagem inteira é pura e simplesmente substituída por uma improvisação de Sócrates que é de minha lavra.

Pouco a pouco, no próprio movimento desse tratamento, procedimentos mais gerais aparecem, os quais serão aplicados e variados na sequência do trabalho. Alguns exemplos. Introdução de um personagem feminino: Adimanto torna-se Amanda. Completa liberdade das referências: se uma tese é mais bem sustentada por uma citação de Freud do que por uma alusão a Hipócrates, preferiremos Freud, que suporemos conhecido de Sócrates, o que é de somenos. Modernização científica: o que Platão afirma de muito criterioso a partir da teoria dos números irracionais revela-se igualmente criterioso se falamos de topologia algébrica. Modernização das imagens: a Caverna do famoso mito assemelha-se de tal forma a um imenso cinema que só nos resta descrevê-lo e aos prisioneiros de Platão tornarem-se espectadores-prisioneiros do midiático contemporâneo; será a mesma coisa, melhorada. Leviandade com a História: por que deixar subsistir as guerras, revoluções e tiranias do mundo grego, se são ainda mais convincentes a guerra de 14-18, a Comuna de Paris ou Stálin? Manutenção constante de um verdadeiro diálogo, fortemente teatralizado: qual a utilidade em manter as intermináveis falsas perguntas de Sócrates, às quais os jovens, páginas a fio, respondem apenas “sim” ou “claro” ou “evidentemente”? É preferível ou aceitar um longo discurso sem interrupção ou confiar uma parte do desenvolvimento aos interlocutores. Preferível também que, às vezes, os ouvintes de Sócrates mostrem-se recalcitrantes. A tese antipoética de Sócrates é tão rígida que até ele, percebemos claramente, desejaria que fosse falsa. Que então um dos jovens resista, que se declare de ponta a

ponta não convencido, e a divisão íntima que induz a poesia na filosofia, divisão da qual Platão teve o pressentimento, será claramente reproduzida.

O leitor detectará sem dificuldade outros procedimentos desse gênero.

Evidentemente, meu próprio pensamento e, mais genericamente, o contexto filosófico contemporâneo infiltram-se no tratamento do texto de Platão, e sem dúvida na mesma proporção de minha inconsciência disso. Foi com toda a consciência, porém, que introduzi, por assim dizer axiomáticamente, mudanças notórias na “tradução” de certos conceitos fundamentais. Cito duas dessas decisões, cujo alcance é considerável. Transformei a famosa “Ideia do Bem” em “Ideia da Verdade”, ou pura e simplesmente em “Verdade”. Mudei igualmente “alma” para “Sujeito”. Assim, falaremos em meu texto da “incorporação de um Sujeito a uma Verdade”, em vez de “elevação da alma em direção ao Bem”, e das “três instâncias do sujeito” em vez da “tripartição da alma”. Tudo bem pesado, essas famosas três partes, com frequência intituladas “concupiscência”, “coração” e “razão”, serão retomadas, como instâncias, como “Desejo”, “Afeto” e “Pensamento”. Também permiti-me traduzir “Deus” por “grande Outro” e, vez por outra, simplesmente por “Outro”.

Algumas vezes proponho deliberadamente diversas palavras modernas para ressoar uma única palavra grega. Por exemplo, a terrível “Politeia” que dá seu título tradicional ao livro de Platão. A tradução por “República” não faz mais nenhum sentido nos dias de hoje, se é que um dia teve um. Em meu texto, emprego pelo menos cinco palavras, dependendo do contexto, nas diferentes passagens em que esbarro com “politeia”: país, Estado, sociedade, cidade ou pólis, política. Para qualificar o empreendimento singular de Platão, a “Cidade ideal”, que ele propõe, utilizo três expressões: política verdadeira, comunismo e quinta política. Em outras ocasiões, introduzi explicitamente uma discussão, uma hesitação, acerca da palavra adequada. Por exemplo, na longa passagem sobre a tirania e o homem tirânico, Sócrates emprega espontaneamente as palavras oriundas do texto grego (tirania, tirano), enquanto Amanda insiste com obstinação em falar de fascismo e fascista. Dessa forma, espero ter conseguido combinar a proximidade constante com o texto original e um distanciamento radical, mas ao qual o texto, tal como pode funcionar hoje, confere generosamente sua legitimidade.

É isto, no fim das contas, a eternidade de um texto.

PERSONAGENS

SÓCRATES

AMANDA, irmã de Platão

GLAUCO, irmão de Platão

CÉFALO, rico ancião do Pireu

POLEMARCO, cidadão ateniense

TRASÍMACO, sofista reputado

CLITOFONTE, admirador de Trasímaco

PRÓLOGO: CONVERSA NA MANSÃO DO PORTO (327a-336b)

NO DIA EM QUE todo esse imenso dilema começou, Sócrates voltava do bairro do porto, na companhia do irmão mais moço de Platão, chamado Glauco. Haviam dado um ósculo na deusa dos Setentrionais, marinheiros ébrios, e nada perdido da festa em sua homenagem, grande estreia! Em todo caso, foi um carnaval o cortejo dos nativos do porto. E os carros dos Setentrionais, apinhados de damas desnudas, tampouco estavam mal.

Dentre os inumeráveis indivíduos chamados Polemarco, o que é filho de Céfalo viu-os de longe e lançou um guri em seu encalço. “Esperem-nos!” gritou o menino, puxando a túnica de Sócrates. “Ora, onde deixou seu patrão?” este perguntou. “Ele vem correndo atrás, espere-o!” – “Está bem!” consentiu o mencionado Glauco, o jovem irmão de Platão. E quem chega poucos minutos mais tarde? Um bando inteiro! Polemarco, naturalmente, o que é filho de Céfalo, mas também Nicerato, filho de Nícias, e um punhado de outros que são filhos de um punhado de outros, bem como... adivinhem! A irmã de Platão, a bela Amanda. Todas essas pessoas, assim como Sócrates e Glauco, vinham da festa.

Polemarco, aquele que etc., informou então a Sócrates que, sozinho contra um bando inteiro não estava em condições de duelar, nem mesmo apoiado pelo mencionado Glauco, por mais irmão de Platão que ele fosse. Cumpriam então que ele aceitasse o imperioso convite, que todos vinham fazer-lhe, para ir jantar na soberba mansão com vista para o porto onde morava Céfalo. Sócrates objetou que, em vez de deflagrar uma discussão inglória, também era capaz de dialogar serenamente e convencer a todos de que havia boas razões para ele voltar para casa. Polemarco replicou que iam todos tapar os ouvidos e ignorar seus melífluos argumentos.

Foi nesse momento crítico que interveio, melíflua por dois, a petulante irmã de Platão, a supracitada Amanda: “Não sabem que esta noite, estendendo as festas pela deusa vesga dos Setentrionais, os armadores do porto organizaram uma corrida equestre de tochas? Hein! O que me dizem?” – “Raios!” exclama Sócrates, visivelmente encantado diante da

desenvoltura da rapariga, “uma corrida de revezamento a cavalo? É passando os archotes que as equipes correm e vencem?” – “Exatamente!” responde Polemarco-filho, penetrando na brecha das defesas de Sócrates. “E, terminada a corrida, a municipalidade oferece um grande baile noturno. Iremos depois do jantar, teremos uma multidão! Beldades a granel, todas as amigas de Amanda, podemos conversar até a madrugada. Vamos! Ceda!”

O jovem irmão de Platão, o mencionado Glauco, capitulou na hora, enquanto Sócrates alegrava-se secretamente por ter de acompanhá-los, ainda mais numa comitiva em que a jovem Amanda, literalmente, irradiava. Foi assim que o bando inteiro apareceu na casa de Céfalo. Muita gente já circulava pela mansão do porto. Estavam lá Lísias, Eutidemo, as irmãs de Eutidemo acompanhadas por Trasímaco, aquele nascido na Calcedônia, Carmântides, o que nasceu em Peanea, e também Clitofonte, que é filho de Aristônimo. E claro, o velho papai Céfalo, bastante decrépito, prostrado sobre almofadas, uma coroa atravessada na cabeça, pois acabava de degolar uma galinha no terreiro à guisa de sacrifício à deusa vesga dos Setentrionais.

Formou-se respeitosamente um círculo ao redor do simpático destroço. E ei-lo a repreender Sócrates:

– Caro Sócrates, não se pode dizer que você apareça muito neste subúrbio portuário para me visitar! Não obstante, isso seria “bacana”, como dizem os jovens que o seguem a toda parte. Se eu ainda tivesse forças para me deslocar com facilidade até o centro, você não precisaria se dar ao trabalho de vir até aqui, seria eu quem iria à sua casa. Porém, considerando o estado de minhas pernas, terá de vir com mais frequência. Devo confessar que, se pouco a pouco sinto que diminuem os prazeres que podemos extrair do corpo, ao mesmo tempo sinto aumentar os que extraímos da conversação. Não lhe seria possível, sem que isso implique você abandonar essa encantadora mocidade, vir aqui mais vezes, como um amigo, como um hóspede íntimo desta vivenda?

Sócrates responde sem titubear:

– Naturalmente que sim, caro Céfalo! Na verdade, é o que desejo. É sempre um prazer dialogar com anciãos veneráveis como você; parece-me efetivamente que convém inquirir-se junto a eles acerca da natureza exata dessa última porção do caminho da vida em que eles nos precedem e que, por nossa vez, deveremos percorrer. Será pedregoso e hostil esse caminho?

Ou fácil e convidativo? Gostaria muito de saber sua opinião, uma vez que você alcançou o exato momento a que os poetas se referem pela expressão “limiar da grande idade”. Seria um período penoso da vida? Afinal, como o vê?

– Como sabe, caro Sócrates, vou muito às reuniões do Círculo dos Idosos, um belo prédio que a municipalidade construiu ao sul do porto. Evidentemente, evocamos os bons tempos. Quase todos da minha faixa etária lastimam-se, corroídos pela lembrança dos prazeres da mocidade: sexo, álcool, banquetes, tudo o mais. Revoltam-se contra o tempo que passa como se houvessem perdido fortunas. E digo a você que antes a vida era boa, e repito que hoje não é sequer vida digna de tal nome... Há quem remoa as afrontas que sofre em casa: os jovens de suas famílias tiram proveito de sua idade avançada, são só gracejos e insolências. Daí todos repisarem seus males, cuja causa, segundo eles, é a velhice. Já eu, de minha parte, penso que eles não questionam a verdadeira causa. Pois se fosse a velhice, eu também sofreria seus efeitos, e, junto comigo, todos, sem exceção, que atingiram a mesma idade. Ora, encontrei pessoalmente velhos numa disposição bem diferente. Um bom exemplo é o imenso poeta Sófocles. Eu estava nas imediações quando um jornalista veio entrevistá-lo e lhe perguntou, de maneira, devo dizer, assaz grosseira: “Então, Sófocles, como anda você no quesito sexo? Ainda sente-se em condições de deitar com uma mulher?” O poeta calou-o de maneira soberba: “Você está falando de ouro, cidadão!” respondeu-lhe. “Para mim é maravilhoso estar isento do desejo sexual, finalmente livre das garras de um senhor irascível e selvagem!” Senti então claramente a beleza dessa resposta e ainda hoje seu efeito sobre mim não diminuiu. Quando chega a grande idade, todas essas histórias de sexo são encobertas por uma espécie de liberdade reconfortante. Os desejos arrefecem, ou mesmo desaparecem, e a sentença de Sófocles realiza-se de ponta a ponta: somos efetivamente libertados de uma massa de senhores tão loucos quanto exigentes. Enfim, todos esses queixumes de velhos com respeito às suas tribulações domésticas têm apenas uma única causa, que não é a velhice, mas os costumes dos homens. Para os que são disciplinados e abertos, a velhice não é realmente penosa. Para os que não são nem um nem outro, juventude e velhice são idênticamente deploráveis.

Como a polidez exige que se aprove esse tipo de réplica, e até mesmo que se a instigue novamente, é com o objetivo exclusivo de restituir a palavra ao velho que Sócrates lança uma trivialidade:

– Quando você profere essas coisas sensatas e magníficas, meu caro Céfalo, imagino que seus interlocutores não concordem. Eles pensam que é menos árduo envelhecer quando se está sentado sobre um monte de ouro, e é a suas consoladoras riquezas que atribuem sua serenidade, em vez de à sua grandeza d’alma. Não tenho razão?

Céfalo aproveitou a deixa e prosseguiu:

– Obviamente, eles não acreditam em mim. Aliás, não digo que sua crítica não valha nada, mas ela é menos decisiva do que eles imaginam. Penso na maravilhosa história que me contaram a respeito do Grande Almirante da Frota. Um dia, ele é açoitado pelas ofensas de um fulano vindo de um buraco perdido do Norte, de Sériposse, creio. “Você não tem nenhum mérito próprio”, berra o sujeito, um republicano furioso, “reduzido a você mesmo, você não passa de um aborto! Você deve tudo ao poderio de Atenas e ao devotamento de seus cidadãos!” O Grande Almirante da Frota, muito calmo, diz então ao energúmeno: “Estou de acordo, cavalheiro, se eu fosse de Sériposse, ninguém conheceria meu nome. Porém, ainda que você fosse de Atenas, ninguém conheceria o seu.” Poderíamos nos inspirar no Grande Almirante para responder àqueles pouco afortunados que não toleram envelhecer: “Tudo bem, é possível que um homem cheio de sensatez tenha dificuldade para envelhecer em perfeita serenidade, ainda mais se não dispuser de todos os recursos; mas é certo que um homem desprovido de toda sensatez pode até ser costurado em ouro, nem por isso sua velhice será menos melancólica.”

Sócrates quer formalizar essa história a respeito do humor dos ricos:

– Diga-me, Céfalo, você é um herdeiro ou um *self-made-man*?

– Nem um nem outro. Meu avô, um Céfalo também, era um típico *self-made-man*. Herdou uma fortuna comparável à minha, que ele multiplicou por cinco. Lisânias, meu pai, era um autêntico herdeiro: num piscar de olhos praticamente reduziu a pó o que legara de meu avô, de modo que, quando morreu, tinha um pouco menos de dinheiro do que possuo atualmente. Como vê, subi um pouco a ladeira, mas não muito. Não sendo nem meu avô nem meu pai, limito-me a deixar a meus filhos nem muito mais do que eu mesmo herdei de meu pai, nem menos. “Um pouco mais”, esta é minha divisa em todas as coisas.

– Minha pergunta – responde Sócrates – deve-se ao fato de não me parecer que você adorasse o dinheiro. Ora, é este geralmente o caso

daqueles que, mais herdeiros que *self-made-men*, não tiveram que fazer fortuna por conta própria. Os *self-made-men* são duas vezes mais aferrados ao dinheiro que os herdeiros. Como os poetas que adoram seus versos, ou os pais, seus filhos, os homens de negócios levam muito a sério os negócios, porque estes são obra pessoal. Além disso, como qualquer um, apreciam o conforto que eles proporcionam. Daí essas pessoas serem maçantes em sociedade: só têm o dinheiro na boca.

– Infelizmente – diz Céfalo –, isso é a pura verdade.

Sócrates aproveita a deixa:

– Mas se aqueles que falam sempre de dinheiro são tão maçantes, o que dizer então do próprio dinheiro? Não é ele, na realidade, que é insuportável? Na sua opinião, Céfalo, que bem superior a qualquer outro a opinião comum discerne na posse de uma enorme fortuna?

– Devo ser praticamente o único a apreciá-la! Situemo-nos no momento em que alguém começa a pensar seriamente que vai morrer. Acha-se então às voltas com preocupações e temores relativos a coisas antes indiferentes para ele. Lembra-se das histórias contadas a respeito do Inferno, sobretudo que a justiça lá embaixo é feita de todas as injustiças daqui. Antigamente, como *bon vivant*, ele zombava dessas fábulas. Agora, como Sujeito, pergunta-se se elas são verdadeiras. Enfim, nosso homem, debilitado pela idade avançada e imaginando-se no umbral do além, escuta com uma atenção redobrada todas essas narrativas fabulosas. Atormentado pela desconfiança e o pavor, passa em revista as injustiças que foi capaz de cometer ao longo da vida. Encontrando uma profusão delas, desperta bruscamente à noite, aterrorizado como uma criança visitada por um pesadelo, e os dias para ele não passam mais senão de uma funesta expectativa. Contudo, se o seu exame de consciência nada revela de injusto, ele é invadido por uma agradável esperança, a que o poeta chama de a “nutriz da velhice”. Você deve se lembrar, caro Sócrates, desses versos em que Píndaro descreve aquele cuja existência foi tão somente justiça e piedade:

Nutriz do ancião,

Ela é sua verdadeira companheira e lhe aquece o coração.

A suave esperança, a única que consola

O pensador às portas da morte.

Píndaro mostra uma força e exatidão arrebatadoras nesses versos! É com eles na cabeça que respondo sem hesitação à pergunta que você me faz: a riqueza do proprietário é bastante vantajosa não genericamente, mas para o homem que sabe servir-se dela com o objetivo de dar provas de equidade. “Equidade” quer dizer aqui: jamais fazer uso da mentira ou do fingimento, sequer involuntariamente, não ter nenhuma dívida com quem quer que seja, quer se trate de um homem a quem se devesse dinheiro ou de um deus a quem se devesse um sacrifício. Em suma, não ter nenhum motivo para rezear a viagem para o além. É evidentemente mais fácil ser equânime quando se é um rico proprietário, e esta é uma vantagem enorme. A riqueza tem muitas outras, nós o sabemos; mas se as examinarmos uma a uma, não vejo nenhuma que, para um homem plenamente capaz de pensar, seja mais importante.

– Belo discurso! – exclama Sócrates. – Mas essa virtude de justiça, cuja importância você aponta, poderemos dizer que já a examinamos mediante as duas propriedades que você lhe reconhece: nas palavras, a verdade, e na vida prática, a restituição do que lhe emprestaram? A dificuldade, parece-me, é que uma ação em conformidade com essas duas propriedades pode ser ora justa, ora injusta. Tomo um exemplo: alguém emprestou armas a um amigo cheio de bom-senso, ora, esse amigo vira um louco furioso e exige suas armas de volta. Quem afirmará que é justo restituí-las ou mesmo buscar, a todo custo, dizer a verdade, nada senão a verdade, a esse doente mental?

– Eu não, em todo caso! – diz Céfalos.

– Como pode constatar, “dizer a verdade” e “devolver o que lhe emprestaram” não formam uma definição de justiça.

Polemarco, que ainda não se pronunciara, sai bruscamente de sua reserva:

– A crer no imenso poeta que é Simônides, é, ao contrário, uma excelente definição.

– Vejo que não saímos do impasse – comenta o velho Céfalos. – Deixo a sequência do debate com vocês. Ainda tenho de fazer o sacrifício de um bode preto.

– Em suma – Sócrates graceja –, Polemarco herda sua conversa afortunada!

– Exatamente! – sorri Céfalos.

E desaparece para sempre do debate que nos ocupa e irá durar – os protagonistas sequer desconfiam disso – mais de vinte horas!

– Pois bem – retoma Sócrates, voltado para Polemarco –, você, herdeiro das réplicas, fale-nos então um pouco por que tem em tão grande estima as declarações de Simônides, o poeta, sobre a justiça.

– Quando Simônides declarou ser justo devolver o que devemos a outro, ruminei: ele falou com pertinência.

– Ah, esse Simônides! Sábio, inspirado! Como não concordar com ele? Dito isso, o que significa efetivamente o que ele fala sobre a justiça? Você sabe, Polemarco? Pois eu, em todo caso, não faço a menor ideia. Está claro que de toda forma ele não defende – é nosso contraexemplo de ainda há pouco – que devamos devolver, a um camarada completamente louco que a exige, a pistola que ele entregou a alguém. No entanto, é na verdade uma coisa que lhe devemos. Ou não?

– Sim.

– Concordamos então que, se você lhe entregou essa pistola, não é porque seu proprietário, agora louco de pedra, a exige de volta que convém restituí-la. Simônides, o sábio poeta, quer então dizer outra coisa do que diz quando enuncia ser correto restituir o que devemos.

– É evidente que ele tem outra coisa na cabeça. “Restituir” significa que devemos retribuir aos amigos as provas de amizade que eles nos dão. Aos amigos fazemos o bem e nenhum mal.

– Tudo se ilumina, caramba! Um devedor que restitui a um prestador o dinheiro que lhe tomou emprestado não devolve ao prestador o que lhe é devido se essa restituição por parte do devedor, assim como sua aceitação pelo prestador, for danosa ao mencionado prestador e se, além disso, prestador e devedor forem ligados pela amizade. Ufa! Seria de fato este, segundo você, o sentido da frase de Simônides?

– Exatamente.

– E aos próprios inimigos, convém devolver aquilo que, por um ardiloso acaso, houvermos por bem lhes dever?

– E como! O que devemos, devolvemos! E o que devemos a um inimigo, na medida em que se trata de um inimigo é: o mal!

– Foi como verdadeiro poeta, dir-se-ia, que Simônides transformou a definição da justiça num obscuro enigma. Ele afirma, se o entendi, que seria

justo restituir a cada um o que lhe cabe e que ele curiosamente chamou de “o que lhe é devido”.

– E então – irrita-se Polemarco –, onde está o problema?

– Nesse grau de profundidade poética, apenas o grande Outro pode sabê-lo. Suponhamos que o grande Outro pergunte ao poeta: “Simônides! A arte chamada ‘medicina’, a quem ela restitui o que lhe cabe, ou, em seu jargão, o que lhe é devido?” O que responderia o nosso poeta?

– Simples como andar para a frente! Ele responderia que a medicina dá aos corpos os remédios, a comida e a bebida.

– E o cozinheiro?

– O cozinheiro? Que cozinheiro? – indaga Polemarco, enlouquecido.

– A quem ele dá o que lhe cabe, ou é “devido”, se preferir, e em que consiste esse dom?

– O cozinheiro dá temperos apropriados ao que cozinha.

Nesse ponto, Polemarco está satisfeito consigo mesmo. Em todo caso, Sócrates felicita-o:

– Excelente! E a arte chamada “justiça”, então, ela dá o quê e a quem?

– Se pautarmos a justiça pela cozinha e a medicina, e se formos fiéis a Simônides, diremos: a justiça, conforme diga respeito a amigos ou inimigos, distribui vantagens ou calamidades.

– É isso! Claro como água da mina: Simônides diz que a justiça consiste em fazer bem aos amigos e mal aos inimigos. Perfeito, perfeito... Mas, diga-me: amigos adoecem, inimigos também. Quem é o mais capaz, em se tratando do par saúde-doença, de fazer bem a uns e mal a outros?

– Trivial: o médico!

– E se amigos e inimigos embarcarem para uma longa travessia, capaz, em caso de tempestade, de salvá-los ou afogá-los?

– Não há motivo para preocupação: o piloto do navio.

– E o justo? Em que circunstâncias práticas e com vistas a que objetivo ele se mostra mais apto a servir os amigos e prejudicar os inimigos?

– Essa é fácil: na guerra. Defendemos uns, atacamos os outros.

– Caríssimo Polemarco! Para os que vão bem de saúde, o médico é inútil; quem caminha em terra firme não precisa levar consigo um capitão de

corveta. Então, se bem o compreendo, “justiça” e “justo” não fazem nenhum sentido para os que não estão em guerra.

– Que conclusão absurda!

– Logo, a justiça seria útil em tempos de paz?

– Evidentemente.

– Tal como a agricultura, para obtermos bons frutos, ou o sapateiro, para obtermos sapatos. Qual seria então a utilidade da justiça em tempos de paz? O que ela permite adquirir?

– Ela permite avaliar, assegurar, consolidar relações simbólicas.

– Você quer dizer convenções acertadas com alguém?

– Sim, pactos que têm regras cujo respeito é assegurado pela justiça.

– Examinemos mais detidamente. Quando você joga xadrez, você coloca as peças no tabuleiro numa certa ordem. É uma convenção simbólica, segundo suas palavras. O mais eficaz, no que se refere a essa disposição das peças, é o homem justo ou o jogador profissional? Outro exemplo: você constrói uma casa. Para dispor como convém, segundo a regra, tijolos e pedras, quem é mais útil, quem é o melhor: o homem justo ou o pedreiro? Veja, mais um: o músico é seguramente melhor que o justo no que se refere a arranhar as cordas de um violão segundo a convenção que rege os acordes. Então, em que situação, quando está em pauta uma regra simbólica, o justo é um parceiro melhor que o jogador, o pedreiro ou o violonista?

– Penso que nos assuntos envolvendo dinheiro.

– Que assuntos de dinheiro? Se formos usar dinheiro, por exemplo para comprar um cavalo, o bom conselheiro, o homem dos símbolos eficazes, será o exímio cavaleiro; e se formos vender um barco, é preferível estar associado a um marujo do que a um justo que não entende nada do assunto. Insisto na pergunta: se tivermos de receber ou gastar dinheiro, em que circunstâncias o justo será mais útil que os demais?

– Julgo ser quando queremos recuperar sem perdas o dinheiro que depositamos ou emprestamos.

– Em suma, é quando não temos a intenção de usar o dinheiro e o deixamos dormir? Eis o que é muito interessante! A justiça serve na mesma proporção que o dinheiro não serve para nada...

– Receio deveras.

– Continuemos nessa trilha promissora. Se quisermos deixar um computador mofando no armário, a justiça é útil; se quisermos usá-lo, é o técnico em informática; se tivermos de guardar um violino empoeirado ou um fuzil enferrujado num canto do porão, é então que a justiça é indispensável! Porque, se quisermos tocar um concerto ou matar um faisão, é preferível um violinista ou um caçador.

– Não vejo muito aonde pretende chegar.

– A isto: a crer no poeta Simônides, seja qual for a prática considerada, a justiça é inútil na ação e útil na inação.

– Estranha conclusão! O que pensa sobre isso o amigo Polemarco? – insinua Amanda.

Sócrates bate o martelo.

– Em suma, para Simônides e para você, a justiça não tem nenhuma importância. O que vale uma coisa que não é útil senão quando é inútil? Mas há pior! Suponho que admita que um pugilista profissional cujo soco é temível também sabe aparar os golpes do adversário... Ou melhor: que aquele que sabe proteger-se de uma infecção sexual transmissível é o mesmo que sabe contaminar seu parceiro ou parceira sem que ele ou ela sequer desconfiem.

– Amigo Sócrates! – queixa-se Polemarco. – Está fugindo do assunto! O que a sífilis ou a aids têm a ver com isso?

– Permita-me um último exemplo. Aquele que se mostra impecável defensor de um exército em campanha e aquele que sabe ocultar do inimigo seus projetos e planos de ação, não são eles um único e mesmo homem?

– Sim, sim, claro! Seus exemplos só fazem repetir a mesma ideia...

– ... ideia que é a seguinte: aqueles dotados para a vigilância o são igualmente para o roubo.

– Isso no fundo não seria uma obviedade?

– Talvez, talvez... Mas nesse caso, se o justo é dotado para guardar o dinheiro que lhe entregaram, o é igualmente para roubá-lo.

– Era aí que pretendia chegar o célebre Sócrates?

O duelo Sócrates-Polemarco é acirrado. Glauco e Amanda contam os pontos:

– Exatamente! – retorque Sócrates. – O justo, tal como você o definiu, aparece-nos subitamente como uma espécie de ladrão. E creio que você

aprendeu essa estranha doutrina em Homero. Com efeito, nosso poeta nacional adora o avô de Ulisses, um tal de Autólico, a respeito do qual afirma sofregamente que, no que se refere a roubo e perjúrio, não temia ninguém. Daí, deduzo que, para Homero, para Simônides e para você, caro Polemarco, a justiça é a arte do ladrão...

– De forma alguma! De forma alguma! – interrompe-o Polemarco.

– ... com a condição – continua imperturbavelmente Sócrates – de que essa arte sirva aos amigos e prejudique os inimigos. Roubar dos inimigos para dar aos amigos não é sua definição de justiça? Ou o compreendi mal?

– Você está confundindo minha cabeça, nem sei mais o que eu queria dizer. Mas insisto num ponto: a justiça consiste em servir aos amigos e prejudicar aos inimigos.

– O que chama de amigo? Aquele que lhe *parece* ser um sujeito legal ou aquele que *é* realmente uma pessoa de bem, ainda que não aparente tal coisa? E faço-lhe a mesma pergunta para o inimigo.

– Faz sentido amar aqueles que julgamos ser pessoas de bem e detestar os canalhas.

– Contudo, você bem sabe, acontece de nos enganarmos: às vezes vemos pessoas de bem onde só há canalhas, e canalhas onde todo mundo é honesto. Nesse caso, são os bons que são nossos inimigos e os maus, nossos amigos.

– Infelizmente acontece, é um fato – concede Polemarco.

– Continuando nessa hipótese, constatamos – se aceitarmos a definição de Homero, de Simônides e a sua – ser justo prestar serviço aos canalhas e prejudicar as pessoas de bem. Como as pessoas de bem são justas e jamais cometem injustiça, devemos concluir que, segundo você, é justo prejudicar os que nunca são injustos.

– Mas o que você está dizendo? Só um canalha pode pensar assim!

– Logo, é aos injustos justo prejudicar e aos justos injusto não servir?

– Ah! Melhorou muito!

– Sendo assim, a partir do momento em que alguém se enganou sobre a verdadeira natureza das pessoas, é possível que seja justo, no que lhe concerne, prejudicar seus amigos, que no fim não passam de canalhas e justo servir a seus inimigo que são pessoas de bem. O que é diametralmente oposto ao discurso que atribuimos a Simônides.

Satisfeito, Sócrates volta-se para os jovens: ele marcou um ponto, certo? Mas Polemarco não desiste:

– Esse belo raciocínio prova apenas uma coisa, Sócrates, que nossa definição de amigos e inimigos não é correta. Afirmamos que o amigo é aquele que nos *parece* ser uma pessoa de bem. Cumpre dizer: o amigo é aquele que ao mesmo tempo *parece* e *é* uma pessoa de bem. Aquele que parece ser uma pessoa de bem sem o ser não é um amigo, é um mero fingidor. Juntaremos da mesma forma o ser e o parecer no caso do inimigo.

– Magnífico! O honesto então é o amigo e o canalha, o inimigo. Por conseguinte, devemos mudar a definição de justiça. Era: é justo fazer bem a um amigo e mal a um inimigo. Na realidade, convém dizer: é justo fazer bem a um amigo que é uma pessoa de bem e fazer mal a um inimigo que é um canalha.

– Creio – diz Polemarco, aliviado com o aparente consenso – que encontramos a solução do problema.

Sócrates, porém, com um sorriso no canto da boca, retruca:

– Devagar com o andor! Mais uma perguntinha. A natureza de um homem justo autoriza-o a prejudicar seu próximo, seja ele quem for?

– Claro! Você acaba de dizê-lo: devemos prejudicar todos os canalhas, principalmente se forem nossos inimigos.

– A propósito dos cavalos, dizem...

– Cavalos? – sobressalta-se Polemarco. – De onde vêm esses cavalos? Algum cavalo teria sido um dia um canalha inimigo de alguém?

– ... dizem – obstina-se Sócrates – que, se os maltratarmos, eles não melhoram.

– Isso é mais que sabido! Maltratar um cavalo é transformá-lo num rocim.

– E a respeito dos cães?

– Cães, agora! Por acaso estamos procurando a justiça num zoológico!

– Não, mas eu constato, examino, comparo. Se maltratarmos os cavalos, eles pioram, em relação ao que é a virtude própria do cavalo, que é galopar sempre em frente carregando alegremente seu cavaleiro, a couraça do cavaleiro, suas perneiras, sua lança e suas provisões. Bem entendido, a virtude própria do cavalo não é a do cão, longe disso. Para o cão, está fora de questão carregar o encouraçado e suas perneiras. O que continua sendo

verdade é que se maltratarmos um cão, ele se torna ora medroso, ora feroz, mas, em todo caso, muito mau relativamente à sua virtude própria de cão doméstico, que não é, repito, a do cavalo. Logo, isso é verdade para cães e cavalos.

– O que é verdade, Sócrates? Assim avançamos feito mulas.

– A verdade é que se os maltratamos, desnaturamos sua virtude própria. Do cavalo e do cão ao homem, o que deduzimos? Se maltratamos a espécie humana, ela não se torna pior, relativamente à sua virtude própria?

– Compreendi! Você estava introduzindo o homem por meio do cão! A conclusão me parece excelente. Mas ainda precisamos determinar o que é a virtude própria do homem. Não é como galopar ou ladrar!

– Mas é disso que falamos desde o início da noite! Afirmamos que *a virtude própria da espécie humana é a justiça!* Resulta de nossa comparação, portanto, que, se maltratamos os homens, tornamo-los mais injustos do que eram. Logo, é impossível um justo maltratar quem quer que seja.

– Espere! Alguma coisa me escapou nesse ponto, não vejo a lógica do raciocínio.

– Um músico não pode, exclusivamente mediante o efeito de sua música, formar um analfabeto musical, assim como um cavaleiro, exclusivamente mediante a arte equestre, um cavaleiro pífilo. E sustentaremos que um justo pode, exclusivamente mediante o efeito de sua justiça, deixar alguém mais injusto do que é? Ou, para resumir, que a virtude dos bons é o que engendra os canalhas? Isso é tão absurdo quanto sustentar que o efeito do calor é esfriar ou o da secura, molhar. Não, não pode estar na natureza de uma pessoa de bem prejudicar quem quer que seja. E como o justo é uma pessoa de bem, não está em sua natureza prejudicar seu amigo, ainda que seja um canalha, nem, de resto, prejudicar quem quer que seja. Esta é uma propriedade do injusto, que, por sua vez, é um canalha.

Aturdido, Polemarco capitula:

– Devo render-me, receio. Você é demais para mim.

Sócrates nocauteia o interlocutor:

– Se alguém, mesmo Simônides, mesmo Homero, declara que a justiça consiste em devolver a alguém o que lhe devemos e se o seu pensamento subjacente é que o homem justo deve prejudicar seus inimigos e servir a

seus amigos, sustentaremos intrepidamente que essas declarações são indignas de um sábio. Porque, pura e simplesmente, isso não é verdade. A verdade – ela refulgiu para nós em todo seu brilho ao longo do diálogo – é que nunca é justo prejudicar. O fato de vários luminares, de Simônides a Nietzsche, passando por Sade e muitos outros, sustentarem o oposto não nos impressionará mais, nem a mim nem a você. De resto, muito mais que aos poetas ou pensadores, a máxima “é justo prejudicar os inimigos e servir aos amigos” parece-me apropriada aos Xerxes, Alexandre, Aníbal, Napoleão ou Hitler, a todos aqueles em quem a extensão do poder provocou, por um tempo, uma espécie de embriaguez.

Polemarco exulta:

– É toda uma visão de mundo que você nos descortina! Estou pronto a cerrar fileiras ao seu lado.

– Então, começemos pelo começo. Se a justiça não é o que os poetas e tiranos afirmam que é, o que será então?

1. CALANDO O SOFISTA (336b-357a)

A PERGUNTA DE SÓCRATES resultara num silêncio incômodo. Trasímaco então percebeu que era hora de intervir. Muitas vezes, durante a discussão, atormentara-o um ardente desejo de participar. Mas seus vizinhos haviam-no impedido, querendo captar o encadeamento das réplicas. Dessa vez, aproveitando-se da balbúrdia que se sucedeu – é verdade, singularmente brutal – à forma inicial da questão, evadindo-se enfim da calma que lhe haviam imposto, retesando todos os seus músculos, encolhido qual uma fera prestes a retesar compridas garras, Trasímaco avançou em direção a Sócrates para despedaçá-lo e devorá-lo em carne viva. Sócrates e Polemarco, aterrados, recuaram, sobressaltados. Ao chegar ao centro da sala, o monstro fuzilou com o olhar todos os presentes e começou a falar com uma voz à qual o teto alto da sala, as sacadas envidraçadas, a noite deitada sobre os véus, o mundo inteiro pareciam conferir a força do trovão:

– Que sórdido palavrório nos inflige Sócrates horas a fio! Para que essas cabriolas, por que insistir em nos irrigar com suas idiotices? Se quer saber o que é a justiça, pare de fazer perguntas no vazio e esfregar as mãos quando refuta o que um obscuro comparsa gargareja. Perguntar é fácil, responder é menos. Diga-nos de uma vez por todas como define a justiça. E não venha com essa história de que a justiça é tudo menos a justiça, que é o dever, o útil, o vantajoso, o lucro, o juro e assim por diante. Diga-nos com precisão e clareza o que tem a dizer. Porque, de minha parte, não farei como os figurantes do seu picadeiro, que engolem sua verborreia!

A essas palavras, Sócrates, que finge – ou sente – uma estupefação assustada, encara por um instante Trasímaco como fazemos ao encontrar, por uma noite de neve, um lobo que cisma de nos apontar seus olhos cruéis, e então – dizem as velhas do campo – emudecemos. Em seguida, emenda com a voz um tanto trêmula:

– Felizmente esta noite fui eu quem o vi primeiro, feroz retórico! Corri o risco de perder a sua voz! Em todo caso, cogito amansar o lobo que pulou sobre nossa conversação como se esta fosse uma ovelha assustada... Caro Trasímaco! Não se zangue! Se nos enganamos completamente, Polemarco e

eu, no exame do problema, bem sabe que foi involuntário. Suponha que sejamos garimpeiros de ouro, num faroeste, com chapelões e tudo o mais. Porventura isso o fará acreditar que, com os pés na água e a bateia na mão, vamos perder tempo com salamaleques e “Passe na frente, caro confrade!”, correndo o risco de não encontrar absolutamente nada? Ora, é a justiça que procuramos, o que é muito mais importante que um monte de pepitas. Por acaso nos julgaria capazes de trocar rapapés infinitos em vez de nos empenhar seriamente, ele e eu, em fazer despontar a Ideia? Não! Isso é impossível. Na melhor das hipóteses, pura e simplesmente, somos incapazes de encontrar o que procuramos. Nesse caso, digo-lhe, a você e a todos os ardilosos do gênero: em vez de nos esmagar, tende piedade de nós!

Ao fim dessa tirada, Trasímaco emite uma risada sardônica, que provoca calafrios nos presentes:

– E vejam se eu não tinha razão, com mil raios! Ei-la, a famosa ironia socrática! Eu já tinha cantado essa pedra para os meus vizinhos: Sócrates nunca aceitará responder. Ironizará em todos os sentidos e fará qualquer ginástica para não responder a uma pergunta precisa. Por Hércules! Eu já tinha cantado essa pedra!

– Isso é porque você é um grande sábio – alfineta Sócrates – e constrói suas profecias com grande esmero. Se você fosse perguntar a alguém como é possível, num cálculo, encontrar o número doze, pelo que o conheço, você acrescentaria: “O principal, amigo, é que não venha afirmar que é duas vezes seis, nem três vezes quatro, nem vinte e quatro dividido por dois. Menos ainda que é onze mais um, ou oito mais quatro, ou, como escreve o coitado do Kant, sete mais cinco. Não me venha com banalidades desse tipo.” Sabe perfeitamente, em todo caso, que, com esse tipo de cerceamento, ninguém poderá responder à sua pergunta. Contudo, mesmo assim seu interlocutor pode fazer-lhe uma. Por exemplo: “Qual é exatamente seu objetivo, ó sutilíssimo Trasímaco? Que eu não lhe dê nenhuma das respostas que me proibiu dar? Mas se uma delas, ou mesmo várias, for verdadeira, qual seria sua intenção oculta? Que eu lhe diga outra coisa que não a verdade?” O que responderia a esse suposto interlocutor?

Trasímaco não se desconcerta:

– É simples: o que isso tem a ver com a justiça? Como sempre, você se limita a mudar de cavalo ao perceber que vai perder a corrida.

– Há uma relação! Meu doze e minha justiça são cavalos da mesma estrebaria. Mas suponhamos que não haja relação alguma. Você acha que, se o seu interlocutor, por sua vez, pensar que existe uma, ele vai mudar a resposta que julga verdadeira, unicamente porque você a proibiu?

– Seu bandido! Quer fazer igual! Quer definir a justiça usando uma das palavras que lhe proibi de usar!

– Isso de fato seria possível. Bastaria eu julgar, após um sólido exame dialético, que é a palavra conveniente.

– E essa historiada de dever, conveniente, interesse, vantajoso! É com esse ferro-velho que pretende tapar o lacre furado de seu discurso? Sonso! Se eu demonstrar, primeiro, que existe outra resposta que sequer lhe passou pela cabeça, e, segundo, que essa resposta reduz a pó todas as idiotices que você expeliu, que sentença pronunciará contra si mesmo?

– Pois bem, a que deve cumprir aquele que não sabe: aprender junto àquele que sabe. Condeno-me a padecer esse castigo.

– Até que se safou bem – ri Trasímaco. – Além da aprendizagem, você me dará um bom punhado de dólares.

– Quando eu tiver, se um dia tiver...

Glauco, porém, filho de família rica, não quer que o confronto que se anuncia seja adiado por questões de dinheiro:

– Você fez tudo que podia, Sócrates. E você, Trasímaco, se é dinheiro que almeja, vá em frente! Faremos uma vaquinha em nome de Sócrates.

– Então é isso! – sibila Trasímaco. – Para que Sócrates faça seu número habitual à minha custa: responder, nunca: o outro responde; depois tritura-se o que ele disse, refuta-se e, pronto, mercadoria entregue!

– Mas caríssimo – intervém tranquilamente Sócrates –, como posso responder, considerando, em primeiro lugar, que não sei, em segundo, que passo meu tempo repetindo que a única coisa que sei é que não sei, em terceiro, que, supondo inclusive que eu saiba e diga que sei, eu mesmo assim permaneceria mudo, visto que alguém de alto nível, designadamente você mesmo, me proíbe a priori de dar à pergunta qualquer das respostas que eu julgue apropriadas? Na verdade, você é quem deve falar, uma vez que, em primeiro lugar, diz que sabe e, em segundo, sabe o que diz. Vamos! Não se faça de rogado! Se falar, me dará prazer e mostrará que não

menospreza o desejo demonstrado por Glauco e seus amigos de se instruir junto ao grande Trasímaco.

Glauco e os demais fazem coro, suplicando a Trasímaco que ceda. Obviamente, é o que ele quer, seguro que está das aclamações que receberá sua fulminante resposta à pergunta do dia: “O que é a justiça?” Mesmo assim, continua por um instante fingindo lutar para que Sócrates responda. No fim, capitula com o seguinte comentário:

– Exemplo típico da “sabedoria” de Sócrates: proclama não ser professor de ninguém, porém, no que se refere a roubar o saber dos outros, diz sempre “presente” e nunca “obrigado”!

– Quando você fala – retorque Sócrates – que me instruo junto aos outros, está certíssimo. Erra, porém, ao afirmar que jamais agradeço. Claro, não pago as aulas, pois não tenho dólares, nem euros, nem dracmas, nem ienes. Em contrapartida, sou riquíssimo em elogios. Aliás, assim que apresentar uma resposta à nossa questão, resposta a cujo respeito a intuição me diz que irá nos surpreender a todos, verá o ardor com que admiro aquele que se expressa bem.

Trasímaco adianta-se então, todo empertigado, e fecha os olhos como se fosse a Pítia em transe. No pátio, invadido pela sombra, o silêncio é impressionante.

– Escutem, escutem bem. Digo que o que é justo não é e não pode ser nada além do interesse do mais forte.

Dardeja então seu olhar esmagador na direção de Sócrates. Mas o silêncio se estende, pois Sócrates, por sua vez, baixote e barrigudo, olhos esbugalhados, braços pendentes, parece um cão ao qual se oferece um quarto de abóbora.

Trasímaco não parece satisfeito.

– Não ouço seus famosos elogios, você continua mudo como uma carpa. Trata-se de um mau jogador, totalmente incapaz de saudar a vitória do adversário. E proclama-se o mais sábio dos homens! Parabéns!

– Perdoe-me, mas primeiro quero ter certeza de compreendê-lo. Vejamos. Você diz: “O que é justo é do interesse do mais forte.” O que significa exatamente esse enunciado? Tomemos um ciclista. Suponhamos que ele seja o mais forte para escalar montanhas numa bicicleta. Suponhamos que seu interesse seja dopar-se, aplicando-se injeções de eritropoietina nos glúteos para correr ainda mais rápido e pulverizar todos os recordes. Ainda

assim, você insistiria em afirmar que o que é justo para nós, sendo do interesse do mais forte, é furar nossas bundas sem misericórdia?

– Você é simplesmente abjeto, Sócrates. Vira minhas palavras de ponta-cabeça, faz uma piada asquerosa e tudo isso para me ridicularizar.

– Em absoluto. Julgo apenas que deve jogar algumas luzes sobre sua magnífica sentença, dura e preta como carvão...

– Carvão? Que história é essa?

– ... do carvão de que extraímos diamantes. Cozinhe um pouco sua frase no caldo do seu contexto, para falar como nossos oradores modernos.

– Percebo. Decerto não ignora que as Constituições dos diferentes países podem ser monárquicas, aristocráticas ou democráticas. A propósito, em todos os países, o governo detém o monopólio da força, sobretudo da força armada. Constatamos, portanto, que todo governo faz leis no interesse próprio: os democratas fazem leis democráticas, os aristocratas, leis aristocráticas, e assim por diante. Em suma, os governos, que dispõem da força, declaram ser legal e justo o que é de seu interesse. Se um cidadão desobedece, eles o castigam, na medida em que ele viola a lei e comete uma injustiça. Eis, meu caro, o que afirmo ser uniformemente o justo em todos os países: o interesse do governo vigente. E, uma vez que é esse governo que detém o monopólio da força, a consequência deduzida por qualquer um que raciocine corretamente é que, em toda a parte e sempre, o justo é idêntico ao interesse do mais forte.

E Trasímaco percorre a plateia com um olhar vencedor.

A fisionomia de Sócrates ilumina-se:

– Compreendi o que você queria dizer!

Porém, logo em seguida, assume um ar severo:

– Infelizmente não estou de todo seguro de que isso seja verdade. Alguém que já o houvesse escutado poderia dizer – e Sócrates imita um ator cômico, falando com o nariz: “Curioso! Curioso! E eu diria até mais: curioso! Trasímaco proíbe categoricamente a Sócrates de afirmar que a justiça é o interesse. E, dois minutos mais tarde, o que ele trombeteia? Que a justiça é o interesse.” Evidentemente, eu objetaria a esse desmiolado: “Atenção, cavalheiro, atenção! O interesse, sim, mas do mais forte!”

– Precisão banal! – zomba Trasímaco.

– Importante ou não, a coisa ainda não está clara. O que está absolutamente claro é que devemos examinar se é de fato a verdade que sai de sua boca, nua e pura como um querubim.

– Esse Sócrates! – diz Trasímaco, hílare, voltado para a plateia. – Ele acha que eu cuspo anjos!

– Deixemos para mais tarde a análise de seu escarro. Que o que é justo derive do interesse de um Sujeito, concordo. Que cumpra acrescentar “do Sujeito que é o mais forte”, não estou muito certo, teria de examinar mais detidamente.

– Veja, Sócrates, examine, considere, sopes e distorça. Nós o conhecemos, vá!

– Pareceu-me compreender que, para você, é justo obedecer aos dirigentes do Estado. A propósito, suponho que você admita que esses dirigentes não são infalíveis, e sim falíveis.

– Evidentemente!

– Por conseguinte, quando hão por bem promulgar leis, fazem isso ora como é mister, ora desastradamente, não?

– Para atinar com observação tão banal e destituída de qualquer sentido, você deve ter levado uma boa hora.

– Sem dúvida, sem dúvida... Mas a crer em você, diríamos que, no caso de um governante, promulgar leis adequadas é servir a seu interesse, e inadequadas, contrariá-lo. De acordo?

– Isso é óbvio.

– E, a seu ver, é justo cumprir o que os governantes decidiram?

– Você está se repetindo! Sim, sim e sim!

– Logo, se adotarmos sua definição da justiça, podemos concluir que é justo não só fazer o que é do interesse do mais forte, como também – e isso é admirável – o contrário: o que vai na contramão do interesse do mais forte.

– O que pretende impingir? – exaspera-se Trasímaco.

– As conseqüências inevitáveis de sua definição. Avancemos com mais vagar. Estávamos de acordo quanto a um ponto que você mesmo julgou trivial: quando os governantes impõem aos governados fazer isso ou aquilo, embora aconteça a esses governantes enganar-se quanto ao que é seu

verdadeiro interesse, permanece invariavelmente justo que os governados façam exatamente o que os governantes lhes ordenam fazer. Sim ou não?

– Já não aguento mais. Que canseira! Sim, sim!

– Logo, você concorda ser justo contrariar o interesse dos governantes, portanto dos mais fortes, quando, de modo involuntário, esses governantes ordenam agir contra eles, uma vez ser justo – você disse e repetiu – fazer tudo que prescrevem os mencionados governantes; segue daí, implacavelmente, que é justo fazer o oposto do que você diz, uma vez que, no caso que nos ocupa, agir contra o interesse do mais forte é o que o mais forte ordena que o mais fraco faça.

A agitação produzida na plateia por essa tirada é considerável. Polemarco desperta, sobressaltado, o pálido Clitofonte ruboriza, Glauco bate com os pés no chão, Amanda coça nervosamente a orelha esquerda. É Polemarco quem se arrisca:

– Creio que só resta a Trasímaco rever seu ponto de vista!

– É isso – sussurra Clitofonte, recuperando a inata palidez cadavérica. – Polemarco está certo, é o que Trasímaco deve fazer.

– Foi o próprio Trasímaco que puxou o tapete embaixo dos pés! – argumenta Polemarco. – Ele concordou que os governantes às vezes ordenam fazer o que se opõe a seu interesse e que é justo que os governados obedeçam!

– Trasímaco – balbucia Clitofonte, cor de gesso – não fez senão estabelecer um princípio: é justo fazer o que os governantes ordenam.

– Trasímaco – explode Polemarco – estabeleceu dois princípios e não um. Primeiro, a justiça é o interesse do mais forte. Segundo, é justo obedecer aos governantes. Após ter assim validado um princípio de interesse e um princípio de obediência, viu-se obrigado a admitir que, eventualmente, os mais fortes intimam os mais fracos e dominados a fazer o que vai contra o interesse deles, os mais fortes. Daí resulta que a justiça é tanto o interesse do mais forte como o que contraria esse interesse.

– Mas – uiva Clitofonte, novamente vermelho sangue-de-boi – quando Trasímaco fala do interesse do mais forte, trata-se de um fenômeno subjetivo: o que o mais forte estima ser de seu interesse. É isso que o mais fraco tem a obrigação de fazer e é isso que, para Trasímaco, é justo.

– Ele não falou nada disso – resmunga Polemarco, embaraçado.

– Pouco importa! – corta Sócrates. – Se Trasímaco pensa agora o que não falou, ele vai falar o que pensa. Ou o que pensa pensar. Vamos, nobre Trasímaco, era esta de fato sua definição de justiça: o que o mais forte imagina ser o interesse do mais forte, e isto independentemente de, no real, tal coisa ser ou não de seu interesse? Podemos dizer que era este o sentido autêntico de seu discurso?

– De forma alguma! – rebela-se Trasímaco, secamente. – Me imputaria a ideia ridícula segundo a qual o mais forte é aquele que se engana, precisamente no momento em que se engana?

– Ora, julguei ser o que você sustentava ao afirmar que os governantes, não sendo infalíveis, enganam-se às vezes quanto ao que é seu interesse.

– Em matéria de argumentação racional, você não passa, Sócrates, de um sicofanta. É como se você chamasse de “médico” aquele que se engana sobre a origem das dores de um doente exatamente no momento em que se engana. Ou “matemático” aquele que faz um erro grosseiro de cálculo no exato momento em que o comete. A meu ver, quando afirmamos que o médico se engana, ou que o matemático se engana, ou que o gramático se engana, isso não passa de palavras vazias. A meu ver, nenhum deles se engana, com a condição de o seu ser, ou melhor, seu ato, corresponder ao nome que lhe damos. De maneira que, ainda a meu ver, e para ser preciso – uma vez que Sócrates não admite imprecisões –, jamais um artesão, um especialista, um criador ou um artista erra a partir do momento em que age em conformidade com o predicado que o identifica. Com efeito, aquele que se engana não se engana senão na medida em que seu saber o abandona e, portanto, quando deixou de ser o artesão, o criador ou o artista que supúnhamos ser. Disso concluo que, sempre do meu ponto de vista, daqueles que denominamos artesão, cientista ou chefe de Estado, nenhum se engana contanto que façam jus a seu título, e isso a despeito de todo mundo repetir estupidamente que o médico errou ou o governante errou. Peço-lhe, Sócrates, que se disponha a compreender minhas últimas respostas à luz destas observações de bom-senso. E para ser, como se diz, absolutamente preciso, a verdade nua e crua pode ser expressa em quatro tempos. Em primeiro lugar, o chefe de Estado, enquanto chefe, não se engana. Em segundo lugar, na medida em que não se engana, ele decide o que é melhor com independência. Em terceiro, o governado deve fazer o que o chefe ordena, e nada além. E em quarto, voltamos ao meu ponto de

partida, quando Sócrates fingiu não ver que ele reduzia a pó todo o seu palavrório: a justiça consiste em adotar como lei o interesse do mais forte.

Ciente da gravidade do momento, Sócrates balança demoradamente a cabeça. Então:

– A seu ver, como gosta de dizer, sou um sicofanta? A seu ver, foi para prejudicá-lo que o interroguei como fiz? Hein? A seu ver?

– Que pergunta! Isso é claro como água da mina! Conhecemos os ardis de Sócrates! Mas, a meu ver, você já começa derrotado. Sua tática é batida e, face a alguém como eu, que a conhece de cor e salteado, seu vigor discursivo não é o suficiente para vencer.

– Isso não me passa pela cabeça, inveterado frasista! Contudo, a fim de evitar meus ardis, poderia nos explicar em que sentido emprega as palavras “chefe de Estado” ou “governo”, e também a expressão “o mais forte”, na sonora fórmula que acaba de engendrar: “A justiça, que é o interesse do chefe de Estado, o qual é o mais forte, é o que o governado, o qual é o mais fraco, deve fazer”? Você emprega essas palavras e expressões no sentido preciso que elas têm para nós ou de maneira vaga e genérica? A seu ver, insisto, isso é do âmbito do dizer ou do por assim dizer?

– É obedecendo à terminologia mais rigorosa possível que, a meu ver, falo do governante e de todo o resto. Dito isso, tente me prejudicar, aja como um sicofanta! Mostre suas armas.

– A seu ver, seria eu louco o bastante para tentar ser o sicofanta de um Trasímaco, em outras palavras, para, com tesouras delicadas, cortar a juba de um leão no galope?

– Não obstante, é o que acaba de tentar, tosador desastrado!

– Deixemos de lado as metáforas cabeludas. Voltemos às nossas dificuldades do momento. O médico, no sentido preciso do termo, aquele sobre o qual você falava agorinha, qual é o seu objetivo verdadeiro? Ganhar dinheiro ou curar os doentes? Responda apenas no que se refere ao médico cuja ação está em conformidade com o substantivo “médico”.

– Curar os doentes, claro!

– E o almirante? O almirante em conformidade com seu nome é chefe dos marujos ou ele mesmo não passa de um marujo?

– Você me irrita! É o chefe dos marujos, pronto. Está satisfeito?

– O fato de, eventualmente, um almirante navegar sozinho numa reles barcaça não tem, quanto à denominação “almirante da frota”, nenhuma influência e não nos obriga a designá-lo como “simples marujo”. Pois não é enquanto ele navega assim ou de outra forma que o chamamos de “almirante”, e sim em razão de seu talento e da ascendência que tem sobre os marujos. Concorda, do seu ponto de vista pessoal?

– Concordo! Mas estamos perdendo tempo com essas bagatelas marítimas.

– Em todo caso, está claro que o médico e o almirante têm um interesse que lhes é peculiar. E o saber que eles dominam visa a buscar, depois a proporcionar a todos, tal vantagem. Evidentemente, um saber considerado em si mesmo não tem outro interesse próprio senão sua perfeição possível. Logo, é possível...

– Não vá tão depressa! – corta Trasímaco. – Que história é essa do interesse de um saber cujo único interesse, por sinal, é o interesse daquele que possui tal saber? Pressinto um embuste ao estilo de Sócrates.

– Serei claro feito água da mina. Suponhamos que você me pergunte se o corpo se basta a si mesmo ou se lhe falta alguma coisa. Responderei: “Certamente lhe falta alguma coisa! Eis por que foi criada a disciplina médica tal como a conhecemos hoje. O corpo volta e meia acha-se em situação precária e não se satisfaz com seu estado. O saber médico desenvolveu-se e organizou-se para servir aos interesses do corpo.” E, pelo que conheço do leal Trasímaco, ele aprovará minha resposta.

Trasímaco ri e assoa-se estrepitosamente.

– Até um idiota aprovaria esse gênero de clichê.

– Logo, você aprova – observa mansamente Sócrates. – Perguntemo-nos agora se, por sua vez, o saber médico acha-se, no mesmo sentido que o corpo, em mau estado. Em caso afirmativo, talvez ele precisasse de outro saber para servir seus interesses e proporcionar-lhe o que lhe falta. Devemos prosseguir? Cumpre admitir que esta segunda disciplina tem, por sua vez e pelas mesmas razões, necessidade de uma terceira e assim por diante até o infinito. Se tal recorrência interminável parece extravagante, podemos voltar ao ponto de partida e supor que o saber médico encarregasse por si só de remediar suas imperfeições. E a terceira possibilidade é que um saber não requeira nem um saber segundo, nem a si mesmo, para obter o que lhe falta, considerando que ele não comporta, enquanto saber real,

nem falta nem erro. Com efeito, observa-se que um saber só procura o interesse daquilo a que ele se aplica, permanecendo, quanto a si próprio, se for autêntico, intacto e completo pelo tempo que, no sentido estrito da palavra “saber”, permanecer integralmente o que é. Temos, portanto, três possibilidades. Um: cada “técnica”, como às vezes se traduz *technê* – saber é efetivamente mais exato, mais pesado –, para sanar suas carências, requer uma técnica dessa técnica, e isso até o infinito. Dois: toda técnica é imediatamente técnica de si mesma, e logo apta a sanar as próprias carências. Três: tomada em si e para si, uma técnica se basta. Meu caro Trasímaco, examine essas três possibilidades e diga-nos qual, a seu ver, claro, é a correta.

– A meu ver, a terceira, sem sombra de dúvida.

– Magnífico! Logo, a medicina não se ocupa do interesse da medicina, mas unicamente dos interesses do corpo; a técnica hípica não se aplica ao hipismo, mas apenas ao cavalo. Uma técnica nunca cuida de seu próprio interesse – aliás, ela não tem nenhum –, mas unicamente do interesse de seu objeto, daquilo a que se aplica o saber que a define.

– Está simplesmente repetindo a escolha que fiz, penso eu, da terceira hipótese. Sempre esse palavrório socrático!

– É para que não me acuse de estender armadilhas. Eis a minha pergunta: um saber obtém daquilo a que ele se aplica os efeitos que ele busca, concorda? Caso contrário, não se trata de um saber, é apenas a técnica de nada.

– Evidentemente! Seus “longos desvios” são de uma ingenuidade!

– Mas aquele que obtém de alguma coisa os efeitos que espera disso é realmente aquele que comanda, o que exerce seu poder sobre a coisa, certo?

Trasímaco franze o cenho, farejando a armadilha. Mas como evitá-la? Escolhe a temeridade:

– De minha parte, não creio que se possa dizer o contrário.

– Logo, a técnica está em posição de governante, de chefe, em suma, com relação a seu objeto. A medicina governa o corpo, o almirante é o chefe dos marinheiros. No que se refere aos corpos doentes e aos marujos que naufragam, o médico e o almirante são os mais fortes. Entretanto, você mesmo admitiu isso sem a menor hesitação, eles não servem de forma alguma a seu próprio interesse, mas ao interesse do que é mais fraco, do que é por eles mesmos governado: o corpo, cuja saúde eles desejam, os

marinheiros, dos quais se espera que consigam navegar apropriadamente. Assim, nenhum saber técnico propõe ou estipula o interesse do mais forte. Por fim, vemos que nenhum chefe, nenhum governo considerado chefe, propõe nem estipula o que convém a seu próprio interesse. Ao contrário, prescreve o interesse daqueles que ele comanda ou governa e sobre os quais exerce seu saber. É com o foco nessas pessoas, os governados, dominados, doentes e marujos desorientados, que um verdadeiro soberano diz o que diz e faz o que faz.

Há então, como vemos nas atas de assembleia, “movimentos diversos”. Sorriem, sussurram, fazem uma cara importante ou angustiada. Todos têm consciência de uma guinada na discussão: a definição de justiça sugerida por Trasímaco foi pura e simplesmente virada do avesso. Voltam-se com misericórdia para ele, esperam, sem acreditar muito nisso, sua resposta. Convém dizer que, quando ela finalmente chega, deixa a todos perplexos:

– Seja franco – pergunta Trasímaco, cujos olhos subitamente crepitam de alegria –, você está bem sentado? Está com sua babá à direita e seu preceptor à esquerda?

– Como assim – diz um Sócrates visivelmente desestabilizado. – O mais apropriado seria que, em vez de falar tolices, me respondesse.

– É que, a meu ver, sua babá deveria limpá-lo melhor se a sua bunda for tão xexelenta quanto seu discurso! E seu preceptor deveria ensinar-lhe a diferença entre um carneiro e um pastor.

– Mas – pergunta Sócrates cada vez mais atônito – de onde tirou tudo isso?

– Você parece acreditar que pastores e boiadeiros só têm olhos para o bem-estar dos ovinos e bovinos, que é para agradar às senhoras ovelhas e aos senhores touros que eles os engordam e criam. Isso é ridículo, pobre amigo. Eles só agem assim para que seu patrão, o dono desses belos animais chifrudos e lanosos, extraia deles o máximo de vantagens possível. O que dizer então daqueles que detêm o poder num Estado, isto é, daqueles que exercem efetivamente o poder? Julga que eles são diferentes dos donos de rebanhos? Tem a ingenuidade de achar que eles se ocupam de outra coisa senão de extrair, da massa dos dominados, uma enorme vantagem pessoal? Você se julga na vanguarda das questões que giram em torno do justo e do injusto, ou da justiça e da injustiça, como é do seu gosto, ao passo que na realidade ignora seu beabá. Não compreende que “justiça” e “justo”

nomeiam um bem que pertence a outro: o interesse, decerto, mas desse outro, o mais forte, o chefe. Daí sucede que o que pertence ao dominado ou ao servidor é unicamente, como diria meu amigo Jean-François Lyotard, o dano que lhe é feito. “Injustiça” quer dizer exatamente o contrário. É o nome de uma ação que compele à obediência e à subserviência aqueles que são justos e julgam dever agir, em quaisquer circunstâncias, de acordo com as leis morais. Você chafurda na ignorância mais crassa no que se refere a toda uma série de evidências empíricas. Por exemplo, que os dominados não agem senão sob a regra de ferro do interesse do mais forte e, ao fazê-lo, contribuem para sua felicidade, e de forma alguma para sua própria. O que me admira, no fundo, é sua incrível ingenuidade. Como não vê que um justo, confrontado com um injusto, perde em todos os quesitos? Suponha, por exemplo, que eles montem um negócio em sociedade e assinem contratos mediante os quais comprometem-se reciprocamente. Pois bem, quando a sociedade se desfaz, constatamos invariavelmente que o justo perdeu até as roupas na aventura e que o injusto raspou tudo. Pegue o caso dos impostos e restituições. Com rendas iguais, o justo paga sempre mais impostos que o injusto e não recebe um caraminguá do Estado, ao passo que o injusto recebe a bolada. Suponhamos agora que o justo, depois o injusto sejam nomeados para a direção de um serviço público? O que acontece ao justo? No melhor dos casos – em geral, é bem pior –, por um lado seus assuntos pessoais veem-se abandonados, a não ser que ele possa dedicar-lhes o tempo necessário; por outro, na medida em que ele é justo, ele se nega a retirar um centavo que seja do erário público. Esse coitado passa a ser odiado pela parentela e pelos conhecidos porque – sempre a justiça! – recusa categoricamente servir-lhes de pistolão para que subam vertiginosamente os escalões do funcionalismo. E o que acontece no caso do injusto? Exatamente o oposto de tais calamidades. Falo naturalmente do injusto autêntico, aquele que pisa na ralé. É a ele que deve observar se quiser medir a distância entre os gozos do injusto no segredo de sua vida privada e a lastimável mediocridade do justo que vive na luz absoluta. Você terá a noção exata dessa distância caso se volte para a injustiça perfeita, a que concede a felicidade suprema aos canalhas mais temíveis e mergulha suas vítimas, cuja consciência recusa qualquer vileza, num drama horrendo e sem esperança. Essa forma pura da injustiça não é outra senão a tirania. O tirano não tem a injustiça mesquinha! É em grande escala que, mediante a violência e a astúcia, ele se apodera dos bens alheios. Ele sorve tudo, sem

ligar se é público ou privado, tampouco se é sagrado ou profano. Pode observar, um fulano dessa estirpe não consegue esconder injustiça desse calibre, é punido severamente e se vê coberto de vergonha. É alvo de uma chusma de impropérios, dependendo do tipo de vilezas de que participou: Vendedor de carne humana! Sacrílego! Arrombador de cofres-fortes! Salteador de estrada! Punguista! Que contraste com o nosso tirano que não só roubou os bens de seus compatriotas, como reduziu-os à escravidão! Em vez de palavrões, ele ganha a fama de “ditoso homem” ou “abençoado pelos deuses”. E não são apenas seus compatriotas a lamber-lhes os pés! Temos também todos aqueles que conhecem as infames infâmias que lhe deram reputação. Pois os críticos que criticam a injustiça não receiam cometê-la, mas unicamente sofrê-la. Assim, caro Sócrates, demonstramos que a injustiça, contanto que a levemos tão longe quanto necessário, é mais poderosa, mais intrinsecamente livre, mais soberana do que a justiça. Como afirmei desde o início, a justiça, em sua essência, é o interesse do mais forte. E o injusto paga a si mesmo os juros do capital que ele representa.

Tendo assim, qual um bombeiro às voltas com o fogo, despejado nos ouvidos do público atônito o volumoso balde de seu discurso, Trasímaco cogita retirar-se sob os aplausos, vencedor incontestado do desafio dos retóricos. O público, contudo, não está de acordo. Quer obrigá-lo a ficar e a colocar em pratos mais limpos o núcleo racional do que acaba de dizer. Sócrates intervém:

– Caro Trasímaco! Gênio das belas frases! Depois de nos empurrar esse discurso monumental, você só pensa em uma coisa: fugir sem haver demonstrado cabalmente seu ponto de vista nem apurado com outras fontes se acontece como você diz ou de outra forma. Por acaso despreza nossa questão? Vamos! Você tentava definir a regra da existência inteira, o imperativo graças ao qual podemos esperar viver uma vida das mais fecundas.

– Por acaso pareço um caipira que ignora a importância do que fala? – reage Trasímaco, com certa amargura.

– Em todo caso, você imita admiravelmente esse caipira! Ou então não dá a mínima para os outros, seu público. Está se lixando para o que possa nos acontecer. Por não conhecer o que declara saber, nossa vida, pesada nas balanças do bem e do mal, corre o risco de pender para o lado do pior. Vamos, meu caro! Um gesto razoável! Transmita-nos esse saber! Você não

ficará mal fazendo-nos o bem, a nós que o rodeamos. Para estimulá-lo, direi o que penso. Serei franco: você não me convenceu. Não creio que a injustiça proporcione mais ao Sujeito que a justiça, sequer nas condições-limite que você nos descreveu com virtuosismo: a injustiça é de certa forma autorizada, e nada constitui obstáculo aos desejos de que resultam suas tramas. Deixemos tudo em pratos limpos, caro amigo. Suponhamos a existência de um homem injusto. Suponhamos que ele dispõe da possibilidade de ser injusto, uma possibilidade ilimitada, tanto secreta quanto compulsoriamente manifesta. Pois bem, não estou em absoluto convencido de que este homem extrairá maior proveito de sua injustiça do que teria extraído da estrita observância dos princípios da justiça. E não creio ser o único. Estou convencido de que outros, nesta sala, compartilham minha convicção. Converta-nos, formidável retórico! Dê-nos razões decisivas para reconhecer que erramos miseravelmente quando colocamos a justiça acima da injustiça.

– E como convencê-lo, pode me dizer? Se o meu implacável raciocínio não o conseguiu, não sei o que mais fazer. Ou será que devo transferir pessoalmente minha argumentação para dentro do seu cérebro?

– Ah, não! Deus me livre! Isso não! Comece a defender suas posições, em vez de nos induzir em erro, alterando-as a seu bel-prazer. Tomemos como exemplo esse tipo de metamorfose extravagante que, em todo caso, leva-nos de volta ao ponto de partida de nossa discussão. Primeiro você definiu o médico, tal como ele é, no elemento da verdade. Mas quando em seguida trouxe à baila o pastor, não se sentiu obrigado a conservar de ponta a ponta, de maneira coerente, a identidade do pastor, ele também pensado em sua verdade. Ao longo de seu discurso, o pastor deixou de ser aquele que zela pelo bem-estar do rebanho, tornando-se tudo que quisermos – o convidado de um banquete que só pensa em regalar-se com carneiro com cuscuz, um especulador que vende toneladas de carne na Bolsa sem jamais ter posto os pés num estábulo –, tudo menos um pastor! No entanto, a única coisa inerente à técnica do pastor é dispensar os melhores cuidados a seu objeto próprio: o rebanho. Pois, no que se refere ao que determina de maneira puramente interna sua qualidade, essa técnica acha-se, por essência, evidentemente dada, na medida em que sua identidade – ser a técnica de guarda dos rebanhos – subsiste como tal.

– O que significa – intervém Amanda – enquanto ela continua a merecer seu nome.

– Exatamente. Pelas mesmas razões, ainda há pouco eu nos julgava compelidos, você e eu, a concordar que um poder, pensado em sua essência, não considera, no fim das contas, senão os indivíduos dentro de sua esfera de ação e sobre as quais sua autoridade é exercida. E que isso era verdade para todo poder, operasse ele na escala do Estado ou na escala da família.

– Fosse público ou privado – esclarece Glauco.

– Eu diria antes – retifica Amanda – político ou doméstico.

– O que me leva – prossegue Sócrates, os olhos penetrantes apontados para Trasímaco – a lhe fazer uma pergunta. Acha por acaso que os que governam os Estados – e falo aqui dos que os governam de verdade, não de fantoches, presidentes postiços, laranjas ou “representantes” de sempre – o fazem voluntariamente?

– Que pergunta! – exclama Trasímaco. – Não acho, sei.

– A ciência é sagrada. Mas a ciência, a nobre sociologia, também ensina que, em se tratando da maioria dos postos governamentais, subsecretarias disso ou daquilo, gabinetes ministeriais, comitês, comissões, escritórios e repartições, ninguém deseja assumi-los de graça. Uma vez que não há vantagens pessoais a extrair desse pedacinho de poder, e que o chefe terá de zelar pelos subordinados, exige-se um salário, um excelente salário. Dito isso, retomemos o fio da meada. Não dizemos, sempre que uma técnica é diferente das outras, que ela é outra porque sua função própria é outra que não a das outras?

– Calma, Trasímaco – diz Amanda –, não se perca no labirinto do que é diferente do diferente, porque cada um dos diferentes é diferente...

– Minha resposta – declara Trasímaco, não sem certa pompa – é clara e definitiva. É efetivamente por sua função que uma técnica difere da outra.

– E – prossegue Sócrates – cada técnica presta-nos um serviço absolutamente específico. No caso da medicina, é a saúde; no da pilotagem de um avião, a rapidez e segurança de uma viagem; e assim por diante. Sim ou não?

– Sim! Estouro-lhe os ouvidos: sim!

– E a técnica... Oh, tenho decididamente horror a essa tradução de *technê*. Ruminarei outra durante a noite. Em suma, a técnica, cujo nome antigo era “regime mercenário” e que hoje em dia, onipresente, chama-se “regime de salários”, não tem outra função própria a não ser proporcionar

um salário. Naturalmente, você jamais confunde um médico com um piloto comercial. Se – é a regra que você, fanático pela linguagem empolada, nos impõe – devemos definir todas as palavras com o máximo de rigor, jamais chamaremos de “médico” o capitão de um navio a pretexto de que os passageiros, dopados pelo ar marinho, estão esbanjando saúde. Podemos então, pergunto, chamar de “médico” qualquer assalariado considerando que o assalariado age melhor porque recebeu seu salário?

– Aonde pretende chegar com essas cabriolas? – resmunga Trasímaco.

– Ao momento crucial de minha argumentação, quando todos os fios se juntam e tudo se ilumina. Escute bem minha pergunta: você vai confundir a medicina com o regime mercenário alegando que, quando cura as pessoas, o médico recebe um salário?

– Seria grotesco.

– Você admitiu que toda técnica tomada em si mesmo presta-nos um serviço, e que esse serviço é especial, distinto do propiciado por outra técnica. Logo, dado que várias técnicas diferentes nos prestam o mesmo serviço, claro está que esse serviço resulta de um elemento comum que se acrescenta à função própria de cada uma das técnicas consideradas. A aplicação desse princípio é simples, no caso que nos ocupa: quando um técnico recebe um salário, é porque acrescentou à técnica em que é especialista essa outra técnica, mais genérica, que denominamos como a do salário. E, caso ele não receba nenhum salário, nem por isso seu desempenho técnico é nulo. Ele permanece o que é e continua, em seu ser, absolutamente exterior ao salário.

Trasímaco sente que os maxilares do argumento ameaçam moê-lo. Comporta-se então como um grão-senhor e, num tom irônico, sibila:

– Se é você quem diz, Sócrates, só nos resta aceitar.

– Pois então engula as consequências. Com efeito, doravante está estabelecido que nenhuma técnica, nenhuma posição dominante, tem como objetivo ou função seu próprio interesse. Como já dissemos, ela não tem em vista e não prescreve, em se tratando de uma técnica, senão o que concerne ao interesse do que é seu objeto e sua questão. E, no caso de uma posição dominante, ela visa exclusivamente o interesse das pessoas dominadas. Eis por que eu dizia agorinha, meu caro Trasímaco, que ninguém desejava, por vontade própria, dirigir o quer que seja, menos ainda comprometer-se gratuitamente a tratar e curar os males alheios. Pois, nesse gênero de

situação, deve-se levar em conta o interesse do mais fraco, e não do mais forte. O resultado é que todo mundo exige um salário. Evidentemente! Aquele que, a serviço de um cliente, aplica uma técnica de maneira eficaz e apropriada nunca tem em vista ou prescreve seu próprio bem. Ele se ocupa tão somente dos bens daquele para quem ele trabalha, ao qual, no entanto, é superior, uma vez que domina uma técnica que o outro ignora. É para equacionar esse aparente paradoxo – o superior a serviço do inferior – que não raro é preciso oferecer um excelente salário àquele que aceita um posto hierarquicamente elevado, salário pago sob forma de dinheiro e honrarias variadas. Quanto àquele que recusa obstinadamente, é sob a forma de punição que receberá seu salário.

Glauco, percebendo que Trasímaco, saturado, prepara uma retirada estratégica, julga-se na obrigação de realimentar a discussão:

– Sócrates! O que nos diz exatamente? Posso compreender que às técnicas remuneradas corresponda um salário diferente do apropriado às técnicas como a medicina ou a direção de um grande corpo de Estado. Mas que uma punição – e qual? – possa exercer a função de salário para alguém que recusa um posto e que, portanto, não prestando nenhum serviço, não merece nenhum salário, isso me escapa!

– Pergunte-se qual pode ser o salário de um de nossos melhores confrades, um excelente filósofo, por exemplo. Ignora o que às vezes o leva a se resignar a aceitar uma função importante no Estado? Não sabe que, para ele, carreirismo e avidez pelo lucro são vícios?

– De fato são, verdade seja dita. E daí?

– Você mesmo – intervém Amanda –, se não me falha a memória, aceitou ser presidente do Conselho, em Atenas. Foi mais ou menos na época em que seu querido Alcibíades levava uma tunda na batalha de Éfeso. Qual foi o seu salário?

– Isso me traz uma lembrança deveras desagradável. Em todo caso, não duvide, não se tratava nem de gosto pelo poder, nem pelo que ele proporciona. No ápice da Revolução Cultural, Mao Tsé-tung lançou a diretriz: “Metam-se nos assuntos de Estado.” Quando obedecemos a essa diretriz, não imaginamos ser tratados como assalariados que exigem remuneração por seu compromisso, nem como ladrões, que extraem lucros secretos de tal compromisso. Tampouco se trata de correr atrás das honrarias, pois não é a ambição que nos incita. Na realidade, pensamos

todos – nós, filósofos da nova geração – que participar voluntariamente do poder de Estado, tal como ele existe, sem a isso ser compelidos por circunstâncias excepcionais, é completamente alheio a nossos princípios políticos. Logo, é inevitável que a isso nos coaja unicamente a perspectiva de um castigo íntimo mais grave ainda que a vergonha que sentiríamos correndo atrás de cargos e influência. Ora, nesse tipo de situação, qual pode ser a coisa mais insuportável? É ser governado por crápulas unicamente porque se recusou o poder. O temor desse castigo é a única razão pela qual, de quando em quando, pessoas honradas misturam-se aos mais altos escalões do Estado. E vemos de fato que não o fazem nem por interesse pessoal, nem por prazer, mas porque consideram a tarefa necessária, julgando impossível, nas provações atravessadas pelo Estado, encontrar, para os postos que vão ocupar, candidatos melhores ou pelo menos tão bons quanto eles.

– Espere, espere! – interrompe Amanda. – Está nos falando do compromisso paradoxal de pessoas de bem num Estado completamente podre, no qual são os carreiristas, aproveitadores e demagogos que costumam dominar. Esse devotamento, aliás, nunca foi de grande serventia. Pergunto-me o que aconteceria num Estado ideal, submetido a justos princípios.

– Se tal Estado viesse a existir, nele se promoveriam torneios não para estar no poder, como hoje, mas para não estar.

– Eleições negativas! Inacreditável! – zomba Glauco.

– Seria motivo de orgulho ter enfim sido eleito para não ocupar cargo algum. Pois, composto de mulheres e homens livres, e dominado pela máxima igualitária, o país consideraria unanimemente que o verdadeiro governante não tem em vista seu próprio interesse, mas apenas o do povo em sua integralidade. E a população julgaria mais tranquilo e agradável entregar seu destino pessoal a pessoas de confiança, em vez de se incumbir, eles mesmos, do destino de multidões imensas. Logo, discordo frontalmente de Trasímaco: o que é justo não é e não pode ser o interesse do mais forte.

– Você não deu, com sua refutação de sofista, a contrapartida positiva – rosna Amanda. – Afinal, o que é a justiça?

– Veremos isso mais tarde. No momento, há um ponto que me atormenta nas palavras de Trasímaco.

– Vai mudar de cavalo, estou sentindo! – provoca Amanda.

– Permita-me salientar esse ponto. Trasímaco afirma que a vida do injusto é muito melhor que a do justo. E você, Glauco, que vida escolheria? O que há de verdade nessa hierarquia?

– Ora! – exclama Amanda. – O colega sabe muito bem o que você deseja que ele fale e que vou dizer em seu lugar: a vida do justo é um sonho!

– Ambos vocês – insiste Sócrates – ouviram Trasímaco detalhar as vantagens inauditas da vida injusta e continuam sem se convencer?

– Eu preferiria – resiste Amanda – ser afirmativamente convencida da superioridade do justo. Por enquanto, limito-me a não ser convencida pela do injusto. Empacamos na negação.

– Por uma vez, ela tem razão – concorda Glauco. – Demonstrar diretamente que A é superior a B é diferente de demonstrar que não é verdade que B possa ser superior a A.

– Toda a nossa reverência ao lógico! – exclama Sócrates. – Mas convém escolher o método. Podemos proceder por vastas antíteses, discurso contra discurso. Expomos em bloco todos os benefícios da justiça, depois Trasímaco, os da injustiça. Convirá enumerar esses benefícios em cada discurso, medir, em suma, o que será dito de ambas as partes. E precisaremos de justos do lado de fora para resolver o litígio. A outra maneira de agir é proceder como fizemos no início da noite: mediante um jogo cerrado de perguntas e respostas, construímos um consenso dos dois lados, de modo que nenhum terceiro do lado de fora seja requerido. Somos ambos, alternadamente, ao mesmo tempo os que argumentam e os que julgam.

– Muito melhor assim – aprova Glauco.

Sócrates volta-se então para Trasímaco, que, sobrolho carregado, afundou numa poltrona e só fala com a ponta dos lábios, no tom desdenhoso afetado por quem “já viveu aquilo”, a quem “não passam para trás” e que “não acredita mais nessas coisas”.

– Vamos, Trasímaco, coragem! Retomemos as coisas do início. Sustenta que, comparada à perfeita injustiça, a justiça perfeita revela-se infinitamente menos vantajosa?

– Sustento – resigna-se Trasímaco – e já disse por quê.

– Vamos com calma. Sem dúvida você aplica ao par substantivo justiça-injustiça o par vício-virtude. E suponho que, como todo mundo, associe

“virtude” à justiça e “vício” à injustiça.

Trasímaco abandona subitamente, sob a vergastada da suposição socrática, sua pose de cético cansado. Literalmente, cacareja:

– Não me faça rir! Deseja me aplicar mais uma vez o golpe da ironia socrática? Ri melhor quem ri por último, meu bom! Demonstrei ser a injustiça universalmente vantajosa para o homem injusto e a justiça universalmente danosa para o homem justo.

– Afirma então que a justiça é um vício?

– Não, não exatamente um vício – barganha um Trasímaco satisfeito consigo. – Ela deriva antes de uma nobre ingenuidade.

– De modo que a injustiça, por sua vez, é vulgar – atalha Sócrates.

– De forma alguma. Ela deriva de uma avaliação exata das circunstâncias e do que é possível ganhar no momento.

Sócrates então dá sinais de perplexidade. Coça a cabeça e pergunta:

– Sua convicção, meu caro, é que os injustos são indivíduos prudentes que conhecem a fundo a verdade das situações?

– Sim. Com a condição, naturalmente, de que se trate de indivíduos capazes de subjugar uma cidade inteira, até mesmo um país. Você parece achar que estou falando dos punguistas que batem as carteiras dos passageiros no metrô. Não nego o ganho desses pequenos laráprios que não se deixam apanhar. Mas sequer vale a pena se falar disso quando temos em vista as injustiças de grande porte dos tiranos, dos quais eu lhe fazia um retrato ainda há pouco.

– Não ignoro o que lhe passa pela cabeça – observa Sócrates. – Mas todas as vezes que você repete isso em público, fico tão surpreso como se nunca lhe houvesse escutado perorar. Você então classifica a injustiça do lado da virtude e da sabedoria, e a justiça, do lado oposto?

– Exatamente. E muito me alegra surpreender Sócrates!

Sócrates coça novamente a cabeça com um ar pensativo:

– Cumpre admitir que sua posição é desde já muito forte. Por enquanto, não vejo como objetar-lhe. Se sugerisse que a injustiça é muito vantajosa, mas aceitando, como quase todo mundo, que ela é viciosa e repugnante, poderíamos responder fundamentando-nos na opinião dominante. Mas está claro que você sustentará que a injustiça é tão nobre e magnífica quanto vantajosa. Todas as qualidades que atribuímos à justiça, você irá atribuí-las

à injustiça, que você teve a audácia intelectual de classificar na mesma fileira da virtude e da sabedoria.

– Você adivinha perfeitamente as verdades que insufla em meu discurso.

– Muito bem – responde mansamente Sócrates –, não é por isso que vamos arriar os braços. Convém continuar a argumentar, pelo menos enquanto estivermos no direito de supor que você diz o que pensa. Parece-me efetivamente, bem-aventurado homem, que você não está brincando e que é com a maior naturalidade que nos prodigaliza a verdade tal como a concebe.

– O que tem a ver, desculpe!, o fato de eu dizer o que penso ou não “efetivamente”? Limite-se a refutar meu argumento explícito, se for capaz, do que duvido, e não perca tempo em fuçar nas lixeiras vazias o que penso “efetivamente”. Como se pensássemos “efetivamente”!

– Tem razão. Desculpe-me por haver efetivamente pensado que você pensava efetivamente. Seja como for, tente responder algumas perguntas.

Daí em diante é de fato um duelo que tem início, e não com floretes com pontas de borracha. Amanda, Glauco, Polemarco e os outros contam as estocadas. Sócrates é o primeiro a atacar:

– Diga-me, Trasímaco: o homem justo, na sua opinião, quer impor sua superioridade sobre um outro homem justo?

– Jamais! Se ele tivesse tal ambição, se quisesse esmagar um rival em justiça, não seria o ingênuo bem-educado que eu disse.

– Desejaria ele que uma ação justa lhe permitisse dominar outros justos?

– Certamente não, e pela mesma razão.

– E vencer um injusto, então? O justo alimentaria tal desejo? E esse desejo, ele o consideraria justo ou injusto?

– Simplório como é, o justo consideraria justo vencer o injusto, mas seria incapaz disso.

– Se ele é capaz ou incapaz, não interessa aqui. Peço-lhe apenas, caríssimo, que esclareça seu pensamento, que assim recapitulo: o justo não considera de forma alguma digno de si vencer o justo e não sente tal desejo. Em contrapartida, tem o desejo de dominar o injusto e julga esse desejo inteiramente digno de si. Concorda?

– Você só fez repetir minha resposta.

– Sou prudente. Avanço passo a passo na construção de um pensamento que eu e você compartilharemos. Passemos ao homem injusto. Pretende ele vencer o justo e agir de maneira a neutralizar toda ação justa?

– Evidentemente! O desejo característico do injusto é a dominação universal.

– Logo, o injusto desejará vencer o injusto e, por sua própria ação, neutralizar toda ação injusta exterior, de maneira a assegurar seu poder sobre tudo?

– Nada a objetar. Você me cansa!

– Logo, estamos de acordo quanto à relação que o justo e o injusto mantêm tanto com seus semelhantes como com seus opostos.

– Oh – intervém Glauco –, não vá tão depressa! O argumento, por ser ardiloso, está mal-ajambrado. Um pouco de formalismo não faria mal.

– Não se acanhe – aprova Sócrates. – O lógico é você.

– Pois bem – exulta Glauco, contentíssimo de expressar suas fórmulas. – Chamo J o justo em geral, e se precisarmos distinguir dois justos, diremos J_1 e J_2 . Chamo I o injusto em geral, e, se necessário, I_1 e I_2 . Noto, como fazemos em matemática, como desigual a relação “prevaler sobre”. Por exemplo, $J > I$ significa que o justo domina o injusto. É uma simples notação, hein, ainda não se trata de uma verdade. Noto como “igual” em matemática a relação “não prevaler sobre” ou “ser semelhante ou idêntico a”. Por exemplo, $J_1 = J_2$ quer dizer que dois justos são semelhantes. É muito simples.

– E daí? – comenta acidamente Amanda.

– E daí que posso escrever claramente em que pé estamos com duas fórmulas. Do lado do justo, temos: [$J_1 = J_2$) e ($J > I$)]. O que formaliza que, para um justo, dois justos não devem prevaler um sobre o outro, mas que um justo deve prevaler sobre um injusto. Do lado do injusto, temos: [$I_1 > I_2$) e ($I > J$)]: o injusto deve prevaler sobre todo outro injusto e sobre todo justo.

– Pois – observa Amanda –, foi exatamente o que Trasímaco e Sócrates disseram. Qual a serventia disso?

– Você verá – diz enigmaticamente Glauco –, você verá...

– Seja como for – retoma Sócrates –, estamos todos de acordo, na forma e no fundo. Passemos às dificuldades reais. Para você, excelentíssimo Trasímaco, o injusto é saber e sabedoria, enquanto o justo seria analfabetismo e estupidez?

– Está falando pela minha boca – ironiza Trasímaco.

– Diremos então que o injusto é semelhante a todo homem cuja determinação subjetiva é saber e sabedoria?

– Isso é trivial. Um homem que tem qualidades assemelha-se àquele que também as tem e difere do que não as tem! Eis o que o grande Sócrates acaba de descobrir.

– O que pensa disso o lógico? – pergunta Sócrates, alheio ao sarcasmo.

Glauco agarra a oportunidade:

– Se S designa o homem sábio e sensato, a posição de Trasímaco, com as notações precedentes, dá: $I = S$.

– E, bem entendido – comenta Sócrates –, sendo o justo analfabeto e estúpido, segundo Trasímaco, ele se assemelhará ao homem exemplarmente estúpido e totalmente analfabeto. Logicamente, isso dá o quê?

– Se A designa o homem analfabeto e estúpido – diz Glauco –, a posição de Trasímaco escreve-se $J = A$.

– Perfeito! Agora falemos de música e medicina.

– Em suma – zomba Trasímaco, amargo –, fuja!

– Calma, são simples analogias. Do ponto de vista da música, é o músico que é sábio e sensato e aquele que não sabe ler uma nota, nem uma coisa nem outra. Da mesma forma que, no que se refere à saúde pública, é o médico que é sábio e sensato, e os outros que não o são.

– Aonde quer chegar? – impacienta-se Trasímaco.

– Você acha, meu excelente amigo, que quando um músico afina um piano, seu desejo seja prevalecer sobre outro músico em matéria de tensão ou distensão das cordas? Não seria na verdade alcançar um resultado que todo músico competente achará correto?

– Não há senão uma única posição correta da corda: é portanto a segunda hipótese a pertinente.

– Em contrapartida, nosso afinador terá naturalmente a ideia de fazer melhor que um fulano que mal sabe o que é um piano, não acha?

– Não lhe negarei o prazer de me ver aprovar tal puerilidade.

– E o que diz o lógico?

– Se M designa o músico em geral – responde Glauco, um tantinho pedante –, N o nulo em música, M_1 e M_2 músicos diferentes, temos: [$M_1 = M_2$ e $M > N$].

– É bem parecido com as fórmulas do justo! – observa Amanda.

– Não convém ir mais depressa... que a música! – brinca Sócrates. – Creio ser do mesmo modo evidente que o médico não terá como ideia principal, ou ao menos como ideia propriamente médica, prevalecer sobre o outro médico. Sua ideia será curar o doente, tomando decisões que ele discute e compartilha com os colegas. Em contrapartida, prevalecerá sobre um fulano que não sabe distinguir uma rubéola de uma queimadura de sol. De maneira geral, aquele que é sábio e sensato em determinado domínio, o S do jovem Glauco, aspira a fazer tão bem quanto seus semelhantes e a prevalecer sobre aquele que nada conhece. Em contrapartida, aquele que não é nem sábio nem sensato e tiver a arrogância de se intrometer estouvadamente no que ignora, afirmará que prevalece sobre todo mundo, sábios e ignorantes misturados, uma vez que não está em condições de distinguir uns dos outros. O que diz o lógico a respeito de tudo isso?

– Se eu pegar novamente S para notar aquele que é sábio e sensato, e notar A para “analfabeto” e “asno”, o pretensioso ignorante de tudo, terei, formalizando as respectivas opiniões:

Para S1: [$(S_1 = S_2)$ e $(S > A)$]

Para A1: [$(A_1 > A_2)$ e $(A > S)$]

– Exatamente como ainda agora para J e I! – exclamou Amanda.

– Sim – aprova Sócrates. – Pode comparar as fórmulas, bem-amado Trasímaco. Você afirmou que o injusto era sábio e sensato e, logo, que cabia a Glauco escrever $I = S$. E, naturalmente, você sustentava também que o justo, enquanto oposto do injusto, não era nem sábio nem sensato, mas analfabeto e asno, o que Glauco nos propõe notar $J = A$. Mas você vê claramente agora, após nossos exemplos e fórmulas acima, que, se o injusto é sábio e sensato, notado S, ele deve se julgar o igual de todo sábio e sensato, logo de todo injusto, e não prevalecer senão sobre aquele que é

analfabeto e asno, logo, sobre o justo. Ao passo que o justo, sendo analfabeto e asno, notado A, deve pretender prevalecer sobre todo mundo. Ora, você acabou de afirmar com veemência – e Glauco formalizou sua convicção – que era exatamente o contrário: é o injusto que, a seu ver, prevalece sobre todo mundo.

– É bem possível – diz Trasímaco, afetando indiferença.

– O que aconteceu nesse intervalo? Pura e simplesmente você acrescentou, ao que lhe permitia concluir que o injusto prevalece sobre todo mundo, dois enunciados suplementares: que o injusto é sábio e sensato e que o justo é analfabeto e asno. Como isso o conduz ao fosso lamacento de uma contradição, convém abandonar esses enunciados suplementares; na realidade, devemos inverter as qualidades: é o justo que é sábio e sensato e o injusto que é analfabeto e asno.

– Demonstramos pelo absurdo – anuncia solenemente Glauco – que devemos formular: $J = S$ e $I = A$.

– Como preferir – diz Trasímaco.

– Considere igualmente inquestionável, levando em conta a demonstração que você improvisou em todas as etapas, que o justo está na verdade do saber e o injusto, na noite da ignorância.

Trasímaco só aceita essa observação com dificuldade e a contragosto. Sua em bicas, embora no coração da noite a brisa do mar refresque o aposento. Os espectadores afirmam inclusive ter visto o que ninguém jamais teria julgado possível ver: Trasímaco ruborizando!

Enquanto isso, Sócrates quer cravar o ferro na ferida:

– Que a justiça seja sensatez e saber é agora verdade tanto para você como para mim. Mas outro ponto me interessa. Foi dito, por não sei qual de nós, que a injustiça é mais forte que a justiça, lembra-se?

– Sim – resmungou Trasímaco. – Mas o que você acaba de dizer não me agrada. Nadinha! E terei, por minha vez, muito a dizer sobre o que você disse, e mais ainda sobre o que você diz que eu deveria dizer. Todavia, se eu tomar a palavra, sei muito bem que irá afirmar que, em vez de dialogar, inflamo as massas. Minha conclusão é cristalina: ou você me deixa falar como eu quero ou, se é tão cioso de seus pretensos “diálogos”, continue! Interrogue! Farei como se escutasse uma velha contando histórias da carochinha; murmurarei “seja!” com um ar ausente, balançando a cabeça.

- Não diga “sim” com a cabeça se sua convicção íntima for “não”!
 - Farei como bem entender, uma vez que você me proíbe de falar. O que mais quer?
 - Absolutamente nada. Faça como preferir. Eu faço as perguntas.
 - Uma vez que impõe – zomba Trasímaco –, faça! Faça de uma vez e, depois, descansemos!
 - É – continua pacientemente Sócrates – a mesma pergunta de ainda há pouco, para que a discussão não perca a unidade: o que pode ser a justiça, confrontada à injustiça? Alguém disse, não sei mais quando, que a injustiça era mais forte e abria mais horizontes para a vida do que a justiça. Agora que sabemos que é a justiça que é sabedoria e virtude, é muito fácil concluir que é ela a mais forte, a injustiça não passando de ignorância. É um ponto que, de agora em diante, ninguém pode desconhecer. No entanto, meu desejo não é prevalecer por meios tão simples, mas tomar as coisas por outro viés. Aceitaria o pressuposto de que o passado, o presente e o futuro viram, veem e verão Estados injustos subjugar injustamente outros Estados, mantê-los por longo tempo agrilhoados ou tentar fazê-lo?
 - Claro! E o melhor Estado, o que significa dizer aquele onde a injustiça é a mais clamorosa, se empenhará nisso melhor do que qualquer outro!
 - Sei – responde tranquilamente Sócrates – que sua posição é essa. Mas isolemos o seguinte ponto: suponhamos que um Estado se torne mais poderoso do que outro. Pode ele organizar sua dominação sem nenhum recurso a uma certa representação do que é a justiça? Ou, bem ou mal, será preciso que entre em cena uma norma desse gênero, por mais ilusória que ela possa ser?
- Trasímaco evita habilmente a armadilha de uma resposta unívoca:
- Se partirmos da premissa que você nos impõe, a saber, que é a justiça que é sensatez e sabedoria, toda dominação duradoura requer uma espécie de justiça. Se, como eu sustento, é a injustiça que é sensatez e sabedoria, uma dominação racional e eficaz exige a injustiça e, até mesmo, a injustiça absoluta.
 - Regozijo-me, em todo caso, caro Trasímaco, que não se limite a balançar a cabeça para dizer “sim” ou “não”. Suas respostas são absolutamente corteses. Tenho assim a prova de que não sou uma velha caduca.

– É unicamente para lhe dar prazer!

– Eis uma boa ideia, dar-me prazer! Dê-me então o prazer de continuar a responder. A seu ver, o êxito de uma ação coletiva, mesmo totalmente injusta, é compatível com o reinado insano da injustiça no seio de um grupo qualquer? Penso num partido político, num exército, até mesmo num bando de salteadores ou ladrões que supomos engajados numa ação injusta.

– Eles certamente não terão êxito em sua perfídia, se passarem seu tempo disparando bordoadas em seus queridos colegas.

– E se eles desistissem dessa injustiça interna, se sairiam melhor?

– É claro – diz Trasímaco, num tom circunspecto.

– E por que isso? Não seria porque em todos os grupos a injustiça fomenta divisões brutais, ódios e rixas, ao passo que da justiça procede uma amistosa convergência de pensamentos e sentimentos?

– Chega, chega, Sócrates! Não quero mais debater com você.

– Você é muito generoso, caro amigo. Mais uma pergunta. Constatamos em toda parte que, havendo injustiça, há ódio. Seja-se livre ou escravo, isso não muda nada, a injustiça leva a que todo mundo odeie todo mundo. É o triunfo das divisões mais ferozes e da impossibilidade de fazer o que quer que seja todos juntos. Mesmo havendo apenas duas pessoas, elas estarão em campos opostos, hostis, e se odiarão mutuamente tal qual odeiam as pessoas justas. E se, no fim, houvesse apenas uma única pessoa, excelentíssimo Trasímaco, essa propriedade da injustiça permaneceria implacável? A pessoa em questão não estaria dividida internamente?

– Sinto que você quer que seja assim.

– E sente corretamente. Onde quer que se instale – cidade, nação, partido, exército, comunidade –, a injustiça, pela exacerbação das cisões e conflitos, acarreta sem demora a impotência de agir do grupo concernido. Em seguida ela transforma esse grupo em inimigo ao mesmo tempo de si mesmo e de todos aqueles que, perseverando na justiça, lhe são antagônicos. Ainda que a injustiça se instale num único indivíduo, ela produzirá efeitos da mesma ordem, uma vez que é de sua natureza produzi-los. Ela o tornará incapaz de agir, em virtude de sua divisão íntima e da impossibilidade de toda convergência amistosa entre ele mesmo e ele mesmo. Por fim, ele será o inimigo encarniado tanto de sua própria pessoa quanto de todos imbuídos pela justiça. Mas posso lhe fazer mais uma pergunta, eminente retórico?

– Pode na mesma proporção em que não pode – insinua enigmaticamente Trasímaco.

– É uma pergunta muito simples: os deuses não são justos?

– Presumo que deseja que o sejam.

– E presume certo. Segue-se daí que o injusto será igualmente inimigo desses deuses de que o justo é amigo.

– Empazine-se com seus discursos açucarados, Sócrates. Claro que não objetarei. Você tem a claqué do seu lado.

– Pois não, meu caro. Você me servirá sua parte de guloseimas respondendo às minhas perguntas. Demonstramos que os justos irrompem na arena do mundo dotados de mais sabedoria, qualidades subjetivas e habilidades práticas que os injustos, os quais são incapazes de se unir para fazer o que quer que seja. Alguns afirmam que, a despeito de sua injustiça patente, determinados personagens conseguiriam agir em conjunto com energia e sucesso. Esses “alguns” enganam-se redondamente. Se os supostos personagens fossem absolutamente injustos, não poupariam uns aos outros, e todos os seus desígnios iriam para o buraco. Claro que lhes restava uma gota de justiça, o suficiente em todo caso para não se prejudicarem uns aos outros justamente no momento em que, todos juntos, prejudicavam seus inimigos. Foi essa pequena dose subsistente de justiça que lhes permitiu agir como agiram. Quando enveredaram pela injustiça, foram só os meio corrompidos que o fizeram. Pois os inteiramente corrompidos, que praticam a injustiça sem qualquer resquício de justiça, são incapazes de fazer o que quer que seja. É assim que a coisa se passa, e de forma alguma como você declarou ainda há pouco. Quanto a saber se a vida do justo é melhor e mais feliz do que a do injusto, questão que prometemos levantar, podemos dizer que agora conhecemos sua resposta, e até mesmo que tal resposta é evidente, pois decorre diretamente de tudo que acabamos de dizer. Todavia, examinemos mais de perto. Não é de uma simples astúcia retórica que se trata, mas da regra segundo a qual devemos viver.

– Se quer examinar mais de perto – alfineta Trasímaco –, aproxime-se.

– O colega me parece corroído pela ironia. Diga-me antes: a seu ver, o cavalo tem uma função própria?

– Está bem, maldito Sócrates! Embarquemos em sua dialética equestre. Sim, o cavalo tem utilidades específicas.

– E a função – seja do cavalo, do javali ou da jiboia constritora – é o que podemos fazer exclusivamente com esse animal. Ou pelo menos o que com ele fazemos tão perfeitamente quanto possível. Concorda?

– Com uma condição: quando terminar sua demonstração, conte-me, em particular, qual é exatamente a função do javali e da jiboia, seja ou não constritora.

– Por acaso ridiculariza meus exemplos? Veja este outro. Não nos é dado ver senão pelos olhos e escutar senão pelos ouvidos. Logo, essas são suas funções. Outro: podemos podar a videira com um facão, uma machadinha ou um serrote. Concorda?

– Já estou vendo Sócrates coberto de serragem serrando a cepa com seu sibilante serrote! – Mas a melhor ferramenta é uma foice feita especialmente para podar a parreira.

– E não é que você tem razão? Como dizia o poeta:

Para podar a cepa, a foice é a indicada,
Pois serrote, machado e facão não valem nada.

– Um autêntico bucólico, esse aí! Em todo caso, podar a parreira é função da foice.

– Respondo-lhe “sim, sim, sim!” Aplaudo-o. Nisso, você é imbatível. Sócrates, o serpentino filósofo da foice!

– Seu “urra!” me autoriza afirmar que a função de uma coisa é o que ela é a única a fazer ou, em todo caso, o que ela faz melhor do que as outras. Mas o que tem uma função deve ter igualmente uma qualidade que lhe é específica, graças à qual a função é efetiva. Assim, os olhos ou ouvidos têm uma função definida – ver ou ouvir – graças à conformação singular desses órgãos, à qualidade dessa conformação. Se os órgãos tivessem a qualidade oposta...

– Quer dizer, a cegueira em vez da capacidade de ver?

– O que constitui a qualidade própria de um órgão, ou a deficiência oposta a essa qualidade, pertence à esfera da fisiologia, e não é nosso problema no momento. Pergunto-lhe apenas se é a partir de sua qualidade própria que os existentes fazem efetivamente funcionar a função que lhes é

atribuível e se é quando operam segundo a deficiência oposta a essa qualidade que a função disfunciona.

– Está partindo para o jargão – murmura Amanda.

– Mas é ou não é verdade? – exalta-se Sócrates.

– É verdade para todo existente que seja definível por sua função – interfere Glauco.

– Eis o momento decisivo, quando encontramos a pista que nos levará à meta – diz Sócrates, sem qualquer afetação. – Não haveria uma função própria do Sujeito, que nenhum outro existente pode assumir e que se chama “prestar atenção a” ou “aplicar princípios” ou “ter a intenção de” e assim por diante? Poderíamos atribuir essas funções a outra coisa que não a um Sujeito? E ele não se veria compelido a dizer que elas lhe são próprias? Até mesmo o fato de viver, em seu sentido mais profundo, não é uma função tipicamente subjetiva?

– Adiante, adiante – é a resposta displicente de Trasímaco.

– Segue-se, portanto, que o Sujeito tem uma qualidade própria, uma virtude específica, sem a qual não poderia cumprir suas funções.

– Admitamos essa virtuosa qualidade – diz Trasímaco, inclinando-se como se perante um prefeito do interior.

– O que o leva a admitir as consequências lógicas dessa primeira concessão.

– Quais?

– Um Sujeito privado de suas virtudes desorienta-se e cultiva intenções pervertidas. Em contrapartida, um Sujeito fiel, em conformidade com seus princípios próprios, sabe cumprir de maneira absolutamente correta suas obrigações.

– Concordo com todos os seus sermões.

– Não declaramos de comum acordo que a justiça é a qualidade essencial do Sujeito, sua virtude singular, e que a injustiça é seu vício capital?

– Foi só para agradá-lo.

– Uma razão tão boa quanto qualquer outra! E da qual resulta uma conclusão definitiva: o indivíduo que participa do devir de um Sujeito justo terá uma vida digna desse nome, e o injusto, uma vida digna de pena.

– Que beleza! A dialética de Sócrates gira em círculo como um hamster na gaiola. Porque seu enunciado, agora, “o justo tem uma vida boa”, é pura e simplesmente sua convicção prévia. E quer nos fazer acreditar que é o resultado de seu raciocínio! Mas, adiante, adiante!

– Aquele cuja vida é autêntica é feliz, e até mesmo bem-aventurado. Aquele cuja vida é indigna é infeliz. Chegamos então finalmente a este enunciado crucial: o justo é feliz; o injusto, infeliz. Ora, não é vantajoso ser infeliz, e o é ser feliz. Logo, posso afirmar categoricamente: não é verdade, professor Trasímaco, que a injustiça seja mais vantajosa que a justiça.

– Só resta então ao professor Sócrates festejar até de madrugada! E a mim, Trasímaco, fechar o bico. Sei me comportar, amigos. Verão o que é o silêncio de um virtuoso dos discursos. Mas nem por isso mudei de ideia!

Nesse momento, Trasímaco puxa uma poltrona para o canto mais escuro do aposento, senta-se e fecha os olhos. Permanecerá absolutamente imóvel por um longo tempo. Sócrates dirige-se a ele, sem, todavia, fitá-lo:

– Você também venceu o duelo, caro Trasímaco. Respondeu às minhas perguntas quase amavelmente, deixando de lado seus grandes ares e discursos de chumbo. Do meu ponto de vista, o banquete intelectual não foi muito suculento. Mas a culpa é minha, e não sua. Eu faço como esses glutões que se atiram no prato que acabam de servir à mesa sem sequer sentirem o gosto do anterior. Começamos procurando uma sólida definição da justiça. Antes de encontrá-la, lancei-me no exame de uma questão derivada relativa aos predicados que convêm à justiça: é ela vício e ignorância ou sabedoria e virtude? E eis que outra questão atravessou nosso caminho: a injustiça é mais vantajosa que a justiça? Abandonei imediatamente o tema anterior para tratar desse último... O resultado de nosso diálogo é que não sei nada. Pois, se não sei o que a justiça é, menos ainda saberei se ela merece ou não ser chamada virtude, e menos ainda se aquele que é justo é feliz ou infeliz.

Assim como Trasímaco, embora na outra ponta do salão, Sócrates afunda-se então na sua poltrona. Enxuga a testa. Em seguida, profere:

– Perdoem-me, jovens. Já se faz tarde, estou muito cansado. Foram cachoeiras de palavras para continuar no ponto em que estávamos, quando caminhávamos, meio bêbados, pela estrada de Atenas, depois da festa da Afrodite do porto.

2. SÓCRATES CONTRA A PAREDE (357a-368d)

APÓS SUA VITÓRIA RETUMBANTE – Trasímaco está mal-humorado em seu canto escuro, em silêncio absoluto –, Sócrates pensava poder descansar sobre seus louros. Tudo bem, no fim admitira ter fracassado ao definir a justiça. Mas descartara definitivamente a possibilidade de ela coincidir com o reino da força. Julgava-se, portanto, no fim de seu esforço. Compreendeu rapidamente que estava apenas no prelúdio quando o jovem Glauco, revelando-se mais combativo ainda do que seu irmão mais velho (apelidado em seu círculo Platão-o-chicaneiro), desaprovou a capitulação do sofista e lançou-se numa autêntica diatribe:

– Caro mestre, sejamos sérios. O que está em jogo nesse duelo intelectual é saber se, em quaisquer circunstâncias, o justo é superior ao injusto. Então, das duas, uma, ou você se contenta com a aparência – agindo como se nos houvesse convencido –, ou é a uma verdade que deseja nos integrar.

– A uma verdade, naturalmente – protesta Sócrates –, se é que vou conseguir.

– Então está longe do alvo! – exclama Glauco, excitadíssimo por assumir o leme do diálogo. – Você deveria começar por classificar as diferentes espécies do que designa uniformemente como “o bem”. Vejo pelo menos três. Há, em primeiro lugar, o bem que procuramos não com vistas a seus efeitos, mas porque o prezamos em seu ser. Por exemplo, o próprio fato de se regozijar, os prazeres inocentes durante os quais, no tempo, nada acontece àquele que é seu sujeito senão o puro fato de regozijar-se. Há, em seguida, o bem que apreciamos ao mesmo tempo por si mesmo e pelos efeitos que dele dependem; por exemplo, pensar, ver, gozar de boa saúde... Prezamos os bens dessa espécie por esse duplo motivo. Há por fim uma terceira forma do bem: por exemplo, ser professor de ginástica, curar uma doença, a própria medicina, ou qualquer outra profissão lucrativa. Desses bens, podemos dizer naturalmente que nos são ao mesmo tempo penosos e úteis. Nós os desejamos não por si mesmos, mas apenas pelo salário que proporcionam ou, mais genericamente, pelos efeitos que acarretam.

Sócrates aprova a classificação não sem perguntar ao rapaz aonde ele pretende chegar. Glauco responde:

– Em qual categoria você classifica a justiça?

– Na mais bela das três, a segunda! A dos bens que convém amar, se quisermos alcançar a felicidade, ao mesmo tempo em si mesmos e pelos efeitos que produzem.

– Devo dizer, Sócrates, que você se alinha com a maioria! A maioria das pessoas classifica a justiça na terceira categoria, a dos bens cuja forma intrínseca é tão somente desprazer e que, no entanto, somos obrigados a praticar, pelo salário ou para proteger nossa reputação contra as opiniões insidiosas. Considerando o que são em si mesmos, esses bens devem ser evitados, tão penosos eles são.

– Sei muito bem – observa Sócrates – que essa é a opinião mais difundida, sempre e em toda parte. Seja como for, Trasímaco corneteou nos nossos ouvidos: “Elogiemos a injustiça! Critiquemos a justiça!” De minha parte, porém, caminho no meu ritmo. Só compreendo com rapidez quando me explicam demoradamente.

– Então – prossegue Glauco, extasiado com a nova deixa –, escute-me. Pode ser que concorde comigo. Creio que Trasímaco, como se hipnotizado por uma serpente, capitulou muito mais cedo do que o necessário. A meu ver, ainda não estamos no ponto em que a demonstração de uma ou outra tese proceda segundo o pensamento autêntico. Desejo compreender o que justiça e injustiça são intrinsecamente, e qual é sua ação natural imanente num sujeito no qual supomos que elas residem. Quanto às histórias de salário e efeitos colaterais, nada tenho a acrescentar. Eis o meu plano, que lhe submeto, caro mestre. Tentando me colocar no papel de Trasímaco, desenvolverei três pontos. Primeiro ponto: investigação da essência e da proveniência da justiça, pelo menos tal como a vê a opinião dominante. Segundo ponto: mostrar que todos os que pautam sua ação pela ideia de justiça o fazem contra sua vontade íntima, compelidos pela necessidade, e não em absoluto porque ela é um bem. Terceiro ponto: eles têm razão ao agir assim, pois, segundo eles, a vida do injusto é infinitamente superior à do justo.

Sócrates parece impacientar-se:

– Você nos inunda com “segundo a opinião dominante”, “todos aqueles que”, “segundo eles”. Mas você, Glauco, o que pensa? A filosofia não é

como esses debates “democráticos” nos quais examinamos gentilmente as opiniões dos outros e nos curvamos a maiorias de circunstância. No nosso ramo, assumimos o risco da verdade.

– Sócrates! – assusta-se Glauco. – Você sabe muito bem que não penso como Trasímaco! Confesso, porém, não me sentir à vontade nessa questão. De um lado, meus ouvidos reverberam os potentes discursos desse Trasímaco e, atrás dele, batalhões inteiros de rudes sofistas; do outro, não ouço ninguém defender a tese da superioridade da justiça sobre a injustiça como eu gostaria. Eu gostaria efetivamente que a justiça fosse glorificada em si, segundo seu ser próprio, e penso inclusive que é a você, Sócrates, que tal incumbe. Farei então o elogio da vida do injusto e, em seguida, indicarei em que sentido eu gostaria de ouvi-lo criticar a injustiça e elogiar a justiça. Esse plano lhe convém?

– Perfeitamente! Não vejo questões cuja discussão seja mais urgente do que as que você me submete. Em todo caso, para um Sujeito que pensa...

– E, logo, que existe! – Amanda não se contém.

– Muito engraçada! – comenta secamente Glauco, como alguém que não aprecia piadas anacrônicas. – Escutem-me todos os dois. Agarrarei o touro pelos chifres. O que é a justiça? De onde procede a justiça?

Sócrates, Amanda e os outros espectadores desse desafio mental, sentindo a chegada de uma exposição maciça, estiram-se ruidosamente e recostam-se em almofadas. O que não intimida Glauco:

– Quase todo mundo diz que se deixarmos as coisas acontecerem naturalmente, cometer uma injustiça é bom, ao passo que sofrer uma injustiça é mau. Entretanto, é ainda pior sofrê-la do que cometê-la. A consequência dessa dessimetria é que, de tanto ver essas inumeráveis injustiças cometidas ou sofridas, das quais as mesmas pessoas, ativas depois passivas, fazem sucessivamente a experiência, aqueles que não têm força nem para evitar o sofrimento, nem para impor sua vontade, persuadem-se de que o melhor é assinarem todas juntas um contrato graças ao qual ninguém cometerá ou sofrerá injustiça. Essa é a origem da instituição das leis e tratados. As normas da lei são então declaradas “legais” e “justas”. Eis, caros amigos, a gênese da justiça, eis sua estrutura: a meia distância do bem supremo, que é cometer a injustiça sem que jamais seja feita justiça, e do mal radical, que é sofrer a injustiça sem poder vingar-se. Vocês decerto pensam que esse meio caminho da justiça não suscita entusiasmo. Na

verdade, ninguém ama a justiça como fazemos com um bem verdadeiro. No máximo a elogiamos por fraqueza, incapazes que somos de cometer injustiça. Pois aquele capaz de injustiça e que é um homem, um verdadeiro, evitará assinar um contrato que impede de cometê-la! Ele teria de ser louco! Pronto, disse tudo sobre a natureza intrínseca da justiça e sobre sua procedência natural segundo a opinião comum.

Chego então à questão decisiva: será à sua revelia, simplesmente porque não têm força para ser injustos, que tantos indivíduos obedecem aos imperativos da justiça? O melhor é ilustrar as coisas contando-lhes uma fábula, uma espécie de ficção racional. Concedamos ao homem justo e ao homem injusto autorização para fazer exatamente o que bem entendem e observemos aonde o desejo conduz a ambos: surpreenderemos então o justo em flagrante delito de injustiça. Por quê? Porque o movimento natural do animal humano, o que ele acha correto, é exigir sempre mais do que tem. Ele só obedece a uma norma igualitária coagido pela lei.

A experiência fictícia que tenho na cabeça é dar ao justo e ao injusto o poder mágico do anel de Gíges. Vocês conhecem essa história. Há alguns séculos, um pastor chamado Gíges guardava os carneiros merinos do rei da Tuleia. Um dia, uma tempestade sacode o capinzal onde os animais pastavam, abre-se um enorme fosso, e Gíges, estupefato mas valente, desce no buraco. Depara-se então, segundo a lenda, com tesouros inigualáveis, em meio aos quais um extraordinário cavalo de ferro oco e provido de pequenas janelas. Gíges enfia a cabeça por uma dessas aberturas, e o que vê no bojo do cavalo? O cadáver de um gigante, inteiramente nu, exceto por luzir em sua mão um anel de ouro. Gíges, sem refletir, rouba o anel e foge. Alguns dias mais tarde, realiza-se a assembleia mensal dos pastores, quando eles preparam seu relatório sobre o estado dos rebanhos e dos estoques de lã de merino para o rei da Tuleia. Gíges está ali, misturado aos outros, com o anel no dedo. Como sempre, indefectíveis tagarelas trancam a pauta e Gíges fica entediado. Mecanicamente, roda o anel no dedo, posicionando o engaste na parte de dentro da mão. Milagre! Gíges torna-se invisível! Pasmado, ouve os colegas ao lado falarem dele como se de um ausente. Vira o engaste no sentido inverso, para cima, e, abracadabra!, volta a ficar visível. Repete diversas vezes a experiência: não resta dúvida, o anel tem um poder mágico. Virando o engaste para o interior, ficamos invisíveis, e, para o exterior, ficamos visíveis. Então Gíges é eleito delegado dos pastores junto ao rei. Agindo a seu bel-prazer, graças ao anel mágico, ora a descoberto, ora

absolutamente invisível, dorme com a rainha, ela se apaixona loucamente por ele, é agora sua cúmplice: tramam uma armadilha para o rei e o matam. O pastor Giges, graças apenas ao seu anel, toma o poder.

E agora passemos à nossa experiência crucial: temos dois anéis iguais ao de Giges e enfiamos um no dedo do justo, o outro no do injusto. Constatamos então – isso é uma evidência – que, em ambos os casos, não existe um cujo aço mental seja de uma têmpera tal que se atenha à estrita justiça e se imponha não tocar nos bens alheios, ao passo que ele pode sem nenhum risco raspar tudo que bem entender no mercado, entrar à noite na casa dos vizinhos para estuprar quem bem lhe apetece, assassinar os amos e libertar os escravos, em suma, agir entre os homens como se fosse um deus. Isso demonstraria que não há diferença alguma entre nossos dois tipos humanos, o justo e o injusto, um e outro identicamente orientados na existência; e creio que teríamos uma prova decisiva a respeito do ponto que investigamos: ninguém é justo voluntariamente, mas apenas coagido e forçado. Ser justo nunca é considerado um valor intrínseco que ilumina a vida privada, uma vez que um indivíduo não imaginou previamente que as circunstâncias permitem-lhe ser injusto, caso contrário o seria. Todo animal humano representa a injustiça como infinitamente mais vantajosa para os interesses privados do que a justiça. E isso é de fato verdade, a crer em Trasímaco e similares, com cujos discursos alimento meu discurso neste instante: se alguém dispendo dos poderes do anel de Giges não suportasse ser injusto nem desse livre curso ao desejo violento de se apoderar daquilo de que os outros usufruem, todas as pessoas sabedoras do fato o julgariam doido varrido. Sem dúvida, em público, o elogiariam cinicamente, apenas na esperança de iludir os espectadores, aterrorizados que se mostrariam diante da ideia de sofrer, por sua vez, alguma feroz injustiça. Eis esse aspecto da questão.

Abordemos o juízo referente à qualidade de vida de nossos dois tipos humanos. Só poderemos decidir corretamente a esse respeito se os impelirmos respectivamente ao supremo grau de justiça e ao supremo grau de injustiça. Caso contrário, permaneceremos na ignorância. Como esquematizar essa diferença máxima? Quer se trate do homem justo ou do homem injusto, não lhe amputemos de qualquer parcela de determinação própria: justiça para um, injustiça para o outro. Estipulemos que ambos representam a perfeição de seu tipo. Que o injusto, por exemplo, faça como os técnicos exímios: um eminente médico ou um excelente piloto sabem

exatamente o que suas habilidades lhes permitem fazer e o que são incapazes de realizar. Obstinam-se ou desistem segundo a situação se encaixe no primeiro ou no segundo caso. Se porventura vierem a se enganar, sabem retificar o tiro. O homem injusto deve também cobrir sob o véu do maior segredo as injustiças que continua a cometer, caso almeje ser autenticamente injusto. Injusto de altíssimo quilate, aquele que se deixa enganar! Pois o supremo grau da injustiça é parecer justo precisamente quando não se é. Atribuíamos à injustiça perfeita essa forma perfeita da injustiça sem tocar em sua essência: que seja exatamente no momento em que ele é mais injusto que a opinião pública lhe conceda o título de campeão do mundo de justiça! E se por acaso ele se perder em suas vis intrigas, que seja capaz de retificar o tiro. Por exemplo, se uma de suas injustiças for, com base nos fatos, denunciada, ele saberá, com sua eloquência capciosa, convencer a multidão quanto à pertinência de suas alegações e inverter a situação a seu favor. Deverá ser capaz, quando necessário, de fazer uso da violência, graças à sua coragem e energia, e de corromper e reduzir ao silêncio a acusação, graças a seus cúmplices e seu dinheiro. Contrastando com esse tipo de homem, desenhemos o retrato do justo, homem simples e nobre ao mesmo tempo, sobre o qual diz Ésquilo:

Não é à aparência, mas ao ser do Bem
Que tal homem deve tudo que lhe advém.

Retiremos dele, portanto, toda aparência de virtude. Se, com efeito, ele parecer justo, honrarias e presentes resultarão de tal aparência. Será então impossível saber se nosso homem é como é porque é realmente justo ou se tão só para gozar dessas honrarias e presentes. Para que ele difira absolutamente do injusto, exponhamo-lo em sua completa nudez moral: nada além da verdadeira justiça! Que ele pareça – ele, sempre inocente – culpado das mais infames injustiças a fim de que, confrontado com a provação desse cruel julgamento público e das terríveis consequências dele resultantes, sua justiça imanente se revele no fato de ele não ceder quanto a seu desejo: a despeito de submetido à tortura de sempre parecer injusto quando é sempre justo, nosso homem permanecerá fiel à sua máxima íntima até a morte. Assim, após alcançarem o limite extremo do justo e do injusto,

nossos dois tipos humanos se verão claramente apresentados a nosso juízo e poderemos saber, sem risco de erro, qual dos dois é mais feliz.

– Valha-me! – exclama Sócrates. – Você descreve esses dois indivíduos como um escultor a lustrar o bronze de duas sublimes estátuas para uma exposição.

– A gente se esforça! – graceja Glauco. – Do jeito que são nossos dois indivíduos, como você diz, não é muito difícil prever a vida que os espera, e irei acompanhá-la. Caro Sócrates, se você me encontrar *terre à terre*, tenha na cabeça que sou apenas porta-voz de todos aqueles para quem a justiça, comparada à injustiça, empreste-me a expressão, não vale um peido de coelho. Todas essas pessoas concordarão que a um justo, tal como o descrevemos, acontecerá tudo que o marquês de Sade faz sua heroína, a inocente, a virtuosa, a justa Justina, sofrer: sequestrado, vergastado, esquartejado, cegado pelo ferro em brasa, após mil suplícios, ele terminará seus dias empalado e confessando em sua pavorosa agonia que, em matéria de justiça, é preferível desejar a aparência a desejar o real. A citação de Ésquilo – dirão esses sectários da injustiça – seria mais bem apropriada ao injusto do que ao justo. Pois é o injusto, dizem eles, que lida com o que realmente existe, com questões verdadeiras, em vez de viver na aparência. Pouco se lhe dá, com efeito, a aparência da injustiça, seu desejo é ser injusto. Como Anfiarau em *Os Sete contra Tebas*:

Mais que a aparência, ele quer o cerne do ser,
Colheita do pensamento onde germinam seus desígnios.

Especialista em aparências, ele toma o poder em seu país agitando a bandeira de uma justiça fictícia. Escolhe mulher na linhagem que ele cobiça. Dá as filhas em casamento a rapazes bem posicionados, e os filhos esposam ricas herdeiras. Todos os grupos sociais abrem as portas para suas volúpias e astúcias. E por quê? Porque ele é injusto sem hesitações nem remorsos. Armado exclusivamente com esse cinismo, triunfa sobre seus rivais com a mesma facilidade na competição sexual e nos conflitos políticos. Ao mesmo tempo, enriquece dia após dia e pode paparicar livremente os amigos e prejudicar os inimigos. Pode também oferecer aos poderosos, inclusive aos deuses, todo tipo de esplêndidos presentes, o que decerto o justo é incapaz de fazer. Atrai para si as boas graças dos que

podem impulsionar sua carreira, até mesmo os deuses. É inclusive muito possível que os próprios deuses, assim corrompidos, prefiram-no ao desafortunado justo. Eis, caro Sócrates, os argumentos daqueles que afirmam que o injusto está fadado a uma vida muito superior à do justo. Observe que eles chegam a ponto de sustentar que tal superioridade é certa em todos os casos, independentemente de decisão quanto ao sentido da vida caber aos homens ou aos deuses.

Sócrates prepara-se para responder, mas Amanda, com os olhos em fogo, antecipa-se:

– Por acaso acha que o palavreiro do meu irmão elucida o problema?

– Bolas! Eu já ia dizer que depois desse esforço hercúleo podíamos ir para a cama.

– Para a cama quando o ponto colocado em discussão sequer foi abordado!

– Diabos! Emprestemos um caráter feminino à famosa injunção: “Irmão, ajude seu irmão!” Digamos todos em coro: “Irmã, ajude seu irmão!” Se o discurso de Glauco, a despeito de sua extensão acachapante, omitiu alguma sutileza importante, acorra, moça! Arranque-o do lodaçal! No que me diz respeito, essa massa de palavras foi suficiente para me derrubar e pregar no chão, sem condições de socorrer a justiça.

– Tudo isso, querido mestre, é uma quimera, e deve me escutar. Com efeito, temos a obrigação de examinar até o mais ínfimo detalhe dos argumentos que se opõem ao que meu irmão acaba de declamar. Que, pela fé do juramento, venham testemunhar os ardorosos partidários da justiça, essas pessoas que têm profundo horror à injustiça: então enxergaremos mais claro nas intervenções de meu querido irmão. Começemos por um ponto importantíssimo. Os pais de família, e mais geralmente os responsáveis pelo futuro dos filhos, enchem-lhes os ouvidos com pregações sobre a necessidade de ser justo. Porventura fazem esse elogio da justiça em nome de sua superioridade intrínseca? De forma alguma. Não se preocupam em absoluto com a verdade ou a moral; sua única referência é a vida em sociedade. O que conta, para eles, é a boa reputação que os meninos e meninas – sobretudo as meninas – extraem dessa famosa “justiça”. Basta uma opinião influenciável declarar fulano “justo” e, zás, estão garantidos os votos nas eleições, os bons lugares e os casamentos lucrativos! Tudo que Glauco afirma sobre as vantagens que extraímos de uma reputação de

homem íntegro e justo, seja ela meritória ou não, é absolutamente exato. No entanto, a defesa das opiniões desse gênero pode ir muito mais longe. Com efeito, ela pode convocar a seu favor os próprios deuses, dependendo da reputação de que o mortal goza junto a eles. Há quem declare que os deuses recompensam a piedade do justo com inumeráveis benefícios. É, por exemplo, a opinião do simpático Hesíodo e de seu colega Homero. Em *Os trabalhos e os dias*, Hesíodo afirma que foi pensando nos justos que os deuses estipularam que os carvalhos

Se cobrissem de sementes na fronde, essa maravilha,
E, no meio do tronco, do produto das abelhas.

E também que

As ovelhas se curvassem ao peso de sua lã.

Sem falar, ainda segundo Hesíodo, nas incontáveis dádivas que, mediante a natureza, os deuses proporcionam aos justos. Seu colega Homero assina embaixo: veja no canto 19 da *Odisseia*, quando ele compara o justo ao

Irreprochável rei, temeroso de todos os deuses,
Defensor da justiça, para o qual o solo fecundo
Dá o trigo, a árvore a fruta deliciosa,
As ovelhas os cordeiros, o oceano os peixes.

Museu e seu filho presenteiam os justos, da parte dos deuses, com dádivas ainda mais excepcionais. Eles os imaginam, após sua morte, sentados à mesa do Hades, cingidos com uma coroa de flores, convidados de um festim opíparo... Daí resulta que todos esses malfadados justos estão constantemente bêbados, como se o mirífico salário da virtude fosse uma ebriedade eterna! Outros poetas, quando se trata do salário divino recebido pelos mortos salvos por sua reputação, são simplesmente grandiosos. O homem justo e fiel, afirma, deixa atrás de si, à sua imagem, filhos, filhos de filhos, toda uma infinita descendência. Observei que é sempre nesse estilo pomposo que a justiça é incensada.

No que se refere aos ímpios e injustos, tem de ver como os poetas os temperam! Eles os fazem patinhar nos esgotos repugnantes dos infernos, em meio a fezes caninas, gatos esfolados e retalhos de cadáveres apodrecidos. Isso quando não são obrigados a transportar toneladas de água em peneiras. E, quanto às suas vidas na terra, atenção! A crer nas Odes, Epodos e Trípodos de nossos Mestres, a vida dos injustos não é melhor do que suas mortes. A opinião pública vomita-as, e tudo que meu querido irmão falou sobre a punição dos justos, que uma opinião equivocada considera injustos, nossos poetas transformam, sem mudar um iota, no destino dos verdadeiros injustos. É assim e não de outra forma que à justiça e a seu contrário eles distribuem (permita-me poetizar como eles)

O elogio luminoso e a tenebrosa censura
Conforme a qualidade de suas almas.

Assinado Amanda, Obras póstumas, tomo 2!

– De toda forma, você deveria... – tenta consertar Glauco.

– Espere, espere! Não terminei. Desejo, querido Sócrates, examinar com você outra ideia a propósito da justiça e da injustiça. Ouvimos essa ideia tanto da boca de comensais embriagados quanto nas declarações bombásticas dos poetas. Todos esses cavalheiros e todas essas damas entoam grandes cantilenas em uníssonos para celebrar a temperança e a justiça. Como são magníficas tais virtudes! Mas logo percebemos alguns desafinados no coro frenético. Decerto as virtudes são magníficas, isso está mais que provado! Por outro lado, não temos como não admitir que são igualmente penosas. E estorvantes, cá entre nós! Em compensação, convém ter a honestidade e a coragem de dizer, o vício e a injustiça são deveras agradáveis, e facilmente disponíveis. Afinal, só a opinião vulgar e a lei desmancha-prazeres os condenam. E eis que a cantilena virtuosa muda de tom: pessoas da sociedade e poetas passam todos a cantar, num ritmo cada vez mais alucinante, que, quase sempre, as injustiças são bem mais proveitosas. Não raro, até os coristas do Bem, de maneira repulsiva mas rentável, tanto entre amigos como nas grandes recepções, põem-se a gabar os méritos de ricos canalhas com prestígio junto aos poderosos e a falar cobras e lagartos de indivíduos direitos, justos, sem dúvida, mas fracos e pobres – esse tipo de gente que, conceda-me a expressão, os presunçosos

consideram “merdas” – ainda que nossos cantores do Rock da Injustiça confessem secretamente que esses “merdas” são moralmente superiores aos canalhas.

– Querida irmã – ousa Glauco –, você não poderia...

– Quer parar de me interromper, por gentileza? Gostaria de falar mais uma coisinha. O extraordinário é a ideia que essas pessoas têm a respeito da relação entre os deuses e a virtude. Pegue, dizem eles, um cara boa-praça e uma garota superlegal. Pois bem, há nove chances em dez de os deuses criarem-lhes todo tipo de problemas e que sejam os canalhas a rasparem a aposta da vida. Além disso, vemos charlatães, adivinhos sórdidos, fazerem cerco às mansões praieiras, onde, justamente, os ricos canalhas pululam. Esses lixos declaram que, fruto de sacrifícios e passes de mágica, extorquiram poderes excepcionais dos deuses. Por exemplo, se um desses canalhas, ou um de seus ancestrais, vier a cometer uma injustiça atroz, os charlatães se apresentarão e o purificarão para sempre: “Vossa Excelência não corre mais nenhum risco por causa dessa história, nem nesta vida nem na outra – se é que existe outra!” Bastam algumas festas bem frequentadas pagas ao adivinho piolhento diretamente e em moeda forte. Se outro indivíduo desejar que um de seus rivais, por questões financeiras ou sexuais, seja retirado de circulação por um tempo, não seja por isso: por uma bagatela, os charlatães paralisam seu inimigo mediante sortilégios hipócritas e correntes invisíveis. Observe que ninguém dá a menor pelota para saber quem, na circunstância, é justo e quem é injusto. Todos esses impostores afirmam ter os deuses no bolso.

– Ei! Ei! Que história é essa? – intervém Glauco. – O que está...

– Suas interrupções são realmente desagradáveis – reitera Amanda. – Ainda não falei o mais importante. É que os mencionados charlatães escondem-se por trás do testemunho dos poetas.

– Não me admira! – exclama Sócrates.

– É realmente mágico. Eles citam Hesíodo, por exemplo, que elogia a facilidade com que chafurdamos no vício:

Para o vício profuso caminhamos com facilidade.

A estrada é bem desenhada, o trajeto, curto.

Mas a virtude significa suor e trabalho...

E completo, garimpando no filão poético de minha lavra:

... É muito mais que um mero pestanejar.

– Querida Amanda! – exclamou Sócrates. – Que decassílabo elegante você criou.

– E Homero! Também o convocamos, declaram nossos charlatães, a comparecer como testemunha em apoio à tese de uma influência dos homens sobre os deuses. Peguemos a *Ilíada*, quando Fênix dirige-se a Aquiles:

Os deuses nunca são absolutamente inflexíveis.

Os homens, temendo tornar-se seu alvo,

– Ao transgredirem muitas leis, culpados sem escusas –

Mediante libações, votos e sacrifícios,

Sabem como aplicar sua ira

Transformando-se em filhos do deus furioso.

– Pelas barbas do profeta – Sócrates sorri –, Homero deve estar se revirando na tumba!

– Mas não são apenas Homero e Hesíodo. Nossos impostores citam igualmente uma profusão de livros misteriosos de Museu e Orfeu, que afirmam ser filhos da Lua e das Musas. Assim fundamentados, persuadem não só simples paspalhos, como governos, de que é possível ser lavado e purificado dos crimes mais hediondos mediante sacrifícios e cerimônias ridículas, tanto nesta vida como na outra. Chamam essas asneiras de “iniciações”, que supostamente protegem dos castigos após a morte. Eles cacarejam que, se não formos iniciados, arriscamo-nos a tormentos pavorosos. Então, caro Sócrates, imagine o que bem podemos pensar, nós, os jovens, que chegamos à sociedade, orientados exclusivamente por nossa natureza. Tão logo aportamos, massacram nossos ouvidos com todos esses discursos e poemas. Nada sabemos, logo estamos curiosos por tudo. Como abelhas, polinizamos desordenadamente todas as flores de retórica. E em que vamos acreditar, de tanto ouvir essa ladainha sobre o vício e a virtude, e o elogio que lhes entoam homens e deuses? Que efeito isso terá sobre o

Sujeito que desejaremos vir a ser? Se formos capazes de deduzir, de todo esse jargão, o caminho a tomar para ter a melhor vida possível, afirmo-lhe, Sócrates, que nós, os jovens, concluiremos como o velho Píndaro:

Para alcançar o topo das colinas da vida
E lá construir o forte que proteja meus dias
Devo preferir os infinitos desvios
Do embusteiro às duras trilhas da Justiça?

– Convém marcar bem, “Jus-ti-ça”, três sílabas, para obter um alexandrino manco – observa Sócrates.

– Você sofisma com os detalhes sem me escutar, Sócrates! Se é porque sou mulher, fale agora, e tiro o time de campo!

– Paz! – intervém Glauco. – Não vê que estamos todos prestando atenção, bebendo cada palavra sua?

– Em todo caso, eis a lição que nos dão em toda parte, a nós, jovens. Se eu for justo e não parecer, terei sérios contratempos. Se for injusto com uma fachada de justo, terei uma vida genialmente divina. Então rumino: uma vez que todos os venerados sábios me demonstram, a mim, adolescente, que a aparência costuma prevalecer sobre a verdade, e que ela é a chave da felicidade, devo, de olhos fechados, passar em bloco para esse lado. Vou, mais matreira que a Raposa das fábulas, construir à minha volta, fachada ou desenho, uma imagem fantasiosa da justiça.

– Mas – corta Glauco, preocupado em demonstrar boa vontade como ouvinte –, poderiam objetar-lhe que nem sempre é fácil esconder quando se é verdadeiramente mau.

– E responderei: nada do que é importante é fácil. Se desejamos a felicidade, nada nos resta senão seguir a trilha aberta por esses discursos. É mais fácil esconder-se em grupo: nos organizaremos em torno da aparência, mentiremos em coro. Todos nós conhecemos professores de hipocrisia, que nos transmitirão os truques do orador e as chicanas do advogado. Bem preparados, persuasivos quando possível e violentos quando não, seremos vencedores sem que jamais se faça justiça.

– E os deuses? – insiste Glauco. – É impossível subtrairmo-nos a seu olhar, tampouco coagi-los.

– E se eles não existissem, pura e simplesmente, esses famosos deuses? Hein? O que me diz da rasteira que tal inexistência daria na justiça?

– Sim – admite Glauco, sereno –, mas é possível que eles existam. Vai correr o risco?

– E se eles existissem e não dessem a mínima para o que os homens fazem? O que, pensando bem, seria bastante razoável de sua parte.

– Sim – diz Glauco, cada vez mais tímido –, mas e se eles se preocuparem com as histórias humanas? Como sairá dessa?

– Ouça bem uma coisa. Como sabemos que os deuses existem? Ou melhor, por intermédio de quem ouvimos falar neles? Apenas por intermédio de mitólogos e poetas que contaram sua história. Ora, repito, esses mesmos mitólogos e poetas afirmam que é perfeitamente possível apaziguar os deuses e torná-los aliados, se operarmos de maneira correta os sacrifícios, as preces bem carpidas e as oferendas. Então, das duas, uma: ou acreditamos nos poetas nos dois pontos: ponto um, os deuses existem; ponto dois, podemos neutralizar facilmente sua ira contra os homens. Ou não acreditamos nos poetas em nenhum dos dois pontos. O que dá: ponto um, é quase impossível apaziguar os deuses; porém, ponto dois, eles não existem, o que fecha a conta! Logo, sejamos injustos e consagremos prudentemente aos sacrifícios e oferendas parte do que a injustiça nos proporciona.

– Mas – obstina-se Glauco –, sendo justo você tem certeza de não correr nenhum risco advindo dos deuses. É, em todo caso, a solução mais simples.

– Simplicidade que você paga com uma vida mesquinha, pois renuncia aos enormes benefícios da injustiça! Injustos, em contrapartida, recebemos esses benefícios e, com o auxílio luxuoso de preces e doações, persuadimos os deuses a fechar os olhos para nossos desvios e torpezas e nos salvar de um possível castigo.

– Ainda assim – teima Glauco, sem sair de sua placidez –, nos Infernos, será feita justiça a nossas injustiças neste mundo e seremos punidos, ou o serão, pior ainda, os filhos de nossos filhos.

– Querido irmão, raciocine por uma vez como um espírito forte, um verdadeiro libertino! A iniciação nos Mistérios e nos deuses redentores tem decerto poder nesses tribunais dos Infernos. Em todo caso, é o que dizem poderosos homens de Estado, bem como poetas e profetas, esses filhos dos deuses que nos prodigalizam sinais da verdade.

– Você deveria – comenta Sócrates – recapitular sua notável argumentação. Nunca a ouvi falar tanto, você rivaliza com as célebres digressões de seu irmão. Conviria igualmente esclarecer o que, depois de tudo isso, você espera de mim, Sócrates. Afinal de contas sou apenas um desses “velhos sábios” de quem você falava, que a juventude, num mesmo impulso, escuta e critica, quer seguir e renegar.

– Nunca o renegarei, nunca! Mas não pode me decepcionar... A questão é simples. Que razões temos nós, “nós”, os jovens, para preferir a justiça à mais cínica injustiça, se basta-nos dissimular nossa corrupção sob a aparência de uma roupa apropriada para que de imediato deuses e homens nos deixem alcançar tranquilamente nossos desígnios? Pois é o que diz tanto a opinião vulgar quanto os luminares do saber. A escutá-los, eu refletia que não existe astúcia ou truque que convença uma pessoa efetivamente poderosa, ou muito inteligente, ou riquíssima, ou de uma família do *jet-set*, a respeitar a justiça. Digo literalmente *nenhum*. Afirmo inclusive que se você, pessoalmente, elogiar a justiça diante dele, ele rirá na sua cara!

Termino a peroração. Suponhamos que exista um sujeito formidável – você, por exemplo, Sócrates –, capaz de afirmar altivamente que tudo que contei não se sustém de pé e estabelecer de maneira indiscutível, segundo as regras do saber rigoroso, a superioridade da justiça. Afirmo que esse mesmo verdadeiro sábio, deixando de lado todo rancor, não terá pelos injustos senão uma inesgotável indulgência. Pois, por experiência, ele sabe que na prática ninguém é justo por vontade própria. Para manter-se à margem da injustiça, é preciso ser guiado naturalmente por uma interioridade divina ou dispor de uma ciência tão elevada que permanece não partilhada. Meia dúzia de gatos-pingados. No mundo tal como é, os que se revoltam contra a injustiça são os covardes, os anciãos, os enfermos, em suma, todos aqueles demasiadamente fracos para cometê-la. Isso é evidente! Basta constatar que, em meio a todos esses oradores que se esgoelam contra a injustiça, o primeiro aquinhado com o poder de ser injusto não hesita em aplicá-lo, e o máximo que puder! Tudo isso nos conduz de volta a nosso ponto de partida: o que nos incitou, a meu irmão e a mim, a entrar, caro Sócrates, na discussão que nos mantém acordados. Eu tinha na cabeça uma espécie de súplica a lhe dirigir, algo do gênero:

“Ó esplêndido amigo, querido Sócrates, como é possível que nenhum de vocês, defensores impávidos da justiça – e isso, desde os heróis antigos

cujas sentenças chegaram até nós –, consiga estigmatizar a injustiça e enaltecer a justiça senão por motivos mesquinhos de opinião, glória ou recompensa? O que são justiça e injustiça, em si e por si, segundo sua potência efetiva no Sujeito onde elas residem de direito, desprovidas de toda aparência exterior, de maneira que passam desapercibidas aos homens e aos deuses, isso nunca ninguém esclareceu suficientemente. Assim, ninguém foi capaz de demonstrar apenas pela força da razão que, para o Sujeito por ela investido, a injustiça é o pior dos males e a justiça, não somente seu bem supremo, como sua Verdade imanente. E não obstante, se desde o início vocês todos – defensores impávidos da justiça – nos houvessem convencido a respeito desse ponto, e nos metido isso na cabeça quando éramos crianças, não estaríamos nos vigiando uns aos outros para, obcecados pela opinião, não cair na injustiça. Caberia a cada um de nós ser o inflexível guardião de si mesmo, temendo que a menor injustiça de nossa parte atestasse uma espécie de convivência íntima com o pior dos males.”

Eis o que seria minha súplica, Sócrates: que finalmente nos armássemos interiormente contra o que nos corrompe como Sujeitos. Todo o resto não passa do que um Trasímaco qualquer, como aquele que, lá longe, finge dormir, diria sobre a justiça e a injustiça, debatendo-se – a meu ver desde o início – nas filigranas da diferença essencial entre os dois.

– E o que me pede, querida Amanda, tão virtuosa e sutil, tão pessimista e resoluta? O que posso fazer por você?

– Não tergiveremos. Se me empenhei a fundo na defesa de ideias banais, foi simplesmente estimulada pelo desejo de ouvi-lo enfim, a você, Sócrates, defender de maneira sublime as ideias contrárias. Sim, desejo ardorosamente que não se limite a provar que a justiça é superior à injustiça. Quero ouvir uma descrição convincente dos efeitos que uma e outra produzem, de forma puramente imanente, sobre o Sujeito do qual elas se apoderam. Quero compreender a fundo a natureza desses efeitos e que a denominação “Bem” para uns e “Mal” para os outros se justifique. Quero, Sócrates, que elimine toda referência às opiniões e juízo alheios, como já exortou-lhe meu irmão Glauco. Se, com efeito, não eliminar essas referências puramente exteriores, se, tanto para o justo como para o injusto, você embaralhar os fios das opiniões quase verdadeiras, falsas-mas-isso-não-é-garantido, prováveis, incertas, e todo o blá-blá-blá da aparência, afirmo-lhe com todas as letras: direi em toda parte que não é o justo que você elogia, mas sua aparência, nem o injusto que você denigre, mas sua

aparência. Propagarei uma péssima ideia de seu trabalho: espalharei que, na verdade, você também propõe a quem é injusto escondê-lo, que você simula combater Trasímaco, mas que, “objetivamente”, como dizia Stálin no período dos julgamentos de Moscou, está alinhado com ele. Pois tudo isso equivale a sustentar que a justiça não tem valor intrínseco, que em todos os casos ela só é útil ao mais forte. Que, em contrapartida, aquele que pratica a injustiça sempre tirará proveito dela e que ela só prejudica o mais fraco.

– Maldição! – exclama Sócrates. – Pretende me perseguir nas ruas como uma Erínia filosófica! Igualar-me a Trasímaco! Que castigo atroz!

– Schhh! – sobressalta-se Glauco. – Ele está logo ali! Não o acorde!

– É culpa sua também – continua Amanda. – Você nos ensinou que a justiça fazia parte do reino do Bem. Reiteradas vezes nos asseverou que ela não era útil ao Sujeito meramente por suas consequências na sociedade, e sim, em primeiro lugar, por ela mesma e nela mesma. A esse título, comparou-a, segundo seu dileto método dos modelos concretos, à visão, à audição, ao intelecto, à saúde e a todos os bens legitimados por sua verdadeira natureza, e não pelo jogo das opiniões. Esperamos, portanto, que você opere este maldito milagre: um elogio da justiça alicerçado na ação positiva que sua essência singular exerce sobre o Sujeito que é seu suporte; uma condenação da injustiça cuja mola seja unicamente os consideráveis estragos que ela provoca no devir desse mesmo Sujeito. Quanto aos benefícios materiais ou societários, às opiniões, à boa ou má reputação, jogue tudo isso no lixo! Claro, considerando a alienação geral e a propaganda da mídia, não vou desperdiçar minha indignação ante um fulano qualquer que, se de um lado glorifica a justiça com trêmulos na voz e denuncia a injustiça pranteando suas vítimas, de outro só tem na cabeça reputação, conforto, segurança e salário de executivo. Um indivíduo desse tipo tem a consciência podre, acredita piamente que o modelo insuperável de humanidade, moralidade e compaixão é o pequeno burguês das “democracias” ocidentais. Nunca entenderá nada de justiça. Para esse indivíduo, nada presta, já foi tudo pra cucuia, não insistamos! Mas você, Sócrates, ainda que me desse tal ordem, eu não toleraria que se comprometesse um instante que fosse com essa visão das coisas. Você passou a vida inteira escarafunchando a questão da justiça. Impossível que se limite, nesta noite decisiva, a demonstrar que a justiça é superior à injustiça. Você nos deve – e deve a si mesmo –, exclusivamente mediante o exame dos efeitos imanentes de uma e outra no Sujeito, estabelecer que

uma é do âmbito do Bem e outra do âmbito do Mal. Acrescento isso para deixar tudo bem claro entre nós: no que se refere à demonstração que todos esperamos de você, o fato de o processo subjetivo da justiça ser visível do exterior para os homens ou para os deuses não tem importância alguma. E concluo: abaixo a opinião! Viva o pensamento! Viva Sócrates!

Todos aplaudem espontaneamente, até mesmo Trasímaco, que acordara assustado, até mesmo Polemarco, bêbado demais para compreender, até mesmo Glauco, não obstante com ciúmes do brilho da irmã e da graça manifesta com que sua prosa – segundo Glauco, terrivelmente descosida – acende o olhar de Sócrates. Quando o alarido diminui, Sócrates toma imediatamente a palavra:

– Ah, mocidade! Mocidade que desponta eternamente num mundo cansado! Mereces que Píndaro, revisado por Amanda, escreva uma Ode triunfal especialmente para ti, algo como:

Eles são mais luminosos que a cúpula astral,
Os de sua linhagem, Glauco e Amanda! O vinho
Corre nas fações de seus pensamentos, tão capitais
Que as palavras para expressá-los pasmam o Divino.

Todos riem, Sócrates o primeiro. E emenda:

– Não deixa de ser verdade, contudo, que há em vocês, jovens, alguma coisa de divino, uma vez que, após falarem com incomum energia a respeito das inúmeras vantagens da injustiça, vocês continuam sem se convencer, verdadeiramente, de que ela é superior à justiça. Digo “verdadeiramente” em função do comportamento de vocês, do que percebo de sua existência. Se fossem apenas seus discursos, eu desconfiaria! Mas confio em vocês. E, quanto mais confio, mais me embrenho numa espécie de aporia.

– Ah! – muge Trasímaco, para surpresa geral. – Lá vem ela! A aporia socrática voltou, ao ataque!

Trasímaco projeta-se, pula na direção de Sócrates, tropeça, recolhe-se, novamente abatido pelo torpor.

– Tem razão, o nosso Trasímaco, a aporia me devora. De um lado, não sei como socorrer a justiça. Sinto-me impotente. Um sinal dessa impotência é que, no fim da controvérsia com Trasímaco ainda há pouco, eu de fato

julgava haver demonstrado que a justiça é superior à injustiça. Ora, constato que vocês, moços, não me julgaram bem-sucedido, uma vez que, a seu ver, é preciso recomeçar do zero. Porém, de outro lado, não posso deixar de ir em socorro da justiça. Seria blasfemar contra minha própria existência nada fazer quando ela é difamada na minha presença. Desistir? Fugir da confusão? Tirem o cavalinho da chuva. Não, enquanto ainda respiro e posso falar. Temos de decidir. O melhor, de toda forma, é correr em socorro da justiça, na medida de meus recursos. Mas esses recursos, admito, são medíocres. Posso muito bem fracassar.

Nesse momento, Glauco, Amanda, Polemarco e Trasímaco, ressuscitado, todos cercam Sócrates e lhe suplicam que empregue todos os seus recursos e faça uma exposição triunfal a respeito da essência do justo e do injusto e da verdadeira compreensão do que os opõe.

Sócrates, no entanto, como um solitário na noite solitária, não diz mais nada, ausenta-se, desaparece em sua própria aparência.

– Já é tarde – resmunga Trasímaco, antes de desabar no chão, de braços cruzados, e começar a roncar.

3. GÊNESE DA SOCIEDADE E DO ESTADO (368d-376c)

NA NOITE AZULADA, mosqueada por lanternas, que se espalhara por toda parte, nessa espécie de deserto povoado por sombras deitadas, onde algumas testemunhas – Amanda, Glauco, Polemarco e Trasímaco roncando no chão – sobreviviam à lassidão melancólica pós-festa, Sócrates, intimado por seus interlocutores a prosseguir a discussão, não rompeu o silêncio imediatamente. Afinal de contas, a pergunta “O que é a justiça?” é de uma gravidade acachapante, exigindo, além disso, para nos movermos por ela, uma intuição intelectual calejada. Que jovens de hoje o escolhessem como guia para orientar-se nesse labirinto tocava-o então vivamente. Por outro lado, também sentia, imprensado contra a parede, uma espécie de desencorajamento. Sabia ele de fato o que era um homem justo? Resumindo, era um homem justo? Ruminava tudo isso, afundado em sua poltrona, quando teve uma ideia, que expôs prontamente a seu magro público:

– Já que não somos capazes de definir o homem justo em si, tentemos proceder por analogia, ou até mesmo, se tivermos sorte, por isomorfia.

– O que é isso? – pergunta Amanda.

– Quando duas realidades possuem exatamente as mesmas relações internas, a mesma estrutura, dizemos que são isomórficas. Basta verificar as raízes gregas: “*iso*”, mesmo ou igual, “*morphê*”, a forma. Nossas duas realidades são existencialmente distintas, embora possuindo a mesma forma.

– O que pode ser isomórfico ao homem justo? – pergunta Glauco.

– Cuidado! Não é apenas a isomorfia que nos interessa. É também a evidência, a legibilidade. Convém que a realidade isomórfica ao homem justo seja mais fácil de decifrar, quanto à sua estrutura, do que o próprio homem justo. Caso contrário, não avançaremos.

– Sim, sim! – exclama Amanda, entusiasmada. – Ocorre-me uma comparação genial: mostramos a alguns indivíduos vesgos um texto escrito em caracteres miúdos num pequeno quadro posicionado a distância. Eles

não entendem nada. Mas há um certo Sócrates, entre os vesgos, que percebe que o mesmo texto acha-se diante deles, em caracteres maiores, num quadro maior. Todo mundo compreende, todo mundo aplaude Sócrates!

– Bravo! – vibra Sócrates, com um sorriso no canto da boca. – Em todo caso, acrescentemos que o seu Sócrates é menos vesgo que todos os outros vesgos.

– Por quê?

– Porque, se ele percebeu que o texto escrito em caracteres grandes era o mesmo que o escrito em caracteres pequenos, foi porque conseguiu ler os caracteres pequenos... Nisso é que reside todo o problema, na verdade. Como demonstrar a isomorfia de duas realidades se nada compreendemos da estrutura de uma delas? Meu método das isomorfias não passa de uma enganação, infelizmente.

Glauco e Amanda, amargamente decepcionados, fazem uma cara comprida. Sócrates sacode-os:

– Ei! O olho também aprecia ser enganado! Senão, vejamos. Se a justiça existe para o indivíduo, existe também para a coletividade, o país, a comunidade política, o Estado, como preferirem. Ora, essas realidades coletivas são maiores que o indivíduo isolado, certo?

– Claro – disse Glauco, animando-se novamente –, muito maiores.

– Logo, é possível que, situada nesse conjunto mais vasto, a justiça torne-se mais facilmente compreensível. Razão pela qual investigaremos primeiro o Estado e, só depois, o indivíduo. Nossa investigação tem como finalidade descobrir o que, no esquema formal do menor, é isomórfico ao que constatamos no maior. Além disso, dispomos do recurso de nos pautar pela história dos países. Se considerarmos racionalmente a gênese das comunidades políticas, teremos concomitantemente a gênese da justiça e da injustiça. Procedendo dessa forma, temos alguma esperança de sucesso. E então? Acham que vale a pena tentar? Pensem bem! Não será café-pequeno, repito.

– Está tudo pensado – declara Amanda. – Em frente! Sem piedade!

– Os desejos de Amanda são ordens – aquiesce Sócrates. – Começo. Primeiro ponto: não vejo outro princípio a ser aplicado, para esclarecer o surgimento de comunidades políticas, senão a impossibilidade de uma autarquia individual. Para sobreviver, todo mundo precisa de um monte de coisas. Fulano junta-se a sicrano para satisfazer tal necessidade, depois a

beltrano para uma necessidade distinta, e assim por diante. A profusão de necessidades distintas gera, num mesmo território, um contingente de homens reunidos pelas leis da associação e da ajuda mútua. É a essa convivência díspar que chamamos país, comunidade política, Estado, pólis, cidade, processo coletivo etc., dependendo do contexto. Talvez a palavra “sociedade” seja provisoriamente a mais apropriada. Pois por enquanto, caros amigos, estamos fazendo mais sociologia do que filosofia!

Glauco, bem informado acerca das ciências humanas, intervém:

– Uma vez que estamos na sociologia, permita-me aplicar ao tema da comunicação universal uma observação do grande Marcel Mauss: quando dom e contradom se sucedem, cada um supõe que a troca lhe é favorável. Não bastaria então dizer pura e simplesmente que nossas necessidades estão no princípio da comunidade política, tal como explicamos racionalmente sua gênese? Por “necessidades”, entendo as necessidades elementares da subsistência: em primeiro lugar, a comida, a mais essencial de nossas necessidades, uma vez que dela depende a perpetuação da vida; em segundo lugar, a moradia; e em terceiro, o vestuário e seus acessórios: calçados, cachecóis, luvas, chapéus, meias, gorros, broches, cintos, botões... Logo, a questão é saber como a sociedade – já que, segundo você, no estágio em que nos encontramos, esta é a palavra apropriada – poderá satisfazer tantas demandas diferentes.

– A pergunta – diz paternalmente Sócrates – contém a resposta. Isso acontece muito em sociologia... Primeiro, organizar a produção. Fulano será agricultor, para a alimentação, sicrano, pedreiro, para a moradia, beltrano, alfaiate, para a vestimenta. E, para os acessórios, precisaremos de um bom sapateiro. De modo que nossa sociedade terá no mínimo quatro integrantes! E já pode entrar em cena o que chamaremos de divisão do trabalho. Com efeito, seria absurdo que o agricultor utilizasse um quarto de seu tempo de trabalho para produzir estritamente o trigo necessário à sua subsistência pessoal, sem se preocupar com a dos outros três, e passasse os outros três quartos a erguer amadoristicamente as paredes de sua casa, confeccionando roupas que não entram nele e costurando sapatos disformes. Enquanto isso, o sapateiro, o alfaiate e o pedreiro suariam para cultivar, cada um no seu canto, porções ridículas de um trigo intragável. Muito mais racional – pelo menos à primeira vista – é a especialização: o agricultor dedica integralmente seu tempo a produzir um excelente trigo para si mesmo e para os demais e troca esse trigo pelos calçados resistentes,

a bela casa e as roupas bem cortadas, fabricadas, fruto de uma dedicação exclusiva, em benefício do conjunto da sociedade, pelo sapateiro, o pedreiro e o alfaiate.

– Por que – pergunta Amanda, perspicaz – diz “à primeira vista”? A divisão do trabalho não seria tão racional quanto parece?

– Ai! – sorri Sócrates. – Fui apanhado! A divisão do trabalho sem dúvida explica um pouco da gênese das sociedades reais. Contudo, veremos que ela não pode servir de princípio para a sociedade futura, pautada por nossa ideia de justiça. Nela, todo mundo poderá fazer tudo, ou quase tudo.

– Naturalmente – diz o pragmático Glauco. – Mas continuemos nos caminhos da realidade. Em que fundar a divisão social das tarefas produtivas?

– À divisão do trabalho, que existe há milênios, subjazem duas convicções tão duvidosas quanto arraigadas. A primeira é que a natureza não dotou todos os indivíduos com as mesmas habilidades. Enquanto alguns mostrariam uma aptidão natural para determinada tarefa, outros seriam talentosos em tarefas distintas. A segunda é que é preferível um indivíduo que domina uma técnica específica dedicar-se a ela em tempo integral a dispersar-se em várias ao custo de menor eficiência em cada uma delas. A conclusão daí resultante, você a descobrirá sozinho.

– Muito bem – diz Glauco –, tudo funciona melhor, quantitativa e qualitativamente, quando um indivíduo, em conformidade com a ordem natural das aptidões, dedica-se a um único trabalho e nele obstina-se sem preocupar-se com o que fazem ou não os demais.

– Visão tacanha! – dispara Amanda.

– Seja como for, prevaleceu até os dias de hoje ao longo de toda a história humana – retorque Sócrates.

– Questão de fato, de necessidade transitória, e que nada prova quanto ao valor do procedimento.

– É verdade – admite Sócrates –, e, de toda forma, sugerimos outra coisa. O que podemos em todo caso guardar disso, considerando essa base empírica ou histórica, é que são necessárias muito mais pessoas do que imaginamos para compor uma totalidade social, ainda que rudimentar. O agricultor não terá tempo nem competência para fazer um arado, assim como tampouco o pedreiro, sua pazinha ou seus tijolos, ou o tecelão e o sapateiro, sua lã, seu couro e suas incontáveis ferramentas. Nossa pequena

sociedade fictícia expande-se então com um ferreiro, um garimpeiro, um montador e vários outros operários qualificados. Mas a coisa não para aí. Precisamos de pecuaristas e pastores para que o camponês tenha seu arado puxado por um boi, e o pedreiro, sua carroça por robustas e plácidas mulas. Sem falar que o sapateiro quer peles bem curtidas para seus couros. E não acabou! A capital do país precisa importar de outros lugares o imprescindível a seu desenvolvimento: eis que chegam transportadores e negociantes. Esse início de comércio tem efeitos ligados à produção, inclusive agrícola. Pois o negociante não pode chegar de mãos vazias no país onde pretende comprar aquilo de que seu próprio país necessita. Para comprar, é necessário vender; para importar, é necessário exportar. Daí a necessidade de produzir mais trigo, vinho ou cabras do que exigem nossas necessidades locais. Daí um afluxo de novos agricultores, lavradores, pastores e pecuaristas, os quais, evidentemente, têm de morar em algum lugar e dispor das ferramentas necessárias. Daí um novo contingente de ferreiros, pedreiros, sapateiros e outros operários. Assentado nestas bases, o comércio prospera: hordas de mensageiros, financistas, revendedores, transportadores, representantes...

– Sem falar – diz Glauco, exaltado diante desse fulminante desenvolvimento econômico – nos barcos para o grande comércio internacional, os armadores, marinheiros, estivadores...

– Exatamente! – sorri Sócrates. – Um formigueiro de gente, inclusive para os trabalhos pesados, a manutenção, o reboque, o descarregamento... Todos esses rapazes musculosos que vendem diariamente sua força de trabalho por dinheiro, o que conhecemos como salário. Razão pela qual eles formam a massa dos assalariados. Observem que, dessa forma, o trabalho é comprado da mesma maneira que as mercadorias de que precisamos. Faz-se necessário, portanto, um mercado e uma moeda que seja o símbolo abstrato de tudo que circula nas trocas. Amanda! Por acaso dormiu?

Amanda não reage. Dorme, com efeito, a cabeça reclinada no encosto da poltrona, os braços pendendo nas laterais. Economia não parece ser sua paixão. Glauco, em contrapartida, está indócil:

– Peço a palavra, Sócrates: admitamos que um camponês ou um operário venha vender no mercado uma parrelha de bois e ferramentas de lavoura. Caso não haja nenhum comprador interessado por esses produtos, acha que ele vai ficar sentado no lugar horas, dias a fio, à espera de um freguês?

Acha que abandonará suas plantações ou sua oficina? As operações de venda, portanto, contradizem sua afirmação a respeito da necessária continuidade do tempo de trabalho.

– Boa observação! Eis por que devemos acrescentar igualmente à nossa sociedade primitiva todo tipo de intermediários entre produtores e consumidores. Essas pessoas passam o dia no mercado ou nos escritórios comerciais, e seu papel é trocar o dinheiro pelos produtos postos à venda e, inversamente, os produtos por dinheiro. Nesse ínterim, nosso produtor direto retorna ao trabalho. Distinguiremos os comerciantes profissionais, que infestam os mercados nacionais, e são homens exclusivamente do dinheiro, nada além disso, e os negociantes, que, ao assumirem o risco das longas viagens ao exterior, impulsionam assim o comércio internacional.

– Parece-me – conclui Glauco – que agora esgotamos as funções e os homens requeridos para que uma sociedade exista.

– Ou quase. Mas já podemos voltar ao que de fato nos importa: onde entra a questão da justiça e da injustiça numa sociedade primitiva desse tipo?

– Ah, já não era sem tempo! – acorda Amanda, a mil por hora.

– Bom, eu continuo perdido – admite Glauco. – A justiça? Num nível tão fraco de desenvolvimento das forças produtivas? Teria ela condições de se manifestar nas trocas efetuadas pelos membros dessas pequenas comunidades primitivas?

– É uma hipótese como outra qualquer. Estudemos a questão, sem desanimar. Em primeiro lugar, perguntemos como vivem as pessoas no que você chama de “comunidades primitivas” e Jean-Jacques Rousseau de “natureza”. Seguramente, esses “primitivos” produzem trigo, vinho, roupas, calçados e constroem casas. Se no verão trabalham quase sempre nus e descalços, no inverno se vestem e se calçam de acordo com o frio reinante.

– E o que comem esses subdesenvolvidos? – pergunta Glauco.

– Principalmente farinha. Cozida no fogo, se for de cevada, amassada e secada se de trigo. Ah! os bolinhos desses pretensos selvagens! São de uma nobreza culinária mais eminente que muitos de nossos intragáveis patês de cervo ao vinho do porto e gengibre, creia-me! E os pãezinhos! Servem tudo sobre juncos recém-cortados e forrados com viçosas folhagens. Os convidados deitam-se em leitos feitos de galhos de teixo e ramagens de mirto. Misturados às mulheres e crianças, velhos e jovens se esbaldam.

Coroados de flores e bebendo vinho claro, cantam hinos ao Outro. Misturam assim suas vidas indistintas sob o signo da felicidade. Não é por avareza ou egoísmo que praticam o controle de natalidade de acordo com seus recursos, é para nunca mais correrem o risco nem da extrema miséria nem da guerra.

Nesse momento, Glauco não se contém:

– Essa não! E você convida esses homens para o banquete do pão dormido!

– Mil perdões, tem razão! Eu estava esquecendo os temperos. Claro, há sal, azeitonas, queijo e cebolas. Há esses legumes cozidos, que são o trivial de nossos camponeses. Podemos até acrescentar algumas sobremesas: figos, grão-de-bico, favas... Seus “subdesenvolvidos” cozinham sob a cinza das favas de mirto e glandes, que eles acompanham com um copo de vinho leve. Passam assim a vida na serenidade e na Grande Saúde. Morrem velhíssimos, dizendo mansamente: “Grande Idade, aqui estamos!” E legam a seus herdeiros uma vida idêntica às suas.

Glauco está literalmente furioso:

– Você teria nos convidado para essa conversa noturna para fundar o Estado dos leitões? Só nos resta ficar de quatro para comer suas glandes e suas batatas cozidas!

– Ora – responde tranquilamente Sócrates –, o que mais pensa dar a essas pessoas? Como explicar sua felicidade tranquila a não ser pela proximidade, que eles souberam conservar, com seu ser natural? Pela decisão que tomaram de não se afastar demais da parte animal de seus destinos?

– Você poderia pelo menos deitá-los em camas de verdade, sentá-los em cadeiras de verdade, diante de mesas de verdade, servir-lhes carne nas refeições e tortas de creme de sobremesa. E não seria nenhum luxo!

– Entendo aonde quer chegar. Não parece nada, mas é uma mudança radical de método. Não se trata mais, principalmente, de estudar a origem da sociedade e do Estado, mas aquilo que sociedade e Estado são nas condições de abundância e supostas delícias da vida moderna. Talvez você tenha razão. Seu método poderia muito bem nos permitir compreender em que momento preciso e condições a justiça e a injustiça surgem como que naturalmente nos Estados. Sustento que a autêntica comunidade política é aquela que acabamos de descrever e que illustrei como a própria saúde da vida coletiva. Agora, se faz questão absoluta de que examinemos uma

comunidade política doente e febril, vamos lá! Tenho a impressão, com efeito, de que, como você, caro Glauco, existe um monte de gente a quem essa espécie de comunidade simples, por mais natural que fosse, não poderia bastar, assim como o gênero de vida que a acompanha. Eles irão querer camas, mesas, um mobiliário tinindo de novo, pratos preparados por chefes três estrelas, perfumes de grife, prostitutas voluptuosas, caviar do Báltico, incenso queimando em taças de prata, doces orientais selecionados, em suma, toda a variedade de produtos raros e inúteis. Num mundo desse tipo, não é verdade que “coisas necessárias” – as que somos compelidos a ter – queira dizer: casa, roupas, calçados... não, pois somam-se a isso: a pintura, a heterogeneidade dos objetos expostos, o ouro, o marfim, a platina, o irídio, toda a paleta das substâncias preciosas.

– Estamos finalmente num país civilizado! – aprova Glauco.

– Vemo-nos assim obrigados a imaginar o país onde estabelecemos nossa ficção teórica bem maior do que o conjecturamos até agora. Nossa sociedade “primitiva” perpetuamente saudável não dará conta do recado. Teremos de ocupá-la com uma população sem nenhuma relação com o que é rigorosamente necessário à vida comum. Teremos, por exemplo, todas as espécies de caçadores: caçadores de coelhos, perdizes, faisões, veados, javalis... E todo tipo de imitadores: os que fazem uso das figuras e das cores, os pintores, os que recorrem à música e às palavras, os poetas, os compositores, e os da retaguarda: rapsodos, cantores populares, bandas de rock, tango ou rap, músicos de orquestra, dançarinos, atores, distribuidores, produtores... Não se esqueça dos que ficam na retaguarda da retaguarda: os fabricantes de produtos de beleza e, *last but not least*, os criadores e artesãos da moda feminina, bem como – erva daninha que vem se espalhando recentemente – os da moda masculina. Também se fará necessário criar um rosário de empregos no setor da prestação de serviços: professores particulares de matemática ou grego antigo para guris pouco dotados, amas de leite para bebês cujas mães elegantes não desejem estragar os seios, professores de piano para adolescentes com acne, camareiras para os hotéis de luxo, cabeleireiros para alisar os coques, sem falar nos mestres-cucas e criadores de frutos do mar. Acrescentemos-lhes os limpadores de chiqueiros, e a conta ainda não terminou. A bem da verdade, é infinita. Em nossa sociedade originária, não havia nada disso, pois nada disso tinha serventia. Porém, no ponto a que chegamos, precisamos de todas essas pessoas, sem falar, agora me ocorre, no gado, ufa, pois os habitantes

desse tipo de sociedade tornaram-se carnívoros. Com um regime alimentar tão decadente, aliás, é imprescindível... Amanda! Que gracinha, dormiu! O que é imprescindível?

– Médicos? – balbucia Amanda, lúgubre.

– Um batalhão de médicos! E não apenas civis; militares também. Pois o país, até aqui autossuficiente em matéria de víveres, passa a ser pequeno para alimentar uma população em franco crescimento. Alguém sugere que não seria mal dar uma mordida no território do vizinho. Haveria então terras suficientes para a agricultura extensiva e o gado. Por mais que o vizinho em questão, excedendo, como fizemos, os limites da simples necessidade, entregue-se, como nós, ao infinito desejo de possuir, ele terá a mesma ideia: dar uma mordida nas terras do vizinho, quer dizer, nas nossas. E aonde leva essa identidade fronteira dos desejos?

– À guerra – conclui Amanda, cada vez mais lúgubre.

– Sim, a guerra... Grande tema para o filósofo! – medita Sócrates, em voz alta.

– Seria capaz de nos demonstrar – pergunta Amanda – que os efeitos da guerra são necessariamente catastróficos, tese dos pacifistas e não violentos? Ou teríamos de cogitar que há guerras úteis, ou mesmo guerras justas, como sustentaram diversos pensadores clássicos, além da maioria dos revolucionários? Sem esquecer o pai Hegel, para quem a guerra é o momento dialético obrigatório da revelação subjetiva de uma nação... Não é de hoje que essa questão me atormenta.

– Ainda não é chegada a hora de concluirmos quanto a esse ponto. Limito-me a apontar o seguinte: a origem da guerra reside nessa terrível paixão de adquirir, nesse desejo sem fim de aumentar seu patrimônio, seja ele financeiro (dinheiro e títulos), imobiliário (casas), mobiliário (objetos valiosos) ou fundiário (terras). Em toda parte em que esse instinto do proprietário apodera-se dos espíritos, ele é a fonte dos males mais funestos, tanto coletivos quanto particulares. Entretanto, não estamos em condições, no ponto em que nos encontramos, de formular sobre bases incontestáveis um programa de supressão da propriedade privada. Vocês sabem que chamam a isso de “comunismo”, e voltaremos a ele. Mas devemos ser metódicos. Só estamos seguindo as linhas de força do crescimento das sociedades para apreender o momento em que justiça e injustiça nelas se confrontam.

– O que deduz então do surgimento das guerras? – pergunta Amanda, decepcionada.

– Simplesmente, minha filha, que ainda precisamos alargar nossa visão do país. E não pouco! Pois precisamos de um exército em pé de guerra. Disposto a defender, junto com nossas possessões antigas, as recém-conquistadas pela força e a combater os invasores sem misericórdia.

– Mas – objeta Glauco – os membros dessa suposta comunidade política não são capazes disso? Eles podem pegar em armas, caramba! Podemos decretar a mobilização geral.

– Olha você novamente caindo na vala, em vez de percorrer o caminho que nos prescreve o método. Combinamos, nós e os demais, que, no estágio atual de nosso estudo da gênese das sociedades, subsiste o princípio de uma rigorosa divisão do trabalho. Um homem – ou uma mulher – não pode, declara a visão tradicional das coisas, dominar a contento várias técnicas diferentes. Ora, será que tudo que se refere à guerra não define uma técnica? Tenho a impressão que, do fundo da sua vala, você atribui bem mais importância ao sapateiro do que ao soldado.

– Pois agora – diz Amanda – concordo com meu irmão. Fazer bons calçados é seguramente mais digno de interesse do que matar seu vizinho legalmente.

– Esse tipo de juízo de valor não nos interessa! – zanga-se Sócrates. – No contexto da divisão social do trabalho tal como por ora ela resulta de todo o movimento histórico real, dissemos: o sapateiro não pode, e por conseguinte não deve...

– E essa agora! – sobressalta-se Amanda! – Meus juízos de valor são proibidos, enquanto são autorizados os “não podemos”, “não devemos”, como se o fato e o valor fossem idênticos!

– No contexto, que nosso método assume, da divisão do trabalho como suposta necessidade objetiva! Exclusivamente! Nesse caso, sim, cumpre dizer: o sapateiro não deve ser tecelão, técnico em informática ou camponês. Sapateiro ele é, sapateiro permanece, a fim de alcançar a perfeição no ofício único que é o seu. Podemos excluir a profissão de soldado desse tipo de considerações? Partir em campanha, dominar tática e estratégia, servir-se eficazmente de uma arma, seja ela qual for, punhal ou bazuca, pilotar um avião de caça, destruir um tanque de assalto inimigo, seria isso tão mais fácil do que remendar a sola de um tamanco? Até para

jogar porrinha é preciso treinar desde pequeno. Acham que desprendendo da parede um escudo e um saber, ou um fuzil e uma cartucheira, irão tornar-se num piscar de olhos um notável combatente que espantaria os inimigos como coelhos bastando mostrar-se na linha de frente? Só pode ser brincadeira! Que belos fanfarrões!

– Não se vanglorie tanto – intervém Amanda. – Você mesmo não acredita um segundo que essa comparação entre o sapateiro e o soldado se sustente. O soldado concentra uma subjetividade nacional, não se define como profissão, a não ser no estágio do imperialismo podre. O soldado é uma exigência, uma convocação do indivíduo pelas circunstâncias. Podemos perfeitamente estudar o que a guerra exige dos homens fora do débil contexto da divisão do trabalho. Já vimos inúmeras vezes cidadãos – que, aliás, são matemáticos, vendedores de amendoim ou operários de máquinas-ferramentas – batendo-se como leões contra um invasor fascista, e isso é bem mais interessante que uma história de tamancos!

– Caramba – exclama Sócrates, arregalando os olhos –, aonde fui me meter! E você, meu caro Glauco, o que acha?

– A mim também parece que poderíamos examinar os atributos de um soldado sem asfixiar tal exame na gaveta de uma classificação dos ofícios.

– Porque – insiste Amanda – ser soldado, num país livre, é um ato político. Não é blá-blá-blá de sociólogo. Lembremos que nosso *business* mental do momento é o conceito de justiça, e não a defasagem entre os salários do sapateiro e do coronel de cavalaria.

– Eu peço arrego – e Sócrates ergue as mãos como quem se rende –, capitulo. Mais uma vez trocamos de método. Deixando um pouco de lado o da justiça, estudemos o conceito de soldado em si e por si, para falar como aquele que Amanda chama, não sei muito bem por quê, de “pai Hegel”. Começemos pelo começo: as características, objetivas e subjetivas, que cumpre desenvolver naqueles – todo mundo, se adotarmos prematuramente a alternativa comunista – que a circunstância obriga a tornar-se soldados para proteger a pátria.

– Sim – enfatiza Amanda –, para proteger a pátria. Excluimos de nosso campo de estudos a vontade de conquista e rapina, a ganância destruidora. O soldado de que falamos é obrigado a sê-lo para defender a justiça, estabelecida à custa de muito suor em seu país. Todo soldado é um cidadão que, mais que um território, defende uma Ideia. Sim, chamemos “guardião”

esse tipo de soldado. “Guardião” fica a meio caminho entre “soldado” e “militante político”.

– Não é mal – opina Glauco. – Façamos uma fenomenologia do guardião.

– Uma vez que tomaram as rédeas da discussão, façam a primeira pergunta, mocinhos. E depois, estalem o chicote! Vamos arrancar.

Glauco adianta-se:

– Quais são as características pelas quais reconhecemos um bom soldado?

– Um bom guardião da justiça – precisa Amanda.

– Vamos partir de longe – explica Sócrates, com fleuma. – Do mais longe possível: da natureza. Permitam-me comparar o animal humano recrutado para uma guerra defensiva – nosso guardião – com esses cães que bem a propósito chamamos de cães de guarda. O guardião, assim como o cão, me parece, deve ter sentidos aguçados, ser rápido e forte. Sentidos aguçados para descobrir onde se dissimula uma ameaça, rápido para persegui-la tão logo descoberta, forte para combatê-la ao se lhe defrontar.

– Parece-me também – observa Glauco –, que para combatê-la com eficiência não basta ser objetivamente forte, é preciso ser subjetivamente corajoso.

– Isso mesmo. Sentidos aguçados, rapidez e pujança, eis em todo caso os objetivos precisos da formação do guardião. Porém, por trás de tudo isso, parece-me que encontramos uma espécie de instância do Sujeito, que poderíamos denominar energia e que é um misto de arrebatamento e bravura. Todos nós sabemos que o ódio tem algo de indômito e quase invencível. Um Sujeito que encarne esse tipo de energia ignora o medo e não cogita ceder um milímetro que seja.

– Sei alguma coisa sobre isso! – ri Amanda. – Ainda agorinha eu estava com uma raiva danada e foi você, Sócrates, quem cedeu terreno.

– Desconfie: “Se o inimigo avança, eu recuo. Mas se ele para, eu contra-ataco. E, se ele recua, persigo-o e aniquilo-o.”

– Quem disse isso?

– Mao Tsé-tung. Mas recapitulemos! As qualidades objetivas, físicas e psicológicas, de nosso guardião ideal são: sentidos alerta, velocidade, força e coragem. A partir delas, o Sujeito forja a energia, ou, se preferir, essa virtualidade colérica que, nele, bloqueia a covardia.

– O problema com as pessoas coléricas – objeta Amanda – é que elas tendem à ferocidade quando encontram um indivíduo similar. Às vezes me dá vontade de esganar uma mulher só porque ela olhou para mim. É feito um cão de guarda quando encontra outro na rua. Cuidado com as mordidas! Melhor amordaçá-los!

– Mas – zomba Glauco – não podemos colocar uma mordança nos nossos guardiões para que eles não se mordam!

– De um jeito ou de outro, precisamos resolver esse problema dialético – intervém Sócrates. – Ferozes para com os inimigos no fogo da guerra, nossos guardiões devem mostrar, para com nosso povo em geral, os demais guardiões em particular e, até mesmo, para com os soldados inimigos prisioneiros ou feridos, uma exemplar civilidade. Como forjar em nossos compatriotas um caráter capaz de articular ferocidade e cortesia, brandura e severidade? Se aceitarmos simploriamente que severidade e brandura se excluem, não encontraremos nenhum guardião apropriado.

– Chegamos a um impasse – suspira Glauco, já dando mostras de cansaço.

– De jeito nenhum, tolinho – replica Amanda. – Lembre-se da comparação de Sócrates, lembre-se dos cães.

– Cães? Que cães? – diz Glauco, perplexo.

– Um bom cão de guarda discerne uma ameaça ou uma intenção maligna e arreganha os dentes. Por outro lado, para tudo que é familiar ou fraco, ele demonstra ternura e amizade. Observe esses totozinhos, fazendo a festa de crianças, anciãos, amigos da família, visitas pacíficas! Eles rolam de costas, lançam olhares carentes, toleram docilmente que lhes puxemos as orelhas...

– Isso é que é amar os animais – sorri Sócrates. – É porque somos íntimos deles! Sim, a dialética da brandura e da severidade é assunto de conhecimento e reconhecimento. O importante é a sutileza com que distinguimos o que, vindo de alhures, coloca em perigo o processo coletivo e o que o estimula. Meu problema, no entanto, não reside aí, e sim no fato de havermos esquecido uma qualidade essencial dos guardiões, a qual não obstante decorre da observação de Amanda.

– Que qualidade é essa? – pergunta Glauco, que esperava que tivessem terminado com aquilo.

– O cão elogiado por Amanda é na realidade um cão filósofo.

– O que é isso, um cão filósofo?

– O cão distingue o que é bom, o que é ameaçador e o que é inofensivo. É esse reconhecimento que governa a instauração de sua energia colérica – arreganhar os dentes e atacar – ou, ao contrário, de sua energia afável: rolar pelo chão e pedir carícias. O cão de guarda modelo submete a energia subjetiva à ideia do Bem. É um perfeito filósofo. Não é ávido de poder, mas preocupado em saber.

– Onde – conclui Amanda – a definição do guardião: é um ótimo cachorro!

– Em todo caso, tal como o cão de guarda, o autêntico guardião controla a dialética íntima – ferocidade e cortesia – impelido por um desejo superior, o desejo de saber. E, como o guardião concentra em suas determinações próprias a sociedade cuja gênese retraçamos, sabemos o que todo habitante dessa sociedade – uma vez que todos são recrutados para ser guardiões – deve procurar ser: perspicaz, rápido, forte, corajoso, enérgico e filósofo.

– Que beleza! – entusiasma-se Glauco. – E digo mais: que beleza!

4. DISCIPLINAS DO ESPÍRITO: LITERATURA E MÚSICA (376c-403c)

SÓCRATES ESFREGAVA AS MÃOS, não se contendo de alegria.

– Meus amigos, fizemos do guardião – ou seja, virtualmente, de todo mundo – um retrato notável. Mas como diabos educar tal personagem? Como domar-lhe a eterna infância? Questão espinhosa. Aliás, podemos, nos perguntar se responder-lhe, supondo tal ser possível, ajuda-nos a resolver o único e verdadeiro problema, o qual nos ocupa desde o início: quais são as modalidades de manifestação da justiça e da injustiça no corpo político? Este deve ser o nosso foco, a fim de não deixarmos de lado nenhum argumento significativo e tampouco levantarmos questões pueris.

Amanda se agita e retruca:

– Como não associar o problema da autoridade política às ideias daqueles que a encarnam, ao que eles sabem, ignoram, desejam ou abominam, e, logo, à sua infância e educação?

– Pois muito bem! Façamos o desvio, apesar de extenso. Contemos uma bela história, digna dos mitos com que nossos poetas se regalam: somos nós que temos, exclusivamente pela razão, o poder de definir o currículo escolar dos futuros guardiães, isto é, considerando que ser soldado é um risco para todos, o poder de formar a mocidade.

– Adoro você como fabulista! – ri Amanda.

– E fabulista incapaz de inventar, além do mais. Pois como imaginar melhor educação do que proveniente do fundo das eras, o esporte para o corpo, as disciplinas científicas, artísticas e literárias para o espírito? E como rejeitar a ideia segundo a qual devemos começar pelas artes e pelas letras? De modo que nosso ponto de partida está decidido: que formação literária e artística convém a nossos futuros compatriotas? Glauco tem a palavra.

– Muito bem – aventura-se Glauco –, muito bem... não faço a menor ideia!

– Procedamos metodicamente. Nas artes e nas letras, assim como nas ciências, há enunciados, frases, argumentos, discursos. Ora, sabemos que há

duas espécies de discurso: os verdadeiros e os falsos. Defendo que essas duas espécies entrem em nosso programa educativo. Mas daremos prioridade aos discursos falsos.

– Isso é ridículo! – revolta-se Amanda. – Ensinar aos futuros membros da comunidade política, na aurora de suas vidas, tudo que é falso! Só pode ser uma pilhéria!

– O que há de estranho nisso? É o que vemos todos os dias. Não começamos a educação de todas as crianças contando-lhes histórias e fábulas? Ora, essas fábulas não passam de mentiras misturadas a algumas raras verdades.

– Mas o que fazer então? – indaga, desorientado, Glauco.

– Em todas as coisas, o mais importante é o começo. Essa regra aplica-se muito particularmente ao início da vida, à infância. Não seria este o momento mais favorável para modelar um indivíduo específico segundo o tipo humano que desejamos que ele encarne? Logo, será racional deixar as crianças às voltas com uma mixórdia de mitos inventados sabe-se lá por quem? Isso seria abrir seu espírito para opiniões diametralmente opostas àquelas que, a nosso ver, elas devem defender quando adultas. Convém, portanto, antes de tudo, monitorar os contadores de histórias. Escolheremos os bons e descartaremos os ruins. Diremos em seguida, às amas de leite, às mães e aos pais, se estes ousarem interferir, para não contar às crianças senão histórias seletas, de maneira a que seu espírito seja modelado pelo murmúrio de fábulas melhores do que são para o corpo as carícias das mãos.

– Mas não poderíamos – interveio Amanda – escrever nós mesmos os novos mitos requeridos na educação das crianças?

– Seu irmão Platão escreve alguns esplêndidos. Por outro lado, até segunda ordem, nem eu nem você somos poetas. Nosso assunto é a gênese dos Estados, sua essência e organização. Nesse aspecto, é importante conhecermos os tipos de fábulas adequados à criação poética em sua relação com a formação dos habitantes do país. A rigor, podemos declarar nossa hostilidade a qualquer uso de tipos claramente inadequados. Mas não cabe a nós poetizar.

– Isso não seria descer uma ladeira escorregadia – retruca Amanda –, pretender censurar os poetas quando se admite estar longe de ser um poeta? E o que vai proibir, no fim das contas?

– A mentira verdadeira. A falsidade refletida e conscientemente proclamada é inimiga tanto dos deuses como dos homens.

– Por que justamente a mentira?

– Porque ninguém deseja, nem à revelia, nem voluntariamente, ser enganado sobre pontos decisivos em circunstâncias decisivas. O que mais tememos é ser intimamente logrados pela fraude.

– Continuo sem enxergar muito claro – confessa Glauco.

– Pare de achar que só pronuncio sentenças sagradas! Estou dizendo uma coisa muito simples: ser, como Sujeitos, enganados quanto ao que são as realidades em si mesmas, estagnar nessa falsidade, não ter sequer consciência disso e, assim, abrigar e proteger em nós mesmos a fraude, é, quando finalmente nos damos conta, o mais difícil de suportar. Essa descoberta de nossas próprias hesitações suscita o ódio à mentira.

– Entendi!

– Para ser absolutamente rigoroso, convém dizer que o que chamo de “mentira verdadeira” é de fato uma ignorância real: a ignorância característica do indivíduo enganado justo no momento em que julga tornar-se interiormente o Sujeito de que é capaz. O discurso mentiroso só faz imitar essa afecção subjetiva real, para com ela produzir uma imagem distorcida, que não é exatamente uma mentira em estado puro. Só que a “mentira verdadeira”, vista como uma doença do Sujeito, atrai não só o ódio dos deuses, como o dos homens.

– Entendi tudo, obrigado.

– Falta abordar o caso do discurso mentiroso, a cópia inexata da mentira verdadeira. Há circunstâncias em que, ao contrário da mentira verdadeira, ele passa ao largo do ódio: por exemplo, quando se dirige a inimigos ou a pretensos amigos cujo delírio ou um gravíssimo mal-entendido porventura leve a traí-los ou pregar-lhes uma peça. Palavras mentirosas podem então agir como um remédio para drenar intenções suspeitas. Outro exemplo, que acabamos de mencionar, é o dos mitos. Como, em se tratando de épocas recuadas, ignoramos as reais circunstâncias, é possível forjar lendas em que essas circunstâncias se apresentem como as mais próximas de sua verdade velada, e, por conseguinte, fazer uma coisa útil, mentindo.

– Por outro lado – objeta Amanda –, delírio e ignorância são afecções puramente humanas. Nada do que você diz autoriza os deuses a mentir.

Claro, se entendermos “deus” como o símbolo de uma humanidade em estado de perfeição.

– Você tem toda a razão. “Deus”, como costume dizer, inspirado em Jacques Lacan, não passa do apelido do grande Outro – ou seja, a antologia daquilo que, em todo outro, por exemplo encontrado ao acaso, merece ser sublimado. Nessas condições, podemos dizer que nenhum poeta mentiroso importuna a divindade.

– Sério? – diz Glauco, louco por histórias frívolas de traição sexual, abundantes na mitologia. – Então os deuses não podem mentir acerca de nada?

– Se Deus é o Outro, avalista de toda fala, de absolutamente nada! – corta Amanda, severa.

– O que, num Sujeito, pertence à esfera de sua essência espiritual e divina assim concebida permanece à margem da mentira – acrescenta Sócrates. – Só pode ser nomeado “Deus”, ou seja, a pura essência do Outro – que isso exista ou não, é outra conversa –, um ser simbólico completamente simples e verdadeiro, tanto em atos como em palavras, que não se metamorfoseia, nem ludibria os outros com artifícios como fantasias, palavras capciosas ou sinais falsos. E isso, nem em vigília nem em sonho.

– Está vendo! – diz Amanda para um Glauco desconcertado.

– O próprio Glauco deve reconhecer que, quando contamos histórias ou compomos poemas em que os deuses figuram, é incoerente fazê-los metamorfosear-se como mágicos vulgares ou afirmar que eles nos ludibriam com palavras mentirosas ou ações vis e ardilosas. Seja como for, eis por que, embora admiremos Ésquilo, não poderíamos aprovar a passagem de sua tragédia *A premiação das armas*, quando Tétis declara que Apolo, presente às suas bodas,

Anunciava-me sorrindo nascimentos felizes,
Crianças queridas protegidas das negras doenças,
Os deuses do amor, amorosos, criando para mim, feliz,
A vida que minha coragem, nobre, incendeia.
Minha ciência diz que jamais a mentira pode
Proceder de Apolo, de sua divina boca,
Ele, aqui presente, cujos cânticos me enfeitiçam,

Prometendo o futuro, e augurando-o radioso.
Ora, foi ele, Apolo, assassino, tratante, dissimulado,
Criminoso, ele, que acabou matando meu filho, deus!

Se um poeta falar assim dos deuses, ou do divino imanente do Sujeito, não ficaremos nada satisfeitos! Não recomendaremos seu poema aos professores encarregados de instruir nossos cidadãos.

– Daria razão a Kant? – pergunta Glauco. – Julga a mentira um mal, independentemente de seu contexto? Um Mal absoluto? Fulminaria, como ele, Benjamin Constant, defensor do que Kant chama um “pretensão direito de mentir”?

– Não sou um adepto da moral formal, longe disso. Embora julgue impossível divinizar a mentira, admito sua necessidade empírica.

– Em que circunstâncias? Sob que condições? – pergunta severamente Amanda.

– Quando o poderio de um inimigo exigir-nos o uso da astúcia e dos engodos. Mas mesmo nesse caso os dirigentes políticos do momento devem assumir sozinhos a responsabilidade, que permanece infame, da mentira necessária. E deverão prestar contas de seu ato publicamente quando o perigo se afastar. Se, em contrapartida, um cidadão comum mentir à comunidade exclusivamente em proveito próprio, será, a nossos olhos, muito mais culpado do que um aluno que, cedendo à vergonha, dissimula ao professor de ginástica que tem os pés chatos, ou um doente que, antecipadamente apavorado diante do diagnóstico, “esquece” de descrever ao médico seus sintomas mais graves, ou um marinheiro que, para não ter de trabalhar como um forçado na caldeira, não comunica ao capitão o superaquecimento dos motores. Como regra geral, portanto, nossos jovens serão obrigados a relatar o que fizeram assim que o exigirmos.

– Falar é fácil – observa Amanda.

– Se um de nossos professores vir mentir um

Rapaz desejoso de ser um verdadeiro proletário,
A garota cujo sonho é entrar na magia
Ou aquele que se vê trabalhador agrário,
Bem como aquele que, poeta, a primavera acaricia...

– *Odisseia*, canto 17 – corta Amanda –, temperado ao molho tártaro!

– Bravo – diz Sócrates, todo feliz. – Muito bem, o professor será franco com o pequeno mentiroso e lhe demonstrará em público que toda mentira, ao atentar contra pacto em que se funda a linguagem, enfraquece gravemente a comunidade política.

– Eis o que está claro no que se refere à mentira – conclui Glauco. – O que faremos quanto à temperança, à sobriedade, à contenção, à moderação, com todos esses adolescentes desajustados e todas essas garotas transbordando vida?

– Escute esse velho sábio! – zomba Amanda.

– Ai, ele tem razão, isso é complicado! – diz Sócrates. – Podemos preconizar a obediência às ordens, uma vez que compreendemos seu valor, e o controle dos desejos violentos – álcool, drogas, sexo etc. –, pois tendem a desorganizar o pensamento e a ação. Estes são os imperativos da temperança para os guardas da Cidade. Por uma vez, aprovaremos Homero quando ele coloca na boca de Diomedes, dirigindo-se a Estênelo:

Sente-se, mudo, para escutar as minhas ordens.

Ficaremos igualmente satisfeitos com sua descrição do exército grego:

Silenciosamente, os gregos corajosos caminhavam céleres,
Temendo a imprevisível ira dos chefes...

E Amanda:

– Parece um milico falando!

– Está na cara que você não esteve na guerra! Em todo caso, o mesmo Homero escorrega ao fazer seu herói dizer, no início do canto 9 da *Odisseia*, que não há nada mais magnífico do que

Uma mesa vergada sob a carne e o pão
E, no ouro das taças, vinho em profusão.

Esse não é o tipo de cançoneta que levará meninas e meninos à temperança!

– Mas tem pior! – acrescenta Glauco. – É, creio, no canto 14 da *Ilíada*. Homero conta a história de Zeus, que, pensativo e solitário em meio ao sono universal de homens e deuses, é subitamente alvo de um desejo lúbrico, que o faz esquecer o objeto de sua meditação. Vendo Hera, que despertara, sequer se dá ao trabalho de conduzi-la ao quarto; arranca-lhe a camisola, derruba-a no chão nua em pelo e se introduz nela sem qualquer tipo de preliminar. Durante o ato, murmura-lhe que nunca desejou-a àquele ponto, nem mesmo quando, bem jovens, haviam dormido juntos “escondidos dos pais”.

– No canto 8 da *Odisseia*, a história de Ares e Afrodite inteiramente nus, acorrentados por Hefáisto no clímax da ação, também não deixa de ser apimentada – completa Amanda.

– No entanto – corrige Sócrates –, Homero também sabe fazer justiça à firmeza de alguns homens ilustres em circunstâncias bem difíceis. Devemos absolutamente impregnar versos como:

Batendo no peito, ele insufla seu coração:

Resiste, coração claudicante! Ri do perigo da hora!

Já suportaste tragédias bem piores.

– *Odisseia*, canto 20, certo? – observa Glauco, alegre por marcar um ponto cultural contra a irmã. – O que mais sobre a temperança?

– Eu gostaria – sugere Amanda – que falássemos um pouco da corrupção, dos presentes, das riquezas. Não devemos colocar nossos militantes de sobreaviso nesse ponto?

– Nesse caso, deveríamos dizer, junto com o velho Hesíodo:

Ninguém resiste às sutis oferendas;

Jovens deuses e velhos reis, todos se rendem.

– Pode ser – resmungo Amanda. – É um pouco maçante essa dissecação moral dos velhos poetas. Além disso, você não falou nada da forma, do ritmo, das imagens... Parece que estamos falando de um noticiário da tevê!

– Abandonemos então o conteúdo moral das fábulas – concede Sócrates.
– Abordemos o estilo. Teremos então associado ao problema da educação dos jovens guardiões tanto o fundo como a forma das obras literárias que introduziremos no programa.

– “Forma”, “estilo”... pode ser mais claro? – pergunta Glauco, rindo à guisa de provocação.

– Partirei de duas constatações elementares. Um: o dizer dos poetas, na medida em que sejam autores de fábulas, impõe-se como narrativa do que acontece, aconteceu ou acontecerá. Dois: a narrativa é indireta, direta – o que significa mimética – ou mista.

– Agora – anuncia Amanda –, meu queixo caiu.

– Xi! Considera-me um professor ridículo? Um pedante hermético?

– Para se safar, você faz como os maus professores: em vez de explicar a ideia geral, dá um exemplo um pouco estúpido, e pronto!

– Vejo que faz uma ideia elevada de minhas capacidades pedagógicas. Pois bem, agirei exatamente como você diz. Suponho que você saiba de cor o início da *Ilíada*, quando Crises, o sacerdote de Apolo, pede a Agamenon que lhe devolva sua filha. Agamenon é invadido por uma fúria terrível e o manda passear. Então o outro, mortificado, pede ao deus que imponha uma vida severa aos gregos. Pegue os dois versos:

E Crises suplicava aos gregos, a todos os soldados,
Aos atridas, que têm dos povos o mandato.

Você vê que o poeta não pretende fazer crer que aquele que fala é outro que não ele. Ele reproduz as palavras de Crises como uma testemunha que narra o que viu ou ouviu. O estilo é indireto. Porém, nos versos subsequentes, o poeta fala como se fosse Crises. Tenta efetivamente nos persuadir de que não é ele, Homero, que fala, mas o velho sacerdote. E foi dessa forma, atribuindo o dizer a um locutor supostamente distinto do poeta, que Homero redigiu quase todas as narrativas a respeito do que aconteceu em Troia ou Ítaca. É o estilo direto, ou mimético: Homero é como um ator que desempenhasse, em versos, o papel do ancião.

– Em todo caso, não conviria – sugere Amanda – colocar um pouco de ordem nos conceitos? O que caracteriza exatamente a narrativa?

– Há narrativa quando alguém reproduz objetivamente, de certa forma do exterior, as palavras emitidas por uns e outros, bem como tudo que se passa no intervalo entre essas palavras.

– E a imitação?

– Se nos exprimirmos como se assumíssemos as palavras dos outros, tentaremos, na medida do possível, falar como supostamente devem falar todos aqueles acerca dos quais anuncia-se que tomarão a palavra, não?

– E é isso o mimético?

– Fazer-se semelhante, no registro da voz ou da atitude, a um outro que não você não é imitar aquele com quem você busca assemelhar-se?

– Isso é evidente.

– Por conseguinte, até em suas narrativas, Homero e seus sucessores utilizam a mimese. Se o poeta dissimulasse o tempo todo que tudo que é dito deriva de seu próprio dizer, o discurso poético não permitiria nenhum tipo de imitação. Para que não repita que está boiando, voltarei ao meu exemplo favorito, o livro I da *Ilíada*. Nesse trecho, Homero relata o episódio em que Crises vem suplicar aos reis gregos para, em troca de um resgate, lhe devolverem a filha. Se ele continuasse a escrever no estilo indireto, sem dissimular que é Homero que está se exprimindo e não Crises, não haveria qualquer imitação, haveria apenas narrativa simples. Teríamos algo desse gênero – eu não respeito a métrica, pois não sou poeta...

– Isso é motivo de controvérsia – insinua Amanda. – Em todo caso, seu discípulo predileto, meu irmão Platão, escreveu tragédias...

– ... que ele queimou!

– Não é o que ele diz. Precisa espiar debaixo do seu colchão! Aliás, você mesmo costuma nos contar mitos esplêndidos. Não seria uma espécie de poeta da prosa?

– Eu, poeta da prosa, dobre a língua! Eis em que se transformariam, sob minha autoridade, adaptados em prosa e no estilo indireto, os versos 22 a 42 do livro I da *Ilíada*:

“O sacerdote chegou. Rezou aos deuses. Pediu-lhes que os gregos pudessem conquistar Troia. Sem deixarem lá suas peles. Em seguida, voltou-se para os reis gregos. Suplicou-lhes que devolvessem sua filha. Em troca de um belo resgate. E por respeito aos deuses. Terminou seu discurso. Os gregos estavam abalados e convencidos. Menos Agamenon. Que se

encolerizou. Que declarou a Crises que seus amuletos de sacerdote não o protegeriam. Que acrescentou que a filha dele envelheceria em Argos, da qual ele, o rei barbudo que avança, era rei. E que em Argos essa filha abriria infinitas vezes seu leito ao supracitado rei barbudo. E Agamenon concluiu dizendo a Crises para sumir dali. E para não enfurecê-lo mais. Isso, se pretendesse chegar inteiro em casa, acrescentou Agamenon, cofiando o bigode. O velho sacerdote não quis saber de mais nada. E abalou. Rastejando. Mas deteve-se tão logo se achou fora da vista dos gregos. De joelhos, sob uma palmeira, invocou Apolo. Repetiu todos os seus nomes e epítetos: meu tênue sol carinhoso, meu queijo dourado, meu lindo aduaneiro das estradas. Perguntou se lhe haviam agradado os templos edificadas por seu sacerdote predileto, o próprio Crises. E se apreciara as galinhas cevadas, os bois gordos e os bodes fedorentos degolados em Sua honra, o excelso, a Reluzente Circunferência Inchada e Luminosa. Se sua resposta fosse afirmativa, Crises, disse Crises, pediria a Apolo para furar as panças dos reis gregos a flechadas. E, dessa forma, vingar com sangue as lágrimas que ele, Crises, derramava sobre o destino funesto da filha.”

Eis, prezados amigos, o que é uma narrativa no estilo indireto, simples e sem imitação.

– Não se pode dizer – e Amanda faz beicinho – que seja bonito, bonito...

– Será que prefere o estilo diametralmente oposto, aquele em que não há senão discurso direto, suprimindo-se pura e simplesmente tudo que diz o poeta entre duas intervenções dos personagens?

– É o caso da tragédia – observa Glauco.

– Exatamente, e da comédia também.

– Agora ficou tudo claro para mim – acalma-se Glauco. – Compreendi perfeitamente suas distinções. Poemas e ficções podem ser imitativos de ponta a ponta, como é o caso das comédias e tragédias, quando o poeta escreve exclusivamente no estilo direto.

– Exceto nas rubricas – observa Amanda, subitamente pedante.

– Vá lá que seja – dispara Glauco, novamente exasperado com a irmã. – A segunda possibilidade é que tudo fique no estilo indireto: a obra se apresente como um relato feito pelo autor. – É o caso, nos dias de hoje, do romance “objetivo” ou autobiográfico, antigamente, dos ditirambos ou da poesia elegíaca. A terceira possibilidade é um misto das outras duas, são a epopeia e seu filho ingrato, o grande romance clássico.

– Exatamente. Passemos agora da descrição à prescrição, da estrutura à norma. O que diremos aos escritores do ponto de vista da política? Liberdade total para, em nome do realismo, imitar o que bem entenderem? Proibição total da imitação, em nome do idealismo e da autoridade do glorioso futuro? Ou a imitação exclusiva de modelos instrutivos, heroicos, úteis...

– Resumindo – complementa Amanda, asperamente –, nada senão “heróis positivos”.

– Tudo isso – aprova Glauco – envolve evidentemente uma arte revolucionária nova, que traz embutida uma questão precisa: devemos autorizar oficialmente o teatro, tragédias e comédias, como fazem os gregos? Devemos proibi-lo, como fazia a Igreja cristã? Devemos vigiá-lo de perto, como nos Estados socialistas?

– Os canalhas que fuzilaram Meyerhold! – revolta-se Amanda.

– Vemos claramente – medita Sócrates – que a questão é espinhosa. Mas, independentemente de para onde o nosso dizer racional, qual uma ventania, nos conduza, é para lá que devemos ir.

– Parece-me – intervém Amanda, preocupada em acalmar sua própria fúria – que devemos voltar à formulação mais geral do problema: interessa ou não aos governantes, sejam eles quais forem, ser peritos em imitação? Saber copiar um modelo, ou mais genericamente, reproduzir o que existe?

– A dificuldade – diz gravemente Sócrates – é que a imitação acarreta a especialização. Vimos os infortúnios resultantes de uma imitação mecânica e servil, quando os partidos comunistas do século XX inspiraram-se num único modelo: a União Soviética, “pátria do socialismo”, bem como seu Partido, que sempre tem razão, e seu líder genial, Stálin, o paizinho dos povos. O mesmo homem não pode, na espécie de finitude que nos impõem as condições do presente, imitar de maneira adequada coisas completamente diferentes de si próprio, ou diferentes entre si. Se fosse assim, o autor de imitações cômicas não poderia escrever eficazmente uma tragédia. Aristófanes não é Sófocles. Molière não é Racine. Feydeau não é Ibsen... Nem os atores, especialistas em imitação, conseguem encarnar toda a gama das figuras humanas. Os grandes Arlequins, ladrões astutos e glutões obesos não representam ilustres príncipes elegíacos dilacerados pelo Destino.

– O que concluir disso? – pergunta Glauco, perplexo.

– Convém distinguir no tempo. A longo prazo, nossa ideia genérica da humanidade, bem como do trabalho coletivo para concretizar suas virtualidades, deslocará todos esses limites. Os homens, mesmo rudes barbudos de pança proeminente, poderão imitar com virtuosismo sirigaitas com decotes vertiginosos ou velhas xingando o marido numa linguagem peçonhenta e pitoresca. Todas as mulheres saberão encarnar o personagem de um mastodonte que, grudado no balcão de um bar, derruba as paredes e rivaliza com os deuses, ou o de um choramingas ciumento que rola aos pés de sua amante infiel. Não há nada surpreendente nisso: em nosso país, segundo as circunstâncias e os sorteios, o sapateiro também será ministro, a padeira, general de exército, o pedreiro, arquiteto, e a caixa de supermercado, agente secreto ou diplomata. Os revezamentos identitários terão uma base sólida no jogo social!

– Mas e a curto prazo? Amanhã? Como fazer?

Sócrates reflete, realmente embaraçado. Esvazia um copo de vinho branco seco, cala-se, depois recomeça, como é de seu costume, parecendo contornar a questão.

– O que devem ser nossos governantes? Isto é, o que devem tornar-se o mais rapidamente possível todos os habitantes de nosso país? Eis a definição que proponho: eles devem ser os operários da liberdade do país.

– Bonito isso – murmura Amanda. – “Os operários da liberdade do país!”

– E, nesse trabalho operário do pensamento ativo, em geral não há por que imitar o que quer que seja. É preciso inquirir, criar, decidir. A política verdadeira exclui toda representação, ela é pura apresentação. Se, portanto, elementos imitativos forem requeridos, isso se dará apenas segundo exemplos vindos da infância, os quais estimulam as virtudes exigidas pela inquirição junto às pessoas, a criação de uma orientação e a decisão de sua aplicação. Conhecemos essas virtudes: a coragem, a sobriedade, a concentração do pensamento, o desprendimento... Comprazer-se na imitação – mesmo irônica – da canalha oferece o risco de, com o tempo, o imitador ser corrompido pelo real no qual se inspiram as imagens que ele prodigaliza. Claro, devemos conhecer a loucura dos homens e saber que eles têm a capacidade de ser abjetos ou ferozes. Para isso, contudo, não é imprescindível representar, imitar, muito menos fazer tudo que a loucura dos homens é capaz de ditar aos espíritos desorientados de nossos contemporâneos.

– Sua recusa – provisória? – de qualquer linguagem puramente mimética, ao menos no campo da política, parece-me indicar que, em se tratando dos futuros governantes do nosso país, formas bem definidas prevalecerão sobre o que eles intentem exprimir ou contar. E será bem diferente dessa espécie de caos “democrático” que vemos atualmente.

– Nada mais certo, meu caro Glauco. O senso de equilíbrio exigirá que aquele ou aquela encarregado de fazer o relato de uma intervenção oral ou de uma ação saiba quando e como a passagem ao estilo direto é aceitável, até mesmo exigida. Conferir, mediante a imitação, maior força persuasiva àquilo de que se foi testemunha impõe-se a partir do momento em que se trata de ações cuja verdade possa servir de exemplo. Exemplos: pensamentos novos, ações temerárias em nome de princípios claros, formas inéditas de resistência à opressão e à estupidez. Em contrapartida, seremos mais cautelosos antes de imitar a vacilação, a fraqueza, até mesmo a covardia, de um indivíduo exposto à doença, aos tormentos do ciúme amoroso ou aos perigos da guerra. Aqui, impõe-se um estilo indireto frio. Por que partir para a imitação dessas figuras individuais a que nenhum Sujeito pode acessar? Por fim, nosso futuro cidadão, se tiver de relatar o que viu, fará uso de uma força narrativa mista. Combinará a imitação e o relato simples, o estilo direto e o indireto, em proporções variáveis, em função daquilo de que se trata. Uma vez, não obstante, que as verdades são menos frequentes que os escorregões corriqueiros, o estilo indireto, ou narrativa simples, assumido como tal, prevalecerá nas conversas e, principalmente, nos discursos públicos.

Glauco então empreende uma das sínteses cujo segredo ele detém:

– Em suma, quanto mais o tipo que não é nosso gênero abusar das imitações, paródias e pastiches, mais severamente o julgaremos. É que, nada vendo que seja indigno de sua eloquência, ele não hesitará em se contorcer e falsificar sua voz para imitar qualquer um ou qualquer coisa. Ele fará o som do raio, peidando, do vento, assobiando, do granizo, estalando a língua no palato, dos motores, roncando, do oboé ou da clarineta, apertando o nariz, dos eixos e polias, rangendo os dentes... Achará formidável latir, miar, balir, mugir, zurrar... Irá transformar-se numa girândola de imitações na qual se encaixarão com dificuldade alguns cacos de narrativa. Agindo assim, ele se distanciará completamente de nossa forma de falar. Pois, para nós, que privilegiamos a narrativa e o discurso indireto, o que se impõe é uma harmonia simples, repleta de

nuances, cujo ritmo seja feito de regularidades, sutis acelerações e breves pausas. A má eloquência, ao contrário, exige uma heterogeneidade radical e barroca dos ritmos, sonoridades, imagens e figuras de retórica, para conseguir emoldurar suas incontáveis imitações, e, qual um ventríloquo, expressar todos os tipos humanos, todos os animais, até mesmo a brisa da manhã ou a rebentação da espuma na areia em noite de ressaca. Em nosso país, repudiaremos essas afetações e esse barroco sem princípios. Seremos, acima de tudo, clássicos. Teremos como limite a narrativa simples, que se curva à imitação apenas quando a virtude entra em cena.

– Em contrapartida – objeta Sócrates –, o estilo bastardo e pitoresco a que você se opõe é agradável, seduzindo especialmente as crianças, seus professores e, verdade seja dita, a grande maioria das pessoas. Decerto você pensa que ele não se coaduna com nossa concepção do que é comum, ou público, porque, em nosso país, a unidade subjetiva impõe-se na própria variedade das ocupações. Claro, podemos ser, na sociedade que construímos, sapateiro e piloto comercial, agricultor e juiz da corte suprema, coronel e quitandeiro. Mas, é claro, devemos compreender que o quitandeiro não imita um coronel, pois, quando é coronel, ele o é verdadeiramente. A possibilidade dessas diversidades reais repousa na circulação universal de um pensamento compartilhado. Pela mediação de uma linguagem comum, reconhecemos que nenhuma diversidade prática altera a força desse pensamento. Que todos possam fazer tudo que se oferece à ação dos homens exige precisamente essa simplicidade essencial da língua, que já identificamos na matemática, única capaz de nos fazer alcançar um pensamento unificado do visível. Pois o pensamento daquilo que é não é a imitação de sua diversidade, mas o acesso, sempre surpreendente, à unidade de seu ser. Daí a urgência de uma língua o mais adequada possível a tal unidade.

– Mas então – indaga Amanda – o que faremos com todos esses grandes poetas que nos enfeitiçam com a sinuosa captação que operam, no rodopio das metáforas, de toda a beleza infinitamente variegada e magnificamente cambiante do mundo em que vivemos?

– Se um poeta desse gênero, hábil em seduzir mediante a insistente metamorfose das fórmulas linguísticas, aparecer nas franjas de nosso país, nós lhe prestaremos uma vibrante homenagem pública. Declararemos sem hesitar que é uma criatura sagrada e maravilhosa, um encantador da existência. Derramaremos sobre sua cabeça todos os perfumes da Arábia e

o coroaremos com louros. Em seguida, o reconduziremos em cortejo até a fronteira, explicando-lhe que não existe, em nosso país, homem de sua espécie, e não pode haver. Pois criamos uma poesia mais austera e menos imediatamente sedutora, mais próxima da prosa, até mesmo da matemática, adequando-a ao nosso projeto geral e à educação que o acompanha.

– Tudo isso é muito bonito – comenta Amanda –, mas nosso país não terá nem franja nem fronteira! Está cansado de saber que ele deverá concretizar um projeto essencialmente internacionalista. Os proletários não têm pátria. Um aduaneiro comunista, que paradoxo ridículo!

– O que só prova – retruca Sócrates – que sugeri uma imagem, que falei metaforicamente. Ela se tornará famosa, creia-me, essa visão do poeta expulso da Pólis!

– Ah, nesse caso é você o poeta da linguagem turva e das imagens sedutoras!

– Muito bem – conclui Sócrates –, encarrego-os de cuidar pessoalmente de minha expulsão.

Caem todos na risada. Glauco, porém, zela pela seriedade das coisas:

– Não falamos quase nada a respeito da música, tão importante para todos os jovens.

– Partamos do mais simples – continua calmamente Sócrates. – Os elementos constitutivos de uma canção são quatro: as palavras, a melodia, a harmonia e o ritmo. Em se tratando das palavras, exigiremos a mesma coisa que nos poemas. A melodia encaixa-se nas palavras. Ela é a justiça feita pela música à poesia. Restam a harmonia e o ritmo. Além de serem questões técnicas, sua evolução é ao mesmo tempo rápida e contestada. Harmonia tonal ou atonal? Ritmos regulares ou irregulares? E os timbres? Instrumentos antigos, tradicionais, modernos? Simulações eletroacústicas? Tudo deve permanecer em aberto. A orientação artística jamais é redutível à técnica. O que me interessa é bastante claro: um modo musical deve poder formalizar as situações em que o Sujeito está engajado, valorizando de maneira dialética as novas capacidades que ele pode demonstrar para além dos hábitos e covardias. Apreciamos as músicas que expressam emoção pessoal, mas também desejamos músicas encorajadoras. O fato de a música “imitar” a subjetividade de quem, por sua única e exclusiva vontade e beneficiando-se de apoios de amigos, deve superar rudes provações, e o faz

com tenacidade e sem vaidade retórica, é uma boa coisa! Seja como for, eis as harmonias e ritmos de que precisamos: os da coragem e da paciência.

– Em suma – recapitula Glauco –, você está nos dizendo que, num canto, a excelência da letra, da melodia, da harmonia e do ritmo procede de uma espécie de simplicidade subjetiva. Não a simplicidade do tolo ou do ignorante, mas essa simplicidade criativa que visa, por um movimento intelectual único, a verdade e a beleza.

– O princípio – complementa Sócrates – aplica-se a todas as artes. A oposição entre a simplicidade subjetiva, que cria a graça dos gestos ou palavras, e a deformidade vaidosa dos esforços feitos para chocar os ignorantes é vista igualmente na pintura, na tapeçaria ou no bordado, na arquitetura ou no design. Em toda parte a medida expressiva é a regra, e o que pretende desprezá-la é classificado do lado da vulgaridade, tanto no que concerne à expressão quanto à subjetividade estética subjacente. Desde logo está claro que as regras que sugerimos e que visam limitar a dimensão imitativa ou representativa dos poemas e obras musicais aplicam-se igualmente às outras artes. A insistência que demonstramos em discutir poesia e música resulta de que belas melodias com ritmo sedutor e orquestração suntuosa têm sobre a interioridade de um Sujeito mais poder que qualquer outra forma. Daí que, se esses músicos adequarem-se a uma educação como a nossa, é desde a infância que odiaremos o vício e a feiura, sem a intervenção sequer da razão. E quando esta prevalecer, validaremos os juízos com entusiasmo e ternura no caso de ter sido a verdadeira música que alimentou as sensações mais vivas dos tenros anos.

Todos se admiram diante do tom quase cerimonioso de Sócrates. Ele prossegue, de olhos fechados, rosto inexpressivo:

– Durante nossos estudos, só julgávamos conhecer bem os signos escritos a partir do momento em que reconhecíamos seus elementos literais, aliás pouco numerosos, em todas as combinações em que eles figuram, a ponto de os discernir em toda parte, fossem os conjuntos grandes ou pequenos, em que esses elementos são utilizados. É dessa forma, pensávamos, que nos tornamos um verdadeiro leitor. Só éramos capazes de reconhecer os signos, a partir de seus reflexos na água ou em espelhos, se, previamente, houvéssemos aprendido a conhecê-los tais como são. A ciência das imagens é idêntica à ciência do real do qual a imagem é a imagem.

– Aonde ele pretende chegar dessa maneira? – murmura Amanda.

– Afirmo, pelas mesmas razões, que nem nós mesmos nem os futuros guardiões de nosso país seremos músicos-poetas antes de saber distinguir as ideias de sobriedade, coragem, grandeza d’alma, liberdade de espírito e todas as virtudes, que são como se os elementos literais de uma vida digna desse nome. Os guardiões deverão reconhecer essas ideias, bem como as ideias dos vícios aos quais as virtudes estão acopladas, em todas as combinações vitais em que figurem. Terão de discerni-las em toda parte, elas ou suas imagens, sejam quais forem as circunstâncias, grandes ou pequenas, onde quer que elas se apresentem. E deverão saber que a ciência das ideias, a das ideias contrárias e a das imagens de tudo isso não formam senão uma única e mesma ciência. Daí resulta, em particular, que, se uma moça ou um rapaz reúnem, numa interioridade subjetiva forjada por um belo caráter, uma aparência exterior que deriva do mesmo e notável modelo, eles serão, para os que têm a sorte de conhecê-los, a mais bela coisa que se possa ver. Não resta dúvida de que serão amados pelos poetas, músicos e todas as pessoas cultas. Se, não obstante, houver uma fissura nessa liga, o amor enfraquecerá, certo?

– Quer dizer – balbucia Glauco, ruborizando – que, se houver um defeito grave de caráter, a coisa não funcionará. Mas um pequeno defeito físico nem sempre impede o amor.

– Ah – sorriu Sócrates –, deve estar falando com conhecimento de causa! Deve ter amado ou ainda ama algum rapaz que não é nenhum Adônis... Por outro lado, você não diria que não se preocupar com o amor ou o prazer é uma prova de sobriedade?

– Não, claro – diz Glauco, de maneira bastante ridícula. – O prazer nos desorienta na mesma medida que a dor.

– O prazer tem algo de violento e excessivo, não é?

– Nem sempre, mas acontece muito.

– Pode me citar um prazer ao mesmo tempo mais intenso e vivo que o prazer sexual?

– Não existe. O sexo é uma verdadeira fúria dos corpos.

– Mas o amor, na medida em que serve para transmitir, de um ser vivo para outro, por exemplo, de um professor para seu jovem discípulo, as figuras adquiridas da razão, não deve ser um amor que orienta, no modelo da sóbria música de que falávamos, aquilo cuja beleza é a própria ideia?

– Penso que sim.

– Esse amor, de certa forma didático, Freud chama de amor de transferência, pois ele circula do corpo para a Ideia, devendo permanecer ao abrigo da loucura e da devassidão. Entre o velho professor e o jovem discípulo ou discípula, que se amam de um amor verdadeiro que pouco a pouco envolve o compartilhamento da Ideia, é de fato questão do corpo, mas de forma alguma das incomparáveis volúpias do sexo. Ou melhor, elas permanecem em segundo plano, como uma energia invisível de que o pensamento extrai a força de alcançar o sublime da Ideia. No país cuja Ideia construímos, todos concordarão que os corpos não são alheios ao devir da verdade. O interdito sexual não chegará a proscrever a dimensão sensória da relação didática. O exercício da docência implica o corpo e a voz daquele ou daquela que ensina. É preciso amar aqueles que instruímos, e amar quem nos instrui. Professores, independentemente de seu sexo, poderão aproximar-se dos jovens, conviver e conversar com eles, beijá-los, tocá-los... Eles serão como um pai ou uma mãe cujo objetivo é transmitir aos filhos o que há de melhor no mundo: o segredo de uma vida verdadeira.

– Mas não levarão seus alunos para a cama – diz brutalmente Amanda.

– Ou pelo menos – ameniza Sócrates, com os olhinhos acesos e risonhos –, se o fizerem, será no elemento de uma paixão amorosa singular, duradoura, eterna mesmo, cujo encontro professor-aluno terá sido apenas a ocasião.

– Essa tal ocasião – corta Amanda – é que faz o ladrão!

– Em todo caso – diz Glauco, satisfeito –, terminamos com a literatura e a música.

– E para isso foi preciso – comenta Amanda, com doçura – nada menos que o amor.

O silêncio se instala. Do lado de fora, disse o poeta, a noite é governada.

5. DISCIPLINAS DO CORPO: DIETÉTICA, MEDICINA E ESPORTE (403c-412c)

AMANDA BOCEJA ruidosamente e diz:

– Meu grande receio é que, depois de literatura e música, você comece a falar de esporte.

– Mas é claro! – anima-se Glauco. – Como disciplinar a juventude popular, tão propensa a escaramuças sem sentido, a não ser atraindo-a para o esporte?

– Galos, novilhos, machos, garanhões, pangarés, javalis, carneiros e bodes fedorentos! – retorque Amanda. – Jovens machos estúpidos! Mas vá em frente, vá em frente, sou toda ouvidos.

– Eu gostaria de convencê-la – tenta conciliar Sócrates. – Penso, como você, que jamais o corpo nu e isolado requer o pensamento educativo. Por mais amestrado que seja, o corpo não pode estipular que o indivíduo cuja existência ele sustenta dedique-se à Verdade, tornando-se assim um Sujeito. É, ao contrário, a incorporação subjetiva à Verdade – a palavra “incorporação” merece ser enfatizada neste ponto – que confere ao corpo a virtude de que ele é capaz. Faríamos bem, portanto, após dispensar ao pensamento analítico os cuidados necessários, atribuir-lhe a tarefa de esclarecer o que convém ao corpo, limitando-nos aos temas principais, para não nos perder em detalhes que, admito, querida Amanda que já caiu no sono, podem ser fastidiosos.

– Vejo uma primeira regra muito importante – diz Glauco, todo sério. – É a bebida. Nossos militantes, guardiões, governantes, soldados – tudo isso quer dizer a mesma coisa, ou seja, todo mundo – não poderão encher a cara. Um indivíduo que protege seus compatriotas enquanto estes dormem não pode sair vomitando por aí nem cambaleiar, sem saber onde está.

– O que sei – diz Amanda – é que não seria nada agradável ser guarda dos guardiões...

– Antes de pensar em beber, é preciso comer – reata Sócrates. – De certa forma, nossos militantes são análogos a atletas de competição: ambas as

categorias podem ver-se obrigadas a travar rudes combates. Iremos adotar o regime alimentar dos atletas?

– Que beleza! – rosna Glauco. – Eles passam a vida dormindo e treinando, são superalimentados, injetam-se cocaína e outras porcarias e morrem jovens, a boca espumando, sem que ninguém ouse dizer por quê. Viva os atletas!

– Prescreveremos então um regime ao mesmo tempo mais simples e mais sutil. Pois nossas moças e rapazes devem estar sempre alertas, ver, ouvir e nomear tudo que acontece de singular onde eles estão. Como a ação geralmente lhes impõe bruscas mudanças – a água, a caça, a roupa, tudo, em campanha, pode ser diferente daquilo a que estamos habituados –, e eles são obrigados a suportar o sol do deserto e as neves do Grande Norte, devem manter-se numa forma física impecável. Podemos concluir que bebida, alimentação e exercícios físicos devem obedecer às mesmas regras que deduzimos para a cultura literária e musical: simplicidade, equilíbrio, sutileza. Nesse sentido, a guerra pode nos guiar.

– A guerra? Guiar-nos? Como assim? – sobressalta-se Amanda, incrédula.

– Muito bem, voltemos a Homero.

– Eu pensava que ele não valia nada.

– Exceto quando vale mais que todos os outros poetas juntos. Lembre-se da ração dos heróis da *Ilíada* quando em campanha. Homero não os alimenta nem com peixe – quando eles acampam à beira-mar – nem com carnes cozidas. O cardápio, invariavelmente, compõe-se de grelhados, folhas e queijos. Além da leveza e da sóbria riqueza, esse regime é cômodo para os soldados. Basta acender uma fogueira e assar a carne na brasa. Fim daqueles caldeirões, cujo transporte é um martírio para os regimentos. E igualmente da maionese, do ketchup e de outros molhos indigestos. Quanto aos ensopados de carneiro sicilianos e os guisados de coelho franceses, podemos dispensar.

– Nesse quesito da sobriedade – diz Amanda, fazendo-se de ingênua –, julgo igualmente desnecessário manter, com um punhado de dólares, uma amante ucraniana platinada com a vagina depilada.

– Oh, Amanda! – ruboriza Glauco.

– Ninguém ouviu, ninguém ouviu – sorri Sócrates.

– E, como eu – continua Amanda –, exagerar nos doces orientais com mel.

– Adiante... O princípio geral é o de uma variedade simples. Em música, embora seja imprescindível conhecer as possibilidades tonais, atonais ou seriais, os ritmos regulares, orientais ou não retrógrados, nunca se deve pretender misturá-los arbitrariamente. De forma análoga, racionalmente, podemos comer de tudo, desde que com equilíbrio e sem pretender, como os *yankees* glutões, misturar tudo num prato gigantesco e devorá-lo feito um porco. Nossa palavra de ordem será: requintado, sim; obeso, não!

– Podemos levar mais longe o paralelismo – atreve-se Glauco. – A desmedida anárquica na cultura do espírito gera uma desorientação coletiva. A desmedida anárquica nos cuidados do corpo gera a proliferação das doenças imaginárias.

– É verdade – concorda Sócrates. – E se desorientação e doenças mentais alastram-se num país, não veremos florescer, em matéria de instituições, senão tribunais e hospitais. Mesmo pessoas inteligentes e saudáveis soçobram nesse ponto. A necessidade desvairada de médicos e advogados é o sinal mais ululante de um ensino público deficiente e vulgar. Eis por que tal necessidade termina por afetar todos os setores da sociedade. Pensando bem, é uma vergonha, e prova decisiva de carência educacional, que o que é justo por si mesmo só possa ser determinado por outros, que, na medida em que somos incapazes de agir, erigimos em déspotas de nossa alma.

Sócrates se entusiasma. Sua veemência pega de surpresa os ouvintes:

– É vergonhoso aquele que, além de passar a maior parte da vida nos tribunais, ora na condição de réu, ora na de acusador, acha absolutamente normal, cúmulo da vulgaridade, gabar-se de ser um perito em injustiça! É vergonhoso aquele que se vangloria de insinuar-se nos interstícios do sentido, de deportar-se para porto seguro pelas portas que importam, tão entorpecido pela dissimulação que evitará prontamente que a justiça seja feita! E tudo isso por motivos insignificantes, desprovidos de qualquer valor, porque nosso homem ignora que a vida verdadeira pauta-se pela beleza de sua verdade imanente, sem que seja necessário recorrer a um juiz indiferente que ronca e profere vaticínios.

– Deuses – exclama Amanda –, que paulada!

– E – continua Sócrates – eu diria o mesmo dos que vivem encafuados em consultórios médicos e, curiosamente, nos de psicanálise. Tudo, se a

pessoa se fere num acidente, se uma epidemia a prende na cama com uma febre cavalgar, se um cromossomo malformado escurece seus miolos, melhor se cuidar. Da mesma forma, aquele cuja organização simbólica acha-se infeccionada por um drama originário, travando seu devir-Sujeito, tem todos os motivos para se deitar no divã de um analista. Porém, não raro, trata-se, examinando mais detidamente, de nossa preguiça, de uma avidez que dissimula a inapetência por toda verdade, de uma melancolia depressiva induzida por nossa covardia política, da impotência neurótica em que nos mergulha a abjeta aceitação do mundo tal como é. É tudo isso que impõe aos sutis descendentes de Charcot, Freud e Lacan, classificar, por meio da ciência dos nomes complicados, nossos humores pantanosos, os vapores de nossas noites lívidas: psicose maníaco-depressiva, neurose de angústia, paranoia, histeria, fobia, neurose obsessiva, síndrome de abandono, depressão grave, astenia psíquica... Não é um panorama científico da vergonha moderna?

– Sim – concorda Glauco –, são nomes mirabolantes.

– Basta ver – acrescenta Amanda – a montanha de filmes de terror de segunda categoria, em que os loucos abundam, constituindo um símbolo de nosso fascínio pelo que decompõe os sujeitos.

– Ah! – exclama Sócrates. – Voltar ao tempo de Asclépio, antes mesmo de Hipócrates! Aquela medicina mansa que vemos em Homero... No canto 11 da *Ilíada*, creio, Eurípilo é ferido, e para medicá-lo uma mulher ministra-lhe um remédio inventado por Pátroclo: vinho de Pramnos salpicado com farinha e queijo ralado. Hoje diríamos que um remédio desse tipo só faz aumentar a febre. Em Homero, todos ficam entusiasmados com ele, inclusive o doente!

– Sócrates! – intervém Amanda. – Devo admoestá-lo. Está misturando tudo. No texto de Homero, é a Macaon que dão esse vinho com queijo, e não a Eurípilo. Bem verdade que, em outra passagem, Pátroclo cuida de Eurípilo, mas com raiz socada, não vinho farinhento.

– Tanto faz. Gosto dessa medicina solícita e camponesa.

– É ótima – espicaça Glauco –, contanto que não morramos dela.

– A dietética atual decerto tem a vantagem de acompanhar passo a passo a evolução objetiva do paciente e adaptar-lhe seu regime. Mas lembremos do fundador dessa disciplina: Heródico de Mégara. Era um grande atleta. Mais tarde, deprimido e constantemente enfermo, criou essa combinação de

exercícios físicos e medicina pelas plantas tão em voga nos dias de hoje. Basta ver essas pessoas de moletom azul-claro correndo ofegantes como bois pelas ruas, paramentadas com aparelhos de medir pressão, respiração, transpiração e batimentos do coração. Eles bebem água de fonte certificadamente sem pesticida. Aplaudem o pôr do sol. Degustam pétalas de peônia em pó. São os descendentes do nosso Heródico.

– E qual foi o paradeiro desse Heródico? – pergunta Glauco.

– Antes de dopar seus discípulos, sua invenção dietética – e isso é justiça – atormentou-o por muito tempo. Foi acometido, julgava, de um “câncer especial”, de evolução lenta. Na realidade, era um misto de melancólico e preguiçoso. De nada adiantou ele combinar a caminhada na ponta dos pés, o sono no meio do dia, um regime vegetariano que privilegiava a salada de dente-de-leão, sem azeite, e cataplasmas de lodo da Índia: terminou por morrer de seu “câncer especial”. Ainda jovem, desistira de tudo para se cuidar. Porém, viveu angustiado, ou porque não fizera o número de passos requeridos na ponta dos artelhos ou porque ingerira inadvertidamente uma lesma junto com seus dentes-de-leão, ou outra coisa qualquer.

– Que beleza! Eis uma vida e morte plenamente dietéticas! – dispara Amanda.

– Heródico não compreendeu que o que permite superar a melancolia é fazer o que se sabe dever fazer, não por si mesmo, mas insuflado pela ideia da Verdade. Tão logo somos arrebatados por essa exigência, percebemos o absurdo que é passar a vida doentes e nos tratando. Qualquer operário compreende isso, ao passo que os ricos, cuja pretensa felicidade todos invejam, estão sempre enfiados nas clínicas.

– Como explica esse paradoxo? – pergunta Glauco.

– Quando um operário está doente, pede ao médico para curá-lo – antibióticos, anti-inflamatórios, cirurgias, se for o caso – e assinar atestado de doença que cubra o tempo em que a fraqueza do corpo o impede de empunhar a picareta num canteiro de obras ou multiplicar mecanicamente os gestos numa linha de montagem em meio ao estrépito de válvulas e compressores. Nosso operário rejeita não só dietas intermináveis e debilitantes, como também sermões psicológicos e morais, duchas a qualquer pretexto ou terapias de grupo, em que ressoa o grito primal do recém-nascido. Para ele, a medicina acha-se em dialética com o trabalho, ao qual cumpre retornar. Ele não vê nenhuma luz numa vida dedicada, sob

uma touca de pele de cabra orgânica, a tratar terrores noturnos ou paralisias inexplicáveis. Logo, sua tendência é dizer ao médico: “Não se preocupe comigo, preocupe-se com sua doença. Você está aqui para me curar, não para roubar minha vida. Deve agir de maneira a que eu não venha mais a precisar de seus cuidados.”

– E – observa Glauco –, como operário, ele tem toda a razão.

– Por que “como operário”? Acha que a medicina racional deve levar em consideração a classe social do doente?

– É que o indivíduo que vive de seus investimentos na Bolsa não pensa, quando está doente, em voltar ao trabalho.

– Não creio que pense muita coisa! Nem no trabalho que faz nem em qualquer compromisso sob o imperativo de uma Ideia, coisa de que ele se abstém muito precavidamente. Poderíamos muito bem citar-lhe estes versos, bastante conhecidos há muito tempo:

Quando dispomos de recursos para viver sem fazer nada,
Devemos ser um pensador, não uma cabeça zerada.

– Quem fez esses versos lamentáveis? – pergunta Amanda.

– Um cara completamente esquecido, um tal de Focílides.

– Além disso – diz Glauco –, devemos tentar pensar mesmo sendo pobres.

– Principalmente sendo pobres – retifica Sócrates. – Mas não vamos entrar numa polêmica com Focílides, seríamos vaiados! Em todo caso, é bem verdade que a maioria dos ricos está longe de achar que pensamento e justiça devam ocupar seu imenso tempo livre. Em vez disso, têm a mania de tratar antecipadamente todas as doenças que possam vir a ter e ficam apavorados mal sentem uma coceira inexplicável na canela.

– Concordo plenamente! – empolga-se Glauco. – Mimar o corpo, manter-se “em forma”, é o credo das classes superiores. Basta vê-los esbaforidos no tênis, fazendo flexões nos escritórios, exercitando-se no golfe em seus terraços, remodelando o rosto, como a criatura de Frankenstein, com os medalhões da cirurgia estética.

– Fariam melhor se estudassem filosofia, lessem livros de verdade, aprendessem de cor poemas ou recapitulassem a matemática que permanece

intocada desde o tempo em que eles suavam com equações diferenciais para ser aprovados nos concursos da “elite”. E, melhor ainda, inquerir-se modesta e atentamente acerca da vida da imensa maioria de seus concidadãos. Esse fetichismo do corpo e obsessão pela saúde são em toda parte um empecilho à incorporação das verdades, mesmo as mais banais. Você fala de filosofia, respondem “dor de cabeça”, de pintura, listam suas feridas e calombos, e, se nos aventurarmos na música serial, então é uma epopeia de diarreias e lumbagos!

– Conheci uns sujeitos assim! – aprova Amanda. – Insuportáveis.

– Assim como o lendário Asclépio! Médico, ele só gostava de gente saudável. Uma doença, declarava, não passa de uma exceção localizada e provisória na saúde geral. O doente, segundo ele, deveria, na medida do possível, levar uma vida o mais próximo da normalidade. Em caso de necessidade de medicamentos e cirurgias de órgãos, ele agia depressa e com precisão. Ainda segundo ele, estes consistiriam em meras intervenções locais, tendo em vista o universo da Saúde Perfeita. Ele havia lido Nietzsche: a vida é velocidade. Nada deve se arrastar. Para ele, a morte era o resultado de uma instalação indevida na doença. A um indivíduo que lhe objetava que todo mundo terminava morrendo, ele respondeu: “Isso é porque, quando somos velhos, cansamos do tempo que passa. Então valorizamos o sono e a doença em vez de a ação e a saúde.” Um dia ele disse esta frase aparentemente absurda, mas profunda na realidade: “A morte nada tem a ver com o corpo, a doença e tudo o mais. Se não houvesse o Tempo, seríamos todos imortais.”

– Era uma espécie de filósofo.

– E político também! Ele criou uma visão de mundo que se adequava aos Estados militares de nossos ancestrais. Lembra-se, no canto 4 da *Ilíada*, quando Pândaro fere Menelau? Todos se precipitam e

Com suas bocas ávidas sugam o ferimento,
Bebem seu sangue gangrenado e impuro,
E derramam sobre a chaga doces unguentos.

– Oh, Sócrates! – zanga-se Amanda. – Que desastre! Isso não é uma citação, é uma paródia! E, como quase sempre, suas referências estão

erradas. No canto 4, é Macaon que faz tudo sozinho, e não “todos os gregos”.

– Querida professora, aceite minha contrição por essas burlas. Seja como for, o que é certo é que, para os discípulos de Asclépio, curar um guerreiro era levantá-lo para o combate, utilizando os recursos mais inerentes possíveis à sua potencialidade inata. Cuidar das doenças imaginárias de um velho e rico especulador, ou dedicar-se à recuperação de um jovem executivo estressado, era muito pouco para eles!

– Puxa – diz Glauco, admirado –, esse Asclépio enxergava longe.

– Meu caro, estamos falando do nosso Asclépio, o qual transformaremos num dos ícones da medicina comunista. Nem todo mundo concorda. Ésquilo, Eurípides e até mesmo o velho Píndaro afirmam que, em primeiro lugar, Asclépio era filho de Apolo e, em segundo, que se comprometeu um dia a tratar um rico ancião, acerca do qual sabia estar clinicamente morto, só porque a família pagara-lhe de antemão uma grande quantia. Contam inclusive que, para castigá-lo por aquela cobiça exacerbada, Zeus fulminou-o com um raio.

O lógico volta a prevalecer em Glauco:

– Isso não se sustém de pé. Tendo em vista o que falamos sobre a significação dos deuses, isto é, que eles são os nomes poéticos da autoridade imanente da Verdade, podemos validar ao mesmo tempo as duas historietas, a de Píndaro e dos demais. Se Asclépio é filho de Apolo, ele não pode ser um médico corrupto e mentiroso. E se for um médico corrupto e mentiroso, não pode ser filho de um deus.

– Demonstração impecável – alegra-se Sócrates. – Parabéns, amigo!

Amanda, que começa a entediar-se profundamente, tenta fazer com que eles voltem ao que lhe interessa em tudo isso, sua paixão, ou seja, a política:

– Esse culto de Asclépio é muito bonito. Mas não acham que um país guiado pela nossa política necessita de médicos verdadeiros? E um médico verdadeiro deve ter experiência. Deve conhecer a engrenagem oculta do bem-estar físico, tudo bem, mas igualmente todas as doenças, todos os estados patológicos. Um médico que tenha “tratado” apenas militares esbanjando saúde não terá minha confiança.

– Penso da mesma forma – concorda Glauco, endossando a réplica. – O que vale para os juízes deve valer para os médicos. Um bom juiz é alguém que viu de tudo, desde o jovem proletário preso e espancado só por fumar

um baseado na calçada do seu prédio até o *serial killer* egresso da alta sociedade e desmascarado no fim da vida, passando por todos os grandes e pequenos delinquentes. Se ele só conheceu pequenos burgueses inocentes e amedrontados, não valerá grande coisa.

– Parece-me – diz Sócrates, após um tempo de reflexão – que você está aplicando a mesma grade lógica a dois problemas bem distintos. Começemos pelos médicos. Os melhores são aqueles que, comprometidos desde a mais tenra idade com o domínio científico de sua arte, têm, além disso, experiência com a maior variedade possível de corpos em mau estado, inclusive o próprio: é muito útil que tenham sido pessoalmente acometidos de doenças graves e numerosas e não sejam dessas pessoas com asco do sofrimento dos outros, porque eles mesmos, como diz Amanda, “esbanjam saúde”. Se fosse o corpo do médico que tratasse o corpo do doente, seria vedado ao médico ter constituição frágil e cair constantemente doente. Mas é a força intelectual do médico que trata o corpo do doente. Verdade que essa força intelectual, que é da esfera do Sujeito, mostrar-se-ia inapta a qualquer terapêutica do corpo caso golpeada por uma doença, não do corpo, mas do pensamento. O juiz é um caso singularíssimo. Vamos defini-lo provisoriamente como um Sujeito que pretende avaliar as ações de um indivíduo. Um Sujeito que, em sua juventude, só frequentou espíritos corruptos, cometendo ao seu lado todos os delitos possíveis, não tem chance alguma de se tornar capaz de avaliar corretamente as ações criminosas de outrem, ao contrário do médico que diagnostica as doenças de seus clientes a partir do que aprende das próprias. Como futuro Sujeito, o juiz, embora deva discernir, de maneira imparcial e exclusivamente do ponto de vista de sua qualidade subjetiva própria, tudo que comparece perante a norma da justiça, deve ser colocado o mais distante possível das formas comuns de corrupção. Aliás, é por isso que moças e rapazes cuja honestidade é evidente, como vocês, querida Amanda e querido Glauco, manifestam uma espécie de simploriedade que os expõe às astúcias dos injustos; eles não encontram em si mesmos os impulsos típicos que movem os corruptos. A rigor, um bom juiz não deve ser jovem. No limiar da terceira idade, é tardiamente que ele alcança o saber do que é a injustiça. Ele não a conheceu como um mal embutido alojado em sua subjetividade própria, mas estudou-a, lentamente, como um mal instalado nos outros. Foi científica, e não empiricamente, que ele construiu seu pensamento a respeito da natureza exata desse mal.

– Você quer dizer – resume Amanda – que o juiz perfeito extrai sua ciência de uma espécie de intuição intelectual que o conecta a um objeto exterior, e não da introspecção fundada numa experiência pessoal?

– Você foi lapidar. Fundamentalmente, o juiz é de uma retidão absoluta. Tem, se podemos dizer, a retidão do Sujeito que ele deve vir a ser. Forma um vivo contraste com esse tipo de indivíduo astucioso e desconfiado, metido até o pescoço em negócios escusos e que vê a si próprio como finório e experiente. Quando um indivíduo desse tipo conspira com seus semelhantes, mostra-se ardiloso e circunspecto pura e simplesmente porque age segundo modelos de comportamento que encontra em si mesmo, os quais refletem os de seus interlocutores e cúmplices. Porém, às voltas com pessoas de certa idade de retidão comprovada, é a tolice profunda desse falso esperto que vem à tona. Vê-se que ele é desconfiado sem motivo e que não faz ideia do que seja um caráter de tempera, já que não encontra modelo em si mesmo. Dito isso, na medida em que ele convive muito mais com canalhas do que com pessoas honestas, sua reputação é muito mais a de um grande conhecedor da vida real que a do perfeito obtuso que na verdade ele é. Não escolheremos esse tipo de indivíduo para ocupar a função de juiz, considerando que a norma para tal função deve constituir um misto de sabedoria e competência. Selecionaremos aquele que mencionei no início, aquele que participa da essência própria de um sujeito. A corrupção não pode produzir um saber que incida simultaneamente sobre ela mesma e sobre a virtude, ao passo que a virtude, amparada por uma naturalidade que a educação consolida, pode, com o tempo, vir a formar uma verdadeira ciência, tanto da corrupção quanto de si mesma. Logo, é o virtuoso que adquire uma competência universal, e não o corrupto.

– Mas – preocupa-se Glauco – quais as consequências disso para o nosso programa educativo?

– Basta declarar que em nosso país a medicina e o aparelho judiciário devem conformar-se ao modelo que apresentamos sumariamente. Disso resultará que a grande massa do povo verá suas possibilidades físicas e morais elevadas à máxima potência. Os demais, doentes crônicos, enfermos, preguiçosos, corruptos, não os abandonaremos, ao contrário, faremos de tudo para que possam extrair de seus corpos gestos desconhecidos e úteis, e, de seu espírito, novas luzes. Isso levará um bom tempo, mas desse tempo nunca seremos avaros.

– Você parece estar se referindo – diz Amanda, franzindo a testa –, a uma prática que não goza boa reputação entre os democratas ocidentais, a dos “campos de reeducação”, implantados nos Estados socialistas do século XX.

– Estou convencido de que todo “campo” é uma ideia detestável, vã ou criminosa. Mas como prescindir da ideia de reeducação? Considerando o que a educação vigente produz de reacionário, puramente conservador ou mesmo totalmente nulo, o que fazer senão reeducar?

– E os jovens? – pergunta Glauco.

– Virtualmente não estarão entre aqueles que terão de enfrentar a justiça e os juízes, no caso de estarem impregnados dessa cultura musical, literária e poética, simples e densa ao mesmo tempo, a respeito da qual dissemos que estimula uma existência feita de entusiasmo e equilíbrio. De forma análoga, pergunto: seria possível afirmar que um jovem que aliasse essa cultura a exercícios físicos adequados tampouco necessitaria da medicina e dos médicos, a maior parte do tempo?

– Creio que sim. Todo o problema está em dosar convenientemente a cultura literária, de um lado, e o esporte, do outro.

– Exatamente, e isso não é simples. O esporte, e tudo que exige um esforço físico, em lugar de se preocupar com o vigor do corpo, deve visar o despertar da forma de energia própria do Sujeito. Nosso ideal não é o atleta comum que pratica esportes violentos e segue um regime unicamente para desenvolver a força bruta. Para nós, é da forma subjetiva que se trata, não da força física.

Sócrates faz uma pausa. Como se envolta no manto opaco da noite escura feito nanquim, Amanda deita-se diretamente no chão de cerâmica e mergulha no sono. Sempre imóvel em sua poltrona, como um deus egípcio, Trasímaco parece soterrado no próprio silêncio.

– A propósito – informa-se Glauco –, acha que uma educação fundada, de um lado na poesia e na música, de outro no esporte, tem como finalidade formar espírito e corpo separadamente?

– A rigor, não. É no devir-Sujeito do indivíduo que as duas disciplinas devem empenhar-se. Já que os atletas exclusivos, os que vão diariamente às academias de musculação, são brutais e grosseiros, e os fanáticos pela música, os que escutam diariamente baladas fumando maconha, são um pouco moleirões?

– Sim, reparei, e daí?

– Poderíamos argumentar da seguinte forma: em primeiro lugar, a brutalidade dos atletas procede de uma energia afetiva que, bem orientada, tornar-se-ia uma bela coragem, mas que, superestressada pela repetição dos exercícios, não passa de uma dureza informe. Em segundo, o ócio improdutivo do fanático por poemas musicados procede de um dom contemplativo propício à filosofia, que, bem orientado, seria calmo e preciso, mas que, relaxado em excesso, deteriora-se numa inaceitável apatia.

– Tudo é uma questão de dosagem, então?

– Digamos de medida; de equilíbrio das disciplinas. Porque, lembre-se: dissemos que nossos guardiões, nossos cidadãos comunistas, deviam combinar uma coragem real na ordem do afeto a uma autêntica propensão filosófica na ordem do espírito. Todo o problema está em harmonizar os dois, o que dá ao Sujeito estabilidade e temperança. Quando, ao contrário, há dissonância, o indivíduo revela-se covarde e brutal. E, permita-me dizer, você conhece a música!

– Como assim! – espanta-se Glauco.

– Conheço muitos colegas seus – lembra Sócrates –, que circulam dia e noite com um fone enfiado como um funil no estreito duto dos ouvidos, a fim de assimilarem o bate-estaca hipnótico de suas músicas favoritas. Agindo dessa forma, admito de bom grado, eles adormecem em si a pulsão colérica que constitui a segunda instância do Sujeito. Eles são como um ferro que um fogo melódico amolece, e, assim, de lobos imprestáveis que eram, terminam por assemelhar-se a coelhos angorás: macios, carinhosos, civilizados... Contudo, embora continuem a diluir suas vidas nessa massa sonora, decerto infinitamente suave, com a anulação do próprio princípio da coragem, é o Sujeito que neles perde todo elã, e, quando a guerra explode ou cumpre enfrentar uma dura repressão, eles não passam, como Homero diz de Menelau, de “combatentes exangues”.

– Magnífica descrição desses fones, que não passam de apêndices córneos! Parece até a minha colega Penélope!

– Porém, entre seus amigos e amigas, há alguns de natureza completamente diversa. Desprezando a música profunda, isso para não falar da política ou da filosofia, eles não saem do estádio ou da academia de musculação a não ser para entrar num regime de “aperfeiçoamento”. E

convém admitir que, fortes e autoconfiantes, eles podem dar provas de uma coragem exemplar não só diante de invasores, como também da polícia dos reacionários enfeudados que se abrigam detrás das palavras “democracia” ou “república”. Contudo, privados de todo acesso às artes, isso supondo que enquanto Sujeitos desejem aprender, como ignoram o que é um saber ou uma pesquisa, não tendo nenhuma prática da discussão argumentada, nem de nada que pertença à esfera da cultura geral, seu desejo intelectual é acometido de uma astenia incurável, tornando-se como que surdo e cego. A falta de treinamento torna-os incapazes de despertar e cultivar sensações que sejam efetivamente diferenciadas. É praticamente certo que eles venham a ser incultos e inimigos da linguagem racional, bem como inaptos a fazer uso de argumentos quando se fizer necessário coligar-se a outros ou criticar adversários. Qual animais furiosos, não importando as circunstâncias, é pela violência que buscam apoderar-se do que desejam. Eles permanecem estagnados numa vida dissociada de todo conhecimento e, por conseguinte, infinitamente desarmônica.

– Retrato cuspidor e escarrador do meu amigo Crátilo, filho do eminente Crátilo!

– Se o grande Outro propôs à espécie humana dois tipos fundamentais de exercícios, de um lado o esporte, do outro as artes, creio poder concluir que não o fez a partir de uma distinção estereotipada entre Sujeito e corpo, e sim para que o grau de tensão das duas qualidades capitais no Sujeito, a coragem e a filosofia, pudesse ser dosado com precisão em função das circunstâncias.

– Agora realmente você me deixou pasma! – exclama Amanda, que despertara subitamente. – Voltou a pisar com seus pés filosóficos após uma belíssima cabriola.

– Mas é a infância da arte! Você mesma sabia a priori que aquele que adapta às exigências do devir-Sujeito, nas proporções adequadas, a cultura física e a cultura poético-musical torna-se o supremo músico de sua alma, conhecendo as harmonias mais sutis bem melhor que um afinador de pianos de cauda!

– Pode até ser que eu soubesse – resmungo Amanda –, mas as palavras foram suas.

– Em todo caso, em nosso futuro país comunista, qualquer um que vier a exercer, quando chegar sua vez, funções dirigentes no domínio da educação

deverá zelar por essa harmonia, se quiser salvar nossa política.

– Mas o que diremos – prossegue Glauco, sempre aficcionado por listas completas e programas acabados – a respeito da ginástica, da dança acrobática, da caça, das corridas de fórmula 1, das apostas no futebol, dos jogos Olímpicos, da...

– Absolutamente nada, meu amigo, absolutamente nada! – corta Sócrates. – Aplicaremos nossos princípios a essa mixórdia, e veremos.

Nesse ponto, ele trava como um despertador enguiçado e engasga, parecendo por um breve instante arrebatado pelo mais estranho e intenso desvario.

6. A JUSTIÇA OBJETIVA (412c-434d)

O CANSAÇO JÁ se manifestava. A abundância de detalhes contribuía para isso: citações de Simônides ou Píndaro, contestação de Homero, diferentes espécies de ginásticas, modos musicais, loucuras do desejo, medicina, dietética... Tudo isso na alta madrugada... Amanda não dormira novamente? Não tínhamos um Glauco desatento, um Polermarco deitado, um Trasímaco intransigente? Sócrates resolveu ir ao ponto.

– Mas quem manda afinal? – pergunta, com uma voz melancólica e poderosa.

Todos se agitam. Sócrates insiste:

– Os velhos, os jovens? Os intelectuais, os militares? Os políticos profissionais, quaisquer cidadãos? Quem manda afinal? Quem?

– Muito bem – diz Glauco, com uma voz arrastada –, não faço a menor ideia. Os melhores, penso.

– Ah, os melhores! O que significa, em política, os melhores? O melhor mecânico de automóveis é aquele que sabe cuidar do motor e consertar todos os defeitos, certo?

Glauco assume o papel de escada:

– Quanto a isso, não é difícil concordar com você.

– Logo, considerando o que está em jogo em nossa discussão, os melhores são aqueles que fazem o processo político avançar, sabendo, quando convém, superar as dificuldades ou sair dos impasses. Para tal, imagino que devam ser esclarecidos, capazes e, sobretudo, preocupados com o bem público. Mas aquilo com que nos preocupamos é essencialmente o que amamos. E o que amamos acima de tudo são aqueles cujos interesses identificamos aos nossos e cujo destino, afortunado ou desafortunado, julgamos partilhar. Ou não?

– Sim – diz Glauco, resignado.

– Da massa dos indivíduos que se incorporam ao processo político, sobressairão aqueles que mostrarem cabalmente, ao longo de suas vidas, um

zelo excepcional na ativação desse processo e na recusa categórica a contrariar seu devir.

– Com certeza – pontua Glauco –, é o tipo de que precisamos.

– É interessante acompanhá-los em todas as idades da vida para certificar-se de que permanecem fiéis às máximas de nossa política, sem traí-las ou abandoná-las. Ora, como, em circunstâncias propícias à corrupção ou à instalação da violência desenfreada, eles agem para perseverar em sua orientação subjetiva, a qual assim se resume: fazer o que melhor assegure a continuidade do processo político?

– O que entende precisamente por abandono de um princípio? – pergunta Amanda. – “Trair”, eu entendo. Mas “abandonar”?

– Boa pergunta... Parece-me que o nosso entendimento abandona uma opinião de duas formas: voluntária ou involuntariamente. Voluntariamente, quando compreendemos que ela é falsa. Involuntariamente, quando é verdadeira.

Amanda continua perplexa:

– O caso do abandono voluntário de uma opinião falsa é trivial. O que não consigo entender direito é o que significa o abandono involuntário de uma opinião verdadeira.

– Como assim? Por acaso está convencido de que é involuntariamente que somos privados do que nos é caro e que é voluntariamente que nos desvencilhamos do que nos desagrada? Ora, para nós não é uma coisa nitidamente detestável distanciar-se da Verdade e uma coisa preciosíssima ser incorporado a uma verdade? Me admiraria se você achasse que defender opiniões adequadas ao Ser não é, justamente, uma forma de imanência à Verdade.

– E é – cede Amanda. – Seu argumento é válido: é apenas involuntariamente que nos privamos de uma opinião verdadeira.

– E sofreremos tal perda sob efeito de uma subtração, um sortilégio ou uma violência.

– Neste ponto, eu discordo! – intervém Glauco. – Que distinções são essas?

– Deuses do céu! – rosna Sócrates. – Será que passei a me exprimir como os poetas trágicos? Sejamos então óbvios: primeiro, afirmo que uma opinião verdadeira é subtraída naqueles a quem um argumento enganador

persuade de sua falsidade, ou, pura e simplesmente, naqueles que a esquecem. Com efeito, vítima de um discurso capcioso, ou sob efeito do desgaste do tempo, essa opinião se dissolve. Segundo, afirmo que uma opinião verdadeira é anulada pela violência quando a dor, física ou moral, provoca um abalo nas convicções. E terceiro, afirmo que uma opinião verdadeira é dissolvida quando o indivíduo vê sob o feitiço das volúpias ou dos obscuros tormentos do medo.

– Por experiência própria – aprova Amanda –, isso é a pura verdade.

– Eis um argumento irresponsável! No quesito experiência de vida, quem ousaria rivalizar com uma jovem? Mas vamos às consequências de nosso momentâneo consenso. Procuraremos recrutar atores do processo político que não transijam com sua máxima essencial, que é agir sempre de maneira a fortalecer o processo. Com essa finalidade, em todo caso, os governantes deverão elaborar um tipo de testes de subjetivação política, e isso, por que não, desde a infância. É possível, por exemplo, colocarmos os jovens em situações particularmente propícias ao esquecimento ou ao encantamento. Veremos então com clareza quem se lembra das máximas de ação e não se deixa corromper e quem prefere o prazer e a volúpia à marcha do processo da Verdade. Também é possível confrontar esses jovens com mazelas, sofrimentos e guerras, e fazer constatações da mesma ordem. Em último caso, podemos expô-los ao desvario, ao erro ou à ilusão e ver como eles se saem.

– Podemos fazer melhor, ou pior – exalta-se Glauco. – Penso nos potros que lançamos em meio ao tumulto e ao estrépito para testar sua coragem. Por que não levar nossos jovens, meninas e meninos misturados, a situações absolutamente assustadoras e em seguida expô-los bruscamente à sedução das mais envolventes volúpias? Isso nos permitirá checar se são capazes de suportar terrores e tentações impavidamente. Uma vez que estão destinados a salvaguardar a intensidade criativa do processo político, que pelo menos sejam bons guardiões de si mesmos e da formação artística que receberam desde a infância: que sua existência se desenrole num ritmo cadenciado e numa harmonia precisa, e assim não haja nenhuma distinção entre o serviço que eles prestam a si mesmos e o que prestam à comunidade política. É na base desse tipo de provas, repetidas da infância à idade adulta, que se revelarão, a partir deles mesmos, unanimemente reconhecidos, os mais aptos a criar para todos os demais as condições exaltantes de uma nova política!

Amanda exclama:

– Adoro o seu entusiasmo, irmão querido! Então você nos prepara uma pólis ideal, na qual o Bem vence sem enfrentar resistência!

– Ao preço de rudes provações e áridas contradições – observa Sócrates.
– Um famoso imperador filósofo, Marco Aurélio, leu a versão defendida pelo irmão de vocês, Platão – no diálogo intitulado *Politeia* – a respeito do que estamos discutindo. Esse Marco Aurélio não gostava muito de nossas ideias! Ele escreveu literalmente: “Não espero nada da Pólis de Sócrates.” Eis um tabu verdadeiramente imperial! Contrariando-o, porém, conservaremos essa esperança, sim! Desejamos uma nova política, o comunismo. E isso é, será, muito mais que um desejo.

– Essa esperança é magnífica – observa Amanda –, mas receio comportar alta dose de mentira.

– Não existiria, em toda representação política – diz Sócrates, subitamente cheio de gravidade –, algo como uma mentira útil, uma mentira necessária, uma mentira verdadeira? Penso numa história que um marinheiro fenício me contou há muito tempo. “Em muitos países”, ele dizia, “a sociedade é severamente dividida em três classes sociais que não se misturam. Em primeiro lugar, estão os financistas, os grandes latifundiários, os altos magistrados, os chefes militares, os presidentes dos conselhos administrativos, os políticos e os barões da comunicação, jornais, rádio e televisão. Vem em seguida a profusão de profissões intermediárias: funcionários de escritório, enfermeiras, administradores, professores, produtores culturais, intelectuais incertos, representantes comerciais, psicólogos, escribas, vendedores, engenheiros de pequenas empresas, sindicalistas regionais, floristas, corretores de seguro autônomos, professores primários, mecânicos de subúrbio e paro por aqui. Por fim, temos os produtores diretos: camponeses, operários e, singularmente, esses proletários recém-chegados que hoje aportam em massa ao continente negro. Nossa mitologia, a dos fenícios, consiste em dizer que essa distribuição é natural e inevitável. É como se um deus houvesse modelado os habitantes do nosso país a partir de uma mistura de barro e metal. Por um lado, como são todos feitos do mesmo barro, são todos do mesmo país, todos fenícios, todos obrigatoriamente patriotas. Por outro, contudo, a porção metálica os diferencia. Os que têm ouro no corpo são feitos para dominar, os que têm prata, para ser da classe média. Quanto à arraia-miúda,

o deus misturou-os grosseiramente à limalha. Entretanto, para alguns, o mito não para aí. Um dia, dizem esses pregadores subversivos, virá uma espécie de contradeus cuja forma ainda nos é desconhecida. Um homem único? Uma mulher de radiosa beleza? Uma equipe? Uma ideia, fagulha ateando fogo a toda a planície? Impossível saber. Fato é que esse contradeus derreterá todos os fenícios, talvez inclusive a humanidade inteira, e os remodelará de tal maneira que todos, sem exceção, serão doravante compostos de uma mistura indistinta de terra, ferro, ouro e prata; terão então de viver indivisos, derivando todos de um pertencimento idêntico à igualdade do destino.”

– Que bela mentira! – exclama Glauco.

– Mas a formação do nosso político e a educação que a acompanha não lembram o contradeus do fenício? Deixemos então essa ficção seguir seu caminho como agrada ao devir da vida anônima. Quanto a nós, examinemos primeiramente o que será da sociedade supondo não existir mais ouro, nem prata, nem limalha, nem alto, nem baixo, mas apenas iguais, para os quais não existem tarefas a ser reservadas a este ou aquele grupo inferior, mas apenas o que todos devem fazer em prol de todos.

Amanda não está convencida:

– Mas como vamos vigiar aqueles que, momentaneamente, ocupam postos de responsabilidade? De toda forma, seria vergonhoso agir como pastores relapsos que, para proteger seus rebanhos, amestram cães ferozes, os quais, terminando famintos e com um caráter vicioso, atacam os carneiros e, de cães de guarda que eram, tornam-se aquilo mesmo de que nos deviam defender: lobos.

Glauco reflete:

– Muito bem falado, querida irmã! Devemos impedir por todos os meios que aqueles a quem cabe a vez de exercer funções militares nos puguem peças desse tipo. Pois eles poderiam muito bem, a pretexto de disporem da força, substituir sua suposta função de benevolentes protetores de todos os habitantes do país por aquela, muito mais sedutora, de déspotas ávidos e cruéis.

– O melhor meio – observa Sócrates –, a precaução suprema, é dar uma educação adequada a todos. A ideia comunista deve comandar os fuzis.

– Esse tipo de educação não consta do nosso programa? – espanta-se Glauco.

– Ainda não sabemos de nada, amigo. Para que esses líderes militares provisórios manifestem, tanto na esfera do exército como na dos que o mencionado exército protege, o mais completo desinteresse e a brandura mais sutil, eles precisam receber uma autêntica educação, seja qual for seu conceito.

– Mas – insiste Glauco – não deveríamos também controlar sua riqueza, zelar para que não possuíssem palácios, rebanhos, carros luxuosos, vasos antigos, mulheres esplendorosas, perfumes ou joias? Se possuírem tudo isso, ficarão tão dependentes e preocupados que o poder os deixará não só arrogantes, como desconfiados.

– É numa escala muito mais vasta que o problema se situa, e a decisão política nesse caso só pode ser absolutamente radical. Devemos abolir a propriedade privada. Nenhum dos membros de nossa comunidade política possuirá um teto em seu nome, muito menos uma oficina ou um depósito de mercadorias. Tudo será coletivizado.

– E as mulheres e crianças? – indaga Amanda.

– Entre amigos, divide-se tudo. A alimentação requerida pelos trabalhadores, homens ou mulheres, igualmente militantes do coletivo, e mesmo dos soldados convocados para defendê-lo, será distribuída igualitariamente numa base semanal. Zelaremos para que, no que se refere aos desejos, não haja nem escassez, o que os exaspera, nem excesso, o que os enferruja. Providenciaremos para que as refeições, que se darão singularmente no meio do dia, sejam feitas em comum. De maneira geral, estimularemos todos os projetos de organização coletiva dessa parte do tempo dedicada a prover a subsistência. Abordemos por etapas o difícil problema da supressão da moeda. O argumento principal que sustenta tal medida diz que todo Sujeito dispõe da capacidade, idêntica nele e no Outro, de participar da construção de algumas verdades eternas neste mundo. Logo, podemos falar de uma moeda do Absoluto, que torna inútil a moeda em espécie. Está demonstrado que o dinheiro, em seu sentido usual, é a causa da maior parte dos crimes cometidos tanto pelos indivíduos como pelos Estados, isso inclusive a despeito de em todo Sujeito residir uma luz incorruptível. Organizaremos, portanto, a vida material de modo que a circulação de capitais seja gradativamente reduzida e que se apresentem cada vez menos oportunidades de manusear o dinheiro, seja sob a forma imediata do ouro, seja sob a forma intermediária das moedas e cédulas, que

com o tempo retiraremos de circulação, seja ainda sob a forma imaterial dos contratos, ordens de pagamento e outros suportes informatizados, cujo uso especulativo proscreveremos. Essas são decisões inevitáveis para quem pretende zelar pela saúde de nossa comunidade política. Pois, a partir do momento em que indivíduos ou grupos apropriam-se de terrenos, prédios, oficinas, minas, capitais, eles passam a defender apenas o próprio interesse, tornando-se avaros e egoístas, e, de militantes e defensores da comunidade que formavam, passam a comportar-se como uma oligarquia que almeja exercer um poder absoluto. Odiando a coletividade e odiado por seus membros, perseguidores que terão sua vez de ser perseguidos, passando a vida inteira a temer os rivais internos mais do que os inimigos externos, eles conduzem seu próprio grupo de arrivistas à derrocada, mas não raro arrastam a comunidade política inteira nesse desastre.

Glauco julga chegado o momento de fazer uma peroração cujo segredo só ele detém. E investe, atabalhoadamente:

– O que você responderá, Sócrates, se lhe vierem dizer que os cidadãos de sua comunidade política, em especial aqueles em vias de exercer funções de comando civis e militares, serão infelizes como pedras? E, não só isso, infelizes com seu próprio destino, no mais completo assentimento a uma condição abjeta? Pense bem! Trata-se de pessoas que podemos identificar com a própria comunidade, tomada em sua verdade, e as quais não extraem nenhuma vantagem de sua posição! Que contraste com nossos líderes de sempre, grandes latifundiários, donos de soberbas mansões ricamente mobiliadas, com piscina, canteiros de flores, quadros valiosos, contumazes nos meios empresariais, íntimos dos produtores de televisão, controlando os fluxos financeiros... Em suma, detentores de sólida posição na sociedade. Os seus, Sócrates, são apenas alimentados e não recebem, se bem compreendi, um tostão furado. Não têm a mínima possibilidade de fazer um cruzeiro aos países do Sul no iate de um amigo nem pagar prostitutas de luxo, nem atirar dinheiro pelas janelas a seu bel-prazer, e tampouco corromper seus adversários, como fazem todos aqueles que invejam seu luxo, poder e felicidade. Francamente! É como se todos, em nossa comunidade, não tivessem outro fim na existência senão cumprir seu dever o melhor possível!

– Magnífico! – aplaude Sócrates. – Para concluir, você poderia citar o poeta francês Alfred de Vigny:

Cumpra energicamente tua longa e pesada tarefa
No caminho que a Sorte quis-te destinar,
Depois, como eu, sofre e morre sem falar.

As coisas não estão longe de bater com sua descrição. E sabe o que eu responderia àquele que me falasse como você acaba de fazer?

– Eu, em todo caso, ficaria calado.

– Pois verá! Minhas palavras serão mais copiosas. Em primeiro lugar, eu lhe diria que, se houvesse seguido o caminho do nosso pensamento desde o crepúsculo, ele não teria dificuldade em responder a todas as suas perguntas. Decerto não haveria nada de surpreendente em que nossa gente, sob a regra comunista, vivesse feliz e contente. Entretanto, quando explicitamos essa regra, não temos em vista a felicidade de uma classe social específica, mas a de toda a comunidade. Nosso método, desde o início, consiste em pensar que é nesse tipo de convivência que encontraremos a justiça, assim como encontraremos a injustiça nas comunidades vítimas de uma política deplorável. Ora, diria Shakespeare, “justo ou injusto, eis a questão”. Uma vez que, nesse estágio, procuramos a forma feliz de comunidade, recusamos categoricamente selecionar para ela apenas uma pequena minoria de privilegiados. Queremos ter uma visão de conjunto. Abordaremos, logo em seguida, as formas que se opõem a esses princípios.

Senhor oponente, eu acrescentaria, permita-me uma comparação. Imagine que estamos pintando uma estátua e passando cuidadosamente um fundo preto em seus olhos. Fulano se aproxima e nos critica com veemência: “Como! Estão pintando os olhos de preto, essas joias supremas da face humana? É o púrpura real que se impõe! Vocês deveriam saber que reservamos as cores mais belas para as partes mais belas do ser vivo.” Não teríamos motivos para lhe retorquir calmamente: “Admirável senhor! Não creia que nossa intenção seja pintar os olhos de uma estátua de maneira tão puramente ornamental que, no fim, de olhos eles tenham apenas o nome. Idem para as outras partes do corpo. Nossa meta é a perfeição de tudo, e, para alcançá-la, devemos atribuir a cada parte a tonalidade que lhe cabe”? Dito isso, passarei do corpo humano ao corpo político: “Não se obrigue, caro oponente, a distribuir aos governantes provisórios de nosso país comunistas mordomias que fariam deles tudo que quisermos, menos

governantes. Afinal, não é difícil imaginar uma mulher saindo para trabalhar a terra – como todos devem fazê-lo regularmente – de vestido longo, sapatos salto agulha, uma coroa de ouro e subindo em seu trator exclusivamente para se exibir nas ruas das aldeias quando lhe der na veneta. Ou os indivíduos que estão em sua semana de artesanato deitados junto à fogueira, fumando baseados, bebendo uísque e só se ocupando da cerâmica e do torno quando enfastiados com sua própria conversa fiada. E todos os demais vivendo no bem-bom. Por um triz a sociedade, de A a Z, não se tornaria gozo puro! Ora, é claro que isso não é o que desejamos. Pois, a exemplo da produção agrícola sabotada, do artesanato inexistente e da indústria arruinada, nenhuma das práticas de que resulta a comunidade frutificará, sem que aqueles nela engajados respeitem sua forma.”

Acrescentemos, a propósito, que o argumento, quando se trata dessas práticas produtivas, só é válido no caso da prática política propriamente dita. Que sapateiros improvisados fabriquem péssimos calçados, corruptos que são a ponto de não ser sapateiros senão na aparência, é bastante desagradável, mas isso ainda não constitui um desastre para o país. Em contrapartida, se aqueles que num dado momento salvaguardaram as prescrições comunistas, e logo a comunidade política inteira, não assumirem essas funções de liderança senão aparentemente e de forma alguma no real de suas ações, nos veremos diante do grande risco de provocar a ruína total dessa comunidade, ao passo que essas mesmas pessoas, e apenas elas, tinham a oportunidade excepcional de governar melhor ainda a organização coletiva com vistas à felicidade geral. Formamos verdadeiros dirigentes, oriundos das massas populares, as quais não podem em hipótese alguma prejudicar nossa política. Então, se alguém afirmar que eles devem ser camponeses farristas ou festeiros impenitentes, ou que devem governar não no coração do país, mas em vagas comissões parlamentares, lhe diremos: “Alto lá! Não é de política que você está falando!” Em política, convém examinar cuidadosamente se a escolha dos dirigentes se deu com vistas a lhes conceder, junto com o poder, todas as mordomias possíveis ou se temos em vista a felicidade na escala do país inteiro. Nessa segunda hipótese, é preciso que o povo persuada, por bem ou por mal, os que estão em seu turno de exercer o governo, em todos os níveis, a ser excelentes operários nessa tarefa. A propósito, o mesmo deve acontecer para todos os membros da comunidade política, pois, num país comunista, ninguém pode pretender não ser responsável por nada. Nessas

condições, o país, engrandecido, pacificado, dispondo de uma organização coletiva de primeira linha, verá seus diversos componentes participarem, segundo seu desejo próprio, da felicidade geral.

– E essa agora! – exclama Amanda. – Tudo fica bem quando termina bem! Sinto que se espalha por toda parte um perfume de rosas. O que são esses “componentes” da comunidade política a respeito dos quais não ouvimos falar até agora?

– Ei, menina – sorri Sócrates –, nunca ouviu falar em ricos e pobres?

– Justamente, qual o papel deles em sua bela construção?

– Parece-me que devemos fundar nossa sociedade para além da contradição entre riqueza e pobreza. Ambas corrompem os cidadãos.

– Como assim? – espanta-se Glauco.

– Suponhamos que um operário de um prédio se torne subitamente muito rico. Acha que ele continuará de boa vontade a vigiar a vazão do cimento e a raspar a terra com sua pá por um salário miserável? Supondo que tenha força para isso, não ficará cada dia mais inclinado a sabotar o trabalho ou a ausentar-se invocando misteriosas doenças?

– Em suma, ele se tornará um mau operário.

– Exatamente. Porém, simetricamente, se o seu salário for tão baixo que ele não consiga mais comprar sequer roupas quentes e bons calçados quando congela no canteiro de obras, seu zelo se ressentirá disso e ele não terá a mínima vontade de transmitir a seus filhos o gosto por esse tipo de trabalho, do qual, não obstante, toda a coletividade tem a mais urgente necessidade.

– E torna-se igualmente um mau operário.

– Exatamente. Logo, requer-se – essa é uma parte importante de sua visão igualitária do mundo – que os governantes, independentemente de quem sejam, evitem essas duas calamidades.

– Que calamidades? – pergunta Amanda, com os cabelos desalinhados. – Agora estou boquiaberta.

– A riqueza sem trabalho e a pobreza quando se trabalha duro.

– De acordo – diz Glauco, num tom professoral. – Um ponto, contudo, me preocupa. Se o nosso país ideal, dominado pela política comunista, vier a proibir toda acumulação de capitais privados, como poderá defender-se

contra um Estado rico e poderoso que, com as grandes fortunas do país, financie bandos de mercenários equipados com armas ultramodernas?

– Uma pequena fábula para levantar o seu moral. Imagine um pugilista magro e arisco, extraordinariamente talentoso para esquivas e golpes tão violentos quanto inesperados. Suponha que esse campeão obrigue-se a um treinamento diário de grande intensidade. Não acha que estará em condições de enfrentar três adversários gordos, ignorantes e mal treinados?

– Os três ao mesmo tempo? Difícil...

– Ele pode fingir, bater em retirada, voltar-se, dar uma estocada naquele que o segue mais de perto e já ofega, partir novamente, voltar rápido como o raio, abater o seguinte...

– Mas – exclama Amanda – isso é história romana! É o último dos Horácios matando um a um os três Curiácios ao longo de uma corrida de perseguição.

– Exatamente. Tito Lívio e Corneille lembraram-se frequentemente de mim:

Abandonado, sozinho contra três, e, nessa aventura
Estando os três feridos e apenas ele incólume,
Fraco demais para todos eles, forte demais para cada um...

E Amanda, extasiada, conclui:

– ... Ele triunfa, recorrendo à sua habilidade;
Foge para combater melhor, e essa pronta astúcia
Divide e ilude os três irmãos, derrotando-os.

– Bravo! – sorri Sócrates. – Está com a memória fresca. A propósito, acha que a juventude dourada dos bairros ricos, que circula de tênis importado e cuida da forma correndo nos bosques, está preparada para ir à guerra e ter a pele furada em nome da Pátria e da Virtude?

– Esses caras? Jamais! Antigamente, eles eram oficiais da reserva, mas hoje em dia...

– Penso então que a juventude de nosso país comunista resistirá com facilidade aos mercenários das oligarquias decadentes.

– Poderíamos também praticar uma diplomacia de gangorra – intervém Glauco. – Vamos supor que tenhamos em nossas fronteiras dois Estados potencialmente perigosos. Enviamos àquele que nos parece mais fraco uma embaixada solene, da qual participam todos os nossos governantes do momento. Começam por lhe dizer uma verdade: “Em nosso país, é proibido acumular riquezas e tesouros. Vocês, ao contrário, só pensam nisso.” Em seguida, fazemos uma hábil transição: “Deixemos de lado por ora essas questões ideológicas.” E finalmente revelamos nosso pensamento: “Se você assinar um pacto conosco, todos os bens do inimigo” – o terceiro ladrão nesse caso – “serão seus, não pedimos absolutamente nada.” É certo que nossos interlocutores preferirão aliar-se a nós, os lobos ascéticos e magros, contra os carneiros gordos e debilitados, em vez de empreenderem sozinhos uma guerra incerta contra lobos determinados a combater e em cujo país nada há para saquear.

– Você está louco! – exclama Amanda. – Com esse joguinho, um de nossos vizinhos acumulará todas as riquezas à custa dos outros, expandirá desmesuradamente seu território, financiará um imenso exército, se tornará um país hegemônico no mundo e nos destruirá sem a menor hesitação.

– Adorável menina, você é muito generosa chamando de “país” tal aparato de riquezas e violência. Do ponto de vista da política, só merece o nome de “país” aquele cuja organização tentamos definir.

– E por que isso? – surpreende-se Amanda.

– Porque precisamos, para os Estados ordinários, de um nome que se associe à sua multiplicidade. Um nome que vise uma unidade, como “país”, não lhes convém, pois todos eles contêm pelo menos dois conjuntos de inimigos mútuos, o dos ricos e o dos pobres.

– E a classe média? – objeta Glauco.

– Salvo por ocasião de episódios revolucionários raros e limitados no tempo, a pretensa “classe média”, sobretudo nas democracias, constitui a massa de manobra do poder dos ricos. O que prova que há de fato dois conjuntos em todos esses “países”, por sua vez subdivididos numa profusão de subgrupos. Esses “países” são mosaicos de guetos. Pessoas do mesmo grupo casam-se entre si, ignora-se tudo a respeito da vida dos outros e o Estado paira acima de tudo, como poder, aparentemente dissociado de

todos, nas mãos dos ricos e de seus vassallos na realidade. Eis por que é importante que nossos futuros diplomatas não tratem as outras potências como se países individuais. Com essa visão das coisas, bateríamos no muro. Se, em contrapartida, pensarmos essas potências como multiplicidades, se nos esgueirarmos para dentro de seus conflitos internos, prometendo a uns o poder, a outros a riqueza, a outros ainda a liberdade, teremos sempre muitos aliados e poucos inimigos. Nosso país será em toda parte considerado, porque nele brilham a justiça e o vigor do pensamento, o maior de todos, por menor que seja na aparência. Ainda que mantivesse permanentemente apenas cem mil soldados, não encontraríamos outro país que pudesse vencê-lo, nem nas proximidades, nem na terra inteira.

– Toda essa “diplomacia” me parece de um cinismo repulsivo – diz Amanda, fazendo cara de nojo. – Isso cheira ao pacto germano-soviético, isso cheira ao seu Stálin!

– Ah, finalmente! – exclama Sócrates. – Achei que você me deixaria afundar no realismo simplório! Claro que não podemos raciocinar assim! Eis por que, na realidade, a escala de nossa construção não pode ser senão o universo inteiro dos homens, ainda que comecemos, como sempre, num lugar determinado.

– Em todo caso – observa Glauco –, todas essas prescrições que adotamos não devem mascarar a grande ideia, a ideia única, ou melhor, suficiente, que há por trás.

– E qual é? – pergunta Sócrates, cheio de curiosidade.

– Instruir e educar. Se é ao termo de um processo educativo livre e controlado que a juventude toma o lugar dos que vão partir, ela resolverá com facilidade todas essas questões de detalhe, inclusive aquelas sobre as quais não dissemos muita coisa, por exemplo tudo que concerne à intimidade familiar: casamento, sexualidade, filhos, herança etc.

– Você tem toda a razão. Se desde o início desenvolvermos uma política fundada em princípios, tudo evoluirá segundo o modelo de um círculo que se dilata. Uma educação adequada formará a índole honesta de todos. E, na sua vez, preocupados em transmitir aos filhos a educação que receberam, os habitantes de nosso país a aperfeiçoarão nessa passagem, conscientes que serão tanto de suas imperfeições como de seu valor. Daí resultará que as gerações irão sempre se aperfeiçoando com relação às predecessoras.

– Vendo-nos tão esbeltos e superiores, os velhos definharão! – brinca Amanda.

– Resumindo, não se corromper nem permitir que o sistema educativo desmorone: eis com que devem preocupar-se os governantes. Quando sabemos a importância decisiva que têm, para os adolescentes, as diferentes espécies de ritmos, danças e canções, relegar tudo ao abandono, fora de qualquer reflexão e incitação narrativa, é um absurdo. Esse desinteresse cínico combina mais com o mundo do mercado capitalista, cuja única preocupação é irrigar a juventude com novos “produtos”, como se diz, e negar-lhe a força subjetiva e a coragem do pensamento. Para nós, é falso, em política, o adágio segundo o qual “tudo que se agita serve à causa”, assim como é falso, nas artes, que a “novidade” seja em si mesma um critério de juízo.

– No entanto – interrompe Amanda, deliciada –, Homero, no início da *Odisseia*, declara:

O canto dos aedos é mais apreciado
Quando todos o julgam renovado.

– Pois bem – retruca Sócrates,

Esse “todos” me parece não passar de gado.

O surgimento de novos gêneros na música é sem dúvida inevitável e desejável. Mas não poderíamos assistir a isso como se a uma fatalidade. Nesse ponto, seguirei mais uma vez meu mestre de música, o grande Dámon...

– ... por sua vez aluno de Pitóclides de Ceos e criador do modo lídio heterodoxo – observa Amanda, com uma voz infantil, como se recitasse uma lição.

– Exatamente – resmunga Sócrates –, o grande, o imenso Dámon! Ele disse o seguinte, que merece ser guardado: toda mudança avassaladora nas músicas da moda reflete uma mudança nas leis fundamentais do Estado.

– Como se dá essa relação bizarra? – pergunta Glauco.

– Por “insinuação simples”. Cantarolamos, escutamos, ensaiamos. O novo ritmo engasta-se na vida cotidiana e nela se fortalece. Ele infiltra – rapidez, negligência, brutalidade – nas relações ou contratos firmados pelos indivíduos. No fim, toma a dianteira inclusive das leis e princípios, que, atrevo-me a dizer, os políticos fazem dançar ao som da nova música, tão dissipados e irresponsáveis como adolescentes na fumaça ensurdecidora de uma boate. Eis efetivamente por que devemos desejar e apoiar as músicas inovadoras e profundas que, à sua maneira, ilustram, por sua beleza e a emoção que transmitem, a potência da Ideia tal como ela se dá na visitação passageira do colorido sonoro. Essas músicas é que devem permear a travessia, um tanto melancólica, da adolescência.

– Você está omitindo os detalhes – lamenta-se Glauco.

– Como assim?

– Ora, toda a educação formal que é preciso inculcar nos jovens, meninos e meninas: calar-se quando os mais velhos falam, ceder-lhes o lugar no ônibus, cuidar dos pais doentes, escutar os professores com um mínimo de atenção e respeito, cortar o cabelo, limpar as unhas, engraxar os sapatos, arrumar o quarto, compartilhar da refeição familiar em vez de se empanzinar com pizzas, refestelados diante da tevê...

– Seria literalmente estúpido legislar sobre essas ninharias. Leis escritas sobre o comprimento dos cabelos e a cor da graxa dos sapatos? Tolice! Quando um indivíduo recebe uma orientação decisiva em sua educação, isso pode determinar toda a sua vida adulta. Uma influência dessa ordem, boa ou má, termina por consumir o fim que lhe é peculiar. O que podem diante disso os regulamentos rigorosos e os decretos intermináveis? Absolutamente nada! A lei deve selar o devir real das coisas, não cogitar defini-lo.

O jurista e economista que nunca dormem em Glauco despertam:

– E o que você diria dos contratos comerciais, das faturas dos fornecedores, da regulamentação dos produtos derivados e da fixação da taxa de câmbio? E, numa outra ordem de ideias, dos processos por injúria e difamação, da extensão dos poderes de um tribunal, dos contenciosos entre vizinhos? E os impostos, a taxação das atividades portuárias, a criação de marinas para barcos de passeio ou o pagamento ao Tesouro público de parte das mais-valias sobre as transações imobiliárias? Isso tudo não pediria uma legislação rigorosa?

– Caro amigo, se as pessoas forem honestas, encontrarão amigavelmente a norma apropriada. Caso contrário, engendrarão a fraude em grande escala e corromperão os eleitos para votar leis de seu interesse. As pessoas que passam a vida fazendo e refazendo uma miríade de projetos de leis sobre essas questões acham que alcançarão uma ordem jurídica perfeita, o que é ridículo. Elas lembram esses doentes um pouco deprimidos que procuram diariamente um novo remédio milagroso em vez de mudar seu estilo de vida, verdadeira origem de seu tormento. Ao ingerir todos os comprimidos cuja “eficácia” foi gabada por um “amigo”, eles só fazem agravar os sintomas.

– Exatamente! Conheço muitos assim! – exclama Glauco. – Eles acham que seu pior inimigo é quem lhes aconselha a não beber tanto, a parar de fumar enormes charutos fedorentos e a não devorar mais travessas de boi gorduroso com tutu de feijão.

– Se o país inteiro fizesse como esses “doentes”, você não iria gostar do resultado. Mas não é exatamente o que fazem os Estados que, não obstante muito mal governados, proíbem a seus cidadãos, sob pena de morte, alterar o que quer que seja nas instituições e leis estabelecidas, enquanto passa por um indivíduo nobre, um verdadeiro sábio merecedor de todas as honrarias, aquele que adula capciosamente os habitantes desse deplorável Estado, adivinha seus desejos e procura satisfazê-los, tudo isso de maneira absolutamente servil, com vistas não ao serviço público, e sim à próxima eleição, à qual pretende deslavadamente concorrer?

– Sim – concorda Glauco –, conhecemos esse tipo de demagogos.

– Quais seriam suas palavras para esse formigueiro de gente que aceita assumir a responsabilidade por um Estado dessa espécie e se põe ardorosamente a seu serviço? Não são corajosos e cheios de boa vontade?

Mas Glauco não percebe a ironia:

– Calma lá! Não podemos desculpar aqueles que se deixam enganar pelas opiniões da massa a ponto de se tomarem por grandes políticos unicamente porque capachos vangloriam suas pessoas na televisão e cabos eleitorais os aplaudem nos comícios.

– Você é impiedoso! Mas talvez essas pessoas simplesmente ignorem as leis mais elementares da quantidade. Até anões se tomariam por gigantes se todos lhes assegurassem que medem mais de dois metros! Não os elimine. São sobretudo cômicos, com sua mania de legislar e multiplicar as

emendas, codicilos e decretos de regulamentação, na esperança inextinguível de fixar um limite para as malversações financeiras nos contratos e todos os episódios sujos que evocávamos ainda há pouco. Não desconfiam um segundo sequer que só fazem cortar a cabeça da hidra.

– Você quer dizer que num Estado, seja ele qual for, um verdadeiro legislador não deve queimar os miolos com esse tipo de regulamentação: se o Estado for deploravelmente governado, isso não trará nenhuma melhoria; se for admiravelmente governado, ou cada um sabe o que faz, ou tudo será uma consequência automática das normas vigentes. E agora, qual será nosso programa em matéria de legislação?

– Quanto a isso, nada temos a fazer. É a Razão universal, cuja imagem para nós é Apolo, que irá operar. Pois trata-se de princípios bem anteriores às leis, o que nos permite afirmar que, se as leis são humanas, os princípios têm algo de divino.

– E o que estipularão as leis desse Apolo racional? – provoca Amanda.

– Elas falarão do templo interior que cada um, enquanto Sujeito, constrói para abrigar as verdades às quais incorpora; da fidelidade instável que nos liga a essas verdades; das homenagens que convém prestar àqueles que foram heróis de tal fidelidade; das cerimônias fúnebres em que honramos esses heróis com fervor, inclusive e principalmente se foi como contínuo, faxineira, mecânico, operário agrícola ou caixa que se sobressaíram; dos demônios e gênios malignos que propagam os simulacros da Verdade, estimulam a traição e desencorajam os militantes. Sobre todos esses pontos, é o pensamento do genérico, ou Razão universal, que, instalado por nós no centro de nosso universo, deve, caso a caso, guiar nossos esforços.

– E assim – declara Amanda com inusitada gravidade – nosso novo país recebe o selo de sua fundação.

– Sem dúvida, sem dúvida – modera Sócrates. – Só precisamos responder a mais uma perguntinha.

– Qual? – espanta-se Glauco.

– A única que nos importa, verdade seja dita, e sobre a qual não avançamos um milímetro: onde está a justiça? Providencie um poderoso holofote, caro amigo, acorde e chame Polemarco, Trasímaco e toda a turma para ajudar, depois, sob a orientação de Amanda, ilumine os recantos de nossa interminável discussão e descubra onde se esconde a justiça, onde se dissimula a injustiça, em que elas diferem e a qual das duas convém dedicar

sua vida para ser feliz, seja retraído, na solidão, seja exposto ao olhar dos homens e deuses.

– Você falou falou e não disse nada! – exclama Amanda. – Ontem à noite prometeu nos engajar pessoalmente nessa busca. Chegou a declarar que não passaria de um filósofo renegado caso não partisse em socorro à justiça com toda a força e por todos os meios.

– Com mil demônios! – diz Sócrates, batendo as mãos. – Eu tinha esquecido! Você falou a verdade. A justiça é um espeleólogo perdido na gruta de nosso discurso e devo dirigir as operações de resgate. Mas vocês fazem parte da equipe, certo?

– Sim, sim – sorri Amanda –, vamos ajudá-lo.

– Em frente! Se nossa política coincidir com esse real cujo conceito estabelecemos, ela será ponderada, corajosa, sóbria e justa. Supondo que descobríssemos nela uma dessas virtudes, as outras teriam de ser obrigatoriamente as que não descobrimos.

– É como um jogo de cartas um pouco idiota – zomba Glauco. – Há quatro cartas na mesa, sabemos que são os quatro ases, e procuramos o ás de copas. Viramos as cartas uma a uma. Se o ás de copas for uma das três primeiras viradas, ótimo, paramos. Mas se não for uma dessas três cartas, desnecessário virar a quarta: é ele! Moral da história: embora haja quatro cartas, no pior dos casos vencemos em três lances.

– Formidável! – inclina-se Sócrates. – Tratemos nossas quatro virtudes como seus quatro ases. Viro a primeira carta e ao primeiro relance identifico o que é ponderado, ou sensato, ou bem pensado. Vejo inclusive uma espécie de estranheza.

– Para você achar estranho, deve ser uma coisa do outro mundo – alfineta Amanda. – Um Sócrates ludibriado, quero ver isso!

– Uma política baseada na sabedoria supõe que as assembleias que ela exige deliberam de acordo com o que a situação exige, não é?

– Agora, Sócrates – intervém Glauco –, você está nadando no sentido da correnteza. Está nos explicando que em política devemos fazer o que deve ser feito... Quem irá contradizer esse tipo de truísmo?

Sócrates finge não escutar e segue adiante feito uma mula teimosa:

– No entanto, a capacidade de deliberar exige uma forma de saber racional. Nas reuniões da verdadeira política, a ignorância e a retórica não

têm valor algum.

– Estamos acompanhando! – zomba Amanda.

– Mas saberes racionais, há aos montes, todos necessários ao país. Um bom técnico em informática, por exemplo. Será que sua aptidão para reparar uma pane num computador ou para hackear o conteúdo do seu disco rígido fará dele um militante político competente?

– Não – responde Glauco, um pouco mecanicamente –, faz dele simplesmente um talentoso técnico em informática.

– E o designer industrial que projeta impecavelmente uma máquina ou o pintor de paredes cuja ciência das cores lisas e brilhantes desperta a admiração de todos? Será sua aptidão a requerida por uma verdadeira assembleia política?

– Não, eles são bons apenas em sua especialidade.

– Ah, você disse a palavra. A política não é e não pode ser uma especialidade. Delibera-se em política não sobre um objeto particular, mas sobre todas as situações às quais são confrontados os habitantes do país. E a competência nessa matéria é a priori de todos e não de alguns. De maneira que a sabedoria das deliberações e decisões é uma virtude que deve residir não em poucos cidadãos especialmente formados, mas em todo espírito que corresponde às condições gerais de nosso comunismo e sabe-se parte integrante de nosso destino coletivo.

– Então – entusiasma-se Amanda –, em nosso país não haverá políticos!

– Não, não haverá. E o saber político será aquele que, num dado momento, pelo número dos que dele dispõem, envolva absolutamente todo outro saber técnico ou especializado. Com efeito, é à população inteira que cabe esse saber, único no gênero a merecer o nome de sabedoria política e a governar tanto a deliberação quanto as decisões que dela resultam.

– E a coragem, então?

– À primeira vista não é difícil descobrir onde se esconde a coragem na sociedade. Para saber se um Estado é covarde ou corajoso, basta considerar a parte deles engajada nas grandes guerras. O fato de aqueles que estão na retaguarda serem covardes ou corruptos implica necessariamente que o Estado seja uma coisa ou outra. Pelo menos é o que todo mundo pensa e diz: a coragem de um exército é o que mede a coragem de um Estado.

– E, por uma vez, todo mundo tem razão – conclui Glauco, alegre.

– Caiu na armadilha, rapaz! Estão todos errados, e você junto com eles! Você pura e simplesmente esqueceu duas coisas. Em primeiro lugar, que na nossa visão política não existe exército separado, todos sendo intimados a participar da defesa do país face a agressões injustificáveis. Depois, que nossa coragem consiste muito mais em desejar o fim das guerras e nos engajar sem reticência num projeto de paz perpétua, embora dispostos a resistir se um Estado procurar nos destruir.

– Como dizia Mao – corta Amanda –, “em primeiro lugar, não gostamos da guerra, em segundo, não temos medo”.

– Exatamente. E isso quer dizer que a chave intelectual da coragem reside em todo o corpo político. Trata-se de uma opinião verdadeira sobre o que é importante temer, mas também sobre o que é possível esperar além de uma firme resistência oposta a tudo que pretenda contrariar tal esperança. Nesse sentido, a coragem deve pertencer a todos. Paradoxalmente, podemos dizer que ela tem uma função conservadora.

– O que a coragem conserva? – interroga Glauco, desconcertado.

– Um bom relatório subjetivo – uma opinião reta, se quiser – a respeito de tudo que a educação conseguiu transformar em lei, prescrevendo as coisas e circunstâncias que é lícito temer. A longo prazo, a coragem proporciona a salvaguarda dessa opinião, fazendo com que, tanto na alegria como na dor, esteja-se às voltas com o desejo ou o medo, não se possa subtrair-se à boa lei.

– Isso tudo está mais que confuso! – protesta Amanda. – Não poderia esclarecer essa história de opinião que é uma lei educativa, por sinal imprestável? Apresente-nos uma dessas imagens cujo segredo você detém, “imagens” que, a seu ver, não imitam nada nem ninguém.

– Seus desejos são ordens, mocinha! Imaginemos um tintureiro...

– Como assim, um tintureiro? – exclama Glauco, estupefato.

– Verá. Quando um tintureiro quer que uma lã seja púrpura, ele começa por escolher no arco-íris das cores um tecido tramado apenas de branco, e só depois de o haver preparado cuidadosamente, a fim de que possa absorver o brilho mais vivo, nosso homem impregna-o com tintura púrpura. Quando tingimos assim um pano, a tintura é indelével e você pode lavar com água e até mesmo com sabão que o brilho da cor não sai. Se procedermos de outra forma, seja o suporte colorido ou branco, mas mal preparado, vocês sabem o que acontece: tudo se apaga na primeira lavagem

e ficamos com cara de tacho. Agora, imagine que o nosso trabalho educativo, visando a que todos os habitantes do país possam ser guardiões de nossa política, seja do mesmo gênero que o do tintureiro; que, para a púrpura de nossos princípios, sejam necessários Sujeitos bem preparados. É nessa preparação que são úteis, praticados pela juventude, tanto a literatura, a música e a matemática quanto a história das revoluções ou os esportes de combate. Logo, podemos afirmar que os princípios fundamentais de nossa política são uma tintura para a alma e que o objetivo do protocolo educativo que propomos consiste simplesmente em preparar os jovens para pintar a cor dos princípios, de maneira que ela seja indelével, com vistas a adquirir, a partir de sua boa índole natural e sua educação, uma opinião inabalável sobre o que convém temer e, em suma, sobre todas as questões importantes, opinião que não será apagada nem por esse temível sabão capaz de lavar tudo – isto é, o gozo cego, mais eficaz para limpar o Sujeito de tudo que contribui para seu valor do que o borralho ou a escova –, nem tampouco o trio da dor, do medo e do desejo egoísta, que compõem a fórmula química de um terrível detergente. Chamo de “coragem” essa espécie de potência que deixa em alerta, sejam quais forem as circunstâncias, a opinião reta e legítima sobre o que convém temer ou não temer, impedindo que as vicissitudes da existência desbotem seu brilho. Porventura, amigo Glauco, essa definição lhe convém?

– Em todo caso, não tenho nenhuma outra a propor. Imagino que o saber instintivo que os animais ou idiotas têm acerca do que os ameaça, não sendo ligado a nenhuma determinação educativa, seja a seus olhos demasiado limitado para merecer o nome de coragem...

– Imaginou certo. Aliás, eis a razão de podermos dizer que a coragem é uma virtude política, no sentido em que Aristóteles, esse aluno do seu irmão Platão, rapaz brilhante mas de quem eu não gosto nada, declara que o ser humano é um “animal político”. Discutir esses pontos exigirá uma exposição em separado. Por ora, tratemos de voltar à nossa preocupação primordial: a justiça.

– Mas nesse jogo – objeta Glauco – só viramos as cartas “sabedoria” e “coragem”. Restam-nos duas e não sabemos qual é a “justiça”. Eu gostaria que você virasse agora “sobriedade” e que, em seguida, fosse, obrigatoriamente, a vez da justiça.

– A sobriedade, também chamada de “temperança”, “equilíbrio” e “moderação”, assemelha-se mais do que as duas primeiras virtudes – sabedoria e coragem – a uma relação harmoniosa, uma afinação, uma espécie de consonância subjetiva. Ela é uma organização eficaz do Sujeito, que controla a atração exercida pelo desejo dos gozos efêmeros. É o que está subentendido nas expressões quase incompreensíveis como “controlar-se” ou “ser senhor de si”, e, mais genericamente, no que a linguagem detém como características dessa virtude particular.

– Por que diz, a respeito da expressão “controlar-se”, que ela é incompreensível? – intervém Amanda. – Pois eu a compreendo perfeitamente!

– Ela é ridícula! Aquele que se controla é igualmente controlado, e aquele que é controlado, da mesma forma, controla-se, uma vez que é de um indivíduo idêntico a si que falamos nesse tipo de expressão *ready-made*. Como o mesmo ser poderia, no mesmo instante e relativamente ao mesmo ser, nomeadamente ele mesmo, ser ao mesmo tempo controlador e controlado, senhor e escravo?

– Contudo – obstina-se Amanda –, a expressão “ser senhor de si” não se aplica efetivamente ao mesmo ser, pois ela supõe a divisão do Sujeito. Há no ser humano, considerado como Sujeito, duas partes, uma melhor, que se incorpora a uma verdade, outra, pior, que tem como norma as pulsões individuais. Quando aquela que é por natureza a melhor controla a pior, dizemos então que o Sujeito concernido controla-se na medida em que controla em si a parte estritamente individual, e isso é um elogio. Quando, sob a influência de uma educação medíocre e companhias duvidosas, a melhor parte é enfraquecida a ponto de a paixão pela Verdade curvar-se ao instinto de morte, censuramos o Sujeito concernido, às vezes inclusive o xingamos, e declaramos que ele não se controla e é desprovido de qualquer sobriedade efetiva.

– Pois bem – resmungo Sócrates –, imagine um país modelado por nossa política e verá que devemos fazer seu elogio, pois ele se encaixa no primeiro caso: ele é senhor de si mesmo, uma vez que, segundo você, merece essa denominação tudo aquilo em que a melhor parte prevalece sobre a pior.

– Imagino, Sócrates, imagino! Só podemos imaginar, contudo, a partir do que já experimentamos. Em seu país mirabolante, encontraremos

seguramente desejos de gozo, ainda que seja entre crianças manhosas, adolescentes à toa que fumam seu cigarrinho ou jovens casais bem instalados, pretensiosos, e que só falam de suas férias na Pérsia.

– Você nos subestima, Amanda. Subestima a felicidade incomparável induzida pelo pleno exercício da inteligência quando a ação está à sua altura. Aceitaremos esses desejos sem objeto limitado, esses desejos infinitos que são simples na aparência unicamente porque comportam em si mesmos a exata medida de seu valor criador, sendo compatíveis com as opiniões verdadeiras e o pensamento puro. Em nosso país, praticamente todo mundo acrescentará à secreta bondade natural própria dos humanos a luz gerada por uma educação progressista. Atualmente a domesticação das energias coletivas pelo Capital incentiva em toda parte as pulsões egoístas e sua infame esterilidade. Trabalharemos para que se organizem e se tornem amplamente majoritários esses desejos ligados ao pensamento, que, no mundo atual, são apanágio de uma minoria combatente sitiada.

– Ora, então podemos dizer que a nossa visão política – exclama Amanda, vencida pelo entusiasmo – permite que a coletividade seja soberana de suas pulsões e da obsessão ameaçadora dos gozos efêmeros!

– E poderíamos então dizer – acrescenta Glauco – que a sociedade que edificaremos assumirá a mais calma e afirmativa sobriedade.

– Observem – diz Sócrates, que não quer ficar atrás – que é nessa mesma sociedade, em que todos exercem alternadamente responsabilidades governamentais ou militares, que a consonância entre líderes e liderados é constantemente garantida graças à pura e simples supressão do dilema que, em toda parte e desde sempre, engendra a demagogia, quando não a guerra civil, isso é: “Quem deve mandar?”

– Mas então – observa Glauco – podemos dizer que a sobriedade é uma virtude não apenas dos governantes, mas também dos governados, e...

– ... e que assim – corta Sócrates – todos tivemos razão em afirmar que essa sobriedade era uma harmonia, uma consonância. Ela se estende de maneira absoluta ao país inteiro e estimula o consenso entre todos aqueles que nele vivem, sejam quais forem as funções que num dado momento ocupem, bem como os talentos particulares que demonstrem, intelectuais ou físicos, de beleza ou habilidade, de exatidão ou invenção, poética ou matemática... A sobriedade, por contradizer as pulsões egoístas, confere toda sua vitalidade ao acordo universal quanto à dominação exercida pelo

que há de melhor sobre o que é de menor valor, quer se trate do indivíduo ou do Estado.

– Belo trabalho! – respira Glauco. – Reconhecemos e definimos, no nosso futuro país, três das virtudes cardeais: a sabedoria, a coragem e a sobriedade. Nossa quarta carta, nosso quarto ás, é seguramente a justiça.

– Então, queridos amigos, é o momento de tocar a corneta e bradar: “Alerta! Alerta!” Como intrépidos caçadores, cerquemos a macega e não deixemos a justiça fugir. Ela não pode desaparecer na névoa da incerteza. É certo ela encontrar-se nas imediações, pobre corça aterrorizada por nossos conceitos, os quais sabe afiados na pedra da lógica. Vá em frente, querido Glauco! Trate de desentocá-la! Se avistá-la, faça-me um sinal!

– Bem que eu gostaria... No momento, não vejo um palmo à frente. Se apontá-la, pode ser que eu a reconheça, é tudo de que sou capaz.

– Então vou me embrenhar na mata, arranhando-me nos espinheiros, e você segue minhas pegadas.

– Entendido, passe à frente!

– O lugar é pouco acolhedor. Cipós e urtigas por toda parte. Sombras densas. Nenhuma trilha aberta... Avancemos lentamente... Ah! Glauco! Encontrei a pista! A justiça é nossa!

– Onde? Como? Ela continua viva?

– E em excelente forma, meu caro, somos uns idiotas.

– É duro de engolir! – rosna Glauco, como se houvesse de fato, e não apenas metaforicamente, deixado as calças nas urtigas.

– E infelizmente é verdade! Essa justiça diabólica está rolando a nossos pés já há um bom momento, quem sabe desde o início da nossa discussão. Éramos nós que não a percebíamos. Oferecíamos o espetáculo grotesco de pessoas procurando feito loucas sua chave quando estão com ela na mão. Não atentávamos para o local onde, bem perto de nós, jazia a justiça, mas para um horizonte vago e distante. A justiça ocultava-se apenas para o nosso olhar, perdido no sonho romântico das distâncias.

– Olhei para os pés e não vi nada – objeta Glauco, desolado –, e continuo sem ver.

– Pense em nossa longa conversa. Tenho a impressão de que falávamos da justiça sem conseguir decifrar claramente o que não obstante dizíamos acerca dela mesma, ainda que sob a forma do não-dito de nosso dizer.

Amanda, que durante as últimas réplicas, desfiava ferozmente suas mechas embaraçadas, não se contém:

– Quantos rodeios, Sócrates! Em vez de compará-la a uma pobre corça, diga o que tem a dizer da justiça. Que labirinto é esse acerca do qual discorriamos sem saber que o fazíamos, ao mesmo tempo dizendo que sabíamos, sem nunca dizê-lo, tudo que era dito, mal dito ou não dito no que foi dito e repetido?

Sócrates ergue as mãos:

– Não se zangue, intrépida senhorita! É você quem vai dizer se tenho razão. Quando começamos a examinar os fundamentos de nossa política, o que tinha para nós valor de princípio concernia às normas subjetivas, que se revelam mais fortes que a modificação das situações. Essa espécie de obrigação geral, ou pelo menos uma forma particular dessa obrigação, define, creio, a justiça. Ora, o que estabelecemos naquele momento, e evocamos diversas vezes – você deve se lembrar, querida Amanda –, é que todo indivíduo deve adquirir a capacidade de exercer qualquer função que seja na sociedade, sem por isso ser desencorajado a seguir o caminho que ele imagina o mais apropriado às suas aptidões naturais. Afirmamos, em suma, que a justiça consiste no seguinte: cada um pode aprimorar as aptidões individuais que vê em si mesmo, mas ao mesmo tempo deve se preparar, com a mesma intensidade, para ser o que Marx chamava de um “trabalhador polimorfo”, um animal humano, homem ou mulher, que, pedreiro ou matemático, faxineiro ou poeta, soldado ou médico, mecânico ou arquiteto, não deixe de fora de seu campo de ação nenhuma das possibilidades que a época lhe oferece.

– Não dissemos nada disso! – protesta Amanda. – Em todo caso, nunca definimos a justiça nesses termos.

– Sabe por que isso é evidente?

– Não. Mas tenho certeza de que vai nos dizer.

– Na série das virtudes, a justiça vem de certa forma como o mais-um das outras três. À sabedoria (o que é corretamente pensado), à coragem (ciência do que convém temer), à sobriedade (o controle das pulsões), a justiça prodigaliza a potência real e o lugar dessa potência, lugar onde essas virtudes, uma vez ativadas, desenvolvem sua eficácia subjetiva. Teríamos decerto grandes dificuldades para decidir qual das quatro virtudes é a mais importante para assegurar a perfeição de nosso país comunista. Mas

estamos certos de que, sem a capacidade de cada um de substituir de maneira criativa e eficaz qualquer um em qualquer tarefa que seja, capacidade combinada em cada um com o livre aperfeiçoamento de talentos individuais, as outras virtudes não terão nem localização precisa, nem abertura universal. Ora, apenas o elo dialético da localização e da abertura propicia a uma disposição subjetiva, seja ela qual for, sua vitalidade social ou coletiva. No fundo, é esse próprio laço dialético, cujo processo real é denominado “justiça”.

– Diremos então – intervém Amanda, muito concentrada e de cenho franzido – que a disponibilidade de um indivíduo para toda *práxis*, paradoxalmente associada ao desenvolvimento de seu *exis*, ou disposição própria, realiza o ideal da relação desse indivíduo com a totalidade social.

– E, por conseguinte – observa Sócrates –, a injustiça será ou impedir a competência universal de todos, ou, em nome dessa universalidade, proibir que todos possam cultivar o que, para eles, constituem capacidades individuais.

– Duplo crime – conclui Glauco –, tanto o fato de todos não poderem ser como os demais como o de todos não poderem ser diferentes dos demais.

– Injustiça por falta de homogeneidade coletiva, injustiça por excesso dessa mesma homogeneidade – diz Amanda.

E emendou, um pouco pedante:

– Ou ainda: injustiça segundo a igualdade, injustiça segundo a liberdade. E Sócrates, arrebatado pelo lirismo das abstrações:

– O crime contra os direitos do Mesmo não poderia omitir o crime contra os direitos do Outro.

– E vice-versa! – sorri Glauco, por uma vez o mais jovial de todos.

7. A JUSTIÇA SUBJETIVA (434d-449a)

– CHEGA DE LENGUA-LENGA – repreende Sócrates, estranhamente irritado. – Estamos longe do objetivo. Aceitemos, sem exame suplementar, que todo país em que a vida das pessoas é pautada pelo que acabamos de dizer merece ser proclamado justo. Pelo menos percebe-se nele uma forma provisória, uma espécie de ideia da justiça, ideia em conformidade com a vida coletiva. Se essa forma mostrar-se transponível para o indivíduo tomado em si mesmo como unidade, se concordarmos que, nesse caso também, o nome justiça é o adequado, poderemos concluir que nossa perquirição teve êxito.

– O famoso método da isomorfia – observa Amanda.

– Uma isomorfia não se constata, se prova. Talvez devamos nos contentar com uma similitude. Qual era nossa esperança no início de nossa busca? De que, iluminando a intuição do que seja a justiça no mais vasto dos conjuntos que a contém, verificássemos com mais facilidade que ela se encontra no menor desses conjuntos, explicitamente, o indivíduo. E como nos pareceu que esse “mais vasto” era um país, unimos forças para definir a melhor política que a população de um país pudesse implementar, convencidos de que onde tudo está em conformidade com uma verdade política, aí se encontra necessariamente a justiça. O que evidenciamos nesse vasto conjunto que é um país, transportaremos para esse elemento menor da existência, que é o indivíduo. Se houver uma similitude flagrante, perfeito. Se alguma coisa de diferente aparecer no termo mínimo, voltaremos ao termo máximo para nele prosseguir nosso trabalho de pensamento. Talvez então, mediante um vaivém entre os dois termos, país e indivíduo, esfregando um no outro como dois sílex, sejamos capazes de fazer brotar a centelha da justiça e estejamos em condições de usar sua claridade para nossos próprios fins.

– Parece-me – reclama Glauco – que você definiu o método, só nos restando conformar-nos a ele.

– Preste atenção. Se de duas coisas afirmamos que são idênticas, embora uma seja maior e a outra menor, elas são dessemelhantes em razão do que

justifica que, independentemente de sua diferença de tamanho, as declaremos idênticas ou, talvez fosse melhor dizer, parecidas?

– Parecidas! – exclama Glauco, batendo os calcanhares.

– Quer dizer que, no que se refere a tudo que é do âmbito da Ideia de justiça, um indivíduo justo não diferirá em nada de uma justa coletividade, será absolutamente semelhante?

– Absolutamente – pontua Glauco, na posição de sentido.

– No entanto, havíamos estabelecido que uma política é justa quando ela possibilita que qualquer um seja capaz de exercer qualquer uma das três grandes funções pelas quais um país continua a existir: produção, defesa e direção, o que exige que essa política unifique, em seu processo, a sobriedade, a coragem e a sabedoria, virtudes requeridas por diversos motivos pelas três funções. Certo?

– Sim! – grita Glauco.

– Logo, se descobrirmos no indivíduo, considerado provisoriamente como Sujeito, as mesmas disposições formais, ativadas pelos mesmos afetos, será pertinente lhe atribuirmos os mesmos nomes que os que nos pareceram convir ao nosso país ideal?

– Mais que pertinente! – ruge Glauco.

– Muito bem, agora ficou tudo fácil! Basta-nos saber se um Sujeito, no nível individual, é ou não composto, como o lugar político, das três instâncias que articulamos no nível coletivo a partir das três funções fundamentais: produzir, defender, orientar-se.

– Fácil, fácil... Não julgo nem um pouco fácil. Talvez seja hora de citar Spinoza...

– Em latim – corta Amanda. – É muito mais sublime: “*Omnia proeclara tam difficilia quam rara sunt.*”

– Não sei se as coisas que tenho a dizer são “*proeclara*” – sorri Sócrates.

– Na verdade, receio muito que não. Com os métodos que adotamos na discussão dessa noite, não alcançaremos uma precisão suficiente. O caminho que nos leva ao objetivo é mais longo e sinuoso. Mas talvez por ora devamos nos contentar com debates preliminares e pesquisas introdutórias.

– Isso é demais para mim – suspira Glauco. – Esses argumentos abstrusos me esgotam.

– Tudo bem – admite Sócrates –, adotemos o caminho mais curto e mais acessível. Saberemos perfeitamente quando acelerar. Para começar, temos uma argumentação empírica bem fácil, sem dúvida muito fácil: todo indivíduo detentor das mesmas disposições formais, as mesmas características, se preferir, que as observadas no país do qual ele é cidadão. Pois de onde podem advir essas disposições senão dos indivíduos? Falemos por um instante como fazemos na mesa de um bar: “Os trácios, os citas, todos aqueles originários dos países lá de cima, ao norte, são irascíveis e violentos, todo mundo sabe disso. Já na altura do nosso país, nem muito ao norte, nem muito ao sul, gostamos de conversar, discutir, saber um monte de coisas. E entre os meridionais, fenícios ou egípcios, o único assunto é ouro, dinheiro, estoques de trigo, barcos repletos de ânforas com vinho ou azeitonas e estátuas esculpidas no marfim.” Tudo isso, meus amigos, vem efetivamente do temperamento das pessoas, passando a ser uma característica nacional.

– Argh! – cospe Amanda. – Não me diga que vamos repetir os argumentos dos caipiras racistas.

– Tudo bem, tudo bem – curva-se Sócrates. – Procuremos algo mais sofisticado. A dificuldade é saber se a incansável cupidez dos fenícios, a inclinação pelo ócio intelectual dos atenienses e a corajosa ferocidade dos citas procedem da mesma fonte, ou se temos aí uma prova empírica da existência de três instâncias subjetivas, distintas ou especializadas. Resumindo, primeira hipótese: o saber nos advém por um caminho diferente do percorrido pela teimosia colérica, assim como difere desses dois caminhos o caminho do desejo, seja qual for seu objeto – comida, sexo etc. Segunda hipótese: sempre que uma atividade qualquer nos requisita, é o sujeito por inteiro, e de certa forma indiviso, que mergulha nela. Construir uma argumentação rigorosa que obrigue a escolher uma dessas possibilidades é um verdadeiro desafio.

– Que você vai encarar, naturalmente! – exalta-se Amanda.

– Convém partir de muito longe. É de tal forma verdadeiro que o Um como tal, puramente idêntico a si mesmo, não pode simultaneamente fazer e amparar coisas contrárias, pelos meios do mesmo e na visada do mesmo, que se observarmos tal simultaneidade saberemos que não é do Um que se trata, mas de uma multiplicidade.

– Seria muito pedir um exemplo? – pergunta timidamente Glauco.

– É possível uma coisa una, igual a si mesma, estar no mesmo instante, e na totalidade dela mesma, em repouso e em movimento?

– Certamente que não.

– Verifiquemos passo a passo se estamos de acordo, para não nos contradizer quando avançarmos. Se um adversário, adepto da dialética das aparências, viesse nos dizer: “Veja, aquele cara ali, na calçada defronte, está imóvel, plantado em suas pernas, mas diz ‘sim’ com a cabeça e revira os polegares. Logo, está ao mesmo tempo em repouso e movimento”, o que lhe responderia, meu fiel Glauco?

– Fácil! O que digo sempre a meus amigos enrabichados por Heráclito: o cara em questão mexe certas partes do corpo e deixa as outras em repouso. Não vejo nenhuma contradição nisso.

– Note que seu argumento passa do par movimento-repouso ao par Um-Múltiplo. Seu oponente poderia procurar e encontrar um contraexemplo melhor. Um pião, veja! Ele está por inteiro e no mesmo momento em repouso e movimento, quando – seu centro, que não passa de um ponto sem extensão, permanecendo fixo – gira sobre si mesmo em totalidade.

– De forma alguma! Precisamos distinguir no pião o eixo e a circunferência. Se o eixo estiver reto, podemos dizer que o pião está imóvel do ponto de vista de seu eixo e se move com um movimento circular do ponto de vista de sua borda. Observemos, em todo caso, que quanto mais nos aproximamos do eixo, mais lento o movimento circular, na medida em que um ponto próximo do eixo percorre ao mesmo tempo um caminho muito menor que um ponto situado na borda do pião. Podemos dizer que o pião combina um princípio de movimento e um princípio de imobilidade, que permanecem distintos sem que a unidade do pião se veja ameaçada.

– Excelente, aluno Glauco! Sejam quais forem as aparências de contradição extraídas de nossa experiência sensível, não nos deixaremos desestabilizar e jamais admitiremos que uma coisa una e igual a si mesma possa simultaneamente, por meio do mesmo e da visada do mesmo, fazer, ser ou amparar coisas contrárias no mesmo instante.

– Não estou certa – duvida Amanda – de que um vulgar pião de criança seja suficiente para provar essa variante do princípio de não-contradição. Aristóteles, o brilhante aluno do meu irmão Platão, julgaria isso bastante leviano.

– Você sabe que não gosto desse Aristóteles! Ah, sei que ele fará sucesso, mas não gosto dele! Em todo caso, você não está errada. Teríamos então de refutar todas as objeções possíveis para salvaguardar o princípio, e sobretudo definir corretamente os contextos nos quais ele é válido. Perderíamos um tempo precioso. Vamos admitir que o princípio de não-contradição é verdadeiro, e avancemos. Se ficar demonstrado, num momento qualquer de nosso percurso, que ele é falso, concordaremos que todas as consequências que deduzimos a partir dele são inexistentes.

– Um pouco forçado! – zomba Amanda.

– Voltemos ao “concreto”, como dizem os políticos e jornalistas quando falam de igualdade e verdade. Dizer sim e dizer não, aceitar e desdenhar, atrair e repelir, quer se trate de ação ou paixão, são de fato, universalmente, pares de termos contrários?

– Isso é óbvio – opina Glauco, dando de ombros. – É como desejar e não desejar. A fome, a sede, todos os nossos desejos, bem como a vontade ou o anseio, formam pares de contrários com não desejar, afastar para longe de si, não querer, esperar que não e assim por diante. Se desejo alguma coisa, é porque o Sujeito que eu sou vai na direção do que ele deseja, ou atrai para si o objeto de seu desejo. Por exemplo, se eu quiser comprar drogas, eu digo sim a mim mesmo antes mesmo que o traficante me tenha feito a pergunta, de tal forma estou impaciente para que ele satisfaça o meu desejo. Mas se quiser me abster, terei de dizer brutalmente não a mim mesmo antes de mandar o tentador passear. Em tudo isso, encontramos sempre os pares de contrários mais importantes: a atividade e a passividade na ação, sim e não na linguagem.

– Preste bem atenção! – alerta Sócrates, apontando o indicador para cima.
– Pegue um desejo bastante clássico: a sede, se assim quiser chamá-lo. Constitui ela para o Sujeito um desejo mais variável do que julgamos, um desejo cujas variações cumpriria desde o início estabelecer ou determinar? Deseja-se uma bebida mais fria ou mais quente, beber muito ou pouco? Em suma, a sede é uma sede de determinada bebida ou tudo isso não passa de um conjunto de causas externas sem relação essencial com a sede como desejo? Se faz calor, à sede se acrescentará, do exterior, o desejo de frescor; se fizer frio, o de calor. Se eu me esvair em suor, à sede se acrescentará o desejo de muita água; se estiver descansado, o resto de um copo bastará. A sede enquanto tal, porém, só será desejo de seu correlato natural, a bebida

enquanto tal, assim como a fome em si é o desejo de comida e não, intrinsecamente, o desejo irreprimível por certo patê de lebre.

– De acordo – aprova Glauco, franzindo o cenho. – Cada desejo, pensado em si mesmo, só tem relação com a generalidade de seu objeto natural e só se mostra desejo de um objeto determinado sob efeito de circunstâncias externas.

– Não corra o risco, caro amigo, de ver sua bela certeza desmoronar se um amigo de Diógenes – você sabe, o indivíduo que espalha por aí, contrariando a pretensa “teoria das Ideias” do seu irmão Platão, que conhece perfeitamente o cavalo, mas de forma alguma o Cavalo – vir sussurrar-lhe ao ouvido: “Meu querido Glauco, não é nunca a Bebida com um B maiúsculo que desejamos, mas uma grande taça de vinho branco, e tampouco é a Comida que sacia a nossa fome, e sim uma succulenta omelete de cogumelos. Pois desejamos naturalmente as coisas boas, e não um caldo infame. Se a sede é um desejo, é o desejo de uma bebida deliciosa e não de uma tigela de mijo de burro, e o mesmo vale para tudo que merece o belo nome de ‘desejo’.”

– Confesso que isso não me agrada – diz Glauco, um pouco confuso.

– Tentemos, não obstante, defender o seguinte princípio: falar da determinação do que é tal como se dá em sua relação com outra coisa só é admissível na medida em que essa outra coisa é ela própria determinada; mas o que é tal como é por si mesmo não tem relação com outra coisa senão na medida em que essa outra coisa é igualmente por si mesma tal como ele é.

– Então, nesse caso – protesta Amanda –, não pesquei absolutamente nada! Isso é jargão platônico em estado puro!

– Vejamos, mocinha. Não compreendeu que um existente que dizemos “maior” só pode ser declarado como tal com relação a outro existente?

– Está me chamando de burra?

– Claro que não. Desse outro existente, diremos então que ele é menor?

Consternada, Amanda limita-se a balançar a cabeça. Sócrates então investe:

– E um existente muito maior só é tal se relacionado a outro que, por sua vez, é muito menor. De acordo?

O comentário de Amanda resumiu-se a:

– Isso é lamentável.

Sócrates ignora o sarcasmo:

– E o que, no passado, foi maior não o foi senão em sua relação com o que era menor que ele, assim como, no futuro, o que advirá a uma superioridade só o fará com relação ao advir, fora dele, de uma inferioridade.

Amanda exalta-se:

– Vai continuar assim por muito tempo?

Sócrates não se desconcerta e insiste, com toda a calma do mundo:

– Da mesma forma, diremos que o mais só é o que é em relação ao menos, o dobro em relação à metade, e assim para todos os pares conceituais desse gênero: o mais pesado com o mais leve, o mais rápido com o mais lento...

– E o mais quente com o mais frio – corta Amanda, imitando Sócrates –, assim como o vinagre mais ácido com o azeite mais doce, o que constitui todo o tempero dessa salada.

Sócrates, porém, cada vez mais sereno sob a tempestade, muda sutilmente de direção:

– E o saber, então? Não é a mesma dialética? A que você chama de uma salada? O saber em si é saber do que é conhecido em si, ou, se preferir, daquilo que estabelecemos que é aquilo de que o saber é saber. Mas esse saber particular o é daquilo que é particularmente conhecido ou daquilo que estabelecemos que é o objeto determinado de que esse saber é o saber.

Amanda se pergunta em que emboscada vai cair e reage um pouco mais debilmente:

– Está se repetindo! Se eu sei, sei o que sei, sim, compreendemos!

– Gosto muito de me repetir. E, desta vez, usarei um exemplo indiscutível. Quando, na história dos grupos humanos, surgiu uma verdadeira arte no que concerne à construção de prédios, não foi para distingui-la dos outros saberes que se fez necessário denominá-la arquitetura?

– Certamente – admite Amanda.

– Esse saber era determinado em sua diferença com relação aos outros, na medida em que essa determinação o definia como saber de um objeto em si mesmo determinado, ao qual os outros saberes não precisavam reportar-

se para ser identificados. O mesmo princípio permitiu a classificação geral dos saberes e disciplinas à medida de sua aparição histórica.

– Vejo, e julgo compreender – diz Amanda, subitamente intimidada.

– Ainda há pouco, você dizia não compreender nada. Recapitulemos mais uma vez. Um existente em relação com alguma coisa em geral, um “objeto = x”, diria meu colega Kant, permanece exclusivamente, enquanto um e considerado segundo esse Um, autodeterminado, o que não contradiz de forma alguma que, em relação com alguma coisa determinada, ele próprio seja então sobredeterminado, com a condição, naturalmente, de não entendermos por “sobredeterminado” que o existente em questão assimila as determinações daquilo com o que está em relação – o que seria o caso, por exemplo, se disséssemos absurdos do tipo “o saber daquilo que é útil ou daninho à saúde é, em virtude disso, enquanto saber, útil e daninho”, ou ainda “é bom e mau o suposto saber do Bem e do Mau” – e deixarmos claro que, quando um saber, digamos a medicina, é manifestamente o saber de um par determinado de termos contrários, nomeadamente a saúde e a doença, e que por isso mesmo é impossível identificá-lo com o saber em si cujo objeto – o “sabido” em si, ou o “cognoscível” em si – é completamente diferente, devemos então absolutamente atribuir a esse saber, que é um saber determinado, não o simples nome de “saber”, mas, em relação com o objeto determinado que se acrescenta ao puro saber, o nome sobredeterminado e composto de “saber médico”.

Amanda esfrega a testa e suspira:

– Desisto. Você deve ter razão.

– Isso lhe deu sede! Voltemos à sede, justamente. Sem dúvida alguma ela faz parte desse gênero do ser em que o que é só é como tal por estar em relação com alguma coisa. Com efeito, a sede é sede...

– ... da bebida – completa Glauco, todo satisfeito.

– Sim, mas, como dissemos, quando pensamos a sede como relacionada a uma bebida determinada, ela é uma sede determinada, ao passo que a sede pensada em si mesma não é sede de uma bebida abundante ou limitada, boa ou ruim, em suma, sede de uma bebida determinada, mas, segundo sua natureza intrínseca, exclusivamente Sede da Bebida em si.

– Quantas vezes vai nos repetir isso? – rebela-se Amanda. – Parece o refrão de uma música triste.

– O canto do conceito nunca é triste. Logo, considerado como Sujeito, aquele que tem sede só deseja beber, é a isso que ele tende, é a isso que se dirige.

Amanda continua renitente:

– Sim, claro, de acordo, isso é cristalino, compreendemos, aprovamos, nos inclinamos. Aonde quer chegar exatamente?

– Já estamos lá. Se alguma coisa contraria de forma imanente a pulsão do Sujeito sedento, trata-se obrigatoriamente da ação, inerente ao Sujeito, de outra coisa que não essa pulsão que arrasta o sedento ao beber como se fora um animal. Com efeito, já aceitamos que nada pode produzir, no mesmo momento, por si mesmo e com vistas ao mesmo objeto, efeitos contrários.

– Heráclito acaba de condenar Sócrates – insinua Amanda. – Ele recrimina aqueles que “não compreendem a harmonia profunda do que está em conflito consigo mesmo”.

– Você sempre me joga o Heráclito na cara. É seu queridinho? No entanto, o exemplo que ele dá da “harmonia dos movimentos opostos”, o arremesso com o arco, é um exemplo débil. Ele declara que o arqueiro puxa e solta o arco no mesmo movimento. Inconcebível! Uma de suas mãos empurra a madeira do arco para a frente, enquanto a outra puxa a corda e a flecha para trás. Heráclito, como sempre, vê como uma contradição única a combinação de duas operações isoladas. A unidade dos contrários, sua fusão, isso não existe!

– De toda forma – objeta Glauco –, o arqueiro unifica efetivamente os dois movimentos.

– Ele só faz isso na medida em que tem duas mãos! O dois é dado e se impõe ao um. Não é o Um que produz em si mesmo o desdobramento contraditório do Dois. Atenção, essa história do Um, do Dois e, finalmente, da negação, é muito sutil. Voltemos, para enxergar claramente, ao nosso sedento.

– Ah, este aí – resmungo Amanda –, se ainda estiver com sede, torço o pescoço dele!

– Vocês hão de concordar comigo – prossegue Sócrates, imperturbavelmente – que existem pessoas que, num dado momento, sentem sede e, no entanto, no imediato, recusam-se a beber?

– Já esbarrei com um monte delas – concorda Glauco.

– O que pensar dessas pessoas? Na verdade, subjetivamente, devem coexistir nelas a pulsão de beber e o interdito que bloqueia sua satisfação imediata. Também é necessário que o interdito seja diferente da pulsão e mais poderoso que ela.

– Sim – aprova Glauco –, a admitirmos as considerações lógicas que você acabou de desenvolver e que acarretam a anterioridade estrutural do Dois desde o momento em que há aparência de contradição.

– Esses interditos, quando se manifestam, não procedem de um agente racional, ao passo que pulsões e vícios procedem seja do corpo, seja de inflexões patológicas do psiquismo? Se for este o caso, não seria irracional sustentar que identificamos aí claramente duas forças subjetivas distintas. Chamemos de “racional” a primeira, vigente nos raciocínios, e “pulsional” a segunda, vigente na sexualidade, no apetite, na sede e nos outros desejos, claramente dissociada do pensamento puro e ligada a toda a gama das satisfações e volúpias. Logo, há de fato duas instâncias distintas em todo Sujeito. Resta examinar a questão dos afetos não pulsionais, como o ardor, a audácia, a indignação... Formam eles uma terceira instância? Ou, caso contrário, com qual das duas devemos identificá-los?

– Talvez – arrisca Glauco – com a pulsional...

– Como então interpretaria a história de Leôncio, filho de Aglaion, que me contaram anos atrás? Esse indivíduo voltava do Pireu pelo muro norte, como nós ontem à noite, e eis que, entre esse muro e o que vai até Falera, ele vê um monte de cadáveres: estava passando pelo local dos suplícios. O espetáculo lembrava os piores filmes *trash*. Alguns corpos achavam-se em vias de decomposição, outros exibiam marcas de tortura, outros estavam mutilados, com os braços arrancados ou degolados e empapados de sangue. Gordas moscas azuis devoravam os olhos parados daqueles infelizes, insepultos como pestíferos. Leôncio, então, transforma-se no teatro de um conflito trágico. Uma pulsão mórbida leva-o a olhar de perto a pavorosa cena. Por um momento, ele luta contra si mesmo e consegue cobrir o rosto com o manto. Porém, vencido pelo desejo, termina por abrir os olhos e, correndo na direção dos horríveis retalhos humanos que juncam o solo, grita: “Olhem para mim, pobres supliciados ensanguentados! Olhem bem para mim! Sou eu quem lhes ofereço agora um lamentável espetáculo!” Essa historieta não é uma verdadeira encenação das três instâncias? O

Desejo que prevalece sobre o Pensamento, e o Afeto que não sabe muito bem a quem servir?

– De toda forma – comenta Glauco – vemos que Leôncio está com raiva por ter cedido a um desejo mórbido. Nesse sentido, o Afeto alinha-se do lado do Pensamento, ainda que não tenha conseguido impedir sua derrota.

– E é o que mais vemos. Quando nele os desejos desdenham os argumentos racionais, o Sujeito xinga-se de todos os nomes, rebelando-se contra o que, de tal forma, em sua própria subjetividade, inflige-lhe violência. É uma espécie de guerra civil interna: o Afeto toma o partido do Pensamento contra o Desejo. Em compensação, não observamos o oposto nem em nós mesmos nem nos outros.

– Que oposto? – pergunta Glauco, arregalando os olhos.

– O fato de sentirmos raiva de nós mesmos, em virtude de o Pensamento opor-se vitoriosamente à fúria de um desejo, não corresponde, na prática, à nenhuma experiência. Veja o que acontece quando alguém, que supomos não completamente corrupto, está persuadido de ter agido mal: ele não consegue indignar-se por sentir fome, frio ou por ter de suportar dores atroz, porque pensa que, considerando sua própria indignidade, tudo isso não passa de um justo troco das coisas. Se, ao contrário, é ele quem sofre a injustiça, ei-lo que se exalta, revolta, entra na luta por suas convicções, suporta a fome, o frio, os tormentos de todo tipo, sim, ei-lo pronto a todas as tribulações, desta feita não porque o sentimento de culpa o faz pensar que as merece, e sim, muito pelo contrário, porque sabe que, para vencer a injustiça, convém saber fracassar e aprender com os sucessivos fracassos. Ele pode não só encampar heroicamente a alternativa entre vitória e morte, como também, chamado por si mesmo feito o cão pelo pastor, encontrar a serenidade de um recolhimento provisório ou meditar as injunções racionais de seu pensamento, antes de partir novamente para o combate, armado com novas ideias.

– Nós mesmos comparamos aqueles que exercem a função de proteger nosso país comunista ora a pastores, ora a cães fiéis.

– Certo, mas aqui estamos nos antípodas do que sustentávamos ainda há pouco. Pensávamos que o Afeto era uma dependência do Desejo. Essa não é mais em absoluto nossa posição, se é verdade, como acabamos de afirmar, que sempre que o Sujeito encontra-se em estado de sublevação íntima, o Afeto empunha armas em favor do Pensamento.

– Noto de fato uma guinada de sua parte – constata Amanda. – Resta saber se, dessa forma, o Afeto depende do Pensamento, o que reconduziria a estrutura do Sujeito a uma contradição simples, Pensamento *versus* Desejo, ou se, insistindo na analogia um tanto incongruente entre as três funções de uma política e a organização interna do Sujeito, você supõe efetivamente a existência de uma terceira instância subjetiva, esse intangível Afeto, a qual fundamenta mais o Pensamento que o Desejo, salvo quando completamente apodrecida por um sistema educativo capenga.

– Opto pela estrutura de três termos! – entusiasma-se Glauco.

– No entanto, ainda devemos provar – atalha prudentemente Sócrates – que o Afeto é diferente do Pensamento, como nos pareceu ser do Desejo.

– Tenho uma prova – anuncia triunfalmente Glauco –, as crianças pequenas. Elas berram de raiva, esgoelam-se, correm feito loucas, ficam vermelhas de furor, têm um afeto dos diabos, ao passo que seu pensamento ainda engatinha.

– Bem sacado! – exclama Sócrates. – Poderíamos pensar da mesma maneira nos animais. Os mais ferozes, aqueles cujo afeto é muito desenvolvido, touros, galos, ou mesmo lobos, não são os mais espertos, estes sendo os macacos, papagaios e raposas.

– Protesto – exalta-se Amanda. – Protesto solenemente contra essa caduquice dogmática que trata as crianças feito animais. Isso é platonismo vulgar, cavalheiros, bom para o lixo.

– Muito bem – diz Sócrates, conciliador –, para agradá-la, cito Homero:

Batendo no peito com suas manzorras,
Ulisses apostrofava sua cólera de humano
Com palavras eivadas da mais fina inteligência.

Nessa passagem...

– ... *Odisseia*, canto 20, adaptado com seu tempero – comenta Amanda. Sócrates conserva o sangue-frio, embora irrite-o profundamente a memória saturada de poemas de Amanda:

– Nessa passagem, como eu ia dizendo, o velho Homero expõe claramente a existência de duas instâncias diferentes, uma amotinando-se contra a outra: aquela que, com sutileza, opera a distinção entre o melhor e

o pior, e aquela que não passa de cólera cega. Agora temos o pensamento contra o Afeto.

– Bravo! – conclui Amanda. – Venceu mais uma vez. Bravo!

– Não sem dificuldade! – ofega Sócrates. – Tive de remar! Mas parece que nos aproximamos de um consenso: há tantas instâncias nos indivíduos, considerados um a um como Sujeitos, quanto funções num país, e há uma espécie de similitude entre essas instâncias e essas funções. Dizer que a política de um país é sábia – ou efetivamente pensada – permite dizer a mesma coisa de um indivíduo pelas mesmas razões e apontar as mesmas determinações para a política.

– E – inspira-se Glauco – dizer que um indivíduo é corajoso remete às mesmas causas e circunstâncias que fazem com que atribuamos essa qualidade à política de um país.

– E o paralelismo – conclui Amanda – vale para tudo que envolve a palavra “virtude”, tomada em seu sentido de “determinação plenamente positiva”.

– Nessas condições – alegra-se Sócrates –, podemos dizer que um indivíduo é justo tanto quanto pode ser uma política, um país, até mesmo um Estado.

– Finalmente, chegou aonde queria! – desperta Polemarco.

– Não esqueçamos – continua Sócrates – que uma política é justa na medida em que a articulação que ela estabelece entre as três funções principais – produzir, proteger e dirigir – autoriza todos os cidadãos a pretender a todas elas.

– Não esqueceremos! – exclama Glauco.

– Assim, quando cada uma das três instâncias cuja articulação nos constitui como Sujeitos nos tornar capazes de tudo que dá sentido à vida, seremos justos, pois faremos tudo que nos cabe fazer e nos alegraremos por fazê-lo.

– Como é agradável a sensação de existir! – diz Amanda, radiante.

– A instância racional, nessas condições, deverá dominar – continua Sócrates –, uma vez que sua virtude própria, a sabedoria, impõe-lhe velar pelo Sujeito por inteiro e que, nessa tarefa, o Afeto só pode ser – e deve ser – um fiel lugar-tenente. Ora, como vimos, a educação básica, formada por literatura, poesia, música e ginástica, instala precisamente a harmonia entre

Pensamento e Afeto, alimentando a tensão de um, mediante esplêndidos discursos e profundos saberes, e aplacando o outro, com o ritmo e a harmonia dos poemas mais densos e das criações musicais mais elevadas. Essas duas instâncias assim educadas, cientes de sua verdadeira função, assumirão, na medida do possível, o controle do Desejo, o qual decerto é a força motriz da atividade subjetiva e, por conseguinte, a instância mais importante em todo Sujeito, mas que, entregue a si mesma no mundo tal como é, pauta-se tão somente pelo dinheiro e a propriedade, concebidos como meios universais para alcançar todos os gozos. Pensamento e Afeto zelarão para que o Desejo não venha, obsedado pela repetição dos prazeres imediatos, a se fortalecer desmesuradamente e, esquecido de sua virtude própria e de toda a economia subjetiva, a pretender subjugar as outras duas instâncias e a tomar o poder do Sujeito por inteiro, o que, visto que o Desejo não tem efetivamente meios para tal, provoca desastres irreparáveis na vida de todos.

– Parece-me – objeta Glauco – que você reduziu tudo aos conflitos internos do Sujeito. Ora, existem inimigos externos também. Um país deve defender-se contra sua desagregação em irracionais guerras civis, isso está entendido, mas também contra os invasores.

– Você tem plena razão – exclama Sócrates, orgulhoso do aluno. – Mas, também nesse caso, não é a aliança do Pensamento e do Afeto que é decisiva? A primeira analisa a situação e avalia o risco, o segundo permite respostas enérgicas, até mesmo combates sem misericórdia. O Afeto materializa as decisões do Pensamento. Em todo caso, é essa aliança que justifica dizermos a respeito de alguém que ele é corajoso. O Afeto faz com que, sem esmorecer, ele enfrente as circunstâncias, sejam elas agradáveis ou penosas, porque ele obedece às instruções do Pensamento quanto ao que deve ou não temer. A sabedoria, esta procede diretamente do Pensamento, por mais fraca que seja sua potência aparente, ao mesmo tempo por intermédio das instruções que ele dá ao Afeto e pelo saber que dispensa quanto ao que convém não só a cada instância tomada em si mesma, como à estrutura formada pela triplicidade dessas instâncias. E, por fim, haverá temperança, haverá sobriedade, contanto que o Desejo, que é a potência real mais importante, aceite que sua energia seja guiada pela aliança do Pensamento e do Afeto. O Desejo reconhecerá, como faz o Afeto, que, ao pretender contestar a função diretriz do Pensamento, expomos o Sujeito por inteiro à ruína de sua organização interna. E, nessa harmonia ao mesmo

tempo local – pela adequação de cada instância à sua função subjetiva própria – e global – pela perenidade da estrutura graças à qual a direção do Pensamento, materializada pelo Afeto, orienta o Desejo –, não reconhecemos, enfim, a definição da justiça para um Sujeito?

– Chegamos lá! – diz Glauco, como se admirado com o próprio triunfo.

– Sim, caros amigos, realizamos o sonho que nos impeliu, no coração da noite, quando o rumorejo das águas do porto e o zunido do vento nos mastros nos escoltavam, a apresentar o esboço do que poderia ser um país dotado de uma verdadeira política. Compreendemos que a norma, na escala do país inteiro, era a universalização coerente da aptidão às três funções requeridas por toda vida coletiva: produzir, proteger, dirigir. Isso nos permitiu dispor de uma imagem condizente com o que é a justiça em geral: uma relação articulada entre três instâncias subjetivas que representam, respectivamente, a energia vital – o Desejo –, a direção mental – o Pensamento –, e a meditação atuante – o Afeto.

– Um sonho que é a realização de que desejo? – pergunta maliciosamente Amanda.

– Deixe Freud quieto no seu canto. Pensamento, Afeto e Desejo, isso não é nem o consciente, o pré-consciente e o inconsciente, nem o Eu, o Supereu e o Isso. Minha tópica é melhor, embora mais antiga.

Mas eis que Sócrates exalta-se por sua vez e se lança num desses períodos eloquentes temerários, pois é com uma espécie de volúpia que nos perdemos em sua sintaxe:

– A verdadeira justiça, meus amigos, tem as mesmas características, quer se trate da vida coletiva ou da vida pessoal, salvo que, nesse último caso, não nos referimos a ações passíveis de ser observadas do lado de fora, mas àquelas que podemos efetivamente dizer interiores, pois concernem ao Sujeito e às suas três instâncias constitutivas, Pensamento, Afeto e Desejo, quando o dito Desejo, longe de autorizar alguma das mencionadas instâncias a fazer localmente o que manifestamente é da alçada de outra, ou a abalar globalmente a estrutura tripartite, sustenta, ao contrário, sua própria economia, organizando-se por si só, criando uma disciplina subjetiva em cujo exercício ele aprende como tornar-se amigo de si mesmo, fazendo soar as três instâncias como faria ao piano um acorde perfeito, com o *dó* grave do Pensamento, o *mi* médio do Afeto, o *sol* dominante do Desejo e o *dó* agudo da Justiça, que envolve o conjunto, sim, Sujeito músico de si mesmo,

ligando entre si todas as suas componentes e, dessa forma, fazendo surgir, da multiplicidade que ele é, o Um que ele é capaz de ser, de maneira que, sóbrio e harmonioso, faça o que fizer, seja no domínio da produção material dos cuidados corporais, seja no dos quatro procedimentos genéricos, política, arte, ciência ou amor, seja nas relações amistosas com particulares, ele identifique e nomeie como justo e belo o tipo de ação que mais uma vez faz ressoar dentro dele o acorde dessa música subjetiva, cujo outro nome, ligado à disciplina que preside as ações desse gênero, é “sabedoria”, ao mesmo tempo em que identificará e nomeará como injusto o tipo de ação que emite apenas desafinações informes e cujo segundo nome, ligado às opiniões que a ele presidem, é “ignorância”.

– Se essa frase expressa alguma coisa, então é verdade – declara enigmáticamente Amanda.

– Se, com efeito – responde Sócrates no mesmo tom –, se tratasse de afirmar que descobrimos o que é a justiça, ao mesmo tempo no indivíduo e na justa política comunista, não faltaria muito para nos acusarem de mentir.

– E qual é o problema? – sorri Amanda.

– Então, por Zeus – retorque Sócrates –, afirmemo-lo!

– Estou com você – diz a jovem –, afirmemo-lo!

– Que jogo vocês estão jogando? – preocupa-se Glauco.

– O jogo obscuro das conclusões indivisas – responde Sócrates.

Mas a lanterna de Glauco não está acesa. Em todo caso, é com coragem que volta à carga:

– Só nos resta, em suma, definir a injustiça.

– Essa questão é, em seu detalhe, bastante complicada, pois se a justiça é uma, a injustiça é multiforme. Por outro lado, é bastante simples, desde que nos coloquemos num nível suficientemente geral para só então defini-la como uma espécie de sedição na disposição subjetiva, uma dispersão mal ajustada, uma confusão funesta, a revolta de uma instância particular contra a estrutura global do Sujeito a fim de tomar-lhe o controle, e isso, de maneira completamente irrefletida, uma vez que sabemos que uma ação ao mesmo tempo eficaz e legítima supõe uma disciplina rigorosa quanto à delimitação e distribuição das funções dirigentes, de modo que falamos de injustiça, disfunção, covardia, ignorância, em suma, de comportamento

viciado, quando o Sujeito não passa mais senão de imprecisão obscura e desassossego erradio.

– Dessa vez – diz Amanda, que ninguém sabe se demonstra admiração ou crítica –, podemos afirmar que, se tal frase define univocamente alguma coisa, essa coisa tem de ser a injustiça.

– Se, com efeito – retorque Sócrates, igualmente misterioso –, declararmos que definimos de maneira inquestionável a diferença entre as ações justas e as ações injustas, que dispomos à luz da evidência o que significam as expressões “ser justo” ou “ser injusto”, ninguém poderá nos criticar por não ter levado em conta conceitos subjacentes às palavras “justiça” e “injustiça”.

– Pois saiba – diz Amanda, curvando-se a Sócrates – que não pensei em criticá-lo nem por um segundo.

– Então, por Zeus, declaremos!

– Perfeitamente – aprova Amanda –, declaremos!

– Não recomecem com seus joguinhos – geme Glauco. – Em frente, em frente!

– Ocorre-me uma ideia de grande força didática – diz Sócrates. – O par justiça-injustiça parece não diferir em nada do par saúde-doença, a não ser pelo fato de o primeiro estar para o Sujeito e o segundo para o corpo. Assim como saúde não passa do resultado de práticas saudáveis, a justiça o é de práticas justas, e assim como as práticas injustas engendram a injustiça, da mesma forma o que é tóxico engendra a doença.

– Podemos ser mais precisos – intervém Glauco, num tom severo. – A saúde é apenas a manutenção no corpo de uma relação organizada entre seus elementos constitutivos, quer se trate das grandes funções fisiológicas, dos sistemas hormonais ou dos agregados celulares. Uma doença abala essas relações, como vemos na proliferação celular cancerosa, no hipertireoidismo ou na insuficiência respiratória. Analogamente, a justiça, como demonstramos, não é nada além da manutenção de relações consonantes e eficazes entre as três instâncias do Sujeito. E a injustiça é ora uma confusão funcional local que desqualifica esta ou aquela instância em prol de outra, ora uma subversão global que destrói toda possibilidade de orientar o Desejo no caminho de uma verdadeira criação subjetiva. Logo, podemos concluir que a justiça é a saúde do Sujeito, enquanto a saúde é a justiça do corpo.

Todo mundo aplaude essa esplêndida intervenção. Quando a calma retorna, Sócrates procura retomar o comando das operações:

– Só nos resta examinar se é mais vantajoso ser justo, mesmo a pessoa não percebendo isso, do que injusto, mesmo estando segura de poder sê-lo impunemente.

Mas Glauco, animado com o sucesso de sua conclusão adulatora, quer mostrar que também é bom em refutações sonoras e longos períodos retóricos:

– Acho pura e simplesmente cômico, meu caro Sócrates, alguém como você fazer essa pergunta, sabendo pertinentemente que, mesmo com livre acesso aos maiores gozos (bebidas, iguarias, riquezas ilimitadas, mulheres voluptuosas, poder absoluto...), ninguém aguenta viver quando seu corpo está completamente destroçado, e portanto sabendo também com clareza, como atestam suas definições da justiça e da injustiça, que é ainda mais impossível suportar a existência quando o que está no princípio do Sujeito é fugidio e corrupto, e isso, precisamente quando se pode fazer tudo que se quer, exceto precisamente o que nos libertaria do vício e da injustiça.

– Eu tinha vocação de ator cômico – concorda Sócrates –, mas preferi o espetáculo filosófico. Uma vez que chegamos ao ponto em que é absolutamente evidente que as coisas são como afirmamos, não é o momento de abandoná-lo.

– Quem disse que devíamos abandoná-lo? – ofende-se Glauco.

– Considerando a forma única pela qual pensamos a virtude, vejo que há uma profusão de vícios. E isso, é imperioso pensar, deve ser nomeado, classificado, organizado. À primeira vista, em meio à infinidade dos vícios possíveis, vejo quatro merecedores de nossa atenção.

– Quatro? Por que quatro? – admira-se Glauco.

– A um número de políticas bem definidas, com seus próprios desvios, deve corresponder um igual de Sujeitos respectivos, certo? Ora, considerando nossa política, temos ao todo cinco grandes formas políticas: quatro malformadas e apenas uma excelente.

– Diga-nos então o nome dessas políticas.

– No que se refere àquela que almejamos, o nome imortal é: comunismo. Que haja um ou vários governantes não tem, nesse caso, nenhuma importância, uma vez que todo mundo pode ser convocado para todas as

funções. Nesse sentido, aliás, ele seria parecido com uma aristocracia universal. Aristocracia, uma vez que tudo é orientado pelo pensamento mais requintado e amplo. Universal, uma vez que qualquer um pode e deve ser portador desse pensamento. O diretor teatral francês Antoine Vitez propôs a fórmula “elitista para todos”. Experimentei outra: “aristocracismo popular”. Seja como for, essa quinta política é correta e verdadeira. Tal como é o Sujeito que nela se constitui. As outras quatro políticas são formas que deixam a desejar e o Sujeito que delas resulta é um Sujeito malformado.

– E quais são os nomes desses desvios? – impacienta-se Glauco.

8. MULHERES E FAMÍLIAS (449a-471c)

ESTÁ CADA VEZ mais escuro. Aqui e ali, lamparinas a óleo desenham pequenos círculos em cujo diâmetro debate-se uma luz tremeluzente. Sócrates prepara-se para enumerar, na ordem lógica e histórica que rege sua interdependência, as quatro políticas insuficientes, quando Polemarco toca no ombro nu de Amanda. A severa moça se curva, depois compreende que seu vizinho só quer chamar sua atenção. Ela se aproxima e ele murmura ao seu ouvido:

– Vamos deixá-lo transpor o obstáculo como se nem ele o tivesse visto?

– Devemos impedi-lo a todo custo – concorda Amanda.

– Impedir quem de fazer o quê? – volta-se Sócrates.

– Por acaso nos acha com cara de idiotas? – pergunta Amanda.

– Diabos! O que fiz então?

– Você nos trata com imperdoável leviandade, permita-me dizê-lo – responde uma Amanda bastante exaltada. – Está passando por cima de uma questão da mais alta importância unicamente para não ter de se molhar. Acha que pode se safar declarando, como quem não quer nada, que, em se tratando de mulheres e crianças, é evidente – cito sua fórmula – “que entre amigos divide-se tudo”?

– Ora, querida Amanda, e isso não é verdadeiro?

– A menos que se trate de uma calhordice, eu, enquanto jovem mulher, sequer imagino o que quer dizer: o que se trata ao certo de “dividir”? Há muito tempo que o assediamos para que nos exponha seus pontos de vista sobre a diferença dos sexos, a procriação e educação das crianças pequenas. Em todas as ocasiões, você se mostrou alusivo e melíflu.

– Ela tem razão – intervém Polemarco. – Uma vez você literalmente riu da nossa cara, cito-o: “Sou como o velho Tolstói. Quando o interrogavam sobre o que ele pensava de tudo isso, ele respondia que só daria seu veredito sobre as mulheres na hora de fechar o caixão!”

– Você não vai entrar no estudo das quatro políticas não comunistas sem nos haver explicado, tintim por tintim, tudo o que se associa ao sexo –

continua Amanda, cada vez mais veemente.

– Confesso – diz Glauco – que tampouco eu permitirei que você omita essa questão fundamental sem protestar.

E eis que até mesmo Trasímaco ressuscita, sem dúvida porque ouviu a palavra “sexo”, e saindo da boca de uma mulher:

– Ei-lo em bons lençóis, Sócrates – ele triunfa. – Sempre quando chegamos às questões concretas, digo e repito, Sócrates tira o time de campo!

Assim pressionado de todos os lados, nosso herói faz uma cara suplicante:

– O que estão fazendo, meus amigos? Que argúcias estão aprontando, no umbral mais tenebroso da vida coletiva? Eu de fato julgava ter astuciosamente contornado essas questões sexuais e que vocês se contentariam com minhas breves alusões igualitárias. Estão despertando um enxame de vespas, vamos ficar nisso nos próximos dois dias!

– E então – diz Trasímaco, completamente acordado e sarcástico – acha que passamos a noite nesta mansão para roncar a nosso bel-prazer ou escutar clichês? Se o sexo está na ordem do dia, você nos deve explicar sua teoria sexual, ponto final.

– Mas – defende-se Sócrates – a discussão sobre esse tipo de assunto é sempre incomensurável.

– Em se tratando de sexo, caro amigo – responde Trasímaco, determinado a provocá-lo –, não existe medida como a sua. A vida inteira não basta para examinar o tema, de tal forma ele apaixona todo mundo. Não se ponha no nosso lugar. Responda às nossas perguntas, por uma vez na vida, exponha sua doutrina sobre a educação das mulheres, incluindo o sexo. Não se acanhe, não recue perante histórias de nudez e fornicação. Diga-nos o que fazer com a traquitana que representam os bebês e a criança. Observe nossas reações.

– Ele tem razão, Sócrates – apoia Glauco. – Seus ouvintes, esta noite, são pessoas instruídas, de espírito aberto, dispostas a aceitar as novidades mais revolucionárias. Deixe de lado suspeitas e temores.

– Você julga me tranquilizar dizendo isso, mas só faz aumentar minha angústia. Se eu confiasse completamente em mim mesmo quanto ao saber real subjacente ao que digo, seus estímulos viriam muito bem a calhar.

Perante um auditório amigo e competente, ou você conhece realmente algumas verdades relativas a temas importantes e próximos de suas preocupações mais caras, e então pode falar de maneira ao mesmo tempo tranquila e atrevida, ou você fala sem dispor da menor certeza e elaborando mais perguntas que respostas, o que é minha maneira de agir, e você se vê então numa situação não ridícula – seria um sentimento pueril –, mas arriscada e instável, pois seria bem possível que você estivesse não apenas se afastando para longe, muito longe da verdade, como também arrastando seus amigos no seu rastro, ainda mais em se tratando de perguntas a respeito das quais esse tipo de desorientação custa muito caro. Diante do que pretende me forçar a dizer, ajoelho-me perante o grande Outro, juiz eminente das coisas do sexo. Bem sabemos que aos olhos do Outro matar alguém involuntariamente é uma falta menos grave do que enganar as pessoas acerca do que, em matéria de vida coletiva, é nobre, bom e justo. Vulnerável a essa segunda falta, como vocês me querem, seria preferível estar às voltas com inimigos do que com amigos. Eis por que não acho nada certo ser imprensado contra a parede.

Glauco saúda a réplica com uma gargalhada franca:

– Meu caro Sócrates, ainda que seu discurso nos exile do país da verdade, nós o inocentaremos do delito de homicídio e, na mesma sentença, do delito de trapaça. Fale sem temor de se ver obrigado a beber a fatal cicuta.

Sócrates então impressiona seu público com um longo silêncio, semblante imóvel e fechado. Depois relaxa e, abrindo um sorriso, profere:

– Bem verdade que, segundo nossas leis, todo aquele absolvido de assassinato recupera total inocência. Acontecerá o mesmo comigo se você me absolver do delito de trapaça, certo?

– Naturalmente – aprova Glauco. – Não tem razão alguma para se calar.

– Ai de mim! Encenador filosófico dos papéis masculinos, só faltava eu assumir, para a peça ser representada, os papéis femininos...

– O que é bem diferente, não é mesmo? – ironiza Amanda.

– Nem tanto assim, moça, nem tanto assim! Afinal de contas, nossa reflexão acerca do desenvolvimento individual das capacidades de governança não tem nenhuma relação com o sexo. Ao contrário, ela supõe que atribuamos às mulheres uma natureza e maneiras de ser aproximadamente semelhantes às dos homens, deixando em aberto se tal princípio vai de fato funcionar.

– Com efeito, teremos de verificar bem de perto – rosna Glauco.

– Você é mesmo um tolo! – insurge-se Amanda. – Compare os governantes provisórios de nosso país comunista com sutis e fiéis cães de guarda do sossegado rebanho composto pelos cidadãos comuns – do qual saem os “guardiões”, que não passam de um destacamento. Será que sua ideia, por acaso, é que as cadelas só servem para fazer crias e que as funções de proteção e orientação devem ser reservadas aos machos?

– Eu não disse isso, mas...

– Então, meu velho, se acha que as mulheres podem labutar como os homens, não acha que deveriam comer, treinar e estudar exatamente como os homens?

– Sócrates – suplica Glauco –, é isso mesmo que você acha?

– Vejo-me forçado... Se esperamos das mulheres, quanto ao destino da coletividade, os mesmos serviços dos homens, devemos dar-lhes a mesma educação básica. Baseamos a educação de nossos “guardiões”, o que significa todos os nossos cidadãos, na literatura, na música e na ginástica, e não há razão alguma para mudar esse programa a pretexto de que estamos nos dirigindo a mulheres. O mesmo valerá, aliás, quando falarmos mais tarde do ensino superior, em especial da matemática e da dialética. Será bom para todo mundo!

– Elas também farão o serviço militar?

– Claro. Esperamos dar fim, para sempre, à monstruosidade dessas carnificinas chamadas “guerras”. Mas se nos atacarem, nos defenderemos.

– Com as mulheres na linha de frente – aprova Amanda.

– Sempre dissemos isso.

– Mas calma lá! – obstina-se Glauco. – Há o pudor, há a diferença sexual, há o desejo. É corriqueiro ver os homens treinando nus em pelo, tomar seu banho de chuveiro nos vestiários fazendo piadas mais ou menos licenciosas, tudo isso... Você vê belas moças nuas em meio a esses bandos de pândegos? Francamente, vê isso?

Sócrates assume então um tom entre severo e pensativo:

– Meu caro Glauco, não haverá, jamais haverá, em nosso país, algumas mulheres nuas em meio a um rebanho de machos. Haverá sem dúvida alguma o amor de uma mulher e de um homem no recesso de sua vida privada. Fora disso, haverá a humanidade inteira, velhos, negros, gordos,

brancos, magros, mulheres, zanolhos e corcundas, jovens, amarelos, rabugentos, radiantes, todos os corpos possíveis tão misturados quanto diferentes, corpos cuja eventual nudez nada significará a não ser o compartilhamento dos mesmos exercícios que exigem a nudez (exigência a meu ver muito rara). Cada indivíduo superará como puder, mas com idêntico entusiasmo, as diferenças particulares de um ou outro desses exercícios comuns.

Amanda lembra-se de suas leituras secretas:

– Nosso querido Aristófanes, se visse um desses “raríssimos” exercícios mistos e nus, veria neles com que recheiar o discurso furioso de seu corifeu. Lembram-se, na *Lisístrata*?

Se, macho, você virilmente não resistir
E der trela a esses dragões
É certo que as mãos delas irão espalhar o germe
De mais suja insurreição.

Essas beldades irão afiar as facas
Para nos despedaçar sem-cerimônia
E trarão merda em baldes para casa
A fim de encher nossas cuecas.

Quem nunca a viu enfiando-se a vara
E cavalgando seu possuidor
Continua sem enxergar do que sua esposa elétrica
É capaz em matéria de crueldade.

– Muito bem – zomba Sócrates –, vejo que seu repertório é extenso. Mas não é Aristófanes que nos desviará de afirmar que as mulheres podem e devem, nuas se a singularidade da circunstância o exigir, pilotar nossos aviões de caça, comandar nossas divisões de tanques de assalto ou guiar furtivamente, sob as ondas, nossos submarinos nucleares. Na verdade, esconder ou mostrar essa ou aquela parte do corpo é mera questão da contingência dos costumes. É estúpido subir nas paredes porque uma mulher mostra as coxas, mas não menos é fazer leis, como os franceses,

proibindo que uma mulher cubra os cabelos com um xale. Apenas as pessoas ocas como nozes acham ridículo ou escandaloso o que não passa de um costume diferente do seu. Devemos suspeitar de quem exige que nos indignemos com trivialidades desse tipo, e não com o que é verdadeiramente insensato ou daninho, de alimentar desígnios diametralmente opostos ao Bem tal com ele procede das verdades disponíveis.

– Esse tipo de frasista geralmente é um fascista que se ignora – diz secamente Amanda.

– Mas a nós, o que importa é chegarmos a um acordo relativo à questão de saber se nossas ideias são ou não exequíveis, e, para isso, convocar um interlocutor que irá discuti-las, alegre como um pintassilgo ou sério como um papa, procurando saber se o ramo feminino da espécie humana é capaz de compartilhar todos os trabalhos do ramo masculino, ou nenhum, ou apenas alguns, e em que grupo de trabalhos devemos incluir tudo relacionado à guerra.

– Com um método tão novo e sutil – ri Amanda –, temos certeza de chegar a uma conclusão magnífica.

– Zombe! – responde Sócrates. – Em vez disso, faça o papel do interlocutor teimoso, o indivíduo que pensa que com ele vamos nos danar.

– Com prazer.

E Amanda assume a voz sonora de um professor de direito:

– Caro Sócrates, caro Glauco, não há nenhuma necessidade de outros contestarem suas conclusões, vocês mesmos já se contradizem o suficiente. Quando você resumiu a verdadeira natureza de um país e de seu Estado, você supôs a divisão do trabalho e reconheceu que a vocação para essa ou aquela profissão derivava das disposições naturais de cada um.

– Decerto – objeta Sócrates –, mas, quase sempre instigados por você, retificamos nossa análise num sentido comunista: todo mundo deve poder ocupar-se de tudo.

– Certamente não a ponto de omitir uma diferença natural e simbólica tão crucial quanto a diferença dos sexos – volve Amanda, num tom pedante. – Negarão, senhores, o caráter por assim dizer ontológico dessa diferença?

– Em absoluto – responde Glauco. – Garotas e caras não têm praticamente nada em comum.

– Então, senhores, o laço da contradição aperta seu argumento e estrangula sua vitalidade. É absurdo sustentar, de um lado, que é preciso que o Estado seja dirigido da maneira mais apropriada possível à sua natureza única e que, para isso, devemos formar, saído das amplas massas de trabalhadores comuns, um pessoal homogêneo e competente, e, de outro lado, que podemos em tudo isso ignorar solenemente a diferença, tanto objetiva quanto subjetiva, entre homens e mulheres. Pode, querido irmão, esclarecer para nós toda essa inconsequência?

– Desse jeito, de pronto, não enxergo muito claro.

– E você, Sócrates?

– Repito desde o início que a questão dos sexos é um labirinto pior que o do Minotauro...

– A propósito, para sair dele Teseu precisou de uma mulher.

– É, Ariadne, a eterna abandonada... Compreende por que me sinto tentado a abandonar essa discussão?

– Ora, você não fará isso – afirma Amanda.

– Ah, você não me conhece muito bem. Enfim, caindo no pântano ou no oceano Pacífico, só nos resta nadar. Atiremo-nos na água e esperemos que, como o poeta Árion da lenda, um golfinho nos carregue em seu dorso e deposite sãos e salvos no rochedo do cabo Matapan.

– Que tripulação! – pilheria Amanda.

– Para um homem, uma única mulher já é uma tripulação selvagem. Imagine todas as mulheres ao mesmo tempo...

– Coragem, Sócrates! Enfrente esses monstros!

– Se é uma ordem... Vejamos, recapitulemos a dificuldade. No caso de seres vivos terem naturezas efetivamente diferentes, é pouco possível que sejam identicamente aptos para tarefas idênticas. Ora, os homens e as mulheres têm naturezas diferentes. Logo, não podemos concluir, como fizemos, que, educados identicamente, os homens e as mulheres executem com idêntica eficiência idênticas tarefas de comando. Certo?

– Perfeitamente – responde Glauco –, e não vejo como sair dessa.

– A falsa dialética, a que conduz à manipulação capciosa das contradições, tem definitivamente um tremendo poder.

– Do que está falando agora? – espanta-se Glauco.

– Muita gente precipita-se nesse tipo de discussão mesmo involuntariamente e supõe dialetizar quando só faz chicanear. Por quê? Porque são incapazes de resolver um problema a partir da multiplicidade imanente das ideias que ele contém. Para estes, o processo que consiste em contradizer um interlocutor permanece puramente verbal, de modo que a discussão inteira depende da sofística verborrágica, e não da dialética.

– Naturalmente – resmungo Amanda –, mas o que isso tem a ver com nossas histórias sexuais?

– Nós também corremos um grande risco de ser vítimas involuntárias de pseudocontradições. Fundamentando-nos na suposta evidência das palavras “homem” e “mulher”, objetamos a nós mesmos, com um entusiasmo suspeito, que a naturezas tão diferentes não poderiam convir funções idênticas, sem termos previamente examinado a ideia que formamos dessa diferença e dessa identidade, nem o tipo de relação que temos em mente quando atribuímos a naturezas diferentes funções diferentes, e idênticas a idênticas.

– Pode nos dar outros exemplos que não o de homens e mulheres? – questiona Glauco, um pouco perdido.

– Pergunte-se primeiro se, entre os machos da espécie humana, os calvos e cabeludos são de natureza idêntica ou formam dois conjuntos contraditórios. Em seguida, ao constatar que sua diferença é bem real, conclua daí a necessidade de, vendo que muitos cabeludos são imbatíveis em tal atividade, proibir os carecas de pescar.

– É uma piada?

– Em absoluto. Quero ressaltar o seguinte: quando determinamos uma diferença entre as pessoas, devemos em primeiro lugar zelar para que não se trate nunca de uma diferença absoluta. Essa diferença refere-se exclusivamente às funções exercidas. É certo, por exemplo, que “calvo” ou “cabeludo” constitui uma diferença significativa com respeito à qualidade “cliente de um barbeiro”, mas insignificante, quando se trata de pescaria. Se afirmamos que alguém é naturalmente dotado para a medicina e outro para o tiro com arco, isso não quer dizer que eles sejam diferentes em tudo. Ambos podem muito bem ser identicamente dotados para a matemática. Quando afirmamos que, na humanidade tomada como um todo, o subconjunto das mulheres difere do dos homens, cumpre esclarecer a respeito de qual habilidade, qual função, pensamos essa diferença, para

então atribuir o monopólio da mencionada função a um ou outro sexo. Se ficar claro que os sexos não diferem senão no que concerne ao processo material da reprodução – as mulheres engravidam e dão à luz, os homens limitam-se a descarregar seu sêmen no ventre da fêmea –, não veremos nisso nada que possa nos convencer que homem e mulher diferem quanto à competência política e manteremos nosso ponto de vista: os “guardiões”, encarregados num dado momento da direção dos assuntos do país, podem perfeitamente ser guardiãs.

– Não estou certa de que isso baste para costurar a boca de todos os machistas, para quem as mulheres só são boas para costurar, cozinhar, lavar roupa, limpar as crianças, passar o aspirador e abrir as coxas! – protesta Amanda.

– Muito bem, peçamos mais uma vez a nosso oponente, o discípulo de Aristófanés e de toda a súplica reacionária, que nos indique a disciplina ou a função que, na ordem política, convenha apenas aos homens e para as quais as mulheres não tenham nenhuma aptidão natural. Estou aguardando.

– Ele vai fugir – rosna Amanda. – Vai choramingar, como Glauco ainda há pouco, dizendo que a questão é delicada e que assim, de pronto, não pode responder.

– Vamos – diz Sócrates, conciliador –, peçamos a ele para nos acompanhar nos meandros da demonstração pela qual vamos estabelecer que, no que diz respeito à administração de um país, não existe função reservada a um sexo específico.

– Vá em frente! Eu faço o papel do reça – diz Amanda, hílare.

– Quando você afirma que alguém é talentoso em determinado domínio e que outro não é, não está querendo dizer que o primeiro compreende aquilo de que se trata com facilidade, enquanto o outro boia lamentavelmente?

– Isso me parece óbvio... – murmura Amanda.

– E também que o talentoso é capaz, após breves estudos, de criar muito além do que lhe ensinaram, ao passo que o nulo, após estudos intermináveis, sequer consegue lembrar-se do que lhe inculcaram?

– Esse Sócrates bebeu além da conta. Um cara que só tem a dizer que, se o nulo é nulo, o intelectual deita e rola, ah, isso já é demais, juro!

– Também podemos dizer que, em um, o corpo está a serviço da inteligência, ao passo que, no outro, é um obstáculo a ela?

– Agora você abusou da redundância. Que “inteligência” é essa? O que você faz com sua inteligência? Na cama, o importante é trepar, não raciocinar!

– Mas em tudo isso que falamos, minha cara cortesã, justamente, onde entra o sexo?

– Já dissemos isso lá no início: pensar é ótimo, mas desejar é melhor. Daí que o sexo está em toda parte!

– O que equivale a dizer que não está em lugar nenhum. Com os critérios que utilizamos, vemos claramente que, em muitos domínios, inúmeras mulheres são melhores que muitos homens, mas também que inúmeros homens são superiores a muitas mulheres. De maneira que nada podemos concluir senão que não poderia haver, no que se refere à administração de um país, tarefa exclusiva das mulheres enquanto mulheres ou exclusiva dos homens enquanto homens. Os talentos naturais foram uniformemente distribuídos entre os dois sexos, e, por conseguinte, as mulheres, como os homens, são naturalmente aptas a todas as funções.

– Em todo caso, vemos um batalhão de garotinhas nulas em matemática, e raríssimas, talvez zero, que são, não sei direito, general chefe – arrisca mediocrementemente Amanda, no papel do misógino acuado.

– Mas essas diferenças provêm manifestamente de preconceitos que durante séculos influenciaram a educação das meninas em detrimento da igualdade entre os sexos. Quanto a nós, estipularemos que toda função é acessível tanto às mulheres quanto aos homens. Diremos com a maior simplicidade do mundo que há mulheres dotadas para a medicina e outras menos, mulheres que amam a música e outras não, mulheres sideradas pela arte da guerra, outras a quem ela repugna, mulheres filósofas e outras que preferem a sofística, mulheres corajosas e mulheres medrosas... assim como os homens. Nossa conclusão imperativa será que nada deve impedir qualquer mulher de ocupar, na sua vez, uma função de comando. Há, tanto nas mulheres como nos homens, uma tendência inata apropriada à defesa do país, e, se essa tendência pareceu por um longo tempo incipiente nas mulheres, foi porque, mediante brutais segregações educativas e insidiosas propagandas da pretensa “fraqueza” do sexo feminino, instalou-se deliberadamente a atrofia.

– Quando é irrefutável que somos mais resistentes que os homens! – triunfa Amanda, novamente ela mesma.

– É verdade. E não há nada melhor em política que o engajamento de todas essas mulheres resistentes e notáveis. Ora, essa excelência feminina será exaltada, desde a infância, pela literatura, a poesia, a música e os exercícios físicos, tal como esboçamos sua prática em nosso currículo escolar.

– O que significa que, em caso de necessidade, ficaremos nuas como os machos – diz Amanda, sem afetação.

– Evidentemente. Uma mulher obrigada a ficar nua, porque esta ou aquela tarefa a serviço da coletividade assim exige, usará sua virtude militante como traje. Quanto aos homens que se vissem tentados a fazer piadas licenciosas, diremos deles, como Píndaro, que

É precocemente, antes que esteja maduro, que,
Com o doce fruto do riso, eles despertam o idiota.

Esses machos riem estupidamente daquilo mesmo que fazem, sob o pretexto ridículo de que uma mulher faz a mesma coisa. Eles fariam melhor se prestassem atenção ao provérbio: “Assim como o útil é belo, o imprestável é feio.”

– E se apreciassem silenciosamente – completa Amanda – o fato de que a utilidade de um exercício pode encontrar seu emblema na nudez feminina, desde sempre ícone da beleza.

Sócrates não faz objeção.

– A meu ver, fechamos este capítulo. A onda erguida por essa velha história do papel das mulheres e de sua educação não conseguiu nos afogar. Desse ponto de vista, a igualdade absoluta entre homens e mulheres não é só uma questão de princípio para nós, como estamos em condições de provar que é o que há de mais útil para a coletividade em seu conjunto.

Glauco, porém, não pensa que o legislador comunista tenha eliminado as dificuldades:

– Falta uma segunda onda, que poderia muito bem, dessa vez, nos afogar definitivamente.

– E qual é?

– Em seu programa, qual o destino dessa unidade primordial da sociedade que é a família? Quem vai cuidar das crianças? E mais, nesse

contexto, o que será da igualdade entre as mulheres, que carregam a criança no ventre, que alimentam o feto com o próprio sangue, que sofrem com as dores do parto, que amamentam o bebê, e os homens, que nada fizeram nessa história senão trepar e gozar? E, o principal, o que significa a família no seu programa? A família, sabemos, é o lugar onde se concentram as riquezas e onde, de maneira absolutamente indevida, elas são transmitidas a herdeiros privados e não à comunidade em seu conjunto, mesmo em se tratando de fábricas, bancos, tesouros artísticos, prédios, florestas... A família me parece absolutamente necessária para a educação das crianças, ao mesmo tempo em que, solidária da propriedade privada no que ela tem de pior, é o pilar da ordem desigualitária, bem como o fetiche de todas as políticas reacionárias. O que tem a dizer desse paradoxo, Sócrates?

– Lembremo-nos – acrescenta Amanda – do belo livro de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Essa “origem” é comum aos três termos e determina o triunfo opressivo mais tenaz de toda a história da humanidade. Decidimos abolir a apropriação privada de tudo que possui uso e valor para a coletividade em seu conjunto. Decidimos dissolver o Estado no exercício polivalente de todas as funções públicas por todos e todas alternadamente. O que poderia nos fazer hesitar ante esse ídolo reacionário que é a família? Devemos planejar sua extinção definitiva. A família é o que dá corpo às ideias literalmente obscenas de patrimônio, herança, hereditariedade, superioridade por nascença, sangue, raça, desigualdades inevitáveis... Gide tem razão em exclamar: “Famílias, odeio-as!” E então, Sócrates, perdeu a língua?

Com efeito, Sócrates permanece sentado, como se ausente. Enxuga a testa. O silêncio prolonga-se e os jovens, preocupados, não ousam rompê-lo. Sócrates termina por murmurar, quase entredentes:

– Seu irmão mais velho, Platão, julgou poder falar em meu nome sobre esse estranho e quase inabordável assunto, a família. Ele parte, é verdade, de algumas imprudências verbais de minha lavra, colocando em minha boca aproximadamente o seguinte, cito de memória: “As mulheres serão comuns a todos. Nenhuma viverá especificamente com outro homem. Os filhos também serão comuns. O pai não conhecerá o filho, nem o filho o pai.” Sim, mas então o que é que organiza o encontro amoroso, o laço sexual, a ordem simbólica da filiação? A resposta que Platão me atribui é: o Estado, sempre o Estado, mais uma vez o Estado. Você citou Engels com muita pertinência, minha querida. O que aconteceu depois? Na União Soviética, a

propriedade privada foi abolida, mas o Estado, que viria a estiolar-se, fortaleceu-se e a família continuou suficientemente sólida para que os filhos dos quadros do Partido fossem privilegiados hereditários. E, segundo o Sócrates do seu irmão, na famosíssima “Cidade ideal”, a propriedade privada e a família foram abolidas, mas o Estado sai dessas abolições dotado de poderes exorbitantes. Se partirmos do axioma segundo o qual as crianças pertencem a toda a comunidade, chegaremos, na linha desse antifamiliarismo platônico, numa coisa que só posso qualificar de terror. Os casamentos são decididos pelo Estado, que organiza um sorteio viciado, induzindo a que os animais humanos mais bonitos copulem, como fazemos com cães de raça ou bois de tração. Tudo isso visando a obtenção de “belas crianças”. A propósito, os recém-nascidos em quem se observa uma deficiência, ainda que ligeira, são assassinados discretamente pela polícia. O incesto irmão-irmã é legal, até mesmo recomendado, pois espera-se da consanguinidade entre dois adultos bonitos e inteligentes que sua descendência o seja também. O número de filhos é estabelecido pelo Estado. Se não for alcançado, acontece como no caso dos objetivos estabelecidos pelos planos quinquenais na União Soviética: investiga-se e apontam-se culpados, que são punidos. E, quando a norma é transgredida, a pessoa não é promovida a herói nacional, como o mineiro Stakhanov da época de Stálin. Também é castigada.

– Afinal de contas – opina Amanda –, criança não é igual a carvão. Será de fato absolutamente necessário condecorar um campeão da fornicção ou uma mulher que engravida a cada dez meses?

– Isso não é engraçado! – insurge-se Sócrates, mas sempre em voz baixa e com o rosto imóvel. – Lembremos que, nessa Cidade ideal, os velhos têm o direito praticamente ilimitado de espancar os jovens. Pense que, para educar as crianças a serviço do Estado, Platão afirma que elas devem conhecer o fragor da batalha desde os cinco anos de idade a fim de aprenderem a ficar impassíveis diante dos degolamentos, dos dilaceramentos, das decapitações, a chafurdarem no sangue pisoteando cadáveres desmembrados. Não, isso não é nada engraçado.

– O genial psicanalista francês Jacques Lacan – Glauco está orgulhoso de dispor dessa referência –, não obstante grande admirador de Platão, e seu também, disse que a Cidade ideal assemelhava-se “a uma criação de cavalos bem planejada”. Você concorda com ele?

– Posso compreender que seu irmão, irritado com essa espécie de resistência da família a todo empenho revolucionário, radicalize e não veja saída senão na estatização quase integral dos laços privados e na extinção da intimidade. Que a fraternidade militante no Partido seja mais importante que as solidariedades familiares, sim, posso entender que se deseje isso. Mas não posso desejar as consequências desse ponto de vista, que agora conhecemos, por exemplo, que os filhos denunciem o pai como “contrarrevolucionário” sabendo que irão executá-lo, e isso não por medo, mas na exaltação do dever político. Posso até ver, em tudo isso, uma espécie de terrível estética do mundo novo, uma visão paroxística do “Homem novo”, mas subsiste alguma coisa de monstruoso e sem qualquer possibilidade de vingar.

– E, no entanto, isso se repetiu nos anos 60 do século XX – lembra Amanda. – Determinados grupos revolucionários pregavam uma vida inteiramente coletiva em apartamentos comunitários, com uma sexualidade aberta, pública, não exclusiva. Só o desejo tinha razão, aceitá-lo era o que de mais moral havia. Eram todos irmãos e irmãs, e trepava-se cegamente, com todos se lixando para a identidade do parceiro do momento. Era assim, no início pelo menos, entre os Weathermen norte-americanos, jovens corajosos que pretendiam aderir à revolução dos proletários brancos de Chicago e, desesperados com o fracasso de suas tentativas, chegaram a espalhar bombas aqui e ali, antes de terminarem a vida na prisão. Às vezes invejo essa época.

– Você não tem razão – diz Sócrates. – Não. Tudo isso é funesto, não leva a nada. Caros amigos, eu, Sócrates, não pagarei esse preço pela necessária dissolução da família tal como ela é. Jamais. Aproveitando a oportunidade que me é dada por Badiou, ergo-me aqui solenemente contra a interpretação de meu pensamento por parte de seu irmão Platão.

– Mas o que está acontecendo agora? – angustia-se Glauco. – Estamos num beco sem saída?

– Podemos sempre começar por limitar drasticamente a herança. Isso já não seria mal. Em poucas gerações, tudo que faz por merecer voltará à propriedade coletiva. Quanto ao resto, é inegável, essa questão da família e da dialética do íntimo e do público é a cruz do comunismo, porque o amor, que é igualmente verdade, exige o recolhimento, exige que lhe seja concedido um recesso invisível. Não podemos pleitear, em nome do

incontornável fardo reacionário que é a vida familiar, a supressão de toda distinção entre vida pública e vida privada. A ameaça, aliás, não está somente do lado das iniciativas comunistas. A democracia corrupta, que é o regime político do capitalismo crepuscular, também adora a “transparência”, e os homens políticos expõem escancaradamente suas aventuras amorosas, até mesmo suas orgias. A vontade de dar um basta aos segredos criadores do amor era flagrante nos países nos quais a política ocupava o “posto de comandante”, devendo arrastar tudo consigo. Mas ela vigora igualmente nos países onde é o dinheiro que está no posto de comando: a secreta gratuidade do amor irrita os capitalistas no poder, eles preferem muito mais os polpudos lucros públicos da pornografia. Em ambos os casos, não se admite que todas as verdades não políticas necessitam de um recolhimento, um silêncio, um recesso. Isso é igualmente verdade, no fim das contas, para o artista ou o matemático. Ora, desde as origens da humanidade essa questão do recolhimento, da separação entre vida privada e vida pública, tem a vida familiar como forma dominante. Mesmo os maiores apaixonados não podem escapar à necessidade de criar essa forma de abrigo para sua intimidade. E é desse amor dotado de um abrigo que decorre também que as crianças sejam recebidas, quando nascem, no regaço de uma intimidade, e não expostas sem misericórdia ao tumulto da indiferença pública. Eis por que, no fim das contas, a supressão da família é ao mesmo tempo necessária e extraordinariamente difícil. Carreguemos essa cruz, meus jovens, e vamos em frente. Nós a carregaremos enquanto o movimento real não houver suscitado, quanto a esse ponto, a ideia que nos falta.

– Em suma – conclui Amanda, ironicamente –, o poder íntimo do amor levou-o, em se tratando da família, à máxima de Wittgenstein: “Do que se não pode falar, melhor calar-se.”

– Digamos antes que esperamos o dia em que, em se tratando da família em seu laço obscuro com o amor e a infância, poderemos finalmente pensar que aquilo que não podemos falar, devemos fazê-lo.

9. O QUE É UM FILÓSOFO? (471c-484b)

A NOITE ESTAVA em seu segundo momento, quando o silêncio da terra é espesso como um tapete. Todos os convidados de Céfalo haviam se retirado para suas casas, exceto alguns, derrubados pela bebida, que dormiam no lajedo azul do pátio. Apenas Sócrates, Amanda e Glauco resistiam à pujança daquelas horas vazias, que compõe o vestíbulo da aurora. Aliás, Polemarco ainda está desperto, atento e silencioso. E, numa poltrona de couro, a poucos metros, Trasímaco talvez velasse: de cabeça baixa e olhos fechados, impossível saber se dormia ou se, como um espião calejado, registrava toda a discussão dissimuladamente. Após o fracasso de Sócrates ao tentar elaborar uma concepção comunista da família, ninguém parecia querer tomar a palavra. O próprio Sócrates dava pequenos goles numa taça de vinho branco das ilhas, como se a discussão houvesse terminado. Amanda, após sua réplica nostálgica referente às comunidades políticas e sexuais, deitara-se num divã, com as mãos atrás da cabeça, mas de olhos bem abertos. Glauco ia e vinha em passos lentos. Palavras terminaram por sair preguiçosamente de sua boca juvenil:

– Se continuarmos a nos embrenhar numa exposição sistemática de todas as normas do que você chama de quinta política e que Amanda desde cedo designou como comunismo, esqueceremos definitivamente a questão essencial cujo exame você adiará, um tempo atrás, para se lançar nesses detalhes sobre as mulheres e a família, em todo caso um tanto ociosos e que não resultaram em muita coisa. O fato de não abordarmos pontos como o casamento, a herança e a sexualidade levanta uma questão muito mais vasta, a saber: essa quinta política é possível? E, em caso afirmativo, quais são os meios de torná-la efetiva? Evidentemente, supondo que a política comunista é real, decorrem, para o país, vantagens consideráveis, as quais observo que não mencionou. Por exemplo, a coragem dos soldados às voltas com uma batalha seria insuflada pela certeza de não serem abandonados, pois a fraternidade política e o hábito das ações coletivas fazem com que a palavra “camarada” tenha para todos a mesma força que as velhas palavras “irmão”, “pai” ou “filho” têm nas famílias. Se, além

disso, como você sugeriu, as mulheres participassem do combate, seja na retaguarda das tropas de assalto, para surpreender o inimigo, seja como reserva, em caso de golpe duro, seja mesmo na linha de frente, nós seríamos simplesmente invencíveis. A propósito, admito igualmente que, em suas casas, todos os habitantes do país possam, sob a condição de tal política, desfrutar de mil gozos sobre os quais você se calou. Então, Sócrates, uma vez que considero aprovado seu relatório sobre as infinitas vantagens de nosso comunismo, deixemos isso de lado. Centremos agora toda a argumentação nos dois problemas não elucidados. Um: essa política é possível? Dois: se for o caso, onde, quando e como?

Sócrates, perplexo, descansa o copo:

– Com a breca! É um ataque frontal contra o meu discurso. Nunca concede circunstâncias atenuantes a quem hesita? Desde o início de nossa discussão, escapei por um triz aos efeitos devastadores de uma tempestade teórica relativa ao meu feminismo, afoguei-me numa outra relativa à família, e eis que – sem ter consciência disso, por favor – você desencadeia contra mim a maior e mais perigosa de todas as tempestades desse tipo! Quando constatar isso, você me concederá plenamente as circunstâncias atenuantes: compreenderá minhas hesitações, meu medo não apenas de propor uma ideia radicalmente paradoxal, como de, além disso, proceder à sua completa justificação.

– Quanto mais se furtar desse jeito, menos admitiremos que se omita: como nossa quinta política pode concretizar-se no real? Não nos faça perder nosso tempo: fale!

– Percebo... Para começar, lembremos que chegamos a esse ponto fatal porque inquirimos sobre o que podem vir a ser a justiça e a injustiça.

– O que isso tem a ver com a minha pergunta?

– Nada, nada... Mas admitamos que tenhamos de fato descoberto, como acreditamos, o que é a justiça. Acha que estabeleceríamos como um axioma que o homem justo não deve diferir em nada dessa justiça essencial e ser em todos os pontos tal como ela? Ou nos contentaríamos com uma proximidade máxima com relação a ela, de maneira que pudéssemos dizer que esse justo participa da essência da justiça mais que os outros homens?

– Eu adotaria a segunda posição.

– Efetuamos nossa investigação sobre o que é a justiça, o que seria o pleno justo se porventura existisse, e também sobre o que é a injustiça e o

mais injusto dos homens unicamente com vistas a construir um paradigma de tudo isso. Mediante um exame acurado desses dois tipos humanos e de suas relações concretas com a felicidade e seu oposto, esperávamos que se exercesse, sobre nós e a respeito de nós mesmos, uma coerção racional: ter de reconhecer que quanto mais nos assemelhássemos a eles, mais nosso destino pareceria semelhante ao seu. Não tínhamos como objetivo provar que esses tipos humanos podem existir no mundo empírico. Imaginemos um pintor famoso, capaz de criar na tela um verdadeiro paradigma da humanidade, de pensar e representar perfeitamente as componentes do mais admirável dos homens. A grandeza artística desse pintor seria diminuída se lhe fosse impossível provar que tal homem paradigmático pode existir no mundo real?

Glauco fareja uma armadilha:

– Ehh... Não creio, mas...

– Pois nós sugerimos na ordem do conceito um paradigma da verdadeira comunidade política – apressa-se a cortar Sócrates. – Você acha que essa proposta perderia seu valor a pretexto de que somos incapazes de provar que é possível estabelecer no mundo uma ordem política em conformidade com nossas palavras?

– Não sei muito bem. Parece-me...

– A verdade é esta, ponto final. Mas se, unicamente para agradá-lo, devo tentar provar que nossa quinta política é exequível – indicando os meios adequados e a exata medida dessa exequibilidade –, eu lhe pediria que me concedesse, como condição dessa prova, o mesmo tipo de evidência de ainda há pouco.

– Que evidência? – desconfia Glauco.

– Sustento que não é possível agir exatamente segundo o que declaramos. Minha convicção é de que a natureza impõe à ação inércias e resistências tão intensas que ela permanece sempre aquém do discurso – se, naturalmente o critério escolhido for a participação na ideia da Verdade. Podemos ter uma opinião oposta. Concede-me tal axioma?

– Certamente – diz Glauco, preocupado acima de tudo em não atrasar mais uma vez a argumentação de Sócrates sobre a possibilidade do comunismo.

– Não me obrigue então a sustentar que o que fiz existir enquanto proposição na língua também pode existir integralmente enquanto obra na

realidade empírica. Se somos capazes de descobrir meios concretos de fundar uma comunidade política tão próxima quanto possível de nossas proposições teóricas, considere então que teríamos provado, como você pede, a exequibilidade de tais proposições. Em todo caso, ficarei muito satisfeito com uma demonstração desse gênero.

– E eu idem – concorda Glauco, que acha aquele preâmbulo demasiado extenso e cauteloso.

– Depois disso – continua Sócrates –, parece-me que poderíamos nos dedicar a um trabalho sério de pesquisa em duas etapas. Em primeiro lugar, mostrar o que não funciona nos países que não são organizados segundo nossos princípios. Em seguida, descobrir, caso a caso, uma mudança em si mesma insignificante, mas cujo efeito seria reconfigurar toda a comunidade política submetida ao nosso exame e adequá-la ao nosso paradigma comunista. O ideal seria que essa mudança incidisse sobre um ponto, a rigor sobre dois. Em todo caso, esses pontos devem ser tão pouco numerosos quanto possível. E, sobretudo, considerados na perspectiva da ordem estabelecida em que os identificamos, devem não ter nenhuma importância aparente. Eu diria inclusive que, aos olhos do Estado que desejamos revolucionar, o ponto de aplicação da mudança de certa forma não existe. Ele é absolutamente alheio às suas preocupações corriqueiras, e é o que vai nos servir. Precisamos de um ponto inexistente e único, mas real, cujas identificação e localização mudarão tudo, fazendo advir a verdade do corpo político. Sim! Mudemos apenas esse ponto nas orlas do nada e poderemos então mostrar que a totalidade do Estado concernida muda absolutamente. Ah!, não é fácil nem identificar e abordar esse ponto. Mas é possível.

– Do que está falando, exatamente? – pergunta um Glauco perplexo.

– Eis-me convocado ao lugar onde rebenta o que chamamos de a maior onda capaz de abalar e derrubar nossa barca lançada sem precauções sobre o oceano dos discursos racionais. Convém falar, não obstante, ainda que minha inabilidade me exponha a ser ensopado até os ossos pela onda das zombarias e dos rancos do desprezo. Preste atenção no que vou falar...

– Mas pelo menos fale – impacienta-se Amanda –, em vez de nos assustar recorrendo a metáforas aquáticas visando nos convencer do terrível risco que você corre ao discursar! Perigo que, francamente, não creio de natureza a fazer recuar um mosquito...

– Você me obriga, bela menina raivosa, a lançar os dados. Pronto. Cumpre que, em todos os países, sejam os filósofos a comandar o governo. Ou, vice-versa, cumpre que aqueles convocados a exercer funções de governo...

– Vale dizer – corta Amanda –, de acordo com nossos princípios comunistas, todo mundo.

– ... que todos esses, isto é, efetivamente todo mundo, tornem-se filósofos. Tornem-se autenticamente, na medida em que requeira a ação coletiva. Cumpre, em suma, que capacidade política e filosofia conjuguem-se no mesmo Sujeito. Sem uma luta encarniçada contra a tendência natural a separar radicalmente a função – que julgamos positiva – do movimento político e a função aparentemente crítica – e logo negativa – da filosofia, não haverá qualquer melhoria, caros amigos, nos males que afligem não apenas esse ou aquele povo, mas, estou convencido disso, a humanidade inteira. Além do mais, a comunidade política cuja racionalidade intrínseca estamos em vias de estabelecer não tem nenhuma chance de viabilizar-se empiricamente, nem de ver a luz do dia num determinado país, enquanto não houver experimentado essa articulação – imanente à ação coletiva – da política como pensamento prático e da filosofia como formalização de uma Ideia.

– Então era isso – exclama Glauco – que você hesitava tanto em dizer!

– Percebi que estava indo contra a opinião dominante, tornando simplesmente mais difícil acreditarem em nosso projeto político. E muito menos no que ele carrega consigo de representação da felicidade. Pois bem. Para a filosofia, a felicidade é criada, em todo indivíduo, pelo processo subjetivo – a verdade – do qual ele participa. O que é difícil entender quando se é um cidadão comum.

– O ponto delicado – observa Amanda – não me parece ser essa história de felicidade. Sei que você se aferra a isso, à felicidade, à felicidade do justo, que deve ser mais feliz que o injusto etc. etc. Pois sempre achei isso um pouco nebuloso, desculpe. Para associar a felicidade a praticamente qualquer coisa, basta mudar sua definição e, vapt!, tira-se um coelho da cartola. Se afirmamos que “a felicidade é a Ideia”, não deve ser difícil “provar” que a Ideia é a felicidade.

– Que velocidade! – diverte-se Sócrates. – E que ponto delicado é esse?

– Uma vez que, como estipula o comunismo, qualquer operário deve poder participar do governo do país, e uma vez que qualquer um que participe do governo do país deve fundir pensamento político e Ideia filosófica, você postula que qualquer um pode vir a ser um profundo filósofo. Considerando a reputação da filosofia – abstrata, isolada das realidades, utópica, totalitária, incompreensível, dogmática, minudente, caduca, e pura e simplesmente destrutiva, substituindo a religião com desvantagem etc. –, você será linchado pela mídia ou ridicularizado por todos.

– Mas foram vocês dois, caros amigos – protesta Sócrates – que me instigaram a expressar o teor de meu pensamento!

– Melhor assim! – confirma Glauco. – E não o abandonarei, creia, como faz minha dileta irmã, na primeira curva. Farei tudo que puder por você. Você terá minha torcida, meu incentivo, minhas felicitações. Submeto-me a seu terrível interrogatório socrático com a maior boa vontade do mundo. Com um apoio desse tipo, não hesite! Mostre aos céticos, e principalmente a essa infernal Amanda, de que estofo você é feito!

– Tentarei, uma vez que você me propõe uma espécie de grande aliança. Para começar, parece-me necessário, se quisermos escapar da malta midiática, acadêmica e sectária que Amanda prevê que me arrasará, definir o predicado “filósofo”, o qual pretendemos que deve convir a qualquer um que ocupe cargos de governo. Uma vez esclarecido esse ponto, poderemos nos defender mostrando a adequação da filosofia ao que um verdadeiro processo político exige de cada um. Confirmaremos essa demonstração por meio de seu correlato negativo: se alguém recusar a filosofia em nome da política, é porque a política de que ele fala não é a verdadeira política.

– Eis o que merece, no mínimo, ser explicado – resmunga Amanda.

– Muito bem, sigam-me. Verão claramente que, mesmo zigzagueando, termino por encontrar o caminho.

– Heráclito – diz Amanda num tom pouco ameno – escreveu o seguinte: “Também devemos nos lembrar daquele que esquece aonde leva o caminho.”

– Ah, esse frasista não passa de um falastrão! – reage Sócrates, irritado. – Teria sido melhor calar-se.

– Vamos – intervém Glauco –, sem bate-bocas laterais, direto ao ponto.

Sócrates cala-se por vários minutos. A expectativa, que adensa o tempo, é perceptível. Então, abruptamente, dispara a falar:

– Preciso lembrá-los aquilo cuja reminiscência deveria ser extremamente viva em vocês? Quando falamos de um objeto de amor, sustentamos que o amante ama esse objeto em sua totalidade. Não admitimos que seu amor selecione uma parte dele ou rechace outra.

Os dois jovens parecem estupefatos. É Amanda quem se incumba de manifestar sua desorientação:

– Querido Sócrates! Qual a relação entre essa incursão nas bandas do amor e a definição do filósofo?

– Ah, nossos jovens apaixonados! Incapazes de reconhecer, junto com o grande poeta português Fernando Pessoa, que “o amor é um pensamento”. Pois ouçam, mocinhos: quem não começa pelo amor nunca saberá o que é a filosofia.

– Vá lá que seja – diz Glauco-o-prudente. – Em todo caso, essa história de objeto não é simples. Lacan não disse que todo objeto do desejo é precisamente um objeto parcial, um pedaço do corpo do outro, como o seio, o pênis, o olhar, o cocô...?

– Estes são objetos da pulsão, e não do desejo. E o desejo não é o amor. O fato de o objeto ser parcial não exclui de forma alguma que seja à totalidade que suporta essa parcialidade que, finalmente, desejo e amor se reportem. Mas pensem antes na sua experiência, moças e moços que percorrem o mundo aguilhoados pelo desejo. Peritos em amor, vocês deveriam saber tudo que de um rapaz, por exemplo, perturba e seduz qualquer um que tenha uma sensibilidade erótica, independentemente de seu sexo, e o convence de que tal objeto por inteiro é digno de sua atenção e ternura. Não é assim que vocês usam isso, meus caros falastrões, com os belos rapazes? Os defeitos parciais em absoluto os impedem de se entusiasmar pelo mancebo em sua totalidade. Se ele tiver o nariz achatado, vocês dirão que tem o rosto meigo e gracioso. Se o tiver adunco, o dirão majestoso, bico de águia, imperial. E se esse nariz, nem achatado nem adunco, não chamar a atenção de ninguém, é porque o janotinha é muito bem-proporcionado. Quando o efebo tem a pele curtida pelo sol, vocês dizem que ele é viril como um mosqueteiro, e quando é branquela, que é preguiçoso como um deus. Chega-se a designar uma pele lívida como uma “pele de mel”. Essas astúcias verbais são de fato características do amante

que procura palavras gentis para elogiar um ser cadavérico desde que este o agrade. Todos os pretextos são válidos e vocês mobilizam todos os recursos da linguagem para que nenhum desses jovens cobiçados lhes escape.

– Se está me recrutando como cortejador profissional – diz Glauco –, aceito unicamente para o avanço da discussão.

– Hipócrita! – dispara Amanda. – Você só pensa nisso!

– Então – intervém Sócrates –, mudemos de assunto. Um bêbado age como vocês, jovens apaixonados, certo? Ele encontra todo tipo de pretextos para enxugar um litro de uma zurrapa. E o que é apaixonado por honrarias? Se não puder ser general e comandar dez mil homens, será feliz sendo tenente e comandando trinta. Se não pode ser oficial, encontrará imensas virtudes na patente de major à frente de cinco soldados. E se ninguém o quiser como major, ainda assim exultará, simples soldado, ao reprimir, com um ar marcial, guris brincando na calçada do quartel. Na vida civil, se nenhum personagem ilustre lhe der qualquer atenção, não há problema: seus subordinados no escritório, pessoas insignificantes que ele mal conhece, lambem-lhe as botas. E se isso não acontecer, ele gozará todas as manhãs com o humilde e súplice bom-dia do mendigo da esquina.

– E a filosofia em tudo isso? – arrisca Glauco.

– Chego lá. Concorda que afirmar de alguém que ele deseja alguma coisa é reportar seu desejo à forma inteira da coisa e não a uma parte apenas, o resto sendo excluído do campo do desejo?

– Sim, concordo.

– Se então afirmarmos que o filósofo é aquele que deseja a sabedoria, não se tratará de uma escolha entre diferentes componentes dessa sabedoria, mas de sua forma inteira. Observemos então um jovem, moça ou rapaz, que ainda não detém os princípios a partir dos quais distinguir o que é importante e o que não tem valor. Suponhamos que “ele ou ela”, como dizem os anglófonos, não tenha nenhuma aptidão aos saberes teóricos. Não o chamaremos nem de “cientista” nem de “filósofo”, assim como tampouco designaremos como “glutão” ou “faminto” ou “guloso” aquele que não sente atração por comida. “Anorético” cairia melhor. Se, em contrapartida, virmos um jovem que deseja incontestavelmente desfrutar de todas as ciências, a quem o saber decididamente atrai e que nele se empenha de maneira insaciável, não é fazer-lhe justiça denominá-lo “filósofo”?

Glauco sente aumentar irresistivelmente seu desejo de formular uma objeção que julga indefensável:

– Teremos uma multidão que fará jus à sua definição! E gente que nunca esperaríamos encontrar. Em primeiro lugar, aficionados do cinema comercial, considerando o entusiasmo que demonstram em ver tudo que é novo, todos os *blockbusters* hollywoodianos e todos os filmecos franceses pretensiosos recém-lançados, que eles juram que, junto com as séries da tevê, é o que nos dá um verdadeiro conhecimento do mundo contemporâneo. Depois, todas as pessoas que frequentam os festivais musicais de verão. Elas também juram que ali, pelo menos, aprendem, cultivam-se, imergem nas delícias da Ideia musical. Em todo caso, acho curioso discernir a todas essas pessoas a patente de filósofo. Não seriam certamente voluntários para seguir uma argumentação como a nossa, e a ideia de passar uma noite nisso os faria fugir a todo galope. Por outro lado, paixão pelos novos conhecimentos, eles têm! Galopam de uma igreja romana campestre para um castelo perdido nas colinas, de uma sala de recitais para as ruínas de um teatro antigo, contanto que ali possam ouvir óperas, quartetos, concertos de órgão, pianistas e até mesmo poetas que se acompanham ao violão. Dir-se-ia que alugaram seus ouvidos para todos os centros culturais da província! Chamaremos de “filósofos” todos esses maníacos pelo divertimento estival, todos esses bissextos das disciplinas menores?

– Não despreze assim aqueles que percebem de modo obscuro que não convém subtrair-se à força da arte. É uma posição completamente antifilosófica.

– É o necrotério de um intelectual pequeno-burguês, isso sim! – expele Amanda.

– Vamos, calma, crianças! Dito isso, meu caro Glauco, não os chamaremos de filósofos os seus bissextos. Trata-se de mera semelhança.

– E como identificará os verdadeiros filósofos? – insiste Glauco.

– São aqueles apaixonados por um único espetáculo: o que lhes oferece o acesso ao mundo das verdades.

– Isso é tudo muito bonito, mas deveria fornecer alguns detalhes.

– Tem razão, são os detalhes que importam em filosofia, mas são também eles que lhe conferem seu aspecto espinhoso e impenetrável. Com você, naturalmente, as coisas irão mais rápido. Começemos por um grande

clássico: a teoria das oposições binárias. O belo, por exemplo, é o contrário do feio. Logo, temos aí duas noções distintas.

– Por enquanto – observa Glauco –, é trivial.

– O mesmo acontece com os pares justo-injusto, bom-mau e, finalmente, com tudo que é da esfera do que sua irmã e você aprenderam a chamar de Formas. Cada Forma considerada em si mesma, na ordem do ser, é uma. Mas é igualmente múltipla, na medida em que, na ordem do aparecer, vemo-la universalmente misturada às ações, aos corpos e a outras Formas. É graças a todo o aparato de minha teoria das Formas, ou das Ideias, ou do que do ser se expõe ao pensamento, ou do essencial, ou do ser-em-verdade, ou das verdades, que posso propor uma distinção categórica entre aqueles de que você falava há pouco – os festivaleiros impenitentes, os fãs de sopranos, os que percorrem as exposições e também os que se espremem nas finais dos torneios de tênis – e aqueles cuja definição procuramos neste momento, únicos a merecer o nome de filósofos.

– Como você procede – anima-se subitamente Amanda – para passar da teoria metafísica das Formas à definição do filósofo?

– Os aficionados por espetáculos, concertos, quadros, competições esportivas, deliciam-se com um agudo pianíssimo de cantora, o vibrato de um violoncelo, a acuidade de um desenho, a suntuosidade de um colorido, um belo corpo atlético em plena ação, tudo aquilo que é trabalhado e sedutor no que se oferece às suas faculdades sensoriais. Mas essa experiência empírica não permite que seu entendimento conceba a verdadeira destinação do pensamento.

– Poderiam objetar-lhe: que importância tem isso? – intervém Amanda, agressiva. – Uma vez que o gozo...

– O gozo, talvez. Mas e a vida, cara amiga? A verdadeira vida de que fala Rimbaud? A que ele pretende que é ausente? Eles vivem essa verdadeira vida? Imagine que alguém admita a existência de coisas belas, mas considere inadmissível a existência, como objetivo e resultado de um processo de pensamento, do ser-belo das coisas. Suponhamos que esse mesmo alguém seja incapaz de acompanhar um amigo que, engajado no processo, ofereça-se para levá-lo com ele, fraternalmente, até o seu termo, e metamorfosear assim sua opinião empírica em pensamento racional. Acha que esse alguém vive, acordado, a verdadeira vida? Não acha antes que sua vida é um sonho?

– Isso não é tão fácil – objeta Amanda –, como perceberam Shakespeare em *Hamlet*, Calderon em, justamente, *A vida é um sonho*, Pirandello um pouco em toda parte, ao distinguir sonho e realidade.

– Cuidado! Você está citando três autores de teatro, três especialistas na vida encenada, representada, falaciosa. O que é o sonho, estejamos ou não dormindo?

Amanda reflete alguns segundos e arrisca:

– É achar que o que se parece com alguma coisa não é um simulacro, mas a própria coisa.

– Exatamente. É um antissonhador aquele que admite a existência do ser-belo como tal; o que é capaz de contemplar essa beleza essencial que faz com que sejam ditas “belas” as coisas que dela participam; o que não confunde nem as coisas belas existentes com seu ser-belo, nem o ser-belo com as coisas existentes que, sendo belas, participam desse ser. Desse antissonhador, não diremos que vive em plena vigília, e não embalsamado no sonho?

– Sim, mas ele poderia ser tanto poeta como filósofo. Afinal, Mallarmé declara:

... o poeta tem como gesto humilde e largo
Proibir o sonho, inimigo de seu trabalho.

– Aceitemos essa aliança – suspira Sócrates. – Em todo caso, eu diria que o entendimento do nosso antissonhador, na medida em que ele conhece o ser do que existe, merece o nome de pensamento puro. Ao passo que o entendimento do sonhador, na medida em que se atém exclusivamente à existência do que aparece, receberá o nome de opinião.

– Agora – diz Glauco –, amarramos tudo.

– Amarramos o quê, pode me dizer! – protesta Amanda. – Continuamos sem saber o que é realmente uma opinião. Nem opinião temos sobre isso! “Dialetriz” é ou não é sua palavra de ordem, Sócrates? Ora, definimos a opinião sem discutir de maneira imanente uma orientação distinta da nossa. Fomos analíticos e não dialéticos. Estamos parecendo Aristóteles! Se alguém nos repreender e chamar de “dogmáticos podres” ou “totalidades corruptas” porque lhe pesgamos a tarja vermelha “opinião” e não a tarja

preta “conhecimento”, teremos com que aplacá-lo e convencê-lo, sem que ele imagine que o consideramos a priori um laçao do imperialismo norte-americano?

– Ah! – exclamou Sócrates. – É nosso dever fazê-lo. Nosso colega chinês chama isso de “a justa resolução das contradições no seio do povo”. A melhor atitude a ser tomada é fazer perguntas a esse sujeito que ofendemos. Nós lhe asseguraremos que, se houver um real saber, ninguém tentará minimizá-lo. Ao contrário, ficaremos todos felizes de frequentar alguém que sabe alguma coisa.

– Seria o máximo – diz perfidamente Amanda –, se o meu maninho fizesse o papel do sujeito ofendido. Você lhe faria diretamente as perguntas e teríamos o diálogo *online*!

– E por que não? – retorque Glauco, corajosamente. – Tudo que vai no sentido do “dialetriz” me convém. Em frente, Sócrates, em frente!

Segue-se um diálogo denso e vivo, cujas peripécias Amanda, com os olhos rútilos, grava. Sócrates abre fogo:

– Diga-me, então, rapaz que pretende deter conhecimentos reais: um sujeito como você, que conhece, conhece alguma coisa ou nada?

– Alguma coisa, evidentemente – diz Glauco, cheio de soberba.

– Que existe ou que não existe?

– Que existe. Diabos, como seria possível conhecer alguma coisa que não existe?

– Parece-lhe então claramente estabelecido que, sejam quais forem as circunstâncias, contextos ou perspectivas, aquilo cuja existência é incontestável, ou absoluta, é absolutamente cognoscível e que aquilo que não existe não o é de forma alguma?

– Claro como água.

– É essencial concordarmos quanto a esse ponto. Agora, se uma coisa é de natureza tal que é e ao mesmo tempo não é, ela não se manteria numa espécie de meio entre a existência pura e a inexistência absoluta?

– A palavra “meio” me convém.

– Anote bem o conteúdo de nossa unidade de pensamento neste ponto de nosso dialetriz: essa coisa de que falamos está em algum lugar entre o mínimo e o máximo de existência.

– Não dei o meu aval levemente – protesta Glauco. – Assim como você, sustento que uma coisa similar a que falamos, tendo sua existência comprovada, mantém-se entre o pleno absoluto do ser e o puro vazio do nada.

– Se devemos reportar o pensamento puro ao ser, e, por conseguinte, o não-pensamento ao nada, só poderemos reportar a nosso “meio” ontológico um “meio cognitivo” entre pensamento e não-pensamento. Em suma, teremos de procurá-lo em algum lugar entre a ciência e a ignorância. Supondo, obviamente, que tal “meio” exista.

– Não vejo onde buscá-lo alhures.

– Será então racional atribuir a esse “meio” cognitivo suspenso entre pensamento e não-pensamento, ou, por derivação, entre ciência e ignorância, o nome opinião?

– Quando uma definição é clara, não devemos tergiversar a respeito dos nomes – declara Glauco, orgulhoso de sua formulação.

– Se essa opinião existir, será ela idêntica à ciência?

– Acabamos de dizer que não. Ela não é nem saber nem ignorância. Ela está no meio.

– Os objetos do saber e da opinião, por conseguinte, não são diferentes?

– Ora, Sócrates! Você não está saindo do lugar! Pulemos as questões triviais.

– Sim, mas atenção! A ciência, por natureza, reporta-se ao existente, a fim de conhecer o ser desse existente... Epa! Pulei um elo importante... Em primeiro lugar, devo, com sua ajuda, dialetizar uma diferença.

– Qual? – pergunta Glauco, que começa a sofrer.

– Dentre as coisas que existem, há uma de um gênero especial, que denominamos faculdades. É graças a elas que sou capaz do que sou capaz, e que é capaz disso qualquer um que tem as mesmas faculdades que eu. A título de exemplo, citemos a visão ou a audição. Conhece perfeitamente, suponho, a Forma à qual refiro a palavra “faculdades”...

– Sem problema – suspira Glauco. – Falamos várias vezes sobre isso.

– Sim, mas de toda forma há uma dificuldade: não posso identificar uma faculdade nem por sua cor, nem por seu contorno, nem por nada desse gênero. Esses critérios, no entanto, valem para uma profusão de objetos. Basta-me servir-me deles para concluir desde já que esses objetos são

diferentes uns dos outros. Mas isso não funciona no caso das faculdades. Pois, para identificar uma dentre as outras, só devo levar em conta duas propriedades: aquilo a que elas se reportam e o processo que elas permitem levar a cabo. Foi de acordo com esses dois critérios que foram chamadas “visão”, “audição”, “tato” e assim por diante. As faculdades que se reportam à mesma coisa e engendram o mesmo processo, declaro-as idênticas, e diferentes, no caso de não serem os mesmos nem o objeto nem o processo. E você, como faz?

– Idem – murmura Glauco.

– Então, caríssimo, voltemos à vaca-fria. Você afirma que a ciência é uma faculdade? Ou a classifica de outra forma? E a opinião, onde a coloca?

– Reconheço – diz Glauco, recuperando a coragem – na ciência, cujo nome mais geral é “saber”, não apenas uma faculdade, como a mais importante de todas. Quanto à opinião, é decerto uma faculdade: ter a capacidade de opinar é justamente em que consiste a opinião.

– Mas você não acabou de confirmar que, a seu ver, a ciência, ou, se preferir, o saber, não é a mesma coisa que a opinião?

Glauco irrita-se:

– Um ser pensante não pode sustentar que são idênticas a infalibilidade e a desorientação. O saber absoluto difere necessariamente da opinião versátil.

– Essas duas faculdades diferem efetivamente em seu processo, devendo, portanto, diferir naquilo a que elas se reportam. O saber, isso está claro, reporta-se ao existente e o conhece em seu ser. Quanto à opinião, sabemos apenas que ela engendra o opinar. Mas qual é seu objeto específico? O mesmo que o do saber? Será possível que o que é sabido seja idêntico àquilo a respeito do qual não fazemos senão opinar?

– Isso é impossível – exclama Glauco –, baseado justamente no que viemos a concordar. Se cada faculdade singular reporta-se naturalmente a um objeto diferente daquele de toda outra faculdade, e se opinião e saber são faculdades diferentes, segue-se que o sabido e o opinado não podem ser idênticos.

– Por conseguinte, se apenas o existente é sabido, aquilo sobre o que opinamos é uma coisa diferente do existente.

– Nada a objetar.

– Nessas condições – prossegue Sócrates, coçando o queixo, sinal nele de grande perplexidade, real ou fingida –, convém concluir que, sendo a parte do ser da qual se subtrai à existência, o objeto da opinião não é outra coisa senão o não-ser.

Glauco, categórico e altivo:

– Absolutamente impossível. Não poderíamos opinar sobre o não-ser, Sócrates! Reflita! Aquele que opina reporta sua opinião a alguma coisa. Ele não poderia opinar e ao mesmo tempo não opinar nada. O opinador opina sobre uma coisa claramente considerada como tal. Ora, o não-ser não é *uma* coisa, e sim *nem-uma*.

– Exato. Em todo caso, foi à ignorância e não à opinião que atribuímos como objeto o não-ser, após termos atribuído o ser ao pensamento. E só fomos capazes disso porque a ignorância é uma faculdade puramente negativa, ao passo que a opinião afirma seu objeto.

– Mesmo assim, acaba sendo estranho! – interroga-se Glauco. – Demonstramos que a opinião, não se reportando nem ao ser nem ao não-ser, não é nem um saber nem uma ignorância.

– Sem tirar nem pôr! – exalta-se Sócrates. – Diremos então que ela transcende a oposição pensamento puro-ignorância em uma de suas bordas? Que ela é mais clara que o pensamento ou mais obscura que a ignorância?

– Vá lá! – admite Glauco, dando de ombros.

– Se bem compreendo seu gesto, você tem como evidente que a opinião é mais obscura que o pensamento e mais clara que a ignorância.

– Naturalmente. Ela está, já o dissemos, entre os dois. No meio.

– E acrescentemos que, se encontrássemos uma coisa que participasse do ser e ao mesmo tempo não existisse, essa coisa, ocupando uma posição intermediária entre o ser puro e o nada absoluto, não pertenceria à esfera nem do saber nem da ignorância, mas do que estaciona entre os dois. Pois bem, agora sabemos que esse entre-dois é o que chamamos de “opinião”.

– Questão resolvida – diz Glauco, entusiasmado.

– Salvo – grunhe Amanda – que você ainda não encontrou essa “coisa” que seria o objeto da opinião. Quero ver essa “coisa” entre o ser e o não-ser, que não se deixa reduzir, rigorosamente, a nenhum dos dois. Mostre-a!

– Tem razão – contemporiza Sócrates. – Tudo continua no condicional. Se a encontrarmos, essa famosa “coisa”, então teremos o direito de dizer

que ela é a Forma daquilo que se reporta à opinião. Atribuiremos os extremos, ser e nada, às faculdades extremas, pensamento puro e ignorância total, e o termo intermediário, ainda indeterminado, à faculdade intermediária: a opinião.

– Trata-se então de uma classificação puramente formal – aponta Amanda.

– Para ir mais longe, Glauco precisará vestir novamente a fantasia de nosso oponente, o homem que recusa categoricamente admitir a existência do belo em si ou do que quer que seja que se assemelhe a uma Ideia do belo em si. Vamos, Glauco! Faça o papel desse sujeito que nega que possa surgir uma verdade da beleza em que ela permaneça idêntica a si mesma tão logo advindo à sua própria eternidade. O sujeito que não acredita nas belezas variáveis e multiformes, o aficionado pelas ilusões espetaculares, aquele que se revolta mal falamos em unidade do belo e do justo – em suma, de tudo que uma Forma identifica e afirma.

– Estou pronto! – vangloria-se Glauco.

– Caríssimo, dentre as múltiplas belezas que você alega, haveria uma única da qual pudéssemos dizer que não tem absolutamente nenhum defeito? Mesma pergunta para as decisões justas ou ações louváveis.

– Claro que não. É sempre possível encontrar um pequeno defeito nas belas obras, e para todo o resto, aliás.

– Analogamente, o que é duplo pode ser visto, de certo ângulo, como uma metade, ou aquilo que à primeira vista é grande parecer minúsculo em seguida. Toda determinação desse gênero pode inverter-se em seu oposto, concorda?

– Sim, pois todas as coisas participam sempre das duas determinações opostas, depende do ponto de vista ou da escala.

– Ah – diz bruscamente Amanda –, isso me lembra a charada do homem que não é um homem, o qual, vendo sem ver um passarinho que não é um passarinho empoleirado num galho que não é um galho atira sem atirar uma pedra que não é uma pedra!

– Exatamente – sorri Sócrates –, isso é brincadeira de criança. Todas essas qualidades sensíveis são equívocas. Acerca de nenhuma delas é possível decidir com certeza se é ou não é, ou se é e não é, ou se nem é e nem não é.

– Penso – conclui Glauco – que devemos harmonizar essas noções equívocas entre o que, do ser, expõe-se ao pensamento e o nada absoluto. Pois elas não são nem suficientemente obscuras para que as possamos declarar mais inexistentes do que o nada, nem suficientemente claras para ser mais existentes que o ser.

– Perfeito! – admira-se Sócrates. – Descobrimos, parece, que as numerosas ideias que a maioria cultiva com relação ao belo e às outras coisas desse gênero aparecem no intervalo imenso que separa o não-ser do que é absolutamente. Entretanto, assumimos, eu e você, que, se for essa a aparência de uma coisa, deveremos reportá-la à opinião e não ao pensamento puro. Pois é à faculdade intermediária que incumbe a apreensão do que vagueia nas regiões intermediárias do existente. Portanto, podemos concluir. Consideremos aqueles para quem as coisas belas não passam de um obstáculo além do qual nada se mostra que possamos chamar de o belo-em-verdade. Aqueles que são incapazes de acompanhar alguém que deseja apontar-lhes o caminho das verdades. Aqueles para quem diversas ações são justas, mas que não fazem a menor ideia do que seja a justiça. Em suma, todos os que se entregam à casuística dos fatos sem jamais remontar ao princípio. Dessas pessoas, diremos que elas têm, sobre o que aparece no mundo, opiniões, mas nenhum conhecimento a respeito do que opinam.

– Você esta repetindo maravilhosamente tudo que já foi dito – insinua Amanda.

Com a mão esquerda, Sócrates faz o gesto de espantar uma mosca.

– Consideremos agora – prossegue – os aficionados por um outro espetáculo bem diferente, que chamaremos de espetáculo essencial: as coisas, pensadas segundo a singularidade de seu ser, atravessam os avatares do aparecer na permanente re-afirmação dessa singularidade. Dos que participam de tal espetáculo, diremos, suponho, não que opinam, mas que sabem.

– Bem-aventurados! – exclama Amanda.

– Desses “bem-aventurados”, querida Amanda, afirmamos que eles amam, que prezam aquilo a que se reporta o pensamento puro. Dos outros, que se preocupam exclusivamente com a opinião: já dissemos dessas pessoas – vamos chamá-las de “dóxicas”, uma vez que a palavra “opinião” é a que utilizamos para traduzir o grego *doxa* – que amam e prezam o timbre suave das cantoras, o colorido dos papéis de parede de luxo, o

tremeluzir das opalas nos dedos das moças elegantes, os celulares em platina iridiada, mas as quais não suportam que o belo-em-verdade seja absolutamente real. Cometeríamos um erro chamando tais indivíduos de dóxicos “amigos da opinião” em vez de amigos da sabedoria?

– E “amigos da sabedoria” é a etimologia de “filósofos” – declara sentenciosamente Glauco.

– Esses não-filósofos – acrescenta Amanda – merecem um provérbio: “Tudo que é apenas dóxico é tóxico.”

Sócrates olha para ela, ressabiado, e sugere:

– Os dóxicos ficariam furiosos se os designássemos como “amigos da opinião”?

– “Filódoxos” *versus* “filósofos” – resume Glauco. – Se eles ficarem furiosos, diremos que a ninguém é permitido irritar-se contra a Verdade.

– Mas eis o essencial – continua Sócrates. – Aqueles que prezam em cada coisa seu ser próprio são os que devemos designar como filósofos, pois escapam à tentação de permanecer simples filódoxos.

Amanda não está satisfeita. Gira em círculo, triturando seus cabelos desalinhados, ar preocupado. No fim, explode:

– Acha que triunfaram, cavalheiros? Acham que avançamos muito com sua definição? Quantos raciocínios tortuosos para distinguir os filósofos dos que não o são...! Afirmo-lhes: não saímos do impasse! Ainda precisam costurar tudo isso na nossa questão inicial: a diferença entre a vida justa e a vida injusta. E como para vocês até mesmo essa pergunta supõe que façamos um enorme desvio pelo problema do Estado e da política comunista, precisamos demonstrar que a definição de filósofo mantém uma relação racional com a ação política.

Amanda para de deambular, aponta seus olhos arregalados para Sócrates e prossegue, exuberante:

– Eis o meu pedido, o meu desafio. Compreendi, claro, que, para você, o filósofo é capaz de alcançar a universalidade do que permanece idêntico até no processo de sua própria variação. Também compreendi que o filódoxo é incapaz dessa apreensão, e ademais julga-a inútil, até mesmo daninha. Como agora provar que a determinação coletiva de nossa quinta política exige que a massa dos humanos esteja do lado da filosofia?

– Respondo com uma pergunta: qual dos dois, o filósofo, homem da universalidade imanente ao que permanece além de seu próprio devir, ou o filólogo, homem da errância desmedida entre o ser e o nada, é o mais apto a ser fiel aos princípios comunistas e proteger as instituições em que esses princípios se encarnam? Quando se trata de montar guarda junto à Ideia e a escolha é entre um cego e um que vê, há lugar para a dúvida?

– Quando você apresenta as coisas dessa forma – protesta Amanda –, a decisão está tomada antes de qualquer discussão. É uma coisa compulsória.

– Por acaso minha comparação a incomoda? Ora, que diferença pode haver entre os cegos e os que, privando-se dos recursos do pensamento puro, não têm acesso ao ser dos existentes? Essas pessoas, ainda que suscetíveis de ser Sujeitos, não dispõem a princípio de nenhum paradigma claro que lhes permita, como os grandes pintores, contemplar o que deriva diretamente da Verdade, de se lhe referir constantemente, e dela ter a visão mais exata possível a fim de estabelecer em nosso mundo tal como ele é os princípios criadores de tudo que é belo, justo ou bom.

– Mas – pergunta Glauco – e se esses princípios já estiverem estabelecidos por alguns pensadores do passado?

– Então nossos visionários terão de garantir sua permanência e salvação com uma vigilância intelectual infalível. Do que, evidentemente, nossos “cegos”, relegados à opinião, são incapazes. Logo, serão aqueles cujo pensamento puro alcança o ser-verdadeiro de cada existente, e não os arautos midiáticos da opinião, que designaremos como guardiões, militantes, governantes...

– Trabalhadores comuns também – insiste Amanda.

– Claro, trabalhadores comuns, destinados, cada um na sua vez, à salvaguarda dos princípios e instituições. Em todo caso, esses operários são indivíduos experientes que, mesmo no nível da pragmática cotidiana, prevalecem de longe sobre os ineptos falastrões do show audiovisual.

– Não deixa de ser uma questão – diz Glauco, subitamente preocupado – saber como o simples operário, transformado em guardião do nosso comunismo, poderá combinar pensamento puro e técnica empírica.

– Você quer dizer: ser ao mesmo tempo filósofo da Ideia e funcionário da ação coletiva. Para iluminar sua lanterna, acho que convém voltar ao que é o filósofo ao natural. Veremos então que ele é compatível com a técnica militante, e que nada se opõe a que qualquer trabalhador comum, assim

formado, seja capaz de estabelecer ou salvaguardar instituições em que nossos princípios se encarnem.

– Lá vamos nós – sorri Amanda – para um enésimo retrato por inteiro do filósofo!

– Não zombe! É uma questão crucial para a filosofia conseguir definir o que é o filósofo ao natural. Esse “ao natural” comporta seguramente o amor a todo saber instalado na clareira dessa parte eterna do ser que se expõe ao pensamento puro e que, justamente em virtude disso, permanece alheia à dialética do nascer e do morrer. Além disso, sabemos que a filosofia obedece às leis do amor: é integralmente que amamos essa parte do ser que se revela idêntica ao pensamento que dele formamos, por ser ela mesma uma Forma. Nenhum filósofo autêntico pode renunciar a qualquer parcela do que lhe é assim revelado, seja ela importante ou desprezível, seja seu valor considerável ou mínimo. No que o filósofo difere, como vimos, do fanático pelas honrarias e do obcecado por satisfações imediatas.

– Contudo – questiona Glauco –, além desse traço essencial que concerne ao saber, o filósofo não deteria características mais psicológicas?

– A psicologia, a psicologia... Não é a nossa praia! Em todo caso, podemos dizer que o filósofo, no que se refere ao que efetivamente lhe toca, é de uma absoluta sinceridade e que não pode incluir em seu discurso nem o jogo duplo nem a mentira.

– Isso me parece bastante coerente.

– Como assim, “parece” ou “bastante coerente”? A mais implacável necessidade impõe que aquele que tenha uma propensão amorosa preze tudo que afeta de perto o ser amado, tudo que o cerca e lhe agrada. Ora, existe alguma coisa mais próxima da sabedoria filosófica e mais sedutora para ela do que as verdades que reluzem aqui e ali no tecido monótono das opiniões? Certamente não. Logo, é rigorosamente impossível que o filósofo autêntico se satisfaça no simulacro. A conclusão de tudo isso é que, desde a juventude, o verdadeiro filósofo se forja graças à força de um autêntico amor ao saber, enquanto propensão às verdades, sejam estas quais forem.

A veemência de Sócrates deixa Amanda e Glauco boquiabertos. O mestre continua sua peroração:

– Sabemos que aquele em quem os desejos são fortemente dependentes de um único objeto é menos inclinado a desejar outros, qual uma torrente

cujo curso, canalizado numa única direção, para ela precipita-se furiosamente. Logo, é lógico supor que aquele...

– ... ou aquela! – Amanda não perdoa.

– ... ou aquela – aprova Sócrates – cujos desejos têm por objeto as verdades e tudo que a elas se reporta volta-se para os prazeres mais puramente subjetivos. Para ele...

– ... ou para ela – intervém novamente Amanda

– ... ou para ela – resigna-se Sócrates –, até mesmo os prazeres do corpo devem ter uma espécie de ressonância intelectual. Isso se esse rapaz ou essa moça (acrescenta precipitadamente) forem filósofos autênticos, e não filósofos acadêmicos, de salão ou de televisão.

– Poderia falar mais sobre essa autenticidade? – pergunta uma Amanda não sem malícia.

– Entendo por isso um tipo humano essencialmente desprendido. Pois a pulsão voltada para o enriquecimento e as despesas com supérfluos é a última coisa que podemos estimular no filósofo. Ela necessariamente corrompe o movimento próprio do pensamento, criando obstáculos a qualquer incorporação num processo de verdade.

– Permitiria, caro mestre – interrompe Amanda –, se não uma crítica, ao menos uma nuance? Parece-me que podemos chegar à mesma conclusão a partir de premissas menos moralizantes. Decerto devemos supor no filósofo autêntico uma exposição menor do que todos os outros ao que é incompatível com a essência livre do pensamento. Concordo que não existe nada mais antagônico a uma subjetividade filosófica do que a mesquinhez de espírito. Mas por quê? Muito simplesmente, me parece, porque o filósofo procura a lógica geral das coisas, sejam elas humildemente naturais ou pertençam às mais sublimes construções do espírito. Essa procura é completamente bloqueada se a pessoa for mesquinha, ciumenta, invejosa ou carreirista.

– Exatamente! – admira Sócrates. – Eu ainda acrescentaria um argumento: consideremos uma mulher ou um homem que, eventualmente residindo na magnificência da inteligência ativa, conseguisse dominar o simples fluxo temporal e contemplar essa parte do Ser que se expõe ao pensamento. Seria coerente acreditar que um indivíduo assim transfigurado pelos poderes de um Sujeito ainda considerasse essencial sua simples sobrevivência animal?

– Seu exemplo nos ensina que não – diz gravemente Glauco.

– Uma mulher e um homem desse tipo terão então superado o medo da morte. Inversamente, um covarde fustigado por esse medo não pode participar da verdadeira essência filosófica. Podemos acrescentar que a harmonia interior, o desinteresse, o amor à liberdade, a coragem, a capacidade de fazer sobre si mesmo um julgamento sem complacência, que tudo isso obstrui o caminho da injustiça, bem como do vil espírito de concorrência, que faz do outro, sobretudo se este lhe é superior, um rival a ser abatido. Eis por que, se quisermos discernir o que é um Sujeito filósofo, é desde muito cedo que teremos, no exame que efetuarmos de um indivíduo qualquer, de atentar para a relação contraditória entre justiça e arrivismo social, ou entre ponto de vista argumentado e bolha retórica.

– E nada do lado do saber? – preocupa-se Glauco.

– Claro, claro! Procuraremos desenvolver a qualidade básica, aquela da qual toda criança é abundantemente servida: a facilidade de aprender. Não podemos esperar que alguém se entusiasme por uma prática que o entedie e na qual seus grandes esforços não sejam recompensados senão por progressos minúsculos.

– E a memória? – questiona Amanda. – É o meu ponto fraco, a memória.

– Este é um problema – rosna Sócrates –, pois, se não memorizar nada do que aprende, não disporá de nenhum conhecimento pragmático. Irá então desencorajar-se e, no fim, ter horror justamente ao que pretende fazer. Não inscreveremos as almas esquecidas no registro onde figuram os verdadeiros filósofos.

– E as qualidades estéticas? – teima Amanda. – Um filósofo pode ser um personagem grosseiro, alguém sem nenhum charme?

– Você traz à baila – responde Sócrates – a questão capital do equilíbrio. As pessoas às quais você se refere são na realidade desprovidas de qualquer senso do equilíbrio. Ora, eu afirmo: é do equilíbrio que a verdade é parente, e o sem-equilíbrio permanece-lhe alheio.

– Seu filósofo – recapitula Glauco – é então um espírito racional que prima pelo equilíbrio e a elegância, aceitando acompanhar o devir natural de uma Ideia adequada ao real que alicerça sua existência. Vemos então que todas as qualidades requeridas para identificar o filósofo autêntico estão estreitamente ligadas umas às outras, sendo todas necessárias a um sujeito

definido por sua participação plena e integral no movimento pelo qual o ser expõe-se ao pensamento.

– A seu ver seria então praticamente isento de toda crítica qualquer um dotado dessa aptidão filosófica, que apresentasse sua candidatura a uma função que exigisse precisamente boa memória, facilidade de aprender, visão elevada, certa elegância, apego à verdade e à justiça, uma grande coragem e um bocado de sobriedade?

– Um candidato ideal! – zomba Amanda.

– Mas nós não desejamos que todos os habitantes do país cujo destino estamos em vias de imaginar sob os auspícios da quinta política sejam nesse formato? Que tenham, todos eles, todas as qualidades do filósofo autêntico? Pois é a eles, apenas a eles, a eles todos, nossos amigos do vasto povo, que devemos delegar as tarefas requeridas pela organização de uma vida coletiva finalmente livre, finalmente digna da Ideia que a humanidade pode forjar a respeito de si mesma para além dos simples imperativos de sua sobrevivência.

– Que todos sejam filósofos?

– Todos sem exceção – declara Sócrates, quase sussurrando. – Sim, sem qualquer exceção.

10. FILOSOFIA E POLÍTICA (484b-502c)

O “TODOS FILÓSOFOS!” de Sócrates atravessara a penumbra como um clamor abafado. Via-se nele mais uma obstinação cansada do que uma bravata. Aliás, Sócrates permanecia boquiaberto, coçando a coxa esquerda com um garfo. No fim de alguns minutos, Glauco não se aguentou mais e quis sondar até onde ia a incerteza do mestre:

– Caro Sócrates – começa ele –, ninguém tem nada a opor a seus argumentos. Mas já se perguntou o que sentem aqueles que não ousam mais abrir a boca depois que sua maravilhosa sutileza acuou-os em alguma aporia? Eles estão convencidos de que sua própria inexperiência é tão grande, quando se trata do seu jogo favorito – o jogo socrático das perguntas-respostas –, que a acumulação de pequenas digressões impele-os no fim a erros crassos absolutamente contrários à sua convicção inicial. Sentem-se como um jogador de xadrez medíocre que o ataque do adversário, disfarçado em lenta evolução lance a lance, surpreende no fim, de modo que ele não sabe mais onde enfiar seu rei, só lhe restando deitá-lo para admitir derrota. Seus ouvintes também acabam sentindo-se paralisados, incapazes de dizer o que quer que seja ao termo dessa partida de xadrez jogada com argumentos no lugar das peças de madeira. Mas não pense que eles concluem disso que a verdade está do seu lado. De jeito nenhum! Pois, embora sucumbam ao jogo simbólico dos argumentos, veem-se em condições de demonstrar que fatos reais podem perfeitamente dar-lhes razão. Todo mundo pode constatar, dizem eles, o que acontece com aqueles cujo engajamento filosófico é sério, aqueles para quem a filosofia não é uma disciplina acadêmica que largamos depois de resvalar por ela na mocidade.

– E o que acontece com eles? – pergunta Sócrates, inquieto.

– Há duas possibilidades, afirmam seus interlocutores nas suas costas. A maioria desses “filósofos” vira pessoas estranhas, para não dizer perversas. E a pequena minoria que conserva o senso do equilíbrio não extrai desse exercício intelectual cujo grande defensor é você senão uma evidente

incapacidade de se intrometer na política e ocupar funções mandatárias no Estado.

– E você, caro Glauco? – sorri Sócrates. – Acha que eles estão errados em dizer tudo isso nas minhas costas, quando ruminam sua derrota no xadrez? Ou que de fato têm razão?

– Estou perdendo meu grego. Eu gostaria de saber o que *você* pensa.

– Sem problema! Eles dizem a verdade, nada mais que a verdade. Toda a verdade, talvez não.

– Que bela salada! – explode subitamente Amanda. – Vocês provam por $a + b$ que os países só sairão de sua agonia quando todos os seus habitantes se tornarem filósofos. Depois alardeiam sem preocupação que os filósofos são politicamente débeis! Como funciona então essa quinta política?

– Não posso responder à sua pergunta, minha querida, a não ser com uma imagem.

– Você costuma me pregar peças. Penso logo: olho vivo, olho vivo!

– Deixe-o falar, caramba! – revolta-se Glauco.

– Ora! – desdenha Sócrates. – Essa é a Amanda que eu conheço. Além de me colocar na berlinda, zomba de mim. Escute primeiro meu pequeno discurso ilustrativo. Vai sentir-se mais à vontade para rir de minha mediocridade poética.

– Vá em frente, não ligue para a minha irmã! – irrita-se Glauco.

– É simplesmente uma pequena aventura marítima. Era uma vez um petroleiro cujo capitão era um sujeito forte e corajoso, cujo único defeito era ser surdo feito um poste e míope feito uma toupeira. Ah!, e também: seus conhecimentos em matéria de navegação eram tão débeis quanto sua vista. Considerando tal imperícia, os marinheiros não paravam de brigar para saber quem empunharia o leme, embora nenhum deles soubesse pilotar um navio. Havia um buraco no paiol, de modo que a embarcação deixava atrás de si um grande rastro de óleo. Já se discutia há dias o que fazer para calafetar o vazamento, sem se chegar a nada. Em todo caso, a opinião geral a bordo era que não havia nenhuma necessidade de saber o que fazer para fazê-lo, nem de fazê-lo para aprender aos poucos o que fazer. O resultado era que não se sabia e não se fazia. E o cerco ao capitão continuava, com todos vociferando sua opinião, a melhor sendo, opinião unânime, a daquele que vociferava mais, a qual pleiteava que o pobre homem lhes entregasse o

leme e a tarefa de vedar o buraco. Um dia, um deles conseguiu convencer o capitão e ocupou seu lugar. De imediato, uma súcia de marujos especialmente barra-pesada e organizada pulou em cima do velho capitão, moeu-o de pancadas e aprisionou-o no porão. Quanto ao novato, reduziram-no à impotência oferecendo-lhe ópio para fumar, coca para cheirar ou vodca para entornar. Depois disso, roubaram tudo que puderam nas cabines e decidiram vender a carga de diesel no primeiro porto que encontrassem, dividir o dinheiro e levar uma vida folgada. Para isso, transformariam o petroleiro em antro de ópio, boteco e lupanar. Mas como singrar em direção a um porto? O petroleiro, sem um piloto competente para guiá-lo, ziguezagueava como o barco bêbado de Rimbaud. O que de forma alguma impedia o partido vencedor de elogiar todos aqueles que a ele aderiam ou o ajudavam a consolidar seu poder: que grandes marinheiros!, diziam. Que pilotos sensacionais! Mesmo depois que o navio naufragou numa baía sórdida, seu casco furou e o óleo viscoso envenenou milhares de aves por toda a costa, eles continuaram a se vangloriar de ser navegadores de primeira linha. Não faziam a menor ideia do que era necessário para dirigir o curso de um grande navio, um determinado saber relativo às estações, astros, ventos, cartas marítimas, profundidades, comunicações via rádio... Não, julgavam que ter o apoio de uma maioria de marujos era suficiente. Inútil ter ideias. Prejudicial, até!

Eis a minha história, caros amigos. Suponhamos agora que, nesse contexto, surgisse um verdadeiro capitão que unisse a visão intelectual do que é a navegação a uma longa experiência prática. Alguém que soubesse dirigir-se aos marinheiros de maneira a convencê-los a organizar-se para que o barco fosse reparado, depois realmente posto para funcionar e apontado para a destinação escolhida. Como acham que a súcia anárquica no poder iria tratá-lo? Não iriam desqualificá-lo, chamando-o de intelectual nebuloso, idealista rabugento e ideólogo arcaico?

– É provável que sim – diz Amanda –, a julgar pelo modo como o tratam na imprensa e na televisão.

– Portanto, essa é a imagem do destino que o estado atual da opinião e dos que a governam reserva ao verdadeiro filósofo. Se alguém se espantar que um filósofo, tal como desejamos que todo mundo venha a ser, não seja homenageado pela opinião dominante, contem-lhe a história do petroleiro, e eles compreenderão que o que em nossa situação seria verdadeiramente

espantoso, e eu diria até simplesmente bizarro, seria que levassem ao pináculo os raríssimos filósofos que resistem na tormenta!

– Muito bem – sussurra Amanda –, eis um petroleiro que só serve para abastecer automóveis.

– Tem alguma coisa contra os petroleiros do espírito? – pergunta Sócrates.

Depois, voltando-se para Glauco:

– E que o seu amigo das opiniões vulgares não venha nos maçar com o lugar-comum segundo o qual as pessoas versadas em filosofia são inúteis às amplas massas populares! Pois se elas são inúteis, que seu amigo se volte contra os governantes que são incapazes de recrutá-las, e não contra os próprios filósofos. Afinal de contas, não cabe ao capitão suplicar aos marinheiros que façam a gentileza de aceitar sua autoridade. Tampouco é racional, como pretende um falso poeta e verdadeiro mentiroso, que

À porta dos ricos estacionam todos os sábios.

A verdade é que o doente, rico ou pobre, é que deve bater à porta do clínico. E é aquele que está perdido no labirinto da vida que deve escutar aquele que sabe orientar-se dentro dele. É um absurdo ver um governante capaz de suplicar àqueles que, numa situação desastrosa, precisam dele, que consentam em que ele tome as rédeas da situação. Nas “democracias” parlamentares, os que estão no poder assemelham-se aos marinheiros bêbados de nosso petroleiro, e aqueles que esses marinheiros tratam de inúteis, intelectuais e pessoas “fora da realidade” são justamente aqueles que poderiam ser, caso escutados, verdadeiros capitães.

– Contudo – objeta Glauco –, a crítica mais violenta que fazem à filosofia parece-me ter como causa não tanto o banimento dos verdadeiros filósofos por parte dos ignorantes, e sim a impressão duvidosa que provocam os chamados “novos filósofos”, que vemos discorrer na tevê ou em fotografias nas revistas. São eles que fazem muitos amigos meus afirmarem que os filósofos são indivíduos sem fé nem lei, uma espécie de charlatães midiáticos. É essa perversão do título de “filósofo” que cumpriria explicar. E, acima de tudo, mostrar que tudo isso não compromete a responsabilidade da verdadeira filosofia.

– Rude programa!

– Em todo caso, podemos repetir o que já foi dito a respeito do verdadeiro filósofo – protesta Amanda. – Pelo menos do filósofo dotado, tal como você exige, de um espírito rigoroso e de uma feroz alergia a todas as formas de corrupção. Você referiu tudo isso ao conceito de verdade, a respeito do qual afirmou que, sem ele como guia no conjunto da experiência, o suposto filósofo não passa de um impostor, e Livros para sempre da filosofia verdadeira.

– Exatamente – confirma Sócrates. – Nos defenderemos assumindo que o autêntico amante dos saberes, aquele cuja luta espiritual orienta-se para o real do ser, não pode prender-se às inúmeras particularidades, cuja existência é atestada unicamente pelo elo, ele mesmo flutuante, entre a variedade das opiniões e o movimento das aparências. Em vez disso, ele seguirá seu caminho sem que sua vontade nem seu amor esmoreçam, até que domine a natureza efetiva daquilo para que voltou seu pensamento e a que se incorporou como Sujeito. Pois, ao fazê-lo, deixando de estar às voltas apenas com as dores do parto, ele dá à luz – ele e outros com ele – uma nova verdade, podendo usufruir desse recanto em que a verdadeira vida e o verdadeiro conhecimento são indiscerníveis.

– Ah, Sócrates! – admira-se Amanda. – Não é à toa que você é filho de uma parteira.

– Ora – continua Sócrates –, todo o resto decorre disso. Seria possível imaginar que tal homem, nas discussões importantes, tolerasse a hipocrisia ou a mentira? Seria possível imaginar que, quando a verdade encabeça o cortejo, seja para dirigir a procissão das ignomínias? Ela não é, ao contrário, o corifeu de todos aqueles em quem a retidão e a sobriedade erguem uma barreira contra a corrupção? Mas não precisamos descrever mais uma vez o sistema das qualidades próprias do autêntico filósofo. Vocês dois se recordam que citamos a coragem, a grandeza de alma, a aceitação das disciplinas do saber, o trabalho da memória... Eu estava nesse ponto, quando Glauco objetou que eu tinha razão, mas fez uma ressalva: quando se passava do discurso ao real, via-se de fato que a maioria daqueles que se declaram filósofos é formada por notórios corruptos. Devemos, portanto, enfrentar essa acusação. Eis por que repetimos o retrato do filósofo: é para distingui-lo dos impostores daninhos.

– Compreendi perfeitamente – diz Glauco. – Porém, como expliquei, são dois casos diferentes. Temos aqueles cuja aptidão filosófica foi corrompida e que, justamente em virtude disso, tornaram-se inteiramente inúteis, especialmente no que se refere à política. Mas temos também os que imitam deslavadamente o autêntico filósofo para usurpar seus poderes. Qual é o tipo subjetivo dessas pessoas que, calcando-se numa maneira de ser e pensar de que são indignas e que está fora de seu alcance, comportam-se em todas as circunstâncias de maneira a produzir na opinião esse descrédito quase universal que é atribuído à filosofia propriamente dita?

– Ah, caro amigo! Precisamos começar por um paradoxo temível. A princípio, a aptidão filosófica é uma qualidade universal. Ora, ela é corrompida em quase todos os humanos. Por quê? Porque as qualidades próprias que ela exige, caso se desenvolvam sem vínculo entre si, impedem que a aptidão filosófica alcance a maturidade. Sim, meus caros. A coragem, a temperança, a aceitação das disciplinas do saber, tudo isso conspira para a corrupção da filosofia, que, não obstante, requer e organiza essas qualidades.

– Francamente – rosna Amanda –, agora estamos em mar revolto!

– E vou agravar o meu caso: tudo que é considerado comumente como bens, a beleza, a riqueza, a saúde, uma sociedade politicamente bem organizada, tudo isso contribui para prejudicar e enfraquecer a aptidão filosófica. A própria natureza esclarece esse paradoxo. Observem as sementes das plantas ou as crias dos animais: se não acham comida, nem lugar, nem estação que lhes convenham, sofrem barbaramente devido a essas privações, sobretudo sendo mais naturalmente robustos no início. É uma evidência dialética: o mal é mais contrário ao bem do que ao menos bem. Uma excelência originária maltratada torna-se pior do que uma mediocridade submetida às mesmas condições.

– Vejo aonde pretende chegar – diz Amanda, olhos semicerrados –, ao seu xodó, a educação.

– Você me lê como num livro. Claro! Vamos admitir que todos os indivíduos sem exceção tenham, a princípio, virtualmente, como diria nosso colega Gilles Deleuze, a mesma e excelente capacidade filosófica, com diferenças mínimas. Se o meio ideológico e educativo que o Estado lhes oferece for abominável, essa excelência irá transformar-se em seu contrário, e os melhores serão os piores: a nuance de superioridade intelectual se

transformará numa exacerbação quase ilimitada da torpeza. Afinal, sabemos muito bem que um temperamento moderado, se não realiza proezas na área do bem, pelo menos permanece incapaz de grandes vilezas. Tudo isso para dizer que se o filósofo autêntico, tal como o definimos, encontra um meio ambiente educativo adequado, é certo que se orientará de maneira afirmativa na existência. Em contrapartida, semeado numa terra ingrata e cultivado à margem do bom-senso, ele se verá fadado a todos os defeitos decorrentes de uma desorientação profunda.

– Oxalá – sorri Amanda – ele não encontre ao sabor dos caminhos um mestre como você.

– Isso não basta! Ainda é preciso que um acontecimento o arrebate: paixão amorosa, insurreição política, exaltação artística, sei lá eu! Pois o mal é global, ele tem sua origem no conjunto da situação. Não devemos acreditar que os jovens são corrompidos porque toparam fortuitamente com maus professores, sofistas empedernidos, os quais não passam no fim das contas de simples comerciantes de retórica. Não, não! Os moralistas de plantão que deploram na televisão esses encontros funestos, bem como os políticos que denunciam em seus comícios a ação desses supostos filósofos, são eles próprios, em última instância, os maiores sofistas, os que promovem permanentemente o alarido propagandista encarregado de desorientar a juventude e condená-la à miséria do niilismo.

– Mas onde? Quando? Como? – pergunta Glauco, disposto a exterminar prontamente o exército dos corruptos.

– Muito simplesmente mediante esse rumor constante, cotidiano, difundido em toda parte, aterrorizante com doçura, amigavelmente coercitivo, socialmente implacável, chamado “liberdade de opinião”. Na televisão, nos teatros, nos jornais, nos comícios eleitorais, quando os intelectuais oficiais discursam, e mesmo quando nos reunimos com amigos e amigas para beber um trago e jogar conversa fora, o que vemos? O que ouvimos? Todo mundo critica ou aplaude declarações, ideias, ações, guerras, filmes, tudo isso numa desordem desprovida de qualquer princípio racional de valor universal. Há uma alegre e sinistra exacerbação vagamente rancorosa tanto das vaias quanto dos aplausos. Dir-se-ia que as grandes fachadas envidraçadas dos prédios reverberam por toda a cidade o mesmo rumor, aparentemente conflitante, na realidade consensual, feito de todas essas opiniões, tão rudemente contrastantes que nenhuma delas

prevalece, exceto a que prescreve: “Seja como for, sou livre para falar o que bem entender.” E é esse “o que bem entender” que destrói a autenticidade filosófica. O que pode vir a ser, com efeito, do pensamento de um jovem face ao poder do rumor indistinto que leva para longe e desagrega toda ideia de verdade? O que pode nesse caso um ensino escolar igualmente impreciso e a priori a favor do livre turbilhão dos juízos anônimos? Os jovens não terminarão por julgar segundo o juízo desse rumor dominante, no que se refere ao que é belo ou feio, moral ou imoral, elegante ou cafona? Não terminarão por despejar seu balde de água no esgoto, do qual a internet é o símbolo, das informações incontrolláveis e apreciações sem fundamento?

– Você realmente não acredita em nossa capacidade de resistência – reage Amanda.

– Ora, os que resistirem serão tratados como merecem! Se você não for um democrata consensual, um adepto encarniçado da “liberdade de opinião”, cuidado! Você verá leis insanas proibindo-o de fazer isso ou aquilo, será arrastado na lama, criarão comissariados e prisões para esmagar a rebelião da juventude e, no horizonte, quando a situação ficar tensa, a morte, como alguns preveem que me será infligida.

– Não podemos, ainda assim – pergunta Glauco –, opor a essa tirania da opinião a transmissão, clandestina se necessário, da filosofia das verdades?

– Repito, isso não basta. Ninguém mudou nem mudará, com simples lições de moral, um caráter que as opiniões dominantes engessaram. A filosofia só age se a divina política agir primeiro, se algum acontecimento romper a rotina consensual, se alguma iniciativa organizada mostrar o que significa ser irreduzível à “democracia” vigente. Quando a ação real, ordenada por princípios e não opiniões, existe localmente, então a ideia filosófica pode extrair-lhe um valor universal. Tudo aquilo que, nos Estados corrompidos pelo disfarce democrático do poder dos ricos e arrivistas, pode salvar o pensamento e a justiça, deriva de um deus secreto.

– E que deus é esse, escondido e providencial? – pergunta Amanda de modo grosseiro.

– O acontecimento imprevisível, o surgimento de uma palavra de ordem e de uma organização coletiva que nada deixasse prever no simples rumor compósito das opiniões e de sua pretensa liberdade.

– Mas então qual é o destino do filósofo autêntico que não tem oportunidade de encontrar seu acontecimento-deus?

– Informe-se junto aos filósofos mercenários ou aos discursos da mídia. Suas regras de ação, que eles chamam desabridamente de “saber” e até mesmo de “pensamento”, só fazem sintetizar o estado circunstancial do rumor dominante. Sua “filosofia” gaba o que existe e reina. Imagine um homem que tem como profissão alimentar um volumoso animal de pelo grosso e dentes compridos. Ele observa com atenção seus comportamentos instintivos e apetites. Aprende a aproximar-se dele e tocá-lo sem correr riscos. Sabe interpretar seus gritos e modula a própria voz de maneira que a besta que o escuta fique mansa ou furiosa. A essa observação empírica, nosso homem dá o nome de “ciência da vida”. Ele escreve um grosso tratado da mencionada “ciência”, a qual ele ensina na universidade como se fosse o *nec plus ultra* da modernidade. Ignora absolutamente aquilo que, nos desejos do animal, em seus hábitos, rosnados, e reações merece ser chamado “justo” ou “injusto”. Está se lixando completamente para a verdade intestina, a interioridade de sua cobaia. Para ele só tem importância o equivalente das opiniões, a saber, os comportamentos repetitivos e reações estereotipadas do volumoso animal. Nosso professor de ciência da vida chama de “boas” as coisas que parecem dar prazer ao animal e “más” as que o contrariam. Por mais professor que seja, continua incapaz de justificar esses nomes, pura e simplesmente porque confunde o justo e o belo com as necessidades fisiológicas da sobrevivência. Sua “ciência” não passa de sofisma, porque ele ignora a diferença essencial entre necessidade e verdade. Acha que esse personagem pode ser um preceptor útil à verdadeira vida que tentamos definir?

– Certamente não! – exclama Glauco.

– Mas esse professor de “ciência da vida” difere em alguma coisa daqueles que chamam de “ciência política” o conhecimento empírico dos apetites indiferenciados de uma população submetida à ditadura das opiniões versáteis? Vocês conhecem esses tipos, que fazem pesquisas para saber o que possui um valor político, e outros, defensores da “ciência estética”, que colocam em percentagens a música ou a pintura para avaliar sua qualidade. Um homem dessa espécie, um professor de ciência política que submete à lei do número uma coisa tão delicada como um grande projeto de serviço público, vale mais que o nosso amestrador de ursos ou que um sociólogo que delega a função de avaliar um poema a uma maioria de telespectadores? Em todos os casos, sem propor críticas argumentadas e ir ao fundo das coisas, essas pessoas servem unicamente para reiterar no

espírito público que uma opinião majoritária é, simplesmente por ser majoritária, bela e boa, sendo preferível apoiá-la. Ora, você e eu podemos provar sem dificuldade que essa conclusão é ridícula. Se houvessem delegado à lei das opiniões majoritárias a questão do movimento dos planetas, ainda hoje pensaríamos que é o Sol que, nascendo e morrendo, gira em torno da Terra.

– É o meu exemplo favorito – diz Glauco, todo contente –, quando quero explicar a um amigo o que opõe uma verdade a uma opinião.

– Mas esse argumento, não obstante muito forte, consegue desviar seus amigos do culto do número, do mecanismo eleitoral majoritário e do dogma da “liberdade de opinião”?

– Confesso que, não raro, eles ficam impressionados por alguns minutos, mas em seguida repetem que, “apesar de tudo, a democracia, a liberdade de expressar o que desejamos, é o que há de melhor no mundo moderno”.

– É porque seria preciso um longo trabalho e quase uma mutação da humanidade para que todo mundo admitisse que o que opera a síntese entre a criação e a eternidade é a beleza nova, e não a multiplicidade dos objetos que a opinião declara belos. E, mais genericamente, que é a matemática do ser que importa, e não a existência de múltiplas particularidades.

– Mas o que fazer então enquanto esse trabalho não for levado a cabo?

– Não admirar-se com as críticas disparadas de todas as direções contra os filósofos, venham elas daqueles que só acreditam nas opiniões dominantes ou dos políticos demagogos que não querem senão ser reeleitos.

– Deve ser duro – diz Amanda, balançando a cabeça – ser filósofo nessa sua acepção. Como resistir a tais pressões?

– É ainda mais difícil do que você pensa, querida. Imagine um jovem, visivelmente dotado do gosto intelectual pelo que vale a pena ser pensado e vivido. Foi muitas vezes uma criança considerada extraordinária, sobressaindo-se em sua faixa etária. Por conseguinte, seus pais e todos os seus conhecidos tentam impeli-lo para carreiras brilhantes e lucrativas. Ao mesmo tempo adulam-no e o tratam como um objeto. Nele, amam seu futuro poder. Farão de tudo para que as qualidades do autêntico filósofo – aptidão pelas disciplinas do saber, memória, coragem, grandeza de alma – sejam empregadas nas sórdidas rivalidades do mundo dos negócios da mídia ou da política ordinária. E se porventura esse jovem prodígio nasceu num Estado imperial rico e arrogante, é grande o risco de que a corrupção

de suas qualidades inatas leve-o, como foi o caso do jovem Alcibíades, não obstante meu amigo, ao fascínio pelo poder. E, no fim, leve nosso jovem bem-nascido a alimentar loucas esperanças, até mesmo a sonhar que pode reunir todos os povos sob sua batuta e impor ao mundo inteiro a lei de seus desejos.

– Você ficou marcado – observa Amanda – pelo que aconteceu ao magnífico Alcibíades. Você gostava dele, sei disso. Mas tão grandiosa e incurável era sua embriaguez que, quando você se aproximava dele para lhe murmurar a verdade – que ele estava em vias de perder a razão e não podia encontrá-la senão dedicando-se a ela de maneira desinteressada e definitiva –, ele tinha grande dificuldade em tolerar tal intervenção de seu velho mestre.

– Ah – diz mansamente Sócrates –, mas ele percebia a força de meus argumentos. Havia nele uma secreta conivência com meu pensamento. Seu círculo de amigos, contudo, apavorava-se ante a ideia de perder as vantagens ligadas a seus sucessos políticos e militares. Esses parasitas que pululavam em torno dele fizeram de tudo para desviá-lo de meu ensino. E, quanto a mim, não recuaram diante de nada para me abater. Estenderam-me armadilhas, caluniaram-me, conspiraram para que eu fosse arrastado perante os tribunais. E foi assim que Alcibíades pouco a pouco desistiu de ser filósofo!

– Que tristeza! Que baixo-astral! – comenta Amanda. – Você está mais do que certo em dizer que as qualidades que constituem o filósofo transformam-se em seu contrário tão logo contaminadas por um meio corrupto. Basta a opinião desempenhar o papel de verdade e o poder do dinheiro e das relações privilegiadas faiscar à vista dos jovens.

– Infelizmente – responde Sócrates, melancólico – o exemplo de Alcibíades é típico. O filósofo desviado, adulterado, transformado em seu oposto, é de fato o homem que, no fim das contas, enérgico e talentoso como é, mais estragos causa na vida pública.

– Em suma, é preferível – conclui Amanda – um trabalhador comum, um operário corajoso e inteligente, com verdadeiros princípios, do que um “filósofo” desse tipo. Sempre pensei dessa forma.

– Certamente – concorda Glauco. – Entretanto, para sustentar nosso projeto comunista junto à massa, não podemos prescindir de intelectuais.

Onde encontrá-los? Há alguma coisa de desesperador, Sócrates, na minúcia que você coloca ao descrever a amplitude da corrupção dos espíritos.

– O desespero não é culpa minha. Resta-nos uma minoria que crescerá e vencerá, ainda que seja composta de singularidades excêntricas. Há espíritos educados, forçados, pelo exílio ou perseguições, a permanecer fiéis à filosofia, pessoas comuns, nascidas num pequeno país e que, alheias à sedução do poder, conseguiram aliar uma experiência política independente a uma formação intelectual de primeira linha. Há operários, vindos de muito longe, que, para esclarecer a seus próprios olhos sua experiência dolorosa, tornaram-se filósofos; outros que, contrariados com um ofício por demais dependente das opiniões estabelecidas, revoltaram-se e juntaram-se, num mesmo impulso, a pequenos grupos ativistas e à meditação dos pensadores contemporâneos; outros ainda jamais teriam entrado no labirinto da Ideia comunista se uma saúde frágil não os houvesse desviado das carreiras na moda. Em determinados países, moças jogaram-se com grande sucesso na filosofia e na política, furiosas com o fato de ter sido por tanto tempo consideradas incapazes de sobressair nesses domínios. Eu mesmo, vocês sabem, só cumpri com meus compromissos críticos sob a injunção de meu demônio interior. Nós todos formamos um grupo que, seguramente, tem o futuro nas mãos.

– Não poderíamos – impacienta-se Glauco – imaginar um programa educativo que ampliasse seu bando de loucos às dimensões da sociedade inteira?

– Em todo caso, estamos rompendo com a visão das coisas que predomina. Hoje a filosofia é um assunto de adolescentes, os quais a abandonam tão logo esbarram com as verdadeiras dificuldades.

– E que dificuldades são essas? – indaga Amanda, ainda brusca.

– A dialética, querida Amanda, a dialética! Todos esses tolos e tolas põem-se a mercadejar, a perorar no rádio, a se especializar em domínios puramente técnicos, a se apresentar nas eleições regionais, a escrever uma tese sobre o comércio de peles de crocodilo no século VII... Julgam fazer muito, lendo alguns ensaios sobre as opiniões do momento ou assistindo a conferências mundanas. Quando envelhecem, apagam-se mais rápido que o sol no poema de Hugo, *O fim de Satã*: “O sol estava ali e morria no abismo...” E, ao contrário do nosso bom e velho sol real, eles não reacendem. Faremos o contrário de tudo isso. Filosofia desde a infância,

sim, mas com a condição de alcançar a dialética o mais cedo possível, de dedicar-se a ela no próprio cerne da prática política. No fim, é a vida inteira que se verá dessa forma colocada sob o signo da Ideia, e todos os seres humanos poderão, até a idade mais avançada, gozar da existência como se daquilo que lhes permitiu ser aquilo que eles se tornaram e de que têm boas razões de sentir orgulho.

Glauco percebe que o tom quase triunfante de Sócrates mascara uma inquietude, ou melhor, uma incerteza fundamental quanto ao destino real da filosofia e do filósofo. E é deliberadamente que bota lenha na fogueira:

– Devo admitir, caro Sócrates, que você disserta com uma convicção que dá gosto ver. Mas estou convencido de que a imensa maioria daqueles que o escutam, ou mesmo daqueles que, de século em século, tomarão conhecimento de suas ideias nos diálogos de meu reverenciado irmão Platão, até mesmo daqueles...

– Pare de representar! – irrita-se Amanda.

– Como preferir! Digamos que a maioria das pessoas resistirá a você com uma convicção no mínimo tão inabalável quanto a sua. Elas se negarão peremptoriamente a confiar em você, Trasímaco o primeiro de todos.

– Ah – responde Sócrates –, veja-o dormindo, parece um bebezão o nosso Trasímaco. Não vá me fazer brigar com esse recentíssimo amigo, do qual, aliás, nunca fui inimigo. Farei tudo que puder para convencê-lo, a ele e aos demais. Em todo caso, tentarei ser-lhes útil para alguma coisa nessa outra vida, onde, nascidos pela segunda vez, eles participarão pela segunda vez, como hoje, das discussões dialéticas.

– Está adiando-as para as famosas calendas gregas! – zomba Amanda.

– Calendas que nada são, comparadas à totalidade do tempo. Seja como for, não será uma surpresa para nós a opinião dominante não modificar-se diante de nossos argumentos. As pessoas ainda não viram despontar, num mundo material determinado, a Ideia que debatemos. Sob o nome “socialismo”, eles sempre ouviram frases bonitas, que cultivam simetrias sutis e consonâncias verbais engenhosas, e não desenvolvimentos intrépidos como nos quais nos aventuramos. Quanto a um tipo humano que se harmonizasse, dessa vez efetivamente, com as virtudes essenciais constitutivas de um sujeito-de-verdade e que fosse, de certa forma, tanto por suas ações como por suas declarações, um tipo humano ao qual entregaríamos a direção de um país análogo àquele cuja existência

procuramos pensar, pois bem, as pessoas nunca viram um só indivíduo que se conformasse a esse tipo. *A fortiori*, elas sequer podem imaginar um mundo no qual conformar-se a ele seria a regra geral. Eis por que eu temia estender-me acerca desses problemas. Não obstante, submetido à verdade, vejo-me obrigado a declarar que nenhum país, nenhum Estado e tampouco nenhum indivíduo conseguirá fazer tudo de que é capaz antes que o grupo atualmente restrito dos filósofos seja ampliado na escala do povo inteiro. Falo, claro, exclusivamente dos verdadeiros filósofos, aqueles que não se deixaram corromper nem pelas opiniões dominantes, nem pelos poderes, fossem eles financeiros, políticos ou midiáticos. Aqueles tachados de “arcaicos”, “inúteis” ou “perigosos”. Essa expansão deriva de uma necessidade por sua vez desdobrada a partir do acaso de um acontecimento, e todos serão arrastados por ele, queiram ou não. Se nos objetarem que tal elevação da consciência pública não parece ter se produzido em rincões distantes, nem sequer considerada possível no futuro pelas cabeças julgadas as mais bem-informadas, responderemos que a racionalidade de nossa hipótese não depende da História nem da previsão científica, mas do que é verdadeiramente fundamental, ou seja: basta poder pensar que o acaso de circunstâncias misturadas, e sem dúvida violentas, abre a possibilidade de uma política em conformidade com a hipótese comunista para que essa possibilidade seja aquela que, para nós, e afinal para todos, ganhe o valor de um princípio de ação.

Glauco continua cético:

– Terá de pelejar muito para convencer uma fração da opinião suficientemente ampla para subverter a relação de forças ideológica nos países democráticos.

– Não seja tão severo com a opinião. Se os operários, empregados, camponeses, artistas e intelectuais sinceros têm dificuldade para acreditar na potência de nossa Ideia, é por causa dos falsos filósofos, celebridades, que, lacaios da ordem dominante, colocam toda uma retórica a serviço dessa ordem, despejando sobre as políticas de emancipação, tais como a filosofia as valida em nome da Ideia do comunismo, suas ofensas convencionais: utopia! velharia! totalitarismo! idealismo criminoso! Mas quando a paixão dos indivíduos de tornar-se o Sujeito de que são capazes for despertada pela conjunção do trabalho de pensamento dos militantes, da fidelidade dos filósofos a esse trabalho e de alguns abalos imprevisíveis que enfraquecem momentaneamente a organização propagandista repressiva dos

Estados, os povos verão o futuro sob cores inteiramente diferentes. Além de se persuadirem com facilidade de que nosso projeto é o melhor, tal como, no nível da filosofia, estamos em vias de demonstrar, as massas, apoderando-se da Ideia, a transformarão, para repetir os termos de Mao, numa “bomba atômica espiritual”.

A expressão acerta no alvo, e todos fazem silêncio, um silêncio vibrante, como se a bomba em questão fosse explodir de uma hora para outra. Terror intelectual? Convicção nascente? Dúvida profunda? Quem poderia decidir sobre isso naquele salão do Pireu iluminado pela manhã transparente que chega do mar aberto?

Em todo caso, até mesmo Trasímaco, que dormia, espanta o sono e olha Sócrates fixamente, como se lhe fizesse, sem palavras, uma pergunta difícil.

11. O QUE É UMA IDEIA? (502c-521c)

APÓS O LONGO e acidentado libelo de Sócrates a favor da filosofia e dos filósofos em sua controvertida relação com a política, o silêncio instalou-se e todos beberam e comeram algumas frutas. Até mesmo Trasímaco, que, vimos, acordara ouvindo expressões como “bomba atômica”, brindara alegremente com o pequeno grupo sem desfazer-se do sorriso de quem não deixou de pensar no assunto.

Mas eis que Trasímaco pega novamente no sono, Amanda, após uma passagem pelo toalete, reaparece, toda elegante, e Glauco esfrega as mãos com impaciência... Sócrates compreende que deve prosseguir.

– Agora o problema central – diz abruptamente – é determinar as modalidades, as bases matemáticas e todos os exercícios intelectuais que escandem a formação daqueles que serão convocados para funções de liderança, o que representa, sim, querida Amanda, praticamente todo mundo, e estabelecer as etapas dessa formação. A propósito, devo confessar que foi por oportunismo que praticamente não me referi, no início dessa discussão, a questões constrangedoras, em particular a maneira como os militantes de nossa política se instalarão no poder. Dito isso, dou-me conta de que meu oportunismo só me fez ganhar um pouco de tempo: não evitaremos ter de justificar uma posição categórica acerca de todos os pontos delicados. Vocês já admitiram que, no que se refere à direção política coletiva, à formação da humanidade militante, é preciso recomeçar tudo do zero. Zero, a bem da verdade, nunca é exatamente nada. Já falamos daqueles (sim, sim, Amanda vai nos lembrar, é praticamente todo mundo) que são convocados a se tornar, por um período, dirigentes políticos. Já proclamamos que eles devem manifestar seu amor pela coisa pública em todas as circunstâncias, sejam elas deliciosas ou dolorosas, e jamais ceder quanto a esse princípio, seja a pretexto de furtar-se à dureza do trabalho, do medo pânico ou de uma inversão das relações de forças; que convém formar longamente os incapazes e, num mesmo impulso, designar aqueles que saíam de todas essas provas puros como ouro derretido na brasa não

apenas para postos de chefia, como para conceder-lhes medalhas e honrarias públicas, tanto em vida como póstumas.

Sócrates volta-se então para Amanda:

– Já dissemos alguma coisa desse gênero, não é, senhorita?

Resposta de Amanda:

– Se não me falha a memória, após seis ou sete horas de discursos estafantes, creio que sim. Mas me pareceu que você enfeitou demais seu pensamento, que pisava em ovos.

– É o oportunismo de que eu lhes falava. Eu estava com medo de ir ao ponto. Paciência, adiante! Audácia! Perseveremos e ousemos! Quem, daqueles que vierem a se encaixar em nossos princípios, devemos estabelecer como nossos dirigentes políticos? Filósofos. Pronto. Ousei.

– Que novidade! – destila a bela Amanda. – Estávamos carecas de saber! Estamos repetindo isso há quase duas horas!

– Eu sei, eu sei. Estabelecemos o princípio do elo fundamental entre a Ideia filosófica e o pensamento-prático político. Mas subsiste uma dificuldade. Em circunstâncias normais, esses filósofos, oriundos da massa do povo, não serão muito numerosos, se apostarmos apenas em suas capacidades espontâneas. Seria uma disposição natural composta de elementos que raramente coexistem no mesmo Sujeito e que, de maneira inata, em geral são dissociados.

– Como assim – resmungo Amanda –, do que está falando?

– Não se faça mais tola do que é, mocinha. Sabe perfeitamente que, quase sempre, os que são dotados para o saber dispõem de boa memória, são vivos e perspicazes, têm tudo que é preciso desse lado; em contrapartida, são desprovidos desse vigor generoso do pensamento racional, graças ao qual conseguimos viver na calma e na vigência de uma disciplina. Muito pelo contrário, sua vivacidade carrega-os ao sabor das vicissitudes da existência e toda capacidade de resistência os abandona. De modo simétrico, os caracteres resistentes e estáveis, esses indivíduos nos quais mais confiamos, a quem o medo da guerra deixa estoicos, até mesmo indiferentes, em seus postos, vocês verão que eles são, desafortunadamente, também desprovidos de reação e pesados demais face às exigências do saber; parecem completamente dopados quando os vemos roncando e bocejando, tão logo cumpre fazer funcionar suas pequenas células cinzentas. Ora, dissemos que a norma é tão somente participar dessas

dimensões da verdadeira vida – a vivacidade e a resistência – e que uma formação política rigorosa e completa visa consolidar um Sujeito dotado desse equilíbrio. Pois é efetivamente esse equilíbrio que em cada indivíduo de nossa comunidade política desejamos cobrir de honrarias e patentes. O problema é que se trata de um equilíbrio difícil de avaliar. Convém, é claro, submeter nossos candidatos às provas que acabamos de mencionar: trabalhos árduos, perigos iminentes, volúpias tentadoras. Mas eis-nos obrigados a fazê-los igualmente exercitar-se em numerosos saberes a fim de julgar se são capazes de suportar os saberes supremos ou se têm medo do pensamento, como aqueles que, assustados diante do esforço físico, jogam a toalha assim que dão uma volta na pista. Nesse último caso, a formação deve estender-se ainda mais. Não estabeleceremos nenhum limite de tempo a fim de dar oportunidades a todos os indivíduos sem exceção.

– Belo planejamento pedagógico! – comenta Amanda. – Com certeza iremos implantá-lo. Mas o que são esses “saberes supremos” a que se referiu sofregamente?

– Ah – diz Sócrates –, para esclarecer esse ponto, temos de retroceder. Quando distinguimos as três instâncias do Sujeito, apontamos as virtudes cardeais, que são a justiça, a sobriedade, a coragem e a sabedoria. Repito que, para ser capaz de conhecer a fundo essas disposições subjetivas, existia outro circuito do pensamento, nitidamente mais longo, cujo percurso desembocava num domínio completo de sua evidência. No entanto era possível, eu acrescentava, seguir pelo circuito curto, extraindo nossas demonstrações do que acabava de ser dito. Vocês, jovens, deram a entender que preferiam ir depressa. Portanto, o que lhes falei sobre essas virtudes carecia seriamente de precisão aos meus próprios olhos, ainda que aos seus fosse antes agradável, o que irão desmentir ou confirmar.

– Todo mundo achou formidável.

– Obrigado, querida Amanda. Mas estou menos satisfeito do que você. Nesse tipo de investigação, um parâmetro que não abarque integralmente o ser em questão nunca é senão medíocre. O inacabado não é parâmetro de nada. Às vezes, contudo, mal a pesquisa começa há quem julgue ser suficiente, não havendo mais razão alguma para seguir adiante.

– E como há! – concorda Glauco. – É muita gente preguiçosa.

– Então – prossegue Sócrates –, declaremos que é dessa índole frouxa que o dirigente político ou o militante com princípios deve proteger-se muito

particularmente. Portanto, amigos, ambos terão de percorrer o longo circuito e enfrentar as dificuldades e sofrimentos advindos não só do treinamento físico, como da plena compreensão intelectual. Caso contrário, eles nunca alcançarão o domínio desse saber acerca do qual eu apontava que é ao mesmo tempo o mais elevado e ao que eles são, ou deveriam ser.

Glauco demonstra certa surpresa:

– Como? As virtudes cardeais não são as supremas virtudes? Alguma coisa eleva-se acima da justiça, da coragem, da sabedoria e da sobriedade?

– Sim – diz Sócrates com gravidade –, sim, bem acima. Contudo, mesmo no que se refere às virtudes cardeais, o fato de elas não serem a questão suprema do pensamento não nos autoriza de forma alguma nem a nos satisfazer com a contemplação de um esboço, como fizemos até agora, nem a desistir de alcançar um desfecho convincente. Repito: o inacabado não é parâmetro de nada. Seríamos personagens cômicos, e não mereceríamos a sorte que Aristófanes nos inflige em sua peça *As nuvens* – nela, sou um charlatão ridículo –, se retesássemos todos os nossos músculos para tratar, da maneira mais clara e exata possível, as questiúnculas de pensamento, e tratássemos desleixadamente as questões mais elevadas.

Mas Glauco não desiste facilmente:

– Formidável! Para resumir, você nos diz algo como: “O que é mais importante é mais importante do que o que é menos importante.” Eis uma soberba tautologia, ou não entendo nada disso! E como devo saudá-la, eu, o discípulo, o escada? Devo dizer: “Sim, claro!” ou “Seguramente!” Ou prefere “Mas claro!”? Ou ainda: “Mas como assim?”, “É exato!”, “Nada mais óbvio!”, “Perfeitamente!” e muitos outros. Leu os autos dos diálogos redigidos pelo meu irmão Platão? Neles, todos os jovens falam assim, abaixando a cabeça. Mas nem que seja por uma vez vou lhe fazer uma verdadeira pergunta: acha, Sócrates, que iremos nos contentar com esses lugares-comuns metodológicos? Acha que vai poder continuar nesse tom, sem nos dizer o que é esse nebuloso saber supremo, cujo objeto ignoramos?

– Não acho nada – reage Sócrates, colérico. – Basta me interrogar!

– Mas é exatamente o que faço!

– O que finge fazer. Pois você me ouviu, em diversas ocasiões, me explicar quanto a esse ponto. Hoje, ou você esqueceu tudo ou, como costuma lhe acontecer, está atrás de chicanas capazes, para sua grande satisfação, de desestabilizar seu velho professor. Mas não me enganará,

deixei-o nu. Todos aqui me ouviram dizer mais de uma vez que o saber supremo concerne à ideia de Verdade. Sabem todos perfeitamente que a justiça e as outras virtudes cardeais só são úteis ao desenvolvimento de um Sujeito na medida em que são racionalmente ligadas a essa ideia suprema. E, no ponto em que nos encontramos, o ardiloso camarada Glauco sabe perfeitamente o que vai acontecer: vou repetir essas convicções. Hoje, contudo, para não caducar como parecem cada vez mais acreditar que faço, acrescento uma contradição enigmática. Por um lado, conhecemos imperfeitamente a ideia da Verdade. Por outro, se não a conhecemos, supondo inclusive que tenhamos de todo o resto a ciência mais perfeita, isso é o mesmo que nada. Sem a Ideia, nada temos. Não imagino que considere um ganho verdadeiro, para o Sujeito, a aquisição de tudo à exceção da Verdade, ou o conhecimento de tudo, à exceção da Verdade. Pois nesse caso o Sujeito não conheceria do universo nada que pudéssemos, na falta da ideia da Verdade, declarar segura e verdadeiramente belo ou bom.

– Como é triste a vida sem essa Ideia! – diz Amanda.

Mas Sócrates pegou o embalo e não escuta mais ninguém:

– Como vocês sabem, a maioria das pessoas diz: “O prazer é que é a verdade!” Claro, alguns esnobes declaram que é a inteligência que é nosso verdadeiro alento, ou o alento da verdade. O mais curioso é que esses esnobes, que definem a verdade a partir da inteligência, são incapazes de explicar o que é essa inteligência. Terminam por dizer que a inteligência é a inteligência... da Verdade. Giramos em círculo.

– Eles são maçantes – intervém Glauco.

– Tanto mais que nos desprezam por não saber o que é a verdade, para em seguida vomitar sua “definição” de inteligência, que supõe que sabemos tudo da verdade! Eles nos enfastiam com a pomposa sentença “Toda inteligência é inteligência da verdade”, como se falassem com pessoas que compreendem instantaneamente aquilo de que se trata tão logo ouvem as palavras “verdadeiro” ou “verdade”. Ao passo que um minuto antes eles nos acusavam de não pescar absolutamente nada.

– É de arrancar os cabelos!

– Dito isso, é em vão que as pessoas da outra quadrilha, as que limitam ao prazer o domínio do verdadeiro e do autêntico, são majoritárias, pois divagam da mesma forma que o pequeno grupo de esnobes. Pois elas são evidentemente obrigadas a admitir que há prazeres falaciosos. Isso faz com

que, no fim das contas, elas se vejam às voltas com o paradoxo de coisas precisas, determinadas volúpias, por exemplo, que são ao mesmo tempo verdadeiras e falsas. Verdadeiras, na medida em que, sem sombra de dúvida, experimentamos seu poder subjetivo; falsas, na medida em que os efeitos desastrosos desse poder permanecem por muito tempo invisíveis. Aliás, é esta a razão pela qual essa história do prazer como a verdade e o bem dos Sujeitos ainda provoca nos dias de hoje, tempos depois da morte de seu mais ardoroso defensor, o temível Demócrito, discussões intermináveis.

– De acordo, esqueçamos essas quadrilhas – concede Glauco. – Dito isso, não avançamos um milímetro no que se refere à nossa ilustre “ideia da Verdade”, cuja situação, aliás, me parece que simplificaríamos muito chamando-a apenas de “a Verdade”.

– E apesar disso... – sonha Sócrates.

Após um silêncio, e como se despertasse:

– Começemos pelo que vemos todos os dias. A partir do momento em que se trata de justiça ou elegância moral, a maioria das pessoas contenta-se com as aparências. Que essas aparências sejam nada não as impede em absoluto de ajustar a isso suas ações, desejos e maneira de ser. Contudo, a partir do momento em que a Verdade entra em cena, ninguém confia nas aparências. Procura-se o real daquilo que é, o que faz com que todos ponham-se a desdenhar a opinião. Reencontramos aqui nossa contradição do início: essa Verdade, todo Sujeito a persegue ou faz dela o princípio de sua ação. Mas ele não pode senão presumir, de maneira bem genérica, o que ela é. A Verdade inflige ao Sujeito o tormento de uma aporia especulativa, porque é incapaz de iluminar o que ela é essencialmente, ou mesmo de reportar-se a ela mediante uma crença sólida como a que lhe dá acesso a todo o resto. A propósito, desse resto, privado de uma relação clara com a Verdade, o Sujeito não faz mais um uso metódico. Sem a ideia da Verdade, com efeito, o Sujeito não é capaz sequer de distinguir, na imensa extensão do visível, as coisas que lhe são autenticamente úteis.

Amanda, sempre impetuosa, explode:

– Se essa ideia da Verdade, caro Sócrates, tem as qualidades e os inúmeros efeitos que lhe atribui, seria razoável, como você parece admitir, que ela permanecesse, para o Sujeito, quase indiscernível, em todo caso,

envolta numa sombra espessa, incluindo aqueles que terão em suas mãos, fiéis à nossa quinta política, o destino material e espiritual do país inteiro?

Sócrates pousa carinhosamente sua mão direita no ombro da jovem:

– Não receie, você que ama a luz. Tem toda a razão. Se os existentes justos e belos forem mantidos dissociados daquilo mediante o que eles existem igualmente em verdade, aquele que tem a responsabilidade por isso, ignorando o laço imanente à ideia da Verdade da justiça e da beleza, será incapaz de garantir sua duração e seus efeitos. Tal como um adivinho-filósofo – se é que personagem desse tipo pode existir –, profetizo que todas as virtudes cardeais serão amplamente desconhecidas enquanto seu laço com a Verdade não for esclarecido. Nossa concepção política – nossa “quinta política”, nosso comunismo – só encontrará sua forma organizada e definitiva se as pessoas detiverem o saber dessa clareira.

– Aí reside a minha preocupação – insiste Amanda. – Pois essa ideia da Verdade, essa famosa Verdade de que tudo depende, não consigo saber o que você pensa dela, Sócrates. Será um saber? Será a experiência íntima da alegria? Ou alguma coisa que sequer imagino?

– Ah, mocinha! Eu já desconfiava que, em se tratando de um problema crucial, as opiniões dos outros não lhe bastariam.

– Pare de enrolar, Sócrates! Não é de mim que se trata, mas de você. Não acho justo você saber me explicar perfeitamente os dogmas dos outros e fechar a boca quando pedimos para explicar os seus. Como se não bastasse, você está nessa história de Verdade há uma eternidade, o que agrava o seu caso.

– Mas – reage Sócrates – você acharia justo se falássemos do que não sabemos como se soubéssemos?

– Outro diversionismo... Eu não disse “como se soubéssemos”. Pedi-lhe o obséquio de falar daquilo em que acredita como alguém que acredita.

– Vamos! Você sabe perfeitamente que, dissociadas do saber, todas as crenças são indigentes! As melhores são cegas. Vê uma diferença muito grande entre cegos que andam em linha reta ao acaso e crentes que acreditam casualmente em algo verdadeiro? Obstina-se em querer contemplar pessoalmente coisas miseráveis, cegas e disformes, em vez de escutar da boca do outro coisas transbordantes de brilho e beleza?

Amanda, decepcionada, não responde, amuando-se no seu canto. Após uma pausa, Glauco, irritado, adentra o palco:

– Não me venha com essa, Sócrates! Não capitule como se estivesse no fim das forças! Você esclareceu as ideias superdifíceis da justiça, da harmonia subjetiva e das outras virtudes cardeais. Faça o mesmo com a ideia de Verdade, eu lhe suplico!

– Não me julgo capaz. Nessa matéria, um zelo indecente e impotente presta-se ao riso. Portanto, caros amigos, correndo o risco de decepcioná-los, proponho-lhes abandonar por ora a questão da Verdade, concebida como questão ontológica. O que é uma verdade em si mesma é um problema de tamanha dificuldade que o arrebatamento intelectual de que somos objeto esta noite não nos levará à representação que formo de sua solução. Não obstante, para agradá-los, quero falar do filho da Verdade, aquele que mais se lhe assemelha. Se isso não for suficiente para vocês, desisto.

– Teremos então de nos contentar com isso – resmunga Glauco. – Em outra ocasião você nos pagará sua dívida falando do pai.

– Oxalá um dia eu possa reembolsar-lhes esse capital paterno e vocês sejam capazes de fazer bom uso dele. Eu não gostaria que tivéssemos eternamente, como hoje, de nos contentar com interesses filiais. De toda forma, recebam esses juros, esse filho da Verdade-em-si. Prestem bastante atenção para que eu, involuntariamente, não os engane sobre o valor, apresentando-lhes notas frias.

– Ficaremos de olho em você! – exclama Glauco. – Examinemos essas contas.

– Não tão depressa! Façamos um acordo quanto ao método de exposição e lembrem-se daquilo que, no início da noite, como tantas vezes no passado, defendemos. Determinamos o ser de muitas coisas belas, de muitas verdades e de muitas outras multiplicidades; identificamos todas elas por intermédio do pensamento racional. Para fazer isso, determinamos também o ser do belo em si, do verdadeiro em si, e o mesmo de tudo cujo ser-múltiplo estabelecemos. Subsumimos esse ser-múltiplo sob a única ideia que lhe corresponde, insistindo em sua unidade e nomeando aquilo-que-é. E sustentamos dessa forma que as multiplicidades imediatas são expostas ao ver, mas não ao pensar, ao passo que chamamos “ideia” – outros às vezes dizem “essência”, palavra que não aprecio – o que dessas próprias multiplicidades é exposto em seu ser ao pensar e não exclusivamente ao ver. A essa breve recapitulação, acrescentemos uma trivialidade: nós

percebemos o visível pela visão, o audível pela audição, e as multiplicidades imediatas pelos sentidos apropriados. Suponhamos agora, para ser breve, que um operário haja criado nossos sentidos. Observamos então que esse operário empenhou-se com muito mais ardor a serviço do poder do ver e do ser visto do que às outras disposições sensórias.

– Não observei nada disso – diz Glauco.

– Preste bem atenção: o ouvido e a voz precisam de um suplemento de outro gênero para que um ouça e a outra se faça ouvir, de modo que, na ausência desse terceiro termo, um não ouvirá e a outra não será ouvida?

– Nunca observei – repete Glauco – que o ouvido e a voz requeressem outra coisa para ouvir ou ser ouvida.

– Parece-me que diversas outras sensações, assim como a audição, tampouco requerem. Talvez inclusive prescindam de todas elas. Vê alguma exceção?

– Não observo nenhuma – repete Glauco.

– Pois bem, está enganado! A visão e o visível exigem um suplemento.

– Não vejo qual – geme Glauco.

– A visão tem sua sede nos olhos, de acordo? A presença da cor marca os objetos visíveis, de acordo? Se, no entanto, a isso não se acrescentar um termo de um terceiro gênero, expressamente destinado a que a percepção visual exista, a visão não verá nada e as cores permanecerão invisíveis.

– Mas – diz Glauco, desesperado – que terceiro termo misterioso é esse?

– Chame-o de luz.

– Oh, claro! – intervém Amanda.

– A grandeza dessa palavra, “luz”, indica que a relação entre a sensação do ver e o poder do visível é qualitativamente superior àquela que conjuga os outros sentidos a seu domínio próprio. A menos que desprezem a luz...

– Quem será capaz de resignar-se a viver numa eterna penumbra?

– E quem nos dispensa essa luz infinitamente preciosa? Quem é o senhor – dentre todos os Outros que o céu dissimula – dessa sutil mediação, graças à qual é mais perfeitamente possível que a visão pode ver e o visível é visto?

– Você não estaria – pergunta Glauco – nos falando do sol, regente natural do visível?

– E do que mais? Mas tomemos cuidado com a natureza exata do laço entre a visão e esse deus-sol. A visão em si mesma não é idêntica ao sol, tampouco é seu órgão que chamamos olho. Por outro lado, o olho não deixa de ser o mais solar dos órgãos dos sentidos. Com efeito, podemos acreditar que o poder do ver é dispensado pelo nosso deus-sol quando ele envia ao olho uma espécie de fluido luminoso. Constatamos também que o sol não é a visão, uma vez que ele é uma de suas causas, mas que, não obstante, a visão o vê.

– Tudo isso é indiscutível, e daí?

– E daí, ei-lo, esse filho da Verdade cujo advento eu lhes anunciava! É o sol, que a Verdade engendra como seu símbolo preferido. Pois o espaço que a Verdade ocupa no lugar eterno do pensável, no que se refere ao pensamento e ao que o pensamento pensa, é exatamente o mesmo que o do sol no lugar empírico do visível, no que se refere à visão e àquilo que a visão vê.

– O problema – diz Glauco, caindo na risada – é que, por enquanto, não tenho certeza de ver o que você pensa!

– Preste atenção. Você sabe que quando nos voltamos para aquilo que as cores não irrigam mais na plena luz do dia, mas apenas nos fulgores errados da noite, os olhos veem de modo tão difuso que podemos dizê-los cegos, e a visão fica privada de toda pureza. Se é para aquilo que o sol irriga com seu brilho que nos voltamos, então os olhos veem distintamente, e, embora eles sejam os mesmos que durante a noite, dessa vez é evidente que eles participam de uma visão completamente pura.

– Claro, claro – resmungo Amanda. – Imagino que você vai nos propor, entre o sol e a ideia da Verdade, uma analogia, ou uma “isomorfia”, como você diz. De um lado, a visão, o visível e o sol. Do outro, o pensamento, o pensável e a Verdade. Mas eu gostaria muito de saber como ela funciona exatamente, e no detalhe, essa analogia.

– Você é muito impaciente, mocinha!

– E você, desculpe dizê-lo, muito lerdo!

– Ah – sorri Sócrates –, o que o seu irmão Platão chama de minhas “longas digressões”... Mas você tem razão. Cortemos caminho em direção à analogia, passemos, sem nos desfazer do indivíduo na medida em que vê, ao Sujeito na medida em que pensa. Quando um Sujeito volta-se para a clareira recíproca do Ser e da Verdade, ele pensa e tem conhecimento de

tudo que se mantém nessa clareira, ele próprio vigorando no brilho do pensamento. Quando, em contrapartida, ele se volta para algo contaminado pela sombra, para o que não passa de geração e corrupção, para a vida frenética do imediato, em vez de para a estrela apanhada nas redes do cálculo, ele se torna vítima das opiniões penumbrosas, e isso de tal forma que, sacudido em todas as direções por essas opiniões inconsistentes, o poder de pensar parece abandoná-lo e ele parece mais um animal humano acuado do que um Sujeito.

– Que desastre! – assusta-se Glauco.

Mas Sócrates continua, como se num sonho especulativo:

– O que se apresenta como um dom tanto para os seres conhecidos de um saber verídico como para os seres conhecedores da potência de tal saber é, estejam certos disso, a ideia da Verdade. Ela é aquilo a partir do que pode haver ciência e exatidão tão logo o entendimento a alcance. No entanto, por mais sublimes que sejam efetivamente esse conhecimento e essa exatidão, é só ao colocar a ideia da Verdade como distinta e mais sublime ainda que podemos fazer uma noção de seu alcance. Dissemos: se é absolutamente correto considerar que a luz e a visão copertencem à forma do sol, isso não significa identificá-las ao próprio sol. Diremos do mesmo modo: é correto considerar que a ciência e o saber verídico copertencem à Verdade, não o é identificá-las à própria Verdade. Pois, à qualidade própria da Verdade, convém atribuir uma função mais geral.

Amanda exulta:

– Não resta dúvida, para você o valor da Verdade é efetivamente incalculável, uma vez que ela não só produz a ciência e todos os saberes exatos, como situa-se num nível ainda mais elevado!

E Glauco:

– Vejo que o seu valor supremo não é absolutamente idêntico ao prazer.

– Seu burro! – ri Amanda. – Desde ontem Sócrates varreu essa identificação!

Será que Sócrates os escuta? De olhos fechados, levantou-se e fala lentamente baixinho, como um murmúrio na manhã das luzes.

– O sol não doa ao visível apenas a potência passiva de ser visto, como também as determinações ativas que são o devir, o crescimento da seiva ou alimento. E isso apesar de o sol, exceção luminosa que constitui todo o

nosso céu diurno, não ser nada de tudo isso. Da mesma forma, é só na medida em que é em verdade que o cognoscível pode ser considerado conhecido em seu ser. Mas é igualmente à Verdade que ele deve não apenas ser conhecido em seu ser, como seu ser-conhecido em si mesmo, ou seja, aquilo que, de seu ser, só pode ser dito “ser” na medida em que é exposto ao pensamento. A Verdade em si, no entanto, não é da ordem do que se expõe ao pensamento, pois ela é a detecção dessa ordem, vendo-se assim conferir uma função distinta segundo tanto a anterioridade como segundo a potência.

E Glauco, todo sorrisos:

– Que divina transcendência!

Sócrates parece então despertar:

– Transcendência? É a isso que você reduz... Ora, pouco importa! É tudo culpa sua. Por que me obrigar a explicar minhas convicções a esse ponto?

– Continue – diz Amanda, conciliadora – continue. Não dê atenção às pilhérias de meu irmão.

E querendo a todo custo reativar a máquina-Sócrates, instiga-a:

– Você dizia que sol e Verdade reinam, um sobre o gênero e o lugar do visível, o outro sobre o gênero e o lugar do pensável. Imagino perfeitamente essas duas declinações do ser, ou melhor, essas duas formas: o visível e o pensável. Mas como essas formas se articulam, quando as dispomos em seu elemento genérico, a luz para uma, a Verdade para a outra?

– Tudo bem, concordo – cede Sócrates. – Tentarei apontar nossa lanterna para esse ponto, o mais obscuro de todos. Porém, advirto: chega de discursos líricos! Quero esquemas, proporções, matemática.

– Estamos advertidos – suspira Amanda.

– Seja um segmento AB, que um ponto C divide em duas partes desiguais, AC e CB. A parte AC representa o que, do ser, é disposto no visível. A parte CB, o que dele se expõe ao pensamento.

– O sensível e o inteligível, em suma.

– Dizem por aí que seu irmão Platão resume assim minha doutrina. É bem mais complicado, mas paciência. Convencionaremos (é uma escolha simbólica arbitrária, mas eficaz) que temos $AC/CB = 1/2$: relativamente ao mesmo ser – uma multiplicidade qualquer –, a dignidade do que dele se

expõe ao pensamento é o dobro daquela que se prende à sua aparição sensível.

– É – comenta Amanda – porque o que de um ser se expõe ao pensamento envolve, e num certo sentido duplica, o que dele é dado imediatamente no visível.

– Por que não? Mas continuemos. Segundo o critério do claro e do obscuro, um ponto D partilha o segmento AC – o visível – em duas partes cuja relação é novamente igual a $1/2$. O segmento AD representa as imagens. Entendo por isso o que vai das sombras às nossas grandes telas de cinema, passando pelos reflexos nas águas, nos espelhos e em todos os corpos polidos e brilhantes.

– E, naturalmente – atalha Glauco –, o fato de AD não ser metade de DC significa o pouco de dignidade ontológica dessas cópias imaginadas. Mas o que representa DC?

– Os objetos visíveis do mundo, o que se experimenta, o que está aí. Em primeiro lugar, tudo que deriva de nós, vivos, mas também as plantas e a categoria inteira das ferramentas, por exemplo. Vocês admitirão sem dificuldade que aqui opera uma divisão fundada na verdade ou sua ausência, cujo princípio é que a relação entre uma coisa-que-se-parece-com-outra e a outra com a qual ela se parece é a mesma relação que, dado um conteúdo qualquer, sustenta a opinião que temos no saber que dela se constrói.

– “Sem dificuldade” – sorri Glauco. – Está brincando!

– Enxergaremos mais claro dividindo por sua vez o segmento do pensável. Seja o ponto E situado entre C e B, de tal modo que $CE/EB = 1/2$. A seção CE representa o que chamo de pensamento analítico. Nele, o Sujeito se desenvolve utilizando como apoios imagéticos objetos reais da seção precedente. Ele é obrigado então a realizar sua busca a partir de hipóteses e concluir sem alcançar o princípio de sua conclusão. Na segunda seção, EB, o Sujeito chega ao princípio a-hipotético, decerto a partir de uma hipótese, mas sem precisar de apoios imagéticos, uma vez que seu método envolve as Formas, e apenas elas.

– Estou boiando – deixa escapar Glauco.

– Recapitulemos então. Como operam os que se dedicam à geometria ou aritmética? Eles supõem a existência da série dos números inteiros, das figuras planas, dos valores angulares de inúmeras coisas ligadas à questão

que os ocupa. Eles utilizam todo esse material como se se tratasse de dados bem conhecidos e suficientemente claros, para que, se os adotarmos como hipóteses iniciais, não sejamos obrigados a prestar conta delas, nem a nós mesmos nem aos outros. Em seguida, partindo desses dados, eles explicitam tudo que deles decorre de maneira imanente, chegando, por via de consequência, ao resultado que tinham em vista.

– Ora, ora – diz Amanda –, nós também estudamos matemática!

– Logo, você também fez uso de formas visíveis e argumentou a respeito delas, embora não fosse a elas que visava seu pensamento, mas a outras, puramente pensáveis, às quais os esquemas visíveis meramente se assemelham. A demonstração matemática refere-se efetivamente ao Quadrado em si, ou à Diagonal em si, e não à diagonal que você desenhou tão inabilmente. Todas essas figuras, modeladas no espaço ou traçadas sobre superfícies visíveis, e das quais podem existir sombras ou reflexos na água, os matemáticos utilizam-nas como se fossem imagens a partir das quais é possível alcançar a intuição desses seres, que, por sua vez, não se deixam apreender senão pelo pensamento analítico; tudo isso é representado pela primeira seção do ser-pensável. O Sujeito, quando se empenha nisso, é obrigado a fazer uso de hipóteses sem poder alcançar o princípio, incapaz que é de se elevar acima das hipóteses.

– Por quê? – pergunta Amanda.

– Porque ele ainda faz uso, como apoios imagéticos, dos objetos reais que classificamos na segunda seção do visível, aqueles que têm igualmente suas obscuras imagens na primeiríssima seção. Assim, embora estabelecido no pensamento, o Sujeito permanece tributário do visível e da relação de semelhança que é sua lei.

– Por acaso está falando mal dos matemáticos?

– Mal embutido no bem maior! Mas aprendam agora o que chamo de a segunda seção do ser na medida em que se expõe ao pensamento puro. O caminho do raciocínio baseia-se aqui exclusivamente na força da dialética: minhas hipóteses não são tratadas como princípios, mas como sendo e permanecendo hipóteses, que servem de apoios e degraus para chegarmos a um princípio universal a-hipotético. Ao fazê-lo, o desenvolvimento discursivo inverte-se em movimento descendente que percorre todas as consequências, do princípio até a conclusão, sem jamais recorrer a qualquer

coisa de sensível, mas passando de uma Forma a outra por mediações igualmente formais, para no fim concluir com uma Forma.

Glauco então, como sempre, resolve, é o caso de dizer, formalizar sua compreensão do discurso do mestre:

– Você afirma que fazer teoria do ser apreendido em sua exposição ao pensamento por meio do saber que detém o dialetizar é mais apropriado do que reportar-se às técnicas científicas cujo modelo é a geometria. Claro, os matemáticos, que tratam as hipóteses como princípios, são obrigados a proceder discursiva, e não empiricamente. Mas, como sua capacidade de intuir continua dependendo das hipóteses e eles não abrem nenhuma trilha rumo ao princípio, eles não parecem deter o pensamento daquilo de que fazem teoria, que, não obstante, retomado na luz do princípio, pertence de fato à esfera de um pensamento integral do ser. Parece-me que você chama de pensamento analítico o procedimento dos geômetras e seus pares, e que o distingue do pensamento dialético. Você situa esse pensamento analítico em algum lugar entre a opinião, atribuída à seção AD, e o pensamento puro ou intelecção dialética, atribuído à seção EB. Segue-se, de resto, que a seção EC, à qual corresponde esse pensamento analítico, tem o comprimento igual à seção CD, à qual correspondem os objetos da opinião. Vivo contraste com a distância entre a seção AD, à qual são dedicadas as imagens, e a seção da dialética EB, distância que é como de um para quatro. O cálculo mostra isso...

– Bela técnica, excelente resumo! – corta Sócrates. – Podemos ver e nomear as coisas tal como segue. (Sócrates desenha então na toalha da grande mesa, com um pedaço de carvão, o esquema completo das disposições do ser tal como advém ao aparecer e tal como nele pode constituir-se um Sujeito.)

pode também manifestar-se da seguinte forma: quanto mais um ser se dá no elemento da Verdade, mais o Sujeito o pensa em sua própria clareza.

– De maneira – pensa Amanda em voz alta – que verdade objetiva e clareza subjetiva são duas dimensões do mesmo problema.

– Está puxando a brasa para o Descartes! No entanto, já que fala da luz, vou tentar pintar-lhes um quadro, misturando sombra e luzes.

– Após o matema, retorno ao poema! – zomba Glauco.

– Por que não? Imaginem uma gigantesca sala de cinema. Na frente, a tela, que sobe até o teto, sendo tão alta que se perde na penumbra, obstrui qualquer visão de outra coisa que não dela própria. A sala está cheia. Os espectadores, desde que nasceram, acham-se aprisionados em seus assentos, os olhos grudados na tela e com fones nos ouvidos. Atrás dessas dezenas de milhares de pessoas pregadas em suas poltronas, na altura das cabeças, há uma vasta passarela de madeira, paralela à tela em toda sua largura. Mais atrás, enormes projetores irrigam a tela com uma luz branca quase intolerável.

– Lugar esquisito! – diz Glauco.

– É simplesmente a nossa Terra... Sobre a passarela, circula todo tipo de robôs, bonecas, silhuetas de cartolina, marionetes, manuseados e animados por invisíveis titereiros ou orientados por controle remoto. Dessa forma, vão e vêm animais, padioleiros, sem-documentos, carros, cegonhas, pessoas comuns, militares armados, bandos de jovens da periferia, pombos, produtores culturais, mulheres nuas... Uns gritam, outros falam, outros tocam pistom ou bandonen, outros só fazem se apressar, em silêncio. Na tela vemos as sombras que os projetores recortam nesse carnaval misterioso. E, nos fones, a massa imóvel ouve ruídos e palavras.

– Meu Deus! – interrompe Amanda. – Se o espetáculo é estranho, mais estranhos são os espectadores!

– Eles se assemelham a nós. Será que veem, de si mesmos, de seus vizinhos, da sala e das cenas grotescas da passarela, outra coisa que não as sombras projetadas na tela pela torrente das luzes? Será que ouvem outra coisa que não o que emite seu capacete?

– Certamente nada – exclama Glauco –, se as suas cabeças acham-se desde sempre imobilizadas exclusivamente na direção da tela e seus ouvidos, vedados pelos fones!

– E é este o caso. Eles não têm nenhuma outra percepção do visível senão a mediação das sombras, e nada ouvem senão ondas sonoras. Supondo que eles dão um jeito de conversar entre si, atribuem necessariamente o mesmo nome à sombra que veem e ao objeto que não veem, cuja sombra é essa sombra.

– Sem falar – acrescenta Amanda – que o objeto sobre a passarela, robô ou marionete, já é uma cópia. Eu diria que eles não veem senão a sombra de uma sombra.

– E – completa Glauco – que não ouvem senão a cópia digital de uma cópia física das vozes humanas.

– Exatamente! Esses espectadores cativos não dispõem de nenhum meio de concluir que a matéria da Verdade é coisa diferente da sombra de um simulacro. Mas o que aconteceria se, correntes arrebatadas e alienação curada, sua situação mudasse da água para o vinho? Atenção! Nossa fábula ganha outro aspecto. Imaginemos que chamem à parte um espectador, obriguem-no subitamente a se levantar, voltar a cabeça para a direita e a esquerda, caminhar, olhar a luz que brota dos projetores. Obviamente, ele sofreria com todos esses gestos inabituais. Ofuscado pelos fachos luminosos, não pode discernir tudo aquilo que, antes dessa conversão compulsória, contemplava tranquilamente nas sombras. Suponhamos que lhe expliquem que sua situação antiga não lhe permitia ver senão o equivalente, no mundo do nada, a palavras vazias, e que é agora que ele está próximo do que é, que ele pode fazer face ao que é, de modo que sua visão torne-se finalmente suscetível de ser exata. Não ficaria ele estupefato e incomodado? Seria bem pior se lhe mostrássemos, na passarela, o desfile dos robôs, das bonecas, dos títeres e das marionetes e, interrompidos por uma bateria de perguntas, tentássemos lhe dizer do que se trata. Pois seguramente as sombras anteriores serão ainda, para ele, mais verdadeiras do que tudo que lhe mostram.

– E – observa Amanda – num certo sentido são: uma sombra validada por uma experiência repetida não é mais “real” que uma inopinada boneca cuja proveniência ignoramos?

Imóvel, num misto de irritação e fascínio, Sócrates olha Amanda em silêncio. Volta então à sua exposição:

– Sem dúvida devemos ir até o fim da fábula antes de concluir quanto ao real. Suponhamos que nossa cobaia seja obrigada a olhar fixamente os

projetores. Seus olhos doem terrivelmente, ele quer fugir, reencontrar o que suporta ver, aquelas sombras cujo ser ele estima mais consistente que o dos objetos que lhe mostram. O que acontece então? Uns brutamontes, pagos por nós, arrastam-no pelos corredores da sala. Fazem-no atravessar uma portinha lateral até aqui dissimulada. Empurram-no por um túnel imundo, que dá acesso ao ar livre, nos flancos iluminados de uma montanha na primavera. Ofuscado, ele cobre seus olhos debilmente; nossos agentes empurram-no pela subida escarpada, sempre acima! Cada vez mais! Chegam ao topo, em pleno sol, e os guardas o abandonam ali, descem a montanha e desaparecem. Ei-lo sozinho no centro de uma paisagem ilimitada. O excesso de luz devasta sua consciência. E como sofre por ter sido arrastado, maltratado e exposto daquela forma! Como odeia nossos mercenários! Pouco a pouco, no entanto, tenta enxergar, na direção das cristas e vales, o mundo ofuscante. No início, o brilho de todas as coisas o deixa cego e ele não vê nada daquilo a respeito do que dizemos comumente: “Isso existe, está efetivamente aqui.” Não seria ele quem poderia dizer com Hegel, diante do pico Jungfrau e num tom desdenhoso, “*das ist*”: isto é puro ser. Ainda assim, tenta acostumar-se à luz. Após muitos esforços, sob uma árvore isolada, termina por discernir a marca de uma sombra do tronco, o recorte preto das folhas, que lhe evocam a tela de seu ex-mundo. Numa poça ao pé de um rochedo, consegue perceber o reflexo das flores e da relva. Gradativamente, chega aos próprios objetos. Vai aos poucos maravilhando-se com arbustos, pinheiros, uma ovelha solitária. Anoitece. Ao erguer os olhos para o céu, vê a lua e as constelações, vê também o nascer de Vênus. Estático, sentado num velho cepo, espreita a Radiosa. Ela emerge dos últimos raios e, cada vez mais brilhante, desce e some por sua vez. Vênus! Finalmente, certa manhã, é o sol, não nas águas cambiantes ou segundo seu reflexo exclusivamente exterior, mas o próprio sol, em si e para si, em seu lugar. Olha para ele, contempla-o na beatitude por ser tal como é.

– Ah – exclama Amanda –, que ascensão você nos descreve! Que conversão!

– Obrigado, mocinha. Você faria como ele? Porque ele, nosso anônimo, aplicando seu pensamento no que vê, demonstra que, da posição aparente do sol, dependem as horas e as estações e que, por conseguinte, o ser-aí do visível é dependente desse astro, de modo que podemos dizer: sim, o sol é o regente de todos os objetos, dos quais nossos antigos vizinhos, os

espectadores da grande sala fechada, só veem a sombra de uma sombra. Evocando assim sua primeira morada – a tela, o projetor, as imagens sacrificiais, seus companheiros de impostura –, nosso fugitivo involuntário regozija-se por ter sido expulso de lá e sente compaixão por todos os que permaneceram pregados em suas poltronas de visionários cegos.

– A compaixão – objeta Amanda – raramente é boa conselheira.

– Ah – responde Sócrates, fitando-a com seus olhinhos pretos e severos –, tal comentário só poderia vir a boca de uma mulher: violenta e sem compaixão. Voltemos então ao pensamento puro. No reino dos artifícios, na caverna do simulacro, quem então desempenhava o primeiro papel? Quem podia então vangloriar-se de prevalecer sobre os outros, senão aquele cujo olho penetrante e memória sensível gravavam as sombras passageiras – identificando aquelas que voltavam muitas vezes, as que se viam raramente, as que passavam agrupadas ou sempre solitárias –, o mais apto, em suma, a perceber o que viria a acontecer sobre a superfície coercitiva do visível. Acha que nosso fugitivo, após contemplar o sol, invejaria aqueles adivinhos do jogo das sombras? Que invejaria sua superioridade e desejaria gozar das vantagens que eles extraem dela, por maiores que sejam? Não se mostraria antes como Aquiles, na *Ilíada*, que preferia mil vezes ser um servo ligado à gleba e ao carro de boi a viver, tal como vivia, numa suntuosidade puramente ilusória?

– Oh! Sócrates! Noto com entusiasmo que você também se esconde atrás de Homero – zomba Amanda.

– Afinal de contas, sou grego – murmura Sócrates, na defensiva.

– E supondo – corta Glauco, temendo um bate-boca – que nosso fugitivo voltasse a descer à caverna?

– Ele será forçado a isso – diz gravemente Sócrates. – Em todo caso, embora recupere seu lugar, dessa vez são as trevas que, após a iluminação solar, cegam-no subitamente. E se, antes mesmo de seus olhos acostumarem-se novamente com a sombra, ele entrar em competição com seus antigos vizinhos, que nunca deixaram suas poltronas, para antecipar o devir do que é projetado na tela, será decerto considerado o cômico da fileira. Em toda parte murmurarão que ele só saiu e subiu tão alto para voltar míope e estúpido. Consequência imediata: mais ninguém terá vontade de imitá-lo. E se, obcecado pelo desejo de partilhar com eles a Ideia do sol, a Ideia da Verdade visível, ele tentar, por sua vez, arrancá-los

de lá e conduzi-los para que, como ele, saibam o que é o novo dia, penso que o agarrarão e matarão.

– Que exagero! – diz Glauco.

– É porque um desses sórdidos adivinhos ridicularizados ontem à noite por sua irmã me comunicou o seguinte: irão me matar, a mim, Sócrates, porque aos setenta anos ainda me obstino a perguntar onde fica a saída desse mundo obscuro, onde está o verdadeiro dia.

Uma espécie de melancolia apodera-se subitamente de todos. Calam-se e, como se vindo de muito longe, ouve-se o barulho do mar, ou quem sabe é o sopro do vento. Sócrates tosse, bebe um copo d'água, prossegue:

– O que devemos fazer agora, caros amigos, está absolutamente claro: unificar a apresentação imaginária com que acabamos de nos deliciar – a história daquele que se evade do grande cinema cósmico – e a apresentação simbólica, ou mais precisamente geométrica, que propusemos há uma hora, a saber, a linha onde acham-se marcados por segmentos desiguais os quatro tipos de referência ao real, da imagem à ideia dialética, passando pela opinião e a ideia analítica.

– Isso não é evidente – observa Glauco. – Temos dois mundos de um lado, e quatro procedimentos do outro.

– Mas esses quatro são divididos em dois: o perceptível e o pensável. Grosso modo, muito grosso modo, compararemos a princípio o que se desdobra visivelmente como aparência com as sombras que os prisioneiros do cinema percebem. Em seguida, identificaremos a luz do projetor ao poder do sol. A anábese do evadido na montanha e sua contemplação dos cumes, estabeleçamos que é a ascensão do Sujeito para o lugar do pensamento. Essas comparações, jovens amigos, estão em conformidade com o que espero e vocês tanto desejam conhecer. É apenas do ponto do Outro, e não do indivíduo – essa coisinha, ainda que seja Sócrates –, que se decide a sorte de minha esperança. Posso apenas afirmar que tudo que uma vez me apareceu, independentemente do tempo e lugar dessa experiência, dispunha-se segundo um princípio único de sua aparição. No extremo limite do saber, quase fora de seu campo, vigora o que chamo falsamente de a Ideia da Verdade. “Falsamente”, uma vez que já lhes disse que, ao sustentar a idealidade de toda Ideia, a Verdade não podia ser ela mesma uma Ideia como as outras. Aliás, é esse o motivo de ser tão difícil elaborar seu conceito. Por outro lado, ao fazê-lo, vemo-nos obrigados a concluir que é

segundo essa “ideia” que tudo que é se expõe ao brilho do que ele detém de exatidão e beleza. E, prosseguindo com nossas comparações, diremos que à doação da luz e à ação do senhor da luz, tais como as experimentamos no visível, corresponde exatamente, no registro do inteligível, o advento, segundo a Ideia da Verdade, tanto das verdades particulares como do pensamento que a elas corresponde.

– Epa – observa Amanda, franzindo o cenho – a comparação é claudicante.

– Ah – replica Sócrates, estranhamente alegre –, não haveria jamais coincidência possível entre uma imagem geométrica e uma imagem poética? Concorda comigo, à margem dessa discordância, que é somente curvando-se às injunções da Verdade que um indivíduo pode agir racionalmente, seja o contexto de sua ação público ou privado?

É Glauco quem responde no lugar de uma Amanda visivelmente insatisfeita:

– Em todo caso, não podemos dizer o contrário!

– Também concordará comigo, sem resistência ou espanto, que os fugitivos do cinema cósmico, os que chegaram ao topo da montanha e de lá contemplaram o sol, não têm vontade alguma de se misturar aos assuntos pantanosos dos homens. Incorporados num Sujeito-de-verdade, eles só desejam uma estadia eterna lá em cima. O que no fim das contas é normal, se nossa alegoria cinematográfica exprime efetivamente o real de todo esse processo. Não?

– Sim! – declara Glauco, atordoado.

– Não admira, portanto, nessas condições, que aquele que passa bruscamente de uma contemplação no nível do Outro às futricas da vida humana tenha a expressão aturdida e vagamente ridícula. Desacostumado com a sombra, na qual é novamente mergulhado, ei-lo obrigado a defender-se perante tribunais ou outras instâncias do Estado, lugares nos quais, em matéria de justiça, lida-se apenas com sua sombra ou, no máximo, com objetos artificiais que uma luz fictícia projeta sobre a tela do mundo. Ele terá muita dificuldade para rivalizar, no que se refere a essas imagens, com os que são especialistas nelas, precisamente porque nunca tiveram a intuição da justiça em si.

– Ausência de espanto não quer dizer prova – diz Amanda.

– Deu para falar por enigmas agora? – irrita-se Sócrates, parecendo contrariado. – Se mergulhasse com mais racionalidade em nosso problema, lembraria que a visão é perturbada de duas maneiras diferentes por duas causas diferentes, conforme passamos da luz à sombra ou da sombra à luz. E talvez, espremendo os miolos, lograsse concluir que essas observações sobre a visão aplicam-se igualmente ao Sujeito. Logo, minha querida, quando visse alguém tão perturbado que fosse incapaz de compreender uma noção corriqueira, você não riria tolamente, mas se perguntaria se o mencionado Sujeito, bruscamente arrancado de uma existência exposta à sua própria luz, não estaria pura e simplesmente cego devido à sua inexperiência da sombra. Ou se, ao contrário, passando de uma ignorância tenebrosa a um pouco mais de luz, ele não estaria ofuscado por esse brilho insuportável. No primeiro caso, você saberia estar lidando com alguém cujos afetos e a vida inteira pertencem à felicidade. No segundo, você deveria antes lastimar o infeliz, mas, se lhe ocorresse a ideia cruel de ridicularizá-lo, seu riso seria menos hílare do que se o houvesse suscitado aquele que vem dos cumes luminosos.

– Arrependo-me, caro mestre! – inclina-se Amanda, sorridente.

– Que seu arrependimento abra seu espírito para as conclusões essenciais. Primeiro: a educação não é o que alguns afirmam que é. Penso em todos esses psicólogos e pedagogos que se arvoram a introduzir o saber ali onde ele não está – num Sujeito que supomos virgem de qualquer disposição cognitiva –, exatamente como se enxertassem a virtualidade de ver num olho cego. Ora, o que acabamos de compreender e afirmar é que todo Sujeito detém ao mesmo tempo a potência de conhecer e o aparelho que permite ativar essa potência. Imaginemos um olho que não pudesse voltar da sombra para o que brilha senão graças a um movimento do corpo inteiro. Podemos então especular que é apenas ao custo de um impulso total do Sujeito que nos extirpamos das complexidades do devir, tornando suportável a intuição indivisa do ser e do que ele detém de brilho imanente – precisamente o que afirmamos ser a Verdade.

– Isso é que é “impulso total”! – murmura Amanda.

– A educação, portanto, não é uma questão de imposição, mas de orientação. É, eu diria, uma técnica de conversão. Importa apenas descobrir o meio mais simples e eficaz para que se opere essa inversão do Sujeito. Não se trata de forma alguma de impor-lhe a visão, ele já a detém. Contudo,

como ela é mal guiada e não se volta para as realidades adequadas, cumpre orientá-la a todo custo.

– Mas como? – pergunta Glauco. – Quais são os exercícios, as técnicas que pautam essa reorientação?

– Essa conversão – repete Amanda. – Gosto da palavra: “conversão”. Agrada-me Sócrates tentar subtraí-la de seu destino religioso.

– É possível – continua Sócrates – que a maioria das funções que denominamos “faculdades subjetivas” tenha um parentesco com as qualidades do corpo; é possível fazê-las existir naquele que delas carece utilizando todos os recursos do ensaio e da repetição: a rotina, o exercício... Mas a faculdade que denominamos “pensamento” constitui exceção a todo paralelismo entre o Sujeito e seu suporte corporal. Pertencendo à esfera do registro do Outro, o pensamento não pode perder sua potência própria. Seja ele útil e benéfico ou, ao contrário, inútil e daninho, não depende portanto senão da orientação dessa potência.

– Isso esclarece uma coisa que sempre me impressionou – intervém Glauco. – É a respeito das pessoas que afirmamos serem más, porém espertas. Observei que, a despeito ou por causa de sua subjetividade indigente, elas têm a visão penetrante e discernem com extrema acuidade os objetivos abjetos de sua ação, bem como os obstáculos que as separam deles. Você nos explicou que o olho do Sujeito, nessas pessoas, não é de forma alguma cego, mas que, mal orientado, é compelido a servir o mal.

– Exatamente – aprova Sócrates. – De modo que temos o seguinte paradoxo: quanto mais claro veem essas pessoas, mais perversas elas são.

– Mas como então – preocupa-se Glauco – reorientar a visão subjetiva na direção certa, a que às vezes você denomina “incorporação a uma verdade”?

– Para isso é preciso sem dúvida uma preparação, da qual posso lhe dar um exemplo. Suponha que, desde a infância, operemos a propensão animal dos indivíduos, libertando, como fazemos para soltar um balão e acelerar seu voo, essas massas de chumbo que são tudo aquilo que, em nós, reduz-se ao simples e passivo devir. Se desviássemos assim o olho subjetivo das visões cativas que lhe propõem os produtos do mercado mundial: cintilantes embalagens de biscoitos insossos, bonecas infláveis simulando mulheres nuas, carros cromados, computadores para multiconversas débeis, em suma, tudo que desvia esse olho para a baixeza e a insignificância, se, ao

contrário, operada essa ablação cirúrgica, voltássemos esse olho para as verdades, para que ele as visse, e incitássemos desde logo o indivíduo em sua completude a incorporar-se ao Sujeito que o orienta, então perceberíamos que, nos mesmos indivíduos que você menciona, o mesmo olho pode ver essas verdades com a mesma nitidez que hoje o desvia para o nada das coisas más e que, assim, temos o direito de supor em todos os indivíduos sem exceção uma igual e positiva potência do pensamento.

– Eis o fundamento igualitário do nosso comunismo – comenta Glauco.

– E ele é muito mais subjetivo do que econômico – acrescenta Amanda.

– Claro, claro – diz Glauco, descontente. – Mas um dia ele terá de vir a ser os dois.

– Avancemos passo a passo, crianças! – exclama Sócrates. – Uma consequência inelutável do que acabamos de afirmar é que dois tipos de indivíduos seriam – ou, nas nefastas condições presentes, são – inaptos às funções dirigentes. Em primeiro lugar, aqueles em quem a ausência total de formação e o abandono a que foram relegados produzem uma espécie de indiferença cínica com relação às verdades. Em seguida, aqueles que, retirados do carrossel social, dedicam, solitários, toda a sua vida ao estudo. Aos primeiros, falta a norma unificada à qual poderiam reportar suas ações públicas ou privadas. Quanto aos demais, que se julgam transportados já em vida para as ilhas bem-aventuradas, simplesmente se recusarão a se ocupar de política.

– Mas então – questiona Glauco, preocupado – não haverá ninguém para comandar nossa quinta política?

– Isso depende do nosso trabalho. Quando digo “nós”, quero dizer: os pioneiros da Ideia comunista. Devemos criar condições – uma vez que sabemos que o pensamento de qualquer um pode equivaler-se ao de qualquer um – para que as massas se voltem para esse saber que declaramos fundamental, aquele que orienta a visão da Verdade. Que todo mundo, espontaneamente ou à força, saia da caverna! Que a anábase para o cimo ensolarado seja de todos! E se uma aristocracia minoritária chegar sozinha ao topo e lá desfrutar da Ideia da Verdade, não permitiremos o que quase sempre lhe permitimos.

– O que será? – pergunta um Glauco, febril.

– Nunca ouviu falar de pequenas elites, aninhadas dentro dos partidos políticos comunistas, que, tendo conseguido ao custo de grandes sacrifícios

uma saída forçada, instalam-se no topo do Estado e passam a ignorar as pessoas embaixo? Sem jamais retornar aos operários, aos camponeses, aos simples soldados, para conviver com eles e, como dizia Mao, “sintonizar com as massas”? Não toleraremos esse gozo dissociado do novo mundo. Eles terão de descer de volta para junto daqueles que não puderam sair ou refugaram durante a ascensão. Serão obrigados a partilhar com eles, no elemento inovador da Ideia, os trabalhos e mediocridades transitórias.

– Mas – objeta Glauco – não é injusto privar de uma vida um pouco melhor esses revolucionários que pagaram um pesado tributo para vencer, para romper o confinamento opressivo?

– Meu caro Glauco, nem “vitória”, nem “recompensa”, nem “sacrifício” fazem parte de nosso vocabulário. Nosso princípio não é proporcionar uma vida excepcionalmente satisfatória a um grupo específico de cidadãos. Para nós, o importante é que esse tipo de vida se espalhe pelo país inteiro. Queremos congregiar em torno desse princípio a maioria esmagadora, privilegiando o debate e o consenso, sem recuar, quando se fizer necessário, diante do emprego da força. O essencial é que todos se empenhem em comunicar aos outros o balanço de suas experiências e o que delas pode ser extraído de útil à ação geral. Caso surja, em determinadas circunstâncias históricas, uma vanguarda esclarecida, ela não deve dirigir sua ação para o que lhe agrada, e sim pôr-se à disposição de uma forma superior de unidade popular.

– Que quadro esplêndido! – diz Amanda. – Mais em cima do muro, impossível.

– Eu estava respondendo a Glauco – diz secamente Sócrates. – E não terminei. Chamemos de “filósofos” todos aqueles – e, a longo prazo, isso pode vir a ser qualquer um – cuja disposição vital é ser orientado por uma Ideia. Ora, obrigar nossos filósofos a preocupar-se com aqueles que ainda não o são, a associar-se a eles, a incentivar-lhes a reorientação da existência...

– A conversão! – corta Amanda.

– Sim, de acordo, a conversão, pois bem, tudo isso não representará qualquer injustiça com relação a eles.

– No fundo, nada mais que justiça – apoia Glauco.

– Exatamente. E o argumento decisivo pode assumir a seguinte forma, que vocês podem ouvir, amigos, como uma prosopopeia da Justiça:

“Ó vós que, tentando viver sob o signo da Ideia, merecem o nome de filósofos! Compreendemos que, submetidos ao jugo de uma das quatro más políticas – as que se fundam não sobre a Ideia, e sim, respectivamente, na honra militar, na riqueza, na liberdade de opinião e no desejo de um único –, não sede seduzidos pelo engajamento nos assuntos públicos. Foi de maneira pessoal e espontânea que adquiristes a aptidão filosófica, e não em virtude de um contexto político, em todo caso hostil à Ideia, mas a despeito dele. É justo, enfim, que aquele que se formou por si só e, se me permitem, não deve a comida que come a ninguém, tampouco queira propiciá-la a qualquer um, sobretudo a um Estado que vê sua investigação da Ideia como se esta fosse uma banalidade. Mas se porventura sois filósofos à altura do contexto político que soubemos criar, porque nossa bússola, para orientar a vida coletiva, era a Ideia comunista; se, justamente em virtude disso, desenvolvestes vossa subjetividade ativa em condições mais completas e apropriadas do que puderam fazer aqueles que em outras plagas são denominados filósofos; se, em suma, deveis a capacidade de circular com muito mais facilidade entre a Ideia e a prática, então tendes a obrigação de descer novamente, cada um na sua vez, à casa comum e habituar-vos a contemplar as sombras. Pois, uma vez recuperado esse hábito, vossa visão será mil vezes superior à das pessoas que ainda não conseguiram sair do cinema cósmico. Tereis o domínio do que são as imagens e daquilo a que elas se referem, uma vez que tereis a intuição do que são, no elemento da Verdade, os procedimentos artísticos criadores de beleza, os científicos criadores de exatidão e os políticos, de justiça. Assim, essa comunidade política ainda não constituída, mas que já é a vossa e a minha, viverá um real despertar e não pertencerá mais à esfera do sonho, como hoje a maioria dos Estados nos quais se luta por sombras, onde irrompem pavorosas guerras civis sem outro objetivo que não o poder, como se isso fosse alguma coisa importante. Em verdade vos digo, a comunidade política da qual os dirigentes políticos tivessem menos vontade de ser dirigentes seria a melhor e a mais bem protegida contra as guerras civis. Em contrapartida, as piores comunidades seriam aquelas governadas por pessoas ávidas de poder.”

– Aí está – admite Amanda – uma conclusão poderosa, tão convincente quanto inesperada.

– Ouviu sua irmã, Glauco? Também se convenceu? Depois de nos ouvir, persistirão nossos jovens filósofos no caminho do fastio solitário e da

desobediência? Recusarão eternamente participar, cada um na sua vez, do trabalho político, visto que a maior parte do tempo viverão como todo mundo no convívio das verdades puras?

– O certo é que ninguém quererá ou poderá omitir-se. Pois é a justos que ordenamos coisas justas. Em compensação, é igualmente certo que eles só chegarão ao poder como cães enxovalhados. O que fará um belo contraste com o que vemos hoje em todos os Estados, sem exceção.

– Tem toda a razão, caro amigo. É a essência mesma da questão que você traz à luz. Se encontrarmos, para aqueles cuja vez chegou de assumir parte do poder, uma vida muito superior à oferecida pelo poder, possibilitaremos a existência de uma verdadeira comunidade política. Pois só chegarão ao poder aqueles para quem a riqueza não é o dinheiro, e sim o que é requerido para a felicidade, ou seja, a verdadeira vida, transbordante de pensamentos ricos. Se, em contrapartida, acorrem aos assuntos públicos indivíduos famintos de vantagens pessoais, convencidos de que o poder sempre promove a existência e a extensão da propriedade privada, nenhuma verdadeira comunidade política é possível. Estes batem-se ferozmente pelo poder, e a guerra, em que se misturam paixões privadas e poder público, destrói, junto com os pretendentes às funções supremas, o país inteiro.

– Espetáculo hediondo! – geme Glauco.

– A propósito, conhecem uma vida capaz de engendrar o desprezo pelo poder e pelo Estado?

– Claro! – adianta-se Amanda. – A vida do verdadeiro filósofo, a vida de Sócrates!

– Não exageremos – exulta Sócrates. – Nosso pressuposto desaconselha que assumam o poder aqueles aferrados a ele. Sendo assim, teremos apenas a guerra dos candidatos. Eis por que é necessário que se dedique alternadamente à salvaguarda da comunidade política essa imensa massa de pessoas que não hesito em declarar filósofos – pessoas desinteressadas, instintivamente instruídas a respeito da essência do serviço público, porém cientes da existência de muitas outras honrarias que não as extraídas da frequência das repartições públicas, bem como de uma vida de longe preferível à dos dirigentes políticos.

– A verdadeira vida – murmura Amanda.

– A verdadeira vida – repete Sócrates. – Que nunca está ausente. Ou nunca completamente.

12. DA MATEMÁTICA À DIALÉTICA (521c-541b)

– A VERDADEIRA VIDA – diz Glauco, como se ecoando debilmente os outros dois. – Naturalmente. Mas como levar todos os jovens do país a concebê-la? Como organizar sua anábase para a luz, no modelo desses anjos decaídos a respeito dos quais afirmamos que conseguiram deixar as profundezas infernais e ascender à morada celeste?

– Não estamos jogando cara ou coroa. Trata-se de fazer com que, incorporado a um Sujeito, o indivíduo, desviando-se da escuridão e orientando-se para o que é de fato, obtenha as chaves da vida real. É essa conversão que chamamos filosofia. Sua pergunta equivale a indagar qual o saber que detém a potência de resultar em tal reorientação do pensamento. Ou, em outras palavras: qual é a ciência, caros amigos, que impele o indivíduo, para além da impermanência de todas as coisas, rumo ao ser em si? No entanto, pensando bem: não dissemos que, em sua juventude, nossos filósofos deviam ser verdadeiros soldados bem treinados?

– Sim, e daí? – aflige-se Glauco diante da perspectiva de mais uma digressão.

– Num programa curricular, o que é novo deve consolidar as conquistas. Seria contraproducente se a ciência que procuramos fosse totalmente inútil para um soldado. Ora, esses soldados – ou guardas, militantes, cidadãos, governantes, tudo que quiser – começaram seus estudos pelas disciplinas do espírito, literatura e música, junto com as disciplinas do corpo, dietética, medicina e esporte. Podemos deixar de lado estas três últimas. Elas referem-se ao crescimento, manutenção e envelhecimento do corpo, de forma alguma às verdades eternas. Porventura a ciência que procuramos seria a literatura ou a música?

– De forma alguma! – exclama Amanda. – Lembre-se: afirmamos que essas disciplinas só estavam presentes no currículo para fazer contrapeso aos exercícios físicos. Elas servem para estabelecer uma rotina útil para todos. Por exemplo, as harmonias musicais valorizam e estruturam a harmonia interior. Um compasso delicado pode estimular a regularidade do comportamento. Os poemas, sejam eles mitológicos ou mais realistas,

transmitem traços de caráter, e assim por diante: procuramos educar todos aqueles na flor da idade, inculcar-lhes maneiras de ser. Numa ciência que se dirigisse rumo à Verdade, como a que você procura, não haveria vestígio desses ensinamentos preliminares.

– Exatamente: não há nada neles que possa nos ser útil para seguir adiante. Mas então, minha excepcional Amanda, em que direção devemos procurar? Do lado das habilidades, das técnicas? Acho que é hora de declamar alguns versos trágicos – diz Sócrates:

Em tão grande calamidade, o que nos resta? A a-
Ritmética que se estende a todo ser-aí.

– Piedade! – grita Amanda.

– É Corneille remendado pelo nosso mestre – comenta Glauco, satisfeito por deixar a irmã para trás na prática da erudição poética.

– Penso – continua Sócrates, um pouco envergonhado da sua farsa – nesse saber realmente comum, ao qual as técnicas recorrem inevitavelmente, as disciplinas analíticas e as ciências propriamente ditas, as quais todos devem aprender logo no início dos estudos. Esse saber primitivo graças ao qual sabemos contar até três, e até um pouco mais: a aritmética elementar e as tabuadas, especialmente a da multiplicação. Não é exato que técnicas e ciências devam supor tais conhecimentos básicos?

– Evidentemente – diz Glauco, dando de ombros.

– Até para guerrear é preciso saber contar?

– Que pergunta! Óbvio.

– A propósito, o Palamedes que Ésquilo, Sófocles e Eurípides apresentam...

– ... para não falar nada de Górgias – sussurra Amanda –, com seu *Elogio de Palamedes*, que acho brilhante.

– Já falei o suficiente de Górgias – corta Sócrates, tenso –, e seu irmão Platão dedicou-lhe um diálogo inteiro. É o bastante, se me permite. Eu dizia que, tanto para os nossos três Trágicos como para toda uma tradição, Palamedes é o inventor da aritmética. Cheio de si, devido a esse rasgo de gênio, ele afirmava ter assinado a ordem de batalha para os regimentos gregos diante de Troia, listado as naus, verificado os estoques de farinha,

calculado as reservas em arcos e flechas, e assim por diante. Agia como se ninguém antes dele soubesse contar. O que, entre parênteses, faz de Agamenon um general em chefe pífio, que não sabe sequer quantos pés tem!

– Um general de comédia mais do que de tragédia – opina Glauco. – É evidente que mesmo um simples soldado deve saber contar quantos pares de calçados leva em sua mochila.

– Um soldado e, naturalmente, um animal humano qualquer. Ninguém pode viver como homem e ignorar o Número. No entanto, devemos pensar a aritmética em sua verdade.

– Que é...? – indaga Amanda, com uma ponta de insolência.

– Receio muito que se não se trate de um dos saberes que procuramos, saberes cuja essência é nos introduzir no reino do pensamento puro. Ou, mais precisamente, orientar-nos para o que, do ser, expõe-se ao pensamento puro. Convém dizer que, na prática, ninguém interpreta assim a aritmética.

– Até eu tenho dificuldade para acompanhá-lo – confessa Glauco.

– Tentarei então esclarecer o meu ponto de vista: antes de tudo, vou separar na ordem do discurso o que indica uma orientação positiva daquilo que nos desvia dela. Feito isso, você entrará em cena e, levando em conta essa primeira divisão, a aprovará ou não. Enxergaremos então mais claro no que se refere à legitimidade de minhas predições.

– Vá em frente – suspira Glauco, já desanimado.

– Eis então a minha primeira divisão. Dentre os objetos que nos são acessíveis pela percepção, há aqueles que não requerem nenhum exame suplementar por parte do pensamento e outros que solicitam veementemente esse pensamento. Qual é o princípio dessa diferença? No primeiro caso, a compreensão fundada exclusivamente na percepção é suficiente, ao passo que no segundo a percepção não produz nada que permita nos pronunciar criteriosamente a respeito do que é.

– Compreendo – diz Glauco. – Você naturalmente refere-se a objetos vistos de muito longe ou a efeitos especiais como os *trompe-l'oeil* que decoram certas fachadas modernas.

– Você não compreendeu nada – diz Sócrates, amavelmente. – Os objetos que não requerem o pensamento puro são aqueles que não induzem simultaneamente duas sensações opostas. Os que induzem essa oposição

imediate, classifico-os dentre os objetos que mobilizam o pensamento puro. A razão disso é que, nesse caso, a percepção não ilumina de forma alguma a questão de saber se o objeto cai sob um predicado ou sob o predicado contrário. E isso nada tem a ver com a distância em que se encontra o objeto.

– Poderia nos dar um exemplo? – pergunta Glauco, atônito.

– Sim. Observe bem os três primeiros dedos de minha mão direita, o polegar, o indicador e o médio. O fato de cada um deles aparecer enquanto dedo, e logo alinhar-se sob a palavra “dedo”, em nada depende de sua posição, mediana ou extrema. E tampouco depende de sua cor clara ou escura, de sua espessura, inchada ou descarnada, ou de qualquer outra determinação desse gênero. Na rede cerrada das diferenças secundárias, o sujeito não é obrigado a voltar-se para o pensamento puro para lhe perguntar o que é um dedo. E por quê? Porque a visão nunca lhe indicou que um dedo pudesse ser também e ao mesmo tempo o contrário de um dedo.

– Além disso – diz Amanda –, temos de admitir que o pensamento, mesmo puro, teria dificuldade para determinar claramente o que é o contrário de um dedo!

Sócrates, ignorando a perfídia, prossegue:

– Entretanto, em se tratando do tamanho dos dedos, a vista tem uma visão adequada? Em todo caso, o fato de um dedo estar em posição mediana ou extrema não é absolutamente indiferente à percepção. Mesma coisa para o tato, desde que se trate de pares predicativos como duro-mole ou grosso-fino. De maneira geral, as faculdades sensíveis – entendo por isso o famoso quinteto: visão, audição, olfato, paladar e tato – não podem apreciar corretamente esse tipo de determinações. E essa é a razão porque topamos com o critério de contrariedade. Pois a faculdade sensível encarregada, por exemplo, de avaliar a rigidez de um objeto é a mesma que avalia a maciez. Essa faculdade irá então anunciar ao Sujeito, a respeito do mesmo objeto, que “maciez” e “rigidez” não são predicados distintos que uma experiência sensível separa nitidamente, mas antes degraus situados numa espécie de continuidade sensível. E como esse *continuum* deriva de uma única faculdade, é possível afirmar analogamente que um mesmo objeto é percebido como rígido e macio ao mesmo tempo. Nessas condições, o Sujeito vê-se diante de uma aporia. Por exemplo, uma

percepção que nos informa que um objeto é rígido e que, ao fazê-lo, afirma igualmente que é macio. O que isso significa? E a mesma coisa para o pesado e o leve. O que significa a distinção do pesado e do leve se nossas faculdades sensórias nos comunicam que o pesado é leve e o leve é pesado?

– Heráclito ficará satisfeito – intervém Amanda. – Adoro sua fórmula: “Viver de morte e morrer de vida.”

Mas Sócrates não morde a isca provocadora. Imperturbável, prossegue:

– Para tentar verificar se esses comunicados perceptivos envolvem uma dualidade ou uma unidade, só resta ao Sujeito recorrer à ferramenta do raciocínio e ao pensamento puro. Caso afigure-se ao pensamento que há de fato dois objetos, convém que cada um dos dois seja um, e diferente do outro. Na medida em que cada um dos objetos é um e que é só com o outro que ele constitui dois, o Sujeito os pensará como dissociados. Pois não dissociados eles não seriam pensáveis como dois, mas apenas como um. Nós aplicamos essas observações abstratas ao caso da percepção visual. Dissemos que a vista tinha do grande e do pequeno uma visão que não os separa, e sim os conjuga. Para esclarecer um pouco tudo isso, o pensamento puro é obrigado a conceber o grande e o pequeno como disjuntos e não como conjugados, e logo a contradizer a vista. Temos aqui uma contradição patente entre ver e conceber. É essa contradição que nos leva a pesquisar o que são realmente, em seu ser, o grande e o pequeno. Em todo caso, foi assim que procedemos, ainda há pouco, quando fizemos um “corte epistemológico”, para falar como nosso velho amigo Bachelard, entre o perceptível e pensável. Eis o que eu pretendia dizer ao distinguir os objetos que estimulam o entendimento e os que o deixam em repouso. Defino como estimulantes aqueles que saturam a percepção por duas determinações contrárias, e como intelectualmente átonos aqueles cuja percepção é unívoca.

Glauco parece aliviado e perplexo ao mesmo tempo. Explica-se:

– Creio finalmente compreender sua definição. O que não vejo, mas de jeito nenhum, é a relação com a aritmética!

– Em que classe de objetos você coloca o número e a unidade?

– Não faço a menor ideia.

– Pode fazer uma ideia a partir do que dissemos sobre o elo entre percepção e contradição. Se a visão ou qualquer outra faculdade sensível permite uma apreensão adequada do Um tal como ele é em seu ser, é porque

o Um não é de natureza a orientar nosso desejo para aquilo que, do ser, expõe-se ao pensamento. Estamos no caso do dedo de que falávamos agorinha. É muito possível, contudo, que o caso do Um não seja exatamente o do dedo. Para estabelecer essa diferença, devemos perguntar-nos se a percepção do Um, sob a forma de um objeto, não induz sempre alguma contradição, a ponto de ele aparecer tanto como um quanto como múltiplo. A consequência disso seria, como vimos, que o Sujeito, confrontado com uma aporia, deveria, para elucidar o debate, empreender uma investigação de um tipo completamente diferente. Deveria despertar em si mesmo o entendimento e se perguntar o que é o Um em si. E, considerando todo esse processo, poderíamos concluir, por nossa vez, que o estudo do Um é daqueles que convertem os indivíduos à visão em verdade do que é.

Amanda, tendo escutado essa réplica com a expressão cética, contrapõe:

– Aritmética para que o indivíduo se torne Sujeito? Isso sim é um exagero!

– Em todo caso – protesta Glauco –, é certo que a visão de um objeto, por mais claramente uno que ele seja, está repleta de contradições. A cada espiada, ele se desintegra. Vemos constantemente a mesma coisa ao mesmo tempo como unitária e como infinita multiplicidade.

– Acrescentemos – continua Sócrates – que, se acontece assim com o Um, acontecerá a mesma coisa para qualquer número inteiro, o qual é uma composição de Uns. Ora, a aritmética e o cálculo incidem sobre números. Daí resulta que essas ciências movem-se rumo a determinadas verdades.

– Está vendo! – diz Glauco à sua irmã, calada e risonha. – Espere um pouco o fim dos raciocínios antes de meter o bedelho. Nós pura e simplesmente demonstramos que a aritmética superior é uma das ciências que procuramos. De um lado, ela é necessária em quase todos os domínios da ação coletiva, por exemplo para arregimentar o melhor possível todas as forças de um exército com vistas a um ataque-relâmpago. E, de outro, é necessária ao filósofo, que, para ser um perito na teoria dos números, deve aprender a superar a potência do devir a fim de apreender o que, do ser, expõe-se ao pensamento. Ora, os guardiões de nossa comunidade política comunista – militantes, operários, soldados, governantes, todo mundo – são ao mesmo tempo homens de ação e filósofos. Logo, julgo necessário, na prática, declarar que o estudo da aritmética superior, ou transcendental, é obrigatório. Todos os que desejarem encaixar-se em nossa coletividade e

defendê-la quando chegada sua vez de exercer funções de governo deverão participar desse estudo e exercitar-se nele não superficialmente, para memorizar apenas algumas receitas práticas, mas até alcançarem, pelo pensamento puro, uma compreensão sintética da natureza dos números. Sim, quanto mais penso nisso, mais vejo a que ponto essa ciência é parte integrante de nosso projeto político.

– Magnífica exaltação da juventude! – exclama Sócrates.

– Seja como for, sob certas condições, creio – resmungo Amanda. – Afinal de contas, hoje um monte de gente alimenta um verdadeiro fetichismo do número. Vejam as eleições, as pesquisas eleitorais e, naturalmente, a moeda: é o número que está em toda parte no poder. Desconfio, sim, a palavra é essa, desconfio muito do culto da aritmética. Os mais ávidos lacaios do capitalismo, os *traders* dos bancos, são temíveis aritméticos, isso diz tudo. Estamos aqui muito longe do comunismo, meus amigos.

– Você não está errada – admite Sócrates. – Estamos na mesma corda bamba. À minha direita, uma pragmática do número, que o alinha com o comércio, os bancos, a opinião escravizada, as estúpidas maiorias numéricas. À minha esquerda, a ciência formal do Número, que facilita a incorporação do indivíduo a um Sujeito universal e cuja distinção é revelar em verdade o que, do ser, expõe-se ao pensamento. Confio na matemática. Ela não desaparecerá em seu aviltamento monetário e comercial. Seu estudo desinteressado imprime um impulso aéreo ao Sujeito, obrigando-o a dialetizar a respeito do ser dos números, sem jamais aceitar, no movimento dessa dialética, que os números remetam a corpos visíveis e palpáveis ou a símbolos sociais como a riqueza e a celebridade.

– Minha nossa! – exclama Glauco. – Você conhece os matemáticos. Os “números” a que eles se referem decerto não são os do comércio! Exigem um manuseio muito delicado. Se afirmamos, por exemplo, ter descoberto um meio racional de dividir o Um, eles desatam a rir e recusam-se categoricamente a acreditar em você. Se fazemos menção de dividi-lo assim mesmo, esse Um, eles o multiplicam de maneira a que jamais o Um se mostre sob a aparência, não do Um que ele é, mas de uma multiplicidade de partes.

– Que descrição maravilhosa! – alegra-se Sócrates. – O que recomendo é fazer-lhes a seguinte pergunta: “Admiráveis cientistas, a respeito de que

números vocês discutem ao afirmar que são tais que o Um de que são compostos é absolutamente idêntico a qualquer outro Um imaginável, não podendo ser diferenciado dele, nem mesmo por uma defasagem infinitesimal?” O que responderiam, a seu ver, nossos diletos matemáticos?

– Que estão falando de números aos quais não temos nenhum acesso, a não ser pelo pensamento puro, e dos quais é impossível servir-se alhures exceto no lugar constituído por tal pensamento.

Dessa vez, Sócrates, visivelmente orgulhoso de seu jovem discípulo, dá um tapinha no ombro de Glauco:

– Impecável! O que deixa claro que necessitamos de fato da aritmética superior. Ela nos obriga, enquanto Sujeitos orientados para a Verdade, a recorrer ao pensamento puro.

– É esse de fato o efeito que ela me causa – concorda Amanda.

– Além disso – prossegue Glauco –, os sujeitos que têm o dom da matemática não demoram a ser excelentes nas outras ciências. E os ineptos, se os obrigarmos a aplicar-se na demonstração dos teoremas e exercícios, pois bem, se isso aparentemente não lhes é de serventia alguma, podemos de toda forma ver que têm o espírito muito mais vivo do que antes.

– Exatamente. Aliás, o fato de a teoria dos números prevalecer sobre todas as outras disciplinas no quesito dificuldade intelectual, tanto no que se refere a aprendê-la como a inventar novas soluções, é suficiente para que todo mundo seja obrigado a esbarrar com ela. Sem essa ciência, ninguém torna-se um espírito sutil.

– Que pena! – sorri Amanda.

– Assunto resolvido – conclui Sócrates, esfregando as mãos. – Teoria dos números, disciplina obrigatória para os jovens! Passemos à segunda seção querida em nosso programa geral de formação das pessoas.

– Lá vem a geometria de novo – geme Amanda.

– Acertou na mosca!

– A geometria, claro – aprova Glauco. – Ela é essencial na guerra! Para traçar o plano de um acampamento, construir praças-fortes, distribuir ou cerrar as fileiras de um exército, em suma, para todas as manobras complexas exigidas pelas batalhas e deslocamentos, vemos imediatamente a diferença entre aquele que é forte em geometria e o que nada compreende dela.

Sócrates faz um muxoxo:

– Francamente, para tudo isso que você mencionou são necessários apenas conhecimentos muito elementares em cálculo e geometria. Em vez disso, devemos considerar a geometria em sua totalidade e, singularmente, sua parte mais recente e difícil, a fim de determinar se ela pode servir a nosso objetivo fundamental, isto é, literalmente, uma apreensão mais fácil da Ideia da Verdade. Pois lembro a vocês: descobrir tudo que compele o indivíduo, tão logo incorporado a um Sujeito, a orientar-se para o lugar onde vigora a parte do ser que dispensa uma felicidade essencial, parte cujo único imperativo que podemos considerar filosófico é no fim ter acesso a ela, tal é de fato nossa visada propriamente filosófica.

– Aqui estamos – diz pensativamente Amanda – de volta ao motivo da conversão.

– Sim, exatamente! Se a geometria nos obriga a olhar de frente aquilo que, do ser, expõe-se ao pensamento, ela nos convém. Se for apenas do devir que ela se ocupa, não nos convém. Essa questão é obscurecida pela visão que muitos dos que a utilizam têm da geometria. Os autênticos geômetras não me objetarão: essa ciência é quase sempre difundida numa versão diametralmente oposta ao que constitui a verdadeira natureza. Ela é referida em termos efetivamente ridículos, uma vez que sumamente dependentes de necessidades empíricas. Não se faz senão brandir palavras sonoras, como “duplicação”, “elevação ao quadrado”, “cálculo do comprimento de uma linha”, “soma das superfícies” e outras expressões do mesmo gênero, como se a geometria não passasse de um monte de receitas prontas para manusearmos figuras numa superfície plana. Ora, só cultivamos a matemática com vistas ao pensamento puro. Em termos mais precisos: com vistas ao pensamento puro do que existe eternamente, e não daquilo que, circunstancialmente, nasce e desaparece.

– Ocorre-me a formulação de Goethe – murmura Amanda –, segundo a qual “Tudo que nasce merece perecer.”

– Por uma vez na vida – responde Sócrates –, um poeta, e alemão ainda por cima, falou algo que prestasse, ainda que seja ao Diabo que ele atribua essa bela máxima. Livre da maldição do nascimento, e logo fadada à eternidade, a geometria orienta o Sujeito para a Verdade, formalizando, portanto, a parte analítica da filosofia e anunciando o movimento pelo qual alçamos para o topo o que comumente deixamos estagnar embaixo.

– De novo a conversão – murmura Amanda.

– Em todo caso, insistiremos para que nenhum dos habitantes de nosso belo país comunista despreze a geometria. Aliás, ela tem vantagens secundárias não desprezíveis.

– Quais? – pergunta Amanda, com certa agressividade.

– As listadas por Glauco: a guerra e tudo o mais. Contudo, principalmente quando consideramos o progresso dos saberes, sejam eles quais forem, constatamos uma diferença estratosférica entre os cientistas que estudaram a fundo a geometria e os que a ignoram.

– Vamos então prescrever aos jovens o estudo dessa segunda ciência, depois da aritmética – conclui Glauco.

– Certamente – aprova Sócrates. – E a terceira é a astronomia, de acordo?

– Sim – diz Glauco, com entusiasmo. – Pois é a astronomia que nos ensina em que momento do mês e do ano estamos. E disso, o lavrador, o marujo e o general em campanha precisam inevitavelmente.

– Você me faz rir com suas justificações práticas! Você me lembra esses jornais nos quais descobrimos, num rodapé, uma novidade “científica”: alguém descobriu a solução de um problema de aritmética superior que resistira durante três séculos aos esforços dos maiores gênios matemáticos.

– Sei perfeitamente do que se trata – declara Amanda, vincando os olhos. – É o teorema de Fermat, demonstrado pelo inglês Wiles. Li numa revista feminina!

– Uma boa revista científica, então! – sorri Sócrates. – Você deve ter observado que, nesse tipo de circunstâncias, o ou a jornalista declara invariavelmente duas coisas. Um: nem eu nem meu leitor temos qualquer chance de pescar uma gota disso. Dois: desafortunadamente, isso não serve para nada “na vida concreta”. Como se o pensamento criador não fosse “concreto”! É mais concreto que qualquer outra coisa. Eis por que, caro Glauco, não deve temer o seu público. Se a astronomia teórica não serve para a colheita das bananas ou a melhoria das correntes das bicicletas, nos resignaremos a isso. As ciências que estamos selecionando têm uma utilidade tão fundamental quanto difícil de ser representadas: em todo sujeito, elas purificam e ressuscitam um órgão corrompido e obscurecido por nossas ocupações rotineiras. É muito mais importante cuidar desse órgão do que o seria manter abertos noite e dia, se dispuséssemos deles, os cem olhos do gigante Argos. Pois é exclusivamente com esse órgão que

temos o poder de encarar uma verdade de frente. As pessoas que conhecem a existência dessa capacidade subjetiva não precisam de justificações práticas. Os que a ignoram completamente perdem qualquer interesse por ciências das quais não se tira nenhum proveito prático. Decida-se, amigo Glauco, a quem você se dirige: aos defensores do pensamento puro ou aos pragmáticos inflexíveis?

– Nem a uns nem a outros, para dizer a verdade. Que todos se danem quanto ao proveito que venham a extrair dessa ou daquela ciência. De minha parte, é para mim mesmo em primeiro lugar que falo, interrogo ou respondo.

– Por que não? Vamos retroceder. Não selecionamos, depois da geometria, a ciência a ser adotada.

– Não é a astronomia?

– Não imediatamente. Lembre-se: falamos da geometria elementar, cujos principais exemplos escolares são extraídos da geometria plana, triângulos, círculos, quadrados, parábolas... Todas essas figuras têm duas dimensões. Ora, o que são os corpos celestes estudados pela astronomia? Objetos do espaço com três dimensões. Além disso, eles estão em movimento, de modo que podemos afirmar que têm quatro dimensões, as três do espaço e o tempo que mede seus deslocamentos. A bem da verdade, as coisas são ainda mais complicadas. Pois há várias espécies possíveis de espaços, que podemos estudar em quaisquer dimensões, e não apenas duas (o plano), três (o espaço), ou quatro (o espaço-tempo). Os matemáticos, para resolver essas questões, forjaram conceitos bastante genéricos, como, por exemplo – criação do genial Riemann –, o de variedades com n dimensões. Podemos igualmente citar os espaços vetoriais topológicos, ou os espaços fibrosos, ou os grupos de Lie... No fim das contas, vocês têm objetos mais fascinantes que o planeta Netuno ou a constelação do Cisne, objetos que associam características topológicas, ou de localização (vizinhança, aberto-fechado, recobrimento, ponto, interior-exterior...), características métricas ou de medida (distância, tamanho...) e características algébricas ou de cálculo (grupo fundamental, decomposição, isomorfia...). Esses objetos são os mais estranhos e complicados da disciplina-rainha da matemática contemporânea: a topologia algébrica. Nela, encontramos nós, superfícies esburacadas ou dobradas n vezes, as hiperesferas, a faixa de Moebius, a garrafa de Klein e tantas outras maravilhas! É nesse nível que convém

situar o aprendizado da matemática para todos os cidadãos sem exceção. A geometria do triângulo e do círculo não pode nos bastar.

– Mas qual o destino, em meio a essas construções abstratas, reservado à nossa pobre astronomia?

– Há uma coisa que você deve compreender: o único saber que eleva um indivíduo à altura do Sujeito capaz de devir é aquele que incide sobre essa parte do ser que vive na invisibilidade de um retraimento. A ciência propriamente dita é alheia à simples particularidade sensível. Decerto, para o poeta que subjaz a cada um de nós, as constelações que brilham no firmamento, embora tecidas na matéria sensível, são o que há, em nossa ordem própria, de mais belo e mais sublimemente regular. Apesar disso, sustentaremos que elas não suportam a comparação com as constelações essenciais, as verdadeiras constelações subjacentes que delas vemos, constelações cuja velocidade e lentidão são verdadeiras e apropriadas a várias figuras, constelações que se movem com exatidão, tanto segundo a relação que mantêm entre si quanto segundo a relação que as liga a si mesmas. A dificuldade reside em que há uma apreensão racional e analítica de tudo isso, mas nenhum saber que possamos extrair diretamente do visível.

– Nesse caso, de que servem as observações dos astrônomos, as imensas lunetas, radiotelescópios, satélites lançados ao limiar do sistema solar?

– Os inumeráveis objetos do céu devem constituir paradigmas para alcançarmos o saber da invisível Ideia. Suponha que descobramos nas paredes de uma caverna desenhos abstratos traçados pela mão genial de algum artista de nossa pré-história. Um matemático contemporâneo poderia identificar neles figuras da topologia algébrica e admirar sua execução. Mas não concluiria que, simplesmente admirando boquiabertos essas obras-primas, fazemos avançar a teoria geral do espaço. Da mesma forma, o verdadeiro astrônomo pode extasiar-se diante das maravilhas de nosso universo sensível quando descobre novas galáxias ou grava o ruído de fundo, o vestígio ínfimo, da explosão primordial cujas consequências esse universo desdobra suntuosamente há bilhões de anos. Mas ele não acreditará que esse êxtase contemplativo, ou a adição de inumeráveis observações desse gênero, possa por um único instante equivaler a uma teoria consistente e completa do que esse universo é realmente, tanto em sua totalidade como em seu detalhe.

– É Rousseau, meu querido Jean-Jacques, que tem razão como sempre – atreve-se Amanda. – Para pensar corretamente, diz ele, “deixemos de lado todos os fatos”.

– Claro, é colocando os problemas, e não anotando fatos, que estudaremos astronomia, assim como fazemos com a aritmética superior, a geometria elementar ou a topologia algébrica. Ater-se a fatos visíveis impede que acionemos utilmente o que, num Sujeito, merece o nome de pensamento.

– Está nos falando agora – preocupa-se Glauco – de um trabalho altamente sublime.

– O único capaz de colocar as ciências a serviço do Sujeito-de-verdade.

– Desse Sujeito, entretanto, você só nos apresentou um esboço.

– É que todas essas ciências que acabamos de identificar, consideradas em si mesmas, não deixam de ser incapazes dese pronunciar sobre o ser dessas verdades.

– De toda forma, poderíamos – replica Glauco –, para além do percurso sistemático de todas as ciências, descobrir o elemento que lhes é comum, o que as constitui em seu conjunto como um gênero do pensamento. Poderíamos delinear, mediante uma investigação rigorosa, a morada onde todas as ciências residem. Teríamos então avançado de maneira significativa. Caso contrário, teríamos deblaterado à toa.

– Seria um trabalho infinito, e efetivamente muito útil. No entanto, caro amigo, terminado esse trabalho estaríamos apenas no prelúdio da música que a filosofia resolveu tocar. Não teríamos feito senão epistemologia, o que não é muita coisa. O problema todo é que, por mais brilhantes que sejam, os matemáticos e cientistas ainda não são verdadeiros dialéticos. Embora as ciências sejam absolutamente necessárias – assim como as artes, a ação política e a transferência amorosa –, elas não são suficientes. As verdades singulares não passam do prelúdio da filosofia. Claro, sem elas nossa partitura não teria sequer uma nota. Mas a melodia filosófica, propriamente dita, só pode cantá-la aquele que é capaz de levar a cabo uma discussão dialética.

– Parece-me que retornamos à paisagem do nosso cinema cósmico – observa Amanda.

– Você captou perfeitamente a inflexão de nosso percurso. Sim, volta à pauta o que é empírico e o que se trata de pensar. A visão imita o

pensamento quando, de início, cativa das sombras do lugar escravizado, do cinema totalitário das imagens, depois evadida sob a orientação do que vem do alto, começa, de tal forma o exterior a ofusca, por não enxergar absolutamente nada. Ela irá exercitar-se em discernir, a princípio, o crepúsculo, o reflexo das árvores no espelho de um lago, depois as estrelas contra o fundo da noite, depois, ao alvorecer, os grandes pinheiros, os pássaros coloridos alçando voo, o azul do céu e, por fim, o sol! Analogamente, quando, no exercício do dialetizar, sem a ajuda das sensações, recorrendo apenas aos argumentos racionais, buscamos nos orientar para o ser próprio de tudo que existe e continuamos até o momento em que, mediante o pensamento puro, conseguimos construir um conceito da Verdade, podemos dizer que alcançamos os limites do pensável, assim como o fugitivo de nossa fábula alcançava os limites do visível.

– E é isso – diz Amanda, novamente entusiasmada – que você chama de procedimento dialético?

– E o que mais seria! Por que o estudo das ciências e, singularmente, da matemática, constitui o prelúdio obrigatório da dialética? É porque ele nos mostra, sem recorrer às “evidências” falaciosas da experiência imediata, que existem verdades. Essa existência das verdades é a base necessária à construção de um conceito do que elas são, no que fazem exceção ao regime geral do que aparece em nosso mundo. Essa consciência da “exceção-verdadeira” é o ponto mais elevado que o pensamento filosófico é capaz de alcançar.

Ao contrário da irmã, Glauco, todas as vezes que percebe que estão “recaindo” na metafísica – como ele diz –, volta a exibir a reticência instintiva de quem se inclina pelo pragmatismo:

– Eu gostaria de ver as coisas como vocês. No entanto, muitas vezes me é quase impossível admitir sua visão do ser. Ao mesmo tempo, rumino que, sob outro ponto de vista, é impossível não admiti-lo. Estabeleço então uma moral provisória para mim: uma vez que não vamos resolver a questão imediatamente, que teremos de falar dela ainda muitas vezes, admitamos que vocês têm razão e passemos do prelúdio à música em si. Falemos dela com a mesma determinação e precisão de quando falávamos apenas do prelúdio. Diga-nos em que consiste a natureza do seu famoso “dialetizar”, em quantos gêneros se divide e quais são seus caminhos. Pois esses caminhos são os que nos levarão ao termo de nosso esforço viajante, ali

onde se encontra o destino da viagem e, portanto, para nós, após 24 horas de agonia, o repouso!

– Nessa direção, caríssimo Glauco, você não teria mais como me acompanhar. Possuo toda a obstinação requerida, mas e você? Saiba que sua intuição não incidiria mais sobre uma imagem daquilo de que falamos, mas sobre a Verdade, tal qual... Pelo menos tal como me parece ser. Não vamos afirmar aqui dogmaticamente que o ser da Verdade está em total conformidade com a representação que dele faço. Mas que possamos ter a intuição de que ele não é muito diferente dela, isso eu sustento, e, com mais firmeza ainda, que apenas a potência do dialetizar, excluindo-se qualquer outro procedimento, pode persuadir disso o especialista nas ciências que mencionamos.

– Nós lhe facultamos, caro mestre, esse dogmatismo moderado! – sorri Amanda.

– Há, em todo caso, um ponto a cujo respeito ninguém virá nos contestar. É quando afirmamos que existe um processo de pensamento, irreduzível à matemática, que se empenha em apreender, seja qual for o domínio sugerido, ao termo de um processo metódico, o ser próprio de tudo que existe nesse domínio.

– Ainda assim – objeta Glauco –, independentemente de sua dialética, há uma diferença clamorosa entre as técnicas banais e a matemática superior.

– Digamos que as técnicas e saberes comuns são descritivos ou empíricos no seguinte sentido: ou eles incidem sobre as opiniões e desejos dos homens, como é o caso nas pretensas “ciências humanas”; ou simplesmente abordam o devir e a estrutura das coisas visíveis – penso na geologia, na botânica ou na zoologia –; ou ensinam como alimentar o gado, fazer as plantas crescer ou ainda as regras de fabricação e manutenção dos objetos manufaturados, o que é do âmbito da tecnologia. Do lado das ciências verdadeiras, a física ou, principalmente, a matemática, a respeito da qual afirmamos que apreende alguma coisa do ser enquanto ser, devemos igualmente admitir que, num certo nível, desdobrando-se sem necessitar de um pensamento de seu próprio processo, elas evocam mais um sonho de Verdade do que a Verdade nua e crua. Elas não lançam a verdadeira luz, a luz do dia, sobre seus próprios resultados. Compreendemos a razão disso ao observar, como já fizemos, que essas ciências satisfazem-se com hipóteses ou constatações contingentes, nas quais afirmam não tocar, uma vez que

não lhes podem dar uma justificação racional a não ser o altíssimo valor de suas consequências. Ora, se o valor intrínseco do princípio é desconhecido, e urdidos pela ignorância tanto o resultado quanto as mediações que a ele conduzem, será que podemos denominar “ciência”, com a nuance de saber incondicionado ou absoluto que envolve o termo, o agenciamento convencional, embora coerente, de tudo isso?

– Mas não deixam de ser ciências – resiste Glauco. – Não são simples descrições, nem observações dependentes de nossa percepção sensível do mundo.

– Certamente! Mas a filosofia, isto é, o dialetizar, não deixa de ser uma visada singular que, embora pressuponha as ciências, distingue-se delas radicalmente. Ela é a única disciplina de pensamento cujo método consiste em sugerir sucessivas hipóteses a fim de que, uma vez atingido o princípio mesmo, ela ampare, mediante um movimento descendente, a validade ou não de tais hipóteses. Ela é a única realmente capaz de extirpar pouco a pouco o Sujeito do lodaçal individualista bárbaro onde está sepultado e reorientá-lo para sua mais elevada destinação. E, claro, o dialético utiliza, com vistas a essa difícil conversão, as ciências que qualificamos como companheiras e apoios. Contudo, quando utilizada ao mesmo tempo pela matemática e pela dialética, a palavra “ciência”, dependendo de seu uso, é, não obstante, equívoca. Para nos acercar do termo em sua acepção absoluta, precisaríamos encontrar uma palavra que implicasse mais clareza do que “opinião” e mais obscuridade do que “ciência”. Ainda há pouco, propus abandonar “ciência” e distinguir entre um “pensamento analítico” – ou matemático – e um “pensamento dialético” – ou filosófico. Mas não penso que seja o momento de brigarmos por palavras quando temos de examinar questões especulativas referentes às coisas em si mesmas.

– Principalmente – diz Amanda, franzindo os olhos com uma expressão matreira –, se admitirmos com Lacan que “a palavra é o assassinato da coisa”.

– O que também pode ser dito – retorque Sócrates – “Uma vez iluminada, a coisa é indiferente a seus nomes.” Em todo caso, mantenho minha classificação. Há duas grandes formas de atividade mental: a opinião, que tem por objetos os devires num mundo determinado, e o pensamento, que incide sobre o ser transmundo. Cada uma dessas duas formas possui duas subformas. Enquanto a opinião é dividida em suposição

e certeza, o pensamento é analítico ou dialético. Também sugeri relações entre todas essas formas, fundamentadas em sua inscrição ontológica. O pensamento está para a opinião assim como o pensamento dialético está para a certeza e o pensamento analítico para a suposição. Quanto aos detalhes dessa construção, em especial as deduções ontológicas que a alicerçam, já falamos um pouco e não vamos retroceder, levaria tempo. Concentremo-nos no ato mesmo do dialetizar. Chamamos “dialético” aquele que apreende, em cada coisa existente, o núcleo racional de sua exposição ao pensamento. Inversamente, aquele incapaz disso aceitaria, amigo Glauco, que o declarássemos sem condições de pensar verdadeiramente na exata medida em que ele não consegue explicar o que afirma pensar nem a si mesmo nem aos demais?

– Como eu poderia não aceitar esse juízo?

– Faremos todos! – diz Amanda, quase consigo mesma.

Sócrates, embora percebendo, não acusa o sarcasmo. Continua:

– Acontece exatamente a mesma coisa no que concerne à Verdade. Aquele que não é capaz de definir a ideia da Verdade distinguindo-a racionalmente de todas as outras e de abrir seu caminho, como um guerreiro do conceito, através de todas as pretensas refutações, refutando essas “refutações” não, como fizeram seus adversários, no registro do simulacro, mas no do ser-em-si, se, portanto, nosso homem não souber atravessar essas armadilhas verbais opondo-lhes uma lógica implacável, ninguém poderá vir afirmar que um indivíduo desse gênero conhece a Verdade em si, nem, aliás, qualquer outra verdade, sendo inclusive possível declarar que, se ele manipula um simulacro de verdade, não se trata no caso senão de opinião e, em absoluto, de pensamento, analítico ou dialético, de modo que a vida presente de um incapaz desse tipo é apenas sonolência divagadora e que, antes mesmo de acordar aqui embaixo, ele se verá na morada dos mortos para lá dormir eternamente.

– Mais uma frase socrática irresistível! – exclama Amanda, realmente perturbada.

– Suponhamos agora que vocês dois, queridos filhos, tenham filhos por sua vez, que os alimentem e eduquem. Suponhamos – Deus não queira! – que, em consequência de circunstâncias nefastas, essas crianças venham a ser rematados obtusos, a respeito dos quais vocês mesmos diriam – com mais pertinência do que afirmamos a respeito da diagonal do quadrado –

que são completamente irracionais. Não penso que aceitariam que esses moços se tornassem chefes de Estado e principais responsáveis pelas decisões mais importantes. Estou certo?

– Seria duro ter de renegá-los – diz Glauco –, pois os amaríamos, esses tolos, nossos filhos! Seja como for, creio que procuraríamos dar-lhes um destino razoável, um trabalho decerto limitado, mas interessante.

– Eis por que, a montante desse gênero de catástrofe, vocês se empenhariam em educar seus filhos, de maneira a que pelo menos eles soubessem interrogar e responder, qualquer que seja o assunto, em conformidade com as exigências do pensamento puro. O que, concretamente, significa que vocês saberiam, como pais, que a dialética é o coroamento de todos os saberes e que não podemos colocar nenhum outro saber acima dela. Chegamos, portanto, ao termo de nossa discussão relativa ao que convém ensinar às pessoas de nosso país comunista, se quisermos que todos eles venham a ocupar, chegada sua vez, as mais elevadas funções de governo.

– Eis uma conclusão absolutamente familiarista! – declara Amanda. – Estou pasma! Como se não bastasse, ela não é nula, longe disso. Todas as pessoas que conheço queixam-se de que, quando um cara e sua namoradinha batem boca, os argumentos são de baixíssimo nível. E, com crianças, impossível discutir corretamente! Sócrates acaba de nos demonstrar: a dialética é o segredo da paz das famílias. Parabéns! Poderíamos...

– Calma lá – corta Glauco –, entre o programa abstrato e as realidades concretas, há um abismo. Como fazer todos esses saberes, incluindo a dialética, circularem no povo?

– Para que todas as pessoas adquiram a convicção de que é a Ideia, no sentido em que a compreendemos, que deve reger o devir do país, convém assumir e controlar os resultados da educação geral, conforme os princípios e detalhes que estipulamos, ontem à noite e hoje de manhã. Suporemos então incorporadas todas as qualidades em direção às quais tal educação orienta as massas, e cuja determinação é apenas a síntese. No fim das contas, nosso programa é muito simples: qualquer um, sem exceção, pode e deve tornar-se filósofo. Sem o quê, aliás, a pretensão universalista da filosofia não faz sentido. Para esse programa, vale lembrar, a principal

virtude, a que permite resistir até o fim às exigências do percurso, é a coragem.

– Justamente – preocupa-se Glauco –, eu me perguntava como superar as diferenças de memória, sem falar nas desigualdades em matéria de condições físicas, essa resistência que faz com que prezemos o trabalho sob todas as suas formas.

– Sim – diz Amanda –, não esqueçamos que nos propusemos a abolir toda distinção social entre trabalho manual e trabalho intelectual.

– Este é um ponto capital! – aprova Sócrates. – Se todo mundo deve tornar-se dialético, ninguém deve andar numa perna só! Quer dizer: empenhado numa coisa, preguiçoso noutra. Hoje, conhecemos pessoas dispostas a andar trinta quilômetros, se necessário, para ver passar num minuto uma competição de ciclismo ou de vela, capazes de substituir um pé de mesa ou cultivar belos tomates, francos e corajosos à sua maneira, mas mudos como carpas a respeito de todos os assuntos intelectuais, jamais indo ao teatro e lendo apenas o resultado das corridas de cavalos ou a previsão do tempo. Por outro lado, conhecemos especialistas em biologia celular ou pessoas imbatíveis no uso do adjetivo na obra de Sófocles, que conversam copiosamente sobre o assunto com os colegas, são assinantes da Ópera, leem revistas culturais de esquerda e defendem, às vezes corajosamente, os direitos dos operários de origem estrangeira, embora sejam absolutamente incapazes de cavar uma trincheira, consertar uma lambreta ou fazer a manutenção de um fuzil. Não podemos universalizar a filosofia enquanto essa claudicação persistir.

– Idem para o caso da Verdade! – exclama Amanda. – Os mancos existem! Podemos até dizer Sujeitos “pernetas”. Conheço muitos. Eles pretendem odiar a mentira, mas não se avexam em falar um monte de tolices e repetir opiniões colhidas aqui e ali. Eles chafurdam em sua ignorância como porcos na lama. Pai Lacan não deixava de ter razão ao afirmar que a ignorância não é um pecado, e sim uma paixão! No fim das contas, eles fariam melhor mentindo um pouco mais e ignorando um pouco menos.

– Um equilíbrio difícil – sorri Sócrates. – Uma coisa é certa: convém produzir o mais cedo possível os equilíbrios necessários entre todas as aptidões dos indivíduos. Crianças gostam de correr, pular, brigar, indignar-se com a injustiça... Têm horror à delação e à vaidade, o que é ótimo! O

melhor então é enfatizar o lado da aritmética, da geometria e da astronomia, de forma a abri-las o mais cedo possível para a dialética. Quanto à forma do ensino, é preferível...

– Tenho uma ideia a esse respeito – corta Amanda. – Abaixo o ensino despótico! Isso é coisa de quartel, tédio e palavrorio. Todas as crianças, sem exceção, devem, no fim de certo tempo, estudar porque gostam disso tanto ou mais do que trepar em árvores, assistir aos cantores na tevê ou dar beijinhos pelos cantos. Caso contrário, nada feito!

– Tem razão – admite Sócrates. – Podemos ser livres de um lado e, subitamente, escravos, só porque é a idade da escola? Quando obrigamos alguém a carregar pedras pesadas diariamente, estou falando de trabalhos forçados, isso é um castigo horrível e inútil. E o ensino das ciências e das artes como preparação para a potência da Ideia se basearia no modelo dos trabalhos forçados? Isso é um completo absurdo. Lições enfiadas a fórceps na cabeça do indivíduo não podem modelar um sujeito.

– Bravo! – grita Amanda.

– Jovens – prossegue Sócrates –, nunca usem de violência com as crianças em se tratando dos saberes. Que a educação seja tão livre e apaixonante quanto as brincadeiras. Ou mais, como deseja Amanda. Cabe aos professores acender em nossos projetos de homem a centelha criadora que todos carregam consigo. É apenas nesse clima de liberdade ativa que o indivíduo encontrará seu caminho natural rumo à dialética. É dialético aquele cujo pensamento é capaz de uma visão de conjunto. No entanto, para um dado estado do mundo, há uma infinidade de caminhos capazes de construir uma visão de conjunto desse estado. A educação não é nada se não oferece a cada um meios de escolher o caminho mais seguro, a fim de que, com a ajuda das circunstâncias e enquanto Sujeito, ele se torne o dialético que enquanto indivíduo era capaz de vir a ser.

– No entanto, – pergunta Amanda – será que o dialetizar não é corrompido pelos pseudodebates na tevê, os “filósofos” de botequim, as pesquisas de opinião etc. etc.? Será que a discussão generalizada sobre todo e qualquer assunto, as pessoas que ficam conversando na internet, esse caos, não estabelecem uma sólida ditadura do falatório e da opinião?

– Você me obriga a fazer uma de minhas famosas digressões. Imagine uma criança, adotada por pessoas muito ricas, cuja vida se desenrola, pacífica e ociosa, em meio a um rebanho de aduladores e parasitas. Seus

pais adotivos lhe dissimularam cuidadosamente que seus pais biológicos eram pobres operários dos quais um casal estéril de ricos burgueses praticamente arrancou o filho, quando esses desafortunados, gravemente enfermos, sem um tostão, não sabiam mais o que fazer para continuar a viver com o filho na mais completa indigência. Enquanto ignora a mentira, o filho adotado respeita, bem ou mal, pelo menos nas coisas essenciais, aqueles a quem julga ser seus pais biológicos. Não confia muito nos jovens adutores, cínicos que gostariam de se aproveitar dele. Mas eis que ele aprende a impostura parental. Assim, desorientado, separado da verdade de suas origens um tempo longo demais para definir uma conduta racional, convencido de que a lei aparente é uma mentira, o adolescente que ele veio a ser corre o grande risco de ser seduzido, ao menos por um tempo, pelas máximas niilistas do gozo imediato e do *no future*, propagadas por seus companheiros e companheiras.

– Mas qual a relação disso com a corrupção da dialética? – espanta-se Amanda.

– Desde a infância possuímos alguns princípios relativos à justiça. Esses princípios são como pais, no sentido em que nos introduzem no cumprimento do dever e, embora sempre longe de aplicá-los – da mesma forma que nunca obedecemos aos pais –, sentimos um verdadeiro respeito por eles. Há, é claro, outras máximas de ação, diametralmente opostas aos princípios, não raro mais sedutoras, que nos tentam e atraem, mas às quais, no essencial, resistimos, pois de toda forma são os princípios primordiais, que podemos denominar paternos, que em geral prevalecem. Suponhamos, no entanto, que perguntem insistentemente a um jovem de onde vêm seus princípios de justiça, que famoso Pai é esse que os ensinou, e zombem dessa “paternidade”, refutem-na de mil maneiras, assediem o pobre rapaz ou a doce rapariga de maneira a forçá-los gradativamente a pensar que o justo tal como eles o representam não é mais justo que o injusto, que aquilo de que eles estão convencidos que é verdadeiro poderia perfeitamente ser falso, que tudo, neste mundo, é oscilante e relativo e assim por diante. Então o respeito por princípios sólidos que eles cultivavam desde a infância corre o grande risco de se esfumar; eles não reconhecerão mais o parentesco que sentiam entre esses princípios e sua capacidade de tornar-se verdadeiros Sujeitos. Toda a sua experiência chafurdará na confusão. Não sabendo mais para que santo rezar, eles seguirão as máximas sedutoras dos

aduladores e parasitas que os cercam, terminarão por confundir a dialética com a eloquência da opinião.

– Em suma, você desculpa os falsos dialéticos de hoje! – exclama Amanda. – Eles foram desorientados, corrompidos, mas, no começo, não eram tão maus...

– A convicção comunista é de que o homem é bom. São as patologias da sociedade, da família e do Estado, resumindo, as políticas funestas, que o corrompem.

– Isso é Rousseau cuspidado e escarrado!

– Exatamente! Eis por que nossos falsos filósofos dão-nos mais pena que horror.

– Tudo isso é digressão, permitam-me dizer-lhes – sentencia Glauco. – Eu gostaria de um programa político preciso.

– Oh, naturalmente! – exclama Sócrates, com bom humor. – Após a educação básica que mencionamos, literatura, música, aritmética elementar, línguas, esportes etc., que durará dez anos, faremos todos os jovens descerem novamente ao equivalente do nosso famoso cinema subterrâneo para que lá exerçam todas as funções possíveis – manobrista, açougueiro(a), caixa, mensageiro(a), soldado... – com o único objetivo de trazer para a nossa política os retardatários, os ignorantes, os estrangeiros, a fim de que ninguém, literalmente ninguém, chafurde no buraco de imagens e todos compreendam, na grande inconsistência do mundo, o que é a vida quando a Ideia ilumina sua destinação e sua força. Eles permanecerão jovens operários da Ideia visível durante cinco anos. A seguir, por mais dez anos, exercitarão seu pensamento analítico: matemática superior, física teórica, astronomia, até que dominem seus avanços mais recentes. Finalmente, durante cinco anos, consolidarão em seus espíritos a síntese dialética de tudo isso e serão todos filósofos.

Amanda faz um muxoxo:

– Já não serão mais muito jovens.

– Terão aproximadamente trinta anos. Terão consumado o que faz com que um indivíduo tenha maiores chances de se incorporar a um ou vários processos de verdade e, assim, tornar-se um Sujeito. Eles podem erguer os olhos para tudo que existe, para aquilo que, revelando o ser subjacente a essa existência, é como que sua luz latente. Quando sua vez chegar, orientados por essa luz, eles saberão enfrentar as dificuldades impostas, em

política, pelas funções dirigentes. Só terão em vista o bem público e julgarão tal atividade não uma honra, e sim um indispensável dever. Irão ater-se às funções de seu posto, de resto provisório, para fortalecer ainda mais, com seu exemplo, a educação dos sucessores, aqueles que, chegada sua vez, serão incumbidos da guarda suprema da política comunista, sejam quais forem as circunstâncias.

– Governantes exemplares! – exclama Glauco.

– E tudo que dissemos vale para homens e mulheres – lembra Sócrates.

– Além disso – reforça Amanda –, a palavra “governante” designa funções às quais todos os habitantes do país serão chamados a exercer, não tendo, portanto, nem sexo, nem cor, nem classe social, nem nenhuma determinação predicativa desse tipo.

– Apenas a idade – ressalva Glauco. – Já teremos trinta anos quando começarmos a assumir nossos mandatos no campo político. Nem você nem eu estaríamos aptos ainda!

– De toda forma – conclui Sócrates –, creio já termos falado o suficiente, por ora, sobre a educação que convém à nossa quinta política e sobre o tipo humano que lhe corresponde. Uma pequena pausa, talvez?

Todo mundo aprova e começa a encher a cara.

13. CRÍTICA DAS QUATRO POLÍTICAS PRÉ-COMUNISTAS

1. Timocracia e oligarquia (541b-555b)

QUANDO A PAUSA CHEGA ao fim, todos superaram – com ajuda de bebidas e salgadinhos – o cansaço das longas digressões metafísicas ou científicas e a tensão constante gerados pela construção filosófica. Em plena forma, Sócrates, com uma xícara de leite com mel nas mãos, recapitula as características fundamentais de uma coletividade pública colocada sob o signo da justiça, ou seja, as características da quinta política.

– Se o país for governado a partir da perfeição política tal como a idealizamos, poderemos admitir, por exemplo, que as crianças, e mais genericamente tudo que se refere à educação intelectual e física, pertençam à esfera de um coletivo bem mais amplo que a família. Todas as práticas importantes serão do mesmo modo desprivatizadas e delegadas à existência comum, sejam elas guerreiras ou pacíficas. Segundo nossas regras políticas, permanentes quando a guerra é inevitável, mas o mais frequentemente possível em tempos de paz, aqueles e aquelas que estão em idade de combater ou militar por nossos ideais em terras inóspitas viverão em casas do povo, onde não possuirão absolutamente nada de seu. Pois todas as coisas devem pertencer a todos os humanos. Ao contrário dos atletas profissionais, que endeusamos em nossos jornais e recebem prêmios estratosféricos, nossos cidadãos-soldados recebem do coletivo político o que é indispensável para viver com conforto e dedicar-se então inteiramente a desenvolver seus talentos em todos os registros da criação, com tanto mais intensidade na medida em que os pautam pelo crescimento e brilho do coletivo comunista.

Amanda aproveita a oportunidade para uma provocação:

– Seja como for, é curioso! Você resume em algumas frases límpidas aquilo que numa primeira exposição exigiu-lhe uma noite inteira de discursos, às vezes nebulosos, se me permite a insolência. Não deveria ter começado pelo que acaba de falar?

– Querida Amanda, quando você, bem ou mal, chefiar um bando de cinco filhos e tiver que trabalhar ao mesmo tempo, saberá fazer a distinção entre o método de investigação que utilizamos ontem à noite para construir e resolver um problema novo e o método de explicação que utilizo esta manhã, o qual visa apenas transmitir conclusões já demonstradas. Vocês deveriam, Glauco e você, é me lembrar em que momento exato de nossa sessão entramos no caminho que nos trouxe até aqui. Sério, eu gostaria de retroceder até essa encruzilhada, dessa vez para fazer outro percurso com vocês, aquele de que então desviamos. Depois disso, poderemos dormir, certos de ter sido exaustivo.

Glauco adora resumos, classificações e dilemas. Aproveita então a oportunidade para fazer uma dessas intervenções um pouco maníacas, cujo segredo ele detém:

– Lembro-me dessa encruzilhada, Sócrates, ficamos embatucados! Você acabava de dizer que, se determinamos a excelência de uma política, é igualmente com relação às políticas de menor valor. Você dizia que existem quatro formas dessas políticas, que vão da medíocre à ruim. De maneira que, no total, junto com a que estamos em vias de identificar, pensamos um domínio em que detectamos cinco possibilidades. Lembro-me então de haver declarado que essas quatro políticas, às quais você opunha a sua, eram aquelas que todos nós conhecemos. A primeira, a mais famosa, pode ser exemplificada pelos impérios e seu princípio fundamental é a honra militar. Eu inclusive sonhava chegar ao substantivo abstrato que lhe convém, algo como “timocracia” ou “timarquia”. A segunda política privilegia a autoridade de um pequeno grupo de pessoas ricas, e denomina-se “oligarquia”. A terceira é a que repousa nas decisões majoritárias do povo reunido, seu nome é “democracia”. E a quarta é a ditadura viciosa de um único homem que...

– ... ou de uma única mulher! – corta Amanda com graça. – Não se esqueça de que, para Sócrates, homem ou mulher, contanto que haja filosofia, é tudo farinha do mesmo saco.

– Bah! – grunhe Glauco. – Em todo caso, o nome é “tirania”.

– Perfeito! – diz Sócrates. – A tirania é de fato a derradeira doença do corpo político. Mas você continua sem me dizer onde a parêntese de nosso diálogo bifurcou.

– Antes que você mesmo expusesse a classificação das políticas, Polemarco e minha irmã caíram-lhe em cima com uma pergunta efetivamente difícil. Para respondê-la você passou a outra coisa relativa às mulheres, às crianças e à família, isso levou horas. Eis por que o nosso discurso chegou aonde chegou.

– Com sua memória de elefante, você me passa a bola exatamente no ponto em que, ontem à noite, mudamos de direção. Agarrei-a no ar. Partamos de uma observação de bom-senso: a cada comunidade política corresponde um tipo humano específico. É hora de recorrer ao poeta dos poetas, o nosso Homero nacional. Lembram-se da pergunta feita a Ulisses?

Diz-me qual é tua raça e qual é tua pátria,
Pois nem carvalho nem rocha deram-te a vida.

Os lugares de onde os Sujeitos provêm não são nem árvores nem pedras, e sim a pátria, o país, a comunidade política. Se, por conseguinte, há cinco grandes formas políticas, deve haver também cinco grandes tipos de organização subjetiva às quais pertencem, segundo sua proveniência, os indivíduos singulares. No que se refere ao Sujeito que se origina de nossa política – o aristocratismo igualitário –, já exploramos sua natureza e desdobramos todos os argumentos necessários à sua qualificação: ele é “justo-segundo-a-Ideia”.

– Segundo a Ideia. Nada mais que isso – repete gaiatamente Amanda –, mas nada menos também.

– Examinemos então os tipos subjetivos correlatos às outras quatro políticas. Cuidadosamente, um depois do outro. Começaremos por aquela que Glauco batizou como “timarquia”: nela, o Sujeito é obcecado com a honra e a vitória. Depois virão o Sujeito oligárquico, o Sujeito democrático e o Sujeito tirânico. Veremos qual dos quatro é o mais injusto, o que merece ser identificado como a negação absoluta do nosso justo-segundo-a-Ideia. Teremos então uma visão clara das relações entre a pura justiça e a pura injustiça, de um lado, a felicidade, do outro, o infortúnio. Isso nos levará a concluir nossa extensa e intensa conversa, pois disporemos dos meios de decidir se é necessário, como Trasímaco sustentou ontem à noite com a classe de sempre, seguir o caminho da injustiça ou se é ao da justiça que nos conduzem os argumentos desta manhã.

– Assim – observa Amanda –, verificaremos seu princípio, segundo o qual, num processo de pensamento, só a consumação cria uma nova medida.

– Você me impressiona!

Realmente impressionado com a moça, Sócrates faz uma pausa e prossegue:

– Para trazer para o nosso lado todas as probabilidades de sucesso no processo intelectual de criação de uma nova medida política, faremos como precedentemente: estudaremos as ampliações antes de chegar às miniaturas e interrogaremos os costumes das comunidades políticas antes de julgar os dos indivíduos.

– Isso não seria andar em círculo? – preocupa-se Glauco.

– De forma alguma! Vamos começar pela sua timarquia, depois faremos o retrato do indivíduo que se lhe assemelha, o “timarquiano” ou “timocrata”. E a mesma coisa para as outras três: nosso pensamento avançará do espaço político formal para o Sujeito que nele se constitui.

Amanda, sempre curiosa, quando não inoportuna:

– Mas por que começar pela timocracia? Isso é completamente arbitrário!

– Boa pergunta, mocinha! – exclama Sócrates. – Para isso há uma razão muito forte, mas difícil de compreender: é que a timocracia é uma forma coletiva que deriva diretamente de nossa quinta política. Ela constitui sua primeira corrupção. Logo, tem prioridade sobre as outras três.

– Vamos do pior para o pior?

– Exatamente.

– Essa gênese é muito misteriosa! – diz Glauco, apoiando a irmã. – Como a imperfeição pode sair do que está em conformidade com a Ideia? Não vejo como.

– A teoria das transições é sempre o que há de mais difícil. Tentemos mesmo assim. Um ponto de partida muito simples é reafirmar o que um dos nossos chamou de o “primado das causas internas”: um corpo político não se altera senão quando uma espécie de guerra civil opõe entre si facções internas desse corpo. Por mais extenso ou, ao contrário, limitado que seja o grupo dos dirigentes reais, na medida em que eles partilham a mesma visão das coisas, o corpo político permanece inabalável. Dessa forma, caro Glauco, se ainda assim uma comunidade forjada por nossa quinta política

vier a ser abalada, é porque o espírito da guerra civil ganhou e dividiu os governantes, incluindo os militares, e amotinou-os uns contra os outros.

– Mas como isso é possível? Nossos princípios racionais impõem, na prática, a unidade da visão política!

– Exatamente! Nossa discussão atravessa um desfiladeiro difícil. Creio efetivamente que, como o velho Homero no início da *Ilíada*, não nos reste senão suplicar às Musas que nos revelem um grande segredo: a origem das guerras civis, o que significa igualmente a origem da negação tal como em todo existente, por mais perfeito que seja, ela se aloja.

Amanda, que aprecia os momentos difíceis, não se exime de agravar aquele que eles enfrentam:

– A julgar pela quantidade de poetas insípidos, historiadores mentirosos e dançarinos pregados no chão, as Musas não se deixam seduzir com facilidade!

– Pois muito bem – replica Sócrates –, vou despertá-las, essas raparigas melodiosas, vivas em minha fala, como se conversassem e jogassem conosco, embora com a gravidade dos versos trágicos.

– O que elas vão nos contar? – pergunta Glauco, superexcitado.

– Escutem, jovens: “É difícil abalar um corpo político como este cuja forma vocês compuseram. Porém, como disse há pouco Amanda, citando Goethe, tudo que nasce merece perecer. Logo sua composição política não terá uma duração indefinida, terminando igualmente por decompor-se. Por quê? Por razões aritméticas e demográficas. A propagação de suas partes, ou circunscrições, correlata à fecundidade dos casais, se verá pouco a pouco fora de controle. Com efeito, sabemos que, tanto no caso das plantas como no dos animais, dos homens e dos deuses, números regem o ciclo vital e a perpetuação das figuras essenciais. No caso dos deuses, tudo espelha um número infinito perfeito. No que se refere à espécie humana, no caso mais extremo, o do corpo político que vocês estão em vias de formalizar, as coisas são muito mais incertas. O número de base é seis. Com efeito, seis equivale a duas vezes três; logo, ele é o produto da perfeição masculina – o dois –, emblema da separação ou da abstração simbólica, e da perfeição feminina – o três –, emblema da produção ou da intuição criadora. Eis por que a figura perfeita da fecundidade é composta por seis vivos: uma mulher, um homem e quatro filhos. A tais conjuntos, atribuímos um número nupcial, o qual, para denotar o fim de toda solidão, é sempre superior a um.

Denominamos Ideia do número nupcial não esse número em si, mas aquele que resulta desse número, considerado em primeiro lugar segundo sua feminilidade latente, isto é, triplamente reiterado, ou elevado à potência três, e depois considerado segundo todo o resto do conjunto nupcial, ou seja, o princípio masculino e as quatro crianças, o que perfaz cinco vezes o número.”

– Se bem entendi – arrisca Glauco, concentradíssimo –, supondo que n seja um número nupcial, sua ideia é $n^3 + 5n$.

– Exatamente – aprova Sócrates. – E sua perfeição ideal advém-lhe de ser sempre divisível por seis, o número de base.

– Seja qual for o número n ?

– Glauco! – sorri Sócrates. – Você interrompe duas vezes as Musas! Eis o que elas lhe respondem: “Sim, seja qual for o número nupcial n , sua Ideia, $n^3 + 5n$, é divisível por seis. Você pode, caro replicante, demonstrar isso recorrentemente para n . Entretanto, convém, para a perenidade de sua comunidade política, que, numa circunscrição qualquer dessa comunidade, o número dos conjuntos nupciais seja igualmente um múltiplo do número de base, seis. E, além disso, que haja um número nupcial específico denominado a Íris da circunscrição, tal que sua ideia seja igual ao número total dos conjuntos nupciais, os quais, repetimos, são unidades de seis membros: dois pais e quatro crianças. Pois todo número político também deve apresentar-se, se a lei for igualitária ou comunista, como um elemento daquilo de que ele é o número.”

– Observo, em todo caso – diz Glauco –, que os dois, o número total dos conjuntos nupciais e a ideia do número nupcial que é a Íris da circunscrição, são divisíveis por seis.

As Musas despertadas por Sócrates não se deixam interromper por essa observação pertinente e prosseguem seu discurso. Dirigindo-se silenciosamente a um quadro-negro gigantesco, elas cantarolam, enquanto escrevem em giz roxo as seguintes considerações:

– “Se N é o número total dos conjuntos nupciais de uma circunscrição, e se n é o número nupcial que é a Íris, ou seja, aquele cuja Ideia iguala-se ao todo, então $n^3 + 5n = N$. O que também pode se escrever $n(n^2 + 5) = N$. Daí resulta que o número Íris n é um divisor do número total N , tal como é o quadrado do número Íris somado a cinco. É isso que os camaradas responsáveis pela extensão das circunscrições devem monitorar

incansavelmente e que, um dia ou outro, pelos séculos dos séculos, eles esquecerão: que o número dos conjuntos nupciais de uma circunscrição e os números nupciais atribuídos a esses conjuntos sejam tais que possibilitem efetivamente a existência de um número Íris e sua Ideia adequada ao todo. A regra da divisibilidade por seis é tão simples, e tão evidentemente ligada aos símbolos sexuais dois e três, que o risco de esquecimento é mínimo. Não acontece o mesmo com a sutil ligação entre os números nupciais e o número total dos conjuntos nupciais de uma circunscrição, ou seja, 150. Então, a Ideia do número 5, suposto como inicial, é $5^3 + 5 \times 5$, ou seja $125 + 25 = 150$, e 5 é de fato o número Íris da circunscrição. Mas vamos supor que os camaradas responsáveis não tenham instituído o número 5 como número nupcial, o que acontecerá? A circunscrição ver-se-á destituída de toda Íris. Outro exemplo: os responsáveis estipularam precipitadamente o número aceitável de conjuntos nupciais da circunscrição em 78, que é efetivamente divisível por 6, pois temos: $78 = 6 \times 13$. Em seguida, arrebatados pelo culto dogmático do 6, não atribuíram como números nupciais senão múltiplos de 6. Julgaram agir corretamente, abençoando dessa forma a fecundidade nupcial pelo número essencial do sexo! Mas o que acontece? Se $n^3 + 5n = 78$, comprovando-se um número Íris, temos $(n^2 + 5) = 78$. Contudo, se n é divisível por 6, ou seja, $n = 6q$, teremos $6q(36q^2 + 5) = 78$. Ou seja, simplificando por 6, $q(36q^2 + 5) = 13$, o que é absolutamente impossível. Pois, sendo 13 um número primo, ou q , divisor de 13, é igual a 1, o que dá $41 = 13$, ou $q = 13$, o que dá $79.157 = 13$, coisa ainda mais monstruosa. De maneira que a *circunscrição* se verá privada de toda Íris.

“Eis, a longo prazo, as omissões e erros que privarão sua comunidade política do equilíbrio astral, cujo único avalista é a existência, circunscrição por circunscrição, de um número Íris. O primeiro sintoma de declínio será o surgimento de uma vasta corrente de opinião que privilegiará os jogos espetaculares, a idolatria esportiva, as desventuras sexuais das celebridades, os programas de televisão para espectadores analfabetos, em detrimento de tudo que pertence ao pensamento; ciências dedutivas e experimentais, amores intensos, organização política igualitária, deslocamento artístico da linha divisória entre o formal e o informe... As novas gerações tomarão gosto pelo consumo imediato, as vaidades superficiais ao culto conformista do não-ser. Nesse solo subjetivo crescerão as flores rutilantes e capciosas da dessemelhança reivindicada, da pequena diferença egocêntrica, da discórdia

ao mesmo tempo furtiva e violenta e, por fim, do desejo, instalando a mais abjeta desigualdade.”

– Que eloquência dramática têm essas Musas! – admira-se Amanda.

– Claro – diz Sócrates, com sua voz costumeira de baixo barítono –, ninguém espera que elas palem como papagaios!

– E depois, o que acontecerá? – pergunta Glauco, ofegante.

– Escutemos um pouco mais do discurso das Musas: “A experiência histórica mostra que esse desejo de desigualdade engendra universalmente o ódio e a guerra. O corpo político tende a cindir-se. De um lado, estão aqueles que adotam o proveito como norma. Apoiando-se numa situação já degradada em diversos países vizinhos, eles acumulam mais ou menos secretamente dinheiro, terras, objetos de arte, ações, títulos, tráficos... Opostos a esses novos-ricos, há aqueles que, preservando, embora sem grande energia, a ideia de que só existe verdadeira riqueza do lado daquilo de que um sujeito é capaz, tentam salvar a ideia comunista e a organização civil que lhe corresponde. O conflito explode à luz do dia, a unidade política do país é rompida. É o germe de uma impiedosa luta de classes, de teor altamente violento. Porém, a motivação dessa luta enfraquece pouco a pouco. Pois a guerra civil acarreta, em ambos os lados, a pretexto de necessidades militares, a formação de camarilhas dirigentes, aparentemente em luta recíproca na situação vista à luz do dia, mas que, contaminadas pela embriaguez da autoridade e o culto da força bruta, partilham no fundo a mesma convicção não igualitária. Isso resulta, obrigatoriamente, o povo estando cansado dessas intermináveis e sangrentas peripécias, num compromisso funesto: a partilha das terras, das casas e do dinheiro, em suma, a restauração, em prol das duas camarilhas, da propriedade privada. Os indivíduos que então assumem o poder, e que na época da ordem comunista antiga consideravam todos os outros livres amigos e militantes da mesma causa, passam a ter na cabeça apenas a conservação de sua dominação e a escravização geral do povo, que é tratado como se composto apenas de clientes ou criados. Ao mesmo tempo, esses dirigentes da nova espécie, conservando o monopólio da guerra e das armas, dissociam inteiramente esse monopólio da vida coletiva comum, criando uma máquina de Estado apta ao combate, mas subtraída a qualquer controle popular. Nasce, assim, uma comunidade política de um novo gênero, de certa forma intermediária entre o comunismo e a oligarquia.”

As Musas então se calam, e é com sua voz trivial que Sócrates termina mobiliando o silêncio, que, após essa solenidade quase mística, reinou por longos minutos na sala suavemente iluminada pela instauração da manhã.

– A quinta e a segunda política! Comunismo e oligarquia! Estranha mistura. E, no entanto, foi de fato o que se viu surgir no fim das tentativas comunistas burocratizadas, na Rússia ou na China, no fim de um século sinistro.

– É esse regime bastardo – pergunta Glauco – que você chama de “timocracia”?

– Foi você quem sugeriu o vocábulo há um instante. Essa timocracia é intermediária entre o comunismo de que ela procede e a oligarquia que lhe sucede. Após a queda da União Soviética, os *apparatchiks* do Estado comunista, assim como seus pretensos oponentes, tornaram-se riquíssimos “oligarcas” do capitalismo pós-comunista. “Oligarcas”, insisto nisso: é o nome que lhes dão. Isso diz o suficiente. A questão, difícil para nós, é saber o que o regime timocrático, primeira produção de uma longa decadência, tem de característico.

– Pelo que você disse – interveio Amanda –, o Estado timocrático é construído com base no monopólio da guerra. Esse ponto deve ter consequências significativas.

– Exatamente! O clima de guerra civil e de degradação intelectual faz com que prevaleça o gosto por espíritos enérgicos, sanguíneos, simplórios, nascidos para a guerra e não para a paz. Em poucas palavras, aqueles em quem prevalece o que chamei ontem à noite de a segunda instância do Sujeito: esse enigmático “coração”, que prefiro denominar Afeto, sede da ação temerária e brutal. No que se refere à terceira instância, o Pensamento, os timocratas apreciam sobretudo as astúcias guerreiras, as estratégias melífluas, o espírito de emboscada. E o hábito mais prezado é empunhar armas. Ao mesmo tempo, esses homens rudes, a princípio não desprovidos de uma espécie de retidão guerreira, acostumam-se ao comando, à hierarquia, à desigualdade e às intrigas do poder. Com isso, tornam-se, tal como nos Estados oligárquicos, sequiosos por dinheiro. Terminam por adorar esse fetiche monetário, mas na sombra. Têm celeiros secretos e tesouros escondidos em mansões que altos muros, equipados com câmeras de vigilância, dissimulam dos transeuntes. Julgando-se dessa forma ao abrigo dos rumores, gastam fortunas em suas casas, com banquetes,

bebidas, drogas variadas e, principalmente, mulheres despidas e solícitas. Na realidade, essas pessoas relacionam-se com suas riquezas de maneira contraditória. Por um lado, são avarentas, pois sua veneração pelos tesouros aumenta com o que elas possuem clandestinamente e só podem usar às escondidas. Por outro lado, são pródigas sob o chicote do desejo. São como crianças que procuram escapar à lei do pai. Por quê? Porque sua educação repousou não sobre a persuasão, mas sobre a força. Elas desertaram a musa Verdade, a da argumentação racional e da filosofia. Cobriram com honrarias o jogging, a ginástica, o *fitness*, o boxe tailandês, o bicicross, o vôlei, o pingue, o pongue e até o sumô, em vez de as artes e as ciências.

– Tudo isso – diz Glauco – não geraria governantes como os de Esparta, da Roma imperial, da Turquia dos janízaros, dos mongóis em seu apogeu, do Japão após o Meiji, dos Estados Unidos em seu crepúsculo, até mesmo da Alemanha nazista?

– Você exagera em alguns de seus exemplos. Não percamos de vista que esse paradigma político mistura o bem e o mal. Na realidade, o traço que o caracteriza provém de que, nele, o rancor temerário – a segunda instância do Sujeito – é dominante. Trata-se da ambição belicosa, do amor pela glória e as honrarias. Tais seriam a origem e a natureza desse tipo de comunidade política. É demasiado esquemático, concordo. Porém, como nisso tudo nosso único objetivo é nos pronunciar sobre o justo e o injusto, seria vão e fastidioso passar em revista os pormenores de nossas cinco políticas e das formas subjetivas que lhes correspondem.

– Assim já está de bom tamanho! – aprova Amanda-a-pérfida.

– Conseguiria rabiscar em um segundo o retrato do tipo humano que corresponde ao regime timocrático? – provoca Sócrates.

– Fácil! Falastrão, ambicioso e sibarita, parecido com um irmão do meu irmão Glauco aqui presente...

– Tem sua pertinência – sorri Sócrates. – Mas, em todo caso, há algumas pequenas diferenças entre o homem timocrata e seu irmão.

– Eu gostaria muito de saber quais – replica Amanda, dubitativa.

– O timocrata é mais arrogante que o nosso amigo, e bem menos culto, ainda que seja exagerado considerá-lo inculto como os atenienses afirmam ser os espartanos. O timocrata pode gostar da conversa, mas sua retórica é das mais fracas. É bruto com aqueles que considera seus inferiores, em vez de desprezar essas histórias de nível social, como devem fazer as pessoas

bem-educadas. Em contrapartida, tem tendência a lambar as botas da elite de seu país, sobretudo dos mandachuvas do aparelho estatal. É que ele ama o poder e as honrarias. No entanto, sua ambição não se baseia no talento de orador ou na superioridade intelectual, pois só lhe importam as façanhas guerreiras e, mais genericamente, tudo relacionado à guerra. Eis por que sem dúvida ele é um atleta inveterado e um caçador frenético.

– Você não descreveu sua relação com o dinheiro. Isso não deixa de ser importante para nós, que pregamos a igualdade, ainda que ao preço de certo ascetismo.

– Jovem, o timocrata geralmente despreza a riqueza. Ao envelhecer, contudo, deseja-a cada vez mais, e isso por duas razões: em primeiro lugar, sua secreta participação natural – já falamos disso – nesse tipo humano tão difundido: o Avarento; em segundo, porque sua inclinação virtuosa sofre eclipses, em consequência da falta do Mestre supremo em sua vida.

– Que mestre? – pergunta em Amanda, indócil, a histérica que a habita.

– A razão, desde que suplementada pela cultura científica, artística, literária, histórica, ou mesmo, pura e simplesmente, existencial. Só ela salvaguarda as virtudes do Sujeito ao qual uma vida se destina.

– Um mestre muito impessoal! – lamenta Amanda.

– Mas esse jovem timocrata, imagem da política cujo nome ele herdou, você o vê como se estivesse à sua frente, não é?

– Sim, sim... Pergunto-me como ele foi forjado.

– Ah! Imaginemos... Vejamos... Talvez seja o filho adolescente de um homem honesto num país submetido a uma política cruel. Esse pai foge das honrarias, dos cargos de poder, dos processos e de toda a confusão negociata. Prefere o anonimato ao brilho social. Está longe de ser uma celebridade. Seu provérbio favorito é: “Para viver feliz, nada como viver escondido.”

– Não vejo relação entre esse pai e o jovem ambicioso de que falamos.

– Convém antes examinar os discursos da mãe. Durante toda a infância do nosso timocrata, ela se queixou de que o marido não tinha um cargo prestigioso no Estado, o que a fazia passar, comparada às outras mulheres da sociedade virtuosa, por menos que nada. Gemeu que ele não movia um mindinho para acumular prédios, mansões, iPod e iPhone e iTunes, cavalos, cavalos-vapor, carros blindados, casacos de pele de urso, ações, letras de

câmbio, títulos, telas de mestres, prêmios de caça, honrarias... Nem um mindinho! Ela denunciou a tibieza do marido, sua nulidade nas ocasiões em que devia interpelar e ofender o adversário nos tribunais ou na assembleia do povo. Lamentou profundamente que ele suportasse aquele tipo de ultrajes com paciência angelical. De tudo isso, concluiu que ele só pensava em si mesmo, não tendo pela mulher nem estima verdadeira, nem desprezo acentuado. A indiferença feito homem! Ora, é quicando de indignação que ela conta tudo isso ao seu filho querido, não hesitando em afirmar: seu pai não é um homem, ele é isso, é aquilo... Tudo que as mulheres gostam de falar em casos do gênero.

– Ah, é isso! É culpa das mulheres! – revolta-se Amanda, furiosa.

– Mas não somente dela – tenta barganhar Sócrates. – Não somente dela! Todos os que circulam ao redor de um jovem de boa família despejam-lhe, às vezes secretamente, a mesma ladainha. O motorista, a cozinheira, o jardineiro, os guarda-costas, todos! Descobriram que alguém devia dinheiro a seu pai, uma soma enorme! Pois bem, seu pai cruzou os braços, não processou nem ameaçou. Nada. Menos que nada. E todos põem-se a explicar ao adolescente que ele não deve imitar o pai, que deve optar pelo estilo agressivo. “Sim, mocinho”, dizem em coro, “você tem de ser homem, homem de verdade, não igual ao velho!” E quando o nosso jovem, o futuro timocrata, sai de casa, vai à cidade, circula pelas ruas, ouve o mesmo refrão: as pessoas que se ocupam tranquilamente de seus afazeres são consideradas idiotas e tidas em baixa estima; já as que se submetem à moda e se intrometem anarquicamente em tudo são bajuladas e cobertas de elogios. Essa é a experiência do rapaz no mundo. Mas ao mesmo tempo ele escuta as palavras do pai, vê de perto como este leva sua vida, compara-a com o que os outros falam e fazem. Eis por que ele é interiormente dividido. De um lado, seu pai alimenta e rega, qual uma planta valiosa, a instância subjetiva racional, o Pensamento. Do outro, sua mãe e a opinião pública adulam a instância oposta, o Desejo cego. Como o nosso homem não é naturalmente propenso ao mal, corta a maçã ao meio: não delega a orientação de sua existência nem ao Pensamento, nem ao Desejo, mas à instância intermediária, a que é irascível, suscetível, instável, e a qual chamo de Afeto. Sendo essa instância pessoal formada principalmente de ambição e coragem furiosa, ele se torna um adulto cheio de soberba e, acima de tudo, apaixonado pela própria glória: um timocrata.

– Magnífico equilíbrio dialético do Pai e da Mãe, esse filho! – não se contém Amanda.

– E os outros – questiona Glauco –, os adolescentes democratas, oligarcas, tirânicos, como escapam desse lodaçal familiar? Convém examinar agora as outras políticas funestas. Como diz Ésquilo em *Os Sete contra Tebas* (e percebemos que Glauco está todo prosa de exhibir a cultura que Sócrates lhe atribuiu):

Auxiliar de outro chefe, abre outra porta.

– Que pressão! – brinca Sócrates. – Tudo bem, passemos à oligarquia e ao homem oligárquico. Resumindo, a oligarquia é a política baseada na fortuna. O voto é censitário. Os ricos – os que podem pagar o censo – assumem a direção do país e os pobres são excluídos.

– E como passamos da timocracia à oligarquia – pergunta Glauco?

– Ingênuo! Até um cego enxerga isso! Os grandes bancos, nos quais, tremendo, as pessoas depositam imensas fortunas, eis o que corrompe o timocrata. Elas começam por descobrir gozos dispendiosos e, para poder entregar-se a eles, desvirtuam as leis ou simplesmente desrespeitam-nas. Nesse quesito, as mulheres da alta sociedade estão na dianteira. Em seguida, cada um observando o outro e entrando mutuamente em rivalidade mimética, é a multidão inteira que se espelha nos pioneiros dos gozos funestos. A partir desse momento, a única coisa que importa é enriquecer. Quanto mais forte o culto do dinheiro, mais fraco o das virtudes cívicas. Pois a riqueza e a virtude diferem de tal forma que chegam a impelir a existência do mesmo indivíduo em direções opostas.

– O que acontece em seguida? Como se instala a nova forma de Estado?
– questiona Glauco, sempre inclinado à sociologia, à antropologia, à arqueologia e à história factual.

– Quando um desejo domina as opiniões, procuramos com perseverança os objetos destinados a satisfazê-lo e desistimos das ações e disposições subjetivas cuja preeminência era assegurada por outras opiniões, doravante obsoletas. Os cidadãos de uma timocracia, amantes da glória e da vitória, tornam-se, ao termo desse processo, tão gananciosos quanto sórdidos. A qualquer pretexto, bajulam o rico e o alçam ao poder, deixando para o pobre apenas o desespero e a vida arruinada.

– Mas e o Estado, a lei, a Constituição? – suplica Glauco, no auge da excitação.

– Legisla-se para determinar quem tem direito à ação política na nova ordem oligárquica: é estabelecido certo volume de riqueza – grande na proporção do poderio da oligarquia – abaixo da qual se está excluído de qualquer participação no poder. Essas leis são quase sempre impostas pela força das armas. Em todo caso, esse tipo de política só se instala numa atmosfera de medo.

– Eu gostaria de mais detalhes – insiste Glauco. – Qual é a subjetividade dominante nesse novo contexto? E qual é o principal defeito de tal política?

– Seu principal defeito, na prática, é que seu próprio princípio é falso. Imaginemos que estão selecionando pilotos de avião exclusivamente de acordo com sua riqueza e que nenhum aparelho é entregue a um piloto pobre, por mais talentoso que seja...

– Vamos ver muito avião despencando!

– Como diziam os guardas vermelhos durante a Revolução Cultural na China (pensavam evidentemente em Mao): “Para navegar em alto-mar, é preciso um piloto.” Barco, avião, política, Estado, no fim é tudo a mesma coisa. Contam apenas o talento e a confiança. A riqueza não é nada. Entretanto, além disso, todo regime oligárquico é afetado por uma doença moral. Pois o país onde ele medra não é mais uno, é duplo, estando sempre ameaçado pela guerra civil. Há, no mesmo território, o país dos ricos e o dos pobres. Um lado esfalfa-se preparando armadilhas para o outro. E isso não é tudo. Um país oligárquico vê-se na impossibilidade de declarar guerra a um país inimigo. Com efeito, ou o governo dos ricos deve armar o povo dos pobres, e então receia mais estes que o inimigo; ou renuncia a isso, e no fim são dois ou três gatos-pingados no campo de batalha, a quem só resta agachar-se atrás de seus inúteis sacos de ouro. Na realidade, eles são tão unhas de fome que não comprarão armas para ninguém.

Amanda parece interessada nesse ponto da conversa:

– Eles farão como aquele cara de um lugarejo que Roma ameaçava. Falava-se em mobilização, defesa nacional, essas coisas. E ele – um rico, na verdade – propôs reduzir o exército a um único soldado postado na fronteira e capaz de dizer em latim: “Nós nos rendemos incondicionalmente.” Assim faríamos, argumentou, grandes economias!

– Riqueza e traição não raro andam juntas – aprova Sócrates. – Mas a isso se acrescenta que a pobreza, na ordem oligárquica, vê-se frequentemente associada ao tráfico, à corrupção e ao banditismo. A concentração das riquezas e as restrições severas impostas à atividade produtiva fazem com que um grande contingente de desempregados se instale na periferia das grandes cidades, não podendo ser naturalmente ricos ociosos, mas tampouco comerciantes, soldados, funcionários de escritório, nem sequer, mais grave, operários. Possuem simplesmente o título de pobres. Nos países muçulmanos, são chamados “párias”. Marx, por sua vez, prefere *Lumpenproletariat*.

– Como é possível – pergunta Glauco – que os oligarcas não tomem nenhuma medida contra isso? Pois se eles agissem verdadeiramente, não veríamos um contraste tão terrível entre um punhado de pessoas riquíssimas e uma massa completamente indigente.

– Examinemos seu problema com vagar. Os ricos, na época em que não passavam, no contexto timocrático, de cidadãos, não tinham outra preocupação senão gastar sua fortuna. Acha que, porque estão no poder, eles mudaram? Que prestam agora grandes serviços ao país? É só aparentemente que são governantes. Continuam a não ser nem verdadeiros dirigentes do Estado, nem seus verdadeiros servidores. Preocupam-se apenas com a sorte dos afortunados e das fortunas. São, nas palavras de Marx, “forjados no poder do Capital”. Eis por que recusam categoricamente a ideia de uma igualdade maior das vidas materiais.

– O oligarca quer sobretudo – conclui Glauco – que o governo oligárquico o ajude a permanecer um oligarca.

– Exatamente. E, se é verdade que o zangão nasce na colmeia em meio às abelhas para ser seu parasita e flagelo, podemos dizer que um ricaço desse tipo é, no domínio público, como um zangão: flagelo do Estado e do país. Com a ressalva de que os zangões da colmeia – o Outro zelou por isso – têm asas, mas não ferrão. Em contrapartida, os zangões bípedes, os dos regimes oligárquicos, são de duas espécies. Alguns, por exemplo um ancião que morre na miséria, uma mulher reduzida à mendicidade para criar os filhos, uma adolescente obrigada pelo namorado a prostituir-se, um mutilado de muletas, nem ferrão possuem. Mas os outros, os bandidos, possuem um, e causador de um terrível mal: são vespas. É um fato que, em todos os países onde existe um forte contingente de pobres e

desqualificados, um vasto *Lumpenproletariat*, encontramos punguistas, traficantes, mercenários mafiosos, assaltantes de bancos.

– Deve haver então uma infinidade deles nos países oligárquicos, visto que todo mundo neles é pobre, exceto a camarilha dirigente.

– Exatamente. Neles, as vespas dotadas de ferrões são muito numerosas, e é exclusivamente à força de batidas policiais e prisões sinistras que o poder consegue sobreviver.

– Que descrição espetacular! Mas e o homem oligárquico, o Sujeito dessa política, como ele se comporta?

– Pegue o filho de um grande timocrata. No início, estruturado pelo complexo de Édipo, ele rivaliza com o pai. Como um cachorrinho, segue-o por toda parte. Um dia, porém, vê o pai subitamente rachado pelo Estado como um navio pelo raio de Zeus. Seu pobre pai! Um homem que pôs à disposição do Estado tudo que possuía, a própria vida; um homem que foi general em chefe dos exércitos; um homem investido de considerável poder, ei-lo bruscamente arrastado ao tribunal, insultado por sicofantas, desonrado, intimado a escolher entre o exílio e a morte, todos os seus bens sendo leiloados.

– Li histórias incríveis desse tipo nos jornais – assinala Glauco –, especialmente em Esparta.

– O filho, então, vê a decadência do pai, sente-a intimamente. Além disso, ele próprio está completamente arruinado. Entra em pânico. Ele, que desejava incorporar-se a um Sujeito cuja honra e coragem regem o devir, muda drasticamente. É como um golpe de Estado em sua alma. Sente-se de tal forma humilhado pela miséria que o dinheiro torna-se seu único deus. Como uma serpente antes do inverno, recorrendo a rastejos penosos e economias sórdidas, ele estoca o que digerir na paz. Seu autocontrole curva-se ao desejo insaciável e à avareza ilimitada. A estes grandes reis de sua alma, doa o diadema, os colares rituais e o sabre sagrado.

– Atenção, caro Sócrates! Estou fincando a tabuleta: “Perigo: poesia!” – brinca Amanda.

– Quanto à potência racional e à faculdade emotiva, irritadiça, instável e corajosa, ele as faz prosternarem-se aos pés desse novo rei, dos dois lados do trono, como vis escravas. À primeira não permite senão calcular sua fortuna ou encontrar meios de aumentá-la. Quanto à outra, não deve

admirar e honrar senão a riqueza e os ricos e, em matéria de glória, ater-se aos tesouros acumulados e aos meios de acumular cada vez mais.

– Ele termina – resume Glauco – como um vazio pedante, indo da mais arrogante ambição à mais sórdida avareza, vendo-se, assim, formatado por um computador oligárquico.

– Esmiucemos o que você chama de sua “formatação” e que, menos moderno que você, traduzirei assim: suas pulsões adequam-se ao que o regime político exige dos indivíduos que dele dependem. No início, ele coloca as riquezas acima de tudo. Sua divisa é: “Trabalho e Poupança”. Num segundo momento, só consente em satisfazer os desejos estritamente necessários, tratando os demais como reles iscas e não lhes alocando um tostão furado.

– Ele é mesmo indecente! – revolta-se Amanda.

– Sem tirar nem pôr. É para ele muito especialmente que a moeda se transforma, como diz o nosso bom e velho Marx, num “equivalente genérico”. Pois o desejo de acumular impele-o a transformar tudo em dinheiro. Ele é, por assim dizer, incorporado vivo ao Capital. Tudo bem considerado, é esta igualmente a sorte que, nesse tipo de regime, espera o orçamento do Estado: sociedade e indivíduo passam a ser meros componentes da circulação monetária.

– Suponho – intervém Glauco – que esse tipo de personagem não acompanhou com atenção os ensinamentos literários e filosóficos dispensados no ensino fundamental. Educado como convém, ele jamais teria aceitado que seus desejos fossem guiados por esse dinheiro cuja estúpida cegueira ele venera.

– Belas palavras! – admira Sócrates. – É porque o nosso indivíduo é vítima daquilo que Marx, ele de novo, chama de “fetichismo da mercadoria”. Mas cuidado! O fato de o oligarca geralmente ser inculto tem muitas outras consequências. Em especial, desejos do tipo “vespa” – tocamos nisso minutos atrás – surgem no breu de sua alma. Esses desejos, subservientes e maléficos, em geral só estão presentes no homem oligárquico em virtude do zelo que ele dedica aos próprios interesses, naturalmente. Daí que, para descobrir sua potência, é necessário observá-lo, por exemplo, quando ele se vê encarregado de administrar a fortuna de um menor, um idoso ou um doente mental, supondo-se imune a qualquer processo penal. Compreendemos então o que aconteceu quando esse tipo

foi levado a respeitar escrupulosamente determinados contratos, o que lhe permitiu adquirir a reputação de um homem leal e justo. Decerto ele autocensurou seus maus desejos, mas a violência íntima de que ele faz uso para esse efeito nada tem a ver com a convicção de que este é o caminho do Bem, nem tampouco com uma temperança ditada pela razão. Ele só obedece às nebulosas necessidades induzidas pelo cinismo: tremia de medo de perder todos os bens que, por fraude e cobiça, já acumulara. Mas agora trata-se de gastar o dinheiro dos outros, então esvoaça dentro dele, demônio maldito, sem que nada lhe faça obstáculo, todo o enxame dos desejos tipo zangão!

– E o oligarca torna-se assim um zangão completo – conclui Glauco com a escusa satisfação que sempre lhe proporciona o espetáculo de um desastre.

– De jeito nenhum, meu rapaz! Esse tipo de homem não pode evitar a guerra civil íntima. Interiormente, ele não é um, mas dois. No linguajar de Jacques Lacan, ele é um sujeito clivado. Com efeito, sua subjetividade tem como fórmula: desejo contra desejo. E cumpre admitir que, na maioria dos casos, os bons desejos prevalecem sobre os maus. Eis por que ele tem melhor aspecto que vários outros tipos humanos. Da unidade e a harmonia imanente, contudo, que são a norma do Sujeito desde o momento em que ele advém a si mesmo no elemento da Verdade, nosso homem permanecerá sempre muito distante.

Amanda então intervém:

– Não poderia concluir, caro Sócrates, com um daqueles perfis breves e pitorescos cujo segredo você detinha?

Sócrates ignora a perfídia:

– A avareza do oligarca torna-o incapaz de rivalizar publicamente com seus concidadãos, de partilhar com eles uma ampla visão da vida, feita de vitórias porque imbuída de um sentido profundo da honra. Temendo acima de tudo ser obrigado a despertar, para vencer seus rivais, desejos caros, ele se recusa a aplicar dinheiro em combates em que estão em jogo apenas sua glória. Assim, não destinando à luta senão magra parte de seus recursos, ele prefere, oligarca típico, a sorte de quem, vencido e desonrado, não se satisfaz senão com uma coisa: ficar sentado sobre seu monte de ouro.

– Nada mal, nada mal! – opina Amanda.

– Em todo caso – acrescenta Glauco –, o certo é que esse homem é rigorosamente isomorfo ao tipo de regime político do qual é, ao mesmo tempo, causa e efeito, aquele em que apenas a riqueza é parâmetro de potência.

– Acho que já falamos o suficiente sobre esse tipo de indivíduo – conclui Amanda, fazendo uma expressão cômica de asco.

14. CRÍTICA DAS QUATRO POLÍTICAS PRÉ-COMUNISTAS

2. Democracia e tirania (555b-573b)

– DE FATO – aprova Glauco –, penso podermos passar à democracia, sua origem, sua essência e o tipo humano que lhe corresponde. Explique-nos primeiro, caro Sócrates, como passamos historicamente da oligarquia à democracia.

– A mola dessa transição não é outra senão o desejo infinito, tal como suscitado pelo único objeto que, em regime oligárquico, é identificado ao Bem: o dinheiro. Avancemos da oligarquia à democracia, quando o imperativo do gozo, espelhado no modelo do “Enriqueça!” de um ministro francês do século XIX, torna-se um imperativo geral cuja determinação não é assegurada por limite algum.

– Ora – diz o demônio empirista de Glauco –, mas como isso se dá concretamente?

– Os governantes de um Estado oligárquico só estão no poder em função de sua imensa fortuna. Não querem, portanto, que uma lei severa reprima essa fração da juventude que chamam de “juventude dourada”, que dilapida o patrimônio familiar nas salas de jogo, nas corridas de cavalos, nos desfiles dos grandes costureiros, na cocaína ou nos bordéis de luxo. Por que essa permissividade? Porque os velhos oligarcas no poder pretendem comprar por preços irrisórios os bens que esses jovens serão obrigados a torrar para pagar suas dívidas, e depois, quando os tiverem deixado praticamente sem um tostão furado, emprestar-lhes dinheiro a juros exorbitantes, o que obrigará esses jovens a hipotecar o pouco que lhes resta. Graças a esses ardis, os ricos governantes se tornarão riquíssimos. Mas as consequências não se farão esperar. Em todo e qualquer Estado, é impossível que as pessoas idolatrem o dinheiro e, no mesmo impulso, adquiram a sobriedade necessária a uma vida coletiva minimamente inteligente. Cumpre absolutamente sacrificar um ou outro. No caso da oligarquia, o que acontece é que, diante de tanta permissividade interesseira, acaba-se por reduzir à miséria indivíduos sem dúvida frágeis mas talentosos, até mesmo

com uma inteligência excepcional. Despesas ostentosas, niilismo, bordéis, dívidas, até mesmo a prisão: pessoas da envergadura de Tolstói ou Rimbaud conheceram tudo isso em sua juventude, certo?

– Certo – diz Amanda. – Mas não imagino Sócrates transformando Rimbaud no paradigma da vida filosófica.

– Isso porque você já tem de mim uma imagem acadêmica e estereotipada. Rimbaud, sim, perfeitamente! Ele encarna o desejo violento de uma vida segundo a Ideia. Como é muito jovem, procura em todas as direções, obstina-se, vai até o fim de cada experiência. E no fim é salvo: trabalho, concentração, devotamento e anonimato. Um perfeito socrático! Mas, diabos, em que ponto estávamos?

– Você observava – diz Glauco-o-sério – que um regime oligárquico expulsa uma massa de pessoas inteligentes, tornadas agressivas como seus famigerados zangões, armadas até os dentes, umas crivadas de dívidas, outras desonradas, e todas sabendo que não têm mais nada a perder.

– Ah, sim! Essas pessoas odeiam o regime estabelecido que as arruinou. Conspiram na sombra contra os que se apoderaram de seus bens e, não só contra estes, mas contra toda a classe dirigente, julgada cúmplice de suas rapinagens. Em suma, esses pequenos burgueses decadentes não passam mais senão de desejo de revolução. Ver os banqueiros, os diretores de fundos especulativos, os presidentes bilionários exibindo-se na televisão como se fossem os grandes benfeitores de uma sociedade liberal leva seu furor ao paroxismo. Ressentida com a ostentação do “dinheiro fácil” e com a publicidade que eles fazem em toda parte, dia após dia, das fortunas mirabolantes, toda a classe média, lentamente empobrecida, está disposta a entregar-se ao aventureirismo político.

– Nada pior – sentencia Glauco – do que entregar sua vida às delícias liberais do Mercado e, no fim, só encontrar nelas um mal-estar tão insidioso quanto constante.

– O mal instala-se então no país como um incêndio invisível que se propaga por toda parte. No entanto, a classe dirigente recusa absolutamente todos os meios de debelá-lo. Evidentemente, ela não quer o método que nós, comunistas, pleiteamos desde sempre: a apropriação coletiva de todos os bens privados. Mas ela tampouco aceita as reformas não obstante compatíveis com o sistema oligárquico. Por exemplo, a votação de uma lei que suprimisse os excessos especulativos das finanças modernas.

– Mas – objeta Amanda – você disse: a sofreguidão pelo lucro e a sedução do dinheiro são desejos ilimitados. Como pode esperar refreá-los com uma lei?

– De toda forma, é possível imaginar leis que introduzam determinados limites nas aberrações da circulação financeira. Chama-se a isso uma “regulação” do mercado. Poderíamos, por exemplo, impedir a concessão de créditos a indivíduos notoriamente inadimplentes. Para isso, seria preciso que os empréstimos fossem contraídos com riscos e perigos para os emprestadores também, e não somente para os que tomam emprestado. Pensar-se-ia então duas vezes antes de enriquecer minando todas as possibilidades de uma espécie de harmonia social, ainda que não igualitária...

– ... e portanto inadmissível do nosso ponto de vista – corta Amanda. Mas – ela prossegue – parece-me que você aceita a hipótese de um mercado financeiro virtuoso. Ora, isso é a mesma coisa que cogitar a existência de um círculo quadrado!

– Devo admitir que a oligarquia não quer nem ouvir falar em minhas reformas. Ela considera os pobres, os dominados, os “losers” – perdoem a expressão – merda. Por sua vez, ela só quer prosperar num fausto inútil e vulgar. Os filhinhos de papai vivem no bem-bom, não só incapazes, obviamente, de esforços intelectuais, como indiferentes aos esportes. Arrogantes e preguiçosos, não adquirem nenhuma disciplina, sequer a do prazer, isso para não falar da imposta pelas provações e os conflitos. Quanto aos pais, despreocupados com tudo que não seja as ações, as obrigações, as contas, as aplicações sofisticadas e o preço das matérias-primas, preocupam-se menos com a virtude que o mais piolhento dos bandidos.

– Ainda não vejo – persiste Amanda, franzindo o cenho – como tudo isso constitui uma transição entre oligarquia e democracia.

– Deduza as consequências do que acabamos de dizer, em suma, do ódio de classe. Examine os casos em que os governantes e a massa dos dominados participam da mesma ação coletiva.

– Uma viagem? Uma migração?

– Sim, ou qualquer outra situação do gênero: uma embaixada distante, uma expedição militar, quando oficiais e soldados embarcam na mesma nau ou combatem ombro a ombro. No perigo, eles se observam, certo? E nunca são os ricos que desprezam os pobres. É exatamente o oposto. Quase

sempre o capricho de uma batalha coloca um pobre-diabo magro e moreno ao lado de um rico de tez delicada e pança proeminente. E o que vê o simples soldado? Que o outro está completamente ofegante, abatido, incapaz de prosseguir o combate. Rumina então que aquelas pessoas detêm o poder unicamente em função da covardia das classes dominadas, da corrupção mental que impede a organização vitoriosa dos camponeses, operários, funcionários e seus aliados intelectuais. De modo que, quando os soldados rasos se veem, no grande crepúsculo em que toda batalha termina, ao abrigo dos ouvidos do alto-comando, murmura-se em toda parte algo assim: “Esses caras que julgávamos poderosos estão à nossa mercê! Eles extraem sua subsistência exclusivamente de nossa fraqueza. Em si mesmos, não são nada!”

– E a revolução entra na ordem do dia! – exclama Glauco.

– Exatamente! Basta uma ligeira influência externa para um organismo vivo, se frágil, ser gravemente golpeado. Às vezes, ele inclusive entra em conflito mórbido consigo mesmo sem nenhuma ação oriunda do exterior. Um Estado como este que acabamos de descrever também cai doente, deflagrando, por motivos fúteis, a guerra civil em seu território. Ambos os lados apelam às forças das potências estrangeiras, os oligarcas, das oligarquias, os democratas, das democracias. Há ocasiões em que a revolta espalha sangue e fogo sem qualquer intervenção externa.

– Se bem compreendo – diz Amanda –, a democracia surge quando as classes inferiores, comandadas pelos líderes políticos das classes médias em vias de pauperização, saem finalmente vitoriosas. Os oligarcas são mortos, os demais, expulsos, o que resta de cargos no poder e na administração é partilhado com eles. Esses cargos, em todo caso, terminam, todos sabem, por ser sorteados. Nesse processo, contudo, os pobres não acabariam enganados pelos remediados?

– Isso é outra história... Seja como for, é dessa forma que a democracia se instala: por meio de uma violência originária, depois por uma espécie de terror latente que põe em fuga os ex-governantes, mesmo os que aderiram no início.

– Agora teríamos de examinar detidamente – intervém Glauco, um pouquinho pedante –, como esses democratas se organizam e qual a natureza exata dessa tão falada política democrática. Quanto ao tipo

humano que lhe corresponde, creio efetivamente, caro Sócrates, que o designará pura e simplesmente como o “homem democrático”.

– Nada a objetar – diverte-se Sócrates. – Saiba que os nossos democratas têm apenas uma palavra na boca: liberdade. Num Estado democrático, afirmam, todos são livres para expressar e fazer o que quiserem.

– Eles só fazem passar adiante o que nos inculca a propaganda dos Estados “democráticos”, nossas queridas potências ocidentais – comenta Amanda num tom acerbo. – Não nego que haja “liberdade” para se fazer negócios e ficar bilionário nas costas dos pobres de todo o planeta. Mas precisamos examinar isso mais de perto.

– É efetivamente o que temos a intenção de fazer – declara Glauco, num tom importante.

– Você agora se refere a você mesmo no plural? – zomba Amanda.

– Paz, crianças! – corta Sócrates. – Para começar, observemos que, em toda parte onde se tem o direito – ao menos teoricamente – de fazer quase tudo que se quer, todo indivíduo escolhe o modelo de vida que lhe agrada e tenta adaptar sua existência a ele. Vamos então encontrar, num país cujo Estado é democrático, pessoas cuja aparência exterior é extraordinariamente variada.

– O que – resmungo Amanda – não os impede de se assemelharem curiosamente e falarem como papagaios tão logo abordamos questões verdadeiras.

– Não avancemos tão depressa. De todo modo, é verdade que essa forma de Estado apresenta seduções infinitas. As grandes cidades regurgitando mercadorias lembram uma roupa multicolorida expondo, à vista dos estrangeiros pasmos, todas as nuances delicadas possíveis e imagináveis. Tendemos então a exclamar: “Como a democracia é magnífica!” E não seria nada impossível que a maioria das pessoas – a começar por aquelas que se parecem com as crianças ou as mulheres frívolas, na medida em que a variedade excita seu desejo – considerasse o Estado democrático o mais belo e desejável. Além disso, a liberdade de que os democratas se gabam estende-se a muitos aspectos da estrutura constitucional do Estado. Este pode ser federal ou centralizado, comportar duas câmaras legislativas, até mesmo três, ou uma única, ter ou não um Conselho constitucional que julga as próprias leis sem ter de se reportar a ninguém. Nele, podemos até mesmo encontrar, além de um presidente do Conselho e seus ministros, reis e

rainhas: “democracia” e “república” estão longe de ser sinônimos. Existe uma quantidade incrível de métodos para organizar o que constitui o rito fundamental desse gênero de política: as eleições dos deputados. O escrutínio pode ser direto ou indireto, majoritário ou proporcional, com grande abstenção ou comparecimento, um ou dois turnos, de lista ou individual, diretamente nacional ou distribuído em minúsculas circunscrições... É muito simples: é perfeitamente possível demonstrar que, com esse modo de escrutínio, é determinado partido que vence e, com outro, o partido adversário, o número de votos obtido por um ou outro permanecendo inalterado. Também é possível fazer referendos “populares” sobre a Constituição, os tratados internacionais, a escola laica, o aquecimento climático, mas também sobre o porte de um revólver na cintura ou o cheiro dos excrementos de porco espalhados na planície. Em suma, os países democráticos têm um lado “bazar de Constituições”.

– Mas como isso funciona, quem toma as decisões, levando em conta todos esses intrincados procedimentos?

– A maioria das decisões importantes, as relativas à polícia, à guerra, às alianças, aos grandes grupos financeiros ou industriais, são decisões secretas, tomadas em reuniões que a Constituição não prevê e de que o público não tem conhecimento. Paralelamente, a galeria é entretida com acalorados “debates” sobre questões secundárias, como o casamento dos padres homossexuais ou a proteção das baleias-azuis. Mas a famosa liberdade está de fato presente! Se alguém mostra reais capacidades de governar, não é de forma alguma obrigado a isso, e tampouco a obedecer, caso não queira. A guerra é travada exclusivamente por alistados voluntários, espécie de mercenários, os outros lavam as mãos. Se um pequeno grupo poderoso acha que a guerra é de seu interesse, e a despeito de a maioria das pessoas desejar a paz, a guerra tem boas probabilidades de acontecer. Se a lei proíbe você de ser deputado ou senador, você chegará lá assim mesmo, com a condição de ser enérgico, paciente, rico e ligado à maioria estabelecida. Isso porque a justiça tem uma geometria variável. Os que têm a ficha suja, caso pertençam à classe política ou à elite financeira ou midiática, livram-se incólumes. Vemos pessoas suscetíveis de ser condenadas à pena máxima, em especial por corrupção, que normalmente não deveriam escapar à prisão senão se exilando, passear, sossegadas, pelas ruas de sua cidade natal, e até mesmo dar as caras nas tribunas da Assembleia Nacional ou do Senado, como se tivessem se transformado em

heróis invisíveis. Naturalmente, se você é pobre e tem a pele um pouco morena, é outra história! A polícia achaca-o pelos motivos mais fúteis e você pode pegar três anos de prisão por uma bagatela. Em se tratando dos saberes e do pensamento puro, todos são completamente livres. Lembrem-se, repito, que para ser um cidadão esclarecido, um “guardião”, como dizemos, do nosso país comunista, é preciso que, desde as brincadeiras de criança, todos se instruem e que o espírito dos meninos seja como que investido pelo que tem real importância. Em nossas democracias, ninguém se preocupa com isso, ninguém pergunta sequer o que sabe ou ignora um governante, qual é sua experiência do mundo e das verdades. Basta ele declarar-se amigo de todo mundo, e isso não custa caro, que tem todas as chances de se eleger.

– De toda forma, é uma glória viver assim – diz Glauco. – O democrata é uma espécie de pequeno deus.

– Para quem só importa o instante atual, e, para quem tem dinheiro, isso não pode ser muito ruim. A longo prazo, se pretendermos viver segundo uma Ideia, e mais ainda se estivermos nos primeiros degraus da escala social, é outra história. Em todo caso, tais são as vantagens dessa forma de Estado. Temos aí um poder cuja aparência é anárquica e multicolorida. Além dessa liberdade, tão vertiginosa que confina com o vazio, há uma espécie de igualdade puramente formal que, na realidade, põe no mesmo saco a igualdade e a desigualdade.

– Só me resta – insiste Glauco – fazer minha indefectível pergunta. Que retrato você traçaria do homem que corresponde a essa política paradoxal? E, em primeiro lugar, como diabos ele sai, se ousa dizer, do ventre do oligarca?

– É uma história longa e apaixonante. Tomemos um filho de oligarca. Seu pai, cheio do dinheiro, criou-o dentro dos princípios que sabemos: enriquecer e poupar. Como o pai, o filho faz grandes esforços para renegar o prazer oferecido pelas grandes cidades, prazeres caríssimos na medida em que menos naturais. A propósito, para não deixar na sombra todo um lado da explicação, gostaríamos que distinguíssemos os desejos necessários dos demais?

– Sim – diz Amanda. – E, uma vez que vamos falar em desejos, não seja carola a pretexto de que dessa vez uma jovem participa da discussão.

– Pode deixar – responde Sócrates, com uma risadinha suspeita. – Vamos partir das evidências: diremos que um desejo é necessário quando, para pura e simplesmente continuar a viver, somos obrigados a satisfazê-lo.

– Não poderíamos – intervém Glauco – alargar a definição? Por exemplo, sustentar que um desejo é necessário quando é realmente útil ao ser vivo satisfazê-lo sem que seja forçosamente obrigatório?

– De acordo. Digamos que um desejo é não necessário, ou artificial, se a sua satisfação, por mais agradável que seja, não for nem obrigatória nem sequer útil ao que meu colega Spinoza chama de “*conatus*”, ou seja, a tendência de todo indivíduo vivo a perseverar em seu ser.

– Então – diz Amanda –, um desejo é artificial quando não diretamente implicado pela espontaneidade vital? Quando, em suma, pertence à ordem simbólica?

– Ah, esse Lacan! As mulheres adoram Lacan, eu me pergunto por quê. Vá lá, para a ordem simbólica! Apesar disso, tomemos um exemplo nos domínios de Freud. O desejo de copular é certamente um desejo necessário à perpetuação da espécie em questão, seja ela a nobre espécie humana. O desejo de pequenos carinhos laterais, beijar na boca, acariciar seios, tocar o sexo e outras pegações, na medida em que sua satisfação contribui para deixar em ponto de bala os dois parceiros da copulação, pode igualmente ser considerado necessário por procuração, se adotarmos a definição mais larga do nosso querido Glauco. Não é verdade?

– Parece-me que sim – ruboriza Glauco.

– Mas se, por exemplo, eu peço a uma mulher para vestir um baby-doll preto e calçar botas e me chicotear sem misericórdia, depois me chupar e, quando eu gozar na sua boca, engolir meu esperma, duvido que se possa qualificar tal desejo como necessário, nem mesmo por procuração.

– Oh! – escandaliza-se Glauco.

– Uma certa dama, que vejo agora em silêncio, me ordenou que não fosse carola. Sempre obedeço às damas. Em suma, esse tipo de desejo pertence provavelmente ao que a dama em questão chama de ordem simbólica. Se o mencionado desejo é satisfeito com profissionais, especialistas tarifadas da “ordem simbólica”, ele pode custar muito caro. É a inclinação por esse tipo de coisas, e coisas até mesmo muito mais complicadas – muito mais “simbólicas” –, que o filhinho de papai oligarca tenta reprimir em si mesmo desde a infância, porque o papai-aferrado-aos-seus-caraminguás lhe disse

que tudo isso era daninho ao corpo, nefasto à alma, e além do mais custava os olhos da cara. No entanto, o pai não está sozinho. Lembra-se dos “zangões” de que falamos? São justamente as pessoas que, no mundo oligárquico, adoram a ordem simbólica! Quanto mais sofisticado e artificial um prazer, quanto mais dissociado de toda necessidade, mais ávidos eles são.

– Não teríamos perdido a pista da formação do tipo humano democrata?

– Em absoluto. Voltemos ao nosso menino criado pelo seu pai no deleite dos lucros e na ignorância dos vícios dispendiosos. Eis que o adolescente passa a frequentar grupos de jovens “zangões”, esses insetos ardentes e venenosos capazes de iniciá-lo nos mais diversos prazeres, da cocaína às orgias, passando pela música psicodélica, os bailes de máscara, a vodca turbinada, os programas no Mustang... É então que tem início a metamorfose democrática de seu oligarca supereu. Da mesma forma que, por ocasião de uma longa guerra civil, o poder é passível de mudar de mãos de uma hora para a outra se uma das facções receber a ajuda de aliados externos que partilhem sua orientação política, o rapaz pode mudar de caráter quando fortes desejos inconscientes, até então equilibrados pela pressão familiar, são estimulados por desejos externos análogos aos seus. Naturalmente, pode haver um contra-ataque dos hábitos oligárquicos, caso aliados externos desse partido vierem em socorro daquilo que, no nosso adolescente, permanece arraigado. Podem ser as recriminações amargas e as lições arrogantes de seu pai ou outras pessoas da família. O resultado é um conflito íntimo, no qual ele fica terrivelmente dividido, com relação à norma familiar, entre revolta e conservadorismo. Há casos em que a contrarrevolução vence: o princípio conservador limita, ou mesmo elimina, a revolta democrática. Alguns desejos inconscientes aflorados são recalçados, outros desaparecem, uma espécie de culpa assombra a consciência do nosso jovem herói e permite que a ordem antiga volte a imperar dentro dele.

– Vitória vergonhosa! – julga Amanda.

– E precária! Pois muitas vezes acontece, após essa primeira derrota dos desejos artificiais, de outros desejos da mesma espécie, multiformes e vigorosos, aproveitando-se de uma espécie de impotência do nome do Pai, surgirem das reservas inesgotáveis do inconsciente. Esses novos desejos arregimentam-se numa espécie de consentimento a tudo que a rica Cidade

lhe propõe: objetos inúteis e deslumbrantes, iguarias, *gadgets* tecnológicos, viagens aos confins do mundo, cachecóis engrinaldados e vestidos suntuosos, drogas e automóveis, mansões e pitbulls... A vida transforma-se numa espécie de travessia, não raro clandestina, da infinidade dos pequenos gozos. No fim, essas pulsões mercantis tomam de assalto a cidadela dos princípios que faziam do adolescente um Sujeito. É que a resistência era impossível. O que pode fazer contra as tentações capitalistas um Sujeito vazio de saberes e exercícios úteis, um Sujeito para quem o caminho das verdades está doravante obstruído, senão se decompor e dissolver nos indivíduos que são seus suportes vivos? Em tais condições, raciocínios capciosos e opiniões falsas evidentemente conquistam espaço. Desde então, é como se os jovens habitassem um mundo de bandidos cuja única máxima é possuir recursos para consumir aquilo de que têm vontade. Claro, às vezes assistimos a contraofensivas subjetivas provenientes de sua família ou de alguns amigos seus. O partido avaro e digno que dominava o mundo oligárquico interfere em suas deliberações íntimas, mas a impostura retórica fecha as portas da muralha real de suas almas. Não podem mais entrar lá nem o socorro de um pensamento que sustentaria do lado de fora os princípios claudicantes, nem os conselhos lúcidos, alimentados pela experiência histórica, prodigalizados pelos veteranos. O discurso sobre o “desenvolvimento individual”, como dizem os sofistas de plantão, ganha a batalha. O pudor é considerado o cúmulo da estupidez, as mulheres que cobrem os cabelos são perseguidas ou recriminadas pela altura das saias. A reserva, o bom-senso e a argumentação racional são considerados formas de covardia pelos arautos em voga e, para a mídia, tão desprezíveis quanto um fósforo apagado. Quando à moderação nas despesas e a recusa de viver a crédito, não passam de baboseiras de caipiras. A violência de tudo é no fundo a da nuvem de desejos inúteis provocada pelos estoques inesgotáveis de objetos despejados no mercado, embora estes sejam tão feios, daninhos e estridentes quanto uma nuvem de gafanhotos.

– Ah, Sócrates! Poeta fulminante! – exclama Amanda, toda enternecida.

– A sedução mercantil e monetária tem o poder de drenar as virtudes de um Sujeito e deixá-lo nu e solitário. São os mistérios de Elêusis ao avesso: o Sujeito assim “purificado” é em seguida entupido de insolência fútil, anarquia autoritária, prodigalidade avara, impudência medíocre. Todas essas magníficas disposições avançam, coroa na cabeça, junto a um cortejo infernal, em meio ao qual os últimos hits das rádios são vociferados contra

um fundo de baixos que fazem “bum-bum-bum”, lembrando um bate-estaca. Os nomes mudam as coisas. O desprezo por tudo que não é a sua pessoinha passa a se chamar “autonomia do indivíduo humano”. Libertar-se de todo princípio relativo à vida coletiva chama-se “liberdade individual”. O carreirismo mais selvagem ganha o delicado nome de “êxito social”. Preocupar-se minimamente com operários, funcionários modestos, camponeses, é estigmatizado como “populismo”. Elogiar as desigualdades monstruosas, a concorrência de todos contra todos e a repressão policial aos mais pobres chama-se “coragem de partir das realidades”. Nessa escola, evidentemente, um jovem passa muito rápido do mundo dos desejos necessários, demasiado estreito sem dúvida, no qual ele foi criado, para aquele, embriagador, dos desejos inúteis, por cuja satisfação ele está disposto a sacrificar todas as verdades universais conquistadas pelo pensamento desde a aurora dos tempos.

– Acho até que posso continuar – exalta-se Amanda. – E o farei no estilo moderno: as adolescentes desses países investirão nas futilidades do visual ou do luxo tanto dinheiro, tempo e preocupação quanto no essencial da vida. Haverá aquelas que terminarão apodrecendo no niilismo. Elas definham na calçada com cabelos roxos espetados, em meio a colegas estúpidos e cães bravios. A maioria se afastará, quando a idade chegar, dos riscos extremos e se instalará no ramerrame dos pequenos gozos. Entrincheiradas em seu precioso “eu” feminino, efetuarão uma faxina em seu cérebro. Um pouco de velhice confortável e um pouco de libertinagem; um pouco de trabalho doméstico e um pouco de férias numa praia de nudismo na Espanha; uma boa dose de carreirismo e uma pitada de rabugice social; um marido estabelecido e algumas escapadas; uma penca de revistas de celebridades idiotas e uma chusma de romances best-sellers; amor teórico pelos “outros” e ódio prático pelas damas de xale ou burca. É a igualdade de tudo (querer é poder), exceto de tudo que desagrade. Essas gurias entregam sua subjetividade à primeira idiotice que aparece, preocupam-se com seu “equilíbrio”, desistem dele e passam com entusiasmo à idiotice seguinte.

– Nada mal, nada mal – aprecia Sócrates. – Falemos também da relação de todos esses jovens com as verdades e argumentações racionais. Esse gênero de coisas os repugna e eles não permitem que entre na cidadela de sua alma. Suponhamos que lhes digam: “Caros amigos, existem alegrias que haurem sua energia em desejos de valor universal, e prazeres que não

correspondem senão a nossas vontades egoístas. Devemos, pelo menos no nível das escolhas conscientes, privilegiar as primeiras e, no mínimo, reconhecer sua superioridade. Das segundas, devemos desconfiar, e há muitas circunstâncias em que é a renúncia que se impõe.” Sabem o que eles responderão?

– Vão acabar com você! Ouço-os daqui.

E Amanda imita a guria agressiva:

– “Sócrates! Você não passa de um velho gagá! Todos os nossos desejos são geniais. São todos do bem, porque são meus desejos, e não os seus. O barato é gozar tudo ao mesmo tempo. Viva a igualdade de tudo que está em mim!”

– Exatamente!

– Esta é de fato a vida que leva aquele para quem tudo equivale a tudo – observa Glauco.

– Não há saída. O homem do intercâmbio planetário e da comunicação instantânea. Esse homem reúne, com o que chama de sua incomparável e insubstituível individualidade, cem temperamentos indecisos. Como é bonito e colorido, esse indivíduo democrático! Como se assemelha ao Estado de mesmo nome! É compreensível que uma multidão de indivíduos, homens e mulheres, todos como eternos adolescentes, não imagine política melhor do que essa famigerada democracia.

– Só lhe resta agora, se bem compreendi, apresentar-nos a tirania e o tipo humano correspondente.

– O tirano... – começa Sócrates.

– O fascista, não é? – corta Amanda.

– O tirano fascista, se preferir. Que belo caráter para um retratista talentoso!

– Mas o que nos permite passar da democracia a esse gênero de tirania? Mussolini, Hitler ou Salazar por acaso chegaram ao poder num contexto democrático? Após eleições?

– E Pétain? – observa Amanda.

– A inversão da liberdade, mesmo corrompida, em escravidão, mesmo consentida, não é paradoxal? – pergunta Glauco.

– Para sair dessa dificuldade, talvez convenha lembrar os mecanismos da transição oligarquia-democracia. A norma da oligarquia, levada a seu

extremo, é uma implacável concentração de riquezas. A indiferença a tudo que não for ouro e a ausência de todo princípio resultam na ruína desse regime. Mas qual é a norma da democracia – no sentido vulgar da palavra?

– A liberdade – sugere Glauco.

– De forma alguma! – protesta Amanda. – Não a liberdade assim, nua e crua. A “liberdade” ligada à satisfação obrigatória dos desejos individuais por intermédio dos objetos disponíveis no mercado. A norma é de fato a “liberdade” sem norma, o que significa a animalidade. Porque a essência dessa liberdade individual sem norma é pura e simplesmente o interesse privado.

– De acordo – diz Sócrates. – E o desencadear competitivo do interesse privado, a indiferença a todo o resto, inclusive a todo e qualquer princípio, e mesmo a toda e qualquer verdade, eis o que arruína visceralmente nossa terceira política, a democrática, substituindo-a por esta ou aquela variante da quarta: uma tirania fascistoide.

– Como assim? – questiona Glauco, um pouco perdido.

– Progressivamente, os dirigentes dos países “democráticos” tornam-se demagogos vulgares que, sob a capa da “liberdade”, aniquilam toda referência a qualquer norma que não seja a selvageria dos apetites privados. Qualquer um que pretenda colocar um freio na extensão desses apetites e no “valor” absoluto de sua satisfação é apontado como comunista, totalitário e inimigo das liberdades. Os que reivindicam a coletivização dos bens de interesse público – saúde, educação, meios de transportes, fontes de energia, água potável, bancos – são qualificados de arcaicos, de pessoas estupidamente contrárias aos métodos modernos de produção e troca. Que os governantes se pautem pelo interesse próprio – permanecer a todo custo no poder, ser reeleitos indefinidamente, beneficiar-se da corrupção reinante – e os governados não tenham outra relação com os governantes senão de inveja e curiosidade – fotos em revistas de celebridades, pesquisas de opinião absurdas, fofocas e mexericos –, eis com que aniquilar o espírito público e transformar a política, que é um pensamento, em teatro de sombras.

– Mas, apesar de tudo, há liberdade! – teima Glauco. – Até mesmo nas famílias. Com a extinção da velha autoridade simbólica do pai, o filho fica decerto angustiado, mas é livre, faz o que quer.

– Com a ressalva de que ele não quer nada – atalha Amanda.

– Que exagero! Os pais, antigamente verdadeiros déspotas, terminam quase sempre por temer os filhos. Isso não é uma libertação? E observe também os estrangeiros: será que eles não são livres? Quando têm dinheiro, em todo caso, são tão livres quanto nossos cidadãos. E quando são pobres, não são nem mais nem menos livres que o pobre-diabo da esquina. Mas na democracia não é como na oligarquia hereditária. Quem é pobre sempre tem a liberdade de um dia vir a ser rico.

– É o que você pensa! – investe Amanda, com um soberano desprezo.

– De toda forma – retoma Sócrates –, não deixa de ser verdade que, como dizia nosso bom e velho Marx, no seio desse gênero de democracia todas as relações de autoridade se dissolvem “nas águas geladas do cálculo egoísta”. Até mesmo nos lugares teoricamente inexpugnáveis à corrupção por dinheiro, as escolas, por exemplo, vemos certos professores...

– Ah, posso falar alguma coisa sobre isso! – exalta-se Amanda. – Muitos professores, morrendo de medo dos alunos, passam-lhes a mão na cabeça e só os fazem ler as idiotices em voga. Os alunos, por sinal, se lixam para tudo. São cheios de intimidade com os professores, que, para não serem vaiados, fazem piadas grotescas. Cheguei a ver alguns cantando rock ou rap, requebrando-se na sala de aula!

– Você vê tudo sombrio! – protesta Glauco. – Há professores formidáveis.

– Sim, mas são raros; é preciso muita paciência, ou então caras mais velhos, com uma tremenda aura. Em todo caso, tenho certas ideias sobre isso. Os pais, professores, e até mesmo policiais, até mesmo juízes ou presidentes, perderam completamente o valor e o respeito morreu porque, na democracia, eles se tornaram iguaizinhos a nós, garotas.

– Como assim? – escandaliza-se Glauco. – Você, uma mulher, dizendo uma coisa dessas? Após décadas de feminismo?

– É justamente porque conheço as mulheres, especialmente as de hoje em dia. Elas não valem um alfinete. Só pensam em vencer, passando por cima dos homens e das colegas. E, além disso, se fazem de coitadas, as pobrezinhas! O mundo entregue às mulheres é a colmeia, as formigas, as traças. Um horror!

– Tenho a impressão de que Amanda quer nos provocar – arbitra Sócrates.

– Deixemos essa questão candente de lado, ao menos por enquanto.

– Mas – obstina-se Glauco –, nós estipulamos que, no comunismo, homens e mulheres são iguais.

– Evidentemente – diz Amanda, dando de ombros. – Eu disse o contrário?

– Não compreendo – confessa Glauco, desconcertado.

– Em todo caso – sorri Sócrates –, os homens, que já sofrem o diabo com as mulheres, não estão em melhor situação com os animais. Na democracia, um animal doméstico é tão livre quanto seus donos. Além disso, come melhor que um africano, dispondo de uma ração de luxo! Se ainda houvesse cavalos e burros, eles caminhariam orgulhosamente pelas ruas, cabeça altiva, esbarrando nos pedestres que encontrassem pela frente.

– Na democracia, os cavalos relinham que são livres – zomba Amanda – e os burros zurram.

– Esquece! – amua-se Glauco, prostrado.

Sócrates julga de bom alvitre manter um pouco de seriedade:

– A verdade é que a guerra dos interesses individuais faz com que todos fiquem irritadiços e extenuados. Ao menor obstáculo, à menor coerção, protesta-se, chora-se, denuncia-se, processa-se. Todos são vítimas de todos. Aprovam-se leis gerais para “proteger as vítimas” a partir de notícias escabrosas que a tevê transformou em escândalos populares. Essas leis, empilhadas e arbitrárias, dissociadas de qualquer princípio, servem apenas para a polícia perseguir os mais fracos. Essa desordem legislativa e policial, bem como a ausência no povo de qualquer convicção política forte, criam o contexto no qual os fascistas virão a prosperar.

– E como eles se fortalecem? – preocupa-se Glauco. – O que faz com que, em certas circunstâncias, eles cheguem a tomar o poder?

– Vimos que uma patologia inerente à oligarquia resulta inelutavelmente em sua ruína. Da mesma forma, a obsessão pelo livre-arbítrio individual, estendida de maneira patológica a todos os domínios do bem público, provoca, de maneira ao mesmo tempo violenta e insidiosa, a subjugação da democracia. A dialética em seu sentido vulgar nos ensina que uma ação excessiva em determinada direção acarreta uma violenta reação em sentido inverso. Observamos esse fenômeno a propósito do clima, da vegetação e de todos os organismos vivos. Parece que ele se verifica também no que concerne à organização política de um país. Em altas doses, a liberdade

individual, embora permaneça extrínseca a toda verdade, só pode inverter-se em servidão.

– Parece-me – observa Amanda – que essa inversão dialética afeta tanto os indivíduos quanto as coletividades.

– Exatamente. Daí resulta que tiranias e fascismos, ilustrando o fato de que a liberdade sofisticada, porém sem princípios nem conceito, inverte-se em servidão selvagem, nascem sempre num contexto que se pretende democrático ou republicano.

– Isso é uma evidência histórica – concorda Glauco. – Pensemos em César e Augusto, em Mussolini, Salazar, Hitler... Mas eu tinha outra pergunta na cabeça: que patologia é essa, comum à democracia e à oligarquia, que no fim põe todo mundo a ferros?

– É, creio, a escalada ao poder do grupo das pessoas ao mesmo tempo perdulárias e preguiçosas, os parasitas, em suma. Entre eles, alguns falastrões encabeçam a marcha e o rebanho dos covardes segue atrás. Como dissemos anteriormente, são os “zangões” de uma população política.

– Mas apenas os líderes, os caudilhos e führers têm ferrões – lembra Glauco.

– O fato é que eles atuam no corpo político qual um agente infeccioso no corpo individual. Os bons governantes, na escola dos bons médicos, devem vigiar atentamente esse grupo social parasitário. Podemos pensar também num apicultor clarividente: ele impede que tais zangões irrompam na colmeia. Quando vê um, ele o destrói sem piedade, lançando ao fogo os alvéolos de cera em que eles se abrigam.

– Ei-lo agora um homem do Terror, quem diria! – exclama Amanda.

– Tem razão, deixei-me levar pelo entusiasmo, preciso me segurar. Voltemos aos métodos analíticos. Podemos dividir um país do nosso Ocidente liberal em três classes. A primeira é a dos zangões malignos, esses parasitas que a combinação de liberalismo econômico e indolência própria faz proliferar nos países “democráticos”, tal qual aconteceu nas velhas oligarquias feudais. Em compensação, esse grupo parasitário é muito mais atuante no novo contexto do que era no contexto oligárquico.

– E por que isso? – resmunga Amanda.

– Porque o regime oligárquico, imbuído de suas tradições, despreza esses arrivistas e não os nomeia para nenhum cargo no poder, enquanto na

democracia seu campo de ação é, por assim dizer, ilimitado. Nas assembleias e campanhas eleitorais, líderes violentos e retóricos habilidosos discursam verbosamente, enquanto os deputados da base e caciques do interior sentam-se em círculo e só fazem aplaudir. Nessas condições, quase todos os assuntos caem nas mãos de algumas quadrilhas de conspiradores.

– E quais são as outras duas classes? – pergunta o impaciente Glauco.

– Em primeiro lugar, os capitalistas, mantidos afastados do engajamento político pela obstinação em conservar e aumentar seu patrimônio. É deles que os zangões, que lhes prometem secretamente proteger as fortunas consolidadas, tiram o grosso de seu mel...

– Não vão procurá-lo na casa de quem não tem nada – ironiza Amanda. – E a terceira classe?

– É o povo trabalhador, a ampla massa de operários, camponeses, empregados, modestos funcionários... Estes é que seriam os mais poderosos, caso se juntassem sob o signo de uma Ideia.

– Mas – observa Glauco – só raramente eles fazem isso. Eles não constituem uma força política organizada.

– Mas são obstruídos por todos os meios. Para começar, a corrupção os divide. Os autoproclamados dirigentes “populares” redistribuem a uma fração do povo trabalhador – que eles chamam de “classe média” – o que conseguiram extorquir dos ricos, ao mesmo tempo em que separam uma gorda porcentagem para o próprio bolso. Dessa forma, a mencionada “classe média”, preocupada acima de tudo em preservar esse conforto escuso, recusará categoricamente ser assimilada aos trabalhadores mais expostos e mais pobres, os quais são igualmente, em toda parte e sempre, os mais interessados em se aliarem sob o signo de uma nova política igualitária.

– Sem falar que os capitalistas se defenderão também – intervém Glauco.

– Irão criar partidos, comprar jornais, partir para a corrupção em larga escala...

– Evidentemente! E, embora não tenham meios nem, aliás, intenção de derrubar a ordem estabelecida, espalharão o boato de que são eles – e não os zangões – que conspiram contra o povo.

– E é efetivamente o que são obrigados a fazer – completa Glauco. – Quando veem voltar-se contra si a classe média corrupta, os demagogos populistas e a fração mais ignorante do povo trabalhador, eles recuperam

seus velhos reflexos de oligarcas e senhores feudais, passando a aspirar, com a ajuda do exército, da polícia, do clero e da magistratura, a uma revolução conservadora. Entramos então num período conturbado, com processos, lutas de facções, batalhões de choque, divisão do exército, manifestações gigantes, complôs de todo tipo...

– E é então que entra em cena o líder carismático?

– Ele é o homem da situação. O conluio extravagante entre a classe média corrupta e o povo enceguecido é encabeçado por um fulano saído do nada, cujo poder é constituído exclusivamente por essa aliança, contra um fundo de conturbação e medo. Esse indivíduo de circunstância irá proclamar-se “protetor da Nação” e lutar contra a moderação conservadora, decerto, mas sobretudo contra toda organização independente do povo que vise a desenvolver sua capacidade política e reunificar suas massas dispersas.

– E é esse “protetor” que se transforma num tirano ou num líder fascista?

– pergunta Amanda.

– Sempre. A metamorfose me lembra uma história contada por Pausânias: se alguém ingerir vísceras humanas cortadas em pedaços e misturadas com tripas de boi, bezerro e bode, transforma-se imediatamente em lobo. Quando o “procurador da Nação” vir multidões fascinadas por seus discursos, ele não poderá mais abster-se de provar das vísceras sangrentas dos seus. Observem como, somente um ano após ter tomado o poder, Hitler manda massacrar toda a ala de seu próprio partido, que acreditava numa verdadeira “revolução” popular fascista, os SA de seu velho companheiro Röhm, a quem ele foi insultar e humilhar na prisão antes que fosse fuzilado. É sempre assim. Ao mesmo tempo em que pretende reduzir a dívida, subjugar os banqueiros, fortalecer a nação, suprimir o desemprego, o líder fascista entrega aos torturadores da polícia todos os membros de sua própria facção que lhe desagradam ou fazem sombra. Nomeia tribunais especiais nos quais delatores remunerados terminam por condenar inocentes. Saboreia com avidez, com sua grande língua de lobo voraz, o sangue de seus parentes, os quais ele manda para o exílio ou assassina. Uma lei inflexível reserva dois destinos para esse homem: ou ele morre sob os golpes de seus incontáveis inimigos ou constrói um poder tirânico absoluto, uma ditadura fascista impiedosa.

– Para isso é preciso uma guarda pessoal imensa e leal, uma polícia secreta onipresente.

– Creio que ele encontrará mercenários suficientes – responde Glauco –, se os autorizar a saquear este ou aquele extrato da população: os comerciantes chineses, os armênios, os judeus, os árabes, os ciganos, os comunistas...

– E até mesmo – completa Sócrates – um bom número de burgueses refratários a esse gênero de regime. Se o possuidor de algumas riquezas for suspeito de ser um inimigo dos fascistas, o melhor que tem a fazer é seguir o oráculo que, segundo Heródoto, a Pítia destinou a Creso: “Visto vez que um asno tornou-se rei dos medas, meu amigo, que teus pés delicados não o impeçam de fugir ao longo do pedregoso Hermo, sem temer um segundo passar por um covarde.”

– É bem verdade que, se os fascistas o agarrarem, o enforcarão após tê-lo torturado com requintes.

– Não resta dúvida. E do “procurador da Nação” não se dirá, como nosso velho Homero, que

Ali jazia, grandioso em sua grandiosidade.

Ao contrário, após derrubar inúmeros adversários, ei-lo encarapitado, solitário, sobre o tanque de guerra do Estado. É então que, jogando no lixo sua capa de “protetor”, ele se revela em seu ser de ditador fascista.

– Não imediatamente! – objeta Amanda. – A construção de seu poder e a exibição de sua felicidade sangrenta são mais lentas, a meu ver. Nos primeiros dias, no início de seu reinado, ele adula a todos e faz mesuras a quem encontra. Berra alto e forte seu horror à ditadura e multiplica as promessas tanto ao seu círculo como em declarações públicas. Anuncia uma moratória do pagamento da dívida, nacionaliza algumas fábricas e entrega sua direção aos seus comparsas, confisca algumas fazendas inativas e doa a terra a camponeses que o apoiaram. É pura benevolência e mansidão.

Sócrates está deslumbrado:

– Você tirou as palavras da minha boca. E o que acontece em seguida?

– Depois de eliminar seus adversários declarados, corrompendo uns, destruindo outros, e julgar-se tranquilo desse lado, ele não demora a

provocar guerras. Sabe também que, a guerra exigindo impostos elevados, os cidadãos, empobrecidos, se ocuparão da sobrevivência cotidiana e não terão mais energia e tempo necessários para conspirar contra ele.

– Soberbo! – comenta Sócrates, nas nuvens. – E depois?

– Se ele suspeita que alguns têm o espírito demasiado livre para tolerar seu poder absoluto, a guerra é um bom pretexto para eliminá-los: eles são despachados para o front, onde não há nenhuma chance de salvação, ou pura e simplesmente entregues aos inimigos. Por todas essas razões, as ditaduras desse gênero requerem a guerra.

– Mas – objeta Sócrates – esses ardis não o farão popular. Como ele pode prosseguir?

– Ele se verá obrigado a intensificar cada vez mais a repressão. Obrigatoriamente, em seu círculo imediato, dentre os que pegaram carona em sua ascensão ao poder, vários dizem o que pensam, entre si e até em sua presença. Os mais corajosos criticam abertamente sua política. Isso faz com que, se quiser conservar o monopólio das decisões importantes, ele seja forçado a eliminar essas pessoas. De modo que nem no seu lado, nem no de seus adversários, não encontraremos, no fim, personalidades fortes. Será o reinado universal dos medíocres e fracassados.

Mas Sócrates já admirou o suficiente a eloquência da bela Amanda. Quer retomar as rédeas da conversa:

– Isso significa que o ditador e seu grupo devem saber identificar aqueles que tenham nem que seja um fiapo de coragem, inteligência ou grandeza d’alma. A “felicidade” prometida pelos fascistas consiste inevitavelmente, queiram eles ou não, em declarar guerra a todas essas pessoas de valor, a estender-lhes armadilhas até que o país veja-se expurgado delas.

– Um expurgo fatal – ironiza Glauco.

– Exatamente! – sorri Sócrates. – O ditador fascista é o contrário do médico. O médico retira do corpo individual o pior para salvar o melhor. O fascista procede inversamente no caso do corpo coletivo: ele erradica o melhor para salvar o pior, do qual ele é o chefe.

Não obstante, Amanda não desiste de roubar o pião de Sócrates:

– Em suma, o fascista é cativo de uma magnífica necessidade. Ou ele passa a vida no meio de um monte de pessoas desprezíveis que o odeiam ou é assassinado.

Sócrates pretende efetivamente reassumir o comando:

– Nessas condições, quanto mais detestado por seus concidadãos, mais ele necessita de uma polícia às suas ordens, numerosa e fiel. E penso que não faltarão candidatos oriundos das camadas sociais desestabilizadas pela crise da democracia. Todos os zangões de que falávamos verão aí uma boa oportunidade de levar uma vida mansa às expensas do povão.

Amanda não se julga fora do páreo:

– Sem falar nos mercenários estrangeiros atraídos pelo soldo. Além de alguns operários, arrancados da fábrica e transferidos para os palácios do fùhrer, tão deslumbrados que não cogitam mais voltar ao trabalho. São estes os novos camaradas do grande líder, sua sociedade cercada pelo ódio de todos aqueles que não renunciaram a um mínimo de retidão. Numa ponta, a corrupção e as infames práticas do mercenarismo. Na outra, a recusa inflexível, absoluta, de qualquer compromisso com o regime.

Arrasado diante de tanta exatidão, Sócrates volta então a uma de suas obsessões:

– Se o que você diz é verdade, poderia nos ocorrer uma dúvida no que se refere à sabedoria dos poetas, incluindo Sófocles. Pois no *Ajax*, o *lócrio*, ele escreve que:

Sábios são os tiranos que dos tiranos mais sábios
Fizeram seus amigos diletos e definiram o hábito.

Amanda retorna ao front:

– Eurípides, meu caro Sócrates, não fica atrás. Nas *Troianas*, ele fala da “tirania que vos iguala aos deuses”.

Sócrates não permite a ultrapassagem:

– E nas *Fenícias*, então? Lembra-se?

E, se da justiça convém violar as leis,
É pela tirania e sua violenta alegria
Que do injusto podemos usufruir.

E Amanda, não se dando por vencida:

– Sei, sei... Você vai me dizer que, a partir do momento em que podem beneficiar-se da indulgência dos governantes, os poetas acorrem, reúnem as pessoas e, aproveitando-se de suas belas vozes poderosas e persuasivas, arrastam-nas para formas de poder aparentemente democráticas e efetivamente despóticas. Você vai, é claro, argumentar que eles recebem dinheiro tanto dos tiranos quanto dos líderes parlamentares e que é exclusivamente nas franjas dos governos realmente populares e que incorporam uma Ideia que, subitamente, lhes falta fôlego. Seja como for, acredite em mim: nossos grandes poetas têm suficiente inteligência para desculpá-lo pelos arroubos especulativos que o amotinam contra sua inocência artística.

– Terminou? – pergunta Sócrates, irritado.

– No fim, tudo isso não passa de uma digressão – recua Amanda. – Voltemos à questão que nos desafia: como o dirigente fascista arranjará verba para manter sua polícia secreta, sua guarda pessoal, suas residências subterrâneas e seu exército conquistador?

– Se o Estado possuir reservas, em particular sob a forma de ouro ou divisas estrangeiras, ele venderá tudo. Tampouco terá escrúpulos em aceitar a melhor oferta por bens do patrimônio nacional, como quadros ou esculturas retirados dos museus, ou ainda a infinidade de objetos sagrados encontrados nas igrejas. O orçamento da polícia é que lucra, e sem aumento de impostos!

– Isso tudo é muito bonito – objeta Amanda –, mas quando ele torrar tudo, ficará teso. Os tiras sem dinheiro e ressentidos começarão a conspirar nos bastidores.

– Sem problema – responde Glauco à irmã –, o grande Líder, o Guia, viverá então à custa dos que o puseram no trono. Estes deverão pagar por seu séquito, seus favoritos, seus assessores secretos, suas amantes, seus informantes, seus carrascos e seus bufões.

– Você quer dizer – reage Sócrates – que o povo que, por sua desorientação e passividade, possibilitou a tomada do poder por parte dos bandos fascistas deverá, além disso, sustentar toda essa cambada?

– Ele não terá outra saída.

– Seja como for, o povo se rebelará! Não faltará quem diga que uma criatura política do povo, o filho do povo, em suma, tornado adulto e alçado aos píncaros do poder absoluto, não pode ser alimentado indefinidamente

por seu pai-povo, ele, seus lacaios, seus delatores, suas putas e toda a malta de mercenários que o cerca! Um pai, tornar-se escravo dos escravos do filho! Horror! O povo queria livrar-se da opressora tutela dos ricos, dos que se autoproclamavam “democratas” ou “civilizados”, e não ser saqueado por uma máfia sanguinária. Ordenará então ao usurpador que saia do país, ele e sua camarilha, como um pai expulsa de casa o filho ingrato e todos os parasitas que esse filho lá instalou.

– Que o pai-povo tente expulsar o ditador saído de suas entranhas! Ele compreenderá sua desgraça e lastimará o dia em que engendrou, acariciou e criou um rebento como aquele. Agora é tarde demais. É ele o mais forte.

– Meu Deus – exclama Sócrates – para você o tirano é um parricida? Ele degola os velhos pais e pisoteia seus cadáveres?

– É exatamente isso – e Glauco regozija-se por assumir o leme da discussão – que todo mundo chama de tirania fascista. O povo ficou entre Caribde e Cila. Ao querer evitar a fumaça asfixiante do despotismo latente dos grandes burgueses, ele se vê no caldeirão fervente do despotismo dos pequenos-burgueses fanáticos. Ele sofria as dificuldades e ilusões da liberdade desorientada, agora vestiu a libré da servidão mais dolorosa e amarga, a de quem é escravo de outros escravos.

Amanda não quer ofuscar-se:

– É no que se transformam os povos colonizados dos países da África, quando os pequenos brancos pobres vindos da metrópole os desprezam e insultam, infligindo-lhes maus-tratos e zombarias.

– Sim – diz Glauco sentenciosamente –, Hannah Arendt pôs o dedo na ferida: há uma continuidade histórica entre a selvageria imperial exercida pelos “democratas” e a crueldade fascista.

– Bravo, meus caros – aprova Sócrates. – Graças a vocês dois, creio podermos gabar-nos de haver descrito brilhantemente a passagem da democracia à tirania fascista e, de cambulhada, a forma geral dessa espécie de política. Resta examinar o tipo humano correspondente.

– O protótipo do tirano – aprova Amanda.

– De todo modo, falta-nos uma ferramenta conceitual.

– Após tantas horas de discussão – lamenta-se Glauco –, falta-nos uma ferramenta... Mas qual?

– Uma análise rigorosa das diferentes espécies de desejos. A tirania é o ponto em que política e violência libidinal tornam-se indiscerníveis.

Glauco, cogitando um imenso desvio, perde o rebolado e, num tom melancólico:

– Nesse caso vá em frente.

– Já distinguimos os prazeres necessários dos que não o são. Sejamos mais rigorosos: entre os prazeres e desejos não necessários, alguns parecem ser, de fato, pura e simplesmente subtraídos a qualquer lei, existindo originariamente em todo indivíduo, encoscorados nas profundezas do inconsciente. Contudo, eles são parcialmente recalçados pela lei, por sua vez insuflada pelos desejos com os quais mantêm uma relação dialética. Em determinados indivíduos, com a contribuição do pensamento racional, esses desejos fora da lei podem tornar-se amplamente inativos. Em outros, permanecem numerosos e poderosos.

– Poderia ser mais preciso quanto a esses “desejos fora da lei”? – pergunta uma Amanda desconfiada.

– Você os conhece, como todo mundo, pois são eles que despertam quando você dorme. A instância do Sujeito ligada à calma soberana do pensamento racional é precisamente aquela cujo repouso é assegurado pelo sono. Em contrapartida, é nesse momento que se revolta a instância animal, selvagem, a que exige ferozmente sua ração diária de comida e bebida. Ela repele o sono e procura desenvolver suas disposições próprias. É o que denominamos pulsões. Nesse estado pulsional, a instância do Sujeito chamada desejo ousa tudo! Ela rompe todos os elos, sejam os da moralidade, sejam os do pensamento. Como Freud viu muito bem, o desejo liberado do Sujeito consiste então em querer ir para a cama com a mãe e, por transferência de objeto, com todo tipo de coisas: homens, ligas de meias, deuses ou crianças. Simetricamente, esse desejo é também o de matar o pai e, por transferência, torna-se uma pulsão agressiva que nada detém. Em suma, no âmago da noite, a pulsão conjuga um objeto flutuante a uma transgressão ilimitada.

Diante dessas evocações heterodoxas, Amanda assume um ar irônico. Glauco permanece por um momento pensativo, depois pergunta:

– O que fazer quando o sono, essa potência irresistível, nos abandona às pulsões?

– Uma boa psicanálise! – zomba Amanda.

– Ei! – reage Sócrates. – O seu grande pensador, Jacques Lacan, não afirmou que eu, Sócrates, era o ancestral de todos os psicanalistas? Afinal, ainda que não tivéssemos encontrado a constituição política ideal, intelectualmente mais ágeis de tanto falar, mais capazes de afirmação e criação e menos propensos aos efêmeros gozos daninhos, nós dormiríamos, após termos assim nos exercitado na concentração mental, equipados com uma instância racional abastecida por belas demonstrações ilustradas de exemplos convincentes, ao mesmo tempo tomando cuidado para não submeter a instância desejante nem à pura abstinência, nem à busca devoradora e vã da satisfação total, de maneira que ela se aplaque e que sua tristeza, assim como sua alegria, não venha perturbar a instância Pensamento, preservando assim a aptidão desta última a tentar sozinha, e exclusivamente com seus recursos, o difícil exame do que ela ainda não conhece no que o passado apaga, o presente dissipa ou o futuro obscurece; tudo isso no mesmo movimento pelo qual teríamos, no limiar do sono, apaziguado suficientemente a instância do Afeto para não nos irritarmos com ninguém, de modo que, no fim das contas, tendo contido a dimensão pulsional a que são expostos o Desejo e o Afeto, e dado um vigoroso impulso à terceira instância, o Pensamento, poderíamos nos abandonar ao verdadeiro repouso, quando os sonhos tivessem finalmente cessado de veicular apenas desejos proibidos travestidos em imagens enigmáticas e tivéssemos então oportunidade de atravessar a noite em direção à nossa verdade.

– Incrível! – exclama Amanda. Nós, em todo caso, atravessamos uma frase mirabolante! No primeiro “ainda que”, parei de respirar, e no último “de modo que”, julguei de fato morrer asfixiada!

– Eu estava tentando dizer as coisas como as vejo: na totalidade de suas relações imanentes. Retenhamos apenas o que nos será útil: em cada um de nós jazem desejos estarrecedores, selvagens, fora da lei. Aqueles dentre nós que imaginam pertencer ao pequeno número dos espíritos ponderados não estão menos protegidos que os demais, como atestam seus sonhos.

– De acordo, de acordo – impacienta-se Glauco. – Mas e a política nisso tudo?

– É hora de lembrar o que afirmamos a respeito do homem democrático. Educado na infância por um pai oligarca avarento, o qual abominava os desejos supérfluos tipo festas, luxo, jogo, prostitutas etc., ele foi

contraeducado pelo bando de jovens ao qual, adolescente, se juntara. Seus colegas, já corrompidos, adoravam os desejos que julgamos sofisticados e subversivos nessa idade. Em sua escola, nosso rapaz entregou-se a todos os excessos, na realidade movido por um ódio bem compreensível pela avareza do pai. Entretanto, dotado de qualidades superiores às de seus corruptores, tornou-se o teatro de um implacável conflito interior. Indeciso entre direções opostas, ele escolheu um caminho mediano entre dois modos de vida em si mesmos inconciliáveis. Servindo-se de ambos – avareza e prodigalidade, respeito e insolência, disciplina militar e devassidão etc. –, julgara agir com equilíbrio. E, na realidade, sua vida não era nem absolutamente desregrada, nem absolutamente servil. Foi assim que, de oligarca, como era seu pai, ele se tornou democrata.

– Exatamente – rosna Amanda. – O meio, o justo meio. Este não, aquele tampouco... É isso a democracia. Todos em cima do muro.

– Sem dúvida, sem dúvida – admite Sócrates. – Se tivermos na cabeça a ideia comunista, decerto esse tipo de democracia não é o que há de melhor. Lembremos, contudo, que não é o que há de pior.

– E então voltamos à tirania, ao fascismo...

– ... que são rebentos da democracia. Suponhamos que nosso jovem democrata envelheça, fiel a seu frágil compromisso existencial. Ele tem filhos, naturalmente educados segundo sua máxima do justo meio. Ao crescerem, seus filhos, como sempre, irão revoltar-se contra essa máxima paterna. No entanto, sua defesa interior é muito mais fraca que a de um filho de oligarca. É a uma vida caótica, violentamente defendida por seus corruptores sob os nomes de “liberdade”, “rebelião” ou “niilismo”, que eles vão se entregar, rapazes e moças misturados. O velho democrata em vão estimulará os desejos medianos e pregará a nobre “sabedoria” versátil do democrata ordinário: a facção dos desejos ilimitados e mortíferos prevalecerá. É a uma espécie de paixão erótica irreconhecível, cujos objetos são cada vez mais monstruosos, que os corruptores irão dessa vez recorrer para que, zangão-chefe, esse desejo arraste em sua esteira a propensão ao saque, à brutalidade e, por fim, ao ódio racista, à tortura e ao assassinato. Naturalmente, eles começam, espelhando-se na futura prática dos bandos fascistas, por formas banais de corrupção. A princípio simples comparsa dos outros desejos, o desejo erótico de que eu falo zumbirá entre as nuvens de incenso, as músicas anestésiantes, a fumaça do haxixe, os jogos a

dinheiro regados a cerveja e vodca, os coros embriagados e ridículos, as transas improvisadas... Porém, pouco a pouco, o ferrão do desejo ilimitado, do que ele exige de poder absoluto sobre os outros e de meios sempre disponíveis para sua satisfação imediata, será injetado na carne viva dos jovens democratas. Sua individualidade, guiada por uma espécie de negra pulsão absoluta, vê-se então às voltas com uma verdadeira loucura, tão feroz que, se porventura encontram em si próprios opiniões ou desejos geralmente considerados comedidos e exigindo um resquício de reserva ou retenção pessoal, eles os exterminam e expulsam de sua intimidade psíquica, a ponto de, sujeitos doravante fadados ao culto da morte, verem-se expurgados de toda norma aceitável, o que abre espaço para uma loucura proveniente de outros quadrantes.

– Que retrato forte do jovem fascista! – admira Amanda.

– A pulsão literalmente pornográfica cujos efeitos tento descrever, podemos chamá-la de o tirano do Sujeito. Mas encontramos essa alienação igualmente na embriaguez, álcool ou drogas, ou na demência furiosa, quando alguém julga-se capaz de governar os deuses.

– Quer dizer – conclui Glauco – que um jovem adulto como eu sente-se predisposto a cair na lábria de um tirano ou líder fascista quando, propensão inata e eventual corrupção equilibrando-se mutuamente, ele se tornou pulsional, dependente e violento.

– Não está se referindo, no fim das contas – observa Amanda –, ao que Freud chama de pulsão de morte? Não é ela que triunfa na subjetividade fascista?

– Exatamente. Eis por que agora podemos descrever a vida íntima do tipo humano tirânico ou fascista e nos aproximar do retrato do grande Chefe, do *Führer*, que sempre preside os destinos de um Estado governado por esse tipo de política.

– Posso tentar?

É Amanda quem faz a pergunta e, sem esperar resposta, começa a descrição:

– “Ele se empanturra, trepa, fuma, bebe. Ali onde o dinheiro abunda, putas, mafiosas e delatores superabundam. Ele xinga os garçons, maltrata as namoradas, humilha os conhecidos, despreza as mulheres, é chupado nos corredores, aparece de cueca, de manhã, no refeitório de um grande hotel. Logo em seguida, porém, veste uma farda militar coberta de condecorações

e estala no assoalho botas pretas e reluzentes. Ele quer o poder sobre todos e todas, já que não o detém sobre si mesmo. Nesse ritmo, gasta todo o seu dinheiro. Empréstimo, vende. Um belo dia, portanto vê-se sem um tostão furado. Advém-lhe então a amargura agressiva do pequeno-burguês arruinado. A profusão de desejos que ele abriga, sob a autoridade de Tanatos, o grande zangão, fustiga-o e ele sai como um alucinado, procurando alguém de quem tirar dinheiro. Acostuma-se, como se fosse uma coisa natural, à chantagem, às agressões contra os idosos e os deficientes, às armações mais sórdidas. Dinheiro! Dinheiro! E poder! Caso contrário, ressurgem em sua pessoa, junto com a voz da morte, a angústia e a dor. Seus pais não são poupados. Ele dilapidou sua parte do patrimônio familiar? Pouco importa. Resta-lhe o resto, por bem ou por mal! Reduzir à miséria o pai e a mãe? Por que não, se é para continuar a gozar do medo dos outros, de sua obediência, de seus olhares ao mesmo tempo cúmplices e aterrorizados? Se é para transar com complacentes rameiras e se arruinar, uma noite, na roleta do cassino, em meio a decotes e fraques? Se o velho vovô e a vovó existem, por que não berrar, bater, ameaçar se jogar pela janela na frente deles? O que vale uma mãe fenecida e chorosa diante de uma apetitosa top-model com as coxas à mostra e os seios discretamente siliconados e uma vagina suculenta? O que vale um pai careca e alquebrado pelo reumatismo diante de uma jovem vulva oferecida e uma bunda generosa? Nesse ínterim, ele arruinou o pai e a mãe, ao passo que o enxame dos desejos-zangões, a horda da Morte, zumba mais do que nunca. Nosso jovem herói não ficaria tentado, na falta de coisa melhor, a explodir um caixa eletrônico, a arrancar a bolsa de uma senhora na rua ou a vender heroína batizada em esquinas escuras? Por conseguinte, as velhas ideias que antigamente ele considerava justas, mesmo sem adequar-se a elas, as ideias que permitem distinguir o que é honorável do que é abjeto, estão definitivamente mortas dentro dele. As novas ideias, as que escoltam o instinto de morte, obtêm uma vitória decisiva em seu foro íntimo...”

– Sim – interrompe Sócrates, entusiasmado –, sim! Essas novas ideias, antes, manifestavam-se apenas em sonho, quando o sono levantava, por algumas horas, a censura exercida sobre sua consciência pela lei do pai; quando a democracia, a despeito de sua mediocridade, de seu culto da temperança, fechava os caminhos da consciência alerta para a pulsão de morte. Eis, muito exatamente, o que é o homem tirânico, o fascista convicto: ele é, no estado de vigília e invariavelmente, o que o jovem

democrata era fortuitamente no âmago da noite em seus pesadelos. Doravante ele não recua diante de nenhuma atrocidade e persegue todos os seus gozos, inclusive os mais infames. A pulsão que vive dentro dele, instalando uma anarquia opressiva, orienta o infeliz de maneira análoga àquela com que o tirano governa o Estado: ele ousa tudo para satisfazer os desejos obscenos de sua subjetividade corrompida, tanto os desejos nele impregnados pelo espírito de grupo de sua adolescência quanto aqueles que jaziam, inativos, em seu inconsciente, e dos quais pouco a pouco suas escolhas de vida romperam os grilhões e libertaram a energia maligna.

– Precisaríamos saber como tudo isso se articula, no nível de conjunto, à gênese de um Estado fascista – aponta Glauco.

– Se, num país, as pessoas com a subjetividade de tipo fascista – tipo que acabamos de descrever – forem pouco numerosas, e se a opinião média não apreciar nem um pouco suas manobras, eles provavelmente entrarão na guarda pretoriana de um tirano estrangeiro ou se venderão, como mercenários, a uma potência imperial em guerras sórdidas. Se não encontrarem nem país fascista disposto a recebê-los, nem guerra em que dar livre curso à sua pulsão de morte, só lhes restará ficar em casa e lá cometer um monte de pequenos delitos repugnantes.

– De que tipo?

– Pichar as paredes com frases antissemitas, atacar negros ou árabes com barras de ferro numa esquina escura, profanar túmulos, insultar as mulheres, formar milícias a serviço do Estado ou dos patrões para furar greves... Eles também adoram a delação, por exemplo escrever à polícia que o vizinho é um operário africano sem documentos. São sicofantas natos, que, em troca de um envelope estufado de dólares, vemos dar falsos testemunhos no maior descaramento.

– E é isso que você chama de “pequenos” delitos?

– É que todos esses delitos, comparados ao desastre representado pela chegada ao poder dos fascistas, parecem quase mesquinhos. E para que esse desastre esteja na ordem do dia, é preciso que o tipo humano tirânico tenha proliferado e todos esses indivíduos reunidos, percebendo seu número e ajudados pela inércia das massas populares e pela estupidez conservadora dos partidos ditos “de esquerda”, levem ao poder aquele dentre eles que exprimir em seus discursos a mais completa convicção. Transformam-no então num tirano. A partir desse momento, ou a revolta popular, se possível

encabeçada por adeptos de uma política nova compatível com a ideia comunista, varre o tirano e seus esbirros, ou o tirano, introduzindo se preciso mercenários estrangeiros da mesma farinha que ele, afoga no sangue a revolta e castiga sem piedade sua pátria – sua “mátria”, como dizem, possivelmente com mais pertinência, os cretenses – da mesma forma que outrora ele sem hesitação torturou seus pais.

– Infelizmente, temos mais exemplos da segunda possibilidade do que da primeira – diz Glauco, lúgubre.

– Observe que esses indivíduos foram, em sua vida privada, idênticos ao que são quando exercem o poder. Ou cercam-se de bajuladores dispostos a servir sua infâmia até o fim, ou, caso tenham precisado de um favor de alguém, são eles que se tornam capachos, esgueirando-se na familiaridade daquele de quem se sente devedor para desempenhar todos os papéis do fiel lacaios, capaz de desaparecer e se comportar como perfeito desconhecido, ou mesmo inimigo impiedoso, tão logo obtém o que almeja. Eis por que esses indivíduos, durante toda sua vida, não amam nem são amados, sendo sempre ou tiranos ou escravos. Um fascista nunca provará da liberdade nem da amizade.

– Em suma – resume Amanda, achando isso um pouco comprido –, uma vida de cão feroz e/ou capacho.

Nesse momento, porém, Sócrates ignora completamente a intervenção de Amanda. Aliás, volta-se para Glauco e parece dirigir-se apenas a ele:

– Não podemos afirmar que é absolutamente impossível confiar nessas pessoas a respeito do que quer que seja?

– “Absolutamente” é a palavra.

– E que eles levam a injustiça a seu extremo?

– Tendo em vista nossa concordância sobre o que é a justiça, isso é indubitável.

– Resumindo: o pior dos homens é aquele que, acordado e sempre, é o que o homem de bem é apenas em sonho e fortuitamente. Para cair nesse estado lastimável, é preciso que o indivíduo, pertencendo desde cedo ao tipo humano fascista, alcance, mediante intriga e violência, o exercício solitário do poder. E, quanto mais duradoura e intensa tal solidão, mais a corrupção tirânica devora o Sujeito que ela habita. A tirania é a solidão de quem perdeu o poder de amar, não exercendo portanto senão o vão poder de condenar os outros, e a si próprio, à morte.

15. JUSTIÇA E FELICIDADE (573b-592b)

SÓCRATES PARECE FERIDO pelas próprias palavras. Está sentado, silencioso, de olhos fechados, nessa estranha luz que, em pleno dia, por uma espécie de palidez cristalina, anuncia a noite ainda distante. Pensaria que o que acaba de dizer a respeito do tirano – que uma longa solidão aprisiona-o em sua substância – também se aplica ao filósofo? A filosofia não sai do ceticismo, assim como a tirania sai da democracia? É Amanda quem dispara a ação:

– Eis a oportunidade, caro Sócrates, se ainda tiver forças para isso, de retomarmos a difícil questão da felicidade. A cativante descrição da vida do tirano parece indicar que sua ferocidade solitária induz, no âmago de sua alma, a uma espécie de infortúnio atroz. E, à medida que o tempo passa, mais o exercício de um poder absoluto exacerba esse infortúnio encoberto. Podemos generalizar essa relação entre injustiça objetiva e isolamento subjetivo? Quero dizer: se examinarmos essa relação no elemento da Verdade, pois sei perfeitamente que a opinião, no que se refere à felicidade dos ricos e poderosos, é versátil. Basta ver as revistas de celebridades!

Sócrates olha para a moça com curiosidade, como se a descobrisse à sua cabeceira na hora de acordar:

– Você me propõe subir de muletas, sem caminho traçado, uma temível montanha! Irei interrogá-la! Você procurou!

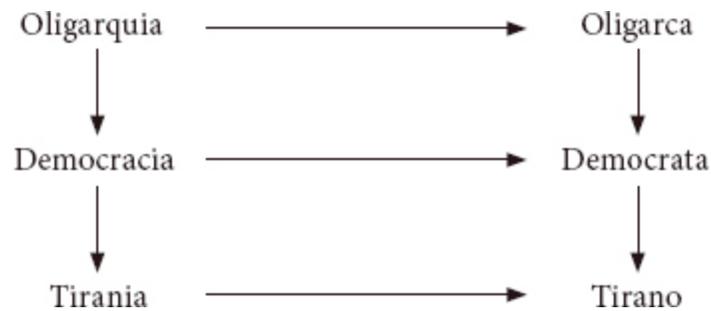
– Sim, mestre. Sou toda ouvidos.

– Estamos de acordo em que existia uma espécie de isomorfia entre a forma de um regime político e o tipo de indivíduo que nela prospera, certo?

– Perfeitamente.

– Podemos também sustentar que um regime político está para outro regime político como o indivíduo que corresponde ao primeiro está para o indivíduo que corresponde ao segundo.

– Em suma – diz Amanda – um diagrama assim – ela desenha diretamente na mesa –, e isso é um mero exemplo, para mostrar um paralelismo estrutural.



E – acrescenta – esse diagrama é comutativo.

– Você é mesmo imbatível! Em todo caso, tenho certeza de que pode responder à seguinte pergunta: do ponto de vista da Virtude, e, logo, em definitivo, da imanência à Ideia da Verdade, qual é a relação entre a política tirânica e a política comunista tal como a descrevemos sumariamente?

– Uma relação de antagonismo. Uma é a pior das políticas, a outra, a melhor.

– Tudo bem, mas admita que a pergunta é muito fácil! A relação a que você se refere é evidente, uma vez que definimos com precisão nosso comunismo segundo a norma da Verdade. A partir do momento em que se trata de felicidade e infortúnio, as coisas são bem mais complicadas.

– Percebo claramente o problema, caro mestre. Em se tratando da felicidade ou do infortúnio, os princípios não são suficientes. Faz-se necessária uma investigação empírica.

– Exatamente. E não se deixar ofuscar pela visão do tirano, que não passa de uma solidão entre outras, nem pela da pequena quadrilha que o cerca. Antes de concluirmos, temos de penetrar no interior do país, considerá-lo em seu conjunto e, como espiões da Ideia, mergulhar em seu âmago mais recôndito.

– Tenho certeza de que um espião desse gênero chegaria à conclusão de que nenhum país é mais desolador e miserável que aquele submetido a um tirano e que, no que se refere à felicidade coletiva, nenhum poderia rivalizar com aquele inspirado por uma autêntica política comunista.

– É você quem está dizendo... Minha proposta é um pouco diferente. Penso que seria preciso recorrer ao mesmo tipo de espionagem intelectual quando se tratar não mais dos políticos, mas dos indivíduos. Quem, com efeito, é capaz de se pronunciar sobre quem é quem? A meu ver, aquele que sabe entrar, exclusivamente por meio da inteligência dedutiva, na estrutura

que rege a psicologia de cada um. Um verdadeiro espião a serviço da Ideia não se deixa enganar, como uma criança que só vê o exterior das coisas, por um chamariz qualquer forjado pelo tirano para atrair os simplórios. Nosso espião enxerga o que está por trás do cenário. É a ele que todos nós devemos escutar. Ele nunca é vítima das confusões maquinadas entre o ser e a aparência. Ele partilhou a vida do tirano, foi testemunha do que acontece em sua intimidade, observou seu comportamento no círculo estreito de seus familiares, quando ele abandona por um instante suas máscaras de ator trágico. Tal como Shakespeare ao dedicar seu teatro às angústias dos reis, nosso espião estudou as reações do tirano quando a ameaça se delineia e mortíferos complôs ganham forma. Noites densas, punhais invisíveis, venenos e pesadelos! Quem viu tudo isso pode nos dizer o que é a felicidade ou o infortúnio de um tirano comparado às outras instâncias da individualidade.

– Certo. Mas por acaso você dispõe, entre seus amigos e conhecidos, de um espião desse calibre?

– Sim, e você o conhece bem: seu irmão Platão. Ele viu de muito perto Dionísio I e Dionísio II, tiranos sucessivos de Siracusa. Perto até demais. Mas seu irmão está viajando...

– Então – entusiasma-se Amanda –, finjamos que somos esses espiões, imaginemos que nos banqueteamos e dormimos com tiranos...

– Oh, Amanda! – revolta-se Glauco.

– Sim, sim! E dessa forma responderemos às nossas próprias perguntas.

– Ótimo – sorri Sócrates. – Lembre-se que o Estado e o indivíduo se assemelham. Circulando livremente de um a outro, diga-me o que um e outro experimentam, no tempo histórico e no espaço privado.

– Parece-me em primeiro lugar – diz timidamente Amanda – que se admitirmos que um país submetido a um tirano é um país escravo, um indivíduo que tolera a tirania, ou a apoia, deve ser ele mesmo, subjetiva e intimamente, vítima da escravidão.

– Bravo! – exclama Sócrates. – Mas seja mais precisa. Mesmo num país cujo Estado é despótico, você encontra indivíduos que se dizem livres na medida em que ostentam exteriormente a figura do senhor, não é mesmo?

– Sim, mas eles são muito pouco numerosos. Na prática, todas as pessoas – e singularmente aquelas cujas convicções obedecem a uma norma

racional, a um equilíbrio – estão mergulhadas numa escravidão abjeta e têm consciência disso.

– Sua ênfase na racionalidade é de grande valia. O que pode esclarecer acerca da relação isomórfica entre Estado e indivíduo?

– Muito bem, se partirmos da similitude entre Estado e indivíduo, devemos poder demonstrar que a mesma estrutura organiza a interioridade dos dois. O que significa que, no lugar da possível grandeza de um sujeito, encontramos, tanto no indivíduo como no Estado, senão baixeza e falta de liberdade.

– E para completar a analogia – insiste Sócrates –, devemos reportar-nos às três instâncias do Sujeito – o Pensamento, o Afeto e o Desejo –, que identificamos no fim da noite. No indivíduo adaptado à tirania, a instância do Pensamento acha-se subordinada a essa pequena parte da instância “Desejo”, geralmente submissa, mas aqui rebelada: os desejos mais baixos, a inveja, a delação, o arroubo demente de satisfação que encontramos ao pisotear os mais fracos. De um indivíduo cuja forma subjetiva é assim alterada, diremos que não é, em absoluto, livre, mas que caiu na figura paradoxal de quem é escravo de si mesmo.

– Dialética diabólica! – entusiasma-se Amanda. – Eis finalmente o retrato do fascista! É ele cuspidor e escarrador. Na realidade, nenhum Estado fascista alcança seus objetivos proclamados: o Reich milenar, a Itália imperial e todos esses surtos milenaristas... As espalhafatosas máquinas de guerra que o fascista cria são relegadas à miséria material e mental e só fazem enferrujar após o desastre. E o mesmo acontece com o indivíduo tiranizado por seus desejos mais abjetos: ele tem sempre a sensação de fracassar. O fascista vê-se secretamente como um perdedor e passa a vida tentando superar, sem sucesso, a dupla fatal do ressentimento e da culpa.

– Ao identificar “tirania” e “fascismo”, você é levada a puxar as coisas para o lado de Nietzsche. Mas isso funciona muito bem. Parece-me que, sobretudo quando falamos de fascismo, convém insistir no medo que devasta o país e seus habitantes. Sob nenhum outro regime político registram-se tantas lamentações sufocadas, gemidos contidos, queixas de supliciados que o segredo das masmorras torna inaudíveis. É uma acumulação de dores que só o medo dissimula.

– E se o indivíduo é vítima dos mesmos males do país – diz Glauco, adiantando-se –, podemos desde já concluir que ele é o mais infeliz dos

homens.

– Você vai muito rápido! – protesta Sócrates. – Há coisa pior do que o indivíduo submetido à ordem tirânica, ou fascista, se preferir. Há aquele que, nascido em tal ordem, tem a infelicidade de ser propelido ao topo do Estado pelas circunstâncias convulsivas da política fascista, que o arranca de uma vida anônima, porém decerto deplorável.

– Podemos efetivamente supor que isso é pior – diz Glauco, sem convicção.

– Supor, supor... Não devemos supor nada! Não estamos aqui fortalecendo crenças. Devemos tratar essa questão recorrendo a meios puramente racionais. Pois se trata da questão mais importante que há: como distinguir a vida segundo a Verdade e a vida condenada?

– Ah, naturalmente – diz Glauco, triste por ter falhado na réplica.

– E para enfatizar a amplitude do problema, proponho uma comparação. Pegue um desses ricos proprietários de terras que possuem um grande número de escravos, digamos cinquenta ou mais. Na escala da família e da propriedade, eles se assemelham ao que são os tiranos na escala do Estado, pelo menos num ponto: eles exercem uma autoridade absoluta sobre muitas pessoas. Qualitativamente, é a mesma coisa. É só quantitativamente que o tirano prevalece. Ora, o que constatamos é que em geral esses proprietários vivem em seus domínios cercados de toda a segurança. Sem nenhum medo de uma revolta dos escravos. E sabe por quê?

– Parece-me – responde Glauco, sempre afiado na sociologia – que é porque sabem que podem contar, em caso de distúrbios, com todos os outros proprietários da região, que estão armados e organizados em milícias, e, se isso não for suficiente, com o poderio militar do Estado central.

– Exatamente! Suponhamos agora que um gênio ardiloso extirpe de seu país e de seu Estado um desses ricos proprietários, um dos que possuem cinquenta ou mais escravos. Instala-o, ele, a família, todos os seus bens, todos os seus servidores e escravos, num deserto onde ele não pode esperar apoio de nenhum outro homem “livre” – naturalmente, entendemos por homem “livre” um proprietário de escravos. Você consegue imaginar a extensão e a intensidade do terror em que ele mergulharia ao ser pura e simplesmente massacrado pelos escravos, ele, a mulher e os filhos?

– Ele tremeria noite e dia – concorda Glauco. – Só se salvaria corrompendo alguns dos escravos, fazendo-lhes mil promessas, decretando arbitrariamente a alforria de um pequeno número deles. Para dividir seus inimigos de classe, ele seria obrigado a lambar as botas dos servidores dispostos a colaborar.

– Seria pior se o gênio ardiloso instalasse ao redor de seu domínio um rosário de vizinhos, todos ferozes democratas. Em nome dos “direitos humanos”, essas pessoas não toleram que um indivíduo eleve-se acima dos outros e pretenda governá-las. Se for o caso, organizam contra o “ditador” uma expedição militar devastadora, bombardeiam sua casa, matam mulheres, crianças, servidores e animais domésticos. E se o capturam, mandam torturá-lo e assassiná-lo em prisões secretas.

– Nosso homem então se veria como se aprisionado pelos vizinhos.

– Mas o tirano não vive numa prisão desse gênero? Descrevemos sua psicologia singular, dominada pelo carrossel de medos e pulsões. Com um caráter ávido, e curioso por todas as sensações desconhecidas, de toda forma ele não é o único do país a não poder viajar e – como é desejo de todo pequeno-burguês – oferecer-se os espetáculos com perfume de mistério vendidos nas regiões exóticas. Enclausurado em seu palácio feito uma mulher no gineceu, ele inveja as pessoas comuns que podem sair quando lhes dá na veneta e ver coisas pitorescas ou extravagantes.

– Bonito! – ironiza Amanda. – O terrível tirano comparado a uma mulher do lar, essa é demais!

Sem saber muito bem se é um elogio ou uma zombaria, Sócrates balança os ombros e prossegue:

– Estes são os males aos quais está exposto o tipo humano cuja orientação subjetiva é aberrante, aquele a quem, ainda há pouco, Glauco concedeu o título de mais desafortunado dos vivos: o homem tirânico. Basta, para que todos esses desastres o destruam, que em vez de permanecer um cidadão privado ele seja compelido pelo destino a tomar pessoalmente o poder e virar um tirano. Embora ele seja incapaz de controlar as próprias pulsões, ei-lo agora senhor dos outros. Dir-se-ia alguém constantemente doente, cujo corpo está muito debilitado e que, em vez de permanecer tranquilamente em casa tomando infusões, vê-se forçado a passar a vida enfrentando na rua bandos de jovens brucutus e a combater gladiadores bem treinados na arena. O sofrimento desse homem é então

indizível. Ele tornou-se efetivamente um tirano, e sua existência é ainda pior do que a que você julgava a pior de todas: a existência do simples cidadão atormentado pelas pulsões fascistas. Assim, é absolutamente verdadeiro, ainda que a opinião dominante afirme o contrário, que o tirano real não passa de um escravo real. Sua vida é um abismo de baixeza e servilismo. Passa o tempo adulando pessoas de sua panelinha. Incapaz de saciar seus desejos, priva-se de tudo que tem verdadeiro valor e, para qualquer um que, enquanto Sujeito-de-Verdade, observe as aparências, é evidente que o tirano é um pobre-diabo cuja vida é tragada pelo terror do que vai acontecer e que, como Macbeth ou Boris Gudonov, rola no chão, vítima de pavorosas visões.

– No fundo – diz Glauco –, sua realidade psíquica assemelha-se ao Estado que ele dirige: pobreza, delação, estupidez e terror.

– Exatamente. E podemos igualmente atribuir-lhe os males de que já falamos, os do tipo humano tirânico. Eles encontravam-se nele virtualmente, mas sua chegada ao poder deflagra-os: inveja, deslealdade, injustiça, solidão amarga, grosseria e todas as formas de corrupção interior, que ele abriga e alimenta. Daí resulta que seu destino é terrível e que ele transforma todos os que dele se aproximam em miseráveis de sua espécie.

– Não se alongue! – exclama Amanda.

Sócrates então, como um sacerdote, ergue os braços para o céu, volta-se para Glauco e, num tom solene, talvez vagamente irônico:

– Agora, meu amigo, tal como o juiz supremo dos grandes concursos de interpretação musical, revele para toda a nossa assembleia quem, segundo você, merece o primeiro prêmio de felicidade e quem merece o segundo. E, por fim, classifique, de acordo com esse critério, os cinco tipos humanos que correspondem às cinco espécies de políticas: o comunista, o timocrático, o oligárquico, o democrático e o tirânico.

– Não vou quebrar a cabeça: declaro-os decrescentes com relação à felicidade, na mesma ordem em que os examinamos, que é a que você acaba de listar.

– Não se canse muito, com efeito – protesta Amanda. – Poderíamos propor uma classificação melhor: primeiro o comunista, depois o democrático, o timocrático, o oligárquico e, na rabeira, o fascista.

– Com a ressalva – replica Glauco – de que as democracias contemporâneas poderiam muito bem não passar de oligarquias disfarçadas.

– Concentremo-nos apenas nos casos extremos – sugere um Sócrates contemporizador. – Sem ajuda de arautos e clarins, proclamo o que nos une: o melhor e o mais justo dos homens é também o mais feliz, e nós o identificamos com aquele cujo país é dominado por nossa quinta política, a política comunista. É ele que é o soberano das situações, assim como é o soberano de si mesmo. Simetricamente, o pior e mais injusto é também o mais infeliz, e nós o identificamos ao tirano fascista, que reduz seu povo à escravidão e que por sua vez não passa de um escravo dos meios abjetos utilizados para estabelecer e manter essa escravidão. Acrescento a essa proclamação que nosso juízo funda-se no que existe realmente e que, portanto, a identidade entre justiça e felicidade é absoluta e não subordinada a nosso ponto de vista – variável e dependente do que eles sabem ou ignoram –, que é não apenas dos homens, mas também dos deuses.

– Bravo! – exclama Amanda, animada, sobretudo com o esclarecimento final.

– Isso foi apenas uma primeira escaramuça. Cara Amanda! Quantas vezes você não zombou do meu ardor em defender minha convicção paradoxal, a saber, que apenas o justo é feliz! Pois bem, eis outra oportunidade para isso: reservei duas demonstrações suplementares desse ponto.

– Quais? – pergunta Glauco, com avidez.

– Você me dirá o que elas valem. A primeira baseia-se no que estabelecemos há séculos: assim como um Estado é definido por três funções distintas, o Sujeito é clivado em três instâncias.

– Não vejo como ir da tripartição do Sujeito à felicidade do justo.

– É exatamente o que vou lhes mostrar. Uma vez que há três instâncias do Sujeito, podemos supor que há três tipos de prazeres característicos de cada uma delas, assim como três tipos de desejos e três tipos de imperativos. Recapitulo o que são essas três instâncias. A primeira é a que permite ao homem alcançar o saber, e nós a denominamos Pensamento; a segunda é a que inspira a cólera, a indignação, o entusiasmo, essa parte energética do Sujeito que propus chamar de Afeto. A terceira é tão multiforme que, para designá-la, não encontramos um único nome. Convencionamos, porém, que a palavra “Desejo” harmonizava-se com o que há de mais importante e constante nessa terceira instância, como vemos na experiência do que concerne à comida, à bebida e ao sexo. Também

retivemos a expressão “paixão pelo dinheiro”, pois os desejos de que falamos não podem ser satisfeitos sem dinheiro. Eu gostaria de insistir nesse ponto, pois ele é essencial na argumentação que seguirá. Podemos sustentar que o Desejo, tomado abstratamente, é desejo do lucro, o qual é o meio universal de sua satisfação. Será ao mesmo tempo justificado e cômodo, no que virá, ligar a terceira instância à fórmula “paixão pelo lucro”.

– A palavra moderna para designar um cara que está sob a lei dessa instância seria pura e simplesmente “capitalista” – constata Amanda.

– Sim, de acordo, mas e a felicidade do justo nisso tudo? – irrita-se Glauco.

– Paciência, amigo, paciência! No que diz respeito ao Afeto, essa instância irritadiça e suscetível, seu desejo próprio é o do poder, da vitória e da glória. Ela é a paixão de ser vencedor e coberto de honrarias.

– Devemos concluir que a felicidade é forjada no aço da grandeza?

– Paciência, repito! A instância, por fim, do conhecer, o Pensamento, faz integralmente e sempre movimento em direção ao saber da verdade tal como em si mesma ela subsiste, daí resultando que, das três instâncias, ela é a única que, essencialmente desinteressada, não liga para o lucro nem para a visibilidade social do sucesso. Não seria apropriado nomeá-la “paixão pelo saber” ou “paixão pela sabedoria”?

– Você nos ensinou isso há muito tempo – intervém Amanda. – A palavra correta, se por sabedoria entendermos o estado em que nos coloca o movimento interno de uma verdade, é “amor à sabedoria”, ou seja...

– ... ou seja, em grego, *philosophos*, filósofo! – corta Glauco, felicíssimo.

– Uma palavra, ouse afirmar, fadada a um futuro grandioso – aprova Sócrates. – Em todo caso, eis-nos capazes de distinguir três classes de seres humanos: os filósofos, cujo objeto causa do desejo é uma verdade; os ambiciosos, cujo objeto é a glória; os capitalistas, cujo objeto é o lucro.

– E o comunista? – pergunta Amanda, decepcionada.

– Ele é, eu diria, aquele cuja energia política gloriosa está a serviço da paixão pela Verdade. Voltaremos a isso, acalme-se. Por enquanto, investiguemos quais são os três prazeres característicos desses três tipos humanos. O que acha, Glauco?

– No caso dos dois primeiros, a coisa é clara: ambos dirão que a vida mais agradável é a sua. O capitalista afirmará que, comparado ao lucro, o prazer que ele sente quando fala dele na tevê, tanto como prazer de aprender, é irrisório. O ambicioso dirá que o prazer de acumular dinheiro é vulgar e que o que extraímos do saber, tendo em vista que ele não chama a atenção de ninguém, não passa de uma rematada tolice.

– E o filósofo, então?

– Essa me parece a posição menos fácil de formalizar.

– Podemos, contudo, supor que, comparados à alegria que sentimos ao identificar a Verdade tal como ela subsiste em si mesma e ao construir, pelo movimento do pensamento, uma espécie de eternidade dessa alegria, os outros prazeres não irradiam brilho algum. O filósofo julga-os muito aquém do prazer autêntico. Não vê neles senão pura necessidade, pois com esses prazeres nada tem a fazer se eles não forem requeridos pela simples obrigação, infligida ao vivo, de ter de perseverar em seu ser.

– Não sei ao certo – objeta Amanda – se o que você expõe é uma demonstração ou uma pura petição de princípio.

– É verdade, estamos apenas repetindo a posição inata de nossos três espécimes humanos. E a dificuldade suplementar é o fato de avaliarmos a vida de uns e outros pelo critério das diferentes espécies do prazer, de modo que nossa questão não é saber qual é a vida mais digna ou vergonhosa, nem tampouco, mais genericamente, qual é a vida melhor ou pior. Nosso problema é o da vida mais feliz, em todo caso a menos exposta ao sofrimento. É nesse ponto que devemos determinar qual de nossos três indivíduos – o capitalista, o ambicioso ou o filósofo – se aproxima mais da verdade ao gabar sua própria forma de vida. Amanda! Como você procederia?

– Penso que poderíamos partir de um de seus clichês. Volta e meia você pergunta: “A quem delegar a tarefa de julgar o que deve ser submetido ao mais severo dos julgamentos?” E, como todo mundo fica calado, você responde, como sempre, à própria pergunta: “Há três juízes possíveis: a experiência, a sabedoria e o raciocínio.” Poderíamos então calcular o valor de nossos três homens em termos de experiência, sabedoria e força intelectual. Mas não consigo ir adiante.

– Excelente! Magnífico! – entusiasma-se Sócrates. – Qual dos nossos três malandros tem mais experiência no que se refere aos prazeres que

acabamos de mencionar? Suponhamos – o que é absurdo, mas paciência! – que o capitalista depare-se fortuitamente com o saber do que é uma verdade tal como ela subsiste em si mesma. Diremos por isso que a experiência que ele faz do prazer fornecido por esse saber é superior àquela que o filósofo pode desfrutar a partir das volúpias do lucro e do consumo?

– A bem da verdade, Sócrates, a sua... – hesita Amanda.

– É completamente diferente! – corta Glauco, excitadíssimo. – O filósofo tem a mesma infância que todo mundo, sendo portanto obrigatório que adquira, durante essas idades anônimas, ainda que de maneira inconsciente, uma experiência das outras duas espécies de prazeres, o da propriedade e o do orgulho. Em contrapartida, não há nenhuma necessidade de o capitalista, caso tope fortuitamente com um saber do que existe realmente, extrair disso uma experiência autêntica dos prazeres associados a esse tipo de saber. Ele permanecerá frio como mármore, e essa indiferença, por sinal, é o que bloqueia nele todo desejo de embarcar num processo de verdade.

– Em contrapartida – comenta Amanda –, há uma evidente necessidade de você me interromper!

– Calma, crianças! Concordamos quanto a um primeiro ponto: o filósofo prevalece sobre o capitalista em virtude da experiência que tem das duas espécies de prazeres que não o seu próprio. Passemos ao ambicioso, o amigo dos poderes e das honrarias. Diremos, cara Amanda, que a experiência que o filósofo pode ter de prazeres que dependem de honrarias e sucesso é menor do que aquela que o ambicioso pode ter dos prazeres que extraímos de uma vida sob o signo da Ideia?

– Passo a vez – resmunga Amanda. – Vá em frente, Glauco, vá!

– As honrarias, o alarde midiático! – arroja-se Glauco. – Mas nossos três tipos humanos são agraciados com eles tão logo prosperam. O rico, o herói e o sábio são aplaudidos pela multidão. Assim, todos os três vivem a experiência do que é o prazer de ser reconhecido e admirado. Porém, em se tratando do prazer da contemplação, é impossível a qualquer outro que não o filósofo desfrutá-lo.

– No caso do saber empírico, da experiência vivida, é então o filósofo que tem o juízo mais sutil.

– Muito mais!

– Além disso, é o único a acrescentar ao saber empírico uma boa dose de pensamento puro. Na realidade, o instrumento requerido para chegar a

juízos abalizados não está à disposição nem do capitalista nem do ambicioso. Somente o filósofo dispõe dele.

– A que instrumento se refere?

– Às demonstrações, e mais genericamente à argumentação racional. Eis a ferramenta por excelência dos filósofos. Logo, podemos concluir: se a riqueza e o lucro fossem autênticos critérios de juízo, o que o capitalista declarasse bom ou mau seria imediatamente julgado como tal por todos.

– Esse é efetivamente o caso em nossos países ocidentais e democráticos – rosna Amanda. – O que o capitalista falar está falado!

– Mas nós não pensamos assim! – corrige Sócrates. – Tampouco achamos que o arrivista, o homem do espetáculo social, possa fazer do sucesso e das honrarias o critério infalível da Beleza, da Verdade e do Bem.

– De toda forma, capitalistas e jornalistas são todos farinha do mesmo saco! – exagera Amanda.

– Uma vez que o único critério do juízo articula-se em experiência, pensamento puro e argumentação racional, é o que filósofo racionalista declara verdadeiro que tem mais probabilidades de sê-lo, com efeito.

– Você sempre nos surpreende – sorri Amanda.

– E insisto – responde alegremente Sócrates. – Dos três prazeres que distinguimos, o mais agradável é o que é inerente à instância do Sujeito da qual depende nossa capacidade de pensar. Por conseguinte, aqueles de nós em quem essa instância predomina têm a vida mais agradável.

– E eis de volta a verdadeira vida – murmura Amanda. – Tenho minhas razões para dizer “a verdadeira vida” em vez de apenas “a vida mais agradável”. Pois aquele que aceita pensar, é como examinador competente que ele examina a candidatura de sua própria vida ao prêmio da excelência da vida feliz.

Impressionado com a observação, Sócrates contempla Amanda com ternura.

– Mas quem levará o segundo prêmio? – inquieta-se Glauco. – Penso que deveria ser o carreirista, o brigão ambicioso. Apesar de tudo, ele está mais próximo da verdadeira vida, pelo menos no que se refere à sua coragem, do que o herdeiro sentado em seu monte de ouro.

– Consequentemente – conclui Sócrates –, o último, no que se refere aos prazeres da existência, será o capitalista. Eis, portanto, duas demonstrações

que garantem a vitória do justo sobre o injusto no quesito felicidade. Há ainda uma terceira, tão essencial que poderia muito bem ocupar, na mitologia trinitária dos cristãos, o lugar do Espírito. O Espírito, como sabem, toma a palavra depois do Pai, o qual declara a superioridade do desejo de verdade sobre os demais, e, junto ao Filho, o qual declara que o filósofo conhece melhor que qualquer um o que seja um prazer autêntico.

– E o que nos declara essa ficção de uma terceira pessoa? – pergunta Amanda, ressabiada.

– Ela afirma que apenas o prazer daquele que se entrega ao pensamento é puro e plenamente real. Os outros dois tipos de prazeres, extraídos da riqueza ou do alarido midiático, não passam do nebuloso desenho de uma sombra. É pelo menos assim que interpreto as obscuras sentenças de um de nossos filósofos arcaicos, a cujo respeito podemos supor que transcrevia as declarações do Espírito. Seja como for, se o Espírito tiver razão, isso pode muito bem vir a significar a derrocada final e irreversível do injusto.

– O Espírito tem as costas quentes! – exclama Amanda. – Você nos anuncia uma terceira demonstração e vem com poesia hermética!

– Socorro! – grita Sócrates. – Apoie-me, Glauco! Sua irmã me insulta! Responda sem delirar e o mais brevemente possível às minhas sucessivas perguntas. Pergunta 1: a dor é o contrário do prazer?

– Sim.

– Pergunta 2: existe um estado subjetivo em que não sentimos nenhum dos termos dessa contradição, nem dor nem prazer?

– Sim.

– Pergunta 3: quando o Sujeito encontra-se nesse estado subjetivo neutro, a igual distância do prazer e da dor, beneficia-se, sim ou não, de uma espécie de repouso?

– Sim.

Amanda então explode:

– Haviam me prometido, me jurado não fazer o papel dos basbaques que só dizem sim-sim nos pretensos “diálogos” do meu irmão Platão!

– Respondo sim porque penso que é sim! – replica acerbamente Glauco.
– Prossiga, caro Sócrates!

– Pergunta 4: é verdade ou mentira que, em inúmeras circunstâncias, em especial na doença, os enfermos apontam como o que há de mais agradável

não o prazer, mas a cessação do sofrimento e o repouso que se segue?

– É verdade. Mas – acrescenta Glauco, dirigindo um olhar cauteloso na direção da irmã –, talvez isso se deva ao fato de o repouso não estar mais ligado a um estado intermediário neutro. Ele torna-se, literalmente, um prazer.

– E você também diria, suponho, que a cessação do prazer e o repouso que se segue compõem uma dor?

Glauco percebe que as coisas não estão se encaixando.

– Não tenho certeza se essa simetria entre dor e prazer funciona.

– Parece-me, no entanto, correto sustentar que o repouso que vigora a igual distância do prazer e da dor torna-se dor quando cessa o prazer, e prazer quando cessa a dor, certo?

– É essa de fato a minha impressão.

– Acha possível que o que não é nem um termo nem seu contrário, como o repouso subjetivo no que se refere a prazer e dor, seja capaz de se tornar ora um, ora outro? Acrescento que, quando dor ou prazer surgem num Sujeito, eles o estimulam com movimentos internos violentos. Ora, o estado em que não sentimos dor nem prazer é repouso, e não movimento. Vemos claramente que a tese segundo a qual a ausência de dor, enquanto repouso, é um prazer, ao passo que o repouso consecutivo à cessação de um prazer é uma dor, é irracional e infundada. Comparado a uma dor, o estado neutro pode efetivamente parecer ser prazer, mas não é. E o surgimento da dor, tendo como referência o estado neutro, induzido pela cessação de um prazer, não é dotado de nenhum ser-dor verdadeiro. Essas similitudes só fazem ludibriar o Sujeito.

– Sua demonstração é, devo dizê-lo, absolutamente convincente.

– Podemos reforçá-la com observações empíricas. Por exemplo, considere prazeres que não sucedem a nenhuma dor: você cessará imediatamente de imaginar que prazer e dor são intrinsecamente a negação um do outro.

Amanda continua cética:

– Ainda precisa me convencer de que esses prazeres dissociados de toda dor existem.

– Existe um monte deles! Pense por exemplo nos cheiros suaves. Por que não, pense na explosão floral das mimosas, em fevereiro, nos litorais dos

mares do Sul. Sem ser precedido por nenhuma dor, seu perfume nos inunda com uma intensidade extraordinária e, quando nos afastamos da árvore, levamos conosco apenas alegria, nenhuma dor nos afeta.

– Glória à primavera! – sorri Amanda.

– Não exageremos, apesar de tudo: os prazeres que procedem diretamente da atividade do corpo, prazeres vivos e variados, não raro se assemelham à cessação de uma espécie de inércia melancólica ou tensão dolorosa.

– E há também – acrescenta Amanda – os prazeres e dores ligados à expectativa do futuro e às antecipações que tentam amenizar tal expectativa.

– Proponho uma imagem geométrica. Suponhamos ser possível definir, sobre uma superfície, três regiões distintas de tal modo que uma única das três é fronteira às outras duas e as denominemos simplesmente o Baixo, o Alto e o Meio.

– O que exige – diz o pernóstico Glauco – que nossa superfície seja orientada, e que o “Meio” seja o nome daquela conexa às outras duas.

– Não entremos em minúcias topológicas...

– É a bandeira tricolor francesa – rosna Amanda. – Com o branco no meio, esse maldito centro onde pastam todos os bezerros.

Sócrates tenta escapar às invectivas da moça:

– Se alguém – reduzido a um simples ponto da superfície dotado de alguns lampejos de reflexão – passa do Baixo para o Meio, não irá, com muita naturalidade, imaginar que está no Alto? Depois, caso se veja carregado pelo vento para Baixo, de maneira que ali tombe, terá evidentemente a sensação de ter caído do Alto para o Baixo. E tudo isso porque ele não tem verdadeiro conhecimento da ordem espacial que ordena o Baixo, o Meio e o Alto: ele está sobre a superfície, mas sua maneira de estar ali é desorientada. Não surpreende que tantas pessoas, mantidas à distância da Verdade e guiando-se a respeito de quase tudo unicamente por opiniões desorientadas, sintam-se inseguras no que se refere ao prazer, à dor e ao que estaciona entre eles. Quando estão na região das dores, é bem verdade que sofrem. Mas quando passam da dor para a região intermediária, logo se persuadem de estar no auge da volúpia. Exatamente como se, ignorando o branco, fizessem do cinza o oposto do preto, opõem a diminuição da dor à dor, por não conhecerem o prazer. Eis o seu erro.

– Alto e Baixo, Preto e Branco... Dores devidamente situadas e coloridas
– comenta Amanda.

Sócrates balança a cabeça, parecendo ansioso para mudar logo de assunto.

– Fome, sede, coisas desse tipo, não seriam vazios receitados por determinado estado do corpo?

– Se assim for – diz Glauco –, a ignorância e o absurdo são vazios receitados por determinado estado do Sujeito.

– E – acrescenta Amanda – podemos preencher esses vazios seja nos empanturrando e bebendo como um buraco sem fundo, seja aprendendo mil coisas e mobilizando o pensamento.

– Perfeito! Mas quando há um vazio, seja ele qual for, o que o preenche com mais perfeição?

Percebendo uma possível guinada na discussão, os dois jovens refletem. Amanda toma a palavra:

– O que, considerando o vazio em questão, tem mais realidade.

Sócrates parte para uma interrogação veemente:

– Se considerarmos o campo inteiro do ser-aí, quais modalidades existenciais podemos afirmar que participam de maneira incondicionada daquilo que, do ser, expõe-se ao pensamento? Citaríamos, a esse título, o estilo de vida que inclui o champanhe, a lagosta à americana e, mais genericamente, os restaurantes três estrelas? Ou colocaríamos na frente aquele em que figuram a opinião verdadeira, o saber racional, o pensamento puro e, mais genericamente, as aptidões intelectuais?

Sócrates faz uma pausa, e, num tom algo solene, declara:

– A questão é ao mesmo tempo simples e fundamental. Daquilo que, participando da universalidade, do idêntico-a-si, do imortal e da verdade, pertence ao tipo que essas determinações prescrevem e que compelem um Sujeito que nelas se incorpora a pertencer por sua vez a esse tipo, poderíamos afirmar que é num sentido mais essencial do que podemos afirmar a respeito daquele que, no campo ordinário do ser-aí, jamais é idêntico a si, que só nasce para perecer, pertencendo, em virtude disso, bem como todo indivíduo que aí vigora, ao tipo prescrito por essas determinações negativas?

– Como quase sempre – protesta Amanda –, sua pergunta “prescreve” – emprego seu jargão – sua resposta.

– Mas de novo?

– Minha cara irmã – intervém Glauco – quer dizer que, como estamos cansados de saber, para você a identidade intrínseca é sintoma do ser puro. E, logo a mobilidade perpétua é sintoma daquilo que, aquém do saber racional, não é definitivamente senão uma fachada do ser-verdade.

– Para agradar a nossa Amanda, mudemos então de linguagem – resolve Sócrates. – Digamos que aquilo que, num dado mundo, limita-se à manutenção repetitiva dos corpos participa menos daquilo que do ser se expõe ao pensamento e, por via de consequência, é menos verdadeiro que aquilo que se incorpora a um Sujeito.

– Não podemos simplificar um pouco tudo isso – propõe Glauco – afirmando: os corpos derivam menos da Ideia da Verdade do que são capazes os Sujeitos?

– De toda forma, teríamos de perguntar o que, num mundo, pode ser efetivamente o corpo da Verdade. Mas essa é outra história. Podemos, contudo, afirmar o seguinte: o preenchimento de um vazio cujo ser é o mais autêntico, e que é preenchido por entes cujo ser é igualmente mais autêntico, é mais autêntico do que é o preenchimento por entes cujo ser é menos autêntico de um vazio cujo ser é igualmente menos autêntico.

– Com os diabos! Essa frase foi a coisa mais clara que já ouvi na vida! – zomba Amanda.

Sócrates ignora a ironia e persiste:

– Se chamarmos de “prazer” o fato de se preencher com o que pertence à nossa natureza, então um preenchimento cujo ser é autenticado por coisas das quais por sua vez o ser é mais autêntico definirá um prazer mais autêntico e verdadeiro do que aquele que induz a participar naquilo cujo ser é incipientemente autêntico, e logo a preencher-se de modo menos verdadeiro e menos efetivo, de maneira que o prazer é mais duvidoso e a participação na verdade, muito inferior.

– Ótimo – persiste Amanda por sua vez –, uma frase que podemos dizer enfática!

– Testarei outra, pior ainda! – diverte-se Sócrates. – Escute bem: aqueles que não tiveram acesso nem ao pensamento puro, nem à virtude, e que só

pensam em ter mesa farta, visitar jovens prostitutas na Tailândia ou aplaudir freneticamente um jogo de futebol fraudado, encontram-se de certa forma estacionados no Baixo, subindo em seguida às vezes para o Meio e deambulando a vida inteira de um a outro sem jamais transpor o limite entre o Meio e o Alto, sem jamais orientar-se de acordo com este último, nem tampouco erguer os olhos para esse Alto verdadeiro, incapazes de beber nas fontes do ser tal como ele é em si mesmo e desfrutar assim um prazer denso e puro, nós os vemos cabisbaixos, olhando para o capim como faz o gado, pastando de mesa em mesa, se empanzinando e fornicando com quem aparecer na sua frente, razão pela qual, envolvidos numa feroz competição de quem gozará mais, insaciáveis, eles se pisoteiam, se apunham, se enfrentam com chifradas e cascos ferrados, matam-se mutuamente com armas cada vez mais sofisticadas, tudo porque não preencheram com seres reais nem seu ser próprio, nem o lugar onde esse ser habita.

– Formidável! – comenta Glauco. – Farei uma tão comprida quanto. Prestem atenção, lá vou eu: logo, é necessário que essas pessoas não tenham senão prazeres misturados a dores, cópias ruins dos verdadeiros prazeres, espécies de esboços sempre imbricados uns nos outros e cuja força aparente deve-se apenas a comparações exteriores, de maneira que a ausência de pensamento verdadeiro lança-as em pulsões eróticas violentas em nome das quais elas engalfinham-se como cães por um osso – ou como se lutava sob os muros de Troia, a crermos em Estesícoro, quando este escreve:

Para despertar o ódio, gregos e troianos não tinham,
Na falta da verdade, senão o semblante de Helena.

– Não só – grita Amanda – você inventa dois miseráveis versos que Estesícoro não teria ousado, como, além disso, sua frase não é nem verdadeiramente longa, nem verdadeiramente útil!

– Pois bem, faça melhor! – exclama Glauco, visivelmente magoado.

– Quando eu quiser fazer, aviso.

– Paz, crianças! – arbitra Sócrates. – Vamos em frente. O que se passa nos indivíduos do lado do Afeto não é necessariamente da mesma ordem do que o que acontece no caso do Desejo? Essa instância, uma vez acionada, irá torná-los invejosos movidos pela ambição, violentos e ávidos por

gloríolas, enfim, irascíveis, com os nervos à flor da pele. No fim, não encontramos senão uma demanda desesperada de honrarias, vitória e furor, desprovida de qualquer razão e alheia a todo pensamento. Afirmaremos então que os desejos, inclusive os que são do âmbito do interesse privado ou os caracterizados pelo espírito de competição, caso se dobrem à jurisdição do saber racional e da argumentação coerente, podem alcançar os prazeres para os quais os orienta um espírito ponderado. Afirmo que eles então terão acesso, esses desejos originariamente duvidosos, aos prazeres mais verdadeiros, pura e simplesmente porque agora é uma verdade que orienta sua existência. E acrescento inclusive que se tratará dos prazeres mais bem afeitos a seu ser próprio, se é verdade que o que faz a qualidade de um Sujeito não passa do que identifica sua existência como apropriada a uma verdade particular, e não a uma generalidade vazia.

Amanda então não se contém; ela precisa encaixar a longa frase que irá humilhar seu irmão:

– Quando o Sujeito em sua integralidade, sem cisão neurótica íntima, coloca-se sob a jurisdição do que a filosofia denomina uma “verdade”, e que pertence à instância Pensamento, ocorre que cada uma de suas três instâncias torna-se um órgão ativo do processo da Verdade, e logo um auxiliar da justiça, de modo que cada uma goza dos prazeres apropriados à sua função singular, logo os melhores prazeres, os mais verdadeiros entre todos aqueles aos quais ela pode pretender, e isso em oposição completa com o que acontece quando é o Desejo ou o Afeto que toma o poder, compelindo as outras duas instâncias a procurar um prazer alheio à sua natureza e dissociado de toda verdade, sem que em virtude disso a instância dominante alcance seu prazer próprio, de modo que podemos afirmar com toda a segurança que aquilo que, num indivíduo, afasta-se o máximo possível daquilo que o filósofo e a argumentação racional designam como o devir-Sujeito desse indivíduo, por incorporação ao devir de uma verdade, é também aquilo que é mais apto a produzir efeitos de desapropriação e desvalorização do prazer, certeza da qual se infere que, uma vez que o que está mais distante da argumentação racional é o que é alheio a todo princípio e a toda ordem universal, uma vez que, de seu lado, os desejos tirânicos e fascinantes são o que há de mais indiferente aos princípios universais, e, por fim, uma vez que, em contrapartida, são os desejos constitutivos de um Sujeito comunista, tal como o definimos, que inspiram tais princípios, temos infalivelmente como consequência de tudo isso que o

mais distante do prazer verdadeiro e próprio do ser humano é o tirano fascista, e os menos distantes desse prazer são aquelas ou aqueles que participam do processo político adequado à Ideia comunista, ou, para expressá-lo ainda mais simplesmente, sabemos de fonte segura que a vida mais funesta é a do tirano fascista, e a vida mais alegre, a do cidadão comunista, tal, evidentemente, como aquela cujo conceito produzimos, sem sabermos ainda se ela pode encontrar realidade na história atormentada dos países e Estados.

Amanda está ofegante. Sócrates aplaude entusiasticamente, como se uma bela atriz acabasse se incendiar uma réplica de Sófocles. Glauco, bom jogador, junta-se à pequena claque, depois beija a irmã, que ruboriza de prazer. Após esse momento de emoção, Sócrates, sorrindo de maneira um pouco mefistofélica, retoma as rédeas do diálogo:

– Sabiam, caros amigos, em quanto exatamente a vida melhor supera a vida pior?

– Não vejo nem como dar sentido à sua pergunta – diz bruscamente Glauco.

– Os dados aritméticos básicos são aparentemente muito simples. Há apenas três instâncias do Sujeito e há apenas três tipos de prazer; o do Alto, o do Meio e o de Baixo. Ora, três vezes três igual a nove.

– Tudo bem, e daí?

– E daí, nada, aí é que está o problema.

– Como assim, nada? – desconcerta-se Glauco.

– O tirano fascista transpôs o limite entre o Meio e o Baixo, e vive bem longe do Alto. Mas reside ali com tamanha escolta de prazeres degradantes que dizer que ele é nove vezes menos feliz que o cidadão comunista parece fácil demais. Temos de abordar o problema de outra forma.

Sob o olhar irado da irmã, Glauco, intrigado demais para reagir, aceita mais uma vez o papel de interlocutor complacente. Trava-se então um longo diálogo entre ele e Sócrates, durante o qual Amanda faz força para não dormir.

– Como fazer?

– Há cinco tipos de políticas – diz Sócrates –, na ordem descendente: comunismo, timocracia, oligarquia, democracia e tirania, também conhecida como fascismo.

- Exato.
- Cada uma delas pode ser considerada distante da primeira o mesmo número de graus que implica sua distância em relação àquela.
- É razoável.
- Logo, a política tirânico-fascista acha-se distante cinco graus da comunista.
- De acordo.
- Mas isso não nos dirá nada se ignorarmos a intensidade própria dos prazeres inerentes ao comunismo.
- Certo.
- Porém, se ignorarmos a intensidade típica dos prazeres inerentes ao comunismo, isso não nos diz nada.
- Nada, com efeito.
- Posso afirmar que essa intensidade é medida pelo número 6.
- Acredito, mas não sei por quê.
- Porque 6 é o primeiro número perfeito, ou seja, um número que é igual à soma de seus divisores que não ele mesmo, como mostra $6 = 3 + 2 + 1$.
- Isso é de fato um sinal de perfeição.
- Agora, podemos dizer que o prazer ligado a uma política é inferior ao prazer da política comunista o mesmo número de graus que mede essa mesma inferioridade ao prazer comunista da política de nível imediatamente superior àquela em questão, multiplicado pelo nível desta última.
- Confesso que não entendi nada.
- Por exemplo, a timocracia vem logo depois do comunismo. O grau de inferioridade de seu próprio prazer com relação ao prazer comunista, situado logo acima, será então $1 \times 2 = 2$.
- Por que 1? Por que 2?
- Porque o grau de inferioridade da política comunista com relação a si mesma é o número que mede a identidade, ou seja, 1. E porque a timocracia ocupa o segundo nível.
- Entendi! O grau de inferioridade da tirana é então $1 \times 5 = 5$.
- Nada disso, Glauco, nada disso! Temos de multiplicar o nível de uma política pelo grau de inferioridade ao comunismo da política situada no

nível imediatamente superior, e não diretamente pelo número 1 atribuído ao comunismo. A fórmula é simples. Seja n_i o nível de uma política, com, uma vez que há cinco políticas, $1 \leq i \leq 5$. Seja $G(n_i)$ o grau de inferioridade do prazer associado à política de nível i com relação ao prazer associado à política comunista que ocupa o nível 1. Temos então duas regras que definem um cálculo por recorrência do número $D(n_i)$:

1. $D(n_1) = 1$

2. $D(n_{i+1}) = D(n_i) \times i$

Você vê claramente que, no caso da timocracia, que ocupa o segundo nível, temos:

$$D(n_2) = D(n_1) \times 2 = 1 \times 2 = 2$$

– Outro exemplo, por piedade!

– Peguemos a democracia, por exemplo, que é de nível 4. As regras nos mostram que, para calcular $D(n_4)$, é necessário conhecer $D(n_3)$. Sabemos que $D(n_2) = 2$. Aplicamos a mesma regra e temos:

$$D(n_3) = D(n_2) \times 3 = 2 \times 3 = 6$$

O prazer oligárquico é seis vezes inferior ao prazer comunista.

– Concordo com o cálculo.

– Uma vez que temos $D(n_3)$, a regra 2 nos fornecerá $D(n_4)$. Temos...

– Eu me encarrego disso – grita Glauco, feliz da vida. – A fórmula é:

$$D(n_4) = D(n_3) \times 4 = 6 \times 4 = 24$$

O prazer democrático é 24 vezes inferior ao prazer comunista!

– Bravo, rapaz! Chegamos então facilmente à tirania fascista. Temos:

$$D(n_5) = D(n_4) \times 5 = 24 \times 5 = 120$$

O prazer associado à vida fascista é 120 vezes inferior àquele que, um dia, será associado à vida comunista.

– Não é muito grande o prazer desfrutado por aquele que vive num país tiranizado!

– Conhecemos a medida exata de sua intensidade.

– Como é possível uma coisa dessas?

– Dissemos que a perfeição do prazer associado à futura vida comunista valia 6. Se o prazer da vida fascista é 120 vezes inferior, ele vale 6, dividido por 120, ou seja, 0,05.

– Que número extraordinário!

– É como se fosse uma pequena injeção de satisfação. Na realidade, o único grande prazer que podemos sentir, do qual, em certo sentido, um regime despótico seria causa, é aquele proporcionado pela destruição desse regime, quando finalmente cessam as infinitas dores que ele provocava.

– Mas você nos ensinou que a essência do prazer não pode ser a cessação da dor. O Alto não é a negação do Baixo!

– Meu caro Glauco, você tem boa memória. Nesse caso, e somente nesse caso, vigora muitas vezes o prazer de uma libertação. No entanto, esse prazer, por maior que possa ser, é frágil, às vezes instável ou inexistente. Pois as libertações desse gênero, sobretudo vindas do exterior, anunciam períodos conturbados. Pense na libertação da França pelas tropas anglo-americanas em 1944-45 ou, pior, na “libertação” do Iraque pelas tropas anglo-americanas em 2002. O “prazer” do povo iraquiano foi nulo, ao passo que a tirania exercida por Saddam Hussein era feroz.

– Em todo caso, eis uma questão resolvida.

– É justamente por isso que devemos retornar ao centro estratégico de nossa discussão, a saber, a definição da justiça e a questão da vida justa. Se bem me lembro, nosso interlocutor, brilhantemente interpretado por Glauco, sustentava a seguinte tese: a injustiça proporciona grandes vantagens para aquele que a leva à perfeição, contanto que ele saiba persuadir a opinião dominante de que ele é alguém absolutamente justo. É isso mesmo?

– Sim – aprova Glauco –, é exatamente isso.

– Agora que esclarecemos a questão e que você e eu estamos de acordo, voltemo-nos para esse defensor das vantagens da vida injusta e procuremos novos meios de convencê-lo de seu erro.

– Novos “meios”? Já fizemos de tudo para levá-lo a nocaute.

– Precisamos, para recapitular nossos argumentos, de uma imagem forte e bonita.

– O apaixonado pelas Ideias – desperta subitamente Amanda – sempre tira uma imagem do bolso quando está em dificuldade!

– Mas não qualquer uma – responde Sócrates, impassível. – Uma imagem integral do Sujeito. Uma imagem tão forte quanto as dos belos monstros que habitam os mitos: o Minotauro, a Esfinge, a Medusa, Cérbero...

– Vejamos então – retrai-se Amanda, cuja curiosidade invariavelmente prevalece sobre o sarcasmo.

– Imaginemos primeiro que um habilidoso escultor da escola contemporânea modele, nos mais diversos materiais, cartolina, pedra-sabão, madeira ou ferro, uma forma que possamos considerar, dependendo do ângulo de que a veja o espectador, ou da iluminação, representante de um animal existente qualquer, desde o mais monstruoso ou feroz, como a serpente, o tubarão ou o abutre, até o mais comum e pacífico, como o carneiro ou o coelho doméstico. Em seguida, um excelente escultor da época barroca esculpe no bronze a forma de um magnífico leão. Mais tarde, um exímio escultor da idade clássica extrai de um mármore negro com estrias brancas e amarelas uma forma humana tão sutil que é impossível distinguir se se trata de um homem ou de uma mulher. Por fim, um artista anônimo, não pertencente a nenhuma época especial e que não se preocupa nem um pouco com imitação – ele me agrada por isso – envolve esse animal compósito, leão e ser humano, num grande lençol ao qual dá igualmente forma humana, mas ainda mais estilizada, vaga, incerta do que a que está sob o lençol.

– Que trabalho maluco! – diz Amanda, seduzida.

– Do lado de fora não se vê nada das formas que estão no interior. Aquele que não tem nenhuma possibilidade de atravessar o lençol pensa que ali não há senão uma forma, a de um ser humano.

– Que diabo de comentário podemos fazer sobre esse invólucro para uso de nosso inimigo íntimo, o defensor da injustiça? – pergunta Glauco,

coçando a cabeça.

– Diremos-lhe o seguinte: “Caro defensor da injustiça, sua posição consiste em afirmar que é vantajoso para a forma humana, tal como a apresentada pelo grande lençol, cevar, no interior dessa forma, o animal compósito e o poderoso leão, ao mesmo tempo matando de fome e enfraquecendo a figura humana que é o terceiro termo desse interior. Você acha bom para a natureza humana, tal como se apresenta no mundo, que, em seu próprio interior, a desordem animal e a cólera da fera apitem o jogo, fazendo o que bem entendem do homem interior. Em vez de zelar pela harmonia dos três componentes, você deseja que, num arranca-rabo sangrento, eles sacudam o lençol humano, mordendo-se e devorando-se mutuamente. Nossa própria tese é evidentemente muito mais racional. Admitir um princípio de justiça equivale a pensar que convém dizer e fazer unicamente o que tem como efeito dar à forma humana interior os meios de orientar a forma humana global, a que vemos a partir do lado de fora, meios graças aos quais esse homem interior poderá, em primeiro lugar, zelar pela forma animal compósita – como faz um camponês quando alimenta e domestica as espécies pacíficas, bloqueando ao mesmo tempo o crescimento dos animais ferozes e daninhos – e, em segundo, fazer da nobreza do leão sua aliada, de maneira que, partilhando suas preocupações entre todos os habitantes do lençol humano, ele consiga fazê-los agir em harmonia tanto entre si, no interior, quanto junto com esse ‘si mesmo’ que não passa do exterior total dessa interioridade multiforme.”

– Eis ao menos uma imagem cuja função didática nos ajuda a esclarecer o que dela podemos compreender. Pois, em si mesma, como simples imagem, admita que ela é pra lá de enigmática. Bravo, mestre! – saúda Amanda.

– Com imagem ou sem imagem – continua tranquilamente Sócrates –, e seja como for que consideremos o problema, em todo caso é certo que aquele que pronuncia um elogio da justiça fala a verdade, ao passo que aquele que pronuncia um elogio da injustiça engana-se de ponta a ponta. Seja adotando como critério o prazer, a consideração de que se goza ou a utilidade, aquele que se posiciona do lado da justiça também se acha do lado da verdade, ao passo que aquele que denigre a justiça não só fala de maneira detestável, como ignora tudo a respeito daquilo mesmo que ele denigre.

– Isso é a sua cara, querido Sócrates – admira Amanda. – Se alguém degolar o próprio filho, você vai explicar pacientemente que foi porque ele ignorava onde está a Verdade...

– Dei inúmeras vezes provas da pertinência desse ponto de vista – diz Sócrates, um pouco irritado. – E insisto. É com delicadeza e paciência que desmentiremos aquele que o toma por injustiça, pois engana-se involuntariamente. Nós lhe diremos: “Caro amigo, o costume e a lei não coincidem quanto à distinção entre o que é vergonhoso e o que é estimável? Agimos de maneira estimável quando a parte puramente animal de nossa natureza submete-se àquilo que, em nós, atesta a dimensão propriamente humana. Eu quase chego a dizer: submete-se à centelha divina, ou à parte de eternidade que nossa ação envolve. Agimos de maneira vergonhosa quando nossa interioridade serena cai sob o jugo de nossa selvageria latente.” Ele não se verá obrigado a concordar?

– É mais do que evidente – apressa-se a aprovar Glauco.

– Em todo caso, se ele engolir isso, o resto é fácil – murmura Amanda.

Sócrates, talvez provocado por aquela discreta advertência, tenta fortalecer sua posição:

– Se a opinião mais comum sempre e em toda parte criticou a total anarquia existencial, é porque o indivíduo que se lhe entregou concede o poder, muito mais do que necessário, à grande e terrível besta do Desejo de mil formas. Da mesma forma, reprovamos a arrogância e o mau humor naquele que deixou o leão do Afeto crescer e se fortalecer em sua pessoa de maneira anormal. Se recriminamos as despesas com o cerimonial e a ostentação improdutiva dos ricos ociosos, é porque se trata na realidade de um enfraquecimento tão drástico do leão que dele resulta uma inadmissível covardia. Se a bajulação e o servilismo são malvistas, é porque eles subjagam esse mesmo leão do Afeto à besta multiforme do Desejo, a qual, por amor ilimitado às riquezas, transforma o leão em macaco. E por que, afinal, os ricos desprezam os operários pobres, não hesitando chamá-los de “bárbaros” ou de “não integrados à civilização”, fazer leis celeradas contra eles, removê-los para conjuntos habitacionais inconcebíveis e controlá-los, espancá-los, prendê-los, até mesmo fuzilá-los se fizerem menção de se rebelar? É porque eles têm um medo terrível, os ricos e seus partidos parlamentares, de que, insuflado pela pura humanidade da Ideia, o leão do Afeto operário desafie a covardia da besta e daí resulte uma força política e

uma coragem tanto mais ameaçadoras para o poder dos ricos quanto mais estes últimos são, na realidade, corruptos e covardes.

– Continuo sem ver como nos esquivar do perigo que esses vícios nomeiam – diz Glauco, bastante perturbado.

– O indivíduo empírico deve submeter-se ao homem interior, o que é capaz de verdade e que, portanto, habita uma chama que podemos alegoricamente declarar divina. Essa obediência não se dá, como pensa Trasímaco – que, a propósito, ronca sossegadamente sem nos ouvir –, em detrimento do indivíduo. Ao contrário, nada lhe é mais vantajoso. A ponto de a regra valer também para a forma exterior do poder, o coletivo comunista, que deve ser, à imagem do homem interior, aquilo que, na ordem política – e inversamente a todo grupo social que só luta por seus interesses –, mostra-se capaz de verdade.

– Quer se trate de seu engajamento político, quer se trate de sua vida privada, sua tese – pergunta Amanda – é então que diremos a respeito de um ser humano que ele pensa verdadeiramente quando dirige toda a sua energia para a disciplina que ele aceita tão logo esta instila no homem o poder de uma capacidade supra-humana?

– Você radicaliza um pouco as coisas, mocinha, secretamente apaixonada que é pela transcendência. Mas, no geral, você tem razão.

– E onde entra o corpo nessa história? – questiona Glauco.

– No que se refere ao estado do corpo, à alimentação, à ginástica, tudo isso, adotaremos como regra exclusiva de nossa existência a pulsão animal e sem pensamento exigida pela sobrevivência, a satisfação e o gozo. O melhor seria não preocupar-se com sua saúde e não atribuir importância ao fato de ser bonito e forte senão na medida em que isso possa vir a ser um meio de adquirir um sólido bom-senso. Não convém desejar o equilíbrio corporal a não ser para interpretar com brilho a sinfonia imanente ao Sujeito.

– Você deseja – conclui Amanda – que sejamos os músicos de nossa harmonia subjetiva.

– É uma bela fórmula. Preservemos igualmente o senso da harmonia na questão tão premente e difícil do dinheiro e dos gastos. Não nos deixemos cegar pelo que a opinião, nesse mundo capitalista que é o da corrupção, considera ser a felicidade: aumentar ao infinito sua riqueza e comprar tudo que reluz no grande mercado planetário. Voltando-nos para o nosso governo

interior, nele encontraremos com que subordinar esses assuntos de dinheiro ao desenvolvimento daquilo que, além de nossas vontades imediatas, somos capazes de criar com significação universal. Agiremos da mesma forma no que se refere à gratidão pública, aceitando de bom grado aquela que julgamos que se dirige ao que temos de melhor, e fugindo, tanto em nossa vida privada como em nossos compromissos no palco do mundo, das homenagens que possam perturbar nosso devir-Sujeito.

– Então é bem provável – observa Glauco, não sem melancolia – que venhamos a recusar toda ação política.

– Não, pelo Demônio! Participaremos ativamente da política ao lado de nossos concidadãos. Mas não no nível das funções oficiais, não no Estado – distantes do Estado, ao contrário. Salvo em circunstâncias revolucionárias imprevisíveis.

– Circunstâncias que implantariam uma ordem política semelhante àquela a que nos referimos ontem à noite – observa Glauco –, é isso? Porque, por enquanto, essa ordem só existe em nossos discursos. Não acredito que haja um exemplo concreto dela em parte alguma.

– No entanto, é provável que inúmeros processos políticos bem concretos, em diversos países, sejam compatíveis com a nossa Ideia, uma vez que o alcance dessa ideia é universal. Contudo, sejam vigorosos ou recentes tais processos, numerosos ou raros, não é isso que nos determina enquanto Sujeitos. Decerto esperamos que um dia a política forneça à Ideia o real que a suporta. Porém, se ainda não for esse o caso, é, não obstante, em tudo que viermos a empreender, a essa Ideia e a nenhuma outra que tentaremos ser fiéis.

16. POESIA E PENSAMENTO (592b-608b)

SÓCRATES EXULTA:

– Essa ordem política que estamos fundando é a melhor! A melhor não em si, o que não quer dizer nada: a melhor de todas aquelas que podemos, mediante o pensamento, extrair do campo dos possíveis. Os argumentos em favor são abundantes, mas nenhum é mais forte do que aquele que depende de nossa relação meditada com o poema, quando prescrevemos jamais tolerar sua dimensão mimética. Essa prescrição impõe-se, digamos inclusive que adquire o status de uma evidência, a partir do momento em que separamos e pensamos em sua essência distintas as diferentes instâncias do Sujeito. Cara Amanda, caro Glauco! Vocês são irmão e irmã de nosso amigo Platão, esse estenógrafo inspirado e um tanto sucinto de nossa livre discussão. Logo, não poderiam ser escusos delatores pagos pelos poetas trágicos e outros miméticos, não é? Posso confiar em vocês. Vamos para o tudo ou nada. Afirmo sem mais rodeios que os poemas exageradamente marcados pelo selo da mimese causam à inteligência formal de seus ouvintes estragos consideráveis, caso estes não disponham do antídoto, ou seja, o saber de que esses poemas encontram-se, efetivamente, em seu ser próprio.

Julgando tais declarações muito enroladas, ou excessivamente cautelosas, Glauco arrisca-se a uma intervenção não solicitada:

– Parece-me, caro mestre, que está torturando seus neurônios por uma bagatela!

– Isso porque uma amizade respeitosa por Homero subiste em mim desde minha infância estudiosa, e porque Homero parece de fato ter sido o primeiro professor, o mentor de todos os nossos belos poetas trágicos. Contudo, é inapropriado glorificar mais um homem do que a verdade. Infere-se daí que devemos falar...

– Ei! – corta Amanda. – Pare de rodar como um pião!

– Tudo bem, vamos ao ponto. Mas permita-me ao menos usar, nessa circunstância delicada, o famoso diálogo socrático no qual a resposta exige

o desvio da pergunta.

– Pode mandar as perguntas – diz Glauco, resignado.

– Seriam capazes de propor uma definição geral da mimese? Qual é sua serventia, afinal?

– Boa pergunta! – exclama Amanda com sua voz mansa e imponente. – Você não entende e supõe que eu vá entender?

– Não haveria nada de anormal nisso. Não raro os que veem embaçado compreendem melhor o que acontece do que os que possuem a vista penetrante.

– Isso de fato acontece – concorda Glauco. – Mas mesmo uma ideia que eu acho genial, basta você estar aí na minha frente para pulverizar o meu ardor em articulá-la. Por favor, mestre!

– Então concentrem-se e me acompanhem – alegre-se Sócrates. – Desejam que fixemos o ponto de partida de nossa investigação filosófica em conformidade com o nosso método costumeiro? Normalmente, a uma multiplicidade qualquer composta de elementos aos quais atribuímos o mesmo nome, opomos a unidade de uma Forma. Dessa vez também, caso se disponham, vamos escolher dentre os múltiplos quaisquer que se encontram nesta sala. Vemos que há massas difusas de divãs e mesas. Porém, com respeito a todos esses móveis, não há senão duas ideias, a idéia-divã e a idéia-mesa. Ainda segundo nosso procedimento conceitual comum, estabelecemos que um artesão só pode fabricar esses móveis, de que nos serviremos em seguida, com os olhos voltados para a ideia que os tipifica, para a idéia-cama no caso de uma cama, para a idéia-mesa no caso de uma mesa. Quanto à ideia em si, nenhum artesão tem o poder de criá-la. Como, diabos, ele agiria? Todavia, há efetivamente uma espécie de artesão universal capaz de fazer todos os objetos que os artesãos especializados fabricam a partir de uma ideia determinada.

– Quem é esse homem, especialista em todas as coisas! – admira-se Amanda.

– Não poderia defini-lo com maior perfeição – elogia Sócrates. – Não apenas ele sabe fazer todos os móveis, como tudo que cresce nos campos. E todos os organismos vivos, é ele quem os engendra, o seu e o dos outros. Tudo, para falar a verdade, está ao seu alcance de criador: a terra, o céu, os deuses, todos os astros da noite, o que reside na penumbra subterrânea dos Infernos, tudo isso ele sabe fazer.

– Por acaso zomba de nós, Sócrates! – protesta Amanda.

– Não acredita? Mas qual é a natureza de sua dúvida, caríssima amiga? Acha então que esse artesão universal não existe? Ou sua ideia, mais precisa, é que há uma forma de existência real sob a qual seria possível sermos o criador de todas as coisas e outra em que isso é efetivamente impossível? Preste atenção: de certo ponto de vista, você mesma poderia ser esse artesão todo-poderoso, um criador de universos.

– Eu queria muito ver isso!

– Simples e rápido. Simples e rápido até demais: pegue o seu espelho, todas as mulheres têm um, e faça-o girar dia e noite em todas as direções. Em pouco tempo você terá feito nele o sol e as estrelas do céu, dali a mais um pouco, a terra e, imediatamente depois, você mesmo e os outros seres vivos, as plantas, os móveis... E, enfim, divãs e mesas também.

– Certo – diz Glauco. – Mas dessa forma produzirei a aparência dos objetos, não o que eles são na verdade.

– Chegamos ao ponto! – exclama alegremente Sócrates. – Você desembocou exatamente no meu argumento. Pois dentre os artesãos a que nos referíamos estava o pintor, certo? Você então me dirá que aquilo que o pintor faz não tem nenhuma verdade. Em contrapartida, é possível afirmar que, se ele pintar um divã na parede desta mansão de Céfalo onde passamos uma noite filosófica fervilhante e um dia inteiro em digressões, ele faz *realmente*, na parede, um divã.

– Um divã que não é senão um simulacro de divã.

– E o carpinteiro, então? Você dizia agorinha que, ao fabricar um divã particular, ele não engendra essa forma-divã que sustentamos ser o Divã. Se ele não faz um divã que é, não faz um ser-divã, mas um divã *tal como* é o ser-divã, embora não o sendo. Nessas condições, qualquer um que afirme que o trabalho de um carpinteiro ou, mais genericamente, de um artesão se situa na ordem consumada do ser é bem capaz de não dizer a Verdade. O fato de que as produções materiais desse gênero sejam obscuras quanto à relação que sustentam com a verdade não tem por que nos surpreender.

– Então não nos deixemos surpreender – murmura Glauco, com a expressão desvairada.

– Procuremos então, a partir desses exemplos, o que pode vir a ser essa famosa mimese. Não há para o pensamento, no fim dos fins, três divãs ao invés de um só? O primeiro é aquele cujo ser mantém-se naturalmente em si

mesmo, a respeito do qual sustentávamos, creio, ser obra do grande Outro. Senão, de onde provém sua eterna substância?

– Não faço ideia – confessa Glauco, sem forças.

– O segundo divã é o do técnico da madeira.

– Nem penso em negar.

– O terceiro é o do pintor. É ou não é?

– Vamos admitir que sim. E depois?

– Não tem depois. São apenas três divãs! O pintor, o carpinteiro e o Outro: esta é a Trindade que rege a triplicidade das instâncias do divã.

– Que elegância nessa disposição trinitária! – intervém Amanda.

– Com a condição, todavia, de associá-la aos outros números essenciais, como o Um ou o Dois. Pegue o grande Outro: trate-se de uma livre escolha ou de uma necessidade superior que imponha não fazer mais de um Divã, daqueles cujo ser reside naturalmente em si mesmos, o fato é que esse Divã-que-é, ele não o fez senão num único exemplar; deste, engendrar dois, ou mais, até, é o que o grande Outro não fez e não fará.

Amanda agora acompanha o argumento com paixão:

– De onde tirou essa certeza?

– Ainda que ele fizesse não mais que dois, já teríamos uma multiplicidade. E, como toda multiplicidade requer um termo suplementar que suporte a unidade dessa multiplicidade, deveria haver um terceiro Divã que detivesse a unidade formal dos outros dois. Mas então isso seria ele, o Divã-que-é, e não os outros dois.

Amanda admira o mestre:

– Com essa, você se superou, Sócrates. É um argumento espetacular!

– Um dia ele receberá o nome de “argumento do terceiro homem” e será dirigido contra a minha própria doutrina! Podemos ter certeza, em todo caso, de que o Outro tinha conhecimento disso quando se ocupou do Divã e dos divãs; e, como pretendia de toda forma ser aquele que faz o Divã-que-é-absolutamente, e não o fabricante particular de um divã particular, ele engendrou a unidade natural do verdadeiro Divã. Aceitariam então que chamássemos esse Outro de o pai do Divã, ou algo parecido?

– Seria justo – diz Glauco –, uma vez que ele engendrou, segundo a ordem natural, essa Forma e todas as outras.

– Também poderíamos chamar o carpinteiro de “operário do divã”.

E Amanda:

– Teríamos assim o Pai e o Operário. Mas que nome dar ao terceiro elemento da Trindade, o Pintor?

– Nem operário, nem fabricante, em todo caso.

– Claro que não.

– Mas então qual é a parte do ser do divã que lhe cabe, se não for nem a universalidade da ideia, nem a particularidade do objeto?

– Parece-me – Amanda hesita – que a solução mais pertinente seria chamá-lo de imitador desse real do qual os outros são os operários.

– Então você decide por chamar de “imitador”, ou, para soar mais técnico, “mimético”, aquele que dois graus separam da natureza da Verdade. Apliquemos sua definição aos poetas trágicos. Suponhamos que, ao descreverem um rei, sua linguagem visando a semelhança seja essencialmente mimética. Distinguiremos então, primeiro, a forma universal do poder real; a seguir, expondo essa forma à sua experiência no mundo, um rei cuja existência é atestada – Agamenon, por exemplo; por fim, a imitação deste último pelo poeta. Onde encontraremos nossos três termos e nossos dois graus de defasagem.

– Mas – objeta Amanda – será realmente “dois” o que convém? O que o pintor procura imitar – se o reduzirmos à parte mimética de sua arte – decerto não é a Uma-verdade do que quer reproduzir. Mas tampouco são os múltiplos objetos que, a partir dessa norma, os operários fabricam. São esses objetos, não tais como são, mas tais como aparecem; de modo que me pergunto se no fim das contas não há quatro termos, como quando você nos apresentou o processo dialético usando o exemplo de uma linha segmentada: a Forma universal, o objeto particular, a aparência desse objeto e a imitação dessa aparência. Haveria então três graus separando o artista e o grande Outro, e não dois.

Sócrates aplaude, maravilhado. Glauco, porém, não o acompanha, confessando:

– Não captei.

Ao que Sócrates retruca:

– Caro Glauco, pense no nosso ilustre divã. Você olha para ele de viés, de frente ou por baixo e, a cada vez, ele parece diferir de si mesmo. Ora bolas,

não é isso que, sem diferir em absoluto de si, ele parecer fazer? Pense agora no pintor. Qual é o seu objetivo, relativamente aos objetos que ele representa? É o seu ser tal como ele imita? Ou melhor, sua aparência tal como aparece? A imitação é imitação de uma imagem ou de uma verdade?

– De uma imagem, me parece – arrisca Glauco.

– A mimética opera então muito longe da verdade, e, se parece capaz de fazer obra de tudo, é apenas na medida em que a parte de cada coisa de que ela se apodera é minúscula. Com efeito, trata-se apenas de um simulacro. O pintor, sem nada conhecer das técnicas da madeira, vai pintar um carpinteiro, digamos. Está claro que opera então completamente no exterior do que identifica um carpinteiro. Se for um pintor habilidoso – no sentido da mimética –, seu carpinteiro impressionará crianças e basbaques; basta que ele seja visto de longe e dotado dos atributos superficiais de um autêntico carpinteiro. A lição de tudo isso, caros amigos, é clara: se alguém declarar conhecer um sujeito formidável que domina todas as técnicas operárias sem exceção com mais destreza que os próprios operários, replicaremos imediatamente que isso é pura ingenuidade. Nosso interlocutor topou com um charlatão, um imitador que o enganou como a um patinho. Se ele acreditou que esse indivíduo era onisciente, é seguramente porque não sabe distinguir entre ciência, ignorância e imitação.

Glauco:

– Sim, quanto a isso não há dúvida. Fecharemos o bico dele!

– Contanto que não seja o “bico” dos poetas trágicos e do nosso Homero que tenhamos de fechar! Isso seria bem mais complicado. Muita gente, com efeito, afirma que os poetas, Homero à frente, dominam todas as disciplinas, todos os dados antropológicos referentes às virtudes e aos vícios, até mesmo todos os dados teológicos. Seu argumento é conciso: um bom poeta, dizem, movido pelo desejo de poetizar de maneira perfeita o que ele poetiza, só pode fazer poema do que ele conhece, caso contrário seria incapaz de poetizar sua matéria-prima. O que pensar dessa “demonstração”? Ou – primeira hipótese – nossos interlocutores toparam com miméticos deturpadores que os inundaram com belas palavras. Assim preparados, mesmo em contato direto com obras desses miméticos, eles não conseguiram perceber a enorme distância – três graus – que as separavam do ser real. Não compreenderam que é fácil poetizar para quem ignora a

verdade: ele poetiza efetivamente simulacros, e não entes reais. A outra hipótese é evidentemente a de que nossos interlocutores têm razão: os bons poetas têm um autêntico saber de tudo que a multidão dos leitores afirma que eles falam admiravelmente.

– Mas como decidir? – interroga-se Glauco.

– Imagine alguém capaz de fazer as duas coisas: o real e sua imitação. Acha que ele empregará seu talento para tornar-se exclusivamente operário das imagens? Que esse artesanato constituirá todo o sentido glorioso de sua vida, como se ele jamais tivesse tido coisa melhor para fazer?

– E por que não? – sussurra Amanda, um tanto irônica.

– Ora! Se ele conhece a verdade daquilo a que imita ou representa, ele zelará para realizar essa verdade em vez de imitar seu suporte. Deixará atrás de si, túmulos de sua memória, o máximo de obras sublimes que conseguir. Dará forma ao desejo de ser objeto de elogio em vez de aquele que o pronuncia.

– Supondo – comenta Amanda, ainda contida – que o prestígio pessoal e a utilidade social estejam indubitavelmente do lado do primeiro. O que é discutível...

– Não tergiverse! – reage Sócrates, irritado. – Simplifiquemos... Não vamos pedir satisfações a Homero ou a qualquer poeta a respeito de tudo que eles narram. Tomemos a vocação médica. Poderíamos perguntar: esse poeta famoso que faz versos sobre doenças e curandeiros foi um verdadeiro médico ou contentou-se com um pastiche do discurso médico? E esse outro poeta, antigo ou moderno, com suas estrofes sobre a Grande Saúde, diremos nós que ele curou verdadeiramente verdadeiros doentes, como Fleming ou mesmo Claude Bernard? E esse outro ainda, que ensina de maneira sedutora os méritos de uma vida saudável, teria, como Pasteur, formado toda uma escola para o estudo das infecções graves e prevenções que a vacinação lhes opõe? Poderíamos prosseguir indefinidamente, mas proponho abandonar esse tipo de questões. Pouparemos os poetas, sem mais atormentá-los, de tudo que se refere às técnicas. Abordemos assuntos mais importantes e difíceis, a respeito dos quais Homero houve por bem manifestar-se: a guerra, a estratégia, a administração, a educação... Nesse ponto, temos o direito de interpelá-lo: “Meu caro Homero, se, com relação à verdade de uma virtude, você dista apenas três graus, se não é o que chamamos de mimético, quer dizer, um operário das imagens, se está a apenas dois graus

da Verdade, e se finalmente é capaz de distinguir as Formas que constituem paradigma para a melhoria da vida dos homens tanto pública como privada de todas aquelas que a degradam, então diga-nos, caro poeta, que comunidade política deve-lhe sua transformação radical, como a Rússia deveu-a a Lênin, e muitas outras, grandes ou pequenas, a muitos outros, hoje e ontem, de Robespierre a Mandela, passando por Martin Luther King ou Mao Tsé-tung? Que país o considera um notável legislador? Tivemos Licurgo em Esparta e Sólon em Atenas. Mas e você? Onde, afinal?”

– Não creio que ele possa responder – opina Glauco. – Até mesmo seus discípulos e descendentes, os homéridas, calam-se sobre esse ponto.

– Lembra-se de alguma guerra da qual Homero tenha saído vitorioso, seja como general em chefe, seja como principal conselheiro e estrategista do estado-maior? Colocamos Homero no nível daqueles valorizados por suas realizações materiais? Podemos citar invenções técnicas sutis e numerosas de Homero, em qualquer ordem de atividade que seja, como fazemos com Sótrato de Cnido, o construtor do farol de Alexandria, ou Papin de France, que inventou um tanque de guerra movido a vapor d’água? E, se não fez nada em nome do Estado, Homero pelo menos trabalhou para particulares? Por acaso chegou a nós o nome de algum indivíduo cuja educação ele tenha dirigido ao longo da vida? Um único que tenha apreciado entreter-se cotidianamente com Homero e legado às gerações seguintes uma orientação da existência que pudéssemos dizer “homérica”? Pitágoras, sim, é apreciado justamente por um ensino desse tipo. Ainda hoje, os discípulos remotos do mestre chamam de “pitagórica” uma maneira de viver que, segundo eles, difere de todas as demais. Mas Homero?

– A tradição – diz Glauco – também se cala quanto a esse ponto. Claro, fala-se de um discípulo de Homero, que seria na verdade seu genro, de acordo com os incontáveis mexericos que circulam a respeito da vida do prodigioso cego. Um certo Bósfilo. Tratando-se desse aficionado pelas vacas não sabemos o que é mais cômico, seu nome ou os resultados de sua educação. Sério, dizem que Bósfilo sempre considerou Homero, seu sogro e o grande poeta da Grécia, um zero à esquerda.

– Conhecemos essas histórias. Mas sejamos sérios. Suponhamos que Homero tenha sido realmente capaz de ser um educador e aperfeiçoador do gênero humano. Suponhamos que, nessas disciplinas, não tenha sido um imitador, mas um verdadeiro conhecedor. Não teria então, para amá-lo e

glorificá-lo, inúmeros companheiros? Vemos sofistas confessos, como Protágoras, Pródico e muitos outros, convencerem, em reuniões privadas, todo tipo de pessoas respeitáveis de que não poderão administrar, para falar como Engels, “nem propriedade privada, nem família, nem Estado”, se não forem incumbidos de sua educação. Vemos os clientes desses singulares professores admirarem seu talento com tamanho ardor que só falta carregá-los em triunfo escanchados nos ombros. E os contemporâneos de Homero, sabendo que tal homem ajudava-os a conhecer a virtude verdadeira, teriam-no deixado, assim como a Hesíodo, aliás, deambular sozinho por montes e vales a declamar seus poemas em praças de aldeia para ganhar seu sustento? É inacreditável! Não teriam preferido a companhia de tais educadores a todo ouro do mundo? Não teriam dado tudo para retê-los permanentemente consigo? E, caso fracassassem em suas iniciativas de sedução – ou de corrupção – não teriam seguido esses professores prodigiosos até o fim do mundo para usufruir de suas lições, até se esfalfarem?

Amanda:

– Quando se trata de Homero, caro Sócrates, você não economiza na eloquência! Prosa contra poesia, é isso?

Sócrates não esconde o mau humor:

– Quero apenas deixar claro que todos os poetas desde Homero, que poetizam a virtude ou outra coisa, não têm nenhum acesso à Verdade. Voltemos à nossa comparação entre pintura e poesia. Um pintor, mesmo sem capacidade alguma de consertar um sapato, nos fará na tela um sapateiro absolutamente verossímil, pelo menos para aqueles tão ignaros quanto ele. Por quê? Porque, para esses basbaques que observam o quadro, um “sapateiro” não passa de uma combinação de formas e cores. Da mesma forma, os poetas revestem todas as disciplinas com as cores sugeridas por seus nomes e frases, sem dominar nenhuma, exceto a imitação. De modo que aqueles que assistem ao espetáculo inebriante das palavras imaginam que um poeta, quando fala de sapatos furados, tática militar, travessias marítimas ou outra coisa qualquer, numa linguagem cativante, que faz uso da cadência, do ritmo e da melodia, fala com precisão a respeito delas. Se despirmos as obras dos poetas de tudo que deriva de seu colorido musical, já viu: nu, o poema é nulo.

Amanda não perdoa:

– Bonita fórmula, Sócrates! Totalmente musical e colorida! Em todo caso, seria bom descrever as operações do espírito pelas quais conseguimos despir um poema.

Sócrates finge que não ouviu:

– Voltemos à questão mais abrangente da diferença entre ser e parecer. O poeta dos simulacros, o mimético, não tem nenhum acesso ao ente. Ele se contenta com a aparência. Logo, não estacionemos no meio do caminho, tratemos o problema a fundo. Chamemos mais uma vez o pintor em nosso auxílio.

– Acho um exagero – insinua Amanda. – A linguagem é uma pintura?

– Avancemos ponto a ponto – diz Sócrates, conciliador. – A cada etapa, mocinha, você me diz se concorda ou não. O pintor representa, digamos, um fuzil de caça ou um violino. Para fabricá-los, o pintor é obrigado a recorrer a um armeiro ou a um luthier. Concorda?

– Claro que sim – diz Amanda.

– Mas aquele que tem a compreensão da estrutura desses objetos, fuzil ou violino, é o pintor? É aquele quem os fabrica, o armeiro ou luthier? Ou é unicamente aquele que sabe usá-los, o caçador ou o violinista?

– Sem dúvida, o usuário, mas supondo que por “estrutura” você entenda...

– Generalizemos então – corta Sócrates. – Para cada objeto desse gênero, há três disciplinas: uso, fabricação e representação. Concorda?

– Difícil discordar.

– No entanto, a virtude, a beleza e a perfeição das realizações singulares, quer se trate de instrumento, animal ou ação, residem no uso para qual cada singularidade é destinada no momento de sua fabricação, se for artificial, de sua decisão, se for do âmbito da prática, de seu nascimento, se for natural. Logo, é rigorosamente necessário que o mais experiente a respeito deste ou daquele objeto seja o usuário e que seja ele que venha a apontar ao fabricante as possibilidades positivas ou negativas que, com o uso, descobre no objeto do qual se serve. O usuário – o violinista –, sabendo por experiência do que fala, detecta as qualidades e defeitos de um objeto, seu violino. É confiando nele que o fabricante, o luthier, pode trabalhar. Por conseguinte, em se tratando do mesmo instrumento, vemos que o fabricante dispõe, quanto às qualidades e defeitos do que produz, de uma convicção

esclarecida, porque está em contato com aquele que sabe. Porque é obrigado a escutar aquele que sabe. Mas apenas o usuário detém o saber. Concorda, Amanda?

– Você dizia que eu daria minha opinião após cada argumento, mas faz um discurso comprido e difícil. Vamos então até o fim, e veremos. É a poesia que nos interessa no fim das contas, e não histórias de sapatos furados, valsas de Viena ou caça ao pato.

– Exatamente! Volto então ao imitador, e logo ao poeta. Como ele se limita a representar um objeto, nem adquire o saber de sua beleza ou de sua pertinência, o que apenas o uso proporciona, nem adquire sobre esses pontos a opinião esclarecida que obtemos pelo convívio com aquele que sabe e nos indica como representar adequadamente o objeto. Em suma, o mimético não terá, no que se refere à beleza ou aos defeitos do objeto que ele copia, nem saber autêntico, nem opinião esclarecida. Sua competência mimética está ligada a essa dupla carência. Mas nem por isso ele desistirá de copiar os objetos, completamente alheio às suas qualidades e defeitos. Na mimética, seu guia será, isso é certo, essa “beleza” puramente aparente, eu diria até comercial, atrás da qual correm a opinião escravizada e todos aqueles cujo saber é nulo.

– Se você está dizendo...

– Em todo caso, creio justificado dizer que nossa concordância incide sobre dois pontos. Primeiro, o imitador não tem qualquer saber racional dos objetos que ele imita, a mimese inteira não passando de um divertimento destituído de qualquer seriedade. Segundo, aqueles que, com a inestimável ajuda de alexandrinos, de versos épicos ou iâmbicos, de hexâmetros dáctilos, invectivam a musa trágica, são absolutamente miméticos. O que me diz, Amanda?

– Digo que, quando nosso adversário nos esmaga, devemos consentir em assinar os acordos que ele nos propõe.

Sócrates fita-a, perplexo, depois, lentamente, volta-se para Glauco:

– Glauco! Leal amigo! Por acaso concorda comigo que a operação imitativa está estacionada a três graus de distância de tudo que reside sob a jurisdição da Ideia da Verdade?

– Sim – diz Glauco, assustado –, ela está a três graus...

– ... de temperatura! – zomba Amanda. – A operação imitativa está com muito medo, tremendo feito vara verde. E você também, querido irmão!

Sócrates morre de rir da cara de Glauco.

– Vamos, vamos, rude senhorita! Abordemos o problema por outra ponta. Já deve ter constatado inúmeras vezes, caro Glauco, que uma grandeza invariável parece não obstante desigual a si mesma conforme a vejamos de perto ou de longe. O mesmo bastão parece irregular ou reto conforme o vejamos na água ou no ar. O mesmo objeto parece côncavo ou convexo ao sabor de uma ilusão visual induzida pela disposição das cores. Essas experiências são evidentemente demasiado perturbadoras para o Sujeito. A pintura em *trompe-l’oeil*, os passes de mágica e todos os artifícios do mesmo gênero não obtêm seus efeitos de logro senão em razão dessa característica deficiente de nossa natureza, ou, se preferir, dessa limitação de nossos recursos perceptivos.

– Estaríamos fadados ao erro?

– De forma alguma! Encontramos um admirável socorro na medida, no cálculo ou na pesagem. Graças a essas ações racionais, o Sujeito não é mais interiormente dominado pela imprecisão da aparência, pela obsessão fugaz das variações de grandeza, número ou massa. Seu princípio é agora a aptidão a calcular, a medir ou a pesar. Ora, no fim das contas, podemos sustentar que essas aptidões dependem da razão, que por sua vez é inerente ao Sujeito.

– E logo – conclui Glauco, todo alegre –, o Sujeito pode extirpar de seu devir as fantasmagorias imitativas.

– Calma lá, não se apresse tanto! Não raro vemos esse Sujeito apto à mensuração, o qual afirma que entre dois termos existem relações quantitativas de superioridade, inferioridade ou igualdade estrita, declarar simultaneamente que os termos em questão são contraditórios. Ora, concluímos que era impossível um Sujeito fazer, sobre as mesmas coisas e no mesmo instante, juízos contraditórios caso utilizasse, para fazê-lo, a mesma disposição subjetiva.

– A mesma instância do Sujeito, no sentido em que distinguimos três? – pergunta Amanda.

– Exatamente. A conclusão é clara: a instância do Sujeito que julga contra a medida e o número não poderia ser aquela que julga segundo a medida e o número. A primeira organiza aquilo que, do Sujeito, é animal ou insignificante. A segunda a que supera essas limitações.

Amanda:

– Quer nos fazer acreditar que os poetas são animais?

– É você quem está dizendo! Em todo caso, demonstrei que a pintura, bem como todas as artes regidas pela mimese, cria suas obras longe da Verdade e até mesmo de qualquer incorporação do indivíduo ao processo de uma verdade singular. Essas pretensas práticas artísticas não têm relação, de convivência ou amizade corrompida, senão com aquilo que, do indivíduo, permanece totalmente exterior à exatidão e à coerência. Vacuidade acoplada ao vazio, a mimética só engendra vacuidade duas vezes esvaziada.

– Que violência! – corta Amanda. – De toda forma, você continua a botar a carroça na frente dos bois, já lhe disse isso, considerando implícita a identidade entre poesia e pintura. Aliás, agrava o seu caso, restringindo-se a essa pintura puramente imitativa que teríamos muita dificuldade de distinguir da fotografia, e da pior fotografia. Você declarou pomposamente “demonstrei que...”, mas permita-me dizer que não demonstrou absolutamente nada!

– Decididamente – comenta Sócrates –, podemos contratar as mulheres para defender os poetas. Elas ganharão o processo!

– Além disso, não seja misógino! Não consegue abandonar o paradigma da pintura e nos descrever essa instância do Sujeito com a qual, segundo você, a poesia tem afinidades? Então veríamos se os efeitos subjetivos do poema não são, para repetir sua expressão, senão “vacuidade duas vezes esvaziada” ou se têm real valor.

– Está me desafiando! – admira Sócrates. – Tudo bem. Tentemos proceder de outra forma. Vejamos... A poesia mimética imita as práticas próprias da espécie humana sob suas duas formas principais: a ação forçada e a ação voluntária. Em ambos os casos, a poesia representa a maneira como, engajados nessas ações, os indivíduos, conforme sua consciência esteja feliz ou infeliz, as vivem na depressão sofredora ou na exaltação jubilosa. Concorda, querida Amanda?

– Com efeito, inúmeros poemas concentram-se nos afetos de tristeza e alegria. No entanto, o lirismo não resume a poesia, longe disso.

– Em todo caso, é a parte mais importante para o grande público.

– Seja como for, espero que não fundamente sua demonstração em estatísticas relativas às vendas de poemas nas estações ferroviárias ou na audiência dos poetas na televisão!

– Que horror! Minha questão, na verdade, é a seguinte: considerado numa situação propícia à dominação dos afetos, um indivíduo existe sob o signo do Um ou sob o signo do Dois? Sendo mais claro: ele se encontra num estado de paz interior ou em insurreição contra si mesmo? No nível cognitivo, temos aqueles que embaralham as percepções visuais, as quais, embora simultâneas e incidindo sobre o mesmo objeto, nem por isso são menos contraditórias. Não podemos lhe comparar, no nível prático, aquele a quem alegria e tristeza colocam em situação de insurreição e guerra contra si mesmo?

– Ora – diz Amanda –, já falamos de tudo isso! Lembre-se: era meia-noite, ontem à noite, ou em torno disso, havíamos acertado as contas com Trasímaco, e dissemos que todo Sujeito é vulnerável a milhares de contradições desse gênero.

E Sócrates, batendo na testa:

– Mas é claro! No entanto, temos de acrescentar um ponto que, no cansaço da noite, abandonamos.

– Que ponto? – desconfia Amanda.

– Grosso modo, demonstramos que um indivíduo que associa os golpes do acaso a uma noção ativa da medida – pensemos no pior, na morte de um filho, por exemplo, ou de um amor – suportará esses golpes muito mais facilmente que um fulano qualquer. Agora precisamos examinar se essa disposição advém do fato de ele não sentir nada, sendo realmente apático, ou se a sua força de alma, sendo impossível tal apatia, advém de que ele consegue medir seu desespero.

– É evidentemente a segunda hipótese que é a correta – investe Glauco.

– Mas em que contexto – prossegue Sócrates – determinado indivíduo faz uso desse poder racional que lhe permite resistir ao sofrimento ou, em todo caso, travar um combate encarniçado contra ele? É quando outras pessoas o observam? Ou quando, na solidão, ele vê-se às voltas apenas com sua singularidade?

– É, sobretudo, quando observamos que ele deve manifestar um certo controle de seus afetos. Na solidão, creio que alguém, homem ou mulher, cujo filho foi assassinado, ousará gritar sua dor, rolar pelo chão rasgando suas roupas, chorar durante horas ou permanecer estupidamente imóvel, tudo que ele teria vergonha de fazer em público.

– Sua descrição é cativante, meu caro Glauco, você é um fino psicólogo. Mas precisamos agora ir além da fenomenologia das dores. Num indivíduo, qualquer que seja ele, a resistência subjetiva aos afetos deriva da lei racional imanente, ao passo que é a contingência dos infortúnios que faz com que nos abandonemos à dor.

Amanda então impacienta-se:

– Não consigo ver aonde você quer chegar. Que relação pode haver entre essas considerações e o status da poesia?

– Seja paciente, mocinha! Vou passar do psicológico ao lógico, depois do lógico ao poético.

– Muito bem, dê imediatamente o primeiro pulo!

– O indivíduo de que falamos, aquele, por exemplo, que perdeu o filho preferido, nós o descrevemos como dividido, na mesma circunstância e no mesmo momento, entre duas orientações contraditórias. Estipulemos então que reina nele a necessidade do Dois, ou que ele é intrinsecamente dividido.

– Em dois tocos?

– Quase isso! De um lado, há essa parte dele mesmo que está disposta a obedecer à lei racional, independentemente do que a lei prescreva. Ora, a razão pronuncia que, nas circunstâncias dolorosas da vida, o melhor é manter a calma na medida do possível e não impor aos que o cercam os gritos lancinantes da impotência. Com efeito, trata-se de peripécias nas quais a divisão do bem e do mal – quanto ao destino do Sujeito – nunca fica clara. O futuro, que é longo, raramente é favorável àquele que se exhibe como ferido mortalmente pelo que lhe acontece. Na realidade, nada do que se mantém nos limites da existência individual merece atenção exagerada. Ainda que nos preocupemos apenas com a eficácia, como aquele que dizia: “Pouco importa a cor do gato, contanto que ele apanhe os camundongos”, constatamos que aquele que nos serviria mais prestamente é obstado pela tristeza.

– Então, nesse caso – diz Glauco –, não vejo nem por que nem como.

– Suponhamos que você esteja jogando dados, com uma aposta considerável. Por cinco vezes seguidas você tira números de chorar, três, quatro e até mesmo um dois. Você vê passar no olhar do seu adversário o brilho da alegria maligna. Você se entregará à fúria depressiva e jogará os dados na cara dele? Ou vai ruminar intimamente que um lance de dados jamais abolirá o acaso, e conservar, por via de consequência, uma

impassibilidade de aço? Convém reagir aos golpes do destino segundo uma prescrição racional. É infantil não saber senão coçar suas feridas e sua corcunda, choramingando. A regra é antes apoiar-se no Sujeito que ele pode vir a ser para acostumá-lo, a esse indivíduo patético que somos o mais das vezes, a curar e levantar o mais rápido possível o que caiu ou está doente. A decisão verdadeira sempre abolirá a queixa.

– Sua eloquência – admira Amanda – ressuscitaria de qualquer doente sua parte incorruptível. Mas você não estaria refutando os poemas escrevendo um?

– Então mais uma vez me protegerei de sua ironia no espesso *blockhaus* da lógica. Responda-me ponto por ponto. Não vigora em nós a instância subjetiva mais elevada, o Pensamento, que deseja conformar-se ao princípio racional?

– Em todo caso, é sua visão das coisas.

– E a instância que desperta no indivíduo lembranças dolorosas e para a qual lastimar-se é um gozo do qual ele nunca se cansa, o que acha disso?

– Não é difícil imaginar que você vai declará-la irracional, estéril e talvez mesmo, se estiver em forma, vizinha da covardia.

– Tirou as palavras da minha boca! Mas então vemos que é a instância subjetiva suscetível, irritadiça, irascível, instável – a que chamei de Afeto –, que se expõe a imitações tão numerosas quanto variáveis. Em contrapartida, não é fácil imitar a instância ponderada e calma, essa guardiã da continuidade pessoal. Supondo mesmo que se tente imitá-la, tampouco será fácil para a massa compósita de indivíduos reunidos pelas festividades teatrais identificar-se com essa instância. Compreendemos assim por que o poeta mimético não tem nenhuma afinidade com a instância racional do Sujeito e por que sua competência não consegue satisfazer essa instância: como ele visa o grande público, é da instância subjetiva irascível, irritadiça, instável e suscetível que ele é cúmplice, pois é ela a mais facilmente imitada. Concorda, querida Amanda?

– Você tinha anunciado uma rede cerrada de questões, mas, assim como criticou Trasímaco ontem à noite, na realidade você despejou na minha cabeça o enorme balde do seu discurso. Estou entupida de significantes reluzentes! Como não ser repetitiva? Vá em frente, Sócrates, vá em frente!

– E vou mesmo! Proclamo que meu argumento é imbatível, que é justiça de nossa parte atacar os poetas na medida em que não passam de imitadores

e que é legítimo alojá-los na mesma rubrica que os pintores. Eles se lhes assemelham na medida em que suas obras têm pouca importância no que diz respeito à Verdade. Podemos também sustentar essa comparação, de que é à parte heteronômica do Sujeito que elas se reportam e não àquela que o governa na direção da universalidade da Verdade. Assim, é com toda a justiça que proibimos a esse gênero de poetas o acesso a nossa comunidade regida pelas prescrições comunistas. Pois eles acionam a parte puramente empírica do Sujeito, alimentando-a com configurações imaginárias, restituindo-lhe forças e enfraquecendo na mesma medida a parte racional, a única propensa à dialética das verdades. É exatamente o que acontece quando se entrega um país aos reacionários mais cascudos, permitindo que eles se fortaleçam sem fazer nada, enquanto se fecham os olhos para as perseguições de que são vítimas os adeptos da verdadeira política, a política igualitária, a política de emancipação. Da poesia subordinada à mimese, convém dizer que ela implanta, no indivíduo que deve participar do devir de um Sujeito, uma detestável orientação do pensamento. Essa poesia, com efeito, homenageia o impensável e o impensado, regala-se com o equívoco, a indiscernibilidade entre grandeza e abjeção, entoando suas cantilenas a propósito do mesmo objeto, ora do lado da exacerbação épica, ora do lado da depreciação melancólica. O poeta cria assim, a uma distância da Verdade que podemos considerar infinita, apenas disposições imaginárias.

– Muito bem! – vibra Amanda. – Está aí uma retórica antirretórica de primeira linha!

– E ainda não viu nada! Abordei apenas a arraia-miúda dos crimes da poesia. Há muito pior.

– Meu Deus! – exclama Glauco, seduzido. – O que pode ser pior do que ser comparado a um pichador de muros que é ao mesmo tempo um execrável reacionário?

– O pior é a capacidade que a poesia tem de fazer estragos no espírito das pessoas mais decentes. Muito poucas escapam dela, e sem dúvida nem eu nem você.

– Nem mesmo você? Mal posso acreditar.

– Faça pessoalmente a experiência com os melhores de nós. Quando ouvimos Homero, ou um grande poeta trágico, imitar um de nossos heróis favoritos no auge da dor – ele declama um longo relato entretecido de lamentações, canta desgrenhando-se os cabelos e batendo no peito com suas

manzorras, como um mandarim bate num gongo – você sabe perfeitamente que nessa ocasião nos identificamos com esse personagem agonizado. É com a maior seriedade que fazemos o elogio do poeta cujo talento nos deixou em tal estado.

– Confesso que é o que me acontece quando ouço Eurípides.

– Comigo, é com Ésquilo. Coisa de geração... Seja como for, também deve ter notado que, quando somos nós, em nossa vida privada, que nos desesperamos com um luto terrível, não fazemos em absoluto como o herói mencionado. Inclusive nos gabamos do oposto: dor centrada numa espécie de calma lenta, coragem circunspecta, nenhuma demonstração patética. Estamos convencidos de que essa medida, que acalma os outros, convém a um Sujeito, ao passo que a choradeira, mesmo trágica, não passa de uma desorganização individual infligida a todos aqueles que são testemunhas disso.

– Quando meu pai Ariston morreu, pensei exatamente no que suas palavras descrevem. E, no entanto, eu sentia uma tremenda vontade de chorar!

– Eu mesmo, quando minha querida mulher Xantipa teve câncer, esquecendo nossos terríveis bate-bocas e o fato de ela às vezes me esperar com a vassoura na mão, não pude conter nem os gritos nem as lágrimas... Mas voltemos ao argumento. Eis um homem – aquele que faz surgir o poeta – com o qual julgaríamos inaceitável e vergonhoso assemelhar-nos no cotidiano. Acha normal que, vendo-os no palco, ou apenas sob o encanto da poesia que imita sua dor, não apenas não sentíamos nenhum sentimento negativo, como nos deleitávamos e aplaudíamos entusiasticamente?

– É, com efeito, bastante estranho.

– Vamos ao fundo do problema. Consideremos primeiramente essa pulsão que, na provação dos infortúnios familiares, tentávamos ainda há pouco reprimir, a que exige seu lote de lágrimas, suspiros e lamentações, porque sua essência é desejá-los. Consideremos depois que é precisamente porque desencadeiam essa pulsão, o Afeto, e organizam sua satisfação, que os poetas nos proporcionam prazer. Consideremos, por fim, que a pulsão oposta, o Pensamento, a melhor parte de nós mesmos, privada de uma educação que deveria combinar saber e disciplina, tem muita dificuldade para conter a pulsão chorosa a partir do momento em que esta se alimenta no espetáculo teatral dos infortúnios do outro. Com efeito, todo mundo

imagina que, na medida em que se trata de um espetáculo, não há nada de vergonhoso em lastimar e elogiar o indivíduo que, embora se pretenda homem de bem, reclama e chora a qualquer pretexto, e que podemos extrair da expressão pública de sua dor um prazer do qual não há por que privar-se, rejeitando todo o poema. Pouquíssimas pessoas conseguem estabelecer essa lei rigorosa das pulsões: os motivos de gozo circulam para nós mesmos indistintamente dos outros. Quem alimenta e intensifica, no espetáculo do outro, os motivos de piedade terá grande dificuldade para conter suas próprias pulsões ao patético.

– Não estou conseguindo acompanhá-lo – diz Glauco, impressionado.

Satisfeito com essa aprovação, Sócrates continua sua investida.

– Não podemos dizer do que é risível a mesma coisa daquilo que é patético? Numa peça cômica, ou mesmo em privado, escutamos frequentemente piadas grosseiras e estúpidas, e o que acontece? Rimos desbragadamente sem qualquer remorso, ao passo que teríamos vergonha de proferir aquele mesmo tipo de idiotices. Estamos então na mesma posição que o espectador de um melodrama sinistro. Tal como a identificação com os grossos barbantes da piedade, o desejo de fazer rir a todo custo, que, auxiliados pela seriedade da razão, reprimimos em nós mesmos, com medo de ser tomados por um palhaço, basta alguém entregar-se a ele para o seguirmos! Dessa forma, pouco a pouco perdemos nossas defesas e acabamos, sem sequer nos dar conta, por nos tornar, até na intimidade, puros e simples farsistas.

– O paralelo entre comédia e tragédia de fato impressiona – comenta Glauco, ainda atordoado.

A verve de Sócrates parece inesgotável:

– Podemos estender a observação a todos os afetos de um indivíduo em vias de incorporação a um Sujeito, na ordem do desejo, do penoso ou do agradável – por exemplo, os gozos do amor ou da raiva política –, afetos a respeito dos quais afirmamos ser inseparáveis de nossas ações: a imitação que produz sua poesia os faz prosperar, ela irriga o que seria preciso secar, coloca no posto de comando, em nós mesmos, o que deveria obedecer. Mediante o quê, o poema, cômico ou trágico, contradiz nosso anseio racional mais caro; tornarmo-nos melhores e, justamente por isso, mais felizes, em vez de piores e mais infelizes.

– Penso que o veredito está dado – diz Glauco.

Sócrates então percebe que pode concluir com uma frase majestosa. Inspira fundo e começa:

– Assim, caros amigos, quando se depararem com admiradores de Homero sustentando que esse poeta foi o educador da Grécia e que, em matéria de administração dos assuntos humanos e educacionais, é ele quem devemos escolher e com ele aprender, a fim de viver dando sentido a partir de seus poemas a todo o dispositivo da existência, convém de um lado acolher com alegria esses apaixonados pela poesia, beijá-los, considerá-los pessoas tão respeitáveis quanto é possível ser, e concordar com eles que Homero é o poeta supremo, o criador da poesia trágica, mas, por outro lado, persistir em nossa convicção, cuja parte afirmativa é que os poemas diretamente adequados à nossa quinta política são hinos dedicados a nossas ideias e elogios daqueles que as encarnam, e cuja parte negativa é que, se colocarmos no mesmo nível a musa puramente amável, melodiosa ou épica, prazer e dor se assenhorearão da massa em lugar da disciplina coletiva e do princípio que, em comum e segundo a comunidade, declararemos sem hesitar ser universalmente o melhor.

Sócrates toma fôlego. Do lado de fora, o Sol quase desapareceu sobre o mar e a sombra das colinas risca as lajes, pintura abstrata que não imita mais nada senão a si mesma. Mas eis que Amanda se agita e dardeja seu belo olhar opaco na direção Sócrates:

– Permite-me, caro mestre, dizer um disparate?

– Não seria essa sua função rotineira, jovem senhorita indomável? – responde Sócrates, mais cansado do que realmente amistoso.

– É que você não me convenceu nem quanto ao poema nem quanto ao teatro. Seu alvo – uma arte que supomos ligada à reprodução dos objetos exteriores e das emoções primitivas – é muito estreito, ao passo que você age como se ele representasse praticamente todo o domínio. Nem Píndaro, nem Mallarmé, nem Ésquilo, nem Schiller, nem Safo, nem Emily Dickinson, nem Sófocles, nem Pirandello, nem Esopo, nem Federico García Lorca cabem no seu esquema.

Sócrates cala-se, tenso. Glauco arregala os olhos. Amanda, subitamente hesitante, continua mesmo assim:

– Parece-me... Eu diria que parte de sua argumentação é uma espécie de autodefesa. Como se você quisesse se desculpar, talvez em primeiro lugar

junto a si mesmo, por ter expulsado os poetas e sua arte de nossa comunidade política.

Sócrates, por sua vez, hesita um bom momento, depois compreende que não pode desistir:

– Isso não é completamente inverídico. A essa sentença, contudo, o pensamento puro nos impelia. Mas para que não me acuse de incultura e de populismo caipira, eu gostaria de lembrar que não fui eu que comecei. Muito antiga é a celeuma entre poesia e filosofia. Como prova disso, apresento velhas descrições poéticas da filosofia e do filósofo:

- Filosofia: um cão late para o seu próprio dono.
- Grande em sutilezas dignas dos piores loucos.
- Sábios mancomunados que julgam vencer o Deus.
- Livre-se de tuas ideias, uma vez que elas são uma imundície.

E milhares de outras que atestam, do lado dos poetas, essa velha contradição.

– Mas – obstina-se Amanda – por que repetir os velhos erros? Por que não instaurar uma nova paz entre filosofia e poesia?

– Escute, estou disposto a declarar que, se a poesia mimética subordinada ao prazer tiver algum argumento a apresentar quanto ao lugar que ela merece numa comunidade política comunista, ficaremos felizes de lhe oferecer tal lugar. Pois temos perfeita consciência de que essa poesia não cessou de nos seduzir. Por outro lado, não nos é permitido trair o que para nós é a evidência da Verdade.

– Muito bem – sorri Amanda –, recrute meu querido irmão para essa empreitada.

– De bom grado! – diz Sócrates, novamente alegre.

E, voltando-se para Glauco:

– Meu caro amigo, não se sentiria seduzido, a despeito de tudo, pela poesia épica, em especial quando é Homero que você vê explorando seus sortilégios?

– Infelizmente, sim – confessa pateticamente Glauco.

– Não é justo, nessas condições, admiti-la dentro de nós caso ela se justifique por um canto soberbo? Vou mais longe. Aceitemos que seus

defensores, que, como nós, não são poetas, mas apenas apaixonados por poemas, tomem sua defesa e tentem nos demonstrar que ela é não apenas agradável, como útil à política comunista e à vida das pessoas comuns. Sejam benevolentes com eles: que lucro para nós se eles estabelecerem que ela é ao mesmo tempo prazerosa e segura!

– Qual então o destino de sua implacável demonstração? – pergunta Glauco, desconcertado pelo que interpreta como uma guinada de 180 graus.

– É – diz Amanda – que Sócrates não crê um segundo que os discursos de defesa dos advogados do poema possam resultar em sua absolvição.

– Ah – diz Sócrates com ardor –, como eu gostaria que pudessem! Contudo, se forem incapazes disso, faremos como esses amantes apaixonados que percebem que a paixão prejudica-os gravemente: eles abrem mão dela, separam-se, dilacerados. É como uma violência atroz, mas eles a encaram. E nós também, condicionados como somos pela educação que nos prodigalizam nossas belas pólis, cultivamos um grande amor pela poesia épica, lírica ou trágica. Seria um regozijo para nós se ela se manifestasse como excelente, como a mais-que-verdadeira. Porém, enquanto ela não estiver em condições de se justificar, nós a escutaremos repetindo-nos como um talismã as “demonstrações implacáveis” citadas por Glauco. Pois nos recusamos a cair nesse amor infantil que é o da maioria das pessoas. Percebemos claramente ser desaconselhável apegar-se seriamente a esse gênero de poesia como se ela participasse do processo de uma verdade. Convém, antes, quando a escutamos ou lemos, desconfiar de seu encanto, como quem expõe sua íntima solidez subjetiva ao maior perigo. E o melhor a fazer é uma lei com tudo que dissemos a respeito da poesia.

– Suas concessões não são muito generosas – observa Amanda, decepcionada.

– É um grande combate, meus caros jovens amigos, sim, um grande combate, bem maior do que imaginam e do que aquele do qual todo Sujeito é o centro: o Bem ou o Mal, a criação de uma verdade ou o triunfo do conservadorismo. Nesse combate, devemos desconfiar da glória, das riquezas e do poder, que nos levam a negligenciar a rainha das qualidades subjetivas: a justiça. Contudo, infelizmente, devemos desconfiar da poesia também.

– Amém – dispara Amanda.

Mas Sócrates finge – e fingirá – que não ouviu nada.

EPÍLOGO: ETERNIDADE MÓVEL DOS SUJEITOS (6o8b-fim)

DO OUTRO LADO DA COLUNATA, o céu, recortado como um quadrado, estava claro. Naquele início de noite, o calor parecia viscoso. De vestido preto, leve, empertigada na cadeira, de olhos fechados, Amanda era uma Pítia de salão. Glauco estava deitado sobre um tapete, mãos atrás da cabeça. Sócrates, esgotado, ia e vinha. Trasímaco desaparecera, como num passe de mágica.

Foi Amanda que reatou a conversa:

– Há recompensas, uma espécie de prêmio de excelência, para os indivíduos que, incorporando-se ao devir de uma verdade, tornam-se Sujeitos?

E Glauco, sem se mexer um milímetro de sua confortável posição horizontal:

– Considerando a dificuldade desse gênero de conversão, teriam de ser prêmios fabulosos!

Sócrates, de mau humor, responde:

– Com que tesouros pretende adornar uma existência limitada no tempo que separa a infância da velhice? Do ponto de vista da eternidade – se é que ela existe –, esse intervalo é ridiculamente breve.

– O que lhe inspira tal desproporção? – murmura Amanda, impassível.

– Pois bem, acha que um Imortal é capaz e levar a sério assuntos temporais desse gênero sem preocupar-se com a eternidade?

– Seria estranho. Mas aonde quer chegar?

– A isto, que você muito bem notou: o Sujeito que um indivíduo pode vir a ser é imortal, imperecível.

– E essa agora! – exclama Glauco, estupefato. – E eu que não notei nada! Seria capaz de demonstrar que o Sujeito não morre?

– Você mesmo pode fazer isso, é muito fácil.

– Não vejo nem por que ponta começar. Mas se nos explicar essa demonstração “facílisma”, farei uma tentativa de acompanhá-lo.

– Abra bem suas descomunais orelhas, Glauco. Partimos da evidência de que há o bem e o mal no sentido mais trivial. O mal é tudo que tem potência de morte e destruição; o bem, tudo que tem a potência de reconforto e salvação. Um mal determinado está ligado a coisas singulares. Por exemplo, o mal específico dos olhos chama-se “oftalmia”, do corpo inteiro, “doença”, do trigo, “nigelo”, da madeira, “apodrecimento”, do ferro, “ferrugem”, e assim por diante. A bem da verdade, é a quase todas as singularidades que corresponde um mal imanente que lhes é próprio, uma espécie de doença inata. É esse mal imanente específico de cada singularidade, esse vício de estrutura, que provoca sua destruição. Se, em contrapartida, esse mal não pode destruí-la, nada o poderá. Com efeito, basta lembrar nossa definição do bem e do mal para ver que nem o neutro de uma coisa – o que não é nem seu bem nem seu mal – nem *a fortiori* seu bem podem provocar a morte dessa coisa. Se, portanto, constatarmos que um tipo de ser real é dotado de um mal que decerto o aflige e corrompe, mas sem jamais provocar seu completo fim enquanto singularidade – sua dissolução na indiferença do ser –, saberemos então que um ser assim constituído não pode morrer.

– O sistema formal do argumento – diz Glauco – torna-o inexpugnável. Resta provar que tal ser existe.

– Você verá – diz Amanda, já rouca – que é justamente o Sujeito. Com o nosso Sócrates, tudo é possível.

Sócrates:

– Falávamos do Sujeito, foi você mesmo quem levantou a questão de seu devir. Não é então natural que um argumento adeque-se ao resultado que ele visa? Mocinha, siga-me passo a passo.

– Em posição de sentido, mestre!

– Existem ou não disposições imanentes que ameaçam a integridade do Sujeito?

– Evidentemente! Há a raiva cega, a covardia, a ignorância...

– Podemos dizer que um desses estados do Sujeito provoca sua desintegração ou sua cessação? Cuidado! Não caiamos no erro fatal de acreditar, a pretexto de que a injustiça é o mal imanente próprio ao Sujeito, que um indivíduo injusto e privado de razão, pego em flagrante, morre de uma injustiça!

– E por que não? – insinua Amanda.

– Isso seria confundir “indivíduo” e “Sujeito”. Retomemos do início. A doença, que consiste na revelação dos vícios de estrutura do corpo, o esgota e corrói, levando-o a não ser mais sequer um corpo no sentido pleno do termo. Da mesma forma, todas as singularidades objetivas de que falávamos agorinha, sob o efeito do mal que lhes é imanente – esse mal que, instalado nelas como se elas fossem sua morada natural, corrompe-as de ponta a ponta – encaminham-se para o não-ser. Examinemos sob o mesmo ângulo a questão do Sujeito. Deveríamos concluir que a injustiça, que é seu mal imanente, instalada nele como se fosse sua morada natural, corrompe e despotencializa esse famigerado Sujeito, de modo que, dissociando-o do corpo que é seu suporte material, obrigue-o a morrer?

– Parece-me – responde Amanda – que isso seria confundir o indivíduo incorporado ao Sujeito do qual procede uma verdade e o próprio Sujeito. Você fala de “singularidades objetivas”, mas um Sujeito não é exatamente um objeto.

– Acertou na mosca, sutil Amanda! A propósito, seria completamente irracional sustentar que uma coisa é destruída pelo mal específico de outra, ao passo que o seu próprio não a vitima. Desnecessário, nesse ponto, entrar em pormenores. Por exemplo, não diremos que o mal próprio dos alimentos enquanto alimentos – tenham sido pescados há semanas ou ficado por muito tempo num frigorífico com defeito, ou ainda apodrecendo ao sol, entre outras histórias asquerosas – pode ser a causa direta da morte do corpo. Diremos antes que os graves defeitos desses alimentos podem induzir no corpo uma ativação de seu mal próprio, que é a doença, e que apenas esse mal imanente provoca a morte. É apenas indiretamente, pela mediação da doença, que a deterioração dos alimentos está implicada no desaparecimento de um corpo vivo. Nunca sustentaremos que o corpo, cuja singularidade difere completamente da singularidade dos alimentos, pereceu por ver-se infligido de seu mal específico, apenas diremos que esse mal estranho desencadeou no corpo a ação do mal que, de maneira originária, é o seu próprio.

– Entendi, caro mestre! Não precisa repetir! E o Sujeito, então?

– Chego lá! Simples consequência. Onde já se viu que o mal próprio do corpo – a doença – tenha o poder de induzir, num Sujeito, seu mal característico – a injustiça? Será que, por estarmos com rubéola, estupramos a vizinha? Ou, porque estamos agonizando de febre amarela, assassinamos

a sogra? Sem a ação do mal próprio, o Sujeito tampouco pode perecer de um mal que lhe seja estranho. Do fato de uma singularidade ser diferente da outra, resulta que nenhuma delas, na medida em que é diferente, pode morrer do mal próprio de outra.

– Parece um teorema de metafísica – comenta Amanda.

– E é! Ou nos provam que ele é falso, ou – pelo menos enquanto ninguém houver chegado a uma prova desse gênero – riremos de qualquer um que afirme que a rubéola ou a febre amarela podem provocar a destruição do Sujeito. Cortar a garganta de alguém e retalhar seu cadáver em finas fatias de carne tampouco levará a destruir um Sujeito ao qual esse alguém se incorporou. Para imaginar que doenças e assassinatos têm esse efeito, teríamos primeiro de demonstrar que essas modificações acidentais do corpo individuado expõem o Sujeito à injustiça e à profanação. Pois sabemos, repito, que quando o mal específico de uma singularidade introduz-se numa singularidade ontológica diferente, se o mal que é próprio a esta última não agir, ela não será destruída, quer se trate de uma singularidade subjetiva, objetiva, ou ambas.

– Ora – exclama Glauco –, é inimaginável conseguirmos provar que um sujeito moribundo se torna mais injusto tão-somente por morrer!

– Isso não é tão simples, caro Glauco. Imagine um adversário convicto da tese da imortalidade do Sujeito. Para não se ver obrigado a confessar que está errado, ele precisa driblar nossa demonstração. Portanto, irá sustentar, contra você que, sim, o moribundo torna-se de fato pior do que era, que a injustiça o corrói. Será então necessário adverti-lo de que, se ele tem razão, é porque a injustiça é mortal para o injusto, assim como a febre amarela pode ser para o corpo, e que é sob a influência da injustiça, assassina pela própria natureza, que sucumbem aqueles por ela infeccionados. De modo que os injustos morrem mais cedo, e os justos, mais tarde.

– Mas – objeta Glauco – é exatamente o contrário que salta aos olhos! Em primeiro lugar, se injustos morrem mais cedo, é, como vemos todos os dias, porque seus crimes foram punidos com a justiça. Depois, se é mortal para o injusto, a injustiça não se afigura mais um temível flagelo. Ela seria mais uma espécie de libertação. A evidência do contrário, infelizmente, se impõe: a injustiça organiza, em todos os lugares onde consegue isso, o massacre dos justos, ao passo que o injusto prospera numa insolente vitalidade, acrescentando a essa vitalidade uma espécie de atenção lúcida e

onipresente. Ah, essa maldita injustiça está muito longe de ser mortal para o indivíduo que a abriga em si mesmo!

– Não poderia ter se expressado melhor! – aplaude Sócrates. – Com efeito, se o seu vício de estrutura e seu mal próprio não podem matar e destruir o Sujeito, muito mais difícil é imaginar que um mal pautado por outra coisa possa consegui-lo.

– É exatamente o que eu dizia – declara Glauco.

– Podemos então concluir. Se uma singularidade não se deixa destruir pela ação de nenhum mal, seja o seu próprio ou o de outra singularidade, nós afirmamos evidentemente sua necessária e contínua subsistência. Mas se ela não pode cessar de ser, então ela é imortal.

– Essa é forte demais! – limita-se a dizer Amanda.

– Acrescentemos – prossegue Sócrates, lisonjeado – que, com isso, o número dos Sujeitos reais não pode ser fixado com antecedência, nem sequer determinado, em qualquer sentido que tomemos essa determinação. A única coisa que sabemos com certeza é que esse número não pode diminuir, uma vez que nada jamais pode abolir um Sujeito. Ele pode evidentemente aumentar, uma vez que um Sujeito surge no mundo como aquilo a que indivíduos podem incorporar-se. Ora, sabemos que o cego elã vital renova sem trégua o estoque dos indivíduos sem se preocupar com seu número. Todavia, esse aumento não é em absoluto necessário. Digamos que, uma vez que o Sujeito imortal compõe-se de multiplicidades mortais das quais ele é a fórmula algébrica ou a Ideia, basta a potência da vida para nos garantir que a esse Sujeito nada de existente pode vir a faltar.

– Mas – aponta Amanda –, ainda que nada de existente venha a lhe faltar, nada prova que ele deve existir, ele, o Sujeito, enquanto número ou Ideia de tudo que nele existe.

– Você expressa a coisa exatamente como ela é: o Sujeito é eterno, mas sua aparição é contingente. Daí que, para saber o que é um Sujeito, não basta contemplá-lo do ponto de vista de sua composição material. É preciso apreendê-lo em Verdade, na pureza de sua fórmula. E, para isso, cumpre acessar o Sujeito mediante um uso suficiente da potência racional. Então descobriremos sua verdadeira beleza e saberemos traçar uma verdadeira linha de demarcação entre justiça e injustiça.

Sócrates toma fôlego. Glauco pensa em intervir, mas o mestre não lhe dá chance:

– Muitas vezes a verdade de um Sujeito lembra a homonímia de nosso querido Glauco aqui presente, Glauco, o marujo, pequeno deus dos mares quentes que o incomparável Ovídio, cantor nascido de nossos rivais romanos, fez assim falar após sua metamorfose:

E voltando a mim diferente de mim mesmo
Alma nova encravada num corpo novo
Velho barbudo enferrujado mergulhado em água verde
Cabeludo que a maré arrasta, penteia e ama,
Ampliado, azul-escuro e com as pernas tão tortas
Que dizem transformadas em rabo de peixe.

Quando se via esse Glauco, não era fácil reconhecer sua natureza originária. As antigas partes de seu corpo estavam fragmentadas, desgastadas, devastadas pela ação incessante das águas. E partes novas haviam se aglutinado à sua velha aparência, feita de conchas, algas e seixos, de maneira que ele assemelhava-se mais a um monstro marinho do que a sua própria e incorruptível natureza. O Sujeito nos aparece da mesma maneira, dissimulado por incontáveis avatares. Mas sabemos o que ver nele. Sabemos.

Sócrates faz então um longo silêncio. Do lado de fora, o sol se pôs, a noite já se mistura ao mar. No fim, Glauco não se contém:

– E então? O que devemos apreender no Sujeito?

– A Verdade. A filosofia. Devemos pensar o que o processo subjetivo assimila, com que singularidades se combina. Devemos pensar o Sujeito segundo sua afinidade com seu Outro imanente, o que é imortal e destinado para sempre a todos. Devemos acompanhar seu impulso, vê-lo como se, reiteradamente, arrancando-se por esse mesmo impulso das águas que hoje o engolem pela metade, sacudindo sua casca de conchas e seixos, ele se desvencilhasse das selvagens multiplicidades da terra pedregosa que inelutavelmente o cobre, ele que encontra o alimento de sua criação eterna no lodo dos mundos onde ele se transforma. Assim desnudado, exhibe sua verdadeira natureza, que é igualmente natureza da Verdade.

A emoção está no auge. Ei-los, nossos três heróis, no umbral da noite como se no da verdadeira vida. Sócrates, esgotado, bebe diretamente na

ânfora grandes goles de água fresca. Quando recomeça, é como se uma nova coragem o animasse, por sua vez haurida numa nova lassidão.

– Isso basta por enquanto. Cumprimos nossa tarefa, recorrendo a meios exclusivamente racionais. Para defender a justiça, jamais evocamos, ao contrário do que Homero e Hesíodo fazem constantemente, as recompensas ou a reputação que ela gera na opinião. Com isso, fizemos uma descoberta fundamental: é a justiça em si que é a singularidade de um Sujeito, e é por ela que o Sujeito deve pautar sua ação, possua ou não esse anel de Giges, cuja fábula Glauco nos contou ontem à noite, ou mesmo o capacete de Hades, a respeito do qual Homero nos diz, no canto 5 da *Ilíada*, que também proporciona a invisibilidade.

– Então não precisamos falar de todas essas histórias de recompensa e punição – conclui Glauco – visivelmente aliviado.

– E por que não? – diz Sócrates, com um sorriso no canto da boca. – Já que somos inatacáveis do lado do desinteresse, por que não devolver à nossa querida justiça, bem como às outras virtudes, tudo que lhe cabe?

– Devolver – observa Amanda – significa que se emprestou. Mas o que tomou emprestado aquilo que é devolvido à vida do justo?

– Homens durante a vida, Outros após a morte – retruca Sócrates, subitamente um pouco melancólico.

– Você então supõe uma doutrina universal do juízo, a qual ontem à noite contestou com veemência. Você falou que o justo podia parecer injusto aos outros homens, e o injusto, justo, de modo que era apenas ao olhar do próprio Sujeito que se verificava sua natureza autêntica. Esqueceu, por acaso?

– É você, minha querida – sussurra Sócrates – que tem a memória curta. Não supusemos essa contradição entre ser e aparência senão em função das necessidades da argumentação racional pura. Na verdade, queríamos estabelecer a diferença entre a justiça em si e a injustiça em si, sem interferência do que lhes é exterior. Porém, ao fim de nosso percurso, é hora de afirmar: a partir do momento em que se trata de justiça, a verdade não se dissimula nem aos homens nem aos deuses.

– Uau! – exclama Amanda. – Belo rasgo teatral!

– Pode ser – diz Sócrates, subitamente tão modesto quanto se mostrava seguro. – Permita-me, nessas condições apresentar-lhes uma súplica em nome da própria justiça. Sustentemos todos os três, unidos como os dedos

da mão, a opinião que disso fazem homens e deuses e que é, repito, justiça recompensada pela justiça. Façamos de maneira que ela ganhe subitamente o prêmio que lhe vale aparecer e que merecem aqueles que carregam seu brilho secreto. Que fique claro para nós três que é de seu próprio ser que procede o que é restituído à justiça e que ela só pode levar à perdição aqueles que a praticam tal como ela é.

– É muito o que nos pede – insiste Amanda.

– Aquele que persuade termina sempre por pedir. Comece então por me conceder que, pelo menos ao Outro, não pode escapar a exata natureza do justo e do injusto.

– Não poderia ser apenas o grande Outro, mas o pequeno também! – brinca Amanda.

– Se essa diferença não lhe pode escapar, guiado por seu amor por um e sua aversão pelo outro, ele lhes concederá, na medida em que estiver ao alcance de seu poder, a recompensa que convém. O obstáculo será apenas que a ordem do mundo imposta por uma política nefasta, e não por nossa política comunista, deformará sua ação. Se, ao contrário, supomos que a vida dos homens é regida pela visão racional que há tantas horas tentamos desenvolver, então nada se opõe a que a potência do Outro conceda ao justo a plenitude do que lhe é devido. Se um Sujeito composto segundo a justiça tropeça na miséria, na doença, na perseguição ou na calúnia, temos apenas duas possibilidades. Primeiro caso: o mundo conhece a paz comunista. Então essas provações são meramente transitórias; elas participam da construção dialética do Sujeito e ainda em vida este alcançará o bem-estar, a Grande Saúde e a liberdade criadora, assim como será reconhecido por seus contemporâneos por seu justo valor. Segundo caso: o mundo é devastado por uma das quatro políticas funestas, timocracia, oligarquia, democracia ou tirania. É exclusivamente a elas que devemos atribuir os sofrimentos do justo. O Outro zelará então para que ele seja recompensado depois de sua vida empírica, e isso na exata medida em que ele houver resistido em circunstâncias desastrosas. Com efeito, o Outro não pode abandonar aquele cujo desejo ardente é tornar-se justo; não pode desprezar aquele para quem a virtude atuante é o único meio de se tornar o Outro que ele é na medida em que o animal humano disso é capaz.

– Não vemos o Outro abandonar aquele cujo desejo é ser igual ao Outro – observa Amanda.

– Em todo caso, eis o prêmio que o Outro outorga ao justo. Mas o que fazem os simples mortais? No fundo não é a mesma coisa, se devemos nos ater à experiência comum do que é? As pessoas ardilosas e injustas assemelham-se a corredores que fazem uma bela corrida no início e se afundam na última reta. Arrojam-se a toda velocidade, mas terminam de orelha murcha sob zombarias e desaparecem nos vestiários, desclassificados, ao passo que os verdadeiros corredores que terminam a prova recebem o prêmio e a coroa. Não é a mesma coisa que acontece aos justos? Levando a cabo suas iniciativas, suas relações e sua vida inteira, eles gozam da estima de todos e recebem das mãos dos homens o prêmio da vitória mais importante: a vitória da Ideia, no coração da existência, sobre quem a nega.

– Você está em plena forma! – exclama Amanda, olhos faiscando.

– Agrada-me expor todos os dons magníficos propiciados pela vida simples aos justos, dons que não são nada, a bem da verdade, comparados a essa Verdade cuja justiça ilumina diretamente sua subjetividade. Nada tampouco comparado ao que, para além da morte, lhes cabe.

– Quais são essas recompensas inauditas? – pergunta Glauco.

– Só posso transmitir sua lenda.

– Vá em frente! – diz Amanda, irônica. – Aproveite a oportunidade. Seja poeta à sua revelia, como ordena sua eterna juventude!

– A menos que seja o início da senilidade... Em todo caso, não tenho meios nem vontade de repetir as fábulas infernais e magníficas de Homero, Virgílio, Dante ou Samuel Beckett. Limitar-me-ei ao relato de um sujeito corajoso, um tal de Er, da região da Panfília, um simples soldado morto nas trincheiras de uma guerra estúpida. Dez dias após o canhoneio que matara todo mundo ou quase todo mundo, conseguiram finalmente recolher os cadáveres que já empestevam o campo. Apenas o corpo do nosso panfiliano havia sido, coisa estranha, poupado pela deterioração. Transportaram-no para sua casa para os rituais funerários. Doze dias mais tarde, deitado sobre a fogueira, ei-lo que ressuscita! E imediatamente o ressuscitado, sentado sobre o monte de lenha do qual partiria na fumaça, conta à sua família estupefata o que viu por lá. Eis então sua história, conto-a como se fosse ele.

E Sócrates capricha na história, com seu conhecido dom de imitações cômicas:

– “Tão logo o que em mim é o princípio subjetivo se havia separado, ele se pôs a caminho com uma multidão de outros. Chegamos a um lugar sobrenatural: abriam-se, no solo, próximos um do outro, dois abismos terrestres, e, no alto, bem em frente, duas entradas do céu. À meia distância entre o céu e a terra ficavam os juízes. Pronunciado o veredito, eles fixavam no peito dos justos os considerandos do julgamento e lhes ordenavam que tomassem o caminho da entrada do céu, situada à esquerda. Nos injustos, eles prendiam em suas costas o relato integral de seus delitos e os intimavam a tomar a estrada do abismo terrestre situado à direita. Quando foi a minha vez, os juízes me disseram que eu havia sido escolhido para levar ao mundo dos homens informações sobre o que acontece no além. Recomendaram-me escutar bem, observar atentamente, preparar um relato completo e fiel. Lá eu vi aqueles que haviam sido julgados seja descerem, à direita, no abismo terrestre, seja subirem, à esquerda, rumo à entrada do céu. Do outro abismo terrestre, o da esquerda, subiam à superfície indivíduos exauridos e cobertos de cinzas. Da outra entrada celeste, a da direita, os que desciam estavam lavados e limpos. E todas aquelas pessoas, que chegavam incessantemente, pareciam voltar de uma longa viagem. Instalavam-se alegres, pela imensa planície encantada, como se para participar de uma festa cívica. Os que se conheciam reencontravam-se com júbilo e conversavam demoradamente sobre o que havia sido sua experiência, uns no ventre da terra, os outros na boca do céu. Os primeiros não podiam fazê-lo sem gemer e chorar, de tal forma eram variados e pavorosos os tormentos que haviam padecido ou visto outros padecerem durante sua interminável viagem subterrânea: mil anos de trevas e horror! Os outros, que vinham do céu, ainda estavam deslumbrados com as sensações inefáveis que lá haviam desfrutado e com visões tão sublimes que nenhum relato lhes fazia justiça.

“Após sete dias de conversas fecundas e espera serena sobre a imensa planície, chegou o momento de partir, na aurora do oitavo dia: quatro dias de caminhada por lugares indistintos. ‘Aqui’, me disse um de meus companheiros, um alemão chamado Gurnemanz, ‘o tempo torna-se espaço.’ Não entendi direito. De toda forma, chegamos então a um lugar de onde é visível, através do céu, uma linha reta que ora brilha, ora se contrai no sopro escuro de uma tempestade. Mais um dia e chegamos ao ápice dessa linha, ponto em que luz e energia trocam suas identidades. Uma voz artificial, saída do espaço obscurecido, nos explica que temos sob os olhos o eixo de

uma imagem do Universo que irão projetar no céu. É um filme grandioso, na escala de sua tela celeste! Ele é muito comprido, e poupo-os dos detalhes. No início vemos unicamente – mas ‘ver’ não é a palavra certa – o ponto imperceptível de energia pura cuja explosão cria o espaço-tempo-matéria. A ideia do devir investe o céu e seu rastro é justamente essa linha – matéria luminosa ou vazio dinâmico, é tudo um –, a qual é para nós o remoto sinal do espetáculo. Em seguida, as camadas fluidas do fogo atômico se dilatam, se afastam, e sua coesão nebulosa parece perder-se no advento interno de sua espacialidade. Nós, o público, fazemos então a estranha experiência de um tempo que sabemos imediatamente imenso, cuja imensidão experimentamos intimamente – bilhões de anos! –, embora, na escala do tempo de hoje, represente poucas horas. Muito lentamente desenham-se nesse espaço, que se amplia sob nossos olhos, ovóides, espirais, conglomerados de pontos luminosos que vão aos poucos se dissociando. É, diz o megafone invisível, o nascimento das galáxias. Um rápido mergulho da câmera nessa mixórdia ilimitada de formas – uma espécie de zoom do infinito focado no que se encontra próximo – leva-nos ao colossal conglomerado local da Virgem, depois, nesse conglomerado, para uma espiral, depois, na parte mediana dessa espiral, para uma estrela que, cuspidando de todos os lados os milhões de graus de sua combustão nuclear, não passa no entanto de uma estrela média: o Sol! Ao seu redor a engrenagem dos planetas que nos são expostos na perfeição de suas elipses, de Mercúrio a Plutão, e o desdobramento de todos os satélites que são como se elipses embutidas nas elipses principais. Confesso que, nesse ponto, desligo: muita geometria! Um novo zoom desvenda nossa Terra, onde todos podem ver em relevo, graças a lunetas especiais que nos distribuem, seu país de origem, o grego sua Grécia, o gaulês sua Gália, o russo sua Rússia, o uzbeque seu Uzbequistão, o panamenho seu Panamá, e eu, Er, por Zeus, a discreta Panfília! Que prazer ir assim comodamente do Big Bang inaugural e da expansão do Todo para a minha diletta pátria! Minha região natal, sem nada de glorioso nem de repugnante, termina por me apaziguar após todos esses monstros de luz negra!

“Mas eis que o slide-show gigante, ao qual todos os andarilhos assistiram boquiabertos, termina com um acorde furioso em dó menor. Então nada mais resiste além do eixo energia-matéria, e, não obstante, em modelo reduzido, pois ele está no colo de uma bela mulher impassível que nos dizem ser Nádia Necessidade. O megafone nos apresenta, sem que

possamos decidir se se trata de quimeras digitalizadas imateriais ou de realidade, as três filhas dessa Nádia: Lúcia Liberdade, Dora Destino e Renata Sonhada. De ambos os lados de sua mãe, elas parecem trançar o fio de seda a que se reduziu a epopeia universal. Como nas pinturas pré-rafaelitas, essas damas vestem túnicas brancas e estão coroadas com flores roxas. Trio melancólico, cantam os êxtases temporais: Dora, o passado, Lúcia, o presente, e Renata, o futuro. Um arauto, encarapitado num palanque e empunhando comprida trombeta, faz subitamente soar um som tão feroz que um silêncio de morte chumba todos os viajantes do além. Ele nos ordena que façamos uma fila, enquanto trazem para o palanque duas enormes barricadas, as quais logo percebemos estarem cheias até a boca, uma com paradigmas de existência, a outra com bilhetes numerados. Depois, com uma voz de tenor, o arauto faz o seguinte pronunciamento:

“Declaração de Dora Destino, filha por diferença de Nádia Necessidade:

“Ó vós, cuja incorporação subjetiva foi efêmera, ei-lo no princípio de outra sequência da vida, e logo da morte, pois pertenceis inatamente aos dois. Nenhum anjo da guarda escolherá em seu lugar a vida vindoura, ao contrário, sois vós quem escolhereis vosso anjo. O primeiro chamado pela sorte se apossará da vida à qual o conjugará uma relação necessária. Apenas a virtude permanece uma qualidade livre: cada um deterá uma parte dela mais ou menos grande de acordo com as honras que lhe prestarão. No caso dessa escolha de sua própria vida, só está em causa aquele que escolhe. Todo Outro está fora de causa.’

“Nesse momento, prossegue Er, o arauto joga por cima de nossas cabeças pedaços de papel numerados retirados de uma das barricadas, e cada um pega aquele que passa rente a ele, menos eu, a quem proíbem lhes tocar. Assim, a multidão dos mortos é classificada de um a 400 milhões e alguns quebrados. Em seguida, ele dispõe no chão todos os paradigmas possíveis de vida contidos na segunda barrica. Não são apenas os mortos chamados a escolher, e de todos os tipos. Encontramos modelos variados de tirania, umas duradouras, outras brutalmente interrompidas e terminando na figura de um eLivros miserável mendigando pelas estradas. Encontramos também modelos de vida plasmando homens que se distinguem, uns pela aparência pessoal, a beleza ou o vigor guerreiro, outros pela linhagem, especialmente pela excepcional qualidade de seus ancestrais. Encontramos igualmente vidas perfeitamente comuns sob todos esses aspectos. Nesse ponto não há nenhuma diferença entre o que é oferecido à escolha das mulheres e à

escolha dos homens. Nenhuma ordem subjetiva é na realidade prescrita, pois, inevitavelmente, cada um, escolhendo outra vida, torna-se outro que não ele...”

Sócrates não consegue se impedir, ao chegar a essa frase do relato de Er – que discorre como um ventríloquo, com uma voz mais aguda que a sua e marcada por um forte sotaque panfiliano –, de intervir em seu próprio nome:

– É nesse momento preciso, caros amigos, que um indivíduo fica exposto ao risco supremo. Eis por que cada um de nós, abandonando todos os outros saberes, deve dedicar-se apenas a este: a capacidade científica de discernir, até sob sua aparência discreta, uma vida digna desse nome e de não mais confundi-la com uma vida de aparência ostentosa e de conteúdo real lamentável. O único mestre que vale a pena conhecer é aquele que transmite tal capacidade. Que aprendam junto a ele, por exemplo, o trabalho na direção do bem ou do mal operado pela beleza quando ela se mistura à riqueza, à pobreza ou a outros traços constitutivos de um indivíduo. Ou o que acontece quando se misturam propriedades subjetivas, inatas ou adquiridas, como ser um burguês ou um proletário, um cidadão qualquer ou um chefe, um forte ou um canalha, um ignaro ou um cientista, e assim por diante. Que aprendam sobretudo, a partir dessas análises, a arte de vir a ser um Sujeito. E, por via de consequência, a fazer a escolha de uma vida gloriosa e não uma vida decadente. Pois ter-se-á aprendido não só que uma vida, seja qual for sua aparente obscuridade, é gloriosa a partir do momento em que se orienta pela justiça, como também que orientar-se pela injustiça, por mais brilhante e ilustre o indivíduo, significa engendrar sua própria decadência. Esse é o único critério. Devemos preservar essa convicção em nós mesmos até no além, tão inflexível quanto o que o revolucionário Lênin chamava de “disciplina de ferro” do projeto comunista. Caso contrário, no momento da escolha de nossas novas vidas, nos deixaremos corromper pelo prestígio das riquezas e das outras formas do interesse privado ou familiar. Escolheremos então tiranias, cargos de executivos de grandes empresas, matemáticos de cotações da Bolsa, frasistas midiáticos, mafiosos de terno jaquetão e mansões na praia, políticos escravizados, até mesmo “Lolitas cantoras” para espetáculos sórdidos. Essas escolhas acarretarão males intoleráveis à nossa volta, sobretudo o nosso próprio sofrimento. Bem preparados por um mestre, em contrapartida, teremos o desejo de uma escolha de vida de aspecto comum, uma vida que não seja nem corrompida

pelo prestígio social, nem desolada pelas exigências da simples sobrevivência, uma vida disponível para as aventuras universais de um justo Sujeito. É nisso que reside a possibilidade da felicidade real para cada um.

– É de fato superinteressante – comenta Amanda – essa relação entre o que é “comum” na vida de alguém e a possibilidade de ser apanhado no devir “extraordinário” de uma criação de Verdade e do Sujeito que é seu corpo.

– Sim – diz Glauco –, mas em que ponto estamos quanto ao destino de Er, a testemunha dos mortos?

Sócrates então retoma sua voz panfiliana:

– “No momento em que o arauto havia lançado os números de loteria que condicionavam a ordem da escolha, por parte dos mortos, de sua nova existência, ele declarara solenemente: ‘Mesmo aquele que escolhe por último pode obter uma vida aprazível e boa, se pensar sua escolha e a ela fizer corresponder uma real intensidade vital. Que aquele que chegue primeiro tome cuidado e o retardatário não perca a coragem.’ Mal ele terminara, o morto que tinha tirado o número 1 avançou e escolheu a vida de presidente-diretor-geral do grupo mais importante de seu país no que se refere ao comércio de atacado, cujos nomes estampados nas ilustres fachadas de supermercados gigantes, instalados nas periferias de todas as cidades, eram Quanto Mais Melhor, Carrinho Cheio e Mais!. Arrebatado pela desvairada avidez, ele escolheu essa vida sem examinar todos os seus detalhes. Não percebera que aquele lote existencial comportava, entre outros desastres, que o executivo, decerto à frente de uma imensa fortuna, casado com uma top-model e pai de quatro filhos, cultivava uma única paixão: meninas com menos de sete anos. Ele pagaria bandidos para recrutá-las, ou, num único dia, faria idas e voltas de jato privado a remotas regiões asiáticas, apenas para ser chupado às escondidas por uma guria num repugnante bordel. Pego em flagrante durante um desses programas, ele seria preso, espancado furiosamente, jogado na prisão por brutamontes que o transformariam num andrajoso escravo sexual. Libertado e expulso, ele voltaria para casa abandonado por todos e, sem mais energia que um cesto jogado na correnteza, se juntaria a um grupo de mendigos russos que o adotariam como saco de pancada, embriagando-o à força e mandando-o bancar o palhaço nos restaurantes de luxo, até o momento em que os leões de chácara o escorraçariam. Para terminar, seria encontrado morto, pés e

mãos enregelados, sob o banco de uma praça. Quando o eleito da sorte examinou mais de perto o tipo de vida que escolhera, começou a berrar, afirmando que houvera um erro, suplicando às inflexíveis Parcas, batendo a cabeça no chão. Queria morrer de novo imediatamente, ser literalmente liquidado, em vez de dali a quarenta anos, congelado e com a cara no vômito. Sem recordar-se das advertências de Dora Destino – ‘Todo Outro está fora de causa’ –, acusava o acaso, os demônios, os vizinhos mortos, sem jamais culpar sua cegueira. No entanto, não era um mau rapaz, longe disso. Vivera num país governado pacatamente, onde era funcionário dos correios. Nunca fizera nada fora do comum, nem mesmo trabalhar num sindicato, tocar trombone numa banda, subir um desfiladeiro de bicicleta ou ler *Os irmãos Karamázov*. Mas terminara morrendo sem tampouco jamais ter feito, no registro do Mal, qualquer coisa fora do comum. Aliás, chegara à planície encantada pela estrada suave que desce do céu, e não pela árdua estrada dos abismos. Na cidadezinha onde morava, não conhecia, em matéria de riqueza e glória, emblema da potência, suporte de todas as invejas, senão o supermercado Carrinho Cheio, onde ele e a mulher faziam compras. Daí talvez sua absurda decisão...”

– Certamente! – corta Glauco. – Na hora da escolha crucial, vimos os efeitos, sobre esse honesto homem, do fato de não ter sido virtuoso graças à filosofia, mas apenas por rotina e timidez.

– A menos – pondera Amanda – que, durante toda a sua vida banal, ele tenha sido atormentado, sem reconhecê-lo, por um selvagem desejo por garotinhas! Talvez ele tenha feito a escolha certa!

– Como poderíamos saber? – indaga Sócrates, com sua voz normal. – Nesse ponto, nosso amigo Er fez uma observação interessante: dentre os que escolhem assim de maneira irrefletida, a maior parte vem do céu. É que eles não são educados pelas provações. Os que vêm do ventre da terra sofreram, viram os outros sofrer e não escolhem uma vida leviana. Se acrescentarmos esse aspecto à anarquia induzida pelo sorteio, o resultado é que, de maneira geral, os mortos trocam sua vida feliz e consumada por uma funesta, e vice-versa. Se os humanos, sempre que a vida os traz a esse mundo, se impregnassem de filosofia racional e se, além disso, o acaso não os compelisse, no além, a ser dos últimos a escolher, parece, pelo que Er conta, que todos eles teriam grandes chances de não só viver felizes na terra, como também de fazer a viagem deste mundo para o além pela

estrada lisa das bocas do céu em vez de pela estrada escarpada dos abismos da terra.

– Mas como o próprio Er concluía sua história? – pergunta Glauco, impaciente.

Sócrates retoma sua voz de tenor panfiliano:

– “A escolha dos mortos era um espetáculo instrutivo, lastimável e, às vezes, cativante. A maioria dessas escolhas era, com efeito, ditada pelos hábitos da vida pregressa.

“Vi o poeta francês Mallarmé escolher a vida de um cisne porque dedicara a essa ave uma profusão de versos magníficos e porque era especialmente obcecado por este:

Um cisne de antigamente lembra-se que é ele.

“Vi o tenor italiano Pavarotti escolher, a meu ver tolamente, a vida de um rouxinol.

“Aquele que tirou o número 700.627 não era outro senão nosso famoso imperador Alexandre, o Grande. Mal acostumado a um nível modesto, ele, em compensação, escolheu a vida de um leão: ‘Uma vez que as deusas do além não me concedem senão um lugar desonroso’, disse ele orgulhosamente, ‘serei na terra pelo menos o incontestável rei dos animais.’

“Vi uma operária têxtil apoderar-se com alegria da vida de uma reparadora de máquinas-ferramenta. ‘A máquina me fez suar muito, agora sou eu quem vou rasgar-lhe o ventre.’

“Agamenon vinha um pouco mais atrás. Como sabemos, tivera de sacrificar a filha, dando início a dez anos de uma guerra tão sangrenta quanto injustificada. Assim que chegara em casa, sua própria mulher, ajudada pelo amante, degolara-o no banho. De tudo isso, ficara-lhe uma profunda repulsa pela guerra e uma horror atroz pelo sexo feminino. Em consequência, escolheu a vida de um homossexual raquítico, inapto ao serviço militar.

“Vi um jogador de futebol de um timinho do interior que morrera, mal saíra da infância, em consequência de um *doping* mal administrado. Para minha grande surpresa, escolheu a vida de um astro desse esporte, decerto muito conhecido em escala mundial, mas que morria em torno dos 35 anos

em condições suspeitas. Fiz menção de adverti-lo, mas ele colocou a mão na minha boca: ‘Cale-se! Serei um craque e estou me lixando para o resto.’

“Vi Thomas Jefferson, o famoso presidente dos Estados Unidos, cheio de remorsos por ter utilizado para seu bem-estar, ele, um iluminista, um rosário de escravos, escolher a vida de um negro fugitivo miseravelmente instalado nas neves do Canadá.

“Vi um palhaço escolher a vida de um macaco.

“Vi Hipátia, a grande matemática de Alexandria, assassinada no século V por cristãos sectários, escolher a vida de Emma Noether, a grande matemática alemã do século XX. ‘Ao contrário do falso Deus’, disse ela, ‘a matemática tem o poder infinito de dar a pensar além do que, num dado momento, ela veio a tornar-se.’

“Foi a Ulisses que o acaso atribuiu o último lugar. A lembrança de seus penosos périplos curara-o de toda ambição. Dedicou um tempo louco procurando a vida de um anônimo absolutamente alheio aos assuntos públicos. Foi com dificuldade que desencavou num canto a existência aplicada e sempre idêntica a si mesma de uma mulher pobre e industriosa, caixa no Quanto Mais. O melhor de tudo era que, criando sozinha quatro filhos, ela acordava todos os dias às cinco da manhã, arrumava a casa, cerzia roupas, lavava lençóis, contava os centavos um a um e tinha como único cenário de sua existência a rotina de uma vida doméstica. Naturalmente, nenhum dos outros mortos quisera isso. Ulisses pegou-a imediatamente e declarou que se o acaso o tivesse colocado em primeiro lugar, teria feito exatamente a mesma escolha.

“Quando todos os mortos escolheram suas vidas, fomos para junto de Dora Destino, na ordem prescrita pelo resultado do sorteio inicial. A Parca atribuiu a cada um o anjo abstrato que convinha à sua escolha de vida e que seria seu protetor invisível. Esse anjo logo induzia, em seu humano designado, o desejo de ir para junto de Lúcia Liberdade e tomar em suas mãos o fio de seda, símbolo do Universo. Então a escolha de vida era considerada livre. Ia-se em seguida para o que tramava Renata Sonhada, e, dessa vez, a escolha era considerada irrevogável. Sem jamais poder voltar atrás, cada um passava em seguida ao pé do trono de Nádia Necessidade, quedava-se ali um pouco, respeitoso ou irônico segundo o temperamento, depois se encontrava, atrás do trono, na planície desértica, sufocante, desumana, por onde corre o rio do Esquecimento. Após um dia de marcha e

sede intensa, acampamos em massa, à noite, à beira desse rio estranho cuja água não pode ser retida por nenhum recipiente. Cada um então é autorizado a beber, diretamente no rio, uma quantidade fixada pelo anjo. Os que nenhuma prudência refreia, e cuja travessia do deserto secou os pulmões, bebem desmedidamente. Em todo caso, quem bebe esquece tudo. Enquanto os que obedeceram ao anjo e beberam com temperança poderão um dia lembrar-se de alguns fragmentos de sua experiência do além, os outros serão definitivamente incapazes disso.”

– Essa é demais! – corta Amanda. – É todo o segredo da famosa reminiscência!

Sócrates continua como se nada tivesse acontecido, com o tom requerido pela ocasião:

– “Nós dormíamos à beira da água impalpável quando, no meio da noite, um trovão ressoou, a terra tremeu e todos os mortos levantaram-se em todas as direções: corriam como estrelas rumo aos locais de seu novo nascimento. Quanto a mim, haviam me proibido de beber a água do rio do Esquecimento. Evidentemente! Mas por onde e como recuperei meu invólucro terrestre, ignoro. Vi-me subitamente deitado sobre a fogueira de onde lhes falo neste instante e onde, terminado meu relato, me calo.”

HOUVE UM LONGO SILÊNCIO na noite suave que descera sobre seu cansaço e sua emoção. Eles sabiam que era o fim dessa aventura pelas palavras, pensamentos e sonhos. Alguma coisa, ali, naquela mansão no porto do Pireu, acontecera pelos séculos dos séculos. E eles tinham sido muito mais testemunhas que atores, embora esse “acontecera” os arrebatasse como faria uma longa declaração de amor indissociada de uma espécie de languidez final. Pois eles tinham a tarefa de refazer incansavelmente, solitariamente, o arco imenso de seu diálogo.

Sócrates percebia que devia pronunciar este fim, que chegara junto com a noite. Foi sucinto:

– E, com esse mito, podemos concluir. Nele, há com que garantir nossa salvação, se acreditarmos no que ele nos transmite. Temos o poder de atravessar sem obstáculos o rio do Esquecimento e elevar o indivíduo que somos à altura de um Sujeito. Poderemos então nos convencer de que, capazes decerto do Mal supremo, que é o egoísmo, mas também do Bem supremo, que são as verdades, o caminho que ascende, segundo as regras da

justiça e do pensamento verdadeiro, está aberto para nós e autoriza que participemos de certa eternidade. Seremos então amigos de nós mesmos e do Outro, nas circunstâncias do presente mundo como nos mundos cuja forma ignoramos. Encontraremos em nós mesmos as recompensas que os vencedores dos Jogos Olímpicos recebem de seus amigos, de suas famílias e de seus Estados. E, no trabalho a partir do qual resultam as verdades eternas, aprenderemos o que é a felicidade.

Índice onomástico

Aglaion, 1
Ajax, 1
Alcibíades, 1, 2-3
Alexandre, o Grande, 1, 2
Aníbal, 1
Aquiles, 1, 2
Arendt, Hannah, 1
Aristófanes, 1, 2, 3, 4
Aristóteles, 1, 2, 3
Augusto, 1

Badiou, Alain, 1
Beckett, Samuel, 1
Bósfilo, 1

Calderon de la Barca, Pedro, 1
César, 1
Charcot, Jean-Martin, 1
Constant, Benjamin, 1
Corneille, Pierre, 1, 2

Dámon, 1
Dante Alighieri, 1
Deleuze, Gilles, 1
Descartes, René, 1
Dickinson, Emily, 1
Dionísio I, 1
Dionísio II, 1

Engels, Friedrich, 1, 2, 3
Esopo, 1
Ésquilo, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Eurípides, 1, 2, 3, 4

Fermat, Pierre de, 1

Feydeau, Georges, 1
Focílides, 1
Freud, Sigmund, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Giges, 1, 2, 3
Glauco, o marujo, 1
Goethe, Johann Wolfgang von, 1, 2
Górgias, 1
Gurnemanz, 1

Hades, 1, 2
Hegel, George Wilhelm Friedrich, 1, 2, 3
Heráclito, 1, 2, 3, 4, 5
Heródico de Mégara, 1, 2
Hesíodo, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Hitler, Adolf, 1, 2, 3, 4
Homero, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8-9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30
Hugo, Victor, 1
Hussein, Saddam, 1

Ibsen, Henrik, 1

Kant, Immanuel, 1, 2, 3
Klein, Felix, 1

Lacan, Jacques, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10
Lênin, Vladimir Ilitch Ulianov, 1, 2
Leôncio, 1
Licurgo, 1
Lie, Marius Sophus, 1
Lorca, Federico García, 1
Luther King, Martin, Jr., 1

Mallarmé, Stéphane, 1, 2, 3
Mandela, Nelson, 1
Mao Tsé-tung, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Marco Aurélio, 1, 2
Marx, Karl, 1, 2, 3, 4, 5
Mauss, Marcel, 1
Moebius, August Ferdinand, 1
Molière, Jean-Baptiste Poquelin, 1
Museu, 1, 2
Mussolini, Benito, 1, 2

Napoleão, 1
Nietzsche, Friedrich, 1, 2, 3

Orfeu, 1
Ovídio, 1

Palamedes, 1
Papin, Denis, 1
Pavarotti, Luciano, 1
Pessoa, Fernando, 1
Píndaro, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Pirandello, Luigi, 1, 2
Pitágoras, 1
Pitóclides de Ceos, 1
Platão, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10-11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19
Pródico, 1
Protágoras, 1

Racine, Jean, 1
Riemann, Bernhard, 1
Rimbaud, Arthur, 1, 2, 3
Robespierre, Maximilien de, 1
Röhm, Ernst, 1
Rousseau, Jean-Jacques, 1, 2, 3

Sade, Donatien Alphonse François de, 1, 2
Safo, 1
Salazar, António de Oliveira, 1, 2
Schiller, Friedrich, 1
Shakespeare, William, 1, 2, 3
Simônides, 1-2, 3, 4
Sófocles, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Sólon, 1
Sótrato de Cnido, 1
Stálin, Iosif Vissarionovitch Djugachvili, 1, 2, 3, 4

Tito Lívio, 1

Ulisses, 1, 2, 3, 4, 5

Vigny, Alfred de, 1
Virgílio, 1

Wiles, Andrew John, 1

Wittgenstein, Ludwig, 1

Xantipa, 1

Xerxes, 1

Título original:

La République de Platon

(Dialogue en un prologue, seize chapitres et un épilogue)

Tradução autorizada da edição francesa, publicada em 2012
por Librairie Arthème Fayard, de Paris, França

Copyright © 2012, Librairie Arthème Fayard

Copyright da edição brasileira © 2014:

Jorge Zahar Editor Ltda.

rua Marquês de S. Vicente 99 – 1º | 22451-041 Rio de Janeiro, RJ

tel (21) 2529-4750 | fax (21) 2529-4787

editora@zahar.com.br | www.zahar.com.br

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication 2012
Carlos Drummond de Andrade de la Médiathèque de la Maison de France, bénéficie du
soutien du Ministère français des Affaires Etrangères et Européennes.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação 2012
Carlos Drummond de Andrade da Mediateca da Maison de France, contou com o apoio do
Ministério francês das Relações Exteriores e Europeias.



Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo
ou em parte, constitui violação de direitos autorais. (Lei 9.610/98)

Grafia atualizada respeitando o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Capa: Estúdio Insólito

Produção do arquivo ePub: Simplíssimo Livros

Edição digital: março 2014

ISBN: 978-85-378-1204-4